



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2231

Quarta-feira - 12 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Fraiburgo.....	245	Palhoça	431
Água Doce.....	4	Frei Rogério	248	Palma Sola.....	495
Alfredo Wagner	6	Galvão.....	249	Palmitos	496
Alto Bela Vista.....	7	Garopaba.....	253	Paraíso	497
Anchieta	8	Gaspar	254	Passo de Torres.....	498
Antônio Carlos	9	Guaraciaba	260	Passos Maia	506
Apiuna.....	11	Guaramirim.....	261	Penha.....	507
Arabutã	12	Guarujá do Sul	263	Peritiba.....	514
Arroio Trinta.....	13	Herval d'Oeste	264	Pinheiro Preto	515
Balneário Piçarras.....	14	Ibiam	267	Piratuba.....	516
Balneário Rincão	15	Ibirama	268	Planalto Alegre.....	519
Barra Bonita.....	16	Ilhota	270	Pomerode	520
Barra Velha.....	20	Imarui	271	Ponte Serrada	525
Belmonte.....	21	Imbituba	272	Porto Belo.....	526
Benedito Novo	22	Indaial.....	283	Porto União.....	527
Biguaçu	26	Ipuacú.....	286	Presidente Castello Branco.....	540
Blumenau	43	Iratí.....	288	Presidente Nereu.....	541
Bom Retiro	46	Irineópolis	289	Princesa	546
Brunópolis	48	Itá	291	Rio dos Cedros.....	549
Brusque.....	51	Itapema	292	Rio do Sul.....	547
Caçador.....	52	Itapiranga.....	293	Rio Fortuna.....	550
Camboriú.....	94	Itapoá	303	Romelândia.....	551
Campo Alegre	96	Jaborá	304	Salto Veloso	552
Campo Erê.....	104	Jaraguá do Sul	305	Santa Cecília	557
Campos Novos.....	106	Joaçaba	335	Santa Rosa do Sul	558
Canelinha	128	José Boiteux	338	Santiago do Sul.....	559
Canoinhas.....	129	Lacerdópolis.....	339	São Bento do Sul.....	560
Capinzal	180	Lages	345	São Bonifácio	569
Catanduvas.....	185	Laguna	350	São Carlos	570
Caxambu do Sul.....	187	Lauro Muller	351	São Domingos.....	571
Celso Ramos.....	189	Lebon Regis.....	360	São João Batista.....	573
Chapadão do Lageado	190	Leoberto Leal.....	361	São João do Oeste	587
Chapecó	192	Lindóia do Sul	362	São João do Sul	589
Cocal do Sul.....	196	Luzerna	364	São Joaquim	590
Concórdia	197	Mafra	393	São José.....	592
Cordilheira Alta	201	Maracajá	395	São José do Cedro.....	605
Coronel Freitas.....	206	Maravilha.....	397	São Lourenço do Oeste.....	607
Coronel Martins.....	207	Massaranduba.....	398	São Miguel do Oeste.....	612
Correia Pinto.....	216	Meleiro	410	São Pedro de Alcântara.....	638
Corupá	218	Modelo	411	Schroeder	641
Cunhaporã.....	219	Mondaí.....	412	Seara	658
Curitibanos	220	Monte Carlo	413	Serra Alta	659
Descanso.....	227	Monte Castelo.....	414	Siderópolis.....	686
Dionísio Cerqueira	228	Morro da Fumaça	415	Sul Brasil	687
Doutor Pedrinho.....	232	Navegantes.....	419	Tigrinhos	689
Eral Velho	233	Nova Trento	425	Tijucas	691
Flor do Sertão.....	234	Novo Horizonte	428	Timbé do Sul	694
Formosa do Sul	236	Orleans	429	Timbó	696
Forquilha	237	Ouro	430	Três Barras	698

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2231

Quarta-feira - 12 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Treze Tílias	700	Urussanga	722	Vitor Meireles.....	731
Trombudo Central.....	701	Vargeão.....	723	Xanxerê.....	732
Tunápolis.....	703	Vargem Bonita	724	Xaxim.....	734
Turvo	720	Vidal Ramos.....	725		
União do Oeste	721	Videira.....	730		

Associações

GRANFPOLIS.....	736
-----------------	-----

Consórcios

CIGA	737
CIMVI.....	762
CIS/AMARP	764
CIS/AMMVI.....	764
CITMAR.....	766

Abdon Batista

PREFEITURA

NOTA DE ANULAÇÃO PP 55/2017

Nota de anulação de Processo Licitatório

Por interesse e conveniência da administração pública, por questões técnicas formais relevantes decide-se anular o processo nº 55/2017 cujo objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MONTANA PLACA MFH – 2268, CARREGADEIRA FR 10, E ESCAVADEIRA JS200, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Abdon Batista 10 de abril de 2017

Lucimar Antônio Salmoria

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 046/2017

DECRETO Nº 046/2017 – DE 07 DE ABRIL DE 2017

“SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais com amparo no art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 058/2009 de 09 de junho de 2009 e Decreto nº 072/2009 de 22 de julho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica substituído o membro titular do Conselho Municipal de Política de Administração e Remuneração de Pessoal MARIA ODETE AMORIN MENDES, pela seguinte:

Titular: LORETE PANTANO GHISLENI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de abril de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 047/2017

DECRETO Nº 047/2017 – DE 10 DE ABRIL DE 2017

“ANULA TOTAL OU PARCIAL E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei nº 2.453, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC. A ENTIDADES

3.1.71.00.00.0679/17 Transferências a Consórcios Públicos
..... R\$ 34.250,00

3.3.71.00.00.0679/18 Transferências a Consórcios Públicos
..... R\$ 10.300,00

TOTAL R\$ 44.550,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC. A ENTIDADES

3.3.90.00.00.0679/19 Aplicações Diretas R\$ 43.740,00

4.4.90.00.00.0679/21 Transferências a Consórcios Públicos
..... R\$ 810,00

TOTAL R\$ 44.550,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de abril de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2017

DECRETO Nº 048/2017 – DE 11 DE ABRIL DE 2017

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais em virtude do feriado de Páscoa, no dia 13 de abril de 2017 – Quinta-feira, a partir das 11h30min., durante o qual não haverá expediente nos órgãos públicos municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de abril de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 004/2017 DE 10/03/2017**

PORTARIA Nº 004/2017 - DE 10 DE MARÇO DE 2017
CONCEDE LICENÇA LUTO A SERVIDOR QUE MENCIONA.

James Francisco Beal, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

Resolve:

Art. 1.º Conceder 8 (oito) dias consecutivos ao servidor efetivo municipal Senhor Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, a partir do dia 10 de março de 2017, em razão do falecimento de seu pai Edson Corrêa Rocha, consoante determina o Artigo 63, Inciso II, alínea "b" da Lei Complementar n. 015/99, conforme Certidão de Óbito matrícula 108076 01 55 2017 4 00129 279 0043344 31, em anexo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores, 10 de março de 2017

James Francisco Beal

Presidente

PORTARIA 005/2017 DE 11/04/2017

PORTARIA Nº 005/2017 - DE 11 DE ABRIL DE 2017
NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

James Francisco Beal, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o disposto na Lei n. 10.520, de 17/07/02 e Lei n. 8.666/93 de 21/06/93, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Art. 1.º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Água Doce, SC, o servidor CRISTIANO SAVARIS DA SILVA.

Art. 2.º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Água Doce, SC, os servidores ODIN GUSTAVO MENDES CORRÊA ROCHA e FERNANDA BISSANI.

Art. 3.º A execução da presente Portaria não terá nenhum ônus para o Poder Legislativo Municipal.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores, 11 de abril de 2017

James Francisco Beal

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 098/2017 DE 11-04-17

Resolução n.º 098/2017 de 11 de abril de 2017
DETERMINA PONTO FACULTATIVO NO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE EM DECORRÊNCIA DO FERIADO DE PÁSCOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

James Francisco Beal, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

DECIDE:

Artigo 1.º Fica considerado Ponto Facultativo nos serviços do Poder Legislativo do Município de Água Doce – SC, no dia 13 de abril de 2017, Quinta Feira – Santa a partir das 11h e 30min.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 11 de abril de 2017

James Francisco Beal

Presidente

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 03-2017

PREGÃO PRESENCIAL N°02/2017

MUNICIPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 26 de Abril de 2017

Horário de Abertura:09h30min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner - SC.

Contratação de serviço de transporte escolar para Secretaria de Educação do Município de Alfredo Wagner, abaixo divididos por rotas, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos, parte integrante deste edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas telefone (48) 3276 1211 Setor de Licitações.

Alfredo Wagner, em 11 de Abril de 2017.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 044, DE 03 DE ABRIL DE 2017

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
489	LILIAN SCHWINGEL	06/04/2015	05/04/2016	03/04/2017	05/04/2017
		06/04/2016	05/04/2017	06/04/2017	05/05/2017
131	EDSON GONCALVES	23/10/2015	22/10/2016	03/04/2017	17/04/2017

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 03 de Abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2017

Objeto: Aquisição de equipamentos para parque infantil destinados a Escola Municipal Sonho Encantado.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 28/04/2017.

Abertura: às 09h do dia 28/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 03 de abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N 008/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 008/2017

A Gestora do FMAS de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial para Aquisição de material de expediente para serem utilizados na APAE, de acordo com o repasse da Assistência Social, EADE. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 27/04/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 11 de abril de 2017.

KELLIN DAL RI

Gestora do FMAS

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 056/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 039/2017; Tipo: Menor Preço; Objeto: Aquisição de placa metálica (confeção e instalação) de front light para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 27 de abril de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 11 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

ERRATA DE PORTARIA N 203/2017

ERRATA DE PORTARIA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando que na Portaria nº. 203/2017, publicada no DOM no dia 10 de abril de 2017, Edição nº. 2229, pg.29, desconsidera-se a servidora CRISTIANE GELSLEICHTER.

Antônio Carlos, 11 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 209/2017

PORTARIA Nº 209/2017

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar portaria nº 177/22017, publicada no DOM no dia 24 de março de 2017, edição nº 2218, pg. 16, a partir do dia 04 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de abril de 2017.

PORTARIA N 210/2017

PORTARIA Nº 210/2017

Concede Licença Maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora ALEXANDRA GUESSER KOCH, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO, a partir de 04 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de abril de 2017.

PORTARIA N 211/2017

PORTARIA Nº 211/2017

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor NAZARENO JOSÉ ANTUNES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, de 02 de maio de 2017 a 31 de maio de 2017, referente ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de abril de 2017.

REVOGAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO 112/2017

REVOGAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais e, da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Revogar o 112º Edital de Convocação dos Aprovados no Concurso Público 001/2014, publicado no DOM no dia 11/04/2017, edição nº

2230, pg. 14, em virtude da Portaria nº 081/2015.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 11 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de abril de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 40/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 40/2017

Objeto: aquisição parcelada de material de expediente para diversas secretarias municipais

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora credenciamento e protocolo envelopes: 28/04/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 28/04/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 210/2017

PORTARIA Nº 210/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor MARCOS CESAR GERHARD inscrito no CPF sob nº. 492.334.409-15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Advogado, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, para serem gozadas no período de 12 de abril de 2017 a 11 de maio de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de abril de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 0019/2017 - TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME

TERMO ADITIVO 0001/2017 CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 0019/2017 "TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC", QUE FAZEM ENTE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME

//CARÁTER EMERGENCIAL//

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0023/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 0014/2017

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta - SC e empresa TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 05.270.486/0001-00, com sede na Rua Zíbio Maroli, 67, centro no Município de Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. ALTAMIR PEDRO BRAMBILA, residente e domiciliado na Rua Zíbio Maroli, Centro no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/02 e Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - Considerando que tramita recurso administrativo, no Processo Licitatório - Pregão nº 0011/2017 para Contratação de Transporte Escolar e Considerando que o contrato temporário nº 0019/2017, tem seu prazo de vigência até o dia 29/03/2017, fica aditivado o prazo, por mais 60(sessenta)dias, ou seja, de 30/03/2017 a 30/05/2017.

Parágrafo único - Será encerrado antecipadamente o prazo do presente Termo, na hipótese de todos os recursos administrativo terem sido decididos e parecer final ser pela contratação da empresa vencedora do certame licitatório em andamento.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 30 de março de 2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

TRANSJONIR - TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME
CNPJ: 05.270.486/0001-00
ALTAMIR PEDRO BRAMBILA
Sócio Gerente

TESTEMUNHAS

TARCÍSIO LIDANI
CPF: 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

DE ACORDO
SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19.045
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta - SC, Prefeito Municipal, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, e Considerando que tramita recurso administrativo, no Processo Licitatório para Contratação de Transporte Escolar e Considerando que o contrato temporário nº 0019/2017, tem seu prazo de vigência até o dia 29/03/2017, AUTORIZO a aditivação, por mais 60(sessenta)dias, ou seja, de 30/03/2017 a 30/05/2017.

Arroio Trinta - SC, 30 de março de 2017.
CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 0019/2017
//CARÁTER EMERGENCIAL//
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0023/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 0014/2017
CONTRATADA: TRANSJONIR
PRAZO: 30/03/2017 A 30/05/2017

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 02/2017 DO CONTRATO 019/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

ADITIVO Nº 02/2017 DE 03/04/2017 - PMBP

CONTRATO Nº 19/2016/PMBP DE 03/05/2016

REF. PROCESSO LICITATÓRIO nº 26/2016/PMBP

MODALIDADE Convite p/ Compras e Serviços nº 03/2016 PMBP

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE de consultoria e assessoria na gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, nos sistemas de contabilidade, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, assuntos relacionados a Lei de Responsabilidade Fiscal e diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos, conforme descrição detalhada contida na Proposta de Preços e Termo de Referência, partes integrantes e inseparáveis deste termo, especificados no Processo Administrativo nº 26/2016, Edital de Convite p/ Compras e Serviços nº 03/2016-PMBP. Os serviços serão executados em regime de Execução Direta, Tipo Menor Preço Global.

Conforme solicitação e proposta anexas, fica prorrogada a vigência do presente contrato em 30(trinta) dias, passando a vigorar até o dia 3 de maio de 2017.

As despesas decorrente do presente contrato correrão por conta da dotação nº 35, assim classificada:

Órgão: 05 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA]

Unidade: 001 - [Secretaria Municipal de Administração e Fazenda]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2007 - Funcional: 0004.0122.0135 - [Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda]

Elemento: 3339000000000000 - [Aplicações diretas]

Balneário Piçarras, 3 de abril de 2017.

CONAR CONSULTORIA, ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES EIRELI

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2017 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017- PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017 - PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS, DE INFORMÁTICA, CARTUCHOS E TONERS, atendendo solicitação das Secretarias Municipais, Polícia militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar. Recebimento dos Envelopes até: 27/04/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 27/04/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 10 de abril de 2017.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 022/2017

PORTARIA Nº 022/2017

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere o Inciso II do Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso XIX do Artigo 30 do Regimento Interno e a Lei Complementar Municipal nº. 109/2016 de 29.02.2016 NOMEIA para o cargo de DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL da Câmara Municipal a Sra. ALINE JACINTA THOMSEN, brasileira, solteira, maior, Inscrito no CPF sob o nº. 068.991.069-06 portadora do RG nº 5.184.491-5-SSP SC, residente e domiciliado a Rua João de Deus Carvalho, 500, bairro Santo Antônio, Município de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com as prerrogativas e competência que lhe confere a Legislação deste Município, a qual se considerará empossado mediante apresentação da documentação a que alude a Lei Complementar 79/04.

REGISTRE-SE
CIENTIFIQUE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Sala das Sessões, 01 de abril de 2017

João Bento Moraes (PSDB)

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO 034/2017

DECRETO/GP/Nº 034/2017, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA OS COMPONENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município c/c art. 3º II da Lei 278/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados como representantes do Poder Executivo para compor o Conselho Municipal do Idoso do Município de Balneário Rincão:

I – Representantes do Poder Executivo:

- a) Titular: Neusa Farias Simone; Suplente: Simone Serafim Abreu Gonçalves;
- b) Titular: Fernanda Francesconi; Suplente: Raquel Madalena Motta da Luz;
- c) Titular: Jean Wilian T. Nascimento; Suplente: Rosa Giusepp;
- d) Titular: Anália José Lima; Suplente: Delurdes Tramontin;
- e) Titular: Maira dos Santos Costa; Suplente: Jucelina Lino.

II – Representantes não governamentais:

- a) Titular: Gilberto Taraskevicius; Suplente: Damares dos Santos Taraskevicius;
- b) Titular: Zélia Pacheco; Suplente: Zilma Chechetto Motta;
- c) Titular: Marlene Adílio; Suplente: Terezinha Anacleto Maximiano;
- d) Titular: Adélia Zenato Rocha; Suplente: Sidney Campos Brandão.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário..

Balneário Rincão – SC, 11 de abril de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 11 de abril de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças designado

EXTRATO DE ADITIVO - CORREIOS

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 044/PMBR/2015. OBJETO: O termo aditivo tem como objeto incluir no contrato o subitem 2.3 cláusula SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, contendo o termo de categorização e benefícios da política comercial dos correios, incluir os serviços de encomendas nacionais e excluir os serviços de PAC e SEDEX . ASSINATURA: 07/04/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pelos Srs. Vladimir Rodrigues e Moacir Aguiar

Barra Bonita**PREFEITURA****CONTRATO Nº35/2017****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 35/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA

CONTRATADO: Teresinha Ferreira de Souza

OBJETO: Extração e retirada de saibro e macadame em propriedade de Joacir Bender.

VALOR: R\$ 4.815,85((quatro mil oitocentos e quinze reais com oitenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 11/04/2017 a 31/12/2020.

ASSINATURA: 11/04/2017.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 42/2017, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 11 de ABRIL de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 933, DE 11 DE ABRIL DE 2017. HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2017

DECRETO Nº 933, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2017

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos recursos) relativo ao Processo Seletivo Edital nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Barra Bonita- SC, conforme segue:

Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 4 Modalidade A							
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Total	Class.
2	564212	LuisAntonioDalchiavon	29/04/1964	4,40	1,40	5,80	1º
1	553838	Tais Deres	31/10/1990	4,95	0,70	5,65	2º
4	540880	Samara Molinari	29/01/1998	4,40	1,05	5,45	3º
3	540121	Janice Araldi	16/08/1977	2,75	1,05	3,80	Desc.
Auxiliar de creche Modalidade A							
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Total	Class.
10	570723	Fabiola Rafaela Foltz	02/09/1996	7,15	1,40	8,55	1º
11	575698	Michele Fontana Neto Zaccaron	07/04/1982	6,60	1,75	8,35	2º
9	555508	Tatiane BergmannKozerski	30/01/1987	5,50	1,40	6,90	3º
5	541401	Daniela Stella	06/09/1998	3,30	0,70	4,00	4º
Instrutor de Informática Modalidade A							
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Total	Class.
15	555366	Agatha Bertolini	16/10/1995	6,05	1,40	7,45	1º

14	564266	Junior Jose Mix Goncalves	27/05/1991	5,50	1,05	6,55	2º
19	553542	Rafael Moretto Mezalira	27/05/1993	5,50	1,05	6,55	3º
20	564953	Deivid Jose Dassi	13/10/1992	4,95	1,05	6,00	4º
21	575749	Matheus Romera Soares	29/12/1997	3,85	1,75	5,60	5º
13	550731	Suellen Guaragni	11/08/1998	2,75	1,75	4,50	6º
18	544584	Domenico Martini Neto	30/09/1993	2,75	1,40	4,15	7º
12	559289	Tainara Dalchiavon	09/07/1998	3,30	0,70	4,00	8º

Instrutor de instrumentos musicais (violão e flauta) | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Total	Class.
22	540703	Hallyson Yuri Oliveira Pereira	28/04/1995	4,40	1,40	5,80	1º

Servente | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Total	Class.
46	557445	Teresinha Fatima Padilha	15/12/1966	5,50	0,70	6,20	1º
45	549274	Ana Paula Cechet	01/01/1994	5,50	0,70	6,20	2º
49	541711	Neiva Do Prado Ferreira	24/09/1981	5,50	0,35	5,85	3º
44	543571	CleuniceFreider Stella	22/11/1980	4,95	0,35	5,30	4º
48	551584	Cristiane Debona	02/09/1996	3,85	1,05	4,90	5º
47	574161	Claudete Da Rosa	16/10/1993	1,65	1,05	2,70	Desc.

Professor de Artes (Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
24	540229	Cleusa de F. N. de ArnoteKlagenberg	19/02/1973	3,15	1,00	0,50	4,65	1º
23	555743	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	3,60	0,75	0,00	4,35	2º
25	556570	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	2,70	0,25	-	2,95	Desc.

Professor de Artes (Não Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
26	573785	MarinilzeJuchen	29/06/1992	2,70	0,75	-	3,45	Desc.

Professor de Ciências (Não Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
27	570189	Juliano Do Vale Silvestrin	11/08/1971	4,50	0,50	0,00	5,00	1º

Professor de Educação Física (Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
30	556416	Kelvin Emilio Sierota	25/11/1991	4,95	0,75	0,00	5,70	1º
28	544427	DiânatanSissgler	17/05/1994	4,05	0,50	0,00	4,55	2º

Professor de Educação Física (Não Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
31	575333	Everson Silvan Flores	17/06/1996	0,90	1,00	-	1,90	Desc.

Professor de Geografia (Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
33	576435	Juvenir de Mello	16/03/1980	4,05	0,50	0,00	4,55	1º

Professor de História (Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
35	565360	Patricia Miguel Cavagnoli	16/03/1988	2,25	1,00	-	3,25	Desc.
34	573330	CloeSpada	28/03/1986	1,80	0,50	-	2,30	Desc.

Professor de História (Não Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
37	576590	Geovane Luiz Ribeiro Barbosa	12/11/1994	2,25	0,75	-	3,00	Desc.
36	560984	Andrey Luigi De Pellegrin	27/02/1994	1,80	0,25	-	2,05	Desc.

Professor de Língua Estrangeira Inglês (Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
39	545154	Raquel Meurer	15/06/1982	4,05	0,50	0,50	5,05	1º

Professor de Matemática (Habilitado) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	C. G.	Títulos	Total	Class.
43	561786	LorianeSmaniotto	25/01/1981	3,60	1,00	0,60	5,20	1º
42	548594	Ana Balensiefer	24/07/1965	2,25	0,50	-	2,75	Desc.

Art. 2º São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das notas de conhecimentos específicos e gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova Objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º Para os cargos de Professores, a prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova Objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 5º Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 11 de abril de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº17/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 17/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 17/2017

OBJETO: Aquisição de Kit escovação infantil (fio, escova, creme, revista, estojo botão pessoal).

FORNECEDOR: DENTAL OESTE -EPP

ENDEREÇO: Rua das Flores, 549, Iporã do Oeste/SC

CNPJ: 05.412.147/0001-02

Valor Contratado: R\$ 1.715,00 (um mil e setecentos e quinze reais)

Barra Bonita - SC, 11 de abril de 2017.

NILVA BAU BOSS

Gestora FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº42/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 42/2017

OBJETO: Extração e retirada de saibro e macadame em propriedade de Teresinha Ferreira de Souza.

FORNECEDOR: TERESINHA FERREIRA DE SOUZA
ENDEREÇO: Linha Caçador Baixo, interior, Barra Bonita/SC
CPF: 949.495.499-87
Valor Contratado: R\$ 4.815,85 (quatro mil oitocentos e quinze reais com oitenta e cinco centavos)

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – Os itens foram escolhidos com base no preço, qualidade e localização do imóvel.

Barra Bonita - SC, 11 de abril de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita/SC, Estado de

Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º Convocar Audiência Pública para apresentação, discussão e aprovação do Diagnóstico Socioambiental do Município de Barra Bonita - SC.

Art. 2º A audiência pública será realizada no dia 10 de maio de 2017, às 19h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Av. Buenos Aires, 600, centro de Barra Bonita/SC.

Barra Bonita/SC, 11 de Abril de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO Nº44/2017

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº 044/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS A SEREM INSTALADAS EM RUAS DA CIDADE, OBJETIVANDO A DESTINAÇÃO CORETA DO LIXO E MATERIAIS ORGANICOS. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 25 de abril de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av. Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 11 de abril de 2017.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

QUADRO DE VAGAS 6ª CHAMADA PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016 PARA O ANO DE 2017

QUADRO DE VAGAS 6ª chamada
PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016 PARA O ANO DE 2017

Unidade Escolar	Cargo/função	Carga horária	Períodos Semanais
E. I. M. AGUAS DO ARAÇA	Professor ANOS INICIAS	20 horas	05 períodos Turno matutino
	Vaga excedente		

O Prefeito Municipal de Barra Bonita torna público o Quadro de Vagas da 6ª chamada do Processo Seletivo nº 002/2016, a escolha irá ocorrer no dia 13/04/2017 as 10:00h nas dependências da Secretaria de educação.

Barra Bonita, 11 de abril de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

NÁDIA M. F. BERNARDI
Secretaria Municipal de Educação,
Cultura, Esporte e Turismo de Barra Bonita.

Barra Velha

PREFEITURA

ERRATA 001/2017 PP 017/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 024/2017 - Pregão Presencial nº 017/2017

ERRATA 001/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de drenagem Urbana do Município de Barra Velha. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 27/04/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 27/04/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 11 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

ERRATA 001/2017 PP 018/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 025/2017 - Pregão Presencial nº 018/2017

ERRATA 001/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, tornearia, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio, diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 27/04/2017 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 27/04/2017 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 11 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 023/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 032/2017 - Pregão Presencial nº 023/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Aquisição de recompositor de pista (asfalto frio) para manutenção de vias públicas, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 27/04/2017 às 15:30 horas. Data da Sessão Pública: 20/02/2017 às 15:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 11 de abril de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PP 024/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 033/2017 - Pregão Presencial nº 024/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de material para manutenção da rede de iluminação do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 02/05/2017 às 13:45 horas. Data da Sessão Pública: 02/05/2017 às 14:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 11 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

MUNICÍPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

Registro de Preços

Objeto: aquisição de sementes de pastagem certificada para atender ao programa de incentivo ao desenvolvimento agropecuário no município em conformidade com a lei nº 106/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 27/04/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 10 de abril de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 46/2017

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2017.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 46/2017.

DATA: 11/04/2017 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 46/2017.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Parer de Avaliação Mercadológica	Lei 8.666/93, Art. 24, X
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Certidão de Inteiro Teor	
Declaração sob as penas da lei, de que o contratado não se encontra declarado inidôneo nem suspenso para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental	
Cópia do CPF e RG do Contratado	

Da análise destes documentos, observa-se que o proprietário do imóvel está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

JOÃO ULLER

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 35/2017

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 11/04/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2017

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 35/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão

pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 35/2017, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame as empresas PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME e DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: LUIZ CARLOS DOS SANTOS, DIOGO BRASIL XAVIER e PABLO CAMARGO SOUZA. A empresa DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA não enviou representante para a sessão. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 alterada pela LC nº 147/2014. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados sendo que não houve qualquer manifestação. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Estando as propostas de acordo todas foram consideradas classificadas conforme relatório classificatório das propostas em anexo a esta ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas em seus itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação de habilitação apresentada está em conformidade com o exigido no Edital. Sendo assim, as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Os licitantes optaram por não aguardarem a lavratura da ata, deixando de assinar a mesma. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS E FLUIDOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

a) EMPRESA FORNECEDORA E VALOR REGISTRADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (Item: 8), totalizando a quantia de R\$ 5.926,50 (cinco mil e novecentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

b) EMPRESA FORNECEDORA E VALOR REGISTRADO: VILSON DALMIR ENGEL REGULAGENS ME (Item: 12), totalizando a quantia de R\$ 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais).

c) EMPRESA FORNECEDORA E VALOR REGISTRADO: L SERRANO & CIA LTDA ME (Itens: 1 2 3 4 5 6 7 9 10 11 13 e 14), totalizando a quantia de R\$ 69.815,60 (sessenta e nove mil e oitocentos e quinze reais e sessenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 27 de março de 2017 a 27 de março de 2018.

Benedito Novo (SC), 27 de março de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

a) EMPRESA FORNECEDORA E VALOR REGISTRADO: INSTALADORA ELÉTRICA INDAIAL LTDA (Itens: 5, 8, 9 e 12), totalizando a quantia de R\$ 5.915,00 (CINCO MIL E NOVECIENTOS E QUINZE REAIS).

b) EMPRESA FORNECEDORA E VALOR REGISTRADO: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME (Itens: 1, 3, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15 e 16), totalizando a quantia de R\$ 51.337,50 (CINQUENTA E UM MIL E TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

c) EMPRESA FORNECEDORA E VALOR REGISTRADO: ARMANDO LUCCA EPP (Itens: 2 e 4), totalizando a quantia de R\$ 11.540,00 (ONZE MIL E QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 22 de março de 2017 a 22 de março de 2018.

Benedito Novo (SC), 22 de março de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 01/2017**

RESOLUÇÃO Nº 01/2017.

Nomeia profissional para exercício do cargo em Comissão de Assessor Legislativo do Poder Legislativo do Município de Benedito Novo, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso de suas atribuições contidas no artigo 16, inciso III e XXVIII, da Lei Orgânica do Município, nos artigos 7º, inciso II e 35, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e demais dispositivos legais em vigor, e

CONSIDERANDO-SE o disposto no artigo 37, inciso II, in fine, e V, da Constituição Federal, na Lei Complementar Municipal nº. 86/2011, e na Lei Complementar Municipal nº. 04, de 22/12/1995, e alterações posteriores, no que couber;

RESOLVEM:

Art. 1º - Nomear DARLEI DOEGE, brasileiro, divorciado, portador do CPF nº. 893.972.319-87 e Registro Geral nº. 3.205.656 – SESP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Assessor Legislativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e com a remuneração de lei.

Art. 2º - As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, aos 09 de janeiro de 2017.

Almir Butzke

Presidente da Câmara

Marlei A. B. Floriani

1º Secretária

Wilmar Meyer

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

RESOLUÇÃO Nº 02/2017.

Nomeia profissional para exercício do cargo em Comissão de Assessor Jurídico do Poder Legislativo do Município de Benedito Novo, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso de suas atribuições contidas no artigo 16, inciso III e XXVIII, da Lei Orgânica do Município, nos artigos 7º, inciso II e 35, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e demais dispositivos legais em vigor, e

CONSIDERANDO-SE o disposto no artigo 37, inciso II, in fine, e V, da Constituição Federal, na Lei Complementar Municipal nº. 86/2011, e na Lei Complementar Municipal nº. 04, de 22/12/1995, e alterações posteriores, no que couber;

RESOLVEM:

Art. 1º - Nomear SILVIO WALTER, brasileiro, advogado, com inscrição na OAB/SC nº. 16.897, portador do CPF nº. 552.406.589-00 e Registro Geral nº. 1.792.571 – SESP/SC, para exercício do cargo de provimento em Comissão de Assessor Jurídico, com carga horária de 08 (oito) horas semanais e com remuneração de lei.

Art. 2º - As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, aos 09 de janeiro de 2017.

Almir Butzke

Presidente da Câmara

Marlei A. B. Floriani

1º Secretária

Wilmar Meyer

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 03/2017

RESOLUÇÃO Nº 03/2017.

Designa Tesoureiro para o Poder Legislativo do Município de Benedito Novo, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Público Municipal RONALF SCHMIDT, ocupante do cargo de Tesoureiro Geral, para exercer a função de Tesoureiro junto ao Poder Legislativo do Município de Benedito Novo/SC, e para em conjunto com o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, atuar em operações bancárias.

Art. 2º - O Tesoureiro, além das atribuições atinentes ao cargo, em conjunto com o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, serão responsáveis pela movimentação bancária, em especial para:

I - receber passar recibos e dar quitação;

II - solicitar saldos, extratos e comprovantes;

III - requisitar talonários de cheque;

IV - retirar cheques devolvidos;

V - endossar cheques;

VI - sustar/contra-ordem cheques;

VII - cancelar cheques;

VIII - baixar cheques;

IX - efetuar resgates/aplicações financeiras;

X - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XI - efetuar saques - conta corrente;

XII - efetuar pagamentos por meio eletrônico;

XIII - efetuar transferências por meio eletrônico;

XIV - consultar contas/aplicações programas repasse recursos;

XV - liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;

XVI - solicitar saltos/extratos de investimentos;

XVII - emitir comprovantes;

XVIII - abertura de contas de depósito;

XIX - encerrar contas de depósito;

XX - consultar obrigações do débito direto autorizado.

Art. 3º - As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, aos 09 de janeiro de 2017.

Almir Butzke

Presidente da Câmara

Marlei A. B. Floriani

1º Secretaria

Wilmar Meyer

2º Secretario

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

RESOLUÇÃO nº 04/2017

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual, na forma do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 143, de 19 de janeiro de 2017 aos Servidores Públicos e Comissionados do Poder Legislativo do Município de Benedito Novo e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder

reposição salarial no percentual de 5,5% (cinco virgula cinco por cento) aos servidores públicos efetivos e Comissionados do Poder Legislativo do Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina.

§ 1º - Considerando-se que a revisão geral anual de que trata esta Resolução ocorre em percentual inferior à variação da inflação de 2016, a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as vedações legais.

§ 2º - O percentual da revisão geral anual previsto no caput deste artigo não se aplica ao subsídio dos agentes políticos remunerados na forma da Lei nº 1.826 de 10 de junho de 2016, por expressa vedação legal, que reserva revisão geral somente a partir do exercício de 2018.

Art. 2º - As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação prevista na Lei Orçamentária Anual, autorizando a suplementação necessária, na forma da lei.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de janeiro de 2017

Sala das Sessões, aos 20 de janeiro de 2017.

Almir Butzke

Presidente da Câmara

Marlei Adriana Beyer Floriani

Primeira Secretária

Wilmar Meyer

Segundo Secretário

RESOLUÇÃO Nº 05/2017

RESOLUÇÃO Nº. 05/2017

Concede licença para tratamento de saúde ao vereador Jair R. Persuhn.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 16, inciso V da Lei Orgânica do Município e artigo 7, inciso V, artigo 92, inciso III do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao Vereador Jair Roberto Persuhn, pelo período de trinta dias.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 10 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 10 de março de 2017.

Almir Butzke

Presidente da Câmara

Marlei Adriana Beyer Floriani

Primeira Secretária

Wilmar Meyer

Segundo Secretário

RESOLUÇÃO Nº 06/2017

RESOLUÇÃO Nº. 06/2017

Exonera Tesoureiro designado para o Poder Legislativo do Município de Benedito Novo (SC), e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal RONALF SCHMIDT,

ocupante do cargo de Tesoureiro Geral, da função de Tesoureiro junto ao Poder Legislativo do Município de Benedito Novo (SC), a contar de 09 de março de 2017.

Art. 2º - As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 09 de março de 2017, revogando-se disposições em contrário, em especial, a Resolução nº. 05/2016 e Resolução nº. 03/2017.

Sala das Sessões, aos 03 de abril de 2017.

Almir Butzke
Presidente da Câmara

Marlei Adriana Beyer Floriani
Primeira Secretária

Wilmar Meyer
Segundo Secretário

produzindo efeitos a contar de 23 de março de 2017.

Sala das Sessões, aos 03 de abril de 2017.

Almir Butzke
Presidente da Câmara

Marlei Adriana Beyer Floriani
Primeira Secretária

Wilmar Meyer
Segundo Secretário

RESOLUÇÃO Nº 07/2017

RESOLUÇÃO Nº. 07/2017

Designa Tesoureiro para o Poder Legislativo do Município de Benedito Novo e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado a Servidora Pública Municipal MARLI KLITZKE SCHMDIT, ocupante do cargo de Secretária Executiva, para exercer a função de Tesoureiro junto ao Poder Legislativo do Município de Benedito Novo - SC e, para em conjunto com o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, atuar em operações bancárias.

Art. 2º - O Tesoureiro, além das atribuições atinentes ao cargo, em conjunto com o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, serão responsáveis pela movimentação bancária, em especial para:

- I- Receber, passar recibos e dar quitação;
 - II- Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
 - III- Requisitar talonários de cheque;
 - IV- Retirar cheques devolvidos;
 - V- Endossar cheques;
 - VI- Sustar/contrordenar cheques;
 - VII- Cancelar cheques;
 - VIII- Baixar cheques;
 - IX- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
 - X- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
 - XI- Efetuar saques – conta corrente;
 - XII- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
 - XIII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
 - XIV- Consultar contas/aplicações programas repasse recurso;
 - XV- Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;
 - XVI- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
 - XVII- Emitir comprovantes;
 - XVIII- Encerrar contas de depósito;
 - XIX- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- Art. 3º - Em razão do exercício da função, nos termos da Lei nº 1.821, de 30 de março de 2016, fica concedido à servidora gratificação de 10% (dez por cento) incidindo sobre seu vencimento base.
- Art. 4º - A despesa decorrente da aplicação desta Resolução ocorrerá a conta de dotações próprias do Orçamento – Programa Anual do Poder Legislativo do Município de Benedito Novo/SC.
- Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1161/2017

PORTARIA nº 1161 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARIA DE LOURDES FERREIRA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2017 a 03/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1162/2017

PORTARIA nº 1162 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor RUBIA FRANCISCA ROYER DA SILVA CORREA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1163/2017

PORTARIA nº 1163 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor VANESSA FELICIO GUEDES SOARES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1164/2017

PORTARIA nº 1164 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor SANDRA REGINA COSTA DA ROCHA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/03/2017 a 15/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1165/2017

PORTARIA nº 1165 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARIA JULIETA DE SOUZA SOGADE de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1166/2017

PORTARIA nº 1166 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor JAQUELINE HULSE DE SOUZA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 05/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1167/2017

PORTARIA nº 1167 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ALESSANDRA ETELVINA ESTANISLAU MARQUES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1168/2017

PORTARIA nº 1168 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor JUCIANI BINHOTI MARTINS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1169/2017

PORTARIA nº 1169 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor DANIELE CRISTINA FURTADO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1170/2017

PORTARIA nº 1170 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor LUCIA HELENA SCHUTZ de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/03/2017 a 09/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1171/2017

PORTARIA nº 1171 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor LIANE COSTA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/03/2017 a 13/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1172/2017

PORTARIA nº 1172 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ELK APARECIDA DA SILVA BATISTOTI

de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1173/2017

PORTARIA nº 1173 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor DENAIR PEREIRA SOTERO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1174/2017

PORTARIA nº 1174 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ALINE CRISTINA DA CUNHA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 15/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1175/2017

PORTARIA nº 1175 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor JHENIFER DE ANDRADE de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 01/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1176/2017

PORTARIA nº 1176 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor LUIZA FERNANDA GARCIA DANIEL SAGAS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1177/2017

PORTARIA nº 1177 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor GISELE CABRAL de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1178/2017

PORTARIA nº 1178 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor KELLY SIEGEL de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1179/2017

PORTARIA nº 1179 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor RITA DE CASSIA MACHADO HOFMANN de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1180/2017

PORTARIA nº 1180 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor JULIANA MACHADO DE CAMPOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1181/2017

PORTARIA nº 1181 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor CELIA REGINA DA SILVA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1183/2017

PORTARIA nº 1183 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor SIMONE PEREIRA de acordo com a Lei

nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1184/2017

PORTARIA nº 1184 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ROSANGELA DUTRA DE SOUZA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 03/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1185/2017

PORTARIA nº 1185 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor JOZIANE MARIA FERNANDES COSTA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/02/2017 a 23/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 23/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1186/2017

PORTARIA nº 1186 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARIZA NUNES DE SOUZA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1188/2017

PORTARIA nº 1188 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor VANDERLEIA LACI SAGAS DOS SANTOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1189/2017

PORTARIA nº 1189 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARIA DE FATIMA ALVES MARTINS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1190/2017

PORTARIA nº 1190 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARIA APARECIDA FAVARIN RODRIGUES RITA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1191/2017

PORTARIA nº 1191 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor NATALICIA HENDGES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1192/2017

PORTARIA nº 1192 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MAGDA ELENA SUELI GARCIA DE AZEVEDO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1193/2017

PORTARIA nº 1193 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARCIANA FREITAS MELO DOS SANTOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1194/2017

PORTARIA nº 1194 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ROSANGELA PEREIRA DA SILVA de

acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1195/2017

PORTARIA nº 1195 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor LILIAN FERNANDA FIAMONCINI de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1196/2017

PORTARIA nº 1196 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ROSARIA JUDESIA ADRIANO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 07/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1197/2017

PORTARIA nº 1197 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARIA REJANE REINCHER CAMARGO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/03/2017 a 09/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 09/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1198/2017

PORTARIA nº 1198 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor VALERIA ROMANCINI PACHECO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 03/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1199/2017

PORTARIA nº 1199 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ROSILDA DE MELO BORGES de acordo

com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 03/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1200/2017

PORTARIA nº 1200 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor SONIA TEREZINHA SPERANDIO KLEIN de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 01/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1201/2017

PORTARIA nº 1201 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor CARMEN FATIMA DE PRA KOLLN de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 03/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1202/2017

PORTARIA nº 1202 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor JANETE DE FARIA MARIA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1203/2017

PORTARIA nº 1203 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor LUCIANE SCARABELOT CAMPOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 03/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1204/2017

PORTARIA nº 1204 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ROSILDA ORILDA MIRANDA DA SILVA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade

de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 03/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1205/2017

PORTARIA nº 1205 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor JADAIK HERCILIA CARDOSO SILVA GOMES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 07/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1206/2017

PORTARIA nº 1206 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor CAROLINA DE MELLO VIEIRA DE FREITAS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2017 a 07/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 07/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1207/2017

PORTARIA nº 1207 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor KATIA JUDITE PAULI de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1208/2017

PORTARIA nº 1208 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor ENICE SOARES DA SILVA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/03/2017 a 10/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 15/03/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1209/2017

PORTARIA nº 1209 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor SONIA MARIA SILVA CAMPOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para

desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1210/2017

PORTARIA nº 1210 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor RENATA PEREIRA MARAFIGO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1211/2017

PORTARIA nº 1211 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARIA DE FATIMA OLIVEIRA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1212/2017

PORTARIA nº 1212 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor NATALIA MARTINS DA SILVA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1213/2017

PORTARIA nº 1213 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor VANDERLEI DOS SANTOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1214/2017

PORTARIA nº 1214 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor VALCIR CLER DA ROCHA de acordo

com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1215/2017

PORTARIA nº 1215 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor SUZANA PEREIRA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1216/2017

PORTARIA nº 1216 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor NAJARA CRISTINA DE SOUZA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1217/2017

PORTARIA nº 1217 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor NEOSITA APARECIDA CAMPOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.
Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1218/2017

PORTARIA nº 1218 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor TATIANA BORDULIS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.
Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1219/2017

PORTARIA nº 1219 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MARCELO DE JESUS MENDES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de

Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.
Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1220/2017

PORTARIA nº 1220 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor RAFAELA DOS SANTOS MEDEIROS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.
Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1221/2017

PORTARIA nº 1221 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor TANIA ELIZABETE MIGUEL de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.
Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1222/2017

PORTARIA nº 1222 de 07 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor MONIKE DA SILVA CUNHA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2017 a 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2017.

Biguaçu, 07 de abril de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1303/2017

PORTARIA Nº. 1303 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Kleber Odair Silveira, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ana Lúcia Lima da Costa Pimenta Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, e Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1304/2017

PORTARIA Nº. 1304 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Altair Machado Júnior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ana Lúcia Lima da Costa Pimenta Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, e Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1305/2017

PORTARIA Nº. 1305 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Sadi Gaspar Garcia, ocupante do cargo efetivo de Vigia, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ana Lúcia Lima da Costa Pimenta Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, e Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1306/2017

PORTARIA Nº. 1306 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Luiz Antônio Santana,

ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ana Lúcia Lima da Costa Pimenta Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1307/2017

PORTARIA Nº. 1307 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Wanderley Della Gustina, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Ana Lúcia Lima da Costa Pimenta Monteiro, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Jaqueline Santos de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Marina Petri Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1308/2017

PORTARIA Nº. 1308 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Luiz Henrique Couto da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Motorista III, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André

Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1309/2017

PORTARIA Nº. 1309 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Giane Varela, ocupante do cargo temporário de Agente de Endemias, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1310/2017

PORTARIA Nº. 1310 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor João Fernandes da Silva Júnior, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada

nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1311/2017

PORTARIA Nº. 1311 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Maicon Faustino da Mota, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1312/2017

PORTARIA Nº. 1312 de 10 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Protazio Nicolao Rechartz, ocupante do cargo temporário de Operador de Roçadeira Costal, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1313/2017

PORTARIA Nº. 1313 de 10 de abril de 2017

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade dos servidores Romulo Schurhaus, ocupante do cargo efetivo de Vigia; Ramon Duarte, ocupante do cargo efetivo de Vigia; Sérgio Valderi Machado da Silva, ocupante do cargo efetivo de Vigia; e Herculino Correia, ocupante do cargo efetivo de Motorista IV, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, nos termos do art 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1314/2017

PORTARIA nº 1314 de 10 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) PEDRO FRANCISCO DA COSTA NETO, detentor do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE IMPRENSA, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 17/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PP80/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 80/2017 PMB

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de Serviço de Locação de Relógios Ponto Digital.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 10:15 horas, do dia 3 maio de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às

10:30 horas, do dia 3 maio de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE 04/2017

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO – CONVITE Nº 004/2017

A Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições (Portaria nº 073/2017), torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 25 de abril de 2017, com a entrega dos envelopes até às 12h00min, e abertura às 13h00min horas, também no dia 25 de abril de 2017, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 004/2017 na MODALIDADE CONVITE, para contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização de eventos, para uso da Câmara de Vereadores de Biguaçu, conforme descrições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (anexo I e II do Edital).

Local para obtenção do edital: site da Câmara Municipal de Biguaçu, www.cmb.sc.gov.br (transparência/licitações) ou através do e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 231.

Biguaçu/SC, 11 de abril de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO - CONTRATOS N. 13/2017, 14/2017, 15/2017 E 16/2017 - CARTA CONVITE N. 003/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 003/2017

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentado pela Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, e diante da decisão final do recurso apresentado pela empresa DUSOM, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE n. 003/2017 de acordo com o resultado do certame, que aponta como vencedora as empresas CSEE CENTRO DE SOLUÇÕES EM EVENTOS EIRELI ME (CNPJ: 19.192.248/0001-20), HDR SERVIÇOS, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME (CNPJ: 14.088.061/0001-67), REALIZA EVENTOS EIRELI ME (CNPJ: 26.407.827/0001-08), ARTE MÁXIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP (CNPJ: 02.884.117/0001-00), destinadas ao fornecimento de materiais e serviços necessários à realização dos eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu para o corrente ano. Diante do relatório apresentado pela comissão de licitação e após parecer jurídico, revoga-se o item n. 01 – lote 1 – SOM da

presente CARTA CONVITE.

Biguaçu/SC, 28 de março de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

EXTRATO DO CONTRATO N.13/2017 – CONVITE n. 003/2017

Objeto: aquisição de materiais e serviços necessários à realização dos eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu, durante o corrente ano.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99)

Contratado: Arte Máxima Indústria e Comércio Ltda (CNPJ n. 02.884.117/0001-00)

Valor global estimado do contrato: R\$14.920,00 (quatorze mil, novecentos e vinte reais).

Data da Assinatura do contrato: 28/03/2017.

Vigência: da assinatura do contrato, pelas partes, até o dia 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO N.14/2017 – CONVITE n. 003/2017

Objeto: aquisição de materiais e serviços necessários à realização dos eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu, durante o corrente ano.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99)

Contratado: Realiza Eventos EIRELI ME (CNPJ n. 26.407.827/0001-08)

Valor global estimado do contrato: R\$ 10.308,00 (dez mil, trezentos e oito reais).

Data da Assinatura do contrato: 28/03/2017.

Vigência: da assinatura do contrato, pelas partes, até o dia 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO N.15/2017 – CONVITE n. 003/2017

Objeto: aquisição de materiais e serviços necessários à realização dos eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu, durante o corrente ano.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99)

Contratado: HDR Serviços, Comércio e Transportes Ltda (CNPJ n. 14.088.061/0001-67)

Valor global estimado do contrato: R\$6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura do contrato: 28/03/2017.

Vigência: da assinatura do contrato, pelas partes, até o dia 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO N.16/2017 – CONVITE n. 003/2017

Objeto: aquisição de materiais e serviços necessários à realização dos eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu,

durante o corrente ano.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99)

Contratado: CSEE Centro de Soluções em eventos EIRELI EPP (CNPJ n. 19.192.248/0001-20)

Valor global estimado do contrato: R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura do contrato: 28/03/2017.

Vigência: da assinatura do contrato, pelas partes, até o dia 31/12/2017.

Biguaçu/SC, 11 de abril de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.250/2017

DECRETO Nº 11.250, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de 1.893.813,82 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, oitocentos e treze reais e oitenta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 09.01.12.365.0004.2250 – Alimentação Escolar – Educ. Infantil-PNAEP

Modalidade 3.3.90 (744) Aplicações Diretas R\$ 1.868.800,39

Fonte de Recursos 0337.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.453.0006.1165 – Imp. Ciclovias e Calç. – Pac Mob. Méd. Cidades

Modalidade 4.4.90 (745) Aplicações Diretas R\$ 25.013,43

Fonte de Recursos 0383.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.252/2017

DECRETO Nº 11.252, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE BLUMENAU/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, V, combinado com o artigo 75, I, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, combinado com o artigo 3º, XIII, da Lei Complementar nº 921, de 24 de março de 2014, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Juventude de Blumenau (SC),

DECRETA

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Juventude de Blumenau-SC, que será realizada no dia 6 de maio de 2017, na E.E.B Luiz Delfino, Rua São José, 222, Centro – Blumenau/SC, com início às 8h00min e término previsto para as 19h00min.

§ 1º - A Conferência Municipal de Juventude terá como tema central: "As Múltiplas Vozes da Juventude".

§ 2º O objetivo geral da 1ª Conferência Municipal da Juventude será a eleição da gestão 2017/2019 do Conselho Municipal de Juventude, bem como integrar a agenda de juventude municipal ao trabalho desempenhado em âmbito nacional de acordo com as diretrizes estabelecidas na 3ª Conferência Nacional de Juventude de 2015, tendo como resultado final a proposta de um Plano Municipal da Juventude para o Município, nos termos dos art. 3º, II, III, IV, VI, e XIII da Lei Complementar nº 921, de 24 de março de 2014.

§ 3º Além do disposto no parágrafo anterior, estipulam-se os seguintes objetivos:

I - indicar prioridades de atuação do Poder Público na consecução da Política de Juventude;

II - fortalecer a relação entre governos e a sociedade civil para maior efetividade na formulação, execução e controle da Política de Juventude;

III - identificar e fortalecer a transversalidade do tema juventude junto às políticas públicas nos três níveis de governo, principalmente em âmbito municipal;

IV - garantir, ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil, em especial da juventude, aos mecanismos de participação popular e políticas públicas de juventude;

V - elaborar subsídios que viabilizem a construção do Plano Municipal de Juventude;

VI - divulgar e popularizar o conteúdo do Estatuto da Juventude;

VII - mobilizar a sociedade e a diversidade dos meios de comunicação comercial, popular e mídias livres, para a importância das políticas de juventude no desenvolvimento da cidade;

VIII - garantir os aspectos da acessibilidade e da sustentabilidade;

IX - promover o intercâmbio das múltiplas expressões da juventude - esportivas, culturais, científicas, tecnológicas, ambientais, econômicas e outras - de modo a fortalecer iniciativas da organização juvenil e facilitar o estabelecimento de novas redes e comunidades de jovens;

X - garantir a transversalidade do debate sobre o combate e desconstrução das opressões de classe, raça e etnia, religião, orientação sexual, gênero, pessoas com deficiência, em situação de rua ou em cumprimento de pena de privação de liberdade;

XI - garantir em todas as etapas um público jovem, com paridade de gênero, recorte étnico-racial e com diversidade regional.

Art. 2º Fica instituída a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Juventude, composta pelos membros abaixo, divididos em paridade entre o poder público e a sociedade civil:

I - 6 representantes do Poder Público, dos seguintes órgãos:

a) Rafael Heusser - SECTUR - Assessoria Municipal da Juventude;

b) Mônica Elis Schon - GAPREF - Gabinete do Prefeito;

c) Matheus Ramos de Aguiar - FUNCUL - Fundação Cultural de Blumenau;

d) Telmo Duarte Junior - SEDEAD - Secretaria Municipal de

Administração;

- e) Deisi Emanuele Kraemer Troian – PROGEM - Procuradoria Geral do Município;
f) João Paulo Fritzen – CAMARABLU - Câmara Municipal de Vereadores.

II – 6 representantes da sociedade civil:

- a) Bruno Petters – OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;
b) Camila Gonzaga – CIEE – Centro de Integração Empresa Escola de Blumenau;
c) Felipe Butzke Dellacorte - Escola Barão do Rio Branco;
d) Jefferson Back - AIESEC em Blumenau;
e) João Vítor Krieger - AIESEC em Blumenau;
f) William Pereira Rocha - Pastoral da Juventude/Diocese de Blumenau;

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora de que trata o art. 2º deste Decreto:

I – coordenar e promover a realização da etapa municipal;

II – realizar o planejamento de organização da Conferência Municipal;

III – mobilizar a sociedade civil e o poder público para participarem da conferência;

IV - garantir a participação de delegados conforme critérios estabelecidos;

V – viabilizar a infraestrutura necessária à realização da etapa municipal;

VI – aprovar a programação da etapa municipal;

VII – produzir o relatório final e a avaliação da etapa municipal;

VIII – providenciar a publicação do relatório final da etapa municipal, bem como as moções e contribuições diversas que forem aprovadas na Conferência.

Art. 4º Caberá ao Conselho Municipal da Juventude, em parceria com a Comissão Organizadora e a Gerência de Assuntos de Juventude da Prefeitura Municipal, a adoção das providências necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.253/2017

DECRETO Nº 11.253, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de 3.703,32 (três mil, setecentos e três reais e trinta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 09.01.12.361.0004.2036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (746) Aplicações Diretas R\$ 3.703,32

Fonte de Recursos 0362.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.713/2017

PORTARIA Nº 20.713, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA ELENA PEREIRA GASTALDI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando DAF nº 098/2017, de 10/04/2017, resolve:

DISPENSAR, no dia 02 de abril de 2017, a servidora pública municipal MARIA ELENA PEREIRA GASTALDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador da Sinalização Vertical de Trânsito – FGC 70%, na SEURB, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.714/2017

PORTARIA Nº 20.714, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CRISTIANO REICHERT PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando DAF nº 98/2017, de 10/04/2017, resolve:

DESIGNAR, no dia 03 de abril de 2017, o servidor público municipal CRISTIANO REICHERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador da Sinalização Vertical de Trânsito – FGC 70%, na SEURB, constante do Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.715/2017

PORTARIA Nº 20.715, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA ADEMIR RODRIGUES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ADEMIR RODRIGUES, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Regularização Fundiária, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SE-REFH, no dia 05 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09-2207/17 - SAMAE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo de INEXIGIBILIDADE nº 09-2207/2017 SAMAE – Prestação do curso "Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância", para os servidores Sandra A. A. de Oliveira, Viviane Cavalli e Gregório de Borba, no período de 26/04/17 a 28/04/17.

Contratada: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA (36.003.671/0001-53)

Valor total: R\$ 7.470,00

Base legal: Artigos 25, II e 13 VI da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 11/04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2207/17 - SAMAE**PREGÃO PRESENCIAL 06-2202/2017**

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (tubos e conexões galvanizadas; hidrantes; válvulas reductoras de pressão e ventosas; fio de encanador e fita teflon) para

uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM A ITEM.

Empresa(s):

ALBACORE HIDRÁULICA SANEAMENTO E IRRIGAÇÃO EIRELLI - EPP

24.437.754/0001-71

Valor total R\$ 4.890,00

ANGOLINI & ANGOLINI LTDA

CNPJ: 44.829.653/0001-53

Valor Total R\$ 5.028,00

BERMAD BRASIL INDUSTRIA DE VALVULAS LTDA

CNPJ: 01.000.334/0001-28

Valor: R\$ 7.750,00

BERMO VÁLVULAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 82.662.263/0001-20

Valor: R\$ 1.805,97

CCK COMERCIO EIRELI EPP

CNPJ: 22.065.938/0001-22

Valor: R\$ 2.431,30

ELSTER MEDIÇÃO AGUA SA

CNPJ: 21.581.509/0001-45

Valor: R\$ 19.250,00

HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA

CNPJ: 82.977.109/0001-48

Valor: R\$ 30.000,00

RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME

CNPJ: 23.037.457/0001-76

Valor: R\$ 51.414,00

SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 80.706.492/0001-74

Valor: R\$ 1.703,00

VIA D'AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA

CNPJ: 16.637.264/0001-90

Valor: R\$ 1.878,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 11/04/2017

CÂMARA MUNICIPAL**REPUBLICAÇÃO MD 2795****RESOLUÇÃO MD Nº 2.795**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 14 de março de 2017, o servidor público Fabiano André da Silva, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Alexandre Matias – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 10 DE MARÇO DE 2017.

Marcos da Rosa Presidente	
Almir Vieira Vice-Presidente	
José de Souza 1º Secretário	Marcelo Lanzarin 2º Secretário

Bom Retiro

PREFEITURA

424.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PATRICIA I. FLORIANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 424/17 de 10.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 07 de abril de 2017, a funcionária Patrícia Iracema Floriani, Ocupante do cargo de Fisioterapeuta - Padrão I – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

ERRATA MINUTA EDITAL PP 14/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
ERRATA MINUTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Minuta Pregão Presencial 14/2017. Alterar:

ONDE SE LÊ: Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 24/04/17 as 10h00min.

LEIA-SE: Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 26/04/17 as 10h00min.
Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de abril de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

ERRATA MINUTA EDITAL PP 15/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
ERRATA MINUTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Minuta Pregão Presencial 15/2017. Alterar:

ONDE SE LÊ: Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 24/04/17 as 14h00min.

LEIA-SE: Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 26/04/17 as 14h00min.

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de abril de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2017.

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços técnicos profissionais de Engenharia para elaboração de projetos. Valor Total: R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais). Contratado: Gilmar Pereira da Silva. Fundamentação: Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de abril de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito

MINUTA EDITAL PP 16/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 16/2017 para Contratação de empresa para transporte de calcário dolomítico e calcário calcítico a granel, do município de Botuverá até o depósito do município de Bom Retiro. A abertura dos envelopes será dia 27/04/17 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br e solicitações de edital no licitacoespmbr@gmail.com. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 12 de abril de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

**MINUTA INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO
02/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº
02/2017

O Prefeito Municipal, em cumprimento a ratificação pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, faz publicar o presente extrato. Objeto: Contratação da ASSOCIAÇÃO BONRETIRENSE ACADÊMICA - ABRA, para promover o acesso e transporte dos associados desta entidade para as Instituições de Ensinos Superiores e Técnicos Profissionalizantes no município de Lages/SC. Valor total: 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais). Período de duração: até 20/12/2017. Fundamentação Legal: Art. 31, Inciso II, da Lei 13.019/2014, alterada pela 13.2014/2015. Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail (licitacoespmbr@gamil.com).

Bom Retiro, 12 de Abril de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 21/2017

DECRETO Nº 21, DE 28 de MARÇO DE 2017.

"APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS PARA EXERCÍCIO DE 2017."

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a necessidade de desenvolver ações de controle interno do Município de Brunópolis, prevista na Lei 879 de 28 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria para o ano de 2017 do sistema de controle interno do município de Brunópolis – SC.

Art.2º - O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) em 2017, será executado no período de março a dezembro de 2017 de acordo com programação constante no anexo único.

Parágrafo único. O cronograma de execução de trabalhos de auditoria não é fixo, podendo ele ser alterado, suprimindo em parte ou ampliado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar sua execução.

Art.3º- Os resultados das atividades de auditoria serão levados ao conhecimento do Prefeito Municipal e dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessária.

Art.4º O Controlador Interno poderá a qualquer tempo requisitar informações as unidades executoras, independente do cronograma previsto no Plano Anual de Auditoria de 2017.

Parágrafo único. A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da Controladoria interna será comunicada oficialmente ao Prefeito e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art.5º A Controladoria Interna será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o decreto 72/2016.

Brunópolis (SC), 21 de novembro de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no DOM.

ANEXO ÚNICO DECRETO 21/2017.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA 2017

ATIVIDADES MENSAIS	Acompanhar a aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 25% dos recursos recebidos no decorrer do exercício de 2017, provenientes de Impostos e demais transferências em despesas com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino.
	Acompanhar a aplicação pelo Município do mínimo Constitucional de 15% dos recursos recebidos no decorrer do exercício de 2017 provenientes de Impostos e demais transferências, em despesas com ações e serviços públicos, efetivamente realizadas com Saúde.
	Acompanhar aplicação pelo Município do mínimo constitucional de 60% do FUNDEB.
	Acompanhar a situação do Município no Subsistema CAUC, integrado no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), verificando pendências e orientando os Departamentos competentes para a sua regularização.
	Acompanhar as admissões e demissões do setor de Recursos Humanos
	Conferir a documentação apresentada nos processos de adiantamento e emitir pareceres.
	Verificar a inserção dos dados no sistema E-Sfinge Obras do TCE/SC.
	Acompanhar a execução orçamentária e financeira pelas diversas secretarias e Fundos Municipais.
	Acompanhar mensalmente por amostragem a posição dos empenhos, visando seu controle, com verificação das fontes de recursos e históricos.
	Analisar as prestações de contas de convênios de repasse e outros e elaborar pareceres
	Realizar orientações bem como emissão de relatórios, orientações e pareceres por escrito quando solicitados, ou ainda, quando identificadas irregularidades ou ineficiências.
	Acompanhar mensalmente a evolução do percentual de gastos com a folha de pagamento do Executivo.

MESES	SETORES PARA AUDITAR
Março	Elaborar normativas de instruções que orientem o trabalho do controle por secretaria e departamento
	Verificar normativas existentes no setor de frotas, patrimônio, recursos humanos (horas-extras, gratificações, verificação ponto) comissões permanentes existentes, conselhos existentes no setor de administração, fundo de saúde
Abril	Continuar na elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
	Com base na IN-TC 21/2015 do TCE/SC, analisar a regularidade dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades realizadas a partir de janeiro de 2017 até março de 2017. Por amostragem.
	Verificar a regularidade de pagamento as horas extras conforme legislação municipal dois servidores por secretaria
	Verificar efetividade do controle de patrimônio.

Maio	Acompanhar a Audiência Pública do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2017 conforme disposto no §4º do artigo 9º da LRF.
	Verificar a existência e utilização de diário de bordo em todas as Secretarias.
	Verificar as admissões se estão em consonância com a IN. TC-11/2011, por amostragem
	Verificar e analisar processos de diárias concedidas aos servidores públicos da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde. Analisar uma amostragem de até 02 diárias por secretaria.
Junho	Normativas continuar a elaborar
	Inspecionar e verificar por amostragem o estoque da Merenda escolar e do material de higiene e limpeza da Secretaria da Educação.
	Acompanhar elaboração do PPA
	Verificar repasses setores educação, saúde, assistência social por amostragem dois repasses por segmento
	Analisar a despesa paga no setor de contabilidade do ano de 2017. Por uma amostragem de 02 meses a serem escolhidos de forma aleatória. Sendo um mês da Prefeitura e outro do Fundo Municipal de Saúde.
Julho	Continuar a elaboração de Instruções Normativas para os diversos setores da administração.
	Analisar diários de bordo de veículos e máquinas do Município, por amostragem.
	Verificar contratos do Transporte Escolar.
	Acompanhar a publicação dos relatórios da LRF
Agosto	Verificar in loco, por amostragem, os serviços terceirizados do transporte escolar.
	Proceder verificação in loco em diversos setores para conferência do patrimônio, confrontando o Termo de Responsabilidade de posse de cada responsável com os bens móveis efetivamente existentes no setor.
	Verificar, por amostragem, se os bens imóveis e bens duráveis móveis adquiridos no período de janeiro a julho de 2017 foram devidamente registrados e inventariados no sistema de patrimônio conforme disposto no Decreto 68/2016
Setembro	Acompanhar a Audiência Pública do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2017 conforme disposto no §4º do artigo 9º da LRF.
	Acompanhar a elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária.
	Acompanhar a Audiência Pública do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2017 conforme disposto no §4º do artigo 9º da LRF
	Inspecionar a folha de pagamento dos servidores de no mínimo duas (2) secretarias.
Outubro	Verificar setor de tributação por meio check list.
	Com base na IN-TC 21/2015 do TCE/SC, analisar a regularidade dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades realizadas a partir de maio de 2017 até agosto de 2017. Por amostragem.
	Acompanhar a elaboração da LOA – Lei do Orçamento Anual
	Verificar andamento avaliação servidores efetivos e em estágio probatório.

Novembro	Verificar recursos humanos admissões e demissões por amostragem em consonância com a IN.TC-11/2011
	Verificar os diversos programas implantados na Secretaria da Agricultura, com base na legislação existente, avaliando os controles existentes.
Dezembro	Acompanhar o fechamento contábil.
	Elaborar e aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para 2018

BRUNOPOLIS, 28 DE MARÇO DE 2017.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 22/2017

DECRETO Nº 022 de 28 de março de 2017

AUTORIZA COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. Autorizar a complementação da remuneração dos servidores municipais cujos vencimentos sejam inferiores ao valor do salário mínimo federal.

Art. 2º. A complementação de que trata o artigo primeiro não se incorporará à remuneração para quaisquer fins e cessará independente de qualquer ato tão logo os vencimentos dos servidores beneficiados igualem ou ultrapassem o valor do salário mínimo federal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao mês de janeiro do corrente ano de 2017.

Brunópolis, 28 de março de 2017.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se no DOM.

DECRETO Nº 23/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº. 023, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUNÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei 016/1997 e alterações;

DECRETA:

Artigo 1º. Fica NOMEADO o Conselho Municipal de Saúde de Brunópolis o qual passa a ter a seguinte composição:

I - Representantes do Governo:

a) 3 (três) Representantes indicados pelo Poder Executivo;

Titular: Judite Conte Da Rosa

Suplente: Daniela Alexandre

Titular: Valdirene Reis

Suplente= Rosa Betiolo

Titular: Girlene Tormen
Suplente= Adriana Moscon

II - Representantes dos Profissionais da Saúde:

a) 02 (dois) Representante dos Profissionais ligados a área da Saúde.

Titular: Lucimara Ferreira- Presidente
Suplente= Francile Souza

Titular: Carolina Tonin
Suplente = Vanessa Silveira

IV - Representantes dos Usuários:

a) 01 (Um) Representante do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Brunópolis

Titular: Maria Aparecida Dos Santos Gomes
Suplente: Alexandre Unzanaro

b) 01 (Um) Representante do Clube da Terceira Idade;
Titular: Elario Rosseuscher
Suplente: Ari Weber

c) 01 (Um) Representante das APPs;
Titular: Valderi Gonçalves
Suplente= Joao Batista Ross

d) 02 (Dois) Representante das Instituições Religiosas

Titular: Leonardo Graupaner
Suplente= Iria Talamine

Igreja Evangelica 1 Representante
Titular: João Leobet
Suplente= Bronilde Leobet

Art.2º. Este conselho terá mandado de dois anos permitida recondução por mais um período igual mandato.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Brunópolis, em 10 de abril de 2017.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no DOM.

DECRETO Nº 24/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 024, DE 10 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 13/04/2017.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando o Feriado da sexta-feira santa dia que será no dia 14 de abril de 2017; e

Considerando as festividades que antecedem a Páscoa;

DECRETA:

Art. 1º. Não haverá expediente no período vespertino no dia 13 de abril de 2017, nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços considerados essenciais, aqueles relacionados à saúde, a vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será de responsabilidade de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 10 de abril de 2017.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 001-17

RESOLUÇÃO nº 001/2017

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO NA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.

VEREADOR ALEXANDRE AUDÁLIO UNZANARO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - De conformidade com o § 1º do artigo 51 da Lei Federal 8.666/93, para as licitações na modalidade de Convite, a Comissão Permanente fica substituída pela servidora Karina Josiane Scolaro Scolari, CPF 045.699.819-50, Gislane Caggiano, CPF 754.940.789-49 e Andrea Pugsley, CPF 583.732.179-91, sendo presidida pela servidora Karina J. S. Scolari.

Artigo 2º - Fica nomeado Pregoeiro para as licitações na modalidade de Pregão, conforme a seguir:

Pregoeiro:
Karina Josiane Scolaro Scolari, CPF 045.699.819-50.

Artigo 3º - Esta Portaria tem vigência a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vereador Alexandre Audálio Unzanaro
Presidente

REGISTRE E PUBLIQUE-SE

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 008/2017 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 008/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 008/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para Registro de Preços, para Aquisição de materiais de construção diversos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 27 de abril de 2017, às 13:00 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 11895/2017

PORTARIA N.º 11.895, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143/2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Aloiz Alex Diegoli para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JOÃO ROBERTO BEUTING

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

Caçador

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA TP01/2017 - PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO
PROCESSO Nº 09/2017 - Tomada de Preço NºTP01/2017

Reuniram-se no dia 11/04/2017 às 14:10, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 7053, para deliberar e julgar a documentação de habilitação das empresas participantes da sessão de abertura da Tomada de Preço, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS RUAS IGNES BORTOLON PIVATTO, OCTACÍLIO TRINDADE CORDEIRO, ONOFRE PEREIRA, SEBASTIÃO VELASQUES, RICARDO ANGELLI E JOSÉ SOUZA. Constatou-se a participação das seguintes empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, QUALIDADE CONTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA – EPP, FOCUS SERVIÇOS EIRELI – ME E MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMENTAÇÕES LTDA. Passou-se, então, à análise da documentação apresentada nos envelopes de habilitação das participantes. Após análise detalhada de todas as exigências de habilitação do edital, as empresas apresentaram os seguintes manifestações: em relação a empresa FOCUS SERVIÇOS EIRELI – ME deixou de apresentar garantia de proposta, data da declaração de que não emprega menores com o ano de 2016 e índice de liquidez excessivo; em relação a empresa MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMENTAÇÕES LTDA não apresentou certidão simplificada no momento do credenciamento. A Comissão decidiu por inabilitar a empresa FOCUS SERVIÇOS EIRELI – ME por desatender ao item 2.1 letra p do edital (referente a apresentação de garantia), em relação as outras manifestações não foram acolhidas por entender que seria excesso de formalismo e o cálculo do Índice de Liquidez foi baseado nos dados apresentados. Em relação a empresa MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMENTAÇÕES LTDA, a comissão realizou diligência baseada no artigo 43 da Lei 8.666/93, junto a JUCESC/Florianópolis que informou que a declaração de Enquadramento de ME com a autenticação da própria JUCESC comprova que a empresa é ME, resolvendo por manter os benefícios atribuídos a empresas ME. A Comissão Especial determinou a publicação do resultado da fase de habilitação no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Caçador no dia (12 de abril de 2017), ficando aberto o prazo para recurso até (20 de abril de 2017). Não havendo interposição de recursos ou sendo os mesmos intempestivos, fica, de logo, designado o dia 24, às 14h00min, para abertura dos envelopes com as propostas de preços. Em caso de interposição de recurso, serão as demais empresas intimadas por correio eletrônico, para apresentarem suas contrarrazões. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 10-2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 26/2017 – Pregão Presencial – 10-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO BRASIL, DO ESTADO, DO MUNICÍPIO E DO CONTESTADO, DESTINADAS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/04/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/04/2017 às 14h05min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 11 de abril de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.063

DECRETO Nº 7.063, de 22 de março de 2017.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 6.633/2015, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.633, de 30 de novembro de 2015, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

4 – Fundação Municipal de Esportes

Titular: Mara Célis Andrade Pagnussatt

Suplente: Lais Souza de Moraes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.070

DECRETO Nº 7.070, de 27 de março de 2017.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de quatro áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 0.414, 35.461, 35.464 e 35.465, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Clube Caçadoreense de Bochas, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 884,20m² (oitocentos e oitenta e quatro metros e vinte decímetros quadrados), situado na Rua Vitor Meirelles, parte do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Vitor Meirelles; deste, segue, confrontando com a Rua Vitor Meirelles com o azimute de 113°17'40" e a distância de 18.30m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.464 com o azimute de 188°55'59" e a distância de 30.10m até o marco 14; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.464 com o azimute de 231°31'35" e a distância de 10.10m até o marco 12; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.461 com o azimute de 301°14'57" e a distância de 24.90m até o marco 11; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 5.787 e nº 2.954 com o azimute de 29°21'02" e a distância de 34.81m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – terreno urbano com 1.317,52m² (um mil, trezentos e dezessete metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), situado na Rua São Francisco de Assis, parte do marco 10=PP, situado na confrontação com a Rua São Francisco de Assis, parte do marco 9=PP, situado na confrontação com a Rua São Francisco de Assis; deste, segue, confrontando com a Rua São Francisco de Assis com o azimute de 33°24'09" e a distância de 25.19m até o marco 10; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 5.787, nº 0.414 e nº 35.464 com o azimute de 121°14'57" e a distância de 50.30m até o marco 13; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.464 com o azimute de 213°24'40" e a distância de 27.24m até o marco 15; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.465 com o azimute de 303°35'05" e a distância de 50.26m até o marco 9=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

III - terreno urbano com 2.659,73m² (dois mil, seiscentos e cinquenta e nove metros e setenta e três decímetros quadrados), situado na Rua Vitor Meirelles, parte do marco 1=PP, situado na confrontação com a Rua Vitor Meirelles; deste, segue, confrontando com a Rua Vitor Meirelles com o azimute de 113°17'40" e a distância de 12.24m até o marco 2; deste, segue, confrontando com a Rua Vitor Meirelles com o azimute de 146°28'52" e a distância de 38.95m até o marco 3; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 8.878 e nº 28.942 com o azimute de 213°43'27" e a distância de 50.17m até o marco 4; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 28.942 com o azimute de 298°18'49" e a distância de 1.29m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 28.942 com o azimute de 213°39'42" e a distância de 17.51m até o marco 6; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 5.218 com o azimute de 303°35'42" e a distância de 29.89m até o marco 7; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 35.465 e nº 35.461 com o azimute de 33°24'40" e a distância de 44.08m até o marco 13; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.461 com o azimute de 301°14'57" e a distância de 7.03m até o marco 12; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.414 com o azimute de 51°31'35" e a distância de 10.10m até o marco 14; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.414 com o azimute de 8°55'59" e a distância de 30.10m até o marco 1=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

IV - terreno urbano com 846,76m² (oitocentos e quarenta e seis

metros e setenta e seis decímetros quadrados), situado na Rua São Francisco de Assis, parte do marco 8=PP, situado na confrontação com a Rua São Francisco de Assis; deste, segue, confrontando com a Rua São Francisco de Assis com o azimute de 33°25'26" e a distância de 16.85m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.461 com o azimute de 123°35'05" e a distância de 50.26m até o marco 15; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 35.464 com o azimute de 213°24'40" e a distância de 16.84m até o marco 7; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 5.218 com o azimute de 303°34'44" e a distância de 50.26m até o marco 8=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 5.708,21m² (cinco mil, setecentos e oito metros e vinte e um decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Vitor Meirelles; deste, segue, confrontando com a Rua Vitor Meirelles com o azimute de 113°17'40" e a distância de 30.54m até o marco 1; deste, segue, confrontando com a Rua Vitor Meirelles com o azimute de 146°28'52" e a distância de 38.95m até o marco 2; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 8.878 e nº 28.942 com o azimute de 213°43'27" e a distância de 50.17m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 28.942 com o azimute de 298°18'49" e a distância de 1.29m até o marco 4; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 28.942 com o azimute de 213°39'42" e a distância de 17.51m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 5.218 com o azimute de 303°35'42" e a distância de 29.89m até o marco 6; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 5.218 com o azimute de 303°34'44" e a distância de 50.26m até o marco 7; deste, segue, confrontando com a Rua São Francisco de Assis com o azimute de 33°25'26" e a distância de 16.85m até o marco 8; deste, segue, confrontando com a Rua São Francisco de Assis com o azimute de 33°24'09" e a distância de 25.19m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.787 com o azimute de 121°14'56" e a distância de 18.37m até o marco 10; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 5.787 e nº 2.954 com o azimute de 29°21'02" e a distância de 34.81m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de março de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.071

DECRETO Nº 7.071, de 28 de março de 2017.

Substitui membros nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 6.595, de 26 de outubro de

2015 e suas alterações, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

5) Fundação Municipal de Esportes

Titular: Mara Célis Andrade Pagnussatt

Suplente: Carine Marla Bosetti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de março de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.072

DECRETO Nº 7.072, de 29 de março de 2017.

Nomeia Comissão Técnica e Comissão Comunitária da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, na Lei Municipal nº 3.007, de 20/06/2013, mais o previsto na Lei Federal nº 12.608, de 10/04/2012,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão Técnica e a Comissão Comunitária da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, na forma que segue:

I - COMISSÃO TÉCNICA

1-Representante da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural:

SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS
MARDIONICE HELENA PARES

2-Representante da Secretaria de Infraestrutura:

EDUARDO KMELIUSKAS
RONALDO BOHRER

3-Representante da Secretaria da Fazenda:

MARA DO AMARAL E SILVA
NEDIVAL RODRIGUES DA CRUZ

4-Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

SIMONE MARIA FOSCARINI
ALMIR PAULO DIAS

5-Representante do IPPUC:

CAROLINA FRUET DE LIMA
EMERSON SCHMIDT

6-Representante do Tiro de Guerra 05-006:

EMERSON ANDREI BRUM DE OLIVEIRA
MARCELO DOS SANTOS FERNANDES

7-Representante da Polícia Ambiental:

MARCOS ANTONIO SPOCZAK
MIGUEL DE OLIVEIRA LIMA

8-Representante da Delegacia Regional de Polícia:

MARCELI ANDRÉIA DALLE LASTRE

FABIO LUIZ DUMMEL

9-Representante da 4a Cia 3o Batalhão de Polícia Militar:

EDILSON LUIZ TARNIOVICZ
MARCOS EVANDRO TARNIOVICZ

10-Representante das Centrais Elétricas de Santa Catarina- CELESC:

KARIM AFIF ALEMSAN
GILSON ANTÔNIO CASTANHEIRA

11-Representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento- CASAN:

RODRIGO JUNIOR CREPALDI
ALAN ROQUE DAPIEVE

12-Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina- EPAGRI S.A:

DORVILIO BUFFON
JOSÉ MARIA HAWERROTH

13-Representante da Companhia Catarinense Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina- CIDASC:

ALVARO DOURADO
SERGIO OMAR OLIVEIRA

14-Representante da Agência de Desenvolvimento Regional:

JEAN CARLO RIBEIRO
SELMA KAUL

15-Representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Caçador- ADEAC:

ROSANE GARCEZ CEZAR
LUIZ GUSTAVO MODESTI

16-Representante do Conselho de Engenharia Arquitetos e Agromonia- CREA:

CARINE MARCON
OSMAR FÁBIO D'AGOSTINI

17-Representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador-BOMBEIROS:

ANDERSON CAETANO DE SOUZA
JOSÉ RICARDO DOS SANTOS

18-Representante da Guarda Municipal de Caçador:

FABIO DE LIMA GARCIA
SANDRO CLAUDINEI KIESKI

19-Representante da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema:

DENISE CHIARELLO HARTMANN
GUSTAVO KUCHER FURLIN

II- COMISSÃO COMUNITÁRIA

1-Representante da Secretaria de Saúde:

CARMEM SILVIA BATTISTELLA
PAULA FRANCIELLY ZITKIEVICZ

2-Representante da Secretaria de Assistência Social:

ROMERO COAS
NEIVA VIECELI

3-Representante da Câmara Municipal:

STÉFANI CIVIDINI BACK
JAIR RIBEIRO PEDROSO

4-Representante da Associação Empresarial de Caçador- ACIC:

ROSECLER FAORO

CRISTIANE SCHWARTZ

5-Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador-
CDL:
VALTAIR JOSÉ CARDOSO DE VARGAS
GIOVANE JOSÉ KRUSCINSCK

6-Representante da Associação das Micros e Pequenas Empresas
de Caçador- AMPE:
MARIA HELENA DUARTE
CAREN CATARINA FENDT

7-Representante dos Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE:
NEIDE MARIA DRIESSEM BAÚ
NEIDE TRENTA YOSHIDA

8-Representante da Comissão Municipal de Assistência a Infância e
Adolescência- ACEIAS:
MARIA DE LOURDES ROMANN ROSS CERATTI
JANICE PAULEK RIBEIRO

9-Representante da UNIARP:
JAISON CAETANO DA SILVA
FERNANDO FICAGNA

10-Representante do Hospital Maicé:
TIAGO LUIZ DA SILVA
ARY STOCKSCHNEIDER

11-Representante da Secretaria de Educação:
MAURICIO LUIZ SOMENSI
WAGNER SEVERGNINI

12-Representante do Grupo de Escoteiros Pindorama:
ALAN JOSÉ DA SILVA
HUMBERTO LUIZ BREZOLIN

13-Representante da 10ª Gerência Regional de Educação:
MARLI AMENT
14-Representante da Loja Maçônica Luiz Balster:
ALCACIUS ANDRÉ SUZIN
ELOI BETTONI

15-Representante da Loja Maçônica XV de Novembro:
CARLINHO JOSÉ BAZZEI
JOÃO CARLOS SCHUMACHER

16-Representante da Associação Caçadoreense de Deficientes Físi-
cos- ACADEF:
JOSÉ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
FABRICIO R. COMUNELLO

17-Representante da União das Associações de Moradores de Ca-
çador- UAMC:
IZILDA APARECIDA ROSSETTO BOUFLEUER
PAULO DA ROSA GEREMIAS

18-Representante do SESC:
GICERLEI CANDIAGO
GUSTAVO ZARDO

19-Representante da Associação de Reservistas Duque de Caxias:
ODAIR URIO

20-Representante das Rádios Caçador FM e Caçanjurê AM:
MURILO ROSO
FLAVIO HENRIQUE DOS SANTOS

21-Representante da ACIJO Associação dos Jornais de Caçador:

JULIANA GOMES
RAFAEL SEIDEL

22-Representante do Caçador Jeep Clube:
SÉRGIO SCOLARO
ALCIONE BONATTO

23-Representante do Caçador Moto Clube:
PAULO LUIZ PRIGOL
DANIEL CORDEIRO

24-Representante da Cúria Diocesana:
FÁBIO BARBOSA DE MIRANDA
JOÃO CLAUDIO CASARA

25-Representante da FATMA:
DARIO FRANCIO
PAULA ELIZA SEGAT

26-Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-
SENAI:
CARLOS EDUARDO SCHULLER
ALCEDIR KADES DA ROCHA
27-Representante do Serviço Nacional da Indústria- SESI:
EVANDRO DA SILVA
ALDO JOSÉ FAUSTINO

28-Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comer-
cial- SENAC:
MARCIO PIRES DE CAMARGO
CLAITON ALOISE RIBEIRO DE CAMARGO

29-Representante do Lions Clube:
NELVIO THOMAZ DE SOUZA JUNIOR
RONALDO RIEDI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.619, de 02 de julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de março de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.073

DECRETO Nº 7.073, de 04 de abril de 2017.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras pro-
vidências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribui-
ções legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Muni-
cípio, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Com-
plementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e
suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de três áreas de terrenos urba-
nos, objetos das matrículas nºs 11.038, 11.039 e 34.848, do Regis-
tro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de
Panificadora e Confeitaria Santelmo Ltda, resultando em 01 (uma)
área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformi-
dade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte
integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 435,88m² (quatrocentos e trinta e cinco

metros e oitenta e oito decímetros quadrados), parte do marco 3=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 0.358; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.358 com o azimute de 190°54'36" e a distância de 24.60 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 259°40'11" e a distância de 17.95 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.848 com o azimute de 14°58'38" e a distância de 31.76 m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 11.039 com o azimute de 103°11'44" e a distância de 14.49 m até o marco 3=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – terreno urbano com 346,95m² (trezentos e quarenta e seis metros e noventa e cinco decímetros quadrados), parte do marco 1=PP, situado na confrontação com os imóveis constantes das matrículas nº 7.559 e nº 13.721; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 7.559 e nº 13.721 com o azimute de 112°22'49" e a distância de 12.85 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.358 com o azimute de 190°54'36" e a distância de 24.53 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 11.038 com o azimute de 283°11'44" e a distância de 14.49 m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.848 com o azimute de 14°58'38" e a distância de 26.57 m até o marco 1=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

III - terreno urbano com 886,85m² (oitocentos e oitenta e seis metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), parte do marco 0=PP, situado na confrontação com os imóveis constantes das matrículas nº 0.255 e nº 7.559; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 0.255 e nº 7.559 com o azimute de 111°48'05" e a distância de 14.10 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 11.039 e nº 11.038 com o azimute de 194°58'38" e a distância de 58.33 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 259°38'56" e a distância de 9.62 m até o marco 6; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 273°44'36" e a distância de 2.62 m até o marco 7; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 281°26'49" e a distância de 3.25 m até o marco 8; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.126 com o azimute de 15°25'31" e a distância de 64.84 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 1.669,68m² (um mil, seiscentos e sessenta e nove metros e sessenta e oito decímetros quadrados), parte do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Goiás; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 259°40'11" e a distância de 17.95 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 259°38'56" e a distância de 9.62 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 273°44'36" e a distância de 2.62 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com a Rua Goiás com o azimute de 281°26'49" e a distância de 3.25 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.126 com o azimute de 15°25'31" e a distância de 64.84 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 0.255 e nº 7.559 com o azimute de 111°48'05" e a distância de 14.10 m até o marco 6; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 7.559 e nº 13.721 com o azimute de 112°22'49" e a distância de 12.85 m até o marco 7; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.358 com o azimute de 190°54'36" e a distância de 49.13 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos

competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de abril de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.074

DECRETO Nº 7.074, de 05 de abril de 2017.

Substitui membro nomeado para compor o Conselho Municipal de Educação - COMED.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 1.801, de 09/09/2002 e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 6.936, de 04 de novembro de 2016, para compor o Conselho Municipal de Educação - COMED, conforme segue:

V. Representante da Educação Infantil da Rede Particular de Ensino
Titular:

Suplente: Marcio Batista de Souza

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de abril de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.075

DECRETO Nº 7.075, de 05 de abril de 2017.

Designa Comissão de Monitoramento e Avaliação para parceria no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas as Servidoras Públicas Municipais SANDRA SPAUTZ GRANEMANN, ocupante do cargo de Diretora Geral da Secretaria de Saúde, CARMEM SILVIA BATTISTELLA, ocupante do cargo de Assistente Social (Controle e Avaliação) e THIAGO MUNIZ DE LIMA, ocupante do cargo de Médico, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a parceria com a Sociedade Franco Brasileira - Hospital Maicé.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de abril de 2017.
Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.081

DECRETO Nº 7.081, de 11 de abril de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2017, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme segue:

50.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

8.244.005.2.193.3 – Manutenção do Convênio ACEIAS e AMAR
3.3.50.00.0.1.00(253) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão anuladas parcialmente despesas da fonte de recursos Próprios, conforme descritas abaixo:

50.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

8.244.005.2.193 – Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.00.0.1.00(256) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de abril de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 27.726

PORTARIA Nº 27.726, de 23 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, local de lotação e período da licença:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Período
14710	Amanda de Almeida Kirschner	Diretora de Extensão Rural	Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural	22/02/2017 a 20/08/2017

2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.731

PORTARIA Nº 27.731, de 23 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso IV, do artigo 71, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos públicos abaixo listados em virtude da aposentadoria dos Servidores, especificando código, nome do Servidor, cargo, carga horária semanal, local de lotação e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Local de lotação	Data da vacância
3278	Frenezi de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	35h	Secretaria Municipal da Saúde	01/01/2017
896	José Alves Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	44h	Secretaria Municipal de Infraestrutura	01/02/2017
932	Juracema Teodoro	Auxiliar de Serviços Gerais	44h	Secretaria Municipal da Saúde	06/02/2017
161	Lair de Fátima Carneiro Klabunde	Professora do Ensino Fundamental I	40h	Secretaria Municipal da Educação	01/02/2017
918	Samuel Flores Alves	Encanador	44h	Secretaria Municipal de Infraestrutura	13/02/2017
6961	Sandra Mara Moschetta da Silva	Professora do Ensino Fundamental I	20h	Secretaria Municipal da Educação	20/02/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.734

PORTARIA Nº 27.734, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 27.674, de 1º de fevereiro de 2017, que designa Servidores para exercerem a Função de Confiança de Direção Escolar,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 312, de 22 de fevereiro de 2017, que altera e acresce dispositivos na Lei Complementar nº 286 de 2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 27.674, de 1º de fevereiro de 2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados

para exercerem a Função de Confiança de Direção Escolar, especificando: código, nome, cargo efetivo e respectiva carga horária, escola atual de lotação, escola de exercício da função de Direção e nova carga horária a ser desempenhada, com efeitos a contar desta data:

Leia-se :

DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados para exercerem o Cargo de Confiança de Direção Escolar, especificando: código, nome, cargo efetivo e respectiva carga horária, escola atual de lotação, escola de exercício da função de Direção e nova carga horária a ser desempenhada, com efeitos a contar desta data:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.805

PORTARIA Nº 27.805, de 24 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira, especificando código, nome, cargo e nível ascendido, a ser pago a contar do mês de março de 2017:

Código	Nome	Cargo	Nível Ascendido
1836	Aldecir Barp	Motorista de Caminhão	Nível 8
12738	Edilaine Casaletti	Psicólogo	Nível 1
1439	Isaac Alves de Mello	Guarda Patrimonial Municipal	Nível 9
10638	Luciana Maria da Costa	Auxiliar de Administração	Nível 2
11686	Sandra Tomazini Scolari Moraes	Assistente Administrativo	Nível 2

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.808

PORTARIA Nº 27.808, de 27 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º COLOCAR À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, para atuar junto ao projeto “Criando e Recriando na Educação”, a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal, escola de lotação e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Escola de lotação	Data da disposição
1043	Lucimar dos Santos	Auxiliar de Creche e Berçário	20h	EMEB Irmão Venêncio José	10/03/2017

Art. 2º ALTERAR A CARGA HORÁRIA da Servidora para 40 (quarenta) horas semanais enquanto durar a disposição prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.809

PORTARIA Nº 27.809, de 27 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 27.667, de 31 de janeiro de 2017, que concede o gozo de licença prêmio a Servidoras Públicas Municipais lotadas na Secretaria Municipal da Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a pedido, os efeitos da Portaria nº 27.667, de 31 de janeiro de 2017, somente no que se refere à Servidora Pública Municipal NARA TESCKE, matrícula 7683 e ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 22 de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.810

PORTARIA Nº 27.810, de 28 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 124 e 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando código, nome, cargo, local de lotação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	Período de Aquisição	Período de gozo
790	Andiara Zeni	Professora de Ensino Fundamental I	Secretaria da Educação	09/02/2003 a 09/02/2008	23/03/2017 a 21/04/2017
854	Cláudio Antônio Machado	Técnico Agrícola	Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural	16/03/2012 a 16/03/2017	22/03/2017 a 19/06/2017
892	Cleony Lopes Barbosa Figur	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social e Habitação	01/04/2007 a 01/04/2012	01/04/2017 a 30/05/2017
629	Eliete Catarina D'Agostini	Técnica em Secretariado	Secretaria da Administração	11/03/2012 a 11/03/2017	16/03/2017 a 14/04/2017
681	Jânio de Azambuja Viana	Professora de Ensino Fundamental II	Secretaria da Educação	02/03/1997 a 02/03/2002	01/04/2017 a 30/04/2017
681	Jânio de Azambuja Viana	Professora de Ensino Fundamental II	Secretaria da Educação	02/03/2002 a 02/03/2007	01/05/2017 a 29/07/2017
1318	Maria Geni Huçulak	Servente Educação	Secretaria da Educação	21/10/2007 a 21/10/2012	03/03/2017 a 01/04/2017
4264	Vera Lúcia de Moura	Professora da Educação Infantil	Secretaria da Educação	02/02/2004 a 02/02/2009	06/03/2017 a 03/06/2017
4264	Vera Lúcia de Moura	Professora da Educação Infantil	Secretaria da Educação	02/02/2009 a 02/02/2014	04/06/2017 a 01/09/2017
942	Vera Lúcia Tibes	Servente Educação	Secretaria da Educação	13/10/1994 a 13/10/1999	20/03/2017 a 18/04/2017
942	Vera Lúcia Tibes	Servente Educação	Secretaria da Educação	13/10/1999 a 13/10/2004	19/04/2017 a 18/05/2017
942	Vera Lúcia Tibes	Servente Educação	Secretaria da Educação	13/10/2004 a 13/10/2009	19/05/2017 a 17/06/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.811

PORTARIA Nº 27.811, de 28 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso I, do §1º, do artigo 71, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal EVERTON PAULO FOLLETO, matrícula 17700, ocupante do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculado ao Gabinete do Prefeito e nomeado através da Portaria nº 27.773, de 06 de março de 2017.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima, nos termos do inciso I do artigo 71 da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.812

PORTARIA Nº 27.812, de 28 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso IV, do artigo 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
14053	Maria Elena de Oliveira Eger	Agente de Combate às Endemias	05	28/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de março de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.813

PORTARIA Nº 27.813, de 29 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Data do óbito
124	Juliana Mantovani	Auxiliar de Serviços Gerais	08	25/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de março de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.814

PORTARIA Nº 27.814, de 29 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 3º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências, e inciso I, do artigo 473, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Data do óbito
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitária de Saúde	02	25/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de março de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.815

PORTARIA Nº 27.815, de 30 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso V, do artigo 71, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR A VACÂNCIA do cargo público abaixo listado, especificando código, nome da Servidora, cargo, carga horária semanal, local de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Carga horária	Local de lotação	Motivo da vacância	Data da vacância
7668	Lilian Eger Pontes	Monitora Instrumental	40h	Fundação Municipal de Cultura	Falecimento	28/02/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.816

PORTARIA Nº 27.816, de 30 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o artigo 114 e §6º, do artigo 29, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, unidade escolar de lotação e período da licença:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	Período
14162	Janaina Girardi Inácio Santos	Professora da Educação Infantil	EMEB Irmão Venâncio José	01/03/2017 a 27/08/2017

Art. 2º SUSPENDER o estágio probatório da Servidora Pública Municipal Janaina Girardi Inácio Santos, nomeada pela Portaria nº 26.524, de 17 de fevereiro de 2016, nos termos do §6º do artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.817

PORTARIA Nº 27.817, de 30 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto no §6º, do artigo 29, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER o Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, em virtude de exercício de função incompatível com o do cargo efetivo, especificando código, nome do Servidor, cargo efetivo, cargo de confiança, portaria da designação e data da início da suspensão, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo efetivo	Cargo de confiança	Portaria da designação	A contar de
14161	Adriana Antunes da Silva	Professora de Educação Infantil	Diretora Escolar	27.674, de 01 de fevereiro de 2017, retificada pela 27.734, de 24 de fevereiro de 2017	1º/02/2017
14149	Ana Paula Spuldaro Peretto	Professora de Ensino Fundamental II	Coordenadora Geral	27.763, de 24 de fevereiro de 2017	24/02/2017
14863	Daniel Pereira Rafaelli Filho	Professor de Ensino Fundamental II	Coordenador de Setor	27.763, de 24 de fevereiro de 2017	24/02/2017
14213	Diego André Bridi	Professor de Ensino Fundamental II	Diretor Escolar	27.674, de 01 de fevereiro de 2017, retificada pela 27.734, de 24 de fevereiro de 2017	1º/02/2017
14201	Fabiana Rodrigues Moschetta	Especialista em Assuntos Educacionais	Diretora Escolar	27.674, de 01 de fevereiro de 2017, retificada pela 27.734, de 24 de fevereiro de 2017	1º/02/2017
14225	Karla Mary Bechert	Especialista em Assuntos Educacionais	Coordenadora de Setor	27.763, de 24 de fevereiro de 2017	24/02/2017
14166	Marluci Dalpiaz Blaskowski	Professora de Educação Infantil	Coordenadora de Setor	27.763, de 24 de fevereiro de 2017	24/02/2017
14216	Mauricio Luiz Somensi	Professor de Ensino Fundamental II	Assessor de Setor	27.763, de 24 de fevereiro de 2017	24/02/2017
14222	Pamela Cristina Fiorese Andrade	Professora de Ensino Fundamental II	Diretora Escolar	27.674, de 1º de fevereiro de 2017, retificada pela 27.734, de 24 de fevereiro de 2017	1º/02/2017
14220	Wagner Severgnini	Professor de Ensino Fundamental II	Coordenador Geral	27.763, de 24 de fevereiro de 2017	24/02/2017

Art. 2º A suspensão permanecerá enquanto durar o impedimento, tempo que deverá ser repostado para findar o Estágio Probatório.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.818

PORTARIA Nº 27.818, de 30 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso I, do §1º, do artigo 71, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal TATIANE APARECIDA POLO, matrícula 10027, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e nomeada através da Portaria nº 19.419/10, de 26 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.819

PORTARIA Nº 27.819, de 30 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos §§3º e 4º, do art. 184, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, a ser pago a partir do mês de março, especificando código, nome, cargo e data de admissão, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Data de admissão
596	Marilene Salete Setti	Professora do Ensino Fundamental I	10/02/1992

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.820

PORTARIA Nº 27.820, de 30 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos §§3º e 4º, do art. 184, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, a ser pago a partir do mês de março, especificando código, nome, cargo e data de admissão, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Data de admissão
943	Neusa Ferreira	Merendeira Escolar	01/04/1992

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.821

PORTARIA Nº 27.821, de 30 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 53, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, em virtude da apresentação de Certificado de Curso de Mestrado, especificando código, nome, cargo nível/referência atual e nível/referência da progressão:

Código	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência Nova
8660	Ecleides de Fátima Bleichuvel	Professora do Ensino Fundamental II	2/B	5/A

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de março de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.823

PORTARIA Nº 27.823, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso V, artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR IRIS FERNANDES DO NASCIMENTO para ocupar o cargo de Supervisora do Programa de Atenção ao Idoso, pertencente ao grupo ocupacional em Comissão, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.824

PORTARIA Nº 27.824, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 57 e 58, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a avaliação da situação da Servidora Pública Municipal Marinez Aparecida Bertotto realizada pelos médicos nomeados através da Portaria nº 27.621, de 19 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO a emissão do Laudo Médico opinando pela readaptação da Servidora concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Portaria nº 27.781, de 10 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER READAPTAÇÃO à Servidora Pública Municipal MARINEZ APARECIDA BERTOTTO, para exercer atividades laborativas junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, devendo ficar lotada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para desempenhar trabalhos administrativos de atendimento ao telefone, recepção de pessoas e demais atividades burocráticas em geral, sem limitações para os novos afazeres.

Art. 2º. A readaptação da Servidora está sendo realizada respeitando as limitações físicas, verificadas em inspeção médica conforme laudo apresentado, respeitada a equivalência de vencimentos do cargo de concurso.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.825

PORTARIA Nº 27.825, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA da Servidora a seguir relacionada, colocada à disposição da Secretaria Municipal da Educação através da Portaria nº 27.645, de 24 de janeiro de 2017, especificando código, nome, cargo, carga horária anterior, carga horária atual, escola de atuação e data da modificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Escola de lotação	A contar de
1977	Karine Lia Basso	Professor de Ensino Fundamental I	20	30	EMEB Castelhana	01/03/2017

Art. 2º A alteração prevista no artigo anterior produzirá efeitos enquanto durar a disposição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.826

PORTARIA Nº 27.826, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 312, de 22 fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados para exercerem o Cargo de Confiança de Assessor de Setor na Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, escola atual de lotação e porcentagem de gratificação do cargo, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Escola de Lotação	Porcentagem de gratificação do cargo
71	Airton Carlos Leite	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Vereda dos Trevos	30%
1977	Karine Lia Basso	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Castelhana	40%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.827

PORTARIA Nº 27.827, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares da Servidora Pública Municipal ROVENA SZYMKS RAMOS, matrícula 8637, ocupante do cargo efetivo de Professora da Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e concedida pela Portaria nº 27.827, de 31 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20 de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.828

PORTARIA Nº 27.828, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso II, do artigo 11, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo listados, contratados pela Portaria nº 27.744, de 24 de fevereiro de 2017 e lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	A contar de
14788	Dayane Aparecida Soares	Professora de Educação Infantil	20	EMEB Vereda dos Trevos (Extensão EEB Domingos da Costa Franco)	01/03/2017
14937	Débora dos Santos da Silva	Servente Escolar	44	EMEB Rodolfo Nickel	21/03/2017
17536	Denise Regina Lopes	Professora de Ensino Fundamental I (NOA)	10	EMEB Castelhanos	02/03/2017
17516	Marcos Vinicius Moraes	Professor de Ensino Fundamental I (filosofia)	20	EMEB Alcides Tombini - 05h EMEB Walsin Nunes Garcia - 05h EMEB Pierina Santin Perret 10h00	13/03/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.829

PORTARIA Nº 27.829, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso III, do artigo 11 da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal da Educação e contratada pela Portaria nº 27.744, de 24 de fevereiro de 2017, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	A contar de
17535	Denise Bleichuvhl Zarur	Professora de Ensino Fundamental II (matemática)	10	EMEB Hilda Granemann de Souza	01/03/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.830

PORTARIA Nº 27.830, de 31 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 59, 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apuração da legitimidade de despesa em razão da prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos do Município pela empresa MEIOESTE AMBIENTAL LTDA EPP, sem cobertura contratual, referente ao período de 26 de novembro de 2016 a dezembro de 2016.

Parágrafo único. A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, matrícula nº 10.780, ocupante do cargo

de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; EVANDRO CARLOS FRITSCH, matrícula nº 10779, ocupante do cargo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria Geral do Município e JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS, matrícula nº 4595, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº 01/2017.

Art. 3º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar do recebimento da portaria publicada no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta), sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO 13/2017 - CMS
RESOLUÇÃO 013/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Caçador, em sua terceira reunião ordinária, realizada no dia 05 de abril de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

considerando que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

considerando o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Resolve:

Art. 1.º – Criar e implantar a normatização do atendimento e concessão de medicamentos não incluídos na REMUME, no município de Caçador, o qual deverá funcionar conforme as diretrizes e normas do Anexo I desta Resolução.

Art. 2.º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anexo I:

PROTOCOLO PARA ATENDIMENTO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS**1. Critérios para Atendimento:**

Serão incluídos no Programa de Concessão de Medicamentos os usuários/pacientes do município de Caçador SC, que se enquadram nos seguintes critérios:

- 1- Idosos;
- 2- Crianças;
- 3- Pacientes oncológicos
- 4- Pacientes em hemodiálise ou transplantados.
- 5- Gestantes
- 6- Situações especiais serão analisadas individualmente pela Assistente Social com assessoria de um profissional médico designado pelo Secretário Municipal de Saúde.

OBS: Para concessão de medicamentos fica estabelecido como critério fundamental renda per capita de até meio salário mínimo vigente.

2. A concessão de medicamentos não será contínua.

O paciente ou responsável deverá comparecer no setor de Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Clínica de Especialidades Médicas (Antigo Hospital Jonas Ramos), munido da receita médica do SUS, devidamente prescrita e assinada por médicos em atuação no SUS, escrita em papel timbrado proveniente de serviços públicos de saúde e documentos pessoais do paciente e seus familiares (RG, CPF, comprovante de renda, comprovante de residência e cartão nacional do SUS).

OBS: Será feito estudo social e com base no parecer social a medicação poderá ou não ser fornecida pela equipe de Serviço Social.

NOELI MACENO FRANÇA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 013, de 05 de abril de 2017.

Rua Pinheiro Machado, nº 184, Vila Paraíso – Fone: (49) 3561.7223
– CEP: 89500-000 – Caçador/SC
E-mail: conselho.saude@cacador.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 14/2017 - CMS
RESOLUÇÃO 014/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Caçador, em sua terceira reunião ordinária, realizada no dia 05 de abril de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

considerando que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

considerando o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Resolve:

1. Que seja feita a abertura de Unidade Farmacêutica nos CAPS (CAPS II e CAPSAD).

2. E a normatização da concessão de medicamentos da Saúde Mental, CAPS II e CAPSAD.

3. Os medicamentos adquiridos com recursos do MAC, destinados ao CAPSAD e ao CAPS II, somente serão concedidos mediante estudo social, elaborado pelo profissional Assistente Social do serviço (CAPSAD e CAPS II).

4. Para a avaliação da concessão dos medicamentos, são necessários apresentar os seguintes documentos:

- I – Cartão Nacional do SUS;
- II – Acolhimento no CAPS;
- III – Plano Terapêutico Singular;
- IV – Consulta médica com os médicos dos CAPS;
- V – Residir nos municípios da Regional de Caçador;
- VI – Responsável familiar, caso a Equipe Técnica solicite;
- VII – Comprovação da renda familiar (somente a título de pesquisa, não será critério para a concessão).

OBS: A Farmacêutica responsável pela Unidade Farmacêutica dos CAPS somente concederá a medicação com a apresentação da receita com o carimbo do CAPS e parecer do Assistente Social.

5. Saúde Mental – Atenção Básica:

5.1 Para a concessão de medicamentos que não sejam da Atenção Básica, se faz necessário os seguintes documentos:

- I – Cartão Nacional do SUS;
- II – Avaliação da UBS;
- III – Consulta médica com médico psiquiatra;
- IV – Residir no município de Caçador;
- V – Responsável familiar, caso necessário;
- VI – Comprovação da renda familiar (segue protocolo para

atendimento e fornecimento de medicamentos);
VII – Estudo Social.

OBS: Somente serão liberadas as medicações que não podem ser substituídas pelas existentes na Atenção Básica, devidamente justificadas pelo Médico Psiquiatra.

NOELI MACENO FRANÇA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 014, de 05 de abril de 2017.

Rua Pinheiro Machado, nº 184, Vila Paraíso – Fone: (49) 3561.7223
– CEP: 89500-000 – Caçador/SC
E-mail: conselho.saude@cacador.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 15/2017 - CMS **RESOLUÇÃO 015/CMS/2017**

O Conselho Municipal de Saúde de Caçador, em sua terceira reunião ordinária, realizada no dia 05 de abril de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

considerando que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

considerando o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Resolve:

1. Que seja feita a reprogramação do saldo, bem como a prorrogação do prazo para execução do projeto Associação de familiares, Amigos e usuários de Substâncias Psicoativas de Caçador-SC, selecionado na Chamada para Seleção de Projetos de Reabilitação Psicossocial: Fortalecimento do Protagonismo de Usuários e Familiares, Trabalho, Cultura e Inclusão Social da Rede de Atenção Psicossocial – 2015;

2. Tal pedido se faz necessário devido a uma série de acontecimentos os quais passamos a relatar:

2.1 Logo que o recurso foi depositado, entramos em contato com os palestrantes, os quais tinham disponibilidade para o mês de setembro, no entanto, a Secretaria de Saúde solicitou que aguardássemos para realizar após as eleições municipais, para a administração não ter problemas devido ao período eleitoral, e pelo fato de que na nossa região, os políticos tem o “costume” de apoiar associações e entidades da sociedade civil para usar em benefício próprio.

2.2 No entanto, logo após as eleições, a Secretária de Saúde pediu exoneração do cargo, tendo ficado um tempo sem secretário(a) a pasta. Quando nomearam substituto, nomearam uma pessoa da Secretaria de Administração para responder interinamente, o que demandou acúmulo de funções e consequentemente prejuízos a saúde do município.

2.3 Paralelamente a isso, também a Assistente Social que atuava no CAPSad, a qual era a responsável técnica, foi transferida de setor, embora tenha permanecido na Saúde Mental (CAPS II), teve

sobrecarga de trabalho em função de que o CAPS II ficou um tempo sem profissional assistente social no serviço.

2.4 Em meados da metade do mês de novembro, foi realizado contato com palestrantes novamente, mas infelizmente pelo período de final de ano, não conseguimos palestrantes disponíveis para realizarem as palestras ainda no ano de 2016.

2.5 Houve mudança de administração municipal, e todo o processo de interação da situação financeira.

Pelos motivos acima relatados, solicitamos prorrogação do período de execução do referido projeto, com o seguinte cronograma:

Mês	Atividade a desenvolver
Abril e Maio	Palestra sobre organização de uma Associação e elaboração do estatuto
Junho	Assembleia Geral para aprovação do Estatuto, escolha da Diretoria e Registro da Associação;
Junho	Início das Atividades da Associação. Planejamento das Ações
Junho	Palestra sobre movimentos sociais na saúde mental
Julho	Palestra sobre política de saúde mental
Agosto	Palestra sobre políticas sobre drogas
Indeterminado	Reuniões da Diretoria, Assembleia, participação nos Conselhos de Políticas Públicas, em cursos de capacitação, seminários, palestras, entre outros.

NOELI MACENO FRANÇA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 015, de 05 de abril de 2017.

Rua Pinheiro Machado, nº 184, Vila Paraíso – Fone: (49) 3561.7223
– CEP: 89500-000 – Caçador/SC
E-mail: conselho.saude@cacador.sc.gov.br

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

www.diariomunicipal.sc.gov.br

<

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

www.diariomunicipal.sc.gov.br


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de Caçador							
<div><div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div></div></div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 63.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div>							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
24/03/2017	1161	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	91 - STUDIO 8 GRAFICA E SERVIÇOS LTDA	116,00
	1162	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	36 - 3.3.90.39.99	110 - Convênio de Trânsito - Militar	7796 - NELSON TOMASI EPP	430,00
	1163	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	132 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	750 - PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	156,00
	1164	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	22 - BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA - EPP	878,00
	1165	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.3.90.39.39	101 - Recursos Próprios - Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	6.722,20
	1166	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.3.90.39.19	101 - Recursos Próprios - Educação	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.680,00
	1167	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	9962 - COOTAN COOP. AGROP. TANGARA	1.140,00
	1168	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	5.768,00
	1169	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	3.581,00
	1170	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	4836 - COOPERATIVA AGROIND. DOS PROD. DE HORTIFRUTIF(COOPER	94,00
	1171	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	13287 - BRUNZ HIGIENE E LIMPEZA LTDA	462,00
	1172	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.39.48	136 - Salário-Educação	783 - PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA ME	1.280,00
	1173	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.3.90.39.99	101 - Recursos Próprios - Educação	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	6.512,05
	1174	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	49.320,00
	1175	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Próprios - Educação	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	73.980,00
	1176	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	6.850,00
	1177	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	45 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	13792 - AEROCULPE DE CONCORDIA	6.000,00
	1178	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	93 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	1.394,72
	1179	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	9962 - COOTAN COOP. AGROP. TANGARA	965,00
	1180	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	4836 - COOPERATIVA AGROIND. DOS PROD. DE HORTIFRUTIF(COOPER	871,00
	1181	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	8.198,75
	1182	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	180 - SAULO SPEROTTO	500,00
	1183	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	172 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	800,00
	1184	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	171 - 3.3.90.30.07	137 - Outras Transferências do FNDE	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	800,00
	1185	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	172 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	7.450,00
	1186	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	171 - 3.3.90.30.07	137 - Outras Transferências do FNDE	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	7.460,00
	1187	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	15.620,00
	1188	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	3106 - ANDRIGHETTI PECAS E SERVIÇOS LTDA ME	2.370,00
	1189	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA	1.964,97
	1190	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA	690,00
	1191	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	11073 - FERTICEL INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA	3.818,75
	1192	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	168,44
	1193	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	39,10
	1194	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	37 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	2945 - GERMINO COFFERI-ME	148,00
	1195	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.30.17	136 - Salário-Educação	8694 - BASQUERA & BASQUERA LTDA - ME	300,00
	1196	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13770 - ALDAIR GOIS DOS SANTOS	3.243,70
	1197	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	36 - 3.3.90.30.39	110 - Convênio de Trânsito - Militar	13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME	650,96
	1198	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	93 - 3.3.90.91.15	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	6.270,94
	1199	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.3.90.39.22	101 - Recursos Próprios - Educação	3454 - ANAP-ASSOC.MUNICIPIOS DO ALTO VALE RIO PEIXE	4.000,00
	1200	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13781 - JOVANNES GRACIANO DA SILVA	4.321,69
	1201	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13780 - OLIVIO JOSÉ BAZZONI	3.139,85
	1202	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13781 - JOVANNES GRACIANO DA SILVA	8.498,22
	1203	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13774 - AGR JASINSKI	4.805,49
	1204	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13706 - SILVANO LOURENÇO DE MELLO NETO	107,9
	1205	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13676 - GENIR DA CRUZ E ROSICLER DA CRUZ	44,24
	1206	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	2958 - ACADEF-ASS.CACAD. DEFICIENTES FÍSICOS	13.531,16
	1207	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	2504 - PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVIÇOS LTDA	79.805,63
	1208	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	2504 - PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVIÇOS LTDA	16.732,00
	1209	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	410 - SAFRA DIESEL LTDA	59.320,00
	1210	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.39.99	136 - Salário-Educação	8971 - EMERSON POLENZ - ME	3.700,00
	1211	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	45 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	373 - ELETRO COMERCIAL MW LTDA	5.874,71
	1212	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	45 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	6664 - SULEICA DOS SANTOS - ME	4.043,68
	1213	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	6664 - SULEICA DOS SANTOS - ME	120,00
	1214	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	109 - 4.4.90.52.99	100 - Recursos Ordinários	6664 - SULEICA DOS SANTOS - ME	5.184,00
	1215	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	5472 - RAFAEL RENATO SEIDEL	360,00

Prefeitura Municipal de Caçador									
<div><div><div><div><div><div></div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC</div></div></div><div><div>CNPJ: 63.074.302/0001-31</div><div>http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div></div></div>									
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão									
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)		
27/03/2017	1216	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	5472 - RAFAEL RENATO SEIDEL	200,00		
	1217	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	147 - IVONICE TEREZINHA PIERDONA ME	155,90		
	1218	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Ordinários	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.000,00		
	1219	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	180 - SAULO SPEROTTO	500,00		
	1220	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	37 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	13627 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	5.420,22		
	1221	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	93 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	357,96		
	1222	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	806 - FRANÇA & CIA LTDA - EPP	67,50		
	1223	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	806 - FRANÇA & CIA LTDA - EPP	226,20		
	1224	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	803 - CONEXÃO ELETRICIDADE LTDA - ME	73,90		
	1225	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.39.12	100 - Recursos Ordinários	13326 - MÁRCIO JULIANO FUKASE SIMÃO 016879789-56	512,20		
	1226	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.39.12	100 - Recursos Ordinários	108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI- EPP	194,06		
	1227	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	171 - 3.3.90.30.07	137 - Outras Transferências do FNDE	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	21.510,95		
28/03/2017	1228	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	172 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	21.510,95		
	1229	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	65 - 4.4.90.30.14	136 - Salário-Educação	4231 - VIDEOLIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTD	3.048,00		
	1230	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	7317 - DRATEC IND. E COM. DE TINTAS LTDA	562,80		
	1231	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	7796 - NELSON TOMASI EPP	286,10		
	1232	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	9757 - CLICHERIA VILFLEX LTDA - ME	211,00		
	1233	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.39.22	136 - Salário-Educação	4301 - UNIDIME UNIAO DOS DIRIG. MUNIC. DE EDUCACAO DE SC	1.050,00		
	1234	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	6857 - JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY	1.200,00		
	1235	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	8034 - WAGNER SEVERGININI	1.200,00		
	1236	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	13729 - ANA PAULA SPULDARO PERETTO	1.200,00		
	1237	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	686 - ALDO MAGHOTTI	300,00		
	1238	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	411 - VILSON M. SILVA	200,00		
	1239	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	6857 - JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY	300,00		
29/03/2017	1240	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	8034 - WAGNER SEVERGININI	300,00		
	1241	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	13729 - ANA PAULA SPULDARO PERETTO	300,00		
	1242	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	4630 - SANDRA ELISA MUNCINELLI	300,00		
	1243	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	13799 - MARLUCE DALPIAS	300,00		
	1244	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	7228 - ARES GRAFICA & EDITORA LTDA - ME	1.519,68		
	1245	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	4507 - HIDRAL QUÍMICA IND. E COM. LTDA	1.297,80		
	1246	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	90 - 3.3.90.30.17	100 - Recursos Ordinários	7670 - SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.	140,00		
	1247	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	171 - 3.3.90.30.07	137 - Outras Transferências do FNDE	13236 - P2 INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	1.875,00		
	1248	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	172 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	13236 - P2 INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	1.875,00		
	1249	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	152,47		
	1250	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA	98.230,00		
	1251	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	37 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	13627 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	10.659,87		
30/03/2017	1252	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	35 - 3.3.90.39.16	111 - Convênio de Trânsito - Civil	670 - DELVINO POLO	1.120,00		
	1253	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	75,65		
	1254	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	35 - 3.3.90.30.39	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.754,65		
	1255	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1924 - C R E A - SC	81,53		
	1256	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA	1.077,94		
	1257	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	35 - 3.3.90.39.19	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.130,90		
	1258	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA	726,75		
	1259	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.3.90.39.24	101 - Recursos Próprios - Educação	364 - M22 WEB DESIGN STUDIO ME	270,00		
	1260	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.30.99	136 - Salário-Educação	5794 - AREA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA	18,00		
	1261	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	414 - SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	95,56		
	1262	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.30.24	136 - Salário-Educação	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.021,19		
	1263	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	152,78		
30/03/2017	1264	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	9817 - LUHRIS INDUSTRIA E COM. PRODUTOS METALÚRGICOS	53,35		
	1265	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	3544 - GATTI CASAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	37,00		
	1266	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.30.24	136 - Salário-Educação	4810 - CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	98,61		
	1267	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	199,08		
	1268	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	75,65		
	1269	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	402 - HIDRAUMATIK - ANDRE FELIPE PERETTI MAIA ME	1.810,00		
1270	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	8326 - VILMAR GOES	120,00			

Despesa	Fonte de Recursos
---------	-------------------

Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
31/03/2017	1271	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	37 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	8580 - GLACY BORDADOS LTDA - ME	2.529,00
	1272	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	8326 - VILMAR GOMES	100,00
	1273	Estimativa	2008 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	1.463,75
	1274	Estimativa	2008 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	285,00
	1275	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.30.26	136 - Salário-Educação	8694 - BASQUERA & BASQUERA LTDA - ME	400,00
	1276	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	163 - 3.3.90.39.26	137 - Outras Transferências do FNDE	5492 - ALAIAE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME	10.192,77
	1277	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	334,50
	1278	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	13801 - CELIA APARECIDA DE SOUZA MORGENSTERN	4.241,44
	1279	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.39.10	100 - Recursos Ordinários	2180 - MITRA DIOCESANA DE CACADOR	10.800,00
	1280	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	160 - 3.3.90.30.24	136 - Salário-Educação	10219 - NEY TINTAS LTDA - EPP	154,45
	1281	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	92 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	20.069,76
	1282	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	92 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	25.922,70
	1283	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 4.4.90.93.02	134 - Transferências de Convênios União - Outros	13316 - FUNDO DE APOIO AOS MUNICIPIOS - FUNDAM	16.634,67
	1284	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 4.4.90.93.02	134 - Transferências de Convênios União - Outros	13312 - BRDE- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EX	3.432,99
	1285	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	42 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	7.100,00
	1286	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	3.905,00
	1287	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	11945 - CARLOS ANTONIO COLUSSI	222,61
	1288	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	143 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1924 - C R E A - SC	81,53
	1289	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	13748 - TREVO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME	579,42
	1290	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	55,24
	1291	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	514,60
	1292	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	107 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	312,80
	1293	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	45 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	4206 - APA APARECIDA MATOSO DE LIMA SOUARO	615,00
	1294	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	45 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	935 - LUIZ GUSTAVO CARRETA ME	600,00
	1295	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	45 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	4498 - LIONS CLUB DE CACADOR - UNIVERSIDADE	1.005,00
	1296	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	45 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	13814 - TROPICAL SUCOS E DONBRAZITO LTDA - ME	75,00
	1297	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	414 - SELME MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	27,78
	1298	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	12941 - DELVO ZAPANI JUNIOR 02192340940	34,30
	1299	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	124 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	12941 - DELVO ZAPANI JUNIOR 02192340940	337,00
	1300	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	4368 - ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA	120,00
	1301	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	150 - 3.3.90.39.19	101 - Recursos Próprios - Educação	13813 - AUTO ELÉTRICA DEVILLA LTDA	760,00
	1302	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20 - 3.3.90.04.04	100 - Recursos Ordinários	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	967,60
	1303	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	92 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	51.685,44
	1304	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	92 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	41.2

Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Usuário: Liziene Prandini
 Chave de Autenticação: 1835-2607-672
 Página: 10 / 24


Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
1436	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	147 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.758,12
1437	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.267,83
1438	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	19 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.188,62
1439	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	105 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7.971,64
1440	Ordinário	2009 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	120 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.191,49
1441	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	86 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	30,05
1442	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.474,16
1443	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	56 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.973,65
1444	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	83 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.961,18
1445	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.1.91.13.03	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7.503,26
1446	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	153 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	28.557,18
1447	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	153 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	18,86
1448	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	147 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	219,77
1449	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	4.920,82
1450	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	19 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	20.138,55
1451	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	105 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	30.940,27
1452	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	120 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	8.505,81
1453	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	86 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	116,64
1454	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	11 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.721,64
1455	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	56 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	11.541,61
1456	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	83 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7.611,93
1457	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.1.91.13.03	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	29.122,37
1458	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	153 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	110.838,79
1459	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	153 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	73,21
1460	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	147 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	852,97
1461	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	97 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	8.327,51
1462	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	137 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	439,46
1463	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	145 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.196,06
1464	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	46 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	624,75
1465	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	131 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.658,73
1466	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	89 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.658,73
1467	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	14 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	624,75
1468	Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	175 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	624,75
1469	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	152 - 3.1.90.13.02	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	729,10
1470	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	128 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	100 - Recursos Ordinários	12993 - PUBLICA INFORMATICA LTDA	3.078,29

Total da Unidade Gestora: 7.912.007,15

Unidade Gestora: Fundação Municipal de Esporte

07/03/2017	44	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1428 - COMERCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA - EPP	75,20
07/03/2017	45	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.31.04	100 - Recursos Ordinários	9634 - ONEIVO BETTONI - EPP	3.277,20
10/03/2017	46	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	9817 - LUHR'S INDUSTRIA E COM. PRODUTOS METALÚRGICOS	262,82
10/03/2017	47	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	456,00
10/03/2017	48	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	700,00
10/03/2017	49	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.12	100 - Recursos Ordinários	108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI- EPP	480,00
10/03/2017	50	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	8804 - TERRANALISES LABORATORIO DE ANALÍSES AMBIENTAIS	256,00
13/03/2017	51	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.70	100 - Recursos Ordinários	4791 - SUPERA UNIFORMES IND. E COM. TEXTIL LTDA - EPP	48.824,00
22/02/2017	52	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	1428 - COMERCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA - EPP	739,42
23/03/2017	53	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	9625 - EDEVAN PEREGO	600,00
23/03/2017	54	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.000,00
23/03/2017	55	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	8125 - RODOLFO MACHADO SOUZA SEGUNDO	150,00
23/03/2017	56	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	5509 - ENEMIR COROZOILA	400,00
23/03/2017	57	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	135 - CASA DAS FECHADURAS TARTAROTTI LTDA - ME	93,00
23/03/2017	58	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1924 - C R E A - SC	81,53
23/03/2017	59	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.31.04	100 - Recursos Ordinários	6782 - MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTD	11.907,00
23/03/2017	60	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.01	100 - Recursos Ordinários	753 - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE BOCHA E BOLÃO	3.300,00
03/03/2017	61	Estimativa	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	274 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PUBLICA INFORMATICA LTDA	7.618,78



Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.caçador.sc.gov.br>

Usuário: Lítiane Prandini

Chave de Autenticação
1835-2607-672

Página
11 / 24

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão					
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos
	62	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	272 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários
	63	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	272 - 3.1.90.05.98	100 - Recursos Ordinários
	64	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	272 - 3.1.90.05.98	100 - Recursos Ordinários
	65	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	272 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários
	66	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	272 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários
	67	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	273 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários
	68	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	273 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários
	69	Ordinário	12001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	272 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários
Total da Unidade Gestora:					114.822,82

Unidade Gestora: Fundação Municipal de Cultura - FMC					
13/03/2017	26	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários
	27	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários
	28	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários
	29	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários
	30	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários
	31	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários
	32	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários
17/03/2017	33	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários
	34	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários
	35	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários
22/03/2017	36	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.08.01	100 - Recursos Ordinários
31/03/2017	37	Estimativa	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	292 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários
	38	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	289 - 3.1.90.05.98	100 - Recursos Ordinários
	39	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	289 - 3.1.90.05.98	100 - Recursos Ordinários
	40	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	289 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários
	41	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	289 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários
	42	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	289 - 3.1.90.11.37	100 - Recursos Ordinários
	43	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	289 - 3.1.90.94.99	100 - Recursos Ordinários
	44	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	290 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários
	45	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	290 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários
	46	Ordinário	13001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	289 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários
Total da Unidade Gestora:					45.520,44

Unidade Gestora: Fundação Municipal do Meio Ambiente					
02/03/2017	85	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Ordinários
06/03/2017	86	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	229 - 3.3.90.39.78	100 - Recursos Ordinários
	87	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	229 - 3.3.90.39.78	100 - Recursos Ordinários
	88	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários
	89	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários
	90	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários
	91	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários
	92	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários
	93	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários
	94	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	229 - 3.3.90.39.78	100 - Recursos Ordinários
08/03/2017	95	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	211 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários
	96	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	211 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários
	97	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários
	98	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários
	99	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários
09/03/2017	100	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários
	101	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários
	102	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários
10/03/2017	103	Ordinário	14004 - DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOINÓSES E DEF. DE ANIMAIS	226 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Ordinários
	104	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários
13/03/2017	105	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários





Prefeitura Municipal de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31

<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Liziane Prandini

Chave de Autenticação
1835-2607-672

Página
12 / 24

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão						Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Data	Nº	Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Valor (R\$)
20/03/2017	106	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	286,92
	107	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	95,00
	108	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	166,50
	109	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	78,20
	110	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	610,00
	111	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.42	100 - Recursos Ordinários	414 - SELEME MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	228,84
	112	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.42	100 - Recursos Ordinários	3544 - GATTI CASAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	396,75
	113	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.42	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.138,83
	114	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	211 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	71,00
	115	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	66,15
	116	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	211 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	781,88
	117	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	747 - HUBI COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA.	105,00
	118	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	161,68
	119	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	252,00
21/03/2017	120	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	156,40
	121	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	4.982,56
	122	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	760,00
	123	Ordinário	14006 - DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	211 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	3222 - CELSO MIGUEL ROSSI-ME	1.193,96
	124	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	39.952,00
	125	Estimativa	14003 - DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO LIC. E EDUC. AMB.	225 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	56 - EVANDO MARTIN SCHULZE-ME/NOVA ERA - COMUNICACÁ	555,00
	126	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	769 - LUHRS IND E COM PROD METALÚRGICOS LTDA.	181,71
	127	Estimativa	14002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA	224 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	747 - HUBI COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA.	110,00
	128	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	3.108,25
	129	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	1.720,00
22/03/2017	130	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	52.060,00
	132	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	3643 - EMBRATEL A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO	39,77
	133	Ordinário	14004 - DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOÑÓSES E DEF. DE ANIMAIS	226 - 3.3.90.30.18	100 - Recursos Ordinários	1021 - METALVET MÓVEIS VETERINÁRIOS LTDA	280,00
	135	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	220 - 4.4.90.52.08	100 - Recursos Ordinários	13809 - METRELLES PRODUTOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS LTD	2.366,00
31/03/2017	136	Estimativa	14005 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO-FUNSAN	230 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	35.781,38
	137	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	7439 - MOISÉS RIBEIRO DA SILVA - ME	11.285,20
	138	Global	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	219 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA	7.618,78
	139	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO M. DO MEIO AMBI	70,00
01/03/2017	140	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO M. DO MEIO AMBI	2.825,17
	141	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO M. DO MEIO AMBI	4.622,73
	142	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO M. DO MEIO AMBI	63.973,19
	143	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.11.05	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO M. DO MEIO AMBI	9.382,92
	144	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.11.37	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO M. DO MEIO AMBI	3.725,38
	145	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.11.44	100 - Recursos Ordinários	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO M. DO MEIO AMBI	1.825,64
	146	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	218 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	14.988,02
	147	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	218 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.873,50
	148	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	217 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.077,26
						Total da Unidade Gestora:	566.902,55

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde							
01/03/2017	993	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	670 - DELVINO POLO	4.400,00
	994	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	8807 - TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	690,00
	995	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	13358 - EXTERMITEC LTDA - ME	660,00
	996	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.91.15	102 - Recursos Próprios - Saúde	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	1.050,00
	997	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.91.15	102 - Recursos Próprios - Saúde	10264 - BERNARDY E BERNARDY S/S LTDA - ME	2.872,20
	998	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	525,00
	999	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.91.15	102 - Recursos Próprios - Saúde	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	1.818,80
	1000	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.91.15	102 - Recursos Próprios - Saúde	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR	2.599,13
	1001	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.24	138 - Transferências do SUS - União	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.505,29
	1002	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10603 - LUIZ ANTONIO WANCIM	2.000,00
03/03/2017	1003	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.63	138 - Transferências do SUS - União	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	2.356,00
	1004	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.63	138 - Transferências do SUS - União	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	246,00



Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
06/03/2017	1005	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	122 - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APA	298.851,84
	1006	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	526 - FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	13.801,35
	1007	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.32.02	138 - Transferências do SUS - União	170 - NORKA & CIA. LTDA - FARMACIA BOM JESUS	36,81
	1008	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	13359 - IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	155,00
	1009	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	183 - 4.4.90.52.06	138 - Transferências do SUS - União	8807 - TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	3.887,25
	1010	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.58	138 - Transferências do SUS - União	8807 - TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	2.389,12
	1011	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.26	138 - Transferências do SUS - União	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA	2.389,12
	1012	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME	1.709,20
	1013	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.32.03	138 - Transferências do SUS - União	10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	1.587,96
	1014	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.32.03	138 - Transferências do SUS - União	10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	32.616,00
08/03/2017	1015	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.32.03	138 - Transferências do SUS - União	10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	18.110,04
	1016	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.32.03	138 - Transferências do SUS - União	10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	1.061,40
	1017	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.32.03	138 - Transferências do SUS - União	10250 - MERC SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA	24.276,00
	1018	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	183 - 4.4.90.52.12	138 - Transferências do SUS - União	13720 - CIRURGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDIC	779,70
	1019	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	7651 - COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO M3 LTDA	12.223,14
	1020	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.36.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	10.150,54
	1021	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.81	102 - Recursos Próprios - Saúde	13587 - SILVANA DA SILVA FERNANDES	1.100,00
	1022	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	1871 - BANCO DO BRASIL SA	2.000,00
	1023	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.75	138 - Transferências do SUS - União	9696 - GUSTAVO ALVES WEBER	3.000,00
	1024	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.69	138 - Transferências do SUS - União	1921 - DETRAN TRANSITO	104,30
10/03/2017	1025	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	1921 - DETRAN TRANSITO	158,50
	1026	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	7796 - NELSON TOMASI EPP	53,00
	1027	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	5.882,30
	1028	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.585,03
	1029	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	868,10
	1030	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	202 - 3.3.90.30.39	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	588,97
	1031	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	202 - 3.3.90.39.19	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.479,56
	1032	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	433,50
	1033	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.30.04	138 - Transferências do SUS - União	4541 - LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	116.400,00
	1034	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.04	138 - Transferências do SUS - União	147 - IVONICE TERESINHA PEREIRA ME	130,24
13/03/2017	1035	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.63	138 - Transferências do SUS - União	147 - IVONICE TERESINHA PEREIRA ME	195,36
	1036	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.63	102 - Recursos Próprios - Saúde	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	4.164,00
	1037	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.07	138 - Transferências do SUS - União	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	464,00
	1038	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.57	138 - Transferências do SUS - União	11188 - SO SUPERMERCADOS LTDA	84,83
	1039	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	7441 - DS DESENV. DE SOFTWARE E ACESSORIA LTDA - EPP	11.248,65
	1040	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	11086 - KLEBER MACHADO E CIA LTDA - ME (SPOTEC INFORMÁ	385,75
	1041	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.			


Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário: Liziene Prandini				Chave de Autenticação 1835-2607-672		Página 14 / 24	
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão											
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)				
15/03/2017	1060	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	5348 - CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	7.226,40				
	1061	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	5079 - CIAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	1.366,00				
	1062	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	6.085,19				
	1063	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	4.432,35				
	1064	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	10391 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1.580,00				
	1065	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	640,80				
	1066	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	8293 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	3.300,00				
	1067	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5348 - CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	216,00				
	1068	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10433 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	4.190,85				
	1069	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	1.365,00				
	1070	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	1.890,00				
	1071	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	440,65				
	1072	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	208,60				
	1073	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	13275 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	1.014,00				
	1074	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	13091 - ILG COMERCIAL LTDA ME	440,00				
	1075	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	13356 - MU BACKES E CIA LTDA	4.354,00				
	1076	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	6680 - PHOHCSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	7.506,40				
1077	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	11168 - WANIA ALINE FIGUEIRA	2.000,00					
1078	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.04.04	102 - Recursos Próprios - Saúde	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.119,68					
1079	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.36.99	138 - Transferências do SUS - União	10671 - LAUDO ORLANDO BELLAVER	3.600,00					
1080	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.69	138 - Transferências do SUS - União	2584 - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	1.720,69					
1081	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.35	138 - Transferências do SUS - União	1626 - QUIMIOLAB COM DE PROD DE LAB. LTDA	2.100,00					
1082	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.30.20	102 - Recursos Próprios - Saúde	1567 - MERCADO DE TECIDOS LEON LTDA	1.112,60					
1083	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.36.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	13775 - ORILDA GONÇALVES	199,00					
1084	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	1.861,90					
1085	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.92.32	102 - Recursos Próprios - Saúde	10713 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP (JUNG)	10.000,00					
1086	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	4774 - COLUSSI & CIA LTDA	378,25					
1087	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	13359 - IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	160,00					
1088	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.81	102 - Recursos Próprios - Saúde	347 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA CAÇADOR - SC	30,00					
1089	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.685,60					
1090	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	929,75					
1091	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	202 - 3.3.90.30.39	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	5.041,88					
1092	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	202 - 3.3.90.39.19	102 - Recursos Próprios - Saúde	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.888,25					
1093	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10142 - VILMA DE SOUZA MELLO JARCHEL	2.000,00					
1094	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA	2.000,00					
1095	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	392,78					
1096	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	886,40					
1097	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.784,80					
1098	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	4933 - RADIOGRAPH SERV. DE RADIOLOGIA E DOC. ODONTO LT	17.000,00					
1099	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.88	138 - Transferências do SUS - União	191 - VISUAL - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	108,00					
1100	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7.914,85					
1101	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.107,35					
1102	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	28,68					
1103	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	335,60					
1104	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.72	102 - Recursos Próprios - Saúde	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	73.980,00					
1105	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	983,85					
1106	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	2.000,00					
1107	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.25	138 - Transferências do SUS - União	10710 - ODONTEC COMÉRCIO E MANUT. DE EQUIP. MEDICOS E	324,38					
1108	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.17	138 - Transferências do SUS - União	10710 - ODONTEC COMÉRCIO E MANUT. DE EQUIP. MEDICOS E	820,50					
1109	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.63	138 - Transferências do SUS - União	2665 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	3.430,00					
1110	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	188 - 4.4.90.52.12	102 - Recursos Próprios - Saúde	377 - LOJAS SALTER S.A.	339,80					
1111	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	13524 - LUCAS CASTILHO 09008645902	430,00					
1112	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.30.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	7333 - HARMONIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME	390,00					
1113	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.30.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	8116 - SCHUMANN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.	1.080,00					
1114	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3912 - EDEZTO RECALCATTI	2.000,00					

Prefeitura Municipal de Caçador					Usuário: Liziane Prandini		Chave de Autenticação 1835-2607-672	Página 15 / 24
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão								
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)	
23/03/2017	1115	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.81	102 - Recursos Próprios - Saúde	347 - CAXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA CAÇADOR - SC	30,00	
	1116	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.81	102 - Recursos Próprios - Saúde	347 - CAXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA CAÇADOR - SC	30,00	
	1117	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME	608,00	
	1118	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME	568,00	
	1119	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME	304,00	
	1120	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	12955 - AMAURY EDITON BARBOSA - ME	38,00	
	1121	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.12	102 - Recursos Próprios - Saúde	13326 - MÁRCIO JULIANO FUKASE SIMÃO 016879789-56	1.449,88	
	1122	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	8666 - COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	858,00	
	1123	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI- EPP	3.804,60	
	1124	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.69	138 - Transferências do SUS - União	2584 - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	2.365,60	
	1125	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.91.15	102 - Recursos Próprios - Saúde	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	8.115,53	
	1126	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.91.15	102 - Recursos Próprios - Saúde	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	14.420,66	
24/03/2017	1127	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.35	138 - Transferências do SUS - União	13162 - L C I PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA- EPP	15.420,79	
	1128	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.35	138 - Transferências do SUS - União	13164 - ACL ASSISTENCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LA	679,46	
	1129	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 4.4.90.52.08	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13164 - ACL ASSISTENCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LA	9.081,60	
	1130	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.234,94	
	1131	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	526 - FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	14.124,49	
	1132	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	205 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	526 - FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	71,00	
	1133	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI- EPP	720,00	
	1134	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.24	138 - Transferências do SUS - União	191 - VISUAL - SC COMUNICAO VISUAL LTDA - ME	3.621,60	
	1135	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	577 - ULITEC - BALANCAS E EQUIPAMENTOS P/ GASTRONOMIA	1.005,00	
	1136	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.35	138 - Transferências do SUS - União	1626 - QUIMTOAB COM DE PROD DE LAB. LTDA	798,80	
	1137	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LTDA	260,00	
	28/03/2017	1138	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	138 - Transferências do SUS - União	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	2.465,00
1139		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	138 - Transferências do SUS - União	10433 - COMERCIAL CIRURGICA ROCCLARENSE LTDA	331,50	
1140		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	138 - Transferências do SUS - União	10433 - COMERCIAL CIRURGICA ROCCLARENSE LTDA	331,50	
1141		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	5348 - CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	369,00	
1142		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	329 - 3.3.90.32.02	167 - Transferências do SUS - Estado	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	225,00	
1143		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	202 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	7445 - RENATA CRISTINA DA SILVA FAVARÃO	1.600,00	
1144		Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	202 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	7642 - ALICE REGINA STURMER BLANK	2.500,00	
1145		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	3.000,00	
1146		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	2655 - PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	8.500,00	
1147		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.30.35	138 - Transferências do SUS - União	2311 - BIOMARQUESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA	150,00	
1148		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5862 - DELMA LETICIA DRI FIOGANA	2.000,00	
30/03/2017		1149	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	133,74
	1150	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	9757 - CLICHERIA WILFLEX LTDA - ME	94,00	
	1151	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	249,85	
	1152	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.27	138 - Transferências do SUS - União	7615 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	43.416,00	
	1153	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.30.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	8684 - COMERCIAL TAMANDUA LTDA - ME	139,50	
	1154	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.181,88	
	1155	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	13326 - MÁRCIO JULIANO FUKASE SIMÃO 016879789-56	3.015,88	
	1156	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.12	138 - Transferências do SUS - União	1865 - JOSÉ GOMES DE MATOS	3.000,00	
	1157	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2909 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	62,60	
	1158	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	2616 - LABORATORIO CLINICO SANTA RITA LTDA- EPP.	50.000,00	
	1159	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	100 - FREIBERGER E ZINI LTDA - ME	50.000,00	
	31/03/2017	1160	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	1478 - NÚCLEO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	50.000,00
1161		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	2615 - LAB. DE ANAL. CL. MADALOZZO CAVATTI LTDA	70.000,00	
1162		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	7796 - NELSON TOMAZI EPP	60,00	
1163		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	198 - 3.3.90.39.63	102 - Recursos Próprios - Saúde	10136 - L. M. LADEIRA & CIA LTDA- ME	451,90	
1164		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	207 - 3.3.90.30.10	167 - Transferências do SUS - Estado	10335 - ENIGÉ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	114,51	
1165		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	207 - 3.3.90.30.10	167 - Transferências do SUS - Estado	13593 - EC DOS SANTOS COMERCIAL EIRELLI - EPP	489,15	
1166		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	207 - 3.3.90.30.10	167 - Transferências do SUS - Estado	5358 - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	2.040,00	
1167		Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	207 - 3.3.90.30.10	167 - Transferências do SUS - Estado	13549 - DENTAL OESTE EIRELLI - EPP	8.516,90	
1168	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	207 - 3.3.90.30.10	167 - Transferências do SUS - Estado	13207 - DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A	1.830,02		
1169	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	207 - 3.3.90.30.10	167 - Transferências do SUS - Estado	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	140,00		
1170	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde				



Cost (R\$)

www.diariomunicipal.sc.gov.br

<div> <div>  <div> <div>Prefeitura Municipal de Caçador</div> <div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC</div> <div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div> <div>http://www.caçador.sc.gov.br</div> </div> </div> </div>					<div> <div>Usuário: Liziene Prandini</div> <div>Chave de Autenticação</div> <div>1835-2607-672</div> </div> <div> <div>Página</div> <div>20 / 24</div> </div>		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
1391	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	140,00
1392	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.215,82
1393	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.05	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	385,17
1394	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	70,00
1395	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.870,20
1396	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.05	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194,53
1397	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	210,00
1398	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.335,72
1399	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	688,56
1400	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.363,29
1401	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	684,28
1402	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.100,08
1403	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	35,00
1404	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.269,21
1405	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.05	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194,53
1406	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	233,21
1407	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.582,15
1408	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	676,42
1409	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.045,56
1410	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	886,42
1411	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.119,20
1412	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	350,00
1413	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.006,79
1414	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	373,21
1415	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.213,10
1416	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	202,14
1417	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.462,64
1418	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	272,14
1419	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.693,96
1420	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	688,56
1421	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.387,92
1422	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	132,14
1423	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.462,64
1424	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	233,21
1425	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.455,35
1426	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	334,28
1427	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.314,04
1428	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	381,07
1429	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.156,60
1430	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	36.118,36
1431	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	21.804,54
1432	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.05.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.968,72
1433	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.453,45
1434	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	192 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	6.463,15
1435	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	192 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	195.402,45
1436	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	192 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	807,89
1437	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	192 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	24.425,31
1438	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191 - 3.1.90.13.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	76.849,28
1439	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	190 - 3.1.90.13.02	138 - Transferências do SUS - União	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	25.436,81
1440	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	198 - 3.3.90.04.04	102 - Recursos Próprios - Saúde	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	2737 - I N S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	3.420,16
1441	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	198 - 3.3.90.39.11	102 - Recursos Próprios - Saúde	12993 - PUBLICA INFORMÁTICA LTDA	12993 - PUBLICA INFORMÁTICA LTDA	5.387,01
1442	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	207 - 3.3.90.30.10	167 - Transferências do SUS - Estado	13818 - COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELLI - ME	13818 - COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELLI - ME	2.670,00
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social						Total da Unidade Gestora:	3.190.579,91
03/2017	181	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	317 - 3.3.90.14.14	135 - Transferências SUAS/União	13531 - SIDNEI CARDOSO	1.200,00


or (R\$)

Prefeitura Municipal de Caçador					Usuário: Liziane Prandini		Chave de Autenticação	Página
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC							1835-2607-672	22 / 24
CNPJ: 83.074.302/0001-31								
http://www.caçador.sc.gov.br								
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão								
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)	
31/03/2017	238	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	253 - 3.3.50.41.99	100 - Recursos Ordinários	447 - ASSOC.CAACADORENSE DE EDUC. INF. E ASSISTENCIA SOCI	5.000,00	
	239	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.41	135 - Transferências SUAS/União	13178 - TAYLOR JONATHA VOELZ	280,00	
	240	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.80	135 - Transferências SUAS/União	13178 - TAYLOR JONATHA VOELZ	220,00	
	241	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	240 - 3.3.90.30.99	135 - Transferências SUAS/União	147 - IVONICE TERESINHA PERDONA ME	291,60	
	242	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.41	135 - Transferências SUAS/União	13798 - ROSANIA PEREIRA DOS SANTOS GOLIN	280,00	
	243	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	245 - 3.3.90.39.80	135 - Transferências SUAS/União	13798 - ROSANIA PEREIRA DOS SANTOS GOLIN	220,00	
	244	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	9757 - CLICHERIA WILFLEX LTDA - ME	148,00	
	245	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	319 - 3.3.90.14.14	135 - Transferências SUAS/União	8187 - CARLOS ANTONIO ARRUDA WAGNER	65,00	
	246	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	176,16	
	247	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.33	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	19.322,62	
	248	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.44	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	4.020,14	
	249	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.45	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	1.340,04	
	250	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	210,00	
	251	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	2.399,16	
	252	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.98	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	363,11	
	253	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	7.242,07	
	254	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	86.454,70	
	255	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.05	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	2.749,36	
	256	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.07	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	740,56	
	257	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.37	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	14.820,63	
	258	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.44	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	15.302,82	
	259	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	700,00	
	260	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	177,33	
	261	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	3.409,32	
	262	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	21.195,85	
	263	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.37	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	526,82	
	264	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.44	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	5.853,57	
	265	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	3.097,94	
266	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	14.822,33		
267	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.37	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	414,88		
268	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.44	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	915,32		
269	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.05.03	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	70,00		
270	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	4.521,89		
271	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.11.37	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	135,66		
272	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	261 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID	23.355,06		
273	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	261 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID	9.285,78		
274	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	261 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID	2.919,38		
275	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	261 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID	1.160,72		
276	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	6.497,86		
277	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	260 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Ordinários	2737 - IN S S - INSTITUTO MAC DO SEGURO SOCIAL	735,00		
278	Global	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	12993 - PUBLICA INFORMATICA LTDA	3.463,08		
Total da Unidade Gestora:							391.591,85	

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Habitação					Total da Unidade Gestora:	
3	Global	6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	268 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	3.463,08	

Unidade Gestora: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano					Total da Unidade Gestora:	
09/03/2017	26	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	90,00
27	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	90,00	
	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	90,00	
	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	90,00	
	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	90,00	
10/03/2017	30	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	6.800,00
15/03/2017	31	Estimativa	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	849,30
	32	Estimativa	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	369,75
	33	Estimativa	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	297 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	1.050,00

www.diariomunicipal.sc.gov.br

 Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br				Usuário: Liziiane Prandini	Chave de Autenticação 1835-2607-672	Página 24 / 24
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
29/03/2017	107	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	312 - 3.1.90.03.01	203 - Contribuição Fundo Previdenciário	13167 - IPASC- FOLHA PENSIONISTA
	108	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	312 - 3.1.90.03.01	203 - Contribuição Fundo Previdenciário	13168 - IPASC- FOLHA PENSIONISTA TESOIRO
	109	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	308 - 3.1.90.13.02	200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL
	110	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	310 - 3.3.90.14.14	200 - Recursos Ordinários - IPASC Taxa Administrativa	1898 - FABIO DENIZ CASAGRANDE
Total da Unidade Gestora:						1.194.654,70
Total Geral:						13.653.524,13

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 06/2017**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 06/2017

A Comissão Especial de Pregão da CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 28/04/2017, às 14:00 horas, no endereço RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 06/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

O referido procedimento licitatório é exclusivo para empresas habilitadas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, podendo ser acessado em www.camaracacador.sc.gov.br ou solicitada cópia digital pelo e-mail licitacao@camaracacador.sc.gov.br.

Objeto da Licitação:

Processo licitatório para a aquisição de servidor de rede e no-break para uso da Câmara Municipal.

Caçador, 10 de abril de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

CONTRATO Nº 10-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 10/2017

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: SILMARA DE LOURDES DE MORAES

Valor : 3.971,00 (três mil novecentos e setenta e um reais) Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 31/12/2017 Recursos

: Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00 (6)

Objeto : Prestação de serviço de acompanhante de vereadores-mirins com necessidades especiais em todas as atividades de seus mandatos

Caçador, 11 de Abril de 2017

Antonio Rubiano Schmitz - Presidente da Câmara Mun

CONTRATO Nº 13-2017

Contrato Nº.: 13/2017

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: SANDRA DE FATIMA BARIUKA UEDA

Valor : 12.533,00 (doze mil quinhentos e trinta e três reais) Vigência : Início: 07/04/2017 Término: 31/12/2017 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00 (6)

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios destinados à manutenção das atividades da Câmara Mirim de Caçador no exercício de 2017

Caçador, 11 de Abril de 2017

Antonio Rubiano Schmitz - Presidente da Câmara Mun

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO DL 004/2017 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
DISPENSA LICITATORIA Nº. 004/2017- FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 012/2017 cujo objeto é: DISPENSA DE LICITAÇÃO A FIM DE CUMPRIR DE-TERMINAÇÃO JUDICIAL ANEXA, REFERENTE AO ACOLHIMENTO DE IDOSOS NO LAR DA TERCEIRA IDADE PADRE ANTONIO DIAS. Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500

Camboriú, 11 de Abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 034/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 041/2017 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS PARA AS EQUIPES QUE TRABALHARÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 01 (um) ano.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/04/2017
1ª Publicação.

DECRETO N.º 3.221/2017

DECRETO N.º 3.221/2017

Dispõe sobre a criação e nomeação da Comissão de Multa por Infração a Obras e Edificações e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o artigo 86 da Lei Complementar Municipal n.º 18/2008 dispõe que "o Poder Executivo através de decreto criará uma comissão que definirá a forma de aplicação de multas e sua graduação a serem aplicadas em cada caso (...);

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Multa por Infração a Obras e

Edificações, responsável pela aplicação e graduação das multas em decorrência de infração cometida ao Código de Obras e Edificações do Município de Camboriú, bem como pelo julgamento dos recursos interpostos pelos infratores, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 18/2008.

Art. 2º A Comissão de Multa por Infração a Obras e Edificações será constituída pelos seguintes membros:

I - Representante do Departamento de Fiscalização:

- a) titular: Ricardo Alexandre Aragão;
- b) suplente: Anderson Piemontez.

II - Representante do Departamento de Engenharia:

- a) titular: Carlos Alberto Ghiorzi;
- b) suplente: Maria Theodora Waltrick de Bem.

III - Representante do Departamento Jurídico:

- a) titular: Hélio Cardoso Derenne Filho;
- b) suplente: Emerson Haendchen Vidal.

IV - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:

- a) titular: Eduardo Melo Rebelo;
- b) suplente: Iranete Fabiane da Cunha Rosa.

V - Titular da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

- a) titular: Claudinei Loos;
- b) suplente: Nelisete Borba Carvalho de Lima.

Art. 3º Os membros da Comissão de Multa por Infração a Obras e Edificações não serão remunerados.

Art. 4º A forma de aplicação e a graduação das multas previstas no Código de Obras e Edificações do Município, entre o valor mínimo e máximo de cada grau de penalidade, será realizada a critério da Comissão de Multa por Infração a Obras e Edificações, tendo em vista:

- I - a maior ou menor gravidade da infração;
- II - as circunstâncias do ato ou fato;
- III - a área construída da obra ou projeto;
- IV - a situação econômico-financeira do infrator;
- V - os antecedentes do infrator com relação às disposições do Código de Obras e Edificações do Município.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.534/2012.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

DL 04/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 004/2017 – PMC

Data: 11/04/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE SALA COMERCIAL, TOTALIZANDO UMA ÁREA APROXIMADA DE 317,32M2, SITUADO A RUA JOSÉ FRANCISCO BERNARDES, ESQUINA COM A RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA – CENTRO PARA ABRIGAR A CASA DA CIDADANIA, NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: 42.897,60 (Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Noventa e Sete Reais e Sessenta Centavos)

Secretaria: Secretaria Municipal de Administração.

Locador: N.N PEREIRA ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 11 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

PR 008/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRA PLÁSTICA, LONGARINA, CADEIRA GIRATORIA E MESA DE TRABALHO, A FIM DE UTILIZAR A VERBA PROVENIENTE DA PROPOSTA NÚMERO 11312.860000/1160-03 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Abril de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 11 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.550 DE 11 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.550 DE 11 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 7.900,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 8.900,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 7.900,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 11 de abril de 2017.

--	--

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/02/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.551 DE 11 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.551 DE 11 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESAS DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta: Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 11 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.595 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.595 DE 11 DE ABRIL DE 2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.172 DE 06 DE AGOSTO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º

I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;"

Art. 2º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá aos beneficiários deste Programa à retirada dos sacos de adubos distribuídos do ponto de distribuição e, transportar os mesmos até a sua propriedade."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.596 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.596 DE 11 DE ABRIL DE 2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.619 DE 02 DE ABRIL DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º

I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;"

Art. 2º. Fica incluído o inciso IV no art. 1º, com a seguinte redação:

"IV - Possuir a DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF."

Art. 3º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá aos beneficiários deste Programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte do calcário fornecido e, transportar os mesmos até a sua propriedade."

Art. 4º O art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de Dotação dos Orçamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.597 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.597 DE 29 DE MARÇO DE 2017
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.732 DE 25 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS DE BATATA SALSA" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º
I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;"

Art. 2º. Fica incluído o inciso IV no art. 1º, com a seguinte redação:

"IV - Possuir a DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF."

Art. 3º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá aos beneficiários deste Programa à retirada das mudas de batata salsa distribuídas do ponto de distribuição e, transportar as mesmas até a sua propriedade."

Art. 4º O art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de Dotação dos Orçamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.598 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.598 DE 11 DE ABRIL DE 2017
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.733 DE 25 DE AGOSTO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DE MILHO" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º
I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;"

Art. 2º. Fica incluído o inciso IV no art. 1º, com a seguinte redação:

"IV - Possuir a DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF."

Art. 3º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá aos beneficiários deste Programa à retirada dos sacos de sementes de milho distribuídos do ponto de distribuição e, transportar os mesmos até a sua propriedade."

Art. 4º O art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de Dotação dos Orçamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.599 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.599 DE 11 DE ABRIL DE 2017
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.132 DE 26 DE AGOSTO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS DE EUCALIPTO" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º
I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;”

Art. 2º. Fica incluído o inciso IV no art. 1º, com a seguinte redação:

“IV - Possuir a DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF.”

Art. 3º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Caberá aos beneficiários deste Programa à retirada das mudas de Eucaliptos distribuídas do ponto de distribuição e, transportar as mesmas até a sua propriedade.”

Art. 4º O art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de Dotação dos Orçamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.600 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.600 DE 11 DE ABRIL DE 2017
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.191 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO “PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS” E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º
I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;”

Art. 2º. Fica incluído o inciso V no art. 1º, com a seguinte redação:

“V - Possuir a DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF.”

Art. 3º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Caberá aos beneficiários deste Programa à retirada dos filhotes “pequenos animais” distribuídos do ponto de distribuição e, transportar os mesmos até a sua propriedade.”

Art. 4º O art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de Dotação dos Orçamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.601 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.601 DE 11 DE ABRIL DE 2017
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.489 DE 10 DE JULHO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO “PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS DE ARVORES FRUTÍFERAS” E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º
I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;”

Art. 2º. Fica incluído o inciso IV no art. 1º, com a seguinte redação:

“IV - Possuir a DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF.”

Art. 3º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Caberá aos beneficiários deste Programa à retirada das mudas de Árvores Frutíferas do ponto de distribuição e, transportar as mesmas até a sua propriedade.”

Art. 4º O art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de Dotação dos Orçamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.602 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.602 DE 11 DE ABRIL DE 2017
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE ANÁLISE DE SOLO", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE ANÁLISE DE SOLO, destinado ao fornecimento gratuito da Análise de Solo, aos Produtores Rurais do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º Para participar do Programa, o Produtor Rural deverá comprovar o seguinte:

I - Inscrição no cadastro de Produtores Rurais junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, comprovando haver emitido pelo menos três notas fiscais nos últimos doze meses;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da Rodovia Municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural;

IV - Possuir a DAP – Declaração de Aptidão do PRONAF.

§ 2º Cada Produtor Rural poderá ser beneficiado com uma Análise de Solo anualmente.

Art. 2º A participação dos Produtores Rurais no Programa objeto desta Lei, será efetivado por meio de inscrição anual, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, será responsável pela operacionalização do presente Programa.

Art. 4º A presente Lei será regulamentada por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, após a vigência e publicação da presente Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de Dotação dos Orçamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.603 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.603 DE 11 DE ABRIL DE 2017
AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM EQUIPAMENTO Cedido PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas com abastecimento e manutenção de equipamento cedido temporariamente ao Município, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com interveniência da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§ 1º A manutenção do equipamento de que trata o Caput deste Artigo, inclui a aquisição de peças e mão-de-obra, caso se faça necessário.

§ 2º O equipamento cedido 01 (zero um) Motoniveladora Modelo 120K, CATERPILLAR, Série CAT0120KEJAP06535, Diesel, Cor Amarela, PAT/FDR nº 950.

Art. 2º Fica autorizado o uso de Pessoal do Quadro de Servidores da Administração Pública Municipal, para a operação do referido equipamento descrito no § 2º do Artigo anterior desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária dos Orçamentos vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.604 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.604 DE 11 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM EQUIPAMENTO CEDI-
DO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DISPÕE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas com abastecimento e manutenção de equipamento cedido temporariamente ao Município, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com interveniência da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§ 1º A manutenção do equipamento de que trata o Caput deste Artigo, inclui a aquisição de peças e mão-de-obra, caso se faça necessário.

§ 2º O equipamento cedido 01 (zero um) Retroescavadeira, nº de Série 2278835, PAT/FDR nº 938.

Art. 2º Fica autorizado o uso de Pessoal do Quadro de Servidores da Administração Pública Municipal, para a operação do referido equipamento descrito no § 2º do Artigo anterior desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária dos Orçamentos vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.605 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.605 DE 11 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM EQUIPAMENTO CEDI-
DO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DISPÕE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas com abastecimento e manutenção de equipamento cedido temporariamente ao Município, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com interveniência da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§1º A manutenção do equipamento de que trata o Caput deste Artigo, inclui a aquisição de peças e mão-de-obra, caso se faça necessário.

§2º O equipamento cedido 01 (zero um) Trator Agrícola, Modelo A750L, Marca Valtra, tração 4x4, Ano 2013, Série Nº A750360514, Pat/SAR Nº 17.104.

Art. 2º Fica autorizado o uso de Pessoal do Quadro de Servidores da Administração Pública Municipal, para a operação do referido equipamento descrito no § 2º do Artigo anterior desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária dos Orçamentos vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.606 DE 11 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.606 DE 11 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM EQUIPAMENTO CEDI-
DO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DISPÕE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a realização de despesas com abastecimento e manutenção de equipamento cedido temporariamente ao Município, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com interveniência da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§1º A manutenção do equipamento de que trata o Caput deste Artigo, inclui a aquisição de peças e mão-de-obra, caso se faça necessário.

§2º O equipamento cedido 01 (zero um) Trator Agrícola, NH TT4030, 4x4, Modelo 2013, Marca New Holland, Série T75CR405997, Patr. SAR Nº 17124.

Art. 2º Fica autorizado o uso de Pessoal do Quadro de Servidores da Administração Pública Municipal, para a operação do referido equipamento descrito no § 2º do Artigo anterior desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária dos Orçamentos vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.297 DE 11 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.297 DE 11 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, JOSIANE CLÉIA LUCIO, Matrícula Funcional nº 000686, Registro no Sistema sob nº 955126, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, referem-se ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.3º) A Servidora gozará as férias no período de 11 de abril de 2017 a 10 de maio de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de abril de 2017 sob nº 9161.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.298 DE 11 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.298 DE 11 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A DIRETORA DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19

de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092, Registro no Sistema sob nº 295640, no Cargo Público Professor I, exercendo a Função Gratificada de Diretora do Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, referem-se ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016.

Art.3º) A Servidora gozará as férias no período de 24 de abril de 2017 a 03 de maio de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 06 de abril de 2017 sob nº 9057.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.299 DE 11 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.299 DE 11 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, Matrícula Funcional nº 000237, Registro no Sistema sob nº 697100, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. As Férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 17 de abril de 2017 a 26 de abril de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de abril de 2017 sob o nº 9158.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.300 DE 11 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.300 DE 11 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000799, Registro no Sistema sob nº 955466, ao Cargo Público e exercendo a Função de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. As Férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 24 de abril de 2017 a 03 de maio de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de abril de 2017 sob o nº 9030.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
11 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 40/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 40/2017.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: PEDRO ARNILDO SEGUER JUNIOR E CIA LTDA ME, CNPJ 05.669.425/0001-01. OBJETO: CREDENCIAR FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, pacientes graves e nos casos de urgência. Ainda os medicamentos concedidos por ordem judicial ou de uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica Básica – e/ou não estejam contemplados na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) em que o uso seja imprescindível e imediato, sob risco de agravos à saúde do indivíduo, podendo levar a complicações graves. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 384/2017/FMS, Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017 - FMS. DOTAÇÃO: 14.01 14.01.10301001.2.020000 3.3.90.00.00 6370 102. VALOR: R\$: 20.000,00 (vinte mil reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/12/2017, Campo Erê/SC, em 22/03/2017. SIGNATÁRIOS: Catia Ferlin da Veiga pela Contratante e Pedro Arnildo Seguer Junior pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 274/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº274/2017, na modalidade Pregão de nº 13/2017 tendo como objeto a: O objeto da presente consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviço de monitoramento 24:00 horas por dia, a ser realizado nos prédios públicos municipais, com o fornecimento de todas os produtos tais como: (sensores, fios, central e demais produtos necessários para o funcionamento do sistema de alarme) nos locais conforme especificados no edital 13/2017.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
INVIOSAT OESTE MONITORAMENTO E SEGURANÇA EIRELI	1	1	17,00	70,0000	1.190,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
INVIOSAT OESTE MONITORAMENTO E SEGURANÇA EIRELI	1.190,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 07 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 281/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº281/2017, na modalidade Pregão de nº 14/2017 tendo como objeto a Aquisição de sêmen das raças Holandesa e Jersey e de nitrogênio líquido.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
NITROSEMEN-PRODUTOS AGROPECUARIOS LTD	1	3	3.000,00	3,2000	9.600,0000
Semex Do Brasil Comercio, Importação e Exportação LTDA	1	1	2.000,00	22,9000	45.800,0000
Semex Do Brasil Comercio, Importação e Exportação LTDA	1	2	800,00	19,9000	15.920,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
NITROSEMEN-PRODUTOS AGROPECUARIOS LTD	9.600,00
Semex Do Brasil Comercio, Importação e Exportação LTDA	61.720,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 31 de março de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 403/2017/FMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº403/2017, na modalidade Pregão de nº 15/2017 tendo como objeto do presente EDITAL DE PREGÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para prestação de serviço de transporte rodoviário através de van e/ou micro-ônibus, para transporte de munícipes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD) incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados, para transporte de pessoas (pacientes) para a Secretaria de Saúde do Município de Campo Erê.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
ARISTEU CLAIR MARQUES EIRELI ME	1	1	100,00	433,0000	43.300,0000
ARISTEU CLAIR MARQUES EIRELI ME	1	2	20,00	216,9000	4.338,0000
ADRIANO LOPES EIRELI ME	1	3	10,00	798,0000	7.980,0000
ADRIANO LOPES EIRELI ME	1	4	3.000,00	1,9500	5.850,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
ADRIANO LOPES EIRELI ME	13.830,00
ARISTEU CLAIR MARQUES EIRELI ME	47.638,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 05 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

CATIA FERLIN DA VEIGA

Gestora Fundo Municipal Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES CAMPO ERÊ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representada por seu Presidente Sr. ADELIR ANTONIO BUSSOLARO, TORNA PÚBLICO, que realizou Dispensa de Licitação nº 003/2017, com fundamento na Lei Federal 8.666/93, Art. 24, inciso II, em prol da empresa ADRIANA DOS SANTOS FAITÃO, CNPJ nº 22.761.996/0001-90, objetivando a contratação de empresa para realização de manutenção nas cadeiras do Plenário, cadeiras giratórias e de duas poltronas da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê. O valor a ser pago é de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Campo Erê/SC, 03 de abril de 2017.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 27/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 47/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de abril de 2017 às 14 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITAS PARA AS EQUIPES DE TRABALHO DA SECRETARIA DE OBRAS QUE REALIZAM SERVIÇOS NA LOCALIDADE DA BARRA DO LEÃO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 8h às 11h e das 13h15min às 17h diariamente.

Campos Novos, 12 de abril de 2017.
Sílvia Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

AVISO DE PP Nº06/2017 SOCIAL. AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 28 de abril de 2017 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL INSTRUCTOR DE CURSO BÁSICO E AVANÇADO DE SALÃO DE BELEZA PARA ATUAR NOS PROJETOS SUPERVISIONADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROJETO DE OLHO NO FUTURO PARA ANO DE 2017. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h e das 13h15min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 11 de abril de 2017.
Sílvia Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 7.725/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017 ABRE ORÇAMENTO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.725, DE 10 DE ABRIL DE 2017
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvia Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de

12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Rotativo Habitacional, no valor de R\$ 130.875,42 (Cento e trinta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), às seguintes dotações:

Órgão: 37 – FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Unidade : 01– MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Atividade: 2.057 – Manutenção das Atividades do Fundo Rotativo Habitacional

Elemento de despesa: 06- 3.3.90.00.00.00.03.00000 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Órgão: 37 – FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Unidade : 02– CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

Atividade: 1.033 – Financiamentos e Empréstimos para constr. e reforma de habitação

Elemento de despesa: 07 - 4.5.90.00.00.00.03.00000 Aplicações Diretas R\$ 124.875,42

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro de exercícios anteriores/recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 10 de abril de 2017.
Sílvia Alexandre Zancanaro,
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 7.726/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.726, DE 10 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Sílvia Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Rotativo Habitacional, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), às seguintes dotações:

Órgão: 34 – FIA- FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade : 01– FIA- FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Atividade: 2.046 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Elemento de despesa: 09- 3.3.50.00.00.00.03.00043..Transf. a Inst. Privadas sem fins R\$ 60.000,00

Órgão: 34 – FIA- FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade : 01- FIA- FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Atividade: 2.046 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Elemento de despesa: 08- 3.3.90.00.00.00.03.00000
Aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro de exercícios anteriores/recursos próprios – R\$ 15.000,00 e instituições privadas – R\$ 60.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 10 de abril de 2017.
Sílvia Alexandre Zancanaro,
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 7.727/17 DE 11/04/2017 DECRETA PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 7.727 /2017 DE 11/04/2017
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 13/04/2017 (Quinta-feira), a partir das 11:30h, na Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 11 de abril de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1042/17

PORTARIA Nº 1042/17 de 27/03/17
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TARSILA BATISTA BRAGA COELHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TARSILA BATISTA BRAGA COELHO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1043/17

PORTARIA Nº 1043/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANA TOLOMEOTE ROSSI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LUCIANA TOLOMEOTE ROSSI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1080/17

PORTARIA Nº 1080/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA MARIA BUZZACARO MORAIS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADRIANA MARIA BUZZACARO MORAIS para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1081/17

PORTARIA Nº 1081/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NATIELI MADRUGA E SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário NATIELI MADRUGA E SOUZA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1082/17

PORTARIA Nº 1082/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA LUIZA DEMETRIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário BRUNA LUIZA DEMETRIO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1083/17

PORTARIA Nº 1083/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEONICE PADILHA DA COSTA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LEONICE PADILHA DA COSTA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1084/17

PORTARIA Nº 1084/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RODRIGO DIAS LOPES PANTOJA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art.

2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário RODRIGO DIAS LOPES PANTOJA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1085/17

PORTARIA Nº 1085/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SINTHIA MARIA MECABO CORREA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SINTHIA MARIA MECABO CORREA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1086/17

PORTARIA Nº 1086/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA MARIA CAMARGO DUARTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA MARIA CAMARGO DUARTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1087/17

PORTARIA Nº 1087/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALOISIO AMARCY DOS PASSOS PETRONILIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ALOISIO AMRACY DOS PASSOS PETRONILIO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1088/17

PORTARIA Nº 1088/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAROLINE FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário CAROLINE FAGUNDES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1089/17

PORTARIA Nº 1089/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINES CECHIN ROTINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário MARINES CECHIN ROTINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1090/17

PORTARIA Nº 1090/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NATASHA PALAVRO COELHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário NATASHA PALAVRO COELHO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1091/17

PORTARIA Nº 1091/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALDERI MIORELLI DISSEGNA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário VALDERI MIORELLI DISSEGNA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1092/17

PORTARIA Nº 1092/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA PAZ SEIFERT

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário PATRICIA PAZ SEIFERT para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1093/17

PORTARIA Nº 1093/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANE TEREZINHA FIGUEIREDO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ELIANE TEREZINHA FIGUEIREDO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1094/17

PORTARIA Nº 1094/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA PAULA SERENA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ADRIANA PAULA SERENA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1147/17

PORTARIA Nº 1147/17 de 29/03/17

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

REsolve:

Art. 1º - Conceder a servidora LAIS PICININ BITTENCOURT, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação: Enfermagem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de fevereiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1161/17

PORTARIA Nº 1161/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LAÍDES DALAZEN LAIDNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

REsolve:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LAÍDES DALAZEN LAIDNES referente ao período aquisitivo de 01/07/15 a 30/06/16 a serem gozadas no período de 06/03/17 a 05/04/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1162/17

PORTARIA Nº 1162/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE DE LIMA TOTTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

REsolve:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE DE LIMA TOTTI referente ao período aquisitivo de 29/03/15 a 28/03/16 a serem gozadas no período de 13/03/17 a 11/04/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1201/2017

PORTARIA Nº 1201/17 de 29/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILIA NERES DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, enquanto a funcionária CARMELITA DE ALMEIDA MATTOS encontrar-se em auxílio doença,

REsolve:

Contratar em caráter temporário MARILIA NERES DA SILVA para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 843/17

PORTARIA Nº 843/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IRMA APARECIDA LINS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário, IRMA APARECIDA LINS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 844/17

PORTARIA Nº 844/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CESAR AUGUSTO VEZARO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário, CESAR AUGUSTO VEZARO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 845/17

PORTARIA Nº 845/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDICLEIA BARBOSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário, EDICLEIA BARBOSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 846/17

PORTARIA Nº 846/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARIN REGINA SCHALY

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário, KARIN REGINA SCHALY para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 847/17

PORTARIA Nº 847/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVA LUCIANA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário, EVA LUCIANA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 896/17

PORTARIA Nº 896/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 897/17

PORTARIA Nº 897/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANE CARNIEL FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ROSANE CARNIEL FRANÇA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 898/17

PORTARIA Nº 898/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELITON MARCIO ZANONI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ELITON MARCIO ZANONI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 899/17

PORTARIA Nº 899/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANA DE FATIMA ROSSA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário FABIANA DE FATIMA ROSSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 915/17

PORTARIA Nº 915/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSEANE TEREZINHA DE MATOS REINALDO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário JOSEANE TEREZINHA DE MATOS REINALDO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 916/17

PORTARIA Nº 916/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSEELE ANGELICA DE QUADROS XAVIER

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ROSEELE ANGELICA DE QUADROS XAVIER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 917/17

PORTARIA Nº 917/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANA MAI DE SANT ANA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ELIANA MAI DE SANT ANA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 918/17

PORTARIA Nº 918/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCY MARA WOLFF

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art.

2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário LUCY MARA WOLFF para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 919/17

PORTARIA Nº 919/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DENIZ BORNAGUI MORO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário DENIZ BORNAGUI MORO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 920/17

PORTARIA Nº 920/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIMARI APARECIDA VICENTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário LUCIMARI APARECIDA VICENTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 921/17

PORTARIA Nº 921/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VIVIANI VICENTE BERNABE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário VIVIANE VICENTE BERNABE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 922/17

PORTARIA Nº 922/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA STRAMOSK

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário PRISCILA STRAMOSK para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 923/17

PORTARIA Nº 923/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KELLY TAYNARA GIUSTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário KELLY TAYNARA GIUSTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 924/17

PORTARIA Nº 924/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINES APARECIDA MELLO MARQUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário MARINES APARECIDA MELLO MARQUES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 925/17

PORTARIA Nº 925/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIMAR DOS SANTOS MORAES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário LUCIMAR DOS SANTOS MORAES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 926/17

PORTARIA Nº 926/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSMARI DOS SANTOS LORINI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art.

2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ROSMARI DOS SANTOS LORINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 927/17

PORTARIA Nº 927/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIANE CRISTINA SUTIL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário LILIANE CRISTINA SUTIL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 970/17

PORTARIA Nº 970/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIVANA DOS SANTOS MELOTTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário MARIVANA DOS SANTOS MELOTTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 971/17

PORTARIA Nº 971/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANETE DE FATIMA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário JANETE DE FATIMA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 972/17

PORTARIA Nº 972/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RITA DE CASSIA DOS PASSOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário RITA DE CASSIA DOS PASSOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 974/17

PORTARIA Nº 974/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA DE FATIMA GALIO MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ADRIANA DE FATIMA GALIO MOREIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 975/17

PORTARIA Nº 975/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DINAMAR CARBONERA DE CARMO ANTUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário DINAMAR CARBONERA DE CARMO ANTUNES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 976/17

PORTARIA Nº 976/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 977/17

PORTARIA Nº 977/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIA IZABEL CARVALHO MENEGAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário JULIA IZABEL CARVALHO MENEGAS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 978/17

PORTARIA Nº 978/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANA DE FATIMA BOM BERNABE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

REsolve:

Contratar em caráter temporário ROSANA DE FATIMA BOM BERNABE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2017.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS 03/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 1/11

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	633.864,22D	303.490,32	224.762,01	712.592,53D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	262.415,09D	303.490,32	222.784,59	343.120,82D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	236.260,91D	302.570,32	222.384,59	316.446,64D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	236.260,91D	302.570,32	222.384,59	316.446,64D
1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÁIS CONTAS	236.260,91D	302.570,32	222.384,59	316.446,64D
1.1.1.1.1.19			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÁIS CONTAS	236.260,91D	302.570,32	222.384,59	316.446,64D
1.1.1.1.1.19.00.04			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÁIS CONTAS	236.260,91D	302.570,32	222.384,59	316.446,64D
1.1.1.1.1.19.00.04.01			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	236.260,91D	302.570,32	222.384,59	316.446,64D
1.1.1.1.1.19.00.04.01.000001 (47936)	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	236.260,91D	302.570,32	222.384,59	316.446,64D
1.1.3			DEBÁIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	200,00	400,00	400,00	200,00
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	200,00	400,00	400,00	200,00
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	200,00	400,00	400,00	200,00
1.1.3.1.1.02 (42150)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	200,00	400,00	400,00	200,00
1.1.5			ESTOQUES	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6			ALMOXARIFADO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03.00.01 (42388)	P	P	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	23.909,10D	520,00	0,00	24.429,10D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	3.790,30D	0,00	0,00	3.790,30D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	3.790,30D	0,00	0,00	3.790,30D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	20.118,80D	520,00	0,00	20.638,80D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	20.118,80D	520,00	0,00	20.638,80D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	371.449,13D	0,00	1.977,42	369.471,71D
1.2.3			IMOBILIZADO	371.449,13D	0,00	1.977,42	369.471,71D
1.2.3.1			BENS IMOVEIS	190.651,60D	0,00	0,00	190.651,60D
1.2.3.1.1			BENS IMOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	190.651,60D	0,00	0,00	190.651,60D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	28.937,90D	0,00	0,00	28.937,90D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	26.937,90D	0,00	0,00	26.937,90D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	26.937,90D	0,00	0,00	26.937,90D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	53.468,10D	0,00	0,00	53.468,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	53.468,10D	0,00	0,00	53.468,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	53.468,10D	0,00	0,00	53.468,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	78.768,60D	0,00	0,00	78.768,60D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.066,70D	0,00	0,00	2.066,70D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	4.839,90D	0,00	0,00	4.839,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	71.862,00D	0,00	0,00	71.862,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	14.617,00D	0,00	0,00	14.617,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	14.617,00D	0,00	0,00	14.617,00D
1.2.3.1.1.99			DEBÁIS BENS IMOVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS IMOVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS IMOVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 2/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	28.375,07C	0,00	1.977,42	30.352,49C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOI	28.375,07C	0,00	1.977,42	30.352,49C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA -- BENS MÓVEIS	28.375,07C	0,00	1.977,42	30.352,49C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	28.375,07C	0,00	1.977,42	30.352,49C

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 3/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	416.402,30C	260.825,45	273.613,67	429.190,52C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	79.901,48C	260.825,45	273.613,67	92.688,70C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	79.842,14C	178.271,01	190.980,04	92.551,17C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	79.842,14C	125.063,83	137.772,86	92.551,17C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	79.842,14C	125.063,83	137.772,86	92.551,17C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	79.842,14C	125.063,83	137.772,86	92.551,17C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	120.350,24	120.350,24	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	18.457,32C	1.425,48	10.450,46	27.482,30C
2.1.1.1.1.01.03	P	P	FÉRIAS	61.384,82C	3.288,11	10.450,46	27.482,30C
2.1.1.1.1.01.03.00.000001 (43096)	P	P	FÉRIAS	61.384,82C	3.288,11	6.972,16	65.068,87C
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	29.584,73	29.584,73	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	29.584,73	29.584,73	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	29.584,73	29.584,73	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	23.622,45	23.622,45	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFFS - UNIÃO	0,00	23.622,45	23.622,45	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	23.622,45	23.622,45	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	23.622,45	23.622,45	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	46.597,70	46.597,70	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	46.597,70	46.597,70	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	46.597,70	46.597,70	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	46.597,70	46.597,70	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	46.597,70	46.597,70	0,00
2.1.8.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	59,34C	35.996,74	36.035,93	138,53C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	59,34C	35.996,74	36.035,93	138,53C
2.1.8.8.1.01			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	59,34C	33.628,12	33.707,31	138,53C
2.1.8.8.1.01.02 (43538)	P	F	CONSIGNAÇÕES	0,00	9.579,82	9.579,82	0,00
2.1.8.8.1.01.04			INSS	0,00	12.992,57	12.992,57	0,00
2.1.8.8.1.01.04.03 (47959)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	12.992,57	12.992,57	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	59,34C	0,00	79,19	138,53C
2.1.8.8.1.01.13 (43549)	P	F	ISS	0,00	1.474,12	1.474,12	0,00
2.1.8.8.1.01.99			RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	9.581,61	9.581,61	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	7.734,96	7.734,96	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	1.470,65	1.470,65	0,00
2.1.8.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	SCIOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	376,00	376,00	0,00
2.1.8.8.1.04			AGEMED	0,00	2.328,62	2.328,62	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	2.328,62	2.328,62	0,00
2.3			DEPÓSITOS DE TERCEIROS	336.500,82C	0,00	0,00	336.500,82C
2.3.1			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	39.878,68D	0,00	0,00	39.878,68D
2.3.7.1			RESULTADOS ACUMULADOS	39.878,68D	0,00	0,00	39.878,68D
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	4.386.455,06D	0,00	0,00	4.386.455,06D
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.386.455,06D	0,00	0,00	4.386.455,06D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 4/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	4.961.623,88C	0,00	0,00	4.961.623,88C
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.961.623,88C	0,00	0,00	4.961.623,88C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	615.047,50D	0,00	0,00	615.047,50D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	615.047,50D	0,00	0,00	615.047,50D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 5/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	383.405,14D	235.502,49	0,00	618.907,63D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	260.899,57D	157.902,56	0,00	418.602,13D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	219.372,40D	134.280,11	0,00	353.652,51D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	191.613,47D	116.857,49	0,00	308.470,96D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	191.613,47D	116.857,49	0,00	308.470,96D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	188.823,30D	115.650,61	0,00	304.473,91D
3.1.1.1.1.01.01	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	188.823,30D	115.650,61	0,00	304.473,91D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	2.790,17D	1.206,88	0,00	3.997,05D
3.1.1.1.1.02.03	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	2.790,17D	1.206,88	0,00	3.997,05D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	27.758,93D	17.422,62	0,00	45.181,55D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CC	27.758,93D	17.422,62	0,00	45.181,55D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	27.758,93D	17.422,62	0,00	45.181,55D
3.1.1.2.1.01.21	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	9.176,78D	6.972,16	0,00	16.148,94D
3.1.1.2.1.01.22	P		13. SALÁRIO	18.582,15D	10.450,46	0,00	29.032,61D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	41.327,17D	23.622,45	0,00	64.949,62D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	41.327,17D	23.622,45	0,00	64.949,62D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	41.327,17D	23.622,45	0,00	64.949,62D
3.1.2.2.3.01	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	41.327,17D	23.622,45	0,00	64.949,62D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	59.169,46D	29.584,73	0,00	88.754,19D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	59.169,46D	29.584,73	0,00	88.754,19D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	59.169,46D	29.584,73	0,00	88.754,19D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	59.169,46D	29.584,73	0,00	88.754,19D
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	59.169,46D	29.584,73	0,00	88.754,19D
3.2.1.1.1.01.99	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	59.169,46D	29.584,73	0,00	88.754,19D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	63.536,11D	48.015,20	0,00	111.551,31D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.267,32D	6.289,33	0,00	16.556,65D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	10.267,32D	6.289,33	0,00	16.556,65D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	10.267,32D	6.289,33	0,00	16.556,65D
3.3.1.1.1.01	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	305,97D	1.493,59	0,00	1.799,56D
3.3.1.1.1.16	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.324,70D	567,40	0,00	1.892,10D
3.3.1.1.1.21	P		MATERIAL DE COZINHA	573,51D	861,23	0,00	1.434,74D
3.3.1.1.1.22	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	46,50	0,00	46,50D
3.3.1.1.1.24	P		MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	5.377,62D	0,00	0,00	5.377,62D
3.3.1.1.1.26	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	985,96D	1.328,93	0,00	2.314,89D
3.3.1.1.1.39	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	356,00D	103,00	0,00	459,00D
3.3.1.1.1.99	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1.343,56D	1.888,68	0,00	3.232,24D
3.3.2			SERVIÇOS	49.359,92D	39.748,45	0,00	89.108,37D
3.3.2.1			DIÁRIAS	15.025,00D	17.100,00	0,00	32.125,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	15.025,00D	17.100,00	0,00	32.125,00D
3.3.2.1.1.01	P		DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	15.025,00D	17.100,00	0,00	32.125,00D
3.3.2.1.1.01.01	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	15.025,00D	17.100,00	0,00	32.125,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	400,00D	380,04	0,00	780,04D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	400,00D	380,04	0,00	780,04D
3.3.2.2.1.99	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	400,00D	380,04	0,00	780,04D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	33.934,92D	22.288,41	0,00	56.203,33D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	33.934,92D	22.288,41	0,00	56.203,33D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 6/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	0,00	285,00	0,00	285,00D
3.3.2.3.1.06 (44640)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	810,00	0,00	810,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	2.193,63D	1.617,62	0,00	3.811,25D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	3.399,64D	1.477,16	0,00	4.876,80D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.538,70D	789,40	0,00	2.328,10D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	3.590,00D	2.500,00	0,00	6.090,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	23.212,95D	14.789,23	0,00	38.002,18D
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.908,87D	1.977,42	0,00	5.886,29D
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	3.908,87D	1.977,42	0,00	5.886,29D
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	3.908,87D	1.977,42	0,00	5.886,29D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	3.908,87D	1.977,42	0,00	5.886,29D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.908,87D	1.977,42	0,00	5.886,29D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Marco
Página: 7/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL ALIMENTATIVA	600.867,06C	0,00	301.442,58	902.309,64C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	600.443,48C	0,00	300.221,74	900.665,22C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRA-GERNAMENTAIS	600.443,48C	0,00	300.221,74	900.665,22C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	600.443,48C	0,00	300.221,74	900.665,22C
4.5.1.1.2 (45892)	P		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	600.443,48C	0,00	300.221,74	900.665,22C
4.9			REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	423,58C	0,00	1.220,84	1.644,42C
4.9.7			REVERSÃO DE PROVISÕES	423,58C	0,00	1.220,84	1.644,42C
4.9.7.1			REVERSÃO DE PROVISÕES – CONSOLIDAÇÃO	423,58C	0,00	1.220,84	1.644,42C
4.9.7.1.1			REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	423,58C	0,00	1.220,84	1.644,42C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P			423,58C	0,00	1.220,84	1.644,42C

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 8/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D
5.2.2.1.1.01 (46205)		O	CREDITO INICIAL	3.602.660,94D	0,00	0,00	3.602.660,94D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 9/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.602.660,94C	691.874,11	691.874,11	3.602.660,94C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	3.602.660,94C	691.874,11	691.874,11	3.602.660,94C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	3.602.660,94C	691.874,11	691.874,11	3.602.660,94C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	3.602.660,94C	691.874,11	691.874,11	3.602.660,94C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	3.238.419,03C	248.051,16	19,96	2.990.387,83C
6.2.2.1.2			CRÉDITO INDISPONÍVEL	0,00	0,00	20.117,00	20.117,00C
6.2.2.1.2.01 (46263)	O		BLOQUEIO DE CRÉDITO	0,00	0,00	20.117,00	20.117,00C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	364.241,91C	443.822,95	671.737,15	592.156,11C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	220.155,12	227.954,12	7.799,00C
6.2.2.1.3.02 (46268)	O		CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	0,00	3.492,75	3.492,75	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	220.155,12	220.155,12	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	364.241,91C	19,96	220.135,16	584.357,11C

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 10/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	603.050,31D	302.950,36	19,96	905.980,71D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	602.450,31D	302.550,36	0,00	905.000,67D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	602.450,31D	302.550,36	0,00	905.000,67D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	602.450,31D	302.550,36	0,00	905.000,67D
7.9			OUTROS CONTROLES	600,00D	400,00	19,96	980,04D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	600,00D	400,00	19,96	980,04D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	600,00D	400,00	19,96	980,04D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	600,00D	400,00	19,96	980,04D

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Março
Página: 11/11

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2017

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	603.050,31C	709.658,38	1.012.588,78	905.980,71C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	602.450,31C	708.878,34	1.011.428,70	905.000,67C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	602.450,31C	708.878,34	1.011.428,70	905.000,67C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	602.450,31C	708.878,34	1.011.428,70	905.000,67C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	236.201,57C	232.591,40	304.898,94	308.508,11C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	236.201,57C	232.591,40	304.898,94	308.508,11C
8.2.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	220.155,12	227.954,12	7.799,00C
8.2.1.1.3	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	59,34C	256.111,86	256.191,05	138,53C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	220.155,12	220.155,12	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEENÇÕES	59,34C	35.956,74	36.035,93	138,53C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	366.189,40C	19,96	222.384,59	588.554,03C
8.9			OUTROS CONTROLES	600,00C	780,04	1.160,08	980,04C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	600,00C	780,04	1.160,08	980,04C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	600,00C	780,04	1.160,08	980,04C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	600,00C	780,04	1.160,08	980,04C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	200,00C	400,00	400,00	200,00C
8.9.1.2.1.02 (46828)	C		ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	380,04	380,04	0,00
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	400,00C	0,00	380,04	780,04C
TOTAL:				0,00	2.504.301,11	2.504.301,11	0,00

CAMPOS NOVOS, 05/04/2017

JOSÉ ADELAR CARPES
PRESIDENTE

CRISTIANO R. PEIXOTO
CONTADOR CRC/SC 40776/O-9

Canelinha

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 015/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Chamada Pública 015/FMS/2017

OBJETO: Este procedimento tem por objeto credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços, para realizar consultas e exames especializados de média e alta complexidade, visando atender os habitantes do Município de Canelinha, de acordo com a tabela unificada de procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, conforme itens relacionados no anexo I deste edital e através de Termo de Adesão ao incentivo Estadual para ações de média e alta complexidade, Lei nº 16.159 de 07 de novembro de 2013 e Deliberação 534. PERÍODO DE ABERTURA: 11 de abril de 2017 à 31 de dezembro de 2017. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 11 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Chamada Pública 008/FMS/2017

OBJETO: Este procedimento tem por objeto credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços de laboratório de análises clínicas para executarem os serviços de acordo com a tabela unificada de procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, exceto exame de DNA, para prestarem serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas, sendo que os exames rotineiros encontram-se relacionados no anexo I deste edital, e os demais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos (SIGTAP) do Sistema único de Saúde, para atendimento dos usuários munícipes de Canelinha com os exames constantes das referidas tabelas. PERÍODO DE ABERTURA: 20 de março de 2017 à 31 de dezembro de 2017. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 20 de março de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

PREGAO PRESENCIAL 038/PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/PMC/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FMS/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/FMHC/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/SEMAIS/2017

Objeto: Aquisição de gasolina comum tipo C, com instalação de tanque para armazenamento de combustível gasolina comum tipo C, com capacidade para até 4 mil litros, com bomba abastecedora, com contador de litros parcial e acumulativa e filtro de linha, produtos estes adquiridos em cargas, conforme descrição do anexo do presente edital, para a frota pública do município de canelinha - SC. DATA DE ABERTURA: 27 de abril de 2017, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 11 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

PREGAO PRESENCIAL 039/PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 039/PMC/2017

Pregão Presencial 014/FMS/2017

Pregão Presencial 009/FHMC/2017

Pregão Presencial 010/SEMAIS/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de horas de serviços mecânicos, torno, solda, serviços elétricos, geometria e balanceamento, com o fornecimento de peças conforme a necessidade, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Município de Canelinha, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Municipal Hospitalar de Canelinha e SEMAIS, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 27 de abril de 2017, às 14:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 11 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

PREGÃO PRESENCIAL 034/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 034/PMC/2017 - RETIFICADO

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de cartuchos de impressora para manutenção das atividades das Secretaria de Assistência Social e da Cidadania; Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Canelinha SC. de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 26 de abril de 2017, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 07 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

DECISÃO DO RECURSO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 186/2016
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 20/2016

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, representado neste ato por seu Prefeito, GILBERTO DOS PASSOS, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 3.114.763 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº. 003.649.429-16, residente e domiciliado na Rua Paula Pereira, 1605, nesta cidade, com fulcro no art. 70, inciso I, II e XII da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como respaldado nas demais atribuições constantes na Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e, ainda, no processo administrativo nº 03/2017, resolve impor a

DECISÃO DO RECURSO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017

Em face da empresa EGON KLUK STADLER - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 25.306.696/0001-00, vencedora do Processo de Licitação nº. 186/2016, Concorrência Pública nº. 20/2016, que tem por objeto o registro de preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis destinados às escolas da Rede Municipal de Ensino, Centros de Educação Infantil, Secretarias e Fundos Municipais, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Militar, pelo período de 12 (doze) meses.

Entretanto, a Administração Pública como um todo, vem constatando significado atraso na execução das obrigações constantes no procedimento licitatório, se encontrando em total desacordo com o cronograma físico-financeiro aprovado quando da contratação, gerando prejuízo ao erário, e, principalmente, no andamento dos programas que o Poder Público executa para coletividade.

Assim sendo, o Município de Canoinhas, através da Notificação Extrajudicial nº. 05/2017, enviada com Aviso de Recebimento (AR) via correios e publicada no DOM (Diário Oficial Municipal) no dia 04/04/2017, com o intuito de cientificar a empresa em comento, sobre a inexecução dos serviços prestados, concedendo-lhe prazo, da data do recebimento da referida notificação, em respeito ao art. 78, Parágrafo Único da Lei de Licitações, para a apresentação de defesa, e imediata execução da prestação dos serviços, entretanto, a empresa se recusou a receber a notificação, bem como deixou transcorrer o prazo sem apresentação de defesa, realizando apenas o protocolo de Rescisão amigável.

Desta forma, ficou constatada e comprovada à inadimplência provocada pela empresa, pois as Secretarias e Fundos Municipais necessitavam dos alimentos e de mais gêneros em tempo hábil, para garantir a execução dos programas do Município de Canoinhas para com a coletividade.

Por derradeiro, cabe destacar a aplicação do princípio da proporcionalidade e razoabilidade dos atos da Administração Pública, seja na obediência do ente federado, quer seja na aplicação de algum ato em face de outrem.

Assim, a proporcionalidade se resume na relação de causalidade entre um meio e um fim, de tal sorte que se possa proceder aos três exames fundamentais inerentes a ela, quais sejam: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. Sem um meio, um fim concreto e a relação de causalidade entre

eles, não há a aplicação do princípio da proporcionalidade em seu caráter trifásico.

O princípio da proporcionalidade é considerado como dito em linhas pretéritas, uma vertente do princípio da razoabilidade pelo motivo de ser necessária uma adequação entre os meios empregados pela Administração Pública para atingir os fins pretendidos, se não houver tal adequação a desproporcionalidade acaba por residir em tal medida empregada.

Por outro lado, em se tratando do princípio da razoabilidade, vejamos o que prescreve Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"a administração, ao atuar no exercício de discricção, terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida." DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; Direito Administrativo. 23ª edição, Editora Atlas.

E ainda, segundo as concepções do Magistrado Dirley da Cunha Júnior, o qual defende a igualdade destes princípios, sendo o conceito de razoabilidade, para permitir ao Judiciário investigar o próprio mérito dos atos do poder público, a fim de verificar se esses atos estão conforme a razão, supondo equilíbrio, moderação e harmonia.

José Roberto Pimenta de Oliveira define:

"o princípio da razoabilidade, no contexto jurídico-sistemático da busca do interesse público primário, a exigência de justificada e adequada ponderação administrativa, aberta nos exatos limites constitucionais em que a regra de competência habilitadora autorizar, dos princípios, valores, interesses, bens ou direitos consagrados no ordenamento jurídico, impondo aos agentes administrativos que maximize a proteção jurídica dispensada para cada qual, segundo o peso, importância ou preponderância que venham adquirir e ostentar em cada caso objeto de decisão."

Assim sendo, o Poder Público deve obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública, a fim de garantir os direitos e garantias de seus administrados.

Outrossim, a empresa protocolou no dia 20 de março de 2017, um pedido de rescisão amigável, alegando que para dar cumprimento ao quantitativo licitado e nos diversos pontos de entregas, é preciso adquirir um quantitativo mínimo dos fornecedores. Entretanto, não haveria possibilidade de rescisão amigável, sendo que a empresa tem prejudicado o cronograma físico-financeiro, bem como se recusou a receber a notificação nº 05/2017. Assim sendo, caso fosse rescindido desta maneira, no presente momento, o erário público estaria sendo lesado.

Ainda, o item 16.2, subitem "e" do edital do Processo Licitatório 186/2016, prevê que será cancelada a Ata de Registro de Preço, suspensa de forma temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Canoinhas e impedida de com ela contratar, a empresa que descumprir integralmente uma Ordem de Serviço ou parcialmente mais de uma Ordem de Serviço, sendo esse o caso da presente empresa, haja vista que foram emitidas as Autorizações de Fornecimento de nº 756/2017 (06/03/2017), 788/2017 (07/03/2017), 823/2017 (08/03/2017), 1139/2017

(23/03/2017), 1148/2017 (23/03/2017), 1165 (23/03/2017), 1421/2017 (31/03/2017), 1422/2017 (31/03/2017), 1423/2017 (31/03/2017), 1424/2017 (31/03/2017), 1424/2017 (31/03/2017). 1425/2017 (31/03/2017), 1426/2017 (31/03/2017) e 1427/2017 (31/03/2017), porém todas elas foram descumpridas pela empresa.

Diante de todo o exposto, serve o presente expediente para CIEN-TIFICAR Vossa Senhoria, da RESCISÃO CONTRATUAL, c/c a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente bem como no Processo de Licitação nº 186/2016, modalidade de Concorrência Pública nº 20/2016, sendo aplicada a seguinte penalidade conforme os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sanção prevista no item 16. PENALIDADES – a) Cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Canoinhas, bem como o de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço. b) em razão dos atos ilícitos praticados pela empresa, aplica-se, também, a penalidade prevista no art. 88, III da Lei Federal 8.666/90.

Ademais, conforme prevê o art. 109, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93, concedo prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta decisão, para que, querendo, apresente recurso.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

DECRETO Nº 066/2017

DECRETO Nº. 066/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e com a Lei 5.993 de 30/03/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Proj./Ativ. 2.062 – Apoio ao HSCC

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. Inst. Privadas SFL 300.000,00

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Código da Despesa – Sistema Betha: 36/2017/FMS

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 300.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Código da Despesa – Sistema Betha: 170/2017/PMC

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 6.002/2017

LEI Nº 6.002/2017

“VEDA TRÁFEGO DE CAMINHÕES E VEÍCULOS PESADOS NO RESIDENCIAL NOSSA SENHORA APARECIDA, LOCALIZADO NO BAIRRO PIEDADE, EM CANOINHAS/SC”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica vedado o tráfego de caminhões e veículos pesados, acima de 8 (oito) metros de comprimento e acima de 7 (sete) toneladas, no Residencial Nossa Senhora Aparecida, localizado no Bairro Piedade do Município de Canoinhas/SC, visando garantir a segurança dos habitantes do local e também garantir a qualidade dos asfaltos, que estão sendo danificados devido ao peso dos referidos veículos.

Parágrafo Único. Os veículos que prestam serviços de emergência, socorro mecânico, coleta seletiva e caminhão do lixo então liberados para trafegar no referido residencial.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 6.005/2017

LEI Nº 6.005/2017

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE", à ASSOCIAÇÃO DOS PILOTOS DE VELOTERRA DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ 10.318.630/0001-62, para a realização da 2ª etapa do Campeonato Brasileiro de Velocross.

Parágrafo Único – A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se ao espaço físico interno e externo para estacionamento, pista, sanitário e vias de acesso público. Estes espaços serão de inteira responsabilidade da parte organizadora na contratação de empresa terceirizada de segurança, visando proteger a população visitante.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei terá início às 08h00min do dia 08/04/2017, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término às 20h00min do dia 09/04/2017, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a cargo da ASSOCIAÇÃO DOS PILOTOS DE VELOTERRA DE CANOINHAS, realizar o pagamento da contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, referente ao uso do espaço público, totalizando o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), além, do pagamento prévio dos tributos referentes à prestação de serviços e comércio ambulante, sendo, ainda, de responsabilidade do permissionário:

I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

IV - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

V - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VI - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

VIII – Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos;

IX – Somente usar a energia do Parque para barracas de acampamento, banheiros e iluminação das vias internas e externas do Parque;

X – A limpeza do Parque após o evento;

XI – Montar no local um ambulatório para prestação de primeiros socorros.

Parágrafo primeiro - Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Parágrafo segundo - As taxas à que se refere o caput deste artigo

deveram ser quitadas previamente ao evento, as quais deverão ser retiradas junto ao Setor Tributário do Município de Canoinhas. Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da ASSOCIAÇÃO DOS PILOTOS DE VELOTERRA DE CANOINHAS, a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Poderá a ASSOCIAÇÃO DOS PILOTOS DE VELOTERRA DE CANOINHAS, promover a exploração de vendas de alimentos e bebidas nas dependências do Parque no dia da realização do evento referido nesta Lei.

Art. 6º - Ficam vedadas, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 6.007/2017

LEI Nº 6.007/2017

"EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ALTERA REMUNERAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica extinto o cargo de provimento em comissão denominado "Tesoureiro", vinculado à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, tendo em vista decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em processo de auditoria realizado na gestão anterior.

Art. 2º. Fica extinto o cargo de provimento em comissão denominado "Fiscal de Obras", vinculado a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, tendo em vista decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em processo de auditoria realizado na gestão anterior.

Art. 3º. Fica extinta 01 (uma) vaga do cargo de provimento em comissão denominado "Supervisor II", vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista ajuste do organograma da estrutura funcional no Município de Canoinhas.

Art. 4º. Fica alterada a remuneração do cargo de provimento em comissão denominado Assessor da Juventude, passando este dos atuais R\$ 1.566,34 (um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), para R\$ 1.956,21 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos).

Art. 5º. Fica criado 01 (um) cargo de provimento em comissão denominado Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento mensal Padrão CC-d.

Art. 6º. Fica criado 01 (um) cargo de provimento em comissão

denominado Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal Obras e Desenvolvimento Urbano, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento mensal Padrão CC-d.

Art. 7º. Ficam criados 03 (três) cargos de provimento em comissão denominados Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento mensal Padrão CC-d.

Art. 8º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 6.009/2017

LEI Nº 6.009/2017

ALTERA O CAPUT E O §3º DO ARTIGO 1º E O INCISO I DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 5.556/2015, MAJORANDO O NÚMERO DE MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS E ADÉQUA O VALOR DAS RESPECTIVAS JETONS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica alterado o disposto no caput do art. 1º da Lei nº 5.556/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o pagamento de jeton, a título de gratificação, aos Servidores Efetivos designados como membros da Comissão Permanente de Licitações e da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos.”

Art. 2º. Fica alterado o disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 5.556/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Os grupos serão divididos da seguinte forma, sendo constituídos exclusivamente por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo: 08 (oito) membros na comissão de licitações, sendo 04 (quatro) membros efetivos e 04 (quatro) membros suplentes; enquanto a comissão de sindicâncias e processos administrativos será composta por até 12 (doze) membros.”

Art. 3º. Fica alterado o disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 5.556/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“I – Membros da Comissão Permanente de Licitações: 50% (cinquenta por cento) do valor do salário base do cargo ocupado pelo servidor, mesma regra a ser aplicada no cálculo da jeton devida ao pregoeiro ou a seu suplente, valores não cumulativos no caso destes serem também membros da Comissão de Licitações.”

Art. 4º. As demais disposições se mantêm inalteradas.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 011/2017

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL n. 11/2017

Notificante: MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, através de seu representante, legal, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, Rua Felipe Schmidt, n. 10, Canoinhas/SC.

Notificado: TECNO WOOD LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n. 02.374.572/0001-66, com sede estabelecida a Avenida Moisés Damaso, n. 101, Bairro Piedade, Canoinhas/SC, na pessoa de seu representante legal.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS vem, através desta, NOTIFICAR a Empresa acima mencionada, ora denominada NOTIFICADO, quanto aos fatos a seguir expostos:

Através da Lei Municipal nº 3.477/2002 esta municipalidade doou à empresa TECNO WOOD LTDA, uma área de terra de 15.000,00m², bem como a edificação existente sobre o imóvel, localizado no bairro Piedade, porém essa doação nunca foi efetivada.

O município de Canoinhas, através deste, notifica a presente empresa, haja vista que a referida área, nos termos da Lei Municipal nº 5.761/2015, é objeto de processo licitatório, cujo fim é conceder incentivo à instalação e ampliação de indústria no município.

Diante disso, serve a presente Notificação para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, dos fatos acima descritos e, para que no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, desocupe o referido imóvel, e, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 5.761/2015 retire as máquinas que se encontram no local.

Ciente que a não desocupação do imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, as benfeitorias existentes no imóvel passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PORTARIA Nº 285/2017

PORTARIA Nº. 285/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990;

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal

2.305/90;
CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 5.556/2015, 5.574/2015 e 5.819/2016, que instituem a comissão permanente de sindicâncias e processos administrativos; resolve:
ALTERAR COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 1º - Nos termos da Lei nº 5.556/2015, e suas alterações, fica alterada a Portaria nº 110/2017, que nomeou os membros da COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, conforme abaixo relacionados:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
4. SÉRGIO MURILO MIGUEL
5. JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK
6. ROSELI DOBROSHINSKEI
7. FABRICIO JOSNEI PEREIRA
8. MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA
9. MARILENE TEREZINHA PAULO ARTNER
10. SIMONE MARIA WENDT
11. DANIELLE LUDKA
12. DIOGO CARLOS SEIDEL

Art. 2º - Nos termos do §4º do artigo 1º da Lei nº 5.556/2015, caberá aos participantes da comissão de sindicância e processos administrativos a escolha do presidente e secretário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 316/2017

PORTARIA Nº. 316/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:
DELEGAR

Art. 1º. Fica delegada, à servidora GRISELE ADRIANA MORANT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, e atualmente, exerce o cargo de Supervisor II, junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento, a responsabilidade pela gestão do Terminal Rodoviário Osmário Davet do Município de Canoinhas/SC, a partir de 04/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº098/2017.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 323/2017

PORTARIA Nº. 323/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido BETANIA THEREZINHA DE CARVALHO BERNARDO, efetiva no cargo de Médico Generalista – ESF, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 150/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 324/2017

PORTARIA Nº. 324/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 1º - Fica concedido Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares à servidora BETANIA THEREZINHA DE CARVALHO BERNARDO, efetiva no cargo de Médico Generalista, 10 horas, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 04/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 150/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 330/2017

PORTARIA Nº. 330/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve: REVOGAR

Art. 1º - Fica revogado o artigo 5º da Portaria nº 311/2017, que nomeou MARCOS ANTONIO DUMAS, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Agropecuário, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme Comunicação Interna nº 123/SMAFO/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º PMC 62/2017

Dispensa de Licitação n.º PMC 06/2017

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 14, §1º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 e alterações posteriores.

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL.

Contratados: MARCOS F. OLBERTZ (729.953.949-72) valor de R\$ 13.725,60; ORLEI PEDROLI (016.088.029-73) valor de R\$ 13.725,60; MAKSON JUNIOR BÓREK (094.716.639-46) valor de R\$ 13.725,60; CELESTINO FALKIEVECZ (831.712.409-63) valor de R\$ 13.725,60 e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER – COOPER SCHROEDER (12.463.731/0001-52), valor R\$ 19.986,30.

Valor total: R\$ 74.888,70 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).

A classificação dos fornecedores foi realizada em conformidade com a Chamada Pública nº 01/2017 e legislação pertinente a matéria mais especificamente o §1º do artigo 25 da resolução nº4 de 02/04/2015 MEC/FNDE.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 22/2017 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/17

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/17

CONTRATADO: SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA. CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.771,50 (treze mil setecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)

DATA: 11/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/17

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/17

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.292,14 (oito mil duzentos e noventa e dois reais e quatorze centavos)

DATA: 11/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/17

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/17

CONTRATADO: RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.586,96 (trinta e quatro mil quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos)

DATA: 11/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/17

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/17

CONTRATADO: JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.089,39 (treze mil e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos)

DATA: 11/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/17

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/17

CONTRATADO: L. SERRANO & CIA LTDA-ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.606,30 (dezoito mil seiscentos e seis reais e trinta centavos)

DATA: 11/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO LIMITE PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 27/2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 04/2017

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO LIMITE PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, através do presente, torna publica a alteração de data limite para interposição de recursos quanto ao julgamento de documentação da Concorrência Pública Nº PMC 04/2017, devido ao decreto Nº 70/2017, que torna ponto facultativo o dia 13 de abril de 2017, comprometendo o prazo exigido na lei 8.666/93, que é de no mínimo cinco dias úteis. Devido ao exposto, a data limite para protocolo de recurso, que era até 18 de abril de 2017, passa a ser até o dia 19 de abril de 2017. Caso não haja interposição de recurso, fica marcada a data de 20 de abril de 2017, as 09:30hs para abertura das propostas e, caso haja interposição de recurso, as propostas somente serão abertas, após o julgamento deste. Informações poderão ser obtidas diretamente no Setor licitações, ou pelo telefone n.º 3621 7705, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min e a partir das 13h30min as 17h30min.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE ANULAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 01/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 05/2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 01/2017

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2017, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE PERMISSÃO DE USO, DE ACORDO COM AS LEIS Nº. 5.169/2013 E 5.970/2017, DAS BALSAS PARA O TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE USUÁRIOS E VEÍCULOS (TRAVESSIA FLUVIAL DE INTERIOR). Motivo: Licitação fracassada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-01/2016 ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-01/2016 referente ao contrato n.º FMS 01/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CANOINHAS - APAE, CNPJ: 83.166.793/0001-40. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS: Em virtude da prorrogação do prazo, fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 351.590,40 (trezentos e cinquenta e um mil quinhentos e noventa reais e quarenta centavos). Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 351.590,40 (trezentos e cinquenta e um mil quinhentos e noventa reais e quarenta centavos), passará a ser de R\$ 703.180,80 (setecentos e três mil cento e oitenta reais e oitenta centavos). CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2016 passará a ser de até 31/12/2017. Chamada Pública n.º FMS 01/2015 do Processo de Licitação n.º FMS 01/2016, Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 01/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-02/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-02/2016 ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-02/2016 referente ao contrato n.º FMS 02/2016. Data do Aditivo: 29/12/2017. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, ATUALIZAÇÃO E ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS DE UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO FISCAL PARA A FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL. Contratada: NEW SBS SISTEMAS LTDA, CNPJ: 10.280.581/0001-16. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Em virtude da prorrogação do prazo, fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 3.547,80 (três mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos). Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 3.547,80 (três mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), passará a ser de R\$ 7.095,60 (sete mil noventa e cinco reais e sessenta centavos). CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO. O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2016 passará a ser de até 31/12/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-11/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-11/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-11/2016 referente ao contrato n.º FMS 11/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA COM TRANSFORMAÇÃO 225kVA, NA UNIDADE DA POLICLINICA MUNICIPAL, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: SICOL INSTALADORA ELETRICA LTDA - EPP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.189.084/0001-80. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 30/06/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br. Processo Licitatório n.º FMS 10/2016, Tomada de Preço n.º FMS 01/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-18/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-18/2016
ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-18/2016 referente ao contrato n.º FMS 18/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 10MBPS, DESTINADO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24 HORAS). Contratada: MJA TELECOMUNICAÇÕES EIRELI EPP, CNPJ: 19.984.736/0001-70. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Em virtude da prorrogação do prazo, fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 1.798,80 (mil setecentos e noventa e oito reais), sendo R\$ 149,90 a mensalidade. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ R\$ 1.548,30 (mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), passará a ser de R\$ 3.347,10 (três mil trezentos e quarenta e sete reais e dez centavos). CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2016 passará a ser de até 31/12/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-21/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-21/2016
ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º

FMS 1-21/2016 referente ao contrato n.º FMS 21/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 30MBPS, DESTINADO A POLICLINICA MUNICIPAL. Contratada: MJA TELECOMUNICAÇÕES EIRELI EPP, CNPJ: 19.984.736/0001-70. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Em virtude da prorrogação do prazo, fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 4.198,80 (quatro mil cento e noventa e oito reais e oitenta centavos), sendo R\$ 349,90 a mensalidade. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ R\$ 2.773,35, passará a ser de R\$ 6.972,15 (seis mil novecentos e setenta e dois reais e quinze centavos). CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO. O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2016 passará a ser de até 31/12/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-32/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-32/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-32/2016 referente ao contrato n.º FMS 32/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE E LEVANTAMENTO RADIOMÉTRICO NA SALA DO RAIO X, NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA. Contratada: BRASILRAD - CONSULTORIA EM RADIOPROTECAO LTDA, CNPJ: 07.597.960.0001-20. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-38/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-38/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-38/2016 referente ao contrato n.º FMS 38/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA, COMO SERVIÇOS DE PLANTÃO PRESENCIAL, NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA PARA ATUAREM NA MATERNIDADE DO HSCC (HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS). Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO. A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Inexigibilidade de licitação FMS nº 04/2016, Processo Administrativo nº FMS 40/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-42/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-42/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-42/2016 referente ao contrato n.º FMS 42/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE 4.400 QUILOMETROS RODADOS PARA VIAGENS RODOVIÁRIAS DE VAN, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO RURAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Contratada: TRANSPORTE TURISMO BUENO LTDA, CNPJ: 07.046.334/0001-45. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Pregão Presencial n.º PMC 106/2015, Processo Administrativo n.º PMC 179/2015. A integra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-43/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-43/2016

ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-43/2016 referente ao contrato n.º FMS 43/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ATENDIMENTO COM INTERNAMENTO E TRATAMENTO DE ADOLESCENTES (AMBOS OS SEXOS) DEPENDENTES QUÍMICOS. Contratada: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, CNPJ: 76.839.588/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO): Fica através do presente termo aditivo, em virtude de prorrogação de prazo, acrescido o valor de R\$ 54.000,00 (dezoito mil reais), para o período mencionado na cláusula quarta, sendo valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais). CLÁUSULA QUARTA (DO PRAZO) - O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2016, passará a ser até 30/06/2017. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), passará a ser de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais). Chamada Pública n.º FMS 01/2014 do Processo de Licitação n.º FMS 41/2016, Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 05/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-45/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-45/2015
ADITIVO DE PRAZO E ACRÉSCIMO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-45/2015 referente ao contrato n.º FMS 45/2015. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, NA ATENÇÃO BÁSICA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, AO PREÇO DA TABELA SIA/SUS. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR. Fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), passará a ser de R\$ 1.080.000,00 (um milhão oitenta mil reais). CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO. A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/12/2017. Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 05/2015, Processo Administrativo n.º PMC 43/2015. A integra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-45/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-45/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-45/2016 referente ao contrato n.º FMS 45/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NA AMBULANCIA PEUGEOT BOXER PLACA MHC 3325. Contratada: AUTO MECÂNICA E PEÇAS LEO LTDA, CNPJ: 82.729.773/0001-78. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Pregão Presencial n.º PMC 117/2016, Processo Administrativo n.º PMC 174/2016. A integra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-46/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-46/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-46/2016 referente ao contrato n.º FMS 46/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 02 INCUBADORAS NEONATAL, 02 BERÇOS AQUECIDOS, 02 MONITORES

MULTIPARÂMETRO, 01 APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARÂMETRO E 02 CARROS DE EMERGENCIA, DESTINADOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 11206.6800000/1140-01. Contratada: OLIDEF CZ IND. E COM. DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 55983274000130. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Pregão Eletrônico nº FMS 30/2016, Processo Administrativo nº PMC 35/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-47/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-47/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-47/2016 referente ao contrato n.º FMS 47/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 02 INCUBADORAS NEONATAL, 02 BERÇOS AQUECIDOS, 02 MONITORES MULTIPARÂMETRO, 01 APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARÂMETRO E 02 CARROS DE EMERGENCIA, DESTINADOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 11206.6800000/1140-01. Contratada: W & Z COMERCIO E SERVICOS HOSPITALARES LTDA EPP, CNPJ: 05.968.162/0001-31. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Pregão Eletrônico nº FMS 30/2016, Processo Administrativo nº PMC 35/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-49/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-49/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-49/2016 referente ao contrato n.º FMS 49/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 02 INCUBADORAS NEONATAL, 02 BERÇOS AQUECIDOS, 02 MONITORES MULTIPARÂMETRO, 01 APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARÂMETRO E 02 CARROS DE EMERGENCIA, DESTINADOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 11206.6800000/1140-01. Contratada: GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA EPP, CNPJ: 62.413.869/0001-15. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Pregão Eletrônico nº FMS 30/2016, Processo Administrativo nº PMC 35/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-50/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-50/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-50/2016 referente ao contrato n.º FMS 50/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 02 INCUBADORAS NEONATAL, 02 BERÇOS AQUECIDOS, 02 MONITORES MULTIPARÂMETRO, 01 APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARÂMETRO E 02 CARROS DE EMERGENCIA, DESTINADOS AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 11206.6800000/1140-01. Contratada: SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA, CNPJ: 03.874.953/000177. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Pregão Eletrônico nº FMS 30/2016, Processo Administrativo nº PMC 35/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-57/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-57/2016
ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-57/2016 referente ao contrato n.º FMS 57/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 05 PAS ADESIVAS PARA DESFRIBRILADOR DE ADULTO E 01 PAS DE DESCARTAVEL INFANTIL. Contratada: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ: 02.994.122/0001-76. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Dispensa de Licitação nº FMS 01/2016, Processo Administrativo nº PMC 46/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-02/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-02/2015
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-02/2015 referente ao contrato n.º FMS 02/2015. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE

EXAMES DE LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA - LECO, AO PREÇO DA TABELA SIA/SUS. Contratada: LITOCENTRO CANOINHAS SS LTDA, CNPJ: 10.403.443/0001-87. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: O presente contrato não possui um valor total definido, sendo que o valor a ser praticado na prestação dos serviços, será obtido através da aplicação da tabela SIA/SUS, conforme o Anexo I do Edital de Credenciamento Universal/Edital de Chamamento Público n.º 02/2012. CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/12/2017. Dispensa de Licitação n.º FMS 01/2015, Processo Licitatório n.º FMS 01/2015. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-06/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-06/2015
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-06/2015 referente ao contrato n.º FMS 06/2015. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATO DE PROGRAMA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE MELHORAR A CAPACIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS, ASSEGURANDO ASSISTÊNCIA MÉDICA ESPECIALIZADA, MEDIANTE CONSULTAS E EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA OS MUNICÍPIOS DE CANOINHAS/SC. Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, CNPJ: 03.887.256/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: Dos Valores E Forma De Repasse: Cláusula Quinta: Fica através do presente termo aditivo, acrescido ao contrato em virtude da prorrogação do prazo, o valor de R\$ 849.279,68 (oitocentos e quarenta e nove mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos). Da vigência: Cláusula nona: O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser 31/12/2017. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 1.698.559,36 (um milhão seiscentos e noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos), passará a ser R\$ 2.547.839,04 (dois milhões quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos e trinta e nove reais e quatro centavos). Processo de Licitação n.º FMS 03/2015, Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2015. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-06/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-06/2016
ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-06/2016 referente ao contrato n.º FMS 06/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES, EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR MEIO DE EQUIPAMENTO GPS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS

EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO E SISTEMA DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA, O TREINAMENTO DE USO E A HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO EM EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SEDE DA CONTRATADA. Contratada: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ: 04.629.488/0001-71. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste. Do Preço Em virtude da prorrogação do prazo, fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 9.954,00 (nove mil novecentos e cinquenta e quatro reais). Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 13.430,00 (treze mil quatrocentos e trinta reais), passará a ser de R\$ 23.384,00 (vinte e três mil trezentos e oitenta e quatro reais). CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência deste Contrato que era até 31/12/2016 passará a ser de até 30/06/2017. Processo de Licitação n.º FMS 223/201, Pregão Presencial n.º FMS 137/2015. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-43/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-43/2016
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 2-43/2016 referente ao contrato n.º FMS 43/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ATENDIMENTO COM INTERNAMENTO E TRATAMENTO DE ADOLESCENTES (AMBOS OS SEXOS) DEPENDENTES QUÍMICOS. Contratada: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, CNPJ: 76.839.588/0001-33. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO): Fica através do presente termo aditivo, em virtude de prorrogação de prazo, acrescido o valor de R\$ 3.000,00 (dezoito mil reais), para o período mencionado na cláusula quarta, referente a 1 leito extra. CLÁUSULA QUARTA (DO PRAZO) - O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2016, passará a ser até 30/01/2017. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais), passará a ser de R\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais). Chamada Pública n.º FMS 01/2014 do processo de Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 05/2016, Processo de licitação FMS 41/2016 A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-44/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 2-44/2016
ADITIVO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS torna público o termo aditivo n.º FMS 2-44/2016 referente ao contrato n.º FMS 44/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NA AMBULANCIAS PEUGEOT BOXER PLACA MHC 3325 DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Contratada:

RETIFICA MOTOCAR LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 83.849.109/0001-25. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA QUARTA (PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS): O prazo de vigência que era até 31/12/2016 passará a ser 31/03/2017. Processo Licitatório n.º PMC 174/2016, Pregão Presencial n.º PMC 117/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-30/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-30/2013
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 3-30/2013 referente ao contrato n.º FMS 30/2013. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratada: Haroldo Ferreira Filho, CPF 319.761.829-72. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2016, passará a ser até 31/01/2017. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 2.778,75 (dois mil setecentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 96.124,92 (noventa e seis mil cento e vinte quatro reais e noventa e dois centavos) passará a ser de R\$ 98.903,67 (noventa e oito mil novecentos e três reais e sessenta e sete centavos). Processo de Licitação n.º FMS 46/2013, Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 09/2013. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-33/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-33/2013
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 3-33/2013 referente ao contrato n.º FMS 33/2013. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratada: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2016, passará a ser até 31/12/2017. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO: Fica através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 33.647,88 (trinta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), sendo o valor mensal de R\$ 2.803,99 (dois mil oitocentos e três reais e noventa e nove centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 96.998,04 (noventa e seis mil novecentos e noventa e oito reais e quatro centavos) passará a ser de R\$ 130.645,92 (cento e trinta mil seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Processo de

Licitação n.º FMS 46/2013, Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 09/2013 A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-57/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 3-57/2014
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 3-57/2014 referente ao contrato n.º FMS 57/2014. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA, SERVIÇOS DE APOIO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO HOSPITAL, MONITORAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica através do presente termo aditivo, acrescido ao contrato em virtude da prorrogação do prazo, o valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO: A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2016, passará a ser até 31/01/2017. Processo Licitatório n.º FMS 30/2014, Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 03/2014. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 4-04/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 4-04/2013
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 4-04/2013 referente ao contrato n.º FMS 04/2013. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE MENSALIDADE DE INTERNET, COM VELOCIDADE DE 1 MBPS, DESTINADOS À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COHAB III. Contratada: SITSC INFORMÁTICA LTDA – EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.944.427/0001-50. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – Fica acrescido ao contrato, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 52,90 (cinquenta e dois reais e noventa centavos). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 3.187,34 (três mil cento e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) passará a ser de R\$ 3.240,24 (três mil duzentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos). CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS: Parágrafo Segundo – A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/01/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 4-08/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 4-08/2013
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 4-08/2013 referente ao contrato n.º FMS 08/2013. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTROLE BIOLÓGICO ATRAVÉS DE VERIFICAÇÃO DA ESTERILIZAÇÃO DE AUTOCLAVES E ELETROCARDIOGRAMAS, DESTINADOS AO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. Contratada: VIDEIRAMED COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 10.825.308/0001-20. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fica acrescido ao contrato, em virtude da prorrogação de prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 32.886,00 (trinta e dois mil oitocentos e oitenta e seis reais). O Município pagará a Contratada, o valor total de R\$ 46,98 (quarenta e um reais e quarenta centavos) por hora de trabalho efetivamente realizado/prestado durante o prazo do presente instrumento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 119.826,00 (cento e dezenove mil oitocentos e vinte e seis reais) passará a ser de R\$ 152.712,00 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e doze reais). CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS – O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Processo Licitatório n.º FMS 05/2013, Pregão Presencial n.º FMS 04/2013. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 4-09/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 4-09/2013
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 4-09/2013 referente ao contrato n.º FMS 09/2013. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONserto DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS. Contratada: VIDEIRAMED COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 10.825.308/0001-20. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Fica acrescido ao contrato, em virtude da prorrogação de prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 20.425,50 (vinte mil quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos). O Município pagará a Contratada, o valor total de R\$ 45,39 (quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) por hora de trabalho efetivamente realizado/prestado durante o prazo do presente instrumento. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 74.425,50 (setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) passará a ser de R\$ 94.851,00 (noventa e quatro mil oitocentos e cinquenta e um reais). CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS – A vigência do presente contrato, que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. Processo de Licitação n.º FMS 06/2013, Pregão Presencial n.º FMS 05/2013. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 5-10/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 5-10/2016
ADITIVO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 5-10/2016 referente ao contrato n.º FMS 10/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A ADEQUAÇÕES NO PREDIO DA ADIC - ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS, TAIS COMO: DRENAGEM PLUVIAL, REFORMAS NA COBERTURA, REBOCO E PINTURA, PISO, ESQUADRIAS, ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO E INSTALAÇÃO HIDRAULICA, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratada: FERNANDO SIMAO MARON EIRELI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 17496421000158. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 30/06/2017. Processo Licitatório n.º FMS 11/2016, Tomada de Preço n.º FMS 02/2016. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 5-14/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 5-14/2013
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 5-14/2013 referente ao contrato n.º FMS 14/2013. Data do Aditivo: 28/12/2016. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA, COM SERVIÇOS NA ESPECIALIDADE DE NEUROCIRURGIA. Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR Fica acrescido ao presente contrato, em virtude da prorrogação de prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 188.792,60 (cento e oitenta e oito mil setecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos). Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 677.225,80 (seiscentos e setenta e sete mil duzentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos) passará a ser de R\$ 866.018,40 (oitocentos e sessenta e seis mil dezoito reais e quarenta centavos). CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2016, passará a ser até 31/12/2017. A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br. Processo Licitatório n.º FMS 15/2013, Inexigibilidade de Licitação n.º 02/2013.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 5-24/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 5-24/2013
ADITIVO DE PRAZO E ACRESCIMO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 5-24/2013 referente ao contrato n.º FMS 24/2013. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: prestação de serviços na área médica, na especialidade de psiquiatria, que serão prestados quinzenalmente aos sábados, no próprio município de Canoinhas/SC. Contratada: PRONTAMENTE CLÍNICA PSIQUIÁTRICA S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 10.217.948/0001-57. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA TERCEIRA - Do Valor: Fica acrescido ao presente contrato, em virtude da prorrogação de prazo, o valor de prorrogação de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) para atendimentos ambulatoriais com médico psiquiatra. Cláusula Sétima – Da vigência e prazo de execução: O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2016, passará a ser até 30/12/2017. portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais) passará a ser de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais). A integra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br. Processo Licitatório n.º FMS 39/2013, Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 05/2013.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-30/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-30/2016
ADITIVO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 1-30/2016 referente ao contrato n.º FMS 30/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO DO ELEVADOR DA POLICLINICA MUNICIPAL DR. MÁRIO MUSSI. Contratada: ELEJECEL ELEVADORES LTDA ME, CNPJ: 16.695.283/0001-73. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. I – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA SETIMA (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL). A vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 31/03/2017. A integra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 6-10/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 6-10/2016
ADITIVO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANHOÍNHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 6-10/2016 referente ao contrato n.º FMS 10/2016. Data do Aditivo: 29/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A ADEQUAÇÕES NO PREDIO DA ADIC - ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS, TAIS COMO: DRENAGEM PLUVIAL, REFORMAS NA COBERTURA, REBOCO E PINTURA, PISO, ESQUADRIAS, ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO E INSTALAÇÃO HIDRAULICA, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: FERNANDO SIMAO MARON EIRELI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 17496421000158. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Das Alterações: Cláusula Segunda - Da vigência a vigência do presente contrato que era até 31/12/2016 passará a ser até 30/06/2017. A integra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br. Processo Licitatório n.º FMS 11/2016, Tomada de Preço n.º FMS 02/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 22/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/37

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		88.346,29											
Licitação.....:		22/2017 - PR		PREGÃO PRESENCIAL													
Modalidade.....:																	
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS; DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1 - 411046642 - BALDE DE ÓLEO SAE 15W40 CI-4 - Unidade: BALD																	
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME		VR LUB		125,000		0,0000		118,0000		14.750,00		Venceu		1 ****	
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		MAXON		125,000		0,0000		119,0000		14.875,00		Perdeu		2	
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		IPIRANGA		125,000		0,0000		183,6000		22.950,00		Perdeu		3	
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME				125,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		Petrol		125,000		0,0000		185,0000		23.125,00		Desclassif.		0	
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		AGECOM		125,000		0,0000		192,0000		24.000,00		Desclassif.		0	
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		PETRONAS		125,000		0,0000		207,5000		25.937,50		Desclassif.		0	
Item.....: 2 - 411046643 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 20W ATF - Unidade: BALD																	
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		MAXON		10,000		0,0000		149,0000		1.490,00		Venceu		1 ****	
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		GT OIL		10,000		0,0000		183,3300		1.833,30		Perdeu		2	
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		Petrol		10,000		0,0000		190,0000		1.900,00		Perdeu		3	
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		INCOL		10,000		0,0000		206,4700		2.064,70		Desclassif.		0	
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		IPIRANGA		10,000		0,0000		270,0000		2.700,00		Desclassif.		0	
Item.....: 3 - 411048250 - ÓLEO SAE 50 - Unidade: BALD																	
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		PETROBRAS		6,000		0,0000		155,0000		930,00		Venceu		1 ****	
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		LUBRAX		6,000		0,0000		157,0000		942,00		Perdeu		2	
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME		INCOL		6,000		0,0000		178,0000		1.068,00		Perdeu		3	
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)				6,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME				6,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP				6,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		AGECOM		6,000		0,0000		231,0000		1.386,00		Desclassif.		0	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 2/37

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4 - 411048251 - OLEO SAE 85W140 - Unidade: BALD								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	MAXON	6,000	0,0000	141,0000	846,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	6,000	0,0000	143,0000	858,00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRAS	6,000	0,0000	158,0000	948,00	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	6,000	0,0000	187,4100	1.124,46	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	6,000	0,0000	192,0000	1.152,00	Desclassif.	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP	Petrol	6,000	0,0000	210,0000	1.260,00	Desclassif.	0
Item.....: 5 - 411048252 - OLEO SAE 40 - Unidade: BALD								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	MAXON	5,000	0,0000	108,0000	540,00	Venceu	1 *****
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	5,000	0,0000	116,0000	580,00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	5,000	0,0000	242,2000	1.211,00	Desclassif.	0
Item.....: 6 - 5656 - OLEO SAE 10W30. BALDE COM 20 LITROS - Unidade: BALD								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	MAXON	15,000	0,0000	159,0000	2.385,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	15,000	0,0000	192,6000	2.889,00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	15,000	0,0000	198,8900	2.983,35	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	15,000	0,0000	205,4300	3.081,45	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	15,000	0,0000	230,0000	3.450,00	Desclassif.	0

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 34/2017

Licitação.....: 22/2017 - PR

Modalidade.....: **PREGÃO PRESENCIAL**

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 7 - 5721 - OLEO LUBRIFICANTE ISSO VG 46 - Unidade: BALD

13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	MAXON	50,000	0,0000	125,0000	6.250,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	50,000	0,0000	152,0200	7.601,00	Perdeu	2
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	50,000	0,0000	167,5900	8.379,50	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		50,000	0,0000		0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP	Petrol	50,000	0,0000	168,0000	8.400,00	Desclassif.	0
9183	SIGA BEW FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRAS	50,000	0,0000	188,8900	9.444,50	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	50,000	0,0000	193,0000	9.650,00	Desclassif.	0

Item.....: 8 - 5774 - OLEO LUBRIFICANTE ISO VG 68 - Unidade: BALD

9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	100,000	0,0000	92,0000	Venceu	1	*****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	MAXON	100,000	0,0000	93,0000	Perdeu	2	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TG	100,000	0,0000	96,0000	Perdeu	3	
15846	JULIO SILVESTRI FILHO ME		100,000	0,0000	0,0000	Não cotou	0	
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	100,000	0,0000	122,5400	Desclassif.	0	
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	100,000	0,0000	139,0000	Desclassif.	0	
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP	Petrol	100,000	0,0000	153,8600	Desclassif.	0	

Item.....: 9 - 411048253 - OLEO SAE 05W30 - Unidade: BALD

9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	5,000	0,0000	600,0000	3,000.00	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	PETRONAS	5,000	0,0000	620,0000	3,100.00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETRONAS	5,000	0,0000	733,7000	3,668.50	Perdeu	3
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 10 - 5662 - OLEO SAE 20W30. BALDE C/ 20 LITROS - Unidade: BALD								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	LUBRAX	6,000	0,0000	210,0000	1.260,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	6,000	0,0000	211,0500	1.266,30	Perdeu	2
15846	JULIO SILVESTRI FILHO ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	INCOL	6,000	0,0000	169,0000	1.014,00	Inabilitado	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	INCOL	6,000	0,0000	214,2000	1.285,20	Desclassif.	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRAS	6,000	0,0000	216,6700	1.300,02	Desclassif.	0
Item.....: 11 - 411046644 - OLEO LUBRIFICANTE 20W40 - Unidade: BALD								
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	20,000	0,0000	135,1500	2.703,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	INCOL	20,000	0,0000	155,3200	3.106,40	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	INCOL	20,000	0,0000	160,0000	3.200,00	Perdeu	3
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JULIO SILVESTRI FILHO ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	20,000	0,0000	194,2000	3.884,00	Desclassif.	0
Item.....: 12 - 411048254 - OLEO 75W90 - Unidade: BALD								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	5,000	0,0000	649,0000	3.245,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRAS	5,000	0,0000	650,0000	3.250,00	Perdeu	2
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	RAID CHAMP	5,000	0,0000	760,0000	3.800,00	Perdeu	3
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JULIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 5/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....:	22/2017 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS; DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13 - 411048255 - ÓLEO JCB 4000/2220 - Unidade: BALD								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA-EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 14 - 41525 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40. - Unidade: CXA								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA-EPP	MAXON	10,000	0,0000	198,0000	1.980,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	10,000	0,0000	253,3300	2.533,30	Perdeu	2
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	10,000	0,0000	268,5000	2.685,00	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	10,000	0,0000	292,5000	2.925,00	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	10,000	0,0000	306,0000	3.060,00	Desclassif.	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP	Petrol	10,000	0,0000	320,0000	3.200,00	Desclassif.	0
Item.....: 15 - 5782 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 5W40 SM CX C/ 24X1 L - Unidade: CXA								
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	INCOL	5,000	0,0000	230,6600	1.153,30	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA-EPP	MAXON	5,000	0,0000	335,0000	1.675,00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	5,000	0,0000	400,0000	2.000,00	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	AGECOM	5,000	0,0000	436,5000	2.182,50	Desclassif.	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP	Petrol	5,000	0,0000	480,0000	2.400,00	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	5,000	0,0000	520,0000	2.600,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 6/37

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16 - 5775 - FLUIDO DE FREIO DOT4 - Unidade: CXA								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	RADNAQ	1,000	0,0000	175,0000	175,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	RADNAQ	1,000	0,0000	179,0000	179,00	Perdeu	2
15846	JULIO SILVESTRI FILHO ME	POWER BRIL	1,000	0,0000	217,8900	217,89	Perdeu	3
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	HI TECH	1,000	0,0000	238,5000	238,50	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	1,000	0,0000	245,0000	245,00	Desclassif.	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	POWERBRILL	1,000	0,0000	298,8000	298,80	Desclassif.	0
Item.....: 17 - 311041901 - OLEO SAE 30 2 TEMPO - Unidade: CXA								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	PETROBRAS	2,000	0,0000	119,0000	238,00	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	MAXON	2,000	0,0000	120,0000	240,00	Perdeu	2
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	2,000	0,0000	147,7700	295,54	Perdeu	3
15846	JULIO SILVESTRI FILHO ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	LUBRAX	2,000	0,0000	199,3400	398,68	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	2,000	0,0000	231,0000	462,00	Desclassif.	0
Item.....: 18 - 5674 - GRAXA NLGI-2, TAMBOR COM 170 KG. - Unidade: TAMB								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	INGRAX	3,000	0,0000	1,855,0000	5,565,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	GT OIL	3,000	0,0000	1,860,0000	5,580,00	Perdeu	2
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME	INCOL	3,000	0,0000	1,908,0000	5,724,00	Perdeu	3
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	IPIRANGA	3,000	0,0000	2,170,0000	6,510,00	Perdeu	4
15846	JULIO SILVESTRI FILHO ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TG	3,000	0,0000	949,5100	2,848,53	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29							
Licitação.....: 22/2017 - PR		PREGÃO PRESENCIAL							
Modalidade.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.									
Objeto.....:									
Fornecedor		Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19 - 411048256 - FLUIDO DE FREIO VOLVO AERO HF NATO H515 - Unidade: LT									
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20 - 411048257 - ÓLEO LUBRIFICANTE ISO VG 150 - Unidade: LT									
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	INCOL	2,000	0,0000	9,0000	18,00	Venceu	1 *****
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME	VR LUB	2,000	0,0000	10,0000	20,00	Perdeu	2
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	MAXON	2,000	0,0000	125,0000	250,00	Desclassif.	0
Item.....: 21 - 1148 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 519 - Unidade: UN									
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	16,0000	48,00	Venceu	1 *****
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	3,000	0,0000	16,1500	48,45	Perdeu	2
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	16,2500	48,75	Perdeu	3
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	3,000	0,0000	29,0000	87,00	Desclassif.	0
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	30,0000	90,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29							
Licitação.....: 22/2017 - PR									
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.									
Fornecedor		Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22		- 5700 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 156 - Unidade: UN							
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	12,000	0,0000	44,0000	528,00	Venceu	1 *****
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	12,000	0,0000	44,0200	528,24	Perdeu	2
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	12,000	0,0000	52,9000	634,80	Perdeu	3
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	12,000	0,0000	55,6300	667,56	Desclassif.	0
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	12,000	0,0000	55,8300	669,96	Desclassif.	0
Item.....: 23		- 411048258 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 352 - Unidade: UN							
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	92,0000	920,00	Venceu	1 *****
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	92,9000	929,00	Perdeu	2
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	10,000	0,0000	100,0000	1.000,00	Perdeu	3
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	10,000	0,0000	105,0000	1.050,00	Perdeu	4
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 24		- 411048259 - FILTRO LUBRIFICANTE BT 7350 - Unidade: UN							
15846		JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	70,0000	210,00	Venceu	1 *****
9183		SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373		LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072		RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384		L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385		Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

88.346,29

88.346,29

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		34/2017	Processo Administrativo:		88.346,29			
Licitação.....:		22/2017 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31 - 3471 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 280 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	20,000	0,0000	26,1700	523,40	Venceu	1 *****
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	20,000	0,0000	29,2000	584,00	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	20,000	0,0000	30,0000	600,00	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	30,6500	613,00	Desclassif.	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	30,8000	616,00	Desclassif.	0
Item.....: 32 - 411048262 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 300 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	16,000	0,0000	69,0000	1.104,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	16,000	0,0000	70,0000	1.120,00	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	16,000	0,0000	81,5600	1.304,96	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		16,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	16,000	0,0000	84,2900	1.348,64	Desclassif.	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	16,000	0,0000	86,0000	1.376,00	Desclassif.	0
Item.....: 33 - 5703 - FILTRO LUBRIFICANTE PEL 2002 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	22,5000	67,50	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	3,000	0,0000	22,7000	68,10	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	23,3000	69,90	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	30,0000	90,00	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	3,000	0,0000	45,0000	135,00	Desclassif.	0

88.346,29

Página: 13/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		34/2017	Processo Administrativo:		88.346,29				
Licitação.....:		22/2017 - PR							
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 37 - 5805 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 657 - Unidade: UN									
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	15,000	0,0000	25,4700	382,05	Venceu	1 *****	
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	15,000	0,0000	28,2500	423,75	Perdeu	2	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	29,3600	440,40	Perdeu	3	
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	29,8000	447,00	Desclassif.	0	
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	15,000	0,0000	30,0000	450,00	Desclassif.	0	
Item.....: 38 - 5801 - FILTRO LUBRIFICANTE PEL 312 - Unidade: UN									
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	33,0000	264,00	Venceu	1 *****	
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	8,000	0,0000	33,5900	268,72	Perdeu	2	
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	8,000	0,0000	34,7800	278,24	Perdeu	3	
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	8,000	0,0000	37,7000	301,60	Desclassif.	0	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	40,4800	323,84	Desclassif.	0	
Item.....: 39 - 411048265 - FILTRO LUBRIFICANTE PEL 108 - Unidade: UN									
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	6,000	0,0000	17,3000	103,80	Venceu	1 *****	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	6,000	0,0000	17,3500	104,10	Perdeu	2	
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	6,000	0,0000	19,6900	118,14	Perdeu	3	
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	6,000	0,0000	19,7000	118,20	Desclassif.	0	

88.346,29

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....:	22/2017 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 43 - 1691 - FILTRO LUBRIFICANTE PSL 962 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	20,000	0,0000	18,6300	372,60	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	20,000	0,0000	20,0000	400,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	21,9000	438,00	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	22,2700	445,40	Desclassif.	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	20,000	0,0000	24,9000	498,00	Desclassif.	0
Item.....: 44 - 411048269 - FILTRO COMBUSTIVEL PSD 970/1 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	20,000	0,0000	34,6300	692,60	Venceu	1 *****
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	20,000	0,0000	38,4000	768,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	39,5500	791,00	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	20,000	0,0000	40,0700	801,40	Desclassif.	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	40,4800	809,60	Desclassif.	0
Item.....: 45 - 411048270 - FILTRO COMBUSTIVEL PSD 960/1 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	50,000	0,0000	39,0000	1,950,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	50,000	0,0000	39,3800	1,969,00	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	50,000	0,0000	43,2500	2,162,50	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	50,000	0,0000	44,6200	2,231,00	Desclassif.	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	50,000	0,0000	45,6000	2,280,00	Desclassif.	0

Página: 16/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo:		88.346,29				
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46 - 411048271 - FILTRO COMBUSTIVEL BF 1359 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	6,000	0,0000	47,2400	283,44	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 47 - 411048275 - FILTRO COMBUSTIVEL BF 7954 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 48 - 411048276 - FILTRO DE COMBUSTIVEL BF 7965 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	108,5400	217,08	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 17/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS; DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 49 - 311041916 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 79 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	8,000	0,0000	30,0000	240,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	37,7200	301,76	Perdeu	2
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	8,000	0,0000	38,0200	304,16	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	8,000	0,0000	38,8000	310,40	Desclassif.	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	8,000	0,0000	39,3600	314,88	Desclassif.	0
Item.....: 50 - 12634 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 72/1 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	40,000	0,0000	9,4400	377,60	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	40,000	0,0000	10,9100	436,40	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	40,000	0,0000	11,5000	460,00	Perdeu	3
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 51 - 411048277 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 493 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	4,000	0,0000	42,5500	170,20	Venceu	1 *****
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	4,000	0,0000	51,0000	204,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	51,5200	206,08	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	52,9100	211,64	Desclassif.	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	4,000	0,0000	89,9400	359,76	Desclassif.	0

88.346,29

Página: 19/37

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29																
Licitação.....: 22/2017 - PR																		
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL																		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.																		
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação										
Item.....: 55 - 5697 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSC 75 - Unidade: UN																		
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	12,000	0,0000	29,0000	348,00	Venceu	1 *****										
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	12,000	0,0000	29,2400	350,88	Perdeu	2										
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	12,000	0,0000	32,5000	390,00	Perdeu	3										
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	12,000	0,0000	34,5000	414,00	Desclassif.	0										
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	12,000	0,0000	38,0000	456,00	Desclassif.	0										
Item.....: 56 - 411048279 - FILTRO DE COMBUSTIVEL ZP 3204 - Unidade: UN																		
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	40,0100	80,02	Venceu	1 *****										
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
Item.....: 57 - 5810 - FILTRO DE COMBUSTIVEL FS 19728 - Unidade: UN																		
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	70,0000	140,00	Venceu	1 *****										
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0										

Página: 20/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		34/2017	Processo Administrativo:		88.346,29					
Licitação.....:		22/2017 - PR								
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação		
Item.....: 58 - 36067 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PC 2/255 - Unidade: UN										
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	10,000	0,0000	11,5000	115,00	Venceu	1	****	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	11,5500	115,50	Perdeu	2		
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	10,000	0,0000	12,9000	129,00	Perdeu	3		
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	13,5900	135,90	Desclassif.	0		
Item.....: 59 - 411048280 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PC 946 - Unidade: UN										
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	17,5000	70,00	Venceu	1	****	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	17,7500	71,00	Perdeu	2		
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	4,000	0,0000	18,9000	75,60	Perdeu	3		
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
Item.....: 60 - 36068 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD 530/1 - Unidade: UN										
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	30,000	0,0000	24,9000	747,00	Venceu	1	****	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	30,000	0,0000	25,0000	750,00	Perdeu	2		
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	30,000	0,0000	28,6000	858,00	Perdeu	3		
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0		
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	30,000	0,0000	30,0000	900,00	Desclassif.	0		
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	30,000	0,0000	30,0900	902,70	Desclassif.	0		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 61 - 311044073 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSD 883 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	64,0000	320,00	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	5,000	0,0000	65,0000	325,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	67,0000	335,00	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	5,000	0,0000	75,9500	379,75	Desclassif.	0
Item.....: 62 - 3598 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL PSD 964 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	4,000	0,0000	16,0000	64,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	16,5000	66,00	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	4,000	0,0000	18,9000	75,60	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	19,2400	76,96	Desclassif.	0
Item.....: 63 - 411048281 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD 496 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	3,000	0,0000	17,0000	51,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	3,000	0,0000	17,2000	51,60	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	3,000	0,0000	23,0000	69,00	Perdeu	3
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 22/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES; CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS; VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS; DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 64 - 311041921 - FILTRO DE COMBUSTIVEL PEC 3021 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	4,000	0,0000	46,5000	186,00	Venceu	1 ****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	4,000	0,0000	46,7000	186,80	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	4,000	0,0000	61,0000	244,00	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	61,0300	244,12	Desclassif.	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	62,1000	248,40	Desclassif.	0
Item.....: 65 - 411048300 - FILTRO DE TRANSMISSÃO BT 8454 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	216,2800	432,56	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 66 - 411048301 - FILTRO HIDRAULICO BT 8320 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	5,000	0,0000	223,2800	1,116,40	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 23/37

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		88.346,29															
Licitação.....:		22/2017 - PR																	
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL																	
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS; DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.																	
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação											
Item.....: 67 - 411048302 - FILTRO TRANSMISSÃO BT 9561 - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	2,000	0,0000	56,0400	112,08	Venceu	1 *****											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 68 - 411048303 - FILTRO TRANSMISSÃO BT 8876 - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	4,000	0,0000	240,0000	960,00	Venceu	1 *****											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
Item.....: 69 - 411048304 - FILTRO HIDRAULICO 2076071181 - Unidade: UN																			
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	SAKURA	1,000	0,0000	330,9000	330,90	Venceu	1 *****											
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0											

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 70 - 411048305 - FILTRO HIDRAULICO 72150174 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	SAKURA	4,000	0,0000	390,0000	1.560,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 71 - 411048306 - FILTRO TRANSMISSÃO 12743408 - MOTONIVELADORA G 930 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	SAKURA	2,000	0,0000	165,0000	330,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 72 - 411048307 - FILTRO HIDRAULICO 32/909200 HD - JCB - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	1,000	0,0000	132,8900	132,89	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 25/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES; CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS; VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS; DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 73 - 411048308 - FILTRO HIDRAULICO 32/92546 HD - JCB - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	MC FILTROS	1,000	0,0000	129,0000	129,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 74 - 411048309 - FILTRO TRANSMISSÃO 581/18076 - JCB - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	1,000	0,0000	100,0000	100,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 75 - 5786 - FILTRO DE AR XL 2123/1 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	10,000	0,0000	42,4600	424,60	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	XANFIL	10,000	0,0000	52,9500	529,50	Desclassif.	0

Página: 26/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 76 - 411048282 - FILTRO DE AR XL 123 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	5,000	0,0000	30,0000	150,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 77 - 411048283 - FILTRO DE AR XL 2095 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	71,2100	284,84	Venceu	1 *****
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	4,000	0,0000	95,5000	382,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	96,6000	386,40	Perdeu	3
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 78 - 411048284 - FILTRO DE AR ARS 2869 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	34,0000	68,00	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	2,000	0,0000	34,4000	68,80	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	34,5000	69,00	Perdeu	3
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	2,000	0,0000	37,4500	74,90	Perdeu	4
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	45,4400	90,88	Desclassif.	0

Página: 27/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		34/2017	Processo Administrativo:		88.346,29				
Licitação.....:		22/2017 - PR							
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 79 - 13931 - FILTRO DE AR TR 1524 (MOTON RG 140B N.H) - Unidade: UN									
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	71,2000	142,40	Venceu	1 *****	
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	2,000	0,0000	95,5000	191,00	Perdeu	2	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	96,6000	193,20	Perdeu	3	
9183	SIGABEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 80 - 3581 - FILTRO DE AR AP 9834 - Unidade: UN									
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	4,000	0,0000	47,7400	190,96	Venceu	1 *****	
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	48,5300	194,12	Perdeu	2	
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	4,000	0,0000	52,9000	211,60	Perdeu	3	
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	53,3600	213,44	Desclassif.	0	
9183	SIGABEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	55,1500	220,60	Desclassif.	0	
Item.....: 81 - 5783 - FILTRO DE AR ARS 8889 - Unidade: UN									
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	6,000	0,0000	40,0000	240,00	Venceu	1 *****	
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	6,000	0,0000	41,0000	246,00	Perdeu	2	
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	6,000	0,0000	42,4600	254,76	Perdeu	3	
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
9183	SIGABEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	6,000	0,0000	47,7500	286,50	Desclassif.	0	
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	6,000	0,0000	49,9000	299,40	Desclassif.	0	

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 29/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo:		88.346,29				
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 85 - 411048286 - FILTRO DE AR ARL 9837 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	89,0000	445,00	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	WEGA	5,000	0,0000	90,0000	450,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	5,000	0,0000	93,4000	467,00	Perdeu	3
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 86 - 10449 - FILTRO DE AR ARS 9839 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	20,000	0,0000	69,0000	1.380,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	69,5000	1.390,00	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	20,000	0,0000	80,9000	1.618,00	Perdeu	3
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	20,000	0,0000	82,9900	1.659,80	Desclassif.	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	20,000	0,0000	90,0000	1.800,00	Desclassif.	0
Item.....: 87 - 26355 - FILTRO DE AR ARS 839 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	10,000	0,0000	32,0000	320,00	Venceu	1 *****
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	10,000	0,0000	34,9000	349,00	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	10,000	0,0000	36,3400	363,40	Perdeu	3
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	10,000	0,0000	40,0000	400,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 30/37

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 88 - 411048287 - FILTRO DE AR XL 2131 - Unidade: UN								
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	54,0000	108,00	Venceu	1 *****
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	2,000	0,0000	54,9000	109,80	Perdeu	2
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	60,5900	121,18	Perdeu	3
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 89 - 411048288 - FILTRO DE AR XL 2165 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	122,6500	490,60	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	4,000	0,0000	161,9200	647,68	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 90 - 411048289 - FILTRO DE AR TR 25523 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	3,000	0,0000	89,0000	267,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 31/37

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 91 - 411048290 - FILTRO DE AR TR 2547 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	291,0000	582,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 92 - 311044077 - FILTRO DE AR TR 9987 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	92,4100	369,64	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 93 - 411048291 - FILTRO DE AR TR 780522 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	3,000	0,0000	59,0800	177,24	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

88.346,29

Página: 33/37

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 97 - 5676 - FILTRO DE AR ARL 6095 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	2,000	0,0000	13,5000	27,00	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	13,6500	27,30	Perdeu	2
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	2,000	0,0000	16,5000	33,00	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	16,5500	33,10	Desclassif.	0
Item.....: 98 - 23848 - FILTRO DE AR ARL 4150 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	15,000	0,0000	9,5400	143,10	Venceu	1 *****
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	12,4200	186,30	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	12,6500	189,75	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	15,000	0,0000	12,9000	193,50	Desclassif.	0
Item.....: 99 - 13914 - FILTRO DE AR ARL 4147 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	9,6000	144,00	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	15,000	0,0000	9,6400	144,60	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	15,000	0,0000	11,0400	165,60	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	15,000	0,0000	11,9000	178,50	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 34/37

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 100 - 5731 - FILTRO DE AR ARL 8832 - Unidade: UN								
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.	TECFIL	2,000	0,0000	8,0000	16,00	Venceu	1 *****
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	2,000	0,0000	8,0600	16,12	Perdeu	2
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	9,6100	19,22	Perdeu	3
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	2,000	0,0000	9,8000	19,60	Desclassif.	0
Item.....: 101 - 10451 - FILTRO DE AR TR 25131 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	2,000	0,0000	83,3100	166,62	Venceu	1 *****
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)	TECFIL	2,000	0,0000	121,9000	243,80	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 102 - 411048294 - FILTRO DE AR DRF 100 - Unidade: UN								
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP	VOX	20,000	0,0000	97,5100	1,950,20	Venceu	1 *****
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	20,000	0,0000	121,0000	2,420,00	Perdeu	2
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 34/2017		Processo Administrativo: 88.346,29						
Licitação.....: 22/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 103 - 411048295 - FILTRO DE AR LX 1995 - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	35,0000	140,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 104 - 411048296 - FILTRO TAC 30130 (AR COND. VOLVO) - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	XANFIL	4,000	0,0000	102,0000	408,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 105 - 411048297 - FILTRO DE AR 332/F8191 - JCB - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	IDELMAX	4,000	0,0000	490,0000	1.960,00	Venceu	1 *****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.-EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 36/37

88.346,29

Processo / Ano: 34/2017

Processo Administrativo:

Licitação.....: 22/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 106 - 411048298 - FILTRO DE AR 331/25629 - JCB - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	IDELMAX	3,000	0,0000	47,0000	141,00	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA-EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 107 - 411048299 - FILTRO DE AR OFA 6003 - JCB - Unidade: UN								
15846	JÚLIO SILVESTRI FILHO ME	ORIGINAL FILTER	1,000	0,0000	140,0000	140,00	Venceu	1 ****
9183	SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9977	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12373	LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA (PORTO UNIÃO)		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13072	RISTOW COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA-EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17384	L. SERRANO & CIA LTDA-ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 37/37

Processo / Ano: 34/2017

Licitação.....: 22/2017 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo: 88.346,29

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 107	- 411048299 - FILTRO DE AR OFA 6003 - JCB - Unidade: UN							
17385	Lubrimac Dist. de Peças e lubrificantes LTDA EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -	25.933/SC

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 041/2017

DECRETO Nº 041, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à baixa de bens inservíveis, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à baixa do Patrimônio Público do Poder Executivo Municipal, os bens inservíveis especificados no Anexo Único, parte integrante do presente Decreto.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo atualizar o quantitativo dos bens em condições de uso ou recuperáveis, bem como baixar do controle patrimonial e da contabilidade os bens e valores insubsistentes.

§ 2º Considera-se inservível para efeito deste Decreto o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal para o fim a que se destina devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º O Poder Executivo deverá proceder ao leilão dos bens declarados inservíveis e baixados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 11 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

PODER EXECUTIVO					
ESCOLA MUNICIPAL DR. VILSON PEDRO KLEINUBING					
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$		
	MÓVEIS E UTENSÍLIOS MOBILIÁRIO EM GERAL (58227)				
1.	QUADRO EM FORMICA BRANCA, MOLDURA DE ALUMÍNIO	3571	79,75		
2.	QUADRO EM FORMICA BRANCA, MOLDURA DE ALUMÍNIO	2932	95,70		
3.	ARMÁRIO EM MDF AMADEIRADO 2 PORTAS COM CHAVE	2751	63,80		
4.	BANCO PARA REFEITÓRIO EM MADEIRA BRANCA	3568	24,06		
5.	BANCO PARA REFEITÓRIO EM MADEIRA BRANCA	3569	24,06		
6.	CADEIRA DE RODAS EM FERRO AZUL ASSENTO EM TECIDO PRETO	3220	71,91		
7.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO	2453	11,30		
8.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO	2466	11,30		
9.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO	2465	11,30		
10.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO	2471	11,30		
11.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2742	11,30		
12.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2732	11,30		
13.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2745	11,30		
14.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2746	11,30		
15.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2727	11,30		
16.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2722	11,30		
17.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2730	11,30		
18.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2997	11,30		
19.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO	2996	11,30		
20.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2972	11,30		
21.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2992	11,30		
22.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2987	11,30		
23.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2733	11,30		
24.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2734	11,30		
25.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3509	11,30		

26.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3507	11,30		
27.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3505	11,30		
28.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3504	11,30		
29.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3502	11,30		
30.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3494	11,30		
31.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2740	11,30		
32.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3344	11,30		
33.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3330	11,30		
34.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3334	11,30		
35.	QUADRO EM VIDRO COM MOLDURA EM MADEIRA	2415	79,75		
36.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	2993	11,30		
37.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3328	11,30		
38.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO	3512	11,30		
39.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3500	11,30		
40.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3490	11,30		
41.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM PLÁSTICO BRANCO	3495	11,30		
42.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3527	10,30		
43.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3519	10,30		
44.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3518	10,30		
45.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3521	10,30		
46.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3528	10,30		
47.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3526	10,30		
48.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3524	10,30		
49.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3523	10,30		
50.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3520	10,30		
51.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	2381	10,30		
52.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM FORMICA VERDE	3525	10,30		
53.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3034	10,30		
54.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2385	10,30		
55.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2382	10,30		
56.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2383	10,30		
57.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2398	10,30		
58.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2396	10,30		
59.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2395	10,30		
60.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2394	10,30		
61.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2393	10,30		
62.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2391	10,30		
63.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2400	10,30		
64.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2404	10,30		
65.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2402	10,30		
66.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2401	10,30		
67.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2387	10,30		
68.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2399	10,30		
69.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	2386	10,30		
70.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3038	10,30		
71.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3036	10,30		
72.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3346	10,30		
73.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3345	10,30		
74.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3347	10,30		
75.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3348	10,30		
76.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3349	10,30		
77.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3035	10,30		
78.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3398	10,30		
79.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3399	10,30		
80.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3350	10,30		
81.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3028	10,30		
82.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3030	10,30		
83.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO VERDE E ASSENTO EM FORMICA	3031	10,30		
84.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO E PLÁSTICO PRETO E ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO PRETO	2043	14,49		
85.	CADEIRA ESCOLAR FIXA EM FERRO E PLÁSTICO PRETO E ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO PRETO	2022	14,49		

86.	CADEIRA FIXA EM FERRO E PLÁSTICO PRETO E ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO PRETO	2028	14,49		
87.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM PLÁSTICO PRETO	2684	12,76		
88.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM PLÁSTICO PRETO	2680	12,76		
89.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM PLÁSTICO PRETO	2681	12,76		
90.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO CINZA	3080	12,76		
91.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO CINZA	3567	14,49		
92.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO CINZA	3077	12,76		
93.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO	1948	12,76		
94.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO PRETO	2484	12,76		
95.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO PRETO	3296	12,76		
96.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO PRETO	2228	12,76		
97.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO PRETO	2347	12,76		
98.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO PRETO	2205	12,76		
99.	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO E ASSENTO EM ESTOFADO EM TECIDO PRETO	1947	12,76		
100.	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ENVERNIZADA COM ASSENTO EM PALHA	3204	10,30		
101.	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ENVERNIZADA COM ASSENTO EM PALHA	3202	10,30		
102.	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ENVERNIZADA COM ASSENTO EM PALHA	3203	10,30		
103.	CADEIRA GIRATÓRIA EM FERRO E PLÁSTICO PRETO COM ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL	3356	47,85		
104.	CADEIRA PRÉ ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM FORMICA BRANCA	2318	10,03		
105.	CADEIRA PRÉ ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM FORMICA BRANCA	3393	15,95		
106.	CADEIRA PRÉ ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM FORMICA BRANCA	3396	15,95		
107.	CADEIRA PRÉ ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM FORMICA BRANCA	2950	17,68		
108.	CADEIRA PRÉ ESCOLAR FIXA EM FERRO AZUL E ASSENTO EM FORMICA BRANCA	2948	17,68		
109.	CADEIRA FIXA EM FERRO BEGE E ASSENTO EM COURVIN MARROM E PRETO	2088	63,80		
110.	CADEIRA FIXA EM FERRO BEGE E ASSENTO EM COURVIN MARROM E PRETO	2085	12,76		
111.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO AZUL E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	2955	17,68		
112.	CADEIRA FIXA EM FERRO BEGE E ASSENTO EM COURVIN MARROM E PRETO	2083	12,76		
113.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3327	15,95		
114.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO AZUL E FORMICA BRANCA	2949	17,68		
115.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO AZUL E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3395	15,95		
116.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO AZUL E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	2440	17,68		
117.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO AZUL E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	2439	17,68		
118.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO AZUL E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3432	8,11		
119.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO BRANCO EM FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3455	14,49		
120.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO BRANCO EM FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3456	14,49		
121.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO BRANCO EM FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3459	14,49		
122.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO BRANCO EM FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3460	14,49		
123.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3324	14,49		
124.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3323	14,49		
125.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3322	14,49		
126.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3024	14,49		
127.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3325	14,49		
128.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3326	14,49		
129.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3026	14,49		
130.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3025	14,49		
131.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2364	15,22		
132.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2618	14,49		
133.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3002	15,22		
134.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3010	15,22		
135.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3023	15,22		
136.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3022	15,22		
137.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3019	15,22		
138.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3017	15,22		
139.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3020	15,22		
140.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3015	15,22		
141.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3013	15,22		
142.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3014	15,22		

143.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3012	15,22		
144.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3011	15,22		
145.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3003	15,22		
146.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3009	15,22		
147.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3008	15,22		
148.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3374	14,49		
149.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3005	15,22		
150.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3004	15,22		
151.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	3007	15,22		
152.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2359	15,22		
153.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2376	15,22		
154.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2378	15,22		
155.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2354	15,22		
156.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2374	15,22		
157.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2372	15,22		
158.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2352	15,22		
159.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2355	15,22		
160.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2358	15,22		
161.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2371	15,22		
162.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2370	15,22		
163.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE COM GUARDA VOLUMES	2362	15,22		
164.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3485	15,95		
165.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3481	15,95		
166.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3377	17,68		
167.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3486	15,95		
168.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3484	15,95		
169.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3480	15,95		
170.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3483	15,95		
171.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA	3375	14,49		
172.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3482	15,95		
173.	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA BRANCA COM GUARDA VOLUMES	3488	15,95		
174.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3463	13,49		
175.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3461	13,49		
176.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3462	13,49		
177.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3439	14,49		
178.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3438	14,49		
179.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3436	14,49		
180.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3435	14,49		
181.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3440	14,49		
182.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3441	14,49		
183.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3442	14,49		
184.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3444	14,49		
185.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3443	14,49		
186.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3437	14,49		
187.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3453	14,49		
188.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3446	14,49		
189.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3454	14,49		
190.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3452	14,49		
191.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3450	14,49		
192.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3449	14,49		
193.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3448	14,49		
194.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3447	14,49		
195.	CARTEIRA ESCOLAR FERRO VERDE E MADEIRA MARRON	3445	14,49		
196.	MESA PARA COMPUTADOR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	2655	47,85		
197.	MESA PARA PROFESSOR EM FERRO	3515	63,80		
198.	MESA PRÉ ESCOLAR EM FERRO	3153	15,95		
199.	QUADRO EM FORMICA BRANCA, MOLDURA EM ALUMÍNIO	3573	79,75		
	TOTAL DA CONTA CONTÁBIL 58227	R\$	3.180,58		

	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (58234)				
200	APARELHO DE SOM PORTÁTIL, MARCA PHILCO	2140	47,85		
201	APARELHO DE SOM PORTÁTIL, CONTINENTAL	2142	40,01		
202	TELA DE PROJEÇÃO VISIOGRAF	3570	303,05		
203	TELA DE PROJEÇÃO VISIOGRAF	3067	422,81		
204	TELEVISOR PHILCO 20" POLEGADAS MAX VISION	2281	159,50		
	TOTAL DA CONTA CONTÁBIL 58234	R\$	973,22		
	MÓVEIS E UTENSÍLIOS APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (58225)				
205	VENTILADOR DE TETO	2067	47,85		
206	VENTILADOR DE TETO	2290	63,80		
207	VENTILADOR DE TETO	3000	12,76		
208	VENTILADOR DE TETO	1937	47,85		
209	VENTILADOR DE TETO	1992	47,85		
210	VENTILADOR DE TETO	1953	47,85		
	TOTAL DA CONTA CONTÁBIL 58225	R\$	267,96		
	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (58221)				
211	ESTABILIZADOR	1936	35,70		
212	ESTABILIZADOR	1952	130,90		
213	ESTABILIZADOR	2831	38,54		
214	ESTABILIZADOR	2823	51,77		
215	ESTABILIZADOR	2834	38,54		
	TOTAL DA CONTA CONTÁBIL (58221)	R\$	295,45		
	TOTAL GERAL	R\$	4.717,21		

FMS CONTRATO 0027/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0027/2017 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais) Vigência : Início: 10/04/2017 Término: 31/12/2017 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2017 Processo_Licitatório....: 00012 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação da empresa KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 17.689.256/0001-50, via Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 conforme Edital de Credenciamento nº 002/2017, cujo objeto refere-se ao credenciamento de Clínicas de Fisioterapia. Recursos Próprios</p>		
Capinzal, 11 de Abril de 2017		

Catanduvras

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - MARCELO HENRIQUE FERNANDES DE SOUZA, 11 DE ABRIL DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Catanduvras(SC), representada pela Secretaria LUCIMARI SPADER, no uso de suas atribuições legais que lhe confere e na forma prevista no Edital de Processo Seletivo n. 001/2017,

CONVOCA, por intermédio do presente Edital, MARCELO HENRIQUE FERNANDES DE SOUZA, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do CIC n. 854.556.011-72 e no RG sob n. 3669551, E-Mail marcelohenrique3066@gmail.com, residente e domiciliado na Rua Euvaldo Lodi, Od. 06 LT 23, n. 0, Bairro Negrão de Lima – GOIANIA – GO, CEP 74650-120, fone 62 8221 6874, para assumir o cargo de “FARMACÊUTICO” 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvras (SC), para que compareça junto ao Setor de Pessoal no prazo improrrogável de 5(cinco) dias (uma vez que se trata de TESTE SELETIVO) e apresente a documentação para a contratação ou decline da vaga para que possa ser convocado o candidato selecionado na sequência, conforme previsão editalícia.

Esclarecemos que o não comparecimento no prazo antes assinalado implicará na desistência tácita da vaga.

Catanduvras, 11 de abril de 2017.
LUCIMARI SPADER
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO FUNREBOM Nº 0008/2017

TERMO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0008/2017

PREGÃO Nº 0018/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo de Reequipamento do Bombeiro – FUNREBOM
CONTRATADA: J.I COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, hortifrúti, padaria e cozinha visando o desenvolvimento das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvras.

VALOR: R\$ 15.424,27 (quinze mil quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.097.3.3.90.00.00.00.00 (1) - Manutenção do FUNREBOM

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvras – SC, 01 de março de 2017.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
LUCIMARI SPADER

EXTRATO DO CONTRATO FUNREBOM Nº 0009/2017

TERMO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0009/2017

PREGÃO Nº 0018/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo de Reequipamento do Bombeiro – FUNREBOM
CONTRATADA: SACOLÃO DE FRUTAS E VERDURAS SÃO CRISTÓVÃO

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, hortifrúti, padaria e cozinha visando o desenvolvimento das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvras.

VALOR: R\$ 2.991,11 (dois mil novecentos e noventa e um reais e onze centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.097.3.3.90.00.00.00.00 (1) - Manutenção do FUNREBOM

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvras – SC, 01 de março de 2017.
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
LUCIMARI SPADER

EXTRATO DO CONTRATO FUNREBOM Nº 0010/2017

TERMO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0010/2017

PREGÃO Nº 0018/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo de Reequipamento do Bombeiro – FUNREBOM
CONTRATADA: SUPER DELAZERI LTDA

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, hortifrúti, padaria e cozinha visando o desenvolvimento das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvras.

VALOR: R\$ 6.483,84 (seis mil quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.097.3.3.90.00.00.00.00 (1) - Manutenção do FUNREBOM

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvras – SC, 01 de março de 2017.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
LUCIMARI SPADER

EXTRATO DO CONTRATO FUNREBOM Nº 0011/2017
TERMO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0011/2017

PREGÃO Nº 0018/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo de Reequipamento do Bombeiro – FUNREBOM
CONTRATADA: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, hortifrúti, padaria e cozinha visando o desenvolvimento das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvas.

VALOR: R\$ 1.161,10 (um mil cento e sessenta e um reais e dez centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.097.3.3.90.00.00.00.00 (1) - Manutenção do FUNREBOM

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 01 de março de 2017.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
LUCIMARI SPADER**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0057/2017**
TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0057/2017

PREGÃO Nº 0021/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2017)“.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: DARCI PEDRO FACIN

OBJETO: Contratação de mão de obra para ajardinamento das áreas de domínio público, compreendendo todo trabalho de elaboração de jardins, cuidados e manutenção e aquisição de plantas e implementos visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.053.3390.00 - 100 - 75/2017 - CONSERVAÇÃO/REPARO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 06 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0056/2017**
TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0056/2017

PREGÃO Nº 0018/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: SUPER DELAZERI LTDA

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, hortifrúti, padaria e cozinha visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

VALOR: R\$ 4.039,56 (quatro mil e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.179.3390.00 - 100 - 15/2017 - MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 22 de fevereiro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 132/2017

PORTARIA Nº 132/2017

“Revoga portaria que concedeu férias a servidor que especifica e dá outras providências”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 71, inciso IV e V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o Sr. Oberdan Tomasi está realizando compensação de horas extras;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar as férias concedidas no período de 07/04/2017 a 06/05/2017 ao servidor OBERDAN TOMASI, CPF nº 060.636.719-51, ocupante do cargo de CONTADOR, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, devendo se apresentar no dia 12/04/2017, após finalização da compensação de horas realizadas nas seguintes datas: 07, 10 e 11/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 127 de 07 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 11 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 013-2017 PCS

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2017 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2017 PCS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa TEREZINHA MACIEL CATTANI 07803706940, inscrita no CNPJ nº 22.469.408/0001-40, nesta Ata representada pela sua Proprietária, Sr(a). Terezinha Maciel Cattani, portadora do CPF nº 078.037.069-40, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 013/2017 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços para ministrar aulas de pintura em emborrachado, crochê, tricô decoração em chinelo, cabelo e manicure, afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS (Centro de Referência De Assistência Social) atendendo crianças, adolescentes e adultos residentes no Município de Caxambu do Sul, inseridos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, geração de renda e PAIF (Proteção e atendimento integral a família), conforme especificações constantes no Anexo “A” do Processo licitatório nº 033/2017 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 013/2017 PCS.

Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor Mensal em R\$
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR AULAS DE PINTURA EM EMBORRACHADO, CROCHÊ, TRICÔ DECORAÇÃO EM CHINELO, CABELO E MANICURE, AFIM DE ATENDER OS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) ATENDENDO CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, INSERIDOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, GERAÇÃO DE RENDA E PAIF (PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA), COM A CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS.	Mês	09,00	R\$1.345,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 013/2017 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 11 de abril de 2017.

TEREZINHA MACIEL CATTANI 07803706940 Terezinha Maciel Cattani	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
--	--

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 12_2017

PORTARIA N.º 012/2017.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 16, inciso I, letra d, do Regimento Interno e do Decreto n.º 083/2017 – do Poder Executivo;

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, na Câmara Municipal, no próximo dia 13 de abril de 2017 – “Quinta – Feira Santa”, no período Vespertino.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 12 de abril de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILLOTTO

Secretário Geral

Registra-se e publica-se

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 77/2017**

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
544	77/2017	10/04/2017	31/12/2017	26/2017	Não	29.750,00		Prestação de Serviços	ANGONESE E PICININI CONTABILIDADE E ASSES:
Objeto:		"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO AS ÁREAS ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, E DE LICITAÇÕES".							
Total:		1							

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

203.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 203/2017

- Considerando, o indeferimento do Pedido de Auxilio Doença do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Servidora Titular da vaga; Eva A. K. Abreu, e tendo a Servidora voltado a suas atividades normalmente;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos das Portarias nº 156 e 157 de 07.03.2017, que admiti em caráter temporário à servidora, NARALIGIA VIEIRA DA SILVA, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

204.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 204/2017

- CONSIDERANDO, a apresentação dos atestados médicos;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública CRISTIANE SOTELLI BETTOLY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 30.03.17 a 14.04.17 (dezesseis) dias, conforme Atestados Médicos, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.04.2017 .

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 018 DE 11.04.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 018 DE 11.04.2017

Institui o horário de expediente do setor de marcação de consultas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado-SC.

CONSIDERANDO que a marcação de consultas, procedimentos cirúrgicos e internações, intermunicipal e interestadual, iniciam-se em horários diferentes do horário estabelecido para o funcionamento do Centro de Saúde Pedro Romeu Batisti;

CONSIDERANDO que existem números bem limitados destes procedimentos, diante disto, os primeiros contatos tem mais facilidade de conseguir agendar;

CONSIDERANDO que este setor tem também a atribuição de avisar aos munícipes acerca dos agendamentos, sendo que o horário mais acessível para contatar essas pessoas é no início da manhã e de meio dia;

CONSIDERANDO que este horário diferenciado vai beneficiar os munícipes, vez que os servidores irão atuar nos melhores horários para agendamento, agilizando assim, a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o § 3º do Art. 23 da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente da área de marcação de consultas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado-SC, será das 07:30 às 13:30 horas, a partir de 01.04.2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01.04.2017.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 11 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º009-2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº009/2017 de 11/04/2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que se apresenta o Decreto N.º017, DE 05.04.2017 do Poder Executivo,

- Considerando as comemorações Celebrações Pascais próximas vindouras,
- Considerando a economia do Erário Público,

RESOLVE:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" no dia 13 (treze) de abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 11 de abril de 2017

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER

Presidente

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, no uso de suas atribuições e em observância às disposições dos artigos 459 e 460 do Plano Diretor de Chapecó, Lei Complementar nº 541, de 26 de novembro de 2014 torna público o presente Edital e CONVOCA a comunidade em geral para participar das Audiências Públicas, destinadas à indicação e eleição de Conselheiros do Conselho da Cidade de Chapecó, em atendimento ao artigo 15 do Regimento Interno (Decreto nº 31.170/2015), conforme segmentos de representação, relação e cronograma abaixo:

Representantes do Segmento Movimentos Sociais, como associações comunitárias, de moradores ou de movimentos por moradia, entre outros:

Data	Hora	Região Geográfica	Local
28/04/2017	19h	08 (Bairros Trevo, Belvedere, Vila Rica, Água Santa, Lajeado e Comunidades São Roque, São Pedro, Baronesa da Limeira, Tafona, Pinhalzinho, Rodeio Bonito, Caravagio, Colonia Célula, Tormen, Faxinal dos Rosas, Cabeceira da Barragem e Cabeceira da Divisa)	Pavilhão Comunitário do Bairro Vila Rica Rua Ipê Roxo
02/05/2017	19h	06 (Bairros Cristo Rei, Bela Vista, São Cristóvão e Eldorado)	Pavilhão Comunitário do Bairro Cristo Rei Rua São Lourenço do Oeste, próximo a EEB Saad Sarquis
08/05/2017	19h	02 (Bairros Santa Paulina, Jardim Europa, Passo dos Fortes, Líder, Bom Retiro, Dom Gerônimo, Vila Real e Desbravador)	Associação de Moradores Passo dos Fortes Rua Assis Brasil 2251E (Atrás da Praça Generoso do Amaral)
09/05/2017	19h	07 (Bairros Efapi e Araras)	Pavilhão Comunitário do Colatto Rua Cunha Porã esquina com Rua Quilombo
12/05/2017	19h	05 (Bairros Engenho Braun, Jardins, Alvorada, Jardim América e Parque das Palmeiras)	Pavilhão Comunitário do Bairro Engenho Braun Rua São Carlos / Fundos da Escola Jacob Gisi

Representantes do Segmento Entidades Empresariais, Sindicais de Trabalhadores, Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, Clubes de Serviço e das Organizações Não Governamentais (ONGs):

Data	Hora	Entidades	Local
05/05/2017	19h	Central	Auditório da Prefeitura Municipal (Próximo Casan) Av. Getúlio Vargas, 957S

Para cada membro titular será indicado ou eleito o seu suplente pelas respectivas entidades ou organizações.

E, para conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 11 de abril de 2017.

LUCIANO J. BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL SEDUC Nº 007/2017

EDITAL SEDUC Nº 007/2017

Convoca Assembleias visando à eleição de Conselheiros dos segmentos que especifica para composição do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, gestão 2017/2019.

A Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, em especial art. 79 da Lei Orgânica Municipal e art. 2º, § 2º da Lei Complementar n. 296, de 8 de maio de 2007, atendendo ao disposto em Ofício Nº. 003/2017/FUNDEB subscrito pela Senhora Margarete Tironi, Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB, CONVOCA Assembleias visando à eleição de Conselheiros para composição do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, gestão 2017/2019, nos termos do presente Edital.

I - Ficam CONVOCADAS Assembleias para eleição dos Conselheiros de que tratam os incisos III, V e VI do art. 2º da Lei Complementar n. 296, de 8 de maio de 2007, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei Complementar n. 337, de 19 de dezembro de 2008.

II - As assembleias serão realizadas conforme Cronograma a seguir, respeitados os segmentos, data, local e horários estabelecidos:

DATA	HORÁRIO	SEGMENTO	LOCAL
24/04/2017	14:00 horas	Pais de alunos das Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil	Auditório da Secretaria de Educação
24/04/2017	14:30 horas	Pais de alunos das Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental	Auditório da Secretaria de Educação
24/04/2017	15:00 horas	Estudante emancipado da Educação Básica Pública Municipal	Auditório da Secretaria de Educação
24/04/2017	15:30 horas	Gestores das Escolas Públicas Municipais.	Auditório da Secretaria de Educação

III - Cada Assembleia elegerá, por aclamação, 01(um) representante titular e 01(um) representante suplente de cada segmento para compor o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

– FUNDEB, que será nomeado para Gestão 2017/2019.

IV - As Assembleias de que trata este Edital serão precedidas de Assembleias realizadas nas Escolas Básicas Municipais e nos Centros de Educação Infantil Municipais. Cada Instituição Educativa deverá eleger, para participar da respectiva Assembleia de 24.04.2017 (item II), 01(um) representante do segmento de pais, cabendo exclusivamente às Escolas Básicas Municipais também a eleição de 01(um) representante dos estudantes, observada a legislação em vigor.

Gabinete da Secretária de Educação, em 12 de abril de 2017.

SANDRA MARIA GALERA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO 001/2017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA

Resolução 001/2017

Dispõe sobre a aprovação dos Boletins Financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Chapecó – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, consoante aos termos da Lei Municipal nº 6. 296, de 19 de julho de 2012, assim como da Reunião Ordinária realizada no dia 05 de abril de 2017.

Resolve:

Art. 1º Aprovar os Boletins Financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA dos meses de setembro a dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 05 de abril de 2017.

Karine de Witt
Presidente do CMDCA

ATO 019/CP/ED/002/16

Estado de Santa Catarina
Município de CHAPECÓ
Edital n.º 002/2016 de CONCURSO PÚBLICO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Ato 019/CP/ED/002/16**DIVULGA DECISÃO DO RECURSO CONTRA A RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E DO ATO 018 DO EDITAL N° 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o julgamento do recurso do candidato Gadiego Cararo Ribeiro, inscrição nº 347239 do Cargo de Instrutor de Música: Violoncelo/Violino, contra a publicação do ato 018/2016 referente a retificação da classificação da prova prática:

Nº INSC	CANDIDATO	Cargo
347239	Gadiego Cararo Ribeiro	Instrutor de Música: Violoncelo/Violino
Alegação: Requer a revogação do ato 018/CP/ED/002/16, para que passe a vigorar novamente o ato 017/2016 referente ao edital 002/2016, onde nomeia o Gadiego Cararo Ribeiro, como instrutor com curso superior, com habilitação em Violoncelo/Violino.		
Decisão: INDEFERIDO , por ter sido o ato destinado à correção de erro material, a sua manutenção é medida que se impõe. A decisão encontra-se divulgada na íntegra na área restrita do candidato, para seu conhecimento. Fica mantido o ato 018/2016 referente a retificação da classificação da prova prática.		

Chapecó (SC), 10 de abril de 2017.

Luciano José Buligon
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 75 DE 2017**

Portaria Nº 75/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear a senhora JOVITA CELI VELASQUE PADILHA para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.297,15 (Três mil, duzentos e noventa e sete reais e quinze centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de abril de 2017.

Gabinete do Presidente, em 11 de abril de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº74 DE 2017

Portaria Nº 74/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo IRIO GLADIMIR GONÇALVES DOS SANTOS ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 10 de abril de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 10 de abril de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: CARDIAL STANDS LTDA – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços para locação de estruturas para eventos, para uso no município de Cocal do Sul..

Assinatura: 28/03/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 191.700,00 (cento e noventa e um mil e setecentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017 – Contratação de Serviço

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato da Senhora, Telma de Fátima Cunha Suzin, Diretora de Educação, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 07 de abril de 2017, para Aquisição de compressor Danfus para câmara fria número de patrimônio 57939 em substituição ao que apresentou queima devido a estouro da polca ocasionando vazamento de gás consequente a queima, a favor da empresa OESTE MANUTENCAO E REPARACAO EM ELETROS LTDA ME, no valor total de R\$ 5.320,00 (cinco mil, trezentos e vinte reais).

MARCIA CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017

Contratação de Serviço

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora, Eliane Teresinha Vicente Pech, Diretora de Habitação, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso V do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 10 de abril de 2017, para o pagamento de despesas com telefonia móvel para manutenção das linhas do Conselho Tutelar e Plantão do Conselho Tutelar, a favor das seguintes empresa: TIM CELULAR S.A, no valor total estimado de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) e; TELEFONICA BRASIL S.A, no valor total estimado de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017 - FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

Objeto: Inscrições para credenciamento, através do processo de seleção pública, de pessoas jurídicas para aquisição de cota única de patrocínio financeiro, visando à realização do Campeonato Interiorano de Futebol 2017, a iniciar em 13/05/2017.

Recebimento dos documentos: até dia 05/05/2017.

Sorteio dos Credenciados habilitados: dia 08/05/2017

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamento Público". Quaisquer informações poderão ser obtidas na sede da Fundação Municipal de Esportes, na Rua Victor Sopelsa, s/nº, Bairro Parque de exposições, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 11 de abril de 2017.

GIL ARTIFON

Diretor-superintendente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente ao Convênio Alimentação Escolar - PNAE – Mais Educação Ensino Fundamental, no valor de R\$ 5.949,80 (cinco mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

Concórdia SC, 11 de Abril de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.

Secretário Municipal de Finanças

PORTARIA FMC Nº 17/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 17/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c n Decreto 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARITANIA POLETO, ocupante do cargo de Professora, gratificação pelo exercício de função de chefia, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício da função de Coordenadora das Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos pecuniários retroativos à 1º de março de 2017.

JÚLIO GOMES

Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 07 de abril de 2017

JÚLIO GOMES

Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 18/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 18/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c n Decreto 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RAUL ADOLFO KUSSLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, gratificação pelo exercício de função de chefia, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício da função de Responsável pelo Museu Histórico Hermano Zanoni.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GOMES
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
em 07 de abril de 2017
JÚLIO GOMES
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 19/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 19/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c n Decreto 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIA SALETE NECKEL ZORZAN, ocupante do cargo de Biblioteconomista, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício da função de Assessora da Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GOMES
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
em 07 de abril de 2017
JÚLIO GOMES
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 20/2017
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 20/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

O Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c n Decreto 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DOMINGA SCHIAVINI ALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício da função de Assessora do Centro Cultural Concórdia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GOMES
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
em 07 de abril de 2017
JÚLIO GOMES
Diretor Geral da FMC

BALANCETE FINANCEIRO IPRECON - MARÇO DE 2017**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Março / 2017

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		2.783.443,45
Ordinária		0,00
Vinculada		2.783.443,45
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		90.883,98
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(50.674,58)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		141.558,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		132.508.597,58
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.237.430,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		131.257.569,92
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		135.382.925,01

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		784.097,29
Ordinária		0,00
Vinculada		784.097,29
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		145.112,05
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		145.112,05
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		134.453.715,67

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-1735-EFGC-229625496 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

11/04/2017 15:51



IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Março / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.822,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		134.428.296,56
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		135.382.925,01

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 11/04/2017, Hora emissão 15:51:40

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora
CRC/SC 027.452/O-5

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-1735-EFGC-229625496 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

11/04/2017 15:51

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 03/2017 - FMS

Extrato DO CONTRATO FMS N. 03/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: THAIS ELISA LUNARDI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES DE BIÓPSIA E COLPOSCOPIA, NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, COM CARGA HORÁRIA DE 12H SEMANAIS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES EMERGENCIAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA.

VIGÊNCIA: A execução contratual terá o prazo de 1 (um) mês, com início em 13 de março de 2017. O presente contrato terá vigência de sua assinatura até 13/05/2017.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o preço certo e ajustado de R\$ 4.942,05 (quatro mil novecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos). 2.1. O preço é fixo e irrevogável.

DOTAÇÃO: As despesas da presente contratação correrão à conta do orçamento 2017, no projeto/Ativ. 2.019 – Modalidade:33.90.

Projeto Atividade 2.019; Modalidade de Aplicação 3390;

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Thais Elisa Lunardi.

Cordilheira Alta/SC, 13/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 04/2017 - FMS

Extrato DO CONTRATO FMS N. 04/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO 01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 05/2017

CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CREDENCIADA: LABORATÓRIO CITOPREV LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS E ANATOMO PATOLÓGICOS, ao preço da Tabela SUS.

Item	Exame	Quantidade Estimada	Valor unitário
01	GRUPO 203 – CITOPATOLOGICO	800	7,30
02	GRUPO 203 A – ANATOMO PATOLOGICO	500	29,58

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços será da data de assinatura até 31/12/2017.

VALOR: O Fundo de Saúde pagará os valores por Exame de acordo com a "Tabela SUS" constante na cláusula primeira deste termo. Os valores serão reajustados de acordo com a Tabela SUS vigente.

DOTAÇÃO: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária do exercício de 2017 de Projeto Atividade nº 2.019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Sandra da Silva.

Cordilheira Alta/SC, 21/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 20/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 20/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: MINERAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COM INSTALAÇÃO DE REDE ADUTORA E EQUIPAMENTO ELETROMECÂNICO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO LOTEAMENTO LUDOVICO JULIO TOZZO DE CORDILHEIRA ALTA.

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	un	BOIA ELETRICA	Margirio	55,00	55,00
2	215,00	m	FIO BOIA 2X1,5MM	Sil	3,00	645,00
3	1,00	un	REGISTRO PVC SOLDAVEL 60MM	Plastilit	16,20	16,20
4	3,00	un	ADAPTADOR FLANGE DE 60MM	Plastilit	17,82	53,46
5	207,00	m	TUBO PVC CLAS. 15 DE Ø 60MM	PVC Brasil	16,00	3.312,00

6	4,00	un	CURVA PVC DE Ø 60MM	Plastilit	26,90	107,60
7	2,00	un	SERRA MANUAL	Nicholson	2,50	5,00
8	5,00	un	LIXA FERRO 80	Klingspor	2,00	10,00
9	3,00	un	COLA PLÁSTICA 175MG	Plastilit	15,00	45,00
10	207,00	m	MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DA REDE ADUTORA	Mineral	2,30	476,10
11	1,00	un	CONJUNTO MOTO-BOMBA 4" 29EST., POTENCIA DE 5HP EM 380V TRIFÁSICA, CERTIFICADO ISO 9001:2000	CRI	5.155,24	5.155,24
12	1,00	un	QUADRO DE COMANDO TRIFÁSICO 380V COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE ACIONAMENTO	Mineral	1.200,00	1.200,00
13	1,00	un	FITA AUTO FUSÃO 19MMX10M	Lorenzetti	29,65	29,65
14	2,00	un	FITA ISOLANTE 19MMX25M	Amanco	6,50	13,00
15	3,00	un	FITA VEDA ROSCA 18MMX25M	Plastilit	3,90	11,70
16	154,00	m	CABO SUBMERSÍVEL 3X6MM²	Corfil	10,50	1.617,00
17	24,00	br	TUBO GALVANIZADO DE 2"	Tuper	317,45	7.618,80
18	25,00	un	LUVA GALVANIZADA 2"	Hidroconex	22,57	564,25
19	2,00	un	CURVA GALVANIZADA DE 2"	Hidroconex	59,90	119,80
20	1,00	un	UNIÃO GALVANIZADA DE 2"	Hidroconex	60,00	60,00
21	1,00	un	VÁLVULA DE RETENÇÃO 2"	Hidroconex	145,00	145,00
22	2,00	un	NIPLE GALVANIZADO DE 2"	Hidroconex	15,00	30,00
23	1,00	un	FLANGE BOCA DE POÇO 6 X 2"	Hidroconex	105,00	105,00
24	3,00	un	CANINHO 2"	Hidroconex	70,00	210,00
25	1,00	un	MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO ELETRO MECÂNICO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS	Mineral	800,00	800,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 06 MESES, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução das obras previstas na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 22.404,80 (vinte e dois mil quatrocentos e quatro reais e oitenta centavos), sendo R\$ 21.604,80 (vinte e um mil seiscentos e quatro reais e oitenta centavos) o valor total correspondente aos materiais e R\$ 800,00 (oitocentos reais) o valor total correspondente à mão de obra, empregados na sua execução.

DOTAÇÃO As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão à dotação 2.032 prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Evelyn Prescyla Scussiato.

Cordilheira Alta/SC, 15/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 21/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 21/2017

Pregão Presencial nº 08/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS "TRANSFORMAR", "MAMÃE CIDADÃ", "MULHER VALOROSA", INSTITUÍDOS PELAS LEIS MUNICIPAIS Nº 859/2009, 1053/2013 E 1054/2017.

Item	Quant	Unid.	Especificação	marca	Preço Unit.	Preço Total
1	10	un	MÁQUINA DE COSTURA COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE 10 PONTOS, INCLUINDO OS FLEXÍVEIS, CASA DE BOTÕES 4 PASSOS, BRAÇO LIVRE PARA BARRAS, BASE REVESTIDA EM AÇO INOX, COMPRIMENTO E LARGURA DOS PONTOS AJUSTÁVEIS, 3 POSIÇÕES DE AGULHAS, COSTURA VÁRIAS CAMADAS DE JEANS, VELOCIDADE 1100 PONTOS POR MINUTO, PLACA ISOLADORA DOS DENTES, PONTOS PARA PREGAR BOTÕES.	Singer	1.145,00	11.450,00
2	1	un	MÁQUINA DE COSTURA PARA BORDADO, COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE: CAMPO DE TRABALHO 14X14, MEMÓRIAS 73 BORDADOS, 3 ESTILOS DE ALFABETO, 3 TAMANHOS DIFERENTES, TELA LCD, SENSÍVEL AO TOQUE, CONEÇÃO USB, ENCHEDOR DE BOBINA, CORTE DE LINHA AUTOMÁTICO, ENFIADOR DE LINHA NA AGULHA, COMBINA DESENHO COM O ALFABETO, VELOCIDADE DE 400 A 650 PPM, ESPELHAMENTO DE BORDADO AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE TAMANHO DO BORDADO 20%, CORTADOR DE PONTOS, LEITURA DE ARQUIVOS EM FORMATO JEF.	Janome	3.345,00	3.345,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2017, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução do objeto/ fornecimento dos bens, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 14.795,00 (quatorze mil setecentos e noventa e cinco reais).

DOTAÇÃO As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrá a cargo do Proj/Atividade nº 2.006 e 2.033, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Jackson Neimar Pedrassan.

Cordilheira Alta/SC, 15/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 22/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 22/2017

Pregão Presencial nº 09/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: PIPPI MÁQUINAS AGRÍCOLAS SANTA CATARINA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS TRATORES AGRÍCOLAS NOVOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 OU SUPERIOR, conforme especificações constantes na tabela abaixo.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 OU SUPERIOR, COM PNEUS 4X4 NOVOS, MOTOR DIESEL DE NO MÍNIMO 04 CILINDROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 106 CV'S, COM TRANSMISSÃO SINCRONIZADA MÍNIMA DE 12 VELOCIDADES A FRENTE E MÍNIMA DE 04 MARCHAS À RÉ, COM CAPACIDADE DE LEVANTE DO HIDRÁULICO DE NO MÍNIMO 3.200 KGS, FREIOS A DISCOS EM BANHO DE ÓLEO DE ACIONAMENTO, DIFERENCIAL TRASEIRO COM SISTEMA DE BLOQUEIO POR ACIONAMENTO MECÂNICO, COM MÍNIMO DE QUATRO PESOS FRONTAIS E MÍNIMO DE QUATRO PESOS NAS RODAS TRASEIRAS, COMANDO DUPLO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 145 LITROS, PNEUS DIANTEIROS 14,9X24 R1 DE NO MÍNIMO 8 LONAS E PNEUS TRASEIROS 18,4X34R1 DE NO MÍNIMO 10 LONAS, TOMADA DE FORÇA INDEPENDENTE, EQUIPADO COM PLATAFORMA, CAPOTA E ARCO DE SEGURANÇA E DEMAIS CARACTERÍSTICAS E ACESSÓRIOS DO FABRICANTE.	Un.	02	Massey Ferguson MF4292/4	120.000,00	240.000,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2017, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

DOTAÇÃO As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrá a cargo do Proj/Atividade nº 1.010, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017, conforme Convênio Junto ao Governo Federal.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Wilson Luiz Pippi Júnior.

Cordilheira Alta/SC, 20/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 23/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 23/2017

Pregão Presencial nº 09/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: TRATORDIESEL LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA COLHEDORA DE FORRAGENS NOVA, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 OU SUPERIOR, conforme especificações constantes na tabela abaixo.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	COLHEDORA DE FORRAGENS COM DOIS ROTORES DE 12 FACAS CADA, COM 12 LANÇADORES SUBSTITUIVEIS, DUAS CAIXAS RECOLHEDORAS COM QUATRO ROLOS ALIMENTADORES CADA, CAPACIDADE MÍNIMA DE PRODUÇÃO DE ATÉ 50 TON/H, COM NO MÍNIMO 24 OPÇÕES DE CORTE DE 2 A 36 MM, ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS DE NO MÍNIMO 700MM.	Un.	01	Agrale	54.300,00	54.300,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2017, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 54.300,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos reais).

DOTAÇÃO As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrá a cargo do Proj/Atividade nº 1.010, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017, conforme Convênio Junto ao Governo Federal.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Irineu Todeschini.

Cordilheira Alta/SC, 20/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 24/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 24/2017

Pregão Presencial nº 12/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: RESTAURANTE DA IVA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE BUFFET PARA O JANTAR DO MOVIMENTO ECONÔMICO DE CORDILHEIRA ALTA, QUE OCORRERÁ NO DIA 24/03/2017, conforme especificações constantes na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	400	un	SERVIÇOS DE BUFFET (PREÇO POR PESSOA), COM O SEGUINTE CARDÁPIO: CORTES DE CARNE BOVINA (FILÉ E ALCATRA); CORTES DE AVES (COXA E SOBRECOXA DE FRANGO) CARNE SUÍNA (PORCO PIZZA) ARROZ BRANCO; ARROZ A GREGA (ARROZ COM CENOURA PICADA, CEBOLA PICADA, ALHO PICADO, PIMENTÃO VERDE E VERMELHO PICADO, UVA-PASSA E SALSA E CEBOLA VERDE PICADA); FAROFA COM EMBUTIDOS (BACON E LINGUIÇA); LASANHA DE FRANGO COM MOLHO BRANCO; LASANHA À BOLONHESA COM MOLHO BRANCO; SALADA DE MAIONESE (BATATA, CENOURA, MILHO, CEBOLA, SALSA E CEBOLA VERDE A GOSTO, COM CREME PRONTO); LEGUMES (CENOURA E BETERRABA COZIDAS CORTADAS EM CUBOS); SALADA DE FOLHAS VERDES OU MISTAS (ALFACE, RÚCULA E RADI-TE COM CEBOLA) E TOMATES CORTADOS EM RODELAS; PÃO FRANCÊS FRESCO (ASSADOS NO DIA DO EVENTO) SOBREMESA: PAVÊ DE BOLACHA (BISCOITO DE MAIZENA COM CREME DE CHOCOLATE PRETO E BRANCO; CREME PÂTISSIÈRE (CREME DE CONFEITEIRO); SAGU DE VINHO TINTO.	Restaurante da Iva Responsável Técnico: Nutricionista Maiara Tecchio Pederssetti	29,00	11.600,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 10/05/2017, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução do objeto previsto na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

DOTAÇÃO As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrá a cargo do Proj/Atividade nº2.003, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Valdir Groff.

Cordilheira Alta/SC, 21/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 25/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 25/2017

Pregão Presencial nº 06/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: RÁDIOFUSÃO ÍNDIO CONDÁ LTDA EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS EM EMISSORA PADRÃO AM, COM PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS COM FOTOS EM SÍTIO ELETRÔNICO E REDE SOCIAL PRÓPRIA DA EMPRESA, conforme especificações constantes na tabela abaixo.

Item	Especificação	Preço Mensal
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS, VEICULADO POR EMISSORA AM, NOS SÁBADOS DAS 11H45 ÀS 12H00, E DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS COM FOTOS EM SÍTIO ELETRÔNICO E REDE SOCIAL PRÓPRIA DA EMPRESA.	1.490,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2017, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela prestação dos serviços previstos na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor certo e irrevogável de R\$ 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais).

DOTAÇÃO As despesas decorrentes do fornecimento e prestação dos serviços do objeto do presente contrato correrá a cargo do Proj/Atividade nº 2.020, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Clara Mirian Lang.

Cordilheira Alta/SC, 21/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 26/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 26/2017

Pregão Presencial nº 11/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: EW ESTRUTURAS E LOCAÇÕES LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A LOCAÇÃO DE PALCOS, LONAS, TENDA, BANHEIROS QUÍMICOS, CADEIRAS PLÁSTICAS SEM BRAÇO, E MESAS PLÁSTICAS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO XXV ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes na tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	marca	Preço unitário	Preço Total
1	1,00	un	LOCAÇÃO DE LONA TIPO CIRCO COM ESTRUTURA DE COBERTURA, TAMANHO 64X16M, TOTALIZANDO 1,024M², INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM.	EW	15.000,00	15.000,00
2	1,00	un	LOCAÇÃO DE PALCO INTERNO MEDINDO 10,00X6,00X1,00M DE ALTURA COM ESCADA DE SEGURANÇA, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM.	EW	3.100,00	3.100,00
3	1,00	un	LOCAÇÃO DE LONA TIPO CHAPEU DE BRUXA COM ESTRUTURA DE COBERTURA, TAMANHO 8,00X16,00, TOTALIZANDO 128M², INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM.	EW	3.088,00	3.088,00
4	280,00	un	LOCAÇÃO DE CADEIRA PLÁSTICAS EM PVC COM BRAÇO NA COR BRANCA	EW	9,40	2.632,00
5	20,00	un	LOCAÇÃO DE MESAS PLÁSTICAS EM PVC NA COR BRANCA	EW	19,00	380,00

6	4,00	un	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS PORTATEIS MAS/FEM COM DESODORIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO.	EW	950,00	3.800,00
---	------	----	---	----	--------	----------

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 10/05/2017, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução do objeto o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total, certo e irrevogável de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

DOTAÇÃO As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrá a cargo do Proj/Atividade nº2.003, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Simone Cristina Maraes.

Cordilheira Alta/SC, 22/03/2017.

EXTRATO AO CONTRATO ADM. 27/2017

Extrato DO CONTRATO ADM N. 27/2017

Pregão Presencial nº 13/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: RETIFICA O DESBRAVADOR EIRELI EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A RETIFICA DO MOTOR DO BRITADOR MÓVEL, MODELO OM MERCEDES 352, SIMPLES, 06 CILINDROS, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	3,00	jg	JOGO DE ANÉIS	KS	170,00	510,00
2	2,00	un	ADESIVO PARA PEÇAS	3M	20,00	40,00
3	20,00	un	ARRUELAS	DIV	3,00	60,00
4	1,00	un	BRONZINA BIELA	KS	240,00	240,00
5	1,00	un	BRONZINA MANCAL	KS	308,00	308,00
6	1,00	un	BUCHA COMANDO	KS	60,00	60,00
7	6,00	un	BUCHA BIELA	KS	19,00	114,00
8	6,00	un	CAMISA DE CILINDRO	KS	54,00	324,00
9	1,00	un	CORREIA DO ALTERNADOR	GATES	80,00	80,00
10	2,00	un	FILTRO COMBUSTÍVEL	DELPHI	9,00	18,00
11	1,00	un	FILTRO LUBRIFICANTE	DELPHI	25,00	25,00
12	12,00	un	GUIA VALVULA	RIOSULENSE	10,00	120,00
13	1,00	un	JOGO DE JUNTA	SPAAL	260,00	260,00
14	1,00	un	MATERIAL DE LIMPEZA E PINTURA	DIV	158,00	158,00
15	20,00	l	OLEO	PETRONAS	15,00	300,00
16	6,00	un	PISTÃO	KS	33,00	198,00
17	1,00	un	BOMBA D' AGUA	URBA	437,00	437,00
18	12,00	un	TUCHO	RIOSULENSE	26,00	312,00
19	6,00	un	VÁLVULA ESCAPE	KS	23,00	138,00
20	6,00	un	VALVULA ADMISSÃO	KS	20,00	120,00
21	1,00	un	VÁLVULA TERMOSTÁTICA;	TEM	65,00	65,00
22	1,00	un	VÁLVULA BOMBA ÓLEO	SCHADECH	89,00	89,00
23	1,00	un	VIRABREQUIM;	SUSUN	3.000,00	3.000,00
24	12,00	un	CHAVET. CALÇO DE MOLAS	ROCHESTER	4,00	48,00
25	1,00	un	PISTA.	ROCHESTER	27,00	27,00
26	6,00	un	SEDE DE VÁLVULA	RIOSULENSE	14,00	84,00
27	25,00	pç	PARAFUSO	DIV	5,40	135,00
28	23,50	h	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE MOTOR: BLOCO (RETIFICAR CILINDROS, MANDRIL BUCHA COMANDO, MANDRIL MANCAIS, PLAINA BLOCO, ENCAMISAR BLOCO); CABEÇOTE (RETIFICAR SEDE DE VÁLVULA, TROCAR GUIAS VÁLVULAS, TESTAR CABEÇOTE, TROCAR SEDE VÁLVULAS, TESTAR CABEÇOTE, TROCAR SEDE VÁLVULAS, PLAINAR CABEÇOTE); BIELA(RETIFICAR FERRO BIELA, MANDRIL BUCHA BIELA); VIRABREQUIM (RAIO-X, BALANCEAMENTO); DESMONTAGEM/ MONTAGEM MOTOR; VOLANTE E PLATO (BALANCEAR, PLAINAR); TIRAR E COLOCAR MOTOR; LIMPEZA DO MOTOR; COMANDO (POLIR).	RETIFICA O DESBRAVADOR	195,00	4.582,50

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2017, contados da data de sua assinatura.

VALOR: Pela execução do objeto/fornecimento dos bens, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 11.852,50 (onze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrá a cargo do Proj/Atividade nº 2.011, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Alisson Christian Bernardi.

Cordilheira Alta/SC, 31/03/2017.

Coronel Freitas

PREFEITURA

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2017

Objeto: Pregão Presencial para a possível, CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D.

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal IZEU JONAS TOZETTO, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no ANEXO D do edital do Processo Licitatório nº. 20/2017, Edital de Pregão Presencial nº 11/2017, passando o edital a vigorar com a seguinte redação:

1 - DA REVOGAÇÃO DOS ITENS 1, 39, 40, 41, 42, DO ANEXO D DO EDITAL.

Ficam revogados os itens números 1, 39, 40, 41, 42, do ANEXO D do Edital, referente ao Processo Licitatório nº. 20/2017.

3 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 11/2017.

Coronel Freitas-SC, 10 de ABRIL de 2017.

IZEU JONAS TOZETTO.

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 11/2017.

Contratado: EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Valor total: R\$ 2.150

Vigência: 31/12/2017.

Objeto: CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, PARA 23 PROFESSORES.

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93

XIII - na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Coronel Freitas (SC) 11 de Abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

LEI Nº 688/2017

LEI Nº 688, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Altera a Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, que autoriza o ingresso do Município de Coronel Martins no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Coronel Martins no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Coronel Martins, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de

habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica

prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado

automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 579, de 24 de abril de 2012, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3

(um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 28 de março de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi publicada e registrada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 025/2017

PORTARIA Nº 025, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA DE FORMA PRECÁRIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 – Consolidada; Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público; Considerando que não há servidor capacitado para assumir o cargo; Considerando que é obrigatório ser cargo efetivo para assumir a devida vaga.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Senhor Adelar José Pinheiro, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de PCE Auxiliar de Manutenção e Conservação, designado de forma precária para atuar junto ao setor de Vigilância Sanitária a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 024 de 03 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,
em 04 de abril de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario de administração planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 026/2017

PORTARIA Nº. 026 DE 04 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 107 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Paternidade ao Servidor Público Municipal Sr. Maico

Piceti, ocupante dos Cargos em comissão de Assessor de Recursos Humanos, por um período de 05 (cinco) dias úteis, com data retroativa ao dia 20 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 04 de Abril de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secr. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017
MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Coronel Martins – SC TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 26 de abril de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para contratação de empresa para realização de serviços de recapeamento de pneus para máquinas e veículos das diversas Secretarias e Fundos do Município de Coronel Martins - SC, para o exercício de 2017, de acordo com os itens e quantitativos constantes da relação em anexo III ao presente Edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 13:30 horas iniciando-se a Sessão Pública às 13:45 horas do mesmo dia e local. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 11 de abril de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2017

Resolução CMDCA Nº 01/2017
Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação do FIA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Martins/SC para o exercício de 2017.

O Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Coronel Martins – SC, em reunião realizada no dia 29 de Março de 2017, no uso de sua competência,

Considerando, a Lei nº 8.069/90 – que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando, a Lei Municipal nº 86/1997 - que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando, o Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010";

Considerando, a Resolução nº 137/2010 do CONANDA - que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando, a atribuição do CMDCA na elaboração do plano de ação, contendo programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas; e a elaboração anual do plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação e Aplicação do FIA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Martins/SC para o exercício de 2017.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins/SC, em 29 de Março de 2017.
Chaiane Zanata
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMAS Nº 003/2017

Resolução CMAS Nº 03/2017.
Dispõe sobre a Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social no Município de Coronel Martins/SC e dá outras providências.

Considerando, a Lei nº 645 de 16 de Dezembro de 2014 – que Institui o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências;

Considerando, sua atribuição conforme artigo 3º, inciso III da Lei nº 645/2014: de convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

Considerando a necessidade de avaliar e conferir os serviços desenvolvidos pela Política Pública de Assistência Social no Município, Estado e União;

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Coronel Martins – SC, em reunião realizada na data 23 de Março de 2017, no uso de sua competência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social no Município de Coronel Martins/SC.

Art. 2º A Conferência Municipal de Assistência Social será realizada na data 21 de Junho de 2017.

Art. 3º - O evento terá como tema geral: "Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS", com objetivo de avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social, na perspectiva da participação e do controle social.

Art. 4º A Conferência Municipal seguirá às normativas legais instituídas pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins/SC, em 23 de Março de 2017.
Carmelinda Bizain Gaio
Presidente do CMAS

TESTE SELETIVO - ATO 006/IOBV/001/2017
GABARITO DEFINITIVO

ATO 006/iobv/001/17
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
 Processo Seletivo 001/2017 – 02/04/2017

x- Anulada

Fundamental
 Agente Comunitário de Saúde

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	D	A	C	A	D	C	B	C	D	B	B	D	A	C	A

Auxiliar de Serviços Gerais (masculino)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	D	A	C	A	D	C	B	C	C	B	D	A	C	A	C

Operador de Máquinas

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	D	A	C	A	D	B	C	D	B	A	C	D	A	B	D

Servente (feminino)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	B	D	A	C	A	D	C	B	C	C	A	B	B	A	C	D

Médio
 Mecânico Geral

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	B	D	A	C	x	C	A	B	C	D	A	C	D	B	A	B
21	22	23	24	25															
C	D	A	B	C															

Monitor de Violão

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	B	D	A	C	x	C	A	B	C	D	A	C	B	A	C	B
21	22	23	24	25															
D	B	D	A	C															

Técnico em Enfermagem

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	C	B	D	A	C	x	C	A	B	C	D	A	B	D	C	A	D
21	22	23	24	25															
D	B	A	C	B															

Superior
 Professor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	D	B	C	A	D	C	B	D	A	B	C	D	A	D	B	B	C	A
21	22	23	24	25															
D	B	A	C	C															

Professor de Séries Iniciais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

A	C	D	B	C	A	D	C	B	D	A	B	C	D	A	D	B	B	C	A
21	22	23	24	25															
D	C	D	B	A															

Professor de Educação Física

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	D	B	C	A	D	C	B	D	A	B	C	D	A	D	B	B	D	C
21	22	23	24	25															
A	A	C	B	D															

Professor de Informática

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	D	B	C	A	D	C	B	D	A	B	C	D	A	D	B	B	A	C
21	22	23	24	25															
A	B	B	D	C															

Coronel Martins, 11 de abril de 2017.

TESTE SELETIVO - ATO 007/PS/001/2017

ATO 007/PS/001/2017

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

DE INSCRIÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO

O Senhor Ademir Madella, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica divulgado no anexo I deste ato, a Classificação Preliminar dos Candidatos ao Processo Seletivo 001/2017, em ordem decrescente de nota final.

2. Os recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos nos dias 11 e 12 de abril de 2017, conforme edital.

Coronel Martins, 11 de abril de 2017

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

ANEXO I – Classificação Preliminar

Legenda:

CB – Conhecimentos Básicos

CE – Conhecimentos Específicos

TA – Total de Acertos

NPE – Nota Prova Escrita

NF - Nota Final

NPT – Nota de Títulos

NPP – Nota da Prova Prática

Agente Comunitário de Saúde (micro área 4) Ensino Fundamental												
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	591606	01/09/1996	Marcia Roberta Picchi	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado		
2	588213	24/06/1996	Joana Kreve	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado		
3	591765	24/04/1974	Geni Aparecida Belle Santetti	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado		
	591378	30/12/1997	Greickeli Turmina	3	1,20	5	3,00	8	4,20	Reprovado		
	591107	03/11/1998	Laura Millena Jacobsen Moura	3	1,20	5	3,00	8	4,20	Reprovado		
	589884	19/01/1979	Maria Gorete Corbari	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente		
Auxiliar de Serviços Gerais (sexo masculino) Ensino Fundamental												

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	591735	29/06/1990	Rafael Godoy	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado		
2	590173	04/03/1998	Renato Moraes	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado		
3	591393	22/01/1990	Ivailton Jacobsen Leite	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado		
4	591611	16/09/1993	Renato Picchi	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado		
5	590319	19/10/1998	Alcemir Picchi	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado		
6	591835	13/10/1996	Ronaldo Luiz Brum	3	1,20	8	4,80	11	6,00	Aprovado		
7	589891	28/11/1994	Francisco Moreira Neto	2	0,80	8	4,80	10	5,60	Aprovado		
8	590916	19/08/1994	Tiago Rodrigo Tomazeli	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado		
9	591749	21/08/1994	Bruno Lunardi	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado		
10	591808	03/06/1975	Valdecir Bandeira	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado		
11	590568	27/02/1995	Adecir Dalonso	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado		
12	591629	08/10/1998	Felipe Ariel Girardello	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado		
	591062	21/04/1994	Jones Lemes Da Silva	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Reprovado		
	591698	03/06/1994	Heitor Junior De Oliveira	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Reprovado		
	591367	31/05/1996	Samuel Dos Santos	5	2,00	3	1,80	8	3,80	Reprovado		
	591033	22/09/1995	Paulo Roberto Craco	3	1,20	4	2,40	7	3,60	Reprovado		
	590684	11/11/1990	Antoninho Caveglion	3	1,20	3	1,80	6	3,00	Reprovado		
	591777	25/10/1993	Edner Ribeiro Dos Santos	1	0,40	4	2,40	5	2,80	Reprovado		

Mecânico Geral | Ensino Médio (com prova prática)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	591085	16/05/1992	Renato Simao Goncalves	6	1,50	3	1,50	9	3,00	6,50	5,45	Aprovado
2	591832	15/10/1996	Joslei Silvestri	6	1,50	5	2,50	11	4,00	5,50	5,05	Aprovado

Monitor de Violão | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	590057	14/02/1969	Rogério Carlos Previatti	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado		

Operador de Máquinas | Ensino Fundamental (com prova prática)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPP	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	589732	11/02/1983	Mizael Nunes Da Silva	5	2,00	7	4,20	12	6,20	9,75	8,68	Aprovado
2	588712	06/03/1985	Almir Bugoni	3	1,20	7	4,20	10	5,40	9,50	8,27	Aprovado
3	591679	18/10/1991	Sidjoao Santetti	3	1,20	6	3,60	9	4,80	9,75	8,26	Aprovado
4	591394	07/02/1979	Ezequiel Dutra	6	2,40	6	3,60	12	6,00	9,00	8,10	Aprovado
5	591773	20/10/1984	Joel Lemes Trindade	3	1,20	6	3,60	9	4,80	9,50	8,09	Aprovado
6	591737	15/04/1984	Vagner Rosiak	4	1,60	5	3,00	9	4,60	9,00	7,68	Aprovado
7	591619	03/07/1992	Edenilson Luiz Turmina	7	2,80	5	3,00	12	5,80	7,50	6,99	Aprovado
8	591305	09/02/1966	Vilso Souza Dos Santos	1	0,40	2	1,20	3	1,60	7,75	5,90	Aprovado
9	591390	26/12/1982	Edimar Cardoso Moreira	6	2,40	8	4,80	14	7,20	4,50	5,31	Aprovado
10	591601	21/05/1990	Fernando Girardello	6	2,40	3	1,80	9	4,20	5,50	5,11	Aprovado
	589674	06/11/1980	Amilto Biazin	5	2,00	3	1,80	8	3,80	5,50	4,99	Reprovado
	589860	22/01/1967	Genesio Antonio Vaz	4	1,60	4	2,40	8	4,00	0,00	1,20	Reprovado

Professor área I - Educação Infantil (habilitado) | Ensino Superior (com prova de títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	590598	10/08/1992	Rozimeri Aparecida Bernar-delli	5	1,25	14	4,20	19	5,45	1,00	6,45	Aprovado
2	591343	02/10/1988	Raquel Da Silva Gitrone	7	1,75	11	3,30	18	5,05	1,00	6,05	Aprovado
3	591148	04/04/1978	Luzia Erlani Goncalves Lussani	6	1,50	11	3,30	17	4,80	1,00	5,80	Aprovado
4	590220	24/11/1979	Marcia Manera Brena	3	0,75	13	3,90	16	4,65	1,00	5,65	Aprovado
5	591787	21/11/1991	Ana Paula Kuemanski	4	1,00	11	3,30	15	4,30	1,00	5,30	Aprovado
6	590902	12/02/1988	Rubieli Aparecida Garbin	7	1,75	11	3,30	18	5,05	0,00	5,05	Aprovado
7	591209	11/04/1975	Diana Terezinha Pegorini Bertuzzi	3	0,75	11	3,30	14	4,05	1,00	5,05	Aprovado
8	591568	15/11/1972	Rosa Busin	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado
9	590225	30/12/1981	Cledineia Picchi De Souza	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado
10	590208	15/10/1984	Vandra Cecatto De Oliveira	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado
	590451	03/09/1992	Andressa Tomazini Rosaneli	4	1,00	13	3,90	17	4,90	0,00	4,90	Reprovado
	590788	15/10/1989	India Nara Turmina	7	1,75	10	3,00	17	4,75	0,00	4,75	Reprovado
	591467	08/02/1979	Sandra Regina Previatti	4	1,00	9	2,70	13	3,70	0,00	3,70	Reprovado
	589967	23/01/1968	Ilse Eckert Vicente	4	1,00	7	2,10	11	3,10	0,00	3,10	Reprovado
	588205	13/04/1989	Aline Spricigo	5	1,25	9	2,70	14	3,95	0,00	3,95	Reprovado
	589941	13/07/1980	Joceni Bertan	3	0,75	7	2,10	10	2,85	0,00	2,85	Reprovado
	589308	26/11/1988	Andreia Perboni	2	0,50	7	2,10	9	2,60	0,00	2,60	Reprovado

Professor área II - Séries Iniciais (habilitado) | Ensino Superior (com prova de títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	591481	30/10/1990	Karine De Souza Campanha	7	1,75	14	4,20	21	5,95	0,00	5,95	Aprovado
2	591170	27/01/1982	Eva De Lurdes Inacio Grolli	5	1,25	14	4,20	19	5,45	0,00	5,45	Aprovado
3	591153	20/01/1983	Giamili Rossoni Turmina	3	0,75	12	3,60	15	4,35	1,00	5,35	Aprovado
4	589979	10/05/1976	Lorete Zanco Mores	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado
	588780	24/12/1982	Soraia Irrigaray Zapata	3	0,75	11	3,30	14	4,05	0,00	4,05	Reprovado
	590634	09/05/1972	Lorinete da Aparecida de Jesus	2	0,50	11	3,30	13	3,80	0,00	3,80	Reprovado
	589557	02/12/1967	Eronita Esteves Da Silveira	3	0,75	6	1,80	9	2,55	0,00	2,55	Reprovado

Professor área III - Educação Física (habilitado) | Ensino Superior (com prova de títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
	588059	23/06/1987	Lediane Marin Toigo	7	1,75	9	2,70	16	4,45	0,00	4,45	Reprovado
	591756	26/09/1983	Abel Da Silva Debastiani	5	1,25	9	2,70	14	3,95	0,00	3,95	Reprovado
	590870	26/11/1991	Pedro Martins Rodrigues	5	1,25	8	2,40	13	3,65	0,00	3,65	Reprovado
	590203	23/04/1994	Tais Karine Pagnoncelli	7	1,75	6	1,80	13	3,55	0,00	3,55	Reprovado
	591752	05/07/1978	Gilmar Alves Da Silva	5	1,25	6	1,80	11	3,05	0,00	3,05	Reprovado
	590260	19/08/1992	Jhonatan Comin	2	0,50	8	2,40	10	2,90	0,00	2,90	Reprovado
	588701	10/07/1987	Daiane Nara Belatto	4	1,00	4	1,20	8	2,20	0,00	2,20	Reprovado
	588928	21/02/1993	Analice Mattiello	3	0,75	3	0,90	6	1,65	0,00	1,65	Reprovado

Professor área IV - Informática (habilitado) | Ensino Superior (com prova de títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
	590897	09/09/1994	Fabricio Artur Cuchi	0	0,00	4	1,20	4	1,20	0,00	1,20	Reprovado

	590270	10/09/1975	Denilson Soares Ramos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	Ausente
--	--------	------------	-----------------------	---	------	---	------	---	------	------	------	---------

Servente (sexo feminino) | Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação		
				Acertos	Nota	Acer-tos	Nota					
1	591751	16/11/1988	Angelica Cuchi	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado		
2	589996	24/07/1980	Clecimar Silva	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado		
3	591480	05/08/1989	Edrieli Girardi	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado		
4	591174	25/10/1994	Carine Madella	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado		
5	591040	21/07/1998	Jaine Lorete De Souza Girardello	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado		
6	590892	22/05/1984	Leila Jung	4	1,60	8	4,80	12	6,40	Aprovado		
7	590763	14/02/1994	Raquel Ribeiro Dos Santos	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado		
8	591075	25/10/1995	Elizangela Paula Ribeiro	4	1,60	7	4,20	11	5,80	Aprovado		
9	588177	25/06/1985	Juliana Alves Brum	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado		
10	591136	14/02/1973	Marilene Basi	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado		
11	591734	16/11/1992	Edirleia Santetti	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado		
12	591002	31/12/1978	Clarice Francisconi Mores	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado		
13	589287	23/04/1983	Rosenilda Camargo	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado		
14	591645	13/10/1983	Jocemara Cordeiro Da Silva De Oliveira	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado		
15	591728	20/08/1987	Sirlei Barbosa Ribeiro	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado		
	588765	02/08/1984	Simara Cardoso	3	1,20	6	3,60	9	4,80	Reprovado		
	591640	01/03/1986	Geni Da Silva	6	2,40	4	2,40	10	4,80	Reprovado		
	591299	25/08/1998	Elis Regina De Oliveira	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Reprovado		
	591781	11/04/1982	Ivonete Maciel	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Reprovado		
	590690	16/12/1985	Marini De Oliveira	6	2,40	3	1,80	9	4,20	Reprovado		
	591762	09/10/1992	Terezinha Pereira	2	0,80	5	3,00	7	3,80	Reprovado		
	590683	16/04/1993	Fracieli De Oliveira Ribeiro	2	0,80	5	3,00	7	3,80	Reprovado		
	591525	07/11/1984	Terezinha Salete Machado Rosa	4	1,60	3	1,80	7	3,40	Reprovado		
	589405	22/07/1994	Vaneli Pereira	4	1,60	3	1,80	7	3,40	Reprovado		
	591624	20/10/1982	Marioni Dos Santos	2	0,80	2	1,20	4	2,00	Reprovado		
	591379	27/10/1978	Salete Ferraz	1	0,40	2	1,20	3	1,60	Reprovado		
	589983	06/02/1990	Marizete Maciel	2	0,80	1	0,60	3	1,40	Reprovado		
	588698	21/08/1978	Luzia Camargo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Reprovado		

Técnico em Enfermagem | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação		
				Acertos	Nota	Acer-tos	Nota					
1	591833	10/10/1991	Luciane Eva Such	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado		
	588866	19/10/1977	Katia Cilene Goncalves Da Silva	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Reprovado		
	591168	29/06/1960	Judite Mocellin	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Reprovado		

Correia Pinto

PREFEITURA

DECRETO Nº 1154/2017

DECRETO Nº 1154/2017
DE 06 DE ABRIL DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, DECRETA:

“ALTERA O ART. 2º, DO DECRETO Nº 950, DE 26 DE MARÇO DE 2015, QUE NOMEIA EQUIPE TÉCNICA DE APOIO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - O art. 2º, do Decreto nº 950, de 26 de março de 2015, que institui e nomeia a Equipe Técnica de Apoio para a elaboração do Plano Municipal de Educação, passa a vigorar, com a nomeação dos seguintes membros:

“Art. 2º -

I – Cleomara Fiamoncini Rodrigues – Coordenadora;

II – Iris Adriana Leczmam Piola Ferreira;

III – Verocilda Aparecida Bastos;

IV – Tania Aparecida da Silva;

V – Ester Noeli Marques da Silva;

VI – Silvana Maria dos Santos;

VII – Maria Zenaide Furtado Vieira;

VIII – Rosana Káthia Alves Júlio;

IX – Neusa Tibes;

X – Nilce Chaves de Souza;

XI – Ângela Maria Goulart;

XII – Silvia Picolli Bitencourt;

XIII – Vilma das Graças da Silva Wolinger Costa;

XIV – Gilvane Arruda;

XV – Silvia Floriano;

XVI – Valdete Capistrano Sardá Canani;

XVII – Rita de Cassia dos Santos Bastos Ludwig”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de abril de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 06 de abril de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1155/2017

DECRETO Nº 1155/2017
DE 10 DE ABRIL DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

“ AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRAS PARA FINS DE UNIFICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - Autoriza o desmembramento de uma área de terras de

157,00m² (cento e cinquenta e sete metros quadrados), de uma área maior com superfície total de 775,93m² (setecentos e setenta e cinco metros quadrados e noventa e três decímetros quadrados), de propriedade do Sr. Luis Carlos Antunes de Lima e Libania Terezinha Diniz de Lima, situada na Avenida Tancredo Neves, município de Correia Pinto, matrícula sob nº 3.078 do Cartório de Registro de Imóveis de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, para unificação em uma área de terras de 193,37m² (cento e noventa e três metros quadrados e trinta e sete decímetros quadrados), de propriedade da Sra. Enedina Pereira Rodrigues de Miranda, situada na Avenida Tancredo Neves, município de Correia Pinto, matrícula sob nº 3.170 do Cartório de Registro de Imóveis de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A área remanescente, da matrícula nº 3.078, passará a constituir-se de um terreno urbano com área superficial de 618,93m² (seiscentos e dezoito metros quadrados e noventa e três decímetros quadrados), situada na Avenida Tancredo Neves, município e comarca de Correia Pinto/SC, com as seguintes medidas de confrontações: inicia-se no vértice denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema de Referências Geocêntrico para as Américas, DATUM – SIRGAS2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 563091.688 m e N = 6947973.350 M dividindo-o com AVENIDA TANCREDO NEVES; Daí segue confrontando com AVENIDA TANCREDO NEVES com o azimute de 148°42'58" e a distância de 8.33n até o vértice '1' (E=563096.014 m e N= 6947966.231 m); Daí segue confrontando com MARIA HELENA CASSOL (INVENTARIAMENTE), OBJETO DA MATRÍCULA Nº 1.712 DO 3º RI DE LAGES E EDEMAR BASTOS MUNIZ E SUA ESPEOSA JOSIELI ALVES DE ALMEIDA, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 1.109 DO RI DE CORREIA PINTO com azimute de 237°36'53" e a distância de 44,33 m até o vértice '2' (E= 563058.581 m e N= 6947942.489 m); Daí segue confrontando com AURINO WELTER E SUA ESPOSA MARIA ALUCI DE LIZ WELTER

com o azimute de 323°19'59" e a distância de 24,89 m até o vértice '3' (E= 563043.717 m e N=6947962.456 m); Daí segue confrontando com MARIA DOS PRAZERES PETRY, OBJETO DA TRANSCRIÇÃO Nº 6.304 DO 3º RI DE LAGES com azimute de 58°28'28" e a distância de 8.20 m até o vértice '4' (E= 563050.704 m e N= 6947966.742 m); Daí segue confrontando com ENEDINA PEREIRA RODRIGUES DE MIRANDA, ÁREA DESMEMBRADA DA MATRÍCULA Nº 3.078 DO RI DE CORREIA PINTO com o azimute de 148°19'22" e a distância de 9,21 m até o vértice '5' (E=563055.539 m e N=6947958.906 m). Daí segue com o azimute de 58°36'14" e a distância de 17.02 m até o vértice '6' (E=563070.063 m e N= 6947967.770 m); Daí segue confrontando com MARIA ROSÁRIA NUNES MADRUGA, OBJETO DA TRANSCRIÇÃO Nº 7.431 DO 3º RI DE LAGES com o azimute de 149°49'24" e a distância de 6,42 m até o vértice '7' (E=563073.291 m e N=6947962.218 m); Daí segue com o azimute de 58°49'17" e a distância de 21,50 m até o vértice '0=99' (E=563091.688 m e N= 6947973,350 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 618,93 m².

Art. 3º - A área de 157,00m² (cento e cinquenta e sete metros quadrados), que será unificada à área da matrícula nº 3.170, passará a constituir-se de um terreno urbano com área superficial de 350,37 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados e trinta e sete decímetros quadrados), situada à direita da Avenida Presidente Tancredo NEVES, distante 56,36m da esquina formada com a rua Ema Sevei de Oliveira, município e comarca de Correia Pinto/SC, com as

seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no vértice denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema de Referências Geocêntrico para as Américas, DATUM – SIRGAS2000, MC-51° W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 563082.555 m e N= 6947986.312 m dividindo-o com AVENIDA TANCREDO NEVES; Daí segue confrontando com AVENIDA TANCREDO NEVES com o azimute de 148°53'24" e a distância de 9,79m até o vértice '1' (E=563087.611 m e N= 6947977.934 m). Daí segue confrontando com MARIA ROSÁRIA NUNES MADRUGA, OBJETO DA TRANSCRIÇÃO Nº 7.431 DO 3º RI DE LAGES com azimute de 239°55'12" e a distância de 20.28 m até o vértice '2' (E=563070.063 m e N= 6947967.770 m); Daí segue confrontando com LUIZ CARLOS ANTUNES DE LIMA, área remanescente da matrícula nº 3.078, do RI de Correia Pinto/SC com o azimute de 238°36'14" e a distância de 17,02 m até o vértice '3' (E=563055.539 m e N=6947958.906 m); Daí segue com azimute de 328°19'22" e a distância de 9,21 m até o vértice '4' (E=563050.704 m e N= 6947966.742 m); Daí segue confrontando com MARIA DOS PRAZERES PETRY, OBJETO DA TRANSCRIÇÃO Nº 6.304 do 3º RI DE LAGES com azimute de 58°28'28" e a distância de 17.01 m até o vértice '5' (E= 563065.208 m e N= 6947975.639 m); Daí segue o azimute de 58°23'52" e a distância de 20.37 m até o vértice '0=PP" (E= 563082.555) m e N=6947986.312 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 350,37 m².

Art. 4º - O desmembramento para fins de unificação, autorizado pelo presente Decreto, se dá conforme solicitação do proprietário, constante do Requerimento Administrativo nº 224, de 27 de março de 2017.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 10 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 10 de abril de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/17 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 014/17

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 12/04/2017 às 09h00min do dia 26/04/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 26/04/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 12 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunhaporã

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº 21/2017

Partes: Município de Cunha Porã e as Empresas Gráfica & Editora Erdmann Ltda, Carlos Giovanni Biguelini ME e Jeferson Lopes.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO.

Processo Licitatório: nº 449/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 28/2017

Valor Total Registrado:

Empresa Proponente Vencedora:	Valor Total R\$
GRAFICA & EDITORA ERDMANN LTDA	10.095,50
CARLOS GIOVANI BIGUELINI ME	13.283,50
JEFERSON LOPES	10.564,00

Data: 07/04/2016, vigência por um ano.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 022/2017

Partes: Município de Cunha Porã e as Empresas Marciano Pasqualotto.

Processo Licitatório: 0336/2017. Modalidade: Pregão nº: 022/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS; SERVIÇO DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE ABASTECIDOS E COM MOTORISTA; SERVIÇOS DE MAQUINAS ABASTECIDAS E COM OPERADOR PARA ACOMPANHAR E AUXILIAR A FROTA DO MUNICÍPIO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

Valor: Cota Principal: R\$ 525.496,60-Cota Reserva: R\$ 155.500,00 -Cota Exclusiva: R\$ 121.000,00.

Vigência: 07/04/2017 a 07/04/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 57/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 057/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa Ricardo Andreski Moita – ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UM MÉDICO CLINICO GERAL EM CARÁTER EMERGENCIAL, COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS.

Processo Licitatório: nº 0617/2017.

Modalidade: Dispensa por Justificativa nº. 0575/2017

Valor: R\$ 16.000,00.

Vigência: 04/04/2017 a 04/05/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.850/2017

DECRETO Nº 4.850/2017

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei n. 5.851/2016

DECRETA

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 83.713,80 (oitenta e três mil, setecentos e treze reais, oitenta centavos) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016,

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO

4471000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PUBLICOS

..... R\$ 83.713,80

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO

3371000000.00.1000 TRANSFERENCIA A CONS. PÚBLICOS

..... R\$ 83.713,80

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de março de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de março ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.851/2017

DECRETO Nº 4.851/2017

ESTABELECE PRAZO DE VENCIMENTOS E DESCONTOS NO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PARA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma do artigo 241 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 028 de 17/12/2002 - Código Tributário Municipal com a nova redação da Lei Complementar n. 111/2014,

DECRETA

Art. 1º - Ficam fixadas em seis o número de parcelas para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, com vencimento nas datas abaixo relacionadas, referente ao exercício financeiro de 2017:

1ª parcela – 12 de maio de 2017

2ª parcela – 12 de junho de 2017

3ª parcela – 11 de julho de 2017

4ª parcela – 11 de agosto de 2017

5ª parcela – 11 de setembro de 2017

6ª parcela – 11 de outubro de 2017

Art. 2º - Para o pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU no exercício financeiro de 2017, fica fixado em 15% (quinze por cento) o desconto em parcela única, com vencimento em 12 de maio de 2017.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 29 de março de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.852/2017

DECRETO Nº 4.852/2017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PREVISTO NA LEI Nº 5.882/2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

D e c r e t a

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do orçamento da Prefeitura de Curitibanos no valor de R\$ 56.187,71 (Cinquenta e seis mil, cento e oitenta e sete reais, setenta e um centavos) para atender as ações desenvolvidas pela administração, na forma autorizada na Lei nº 5.882/2017 a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2090 MANUT. DAS AÇÕES FNAS - ACESSUAS

3390000000000.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

... R\$ 56.187,71

Art. 2º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no superávit financeiro de TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS/União do exercício de 2016 conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de abril de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

DECRETO Nº 4.853/2017

DECRETO Nº 4.853/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS CONFORME LEI Nº 5.883/2017

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Decreta

Art. 1º Fica incluído no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma autorizada na Lei nº 5.883/2017:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
33900000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.883/2017, no montante de R\$ 45.895,19 (quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais, dezenove centavos) a saber:

SUPLEMENTA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
33900000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.895,19

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 45.895,19

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro dos RECURSOS ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017

Art. 4º. Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista na Lei nº 5.883/2017.

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2094 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL ESP. DE ALTA COMPL. - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2095 AÇÕES DO BL. PROT. ESP. DE MÉDIA COMPL. - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL BÁSICA - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2097 AÇÕES DO BL. DA GESTÃO DO SUAS - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2098 AÇÕES BL. GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2099 AÇÕES DO BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma da Lei nº 5.883/2017, no montante de R\$ 394.395,93 (trezentos e noventa e cinco reais, noventa e três centavos) a saber:

SUPLEMENTA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2094 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL ESP. DE ALTA COMPL. - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 71.748,27

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2095 AÇÕES DO BL. PROT. ESP. DE MÉDIA COMPL. - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.357,05

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL BÁSICA - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.801,02

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2097 AÇÕES DO BL. DA GESTÃO DO SUAS - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.029,49
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.068,82

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2098 AÇÕES BL. GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO - FEDERAL
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 64.958,31
44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.217,59

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2099 AÇÕES DO BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA
33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 215,38

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 394.395,93

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro dos RECURSOS TRANSFERIDOS PELO GOVERNO FEDERAL ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 7º Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista na Lei nº 5.883/2017:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/FMAS
33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 8º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.883/2017, no montante de R\$ 19.646,14 (dezenove mil, seiscentos e quarenta e seis reais, quatorze centavos) a saber:

SUPLEMENTA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/FMAS
33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.646,14

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.646,14

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso ESTADUAL ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de abril de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

DECRETO Nº 4.854/2017

DECRETO Nº 4.854/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NA FORMA DA LEI Nº 5.884/2017

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, D e c r e t a

Art. 1º. Fica incluído no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes

de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei nº 5.884/2017:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
44900000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei nº 5.884/2017, no montante de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
44900000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 900.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 900.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de abril de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2017

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa e MEDICALBLU EQUIP. MEDICOS E HOSP. LTDA, com o valor de R\$ 1.779,60 (um mil setecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA DO PROGRAMA TELESAUDE, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. CONFORME LEI 8.666/93, ART. 25 INCISO I, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 10 de abril de 2017.

Diego Sebem Wordell Angela de Fátima Menegazzo
Presidente da Comissão Membro

Rosângela de Fátima Borges
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso I dou como aprovada.
Curitiba, 10 de abril de 2017.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Curitiba, 10 de abril de 2017.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Municipal de Saúde

LEI Nº 5.878/2017

LEI Nº 5.878/2017

ESTABELECE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos de Curitiba para 2017 é fixada em 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento) a incidir sobre a remuneração do servidor a partir do mês de março de 2017, conforme variação do índice do IPCA acumulado nos últimos 12 meses (Lei n. 4.087 de 11/07/2007).

Art. 2º. O piso salarial para os profissionais do magistério público municipal da educação básica é de R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais, oitenta centavos) – Professores Nível I 40 horas, com vigência desde 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Vetado

Art. 4º. A concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 1º, incidirá sobre todos os níveis de vencimentos, salários e proventos, cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores públicos de Curitiba, inclusive aos Agentes comunitários de saúde, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 5º. Os proventos do pessoal inativo e pensionista do Poder Executivo e do Instituto próprio de Previdência serão aumentados na mesma proporção e na mesma data.

Art. 6º. O piso mínimo de vencimento no âmbito da administração municipal será de R\$ 1.017,37 (um mil, dezessete reais, trinta e sete centavos), ficando o Poder Executivo autorizado a conceder gratificação complementar aos servidores cujos vencimentos não atingirem o valor do piso municipal de vencimento.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de março de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de março do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.879/2017

LEI Nº 5.879/2017

ESTABELECE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo de Curitiba para 2017, é fixada em 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento), a incidir sobre a remuneração dos servidores a partir do mês de março de 2017, conforme variação do índice do IPCA acumulado nos últimos 12 meses (Lei Municipal nº 4.087 de 11/07/2007).

Art. 2º A concessão da revisão geral anual que trata esta lei, incidirá sobre todos os níveis de vencimentos, salários e proventos, cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores públicos do Poder Legislativo de Curitiba/SC.

Art. 3º A revisão geral anual prevista nesta Lei não se aplica aos subsídios dos vereadores.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de março de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.880/2017

LEI Nº 5.880/2017

INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI Nº 5.833/2016 QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA EXERCÍCIO DE 2017 – LDO/2017.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica incluída no Relatório das Metas e prioridades das despesas por programa da Lei n. 5.833/2016 que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, a seguinte ação:

Ações :1.041 Construção de Ponto de ônibus

Art. 2º. Fica inserido no art. 1º da Lei 5.877/2017 o parágrafo único, contando com a seguinte redação:

“Parágrafo Único: Pela presente lei ficam convalidados os efeitos da abertura de crédito especial no orçamento previstos na Lei 5.875/2017. “

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de março de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.881/2017

LEI Nº 5.881/2017

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2014-2017

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação no Anexo Programas de Governo constantes da lei nº 5.051/2013 que compõem o Plano Plurianual 2014-2017, conforme abaixo:

Programa 018 – PERIMETRO URBANO
Ações : 1.041 – Construção de Ponto de ônibus

Art. 2º. Fica inserido no art. 5º da Lei 5.051/2013, o parágrafo único, contando com a seguinte redação:

“ Paragrafo Único: Pela presente Lei ficam convalidados os efeitos da abertura de crédito especial no orçamento previsto na Lei 5.875/2017. “

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de março de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.882/2017

LEI Nº 5.882/2017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do orçamento da Prefeitura de Curitiba no valor de R\$ 56.187,71 (Cinquenta e seis mil, cento e oitenta e sete reais, setenta e um centavos) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2090 MANUT. DAS AÇÕES FNAS - ACESSUAS

3390000000000.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 56.187,71

Art. 2º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no superávit financeiro de TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS/União do exercício de 2016 conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de abril de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

LEI Nº 5.883/2017

LEI Nº 5.883/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL

33900000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 45.895,19 (quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais, dezenove centavos) a saber:

SUPLEMENTA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL

33900000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.895,19

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 45.895,19

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro dos RECURSOS ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2094 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL ESP. DE ALTA COMPL. - FEDERAL

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2095 AÇÕES DO BL. PROT. ESP. DE MÉDIA COMPL. - FEDERAL

31900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL BÁSICA - FEDERAL

31900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2097 AÇÕES DO BL. DA GESTÃO DO SUAS - FEDERAL

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2098 AÇÕES BL. GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO - FEDERAL

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2099 AÇÕES DO BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do

orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 394.395,93 (trezentos e noventa e cinco reais, noventa e três centavos) a saber:

SUPLEMENTA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2094 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL ESP. DE ALTA COMPL. - FEDERAL

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 71.748,27

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2095 AÇÕES DO BL. PROT. ESP. DE MÉDIA COMPL. - FEDERAL

31900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.357,05

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 AÇÕES DO BL. PROT. SOCIAL BÁSICA - FEDERAL

31900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.801,02

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2097 AÇÕES DO BL. DA GESTÃO DO SUAS - FEDERAL

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.029,49

44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.068,82

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2098 AÇÕES BL. GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO - FEDERAL

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 64.958,31

44900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.217,59

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2099 AÇÕES DO BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA

33900000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 215,38

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 394.395,93

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro dos RECURSOS TRANSFERIDOS PELO GOVERNO FEDERAL ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/FMAS

33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 8º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 19.646,14 (dezenove mil, seiscentos e quarenta e seis reais, quatorze centavos) a saber:

SUPLEMENTA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/
FMAS
33900000000.00.3065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.646,14
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.646,14

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso ESTADUAL ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de abril de 2017.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

LEI Nº 5.884/2017

LEI Nº 5.884/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

INCLUI FONTE DE RECURSO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 900.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 900.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2016, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de abril de 2017.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.885/2017

LEI Nº 5.885/2017

INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI Nº 5.833/2016 QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA EXERCÍCIO DE 2017 – LDO/2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica incluída no Relatório de Metas e Prioridades das Despesas por programas da Lei n. 5.833/2016, , a seguinte ação:

Programa 005 – ASSISTÊNCIA GERAL
Ações : 2.090 Manutenção das ações FNAS ACESSUAS

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de abril de 2017.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Marcio Damiani Poletto de Souza
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Descanso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017

Objeto: Contratação de serviços de transporte de calcário, com subsídio de 50%, do armazém da Cooper A1 de Descanso até as propriedades rurais, conforme Lei Municipal 71/97, que dispõe sobre concessão de incentivos agropecuários e lei 1508/17 que dispõe sobre o bônus fiscal para o ano de 2017. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 26/04/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 11 de Abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

ADITIVO 3 - PROC.35-2015

Dionísio Cerqueira, 11 de Abril de 2017
Aditivo Nº : AD03/2017 - Contrato Nº: 014/2015 FMS
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: CARLOS BRANDÃO DOS SANTOS
Valor : 8.610,00 (oito mil seiscentos e dez reais)
Vigência : Início: 17/03/2017 Término: 21/09/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 35/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE CASA EM ALVENARIA LOCALIZADA NA AVENIDA WASHINGTON LUIZ Nº 483, CENTRO, DIONÍSIO CERQUEIRA SC PARA FUNCIONAMENTO DO CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS.

Dionísio Cerqueira, 11 de Abril de 2017

CONVOCAÇÃO DO EDITAL 01/2016

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.472/2016, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 01/2016 convoca a candidata abaixo relacionada para escolha de vaga e ocupar função, no prazo de 15 dias, para sua devida contratação.

ASSISTENTE SOCIAL

Ivanete Gonçalves

Dionísio Cerqueira -SC, 11 de abril de 2017.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. www.diariomunicipal.sc.gov.br

ELTON MIGUEL SANTIN
Gerente de Administração/RH

CONVOCAÇÃO DO EDITAL 01/2016 2

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.472/2016, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 01/2016 convoca a candidata abaixo relacionada para escolha de vaga e ocupar função, no prazo de 15 dias, para sua devida contratação.

ASSISTENTE SOCIAL

Daniela Brun Polo

Dionísio Cerqueira -SC, 11 de abril de 2017.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. www.diariomunicipal.sc.gov.br

ELTON MIGUEL SANTIN
Gerente de Administração/RH

CONVOCAÇÃO DO EDITAL 02/2016 10

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso Público Teste Seletivo Edital de 02/2016 convoca os candidatos abaixo relacionados para escolha de vagas e ocupar função, a realizar-se no dia 11 de abril de 2017, as 14 horas, na sala da Secretaria Municipal de Educação, junto a prefeitura municipal, para sua devida contratação.

	Professor de Educação Infantil – Não Habilitado Modalidade B
	Roseli Maria Wagner
	Aline Beal

Professor de Serie Iniciais – Não Habilitado | Modalidade B

Ivonete de Camargo Pavin

Tainara Borges Faquinello

Dionísio Cerqueira -SC, 20 de Março de 2017.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM. www.diariomunicipal.sc.gov.br

ELTON MIGUEL SANTIN
Gerente de Administração/RH

DECRETO Nº 5672/2017

DECRETO Nº 5672/2017

“REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ARTIGO 15 DA LEI FEDERAL 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA: DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para compras e serviços no âmbito da administração direta e indireta do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; e

IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art. 3º Poderá ser adotado o Sistema de Registro de Preços nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Município;

II - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos ou entidades para participarem do registro de preços;

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

IV - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

V - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VII - realizar o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VIII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores para atendimento às necessidades da administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

IX - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado da ata de Registro de Preços;

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

XI - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informar-lhes da peculiaridades do SRP e coordenar juntamente com os órgãos participantes a qualificação mínima dos respectivos gestores.

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos à sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar junto ao órgão gerenciador sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§1º. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§2º. Cabe ainda ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do

fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados e encaminhar, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratuais assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis 8.666 de 1993 e 10.520 de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes no prazo de validade do registro;

III - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - prazo de validade do registro de preço;

VI - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

VIII - penalidades por descumprimento das condições;

IX - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

X - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

Art. 8º. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 9º. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - será incluído, na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

II - o preço registrado com a indicação dos respectivos fornecedores será divulgado em órgão oficial da Administração e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18.

§ 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

§ 3º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

Art. 10º. O prazo de validade da ata de registro de preços não poderá ser superior a um ano, computados neste as eventuais prorrogações.

§ 1º - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º- A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º- Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º- O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 11º. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços e após cumpridos os requisitos de publicidade terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 12º. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 13º. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 14º. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos

fornecedores, observadas ainda as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15º. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

II - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

III - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

IV - Fracassada a negociação, a Administração realizará nova licitação pública para aquisição do respectivo objeto, podendo ainda optar pela realização de novo registro de preços."

Art. 16º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, pela superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilbrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

I - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, bem como para assegurar a impossibilidade de fornecimento do produto pelo preço do primeiro colocado;

II - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

III - frustrada a negociação e reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar às condições efetivas da proposta inicialmente registrada."

Art. 17º. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - estiverem presentes razões de interesse público;

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 18º. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19º. A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 20º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 DE ABRIL DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

NORMELIO PERCIO
Secretário Municipal

EXTRATO PREGAO 16.2017 FMS

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.773/0001-74, com sede na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC, promove Processo Licitatório nº16/2017, Edital de Pregão Nº16/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS (SUPERIOR E INFERIOR) E PRÓTESES DENTÁRIA PARCIAL REMOVÍVEL (SUPERIOR E INFERIOR), DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 26/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 e na webpage: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC, 11 de abril de 2017. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PP 07-2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17

CONTRATADO: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES PARA SUBSIDIO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA NO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.292,50 (vinte e dois mil duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 11/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/17

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/17

CONTRATADO: SEMEX DO BRASIL COM. DE IMP. E EXP. LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES PARA SUBSIDIO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA NO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 83.005,00 (oitenta e três mil e cinco reais)

DATA: 11/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 21/2017

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 21/2017

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 56/2015, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 27/04/2016, Hora: 09h00min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 27/04/2016, Hora: 09h30min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 10 de abril de 2017.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 005/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 007/2017
Edital de Pregão nº 005/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de um Veículo Novo Tipo Van para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Erval Velho, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 26/04/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 026/2017
Edital de Pregão nº 017/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Peças e Retífica do motor do Caminhão MGV 3354 conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 26/04/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 791/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Convite

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 791/2017

MODALIDADE: Convite nº. 01/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço por Lote

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ESTRUTURA METÁLICA COM TELHADO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA DE CARNES E CHURRASQUEIRA NA LINHA FLOR DA SERRA NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 13 de abril de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 20 de abril de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

DECRETO Nº 37/2017

	DECRETO N.º 00 37/2017
	SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER , Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 663/2016.

DECRETA:

ART. 1º Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Administração, a importância de R\$ 1.000,00 (mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.01 – Departamento de Administração
06.181 – Policiamento
06.181.0004 – Administração Geral e Planejamento

06.181.0004.2.006 – Manut. Conv. Radio Patrulha/Conv.Tansito/Pol.Civil	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL DA FONTE	1.000,00

ART. 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que tratam o artigo 1º, são provenientes na anulação de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
06.181 – Policiamento	
06.181.0004 – Administração Geral e Planejamento	
06.181.0004.2.006 – Manut. Conv. Radio Patrulha/Conv.Tansito/Pol.Civil	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL DA FONTE	1.000,00

ART. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dez de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 143/2017

	PORTARIA Nº 143/2017
	CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO FUNÇÃO GRATIFICADA na ordem de 31% (trinta e um por cento) a partir do mês de abril de 2017, calculada sobre o vencimento base ao servidor municipal ROGÉRIO PERIN, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, para desempenhar a função de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 33/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 33/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

Entrega dos Envelopes: 08:00 do dia 27/04/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:00 do dia 27/04/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 11 de Abril de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 183/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/01/2018
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 171/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 02/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio das Secretarias de Ação Social e Saúde, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/01/2018
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 178/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 178/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 03/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de cartuchos e tonners para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/01/2018
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/PMF/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 43/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 00.444.086/0001-41 estabelecida na Rua Severino Pizzetti, 15 – Bairro Ceara – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabiano Ferreira Constantino Ramos, brasileiro, CI 41220001, CPF 038.672.109-26;

2. PLINIO JOSÉ LOPES GUIMARÃES RAMOS EPP, CNPJ/MF nº 79.864.567/0001-66 estabelecida na Rua Alvaro Catão, 638 – Bairro Operária Nova – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Altair Floriano, brasileiro, CI 966425, CPF 376.265.589-87;

3. TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ/MF nº 01.780.703/0001-42 estabelecida na Rua Henrique Lage, 2277 – Bairro Santa Bárbara – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Junior Nunes Passarin, brasileiro, CI 5635007, CPF 032.450.829-83;

4. IMACRI IDROMÁQUINAS CRICIÚMA LTDA, CNPJ/MF nº 78.886.579/0001-29, estabelecida na Rodovia Luiz Rosso, 880 – Bairro Fabio Silva – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabiano Martins, brasileiro, CI 3019973, CPF 454.646.509-20;

5. RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA, CNPJ/MF nº 77.910.693/0001-84, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, Tubarão/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Reginaldo Cachoeira da Silva, brasileiro, CI 2.216.077-9, CPF 630.710.299-34;

Doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e,

considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 43/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota e serviços de mão de obra de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

1.2. Os proponentes vencedores, quando solicitados pelo setor de compras do município, deverão atender as seguintes exigências:

- a) Os produtos deverão ser fornecidos e entregues, conforme solicitação do município, por conta e risco da licitante de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- b) O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.
- c) O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias.
- d) Os produtos serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.
- e) Para os serviços: A licitante poderá prestar os serviços nas dependências da contratada ou da contratante. Porém, caso seja necessário o transporte do equipamento, este será transportado sobre responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser

retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de

pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 43/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Eduardo Wesler, será o gestor/fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar os produtos, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Fabiano Ferreira Constantino
CPF: 038.672.109-26;

PLINIO JOSE LOPES GUIMARÃES RAMOS- EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Plinio Jose Lopes Guimarães Ramos
CPF: 064.399.108-50;

TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Junior Nunes Passarin
CPF: 032.450.829-83;

IMACRI IDROMÁQUINAS CRICIÚMA LTDA

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Fabiano Martins
CPF: 454.646.509-20;

RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Reginaldo Cachoeira da Silva
CPF: 630.710.299-34;

Eduardo Wesler
Administrador da Garagem Municipal
Gestor/Fiscal da Ata

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/ PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 44/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1- COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA ME, CNPJ/MF n.º 08.010.759/0001-67, estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, 860, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Mateus Teodoro Longaretti, brasileiro, CI 4.261.207, CPF 009.597.619-18.

2- JEFERSON DA ROSA, CNPJ/MF n.º 23.748.443/0001-60, estabelecida na Alameda Felipe Arns, 289, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Jeferson da Rosa, brasileiro, CI 4167724, CPF 037.330.869-88.

3- JACKSON DA SILVA STUDIO ME, CNPJ/MF n.º 16.600.308/0001-08, estabelecida na Avenida Leoberto Leal, 1235, São José/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Jackson da Silva, brasileiro, CI 3.383.380, CPF 035.719.849-27.

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 44/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site

www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo de execução dos serviços e entrega constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias.

1.5. Aos DETENTORES DA ATA, fica estabelecido um prazo de 05 (cinco) dias, a partir da assinatura desta, para apresentação de amostra dos itens registrados.

2. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA pela entrega dos serviços em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pela CONTRATADA num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua

assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos serviços aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas

nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o

julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Pre-sencial nº. 44/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. A Sra. Carla Machado Giassi, assessora de comunicação, será a gestora/fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar os produtos, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus

representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 11 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Mateus Teodoro Longaretti

CPF: 009.597.619-18

JEFERSON DA ROSA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Jeferson da Rosa

CPF: 037.330.869-88

JACKSON DA SILVA STUDIO ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Jackson da Silva

CPF: 035.719.849-27;

Carla Machado Giassi

Assessora de Comunicação

Gestora/Fiscal da Ata

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 59/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de maio de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 11 de abril de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº 083, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 083, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA, POR CONCURSO, SIRLENE DOS SANTOS FRANCISCO, PARA EXERCER O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento da vaga Assistente Social;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, SIRLENE DOS SANTOS FRANCISCO para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, classificada em 11º lugar, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de abril de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de abril de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 081 DE 07 DE ABRIL 2017.

DECRETO Nº. 081 DE 07 DE ABRIL 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016; DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 17.688,07 (dezesete mil, seiscentos e oitenta e oito reais, sete centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.011 – Manutenção e Assistência Financeiras de Convênios e Entidades

252 – 3390.00.03.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 15.000,00

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.021 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação

242 – 3390.00.06.52 – Aplicações Diretas
.....R\$ 2.688,07

TOTAL
.....R\$ 17.688,07

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será

utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício de 2016, parcial, por fonte de recursos e excluídos os restos a pagar, das contas bancárias relacionadas abaixo:

. Na despesa 252 saldo da conta nº 30.887-0 do Banco do Brasil S/A;
. Na despesa 242 saldo da conta nº 29.365-2 do Banco do Brasil S/A;
TOTAL
.....R\$ 17.688,07

Art. 3 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de abril de 2017.
DIMAS KAMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de abril de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 082 DE 10 DE ABRIL 2017.

DECRETO Nº. 082 DE 10 DE ABRIL 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso V da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 24.768,76 (vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais, setenta e seis centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

1.005 – Construção, Ampliação, Reforma e Reeq. Unidades Escolares

053 – 4490.00.01.96 – Aplicações Diretas
.....R\$ 24.768,76

TOTAL
.....R\$ 24.768,76

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos a arrecadação referente ao Termo de Repasse FNDE/PAR Nº 32332/2014, creditado na conta 27.419-4, do Banco do Brasil S/A, lançado na rubrica 2.4.7.1.02.00 – Transferência de Convênios da União destinados a Programas da Educação.

TOTAL
.....R\$ 24.768,76

Art. 3 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de abril de 2017.
DIMAS KAMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de abril de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0022-2017-PMF-FEPESE

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0090/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0022/2017

Objeto: Contratação da Fundação de Estudos e Pesquisas Socio-econômicos – FEPESE, para realização de Processo Seletivo, envolvendo planejamento, organização e execução mediante a realização de provas escritas na modalidade objetiva e prática, divulgação na internet, execução e divulgação de todas as etapas do Concurso Público para ingresso no quadro de funcionários do Município de Fraiburgo, Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo, Fundação Municipal de Esportes de Fraiburgo e Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI. Valor estimado do Contrato: R\$ R\$ 181.480,00 (cento e oitenta e um mil quatrocentos e oitenta reais); Vigência: da assinatura do contrato ate o dia 31/12/2017; Fundamento legal: Art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93; Justificativa: Instituição brasileira incumbida de estudos e pesquisas socioeconômicos, sem fins lucrativos (conforme se depreende de seu Estatuto Social), considerando-a ser entidade com notória qualificação técnica e inquestionável reputação ético-profissional.

Fraiburgo(SC), 11 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034_2017-RP 0029 PMF-DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0034/2017– PMF

Registro de Preços Nº 0029/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras e equipamentos de proteção individual, luvas e calçados de segurança, para uso dos servidores do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período de abril a dezembro de 2017. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 25.04.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: ate às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 11 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 13132017

PORTARIA Nº 1313, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário

de Saúde para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.632.179-25, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de abril de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13142017

PORTARIA Nº 1314, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.250.139-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de abril de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13152017

PORTARIA Nº 1315, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.720.519-97, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de abril de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13162017

PORTARIA Nº. 1316, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 165/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Elenice Angélica Zanella Perachi, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELE APARECIDA RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.021.979-19, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de abril de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13172017

PORTARIA N.º 1317, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, LUIZ FELIPE TORCATTO ZANELLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 008.412.789-97, nomeado no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13182017

PORTARIA Nº. 1318, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Em conformidade com a comunicação interna nº 072/2017 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor RENAN ANTONIO THIBES RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.234.709-50, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13192017

PORTARIA Nº. 1319, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 072/2017 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RENAN ANTONIO THIBES RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.234.709-50, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13202017

PORTARIA Nº. 1320, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de CLODOIR BÜLOW, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 052.358.919-02, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 05/2017

RESOLUÇÃO Nº 05/2017

DESIGNA REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO PARA COMPOR O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 34, inciso IV, do Regimento Interno e em atenção ao Ofício datado de 03 de abril de 2017, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Tânia da Silva Ferreira, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam designadas a Vereadora MARTA BACK e a Servidora CLAUDETE SAÚGO, respectivamente, como representante efetiva e suplente desta Casa Legislativa, para composição do FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 11 de abril de 2017.

GERSON DE MATIA

Presidente da Mesa

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO DE CONTRATO 39/2017 - EXAMES LABORATÓRIAS - NICOSARINI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2017

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Extrato de Contrato nº 039/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: NICOSARINI LABORATÓRIOS S/S LTDA – EPP.

CNPJ: 78.497.823/0001-61

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames laboratoriais, para o ano de 2017, aprovados pelo conselho municipal de saúde e homologados pelo decreto nº 858/2017.

Valor: Conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela homologados pelo decreto nº 858/2017.

Vigência: 13/03/2017 à 31/12/2017.

Frei Rogério SC, 13 de março de 2017.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2017 - 091 A 098

DECRETO Nº 091/2017

NOMEIA NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO PARA ANALISAR, REVISAR E ATUALIZAR METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-PMSB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 729/2012 de 31 de julho de 2012, resolve e;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição da Comissão de Avaliação e Atualização das Metas do Plano Municipal de Saneamento Básico que trata a Lei Municipal nº 729/2012 de 31/07/2012, sendo composta conforme segue:

- 1- Raphaela Renata Palauro – Engenheira Civil;
- 2- Alan Paulo Dierings – Fiscal de Tributos;
- 3- Filipe Ademir Martins – Vigilância Sanitária;
- 4- João Paulo Garcia – Secretário Municipal de Saúde;
- 5- Marcos André Cossa – Coordenador Municipal de Defesa Civil;
- 6- Denis Albert Spricigo – Analista de Projetos.

Art. 2º. A Comissão ora constituída, para fazer a atualização das metas, deverá fazer o levantamento das ações executadas ou não no PMSB ligadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário; fazer o levantamento dos resultados financeiros no município; fazer a revisão das projeções populacionais; fazer o levantamento da evolução dos indicadores de saneamento; fazer a consolidação dos relatórios de acompanhamento e redistribuição de metas do PMSB e aprovação em forma de Lei ou Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de março de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 092/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 865/2017 de 27/03/2017, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte programação:

11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0801 – 2.050 – 3190000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo

anterior, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0801 – 2.050 – 3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de março de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 093/2017

CONCEDE EXONERAÇÃO PARA PROFESSOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o requerimento (termo de desistência) formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido exoneração para a servidora Rosane Aparecida Bampi Baggio, ocupante do cargo de professor em caráter temporário, contratada através do Decreto Municipal nº 055/2017 de 07/02/2017, com atuação no Centro Municipal de Educação Infantil, com efeitos a partir do dia 01 de abril de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 094/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o acatamento da Decisão Judicial – Liminar, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Rafael dos Santos Romário, ocupante do cargo de conselheiro tutelar, nomeado através do Decreto Municipal nº 018/2016 de 25/01/2016, exonerado de seu cargo com efeitos

a partir dessa data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 095/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, os eleitos na Eleição para o Conselho Tutelar realizada no dia 04/10/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Francineide Rodrigues Barroso, nomeada para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, com efeitos a partir do dia 06 de abril de 2017 e término previsto para o dia 10 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 096/2017

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor João Maria Cordeiro, nomeado para ocupar o Cargo em Comissão de Gerente, junto a Gerência de Almoxarifado e Estoques, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a partir do dia 04 de abril de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 097/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
06.181.0601 – 2.021 – 4490000000
Aplicações Diretas Fonte 01.0000 R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
06.181.0601 – 2.021 – 3390000000
Aplicações Diretas Fonte 01.0000 R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 098/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 10.166,20 (dez mil, cento e sessenta e seis reais e vinte centavos), decorrente de superávit financeiro, na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
06.181.0601 – 2.021 – 3390000000
Aplicações Diretas Fonte 03.0000 R\$ 10.166,20

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

LEIS 2017- 867 A 867

LEI Nº 867/2017

Disciplina o procedimento para ressarcimento ao Erário Público de valores devidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Galvão – SC, nos casos que menciona e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O procedimento para ressarcimento ao Erário Público de valores devidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Galvão em razão de aplicação de multas resultantes de infração de trânsito quando em condução de veículo do município e seus fundos passará a, obedecer ao disposto nesta lei.

Parágrafo Único: Havendo excludente de responsabilidade na conduta ativa ou omissa do servidor público que restou na infração de trânsito, caberá recurso em sede administrativa do município.

Art. 2º. A aplicação de multa resultante de infração de trânsito à Prefeitura Municipal de Galvão e seus fundos sujeitará o servidor público municipal condutor, a qualquer título, do veículo pertencente à frota municipal ao desconto em sua remuneração do valor da multa, observado o seguinte:

I - recebido o auto de infração em nome da Prefeitura Municipal de Galvão ou seus fundos, o Setor de Patrimônio analisará os dados ali contidos e identificará o servidor que conduzia o veículo descrito;
II - o servidor condutor do veículo será formalmente comunicado do fato e do prazo para, se quiser, providenciar interposição de recurso junto à Junta Administrativa de Recursos de Infrações JARI;
III - provido o recurso a que se refere o inciso II deste artigo, a respectiva documentação será arquivada para fins de controle do Setor de Patrimônio;

IV - não interposto ou não tendo sido provido o recurso a que se refere o inciso II deste artigo, o servidor será formalmente notificado acerca do desconto do valor correspondente à multa em sua remuneração.

Parágrafo Único. A notificação efetivar-se-á pelo comparecimento do servidor perante o setor de Patrimônio, para colheita de sua assinatura, em 03 (Três) vias, na Notificação para Desconto em Folha de Pagamento de que trata o ANEXO-I desta lei:

I - 01 (uma) via ser arquivada no setor de Patrimônio, para fins de controle;
II - 01 (uma) via ser entregue ao servidor;
III - 01 (uma) via ser encaminhada ao Departamento Recursos Humanos, para fins de processamento do desconto;

IV - no caso de recusa por parte do servidor em apor sua assinatura na Notificação para Desconto em Folha de Pagamento de que cuida este artigo, tal fato será registrado no próprio Termo e subscrito por 02 (duas) testemunhas devidamente identificadas que o presenciaram, tornando-o apto a produzir os seus devidos efeitos legais.

Art. 3º. O desconto na remuneração do servidor deverá:

I - atender ao limite estabelecido no art. 51 da Lei nº 520/2005, sendo facultado ao servidor optar pelo desconto integral do valor;
II - ser processado no mês seguinte à notificação do servidor.

§ 1º. Haverá o desconto da importância integral ou o que dela restar, em caso de parcelamento anterior, sobre eventuais valores rescisórios decorrentes de qualquer das formas de desligamento do servidor desta Prefeitura Municipal.

§ 2º. No caso de saldo insuficiente para o desconto referido no § 1º, o servidor poderá efetuar o pagamento através da Guia de Arrecadação Municipal, sob pena de inscrição na dívida ativa do Município.

Art. 4º. O setor de Patrimônio utilizará meios eficazes de controle da utilização dos veículos pertencentes à frota municipal e seus fundos, objetivando assegurar a correta identificação do servidor que os conduz, dentre eles:

I - planilha de tráfego a qual passa a ser de uso obrigatório para todos os veículos;

II - Cruzamentos de dados para os veículos que possuam outros relatórios que possam ser utilizados;

Art. 5º. Serão de responsabilidade do setor de Patrimônio, com a colaboração da chefia imediata, a fiscalização e o acompanhamento da tramitação de recursos interpostos junto à JARI, visando à plena aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 6º. O procedimento de ressarcimento instituído nesta Lei não exclui a possibilidade de instauração do devido processo legal para apuração de eventual responsabilidade administrativa, civil ou criminal do servidor.

Art. 7º. Revogados os atos em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 03 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

ANEXO – I

NOTIFICAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

1 . IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

SERVIDOR: _____

ADMISSÃO: _____ CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA: _____
MATRÍCULA: _____

SECRETARIA: _____
DEPTO/SEÇÃO: _____

ENDEREÇO: _____

CPF _____

2 . TIPO DE DESCONTO

2.1) MULTA DE TRÂNSITO: o SIM o NÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: _____

DATA: _____ VALOR: _____

R\$ _____ VEÍCULO _____

MARCA: _____ PLACA: _____

ANO: _____ MODELO: _____

LOCAL: _____

RECURSO À JARI: o NÃO o SIM
Nº: _____ DATA: _____

PROVIMENTO DO RECURSO: o SIM o NÃO

DATA PUBLICAÇÃO DECISÃO: _____

EDIÇÃO Nº: _____

3 - NOTIFICAÇÃO

Fica NOTIFICADO, para os devidos fins, o servidor acima identificado (CAMPO 1), que será descontado em sua remuneração a ser paga no mês posterior à emissão do presente,

o valor equivalente a R\$ _____ (_____), prove-
niente de aplicação de multa de trânsito. (CAMPO 2.1), podendo
optar pela seguinte forma de desconto:
o valor integral;
o 20% parte da remuneração líquida.

Fica ainda NOTIFICADO que haverá o desconto da importância
integral ou o que dela restar, em caso de parcelamento anterior,
sobre eventuais valores rescisórios decorrentes de qualquer das
formas de desligamento desta Prefeitura Municipal.

Por ser verdade, o presente será firmado em três vias de igual teor,
para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Galvão – SC, _____.

Assinatura Servidor

Setor de Patrimônio

Testemunha

Testemunha

PROCESSO DE LICITAÇÃO 024/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 024/2017, Edital de Pregão Presencial 013/2017, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP do TIPO MAIOR DESCONTO POR LOTE até às 13h:20min. do dia 24 de abril de 2017, e fará abertura das mesmas às 13h30min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A EVENTUAL APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUINAS/ ORIGINAIS E ACESSÓRIOS, DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES DO MUNICÍPIO conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 12 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PE017/2017

AVISO RETIFICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o edital de PREGÃO ELETRÔNICO 017/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 03 de abril de 2017, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de monitoramento remoto e serviços eventuais de readequações de Sistemas de Alarme eletrônico, por meio de comunicação via rede wireless outdoor, durante 24h horas/dia, incluindo a locação dos equipamentos de infraestrutura necessários a prestação do serviço.

A retificação promovida refere-se a forma de julgamento da licitação, onde o edital inicialmente publicado previa o julgamento da licitação através do menor preço por item, passando a ser adotado após a retificação a forma de julgamento de menor preço por lote. Considerando que as alterações promovidas influenciam diretamente na formulação das propostas de preço, foram prorrogadas as datas de recebimento e abertura das propostas de preço conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 27/04/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 27/04/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 11 de março de 2017.

Rafael de Souza
Pregoeiro

DECRETO Nº 062, DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO N.º 062, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 14.510,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 14.510,00 (quatorze mil, quinhentos e dez reais), no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	14.510,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	14.510,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	14.510,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 14.510,00 (quatorze mil, quinhentos e dez reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2017
PMG

Ata nº. 065/2017; Processo nº 004/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: AGROWERNER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 86.430.576/0001-04 Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ATRAVÉS DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, LANTERNAGEM/PINTURA E CAPO-TARIA NOS TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS ALOCADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA Data da Assinatura: 11/04/2017.

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 60/2017

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, para comunicação de voz e dados, com fornecimento de aparelhos, em regime de comodato. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 02/05/2017, no Departamento de Compras e Licitações, na Rua São Pedro, nº 128 - Edifício Edson Elias Wieser (2º Andar) – Centro, Gaspar/SC, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA: a partir das 9 horas do mesmo dia e local. A íntegra do Edital está disponível no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 11 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 55/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de troféus e medalhas. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 28/04/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 11/04/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.396, DE 17 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.396, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 01º de março de 2017, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, o servidor efetivo JEFERSON DEBUS, inscrito no CPF sob o nº 050.950.749-23, para exercício de função de confiança de Nível I – Supervisor de Compras, na Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de março de 2017.

Gaspar, 17 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.401, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.401, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, em substituição, os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE:

NovoS MembroS	Entidade
Valéria Teresinha Schmitt Da Cruz – Titular	Representantes do Poder Executivo
Mário Sérgio Crespi - Suplente	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 20 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.402, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.402, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de acompanhamento e controle social do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação, para o término da gestão 2015/2017, conforme segue:

Presidente	Vice – Presidente
Luiz João Firmo CPF nº 181.642.269-04 Representante dos Professores das Escolas Básicas Públicas	Clodoaldo de Oliveira Breda CPF nº 576.451.089-91 Representante do Conselho Municipal de Educação – COMED

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 20 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.423, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.423, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

EXONERA OSNILDO MOREIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR GERAL DE OFICINA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o servidor OSNILDO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 543.061.089-53, do cargo em comissão de Coordenador Geral de Oficina, ref. 50, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 7.285, de 03 de janeiro de 2017, a partir de 02 de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de abril de 2017.

Gaspar, 31 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.424, DE 03 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.424, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCER CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPARGAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 03 de abril de 2017, os servidores abaixo especificados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

I. DELGIO RONCAGLIO, inscrito no CPF sob o nº 294.387.649-68, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Administrativo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda, ref. 55;

II. EVANDRO SCHNEIDER IMHOF, inscrito no CPF sob o nº 895.867.869-00, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador Geral de Logística, da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 50;

III. MARCOS ROBERTO DA CRUZ, inscrito no CPF sob o nº 007.937.979-69, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Compras e Licitações, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão, ref. 55 ;

IV. MARIA HELENA SCHULTZ, inscrita no CPF sob o nº 605.781.739-72, para o exercício do cargo em comissão de Coordenadora Geral SINE, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda, ref. 50;

V. MAURICIO JOSE DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 480.646.889-49, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador Geral Oficina, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ref. 50;

VI. NORBERTO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 601.130.069-34, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Obras do Belchior, do Gabinete do Prefeito e Vice- Prefeito, ref. 55;

VII. OSNILDO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 543.061.089-53,

para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Cemitério, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ref. 55.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de abril de 2017.

Gaspar, 03 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.426, DE 05 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.426, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA ADALBERTO DA COSTA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 04 de abril de 2017, o servidor ADALBERTO DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 382.244.969-53, para o exercício de cargo em comissão de Coordenador de Serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ref. 33, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de abril de 2017.

Gaspar, 05 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.427, DE 07 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.427, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

REAJUSTA TARIFAS PARA O TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TÁXI, NO MUNICÍPIO DE GASPARGAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 3.707, de 02 de junho de 2016,

CONSIDERANDO o pedido formulado pela categoria de taxistas ao Poder Público Municipal, no sentido de rever os valores fixados para a tarifa de transporte individual de passageiros - Táxi;

CONSIDERANDO que o último reajuste efetuado no valor da tarifa para o transporte individual de passageiros - Táxi se deu no ano de 2014, através do Decreto nº 5.751, de 23 de janeiro;

CONSIDERANDO que, desde o último reajuste, inúmeros foram os aumentos verificados em combustíveis, pneus, óleo lubrificantes, entre outros;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustadas as tarifas do transporte individual de passageiros – Táxi, no âmbito do Município, expressas na unidade monetária vigente no País - Real, na forma que segue:

I - R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos) para a Bandeirada;

II - R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para o quilômetro rodado na Bandeira I;

III - R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) para o quilômetro rodado na Bandeira II;

IV - R\$ 27,30 (vinte reais e trinta centavos) para a hora parada;

V - R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) para o quilômetro rodado em viagem fora do município.

Parágrafo único. A Bandeira II será utilizada:

I - nos dias úteis, das 20:00h até as 06:00h da manhã seguinte;

II - nos sábados, das 20:00h às 24:00h do dia;

III - nos domingos e feriados, às 24:00h do dia.

Art. 2º Os veículos de transporte individual de passageiros - Táxi deverão dispor de tabela de tarifas em vigor, a ser fixada no seu interior, em local visível ao usuário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da 00h00min do dia 15 de abril de 2017, ficando revogado o Decreto nº 5.751, de 23 de janeiro de 2014.

Gaspar, 07 de abril de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.428, DE 07 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.428, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CDMCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em substituição, o membro abaixo identificado, para integrar o Conselho Municipal da Criança e Adolescente – CMDCA:

Entidade/Secretaria	Membro Atual	Novo Membro
Secretaria Municipal de Administração e Gestão	Claudionei de Oliveira Suplente	Jorge Luiz Prucínio Pereira Suplente

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de abril de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.429, DE 07 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.429, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

CRIA COMITÊ DE ANÁLISE E APROVAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, PARA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PDDE INTERATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o

art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê de análise e aprovação, da Secretaria Municipal da Educação, para avaliação e aprovação do PDDE Interativo das Unidades Escolares do Município, sendo composta dos seguintes membros:

I. Zilma Mônica Sansão Benevenuto – Secretária Municipal de Educação;

II. Cristiane Luciano Corrêa – Diretora Geral Pedagógica;

III. Luciane Sílvia Martins – Técnica em Projetos;

IV. Lurdes Maria Caresia da Silva – Auxiliar Administrativo;

V. Roseméri Moser Melato - Coordenadora Pedagógica;

VI. Josemar de Souza – Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 6.556, de 28 de agosto de 2015.

Gaspar, 07 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.431, DE 10 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.431, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA os novos MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 3.373, de 21 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros abaixo indicados para integrarem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA:

Entidade	Titular	Suplente
PRESIDENTE / M.A.	ALEXANDRE GEVAERD	RAFAEL WEBER
agricultura	Henrique da Silva Pires	Andre pasqual waltrick
SAMAE	Daniel F. Cardoso	LUANA LARISSA PAES STORCH
EDUCAÇÃO	WALDEMAR DA C. LIMA DE CARVALHO	ROSEMÉRI MOSER MELATO
PLANEJAMENTO	PATRICIA CHIMINELLI	RAPHAEL DE GASPERI
DEFESA CIVIL	RAFAEL ARAÚJO DE FREITAS	LUIS MÁRIO DA SILVA
IFSC	GRACIANE REGINA PEREIRA	NILSON DE SOUZA LEAL
AMPE	SHARLEY FARIAS	-
ACIG	NELSON ALEXANDRE BORNHAUSEN	-
SESCON	CEIGLER ERNESTO MARQUES	LODEMAR SANSÃO
Sindicato Rural	JOSE CARLOS SPENGLER	-

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 10 de abril de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.185, DE 06 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 5.185, DE 06 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA IEDA CADORE DA SILVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora IEDA CADORE DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 28/03/2017 a 16/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28 de março de 2017.

Gaspar, 06 de abril de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.191, DE 10 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 5.191, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 20/2016, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR M.A.N. DE S.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando nº 04/2017 – PAD 20/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 14 de abril de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 20/2016, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor M.A.N. de S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de abril de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CREDENCIAMENTO = Nº 002/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2017
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, notadamente nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público que fará realizar, no ano de 2017, com validade até a data de 31 de dezembro de 2017, o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS DE RÁDIOS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo, na forma e condições previstas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017, Edital de Credenciamento nº 002/2017: TÍTULO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO. Interessada: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Objeto Resumido: objeto do presente procedimento o credenciamento de emissoras de radiodifusão sonora em amplitude modulada (AM) e frequência modulada (FM), que sejam sintonizadas no território do Município de Gaspar, interessadas em prestar serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, que se darão por meio da veiculação de materiais informativos e atos legais repassados aos prestadores de serviço pela própria Edilidade, via Assessoria de Imprensa da Casa de Leis, observados os valores e condições constantes deste Edital e seus Anexos. Regência: Resolução nº 35/2017, Lei federal nº

8.666/1993 e alterações, e legislação em vigor. Acesso Eletrônico ao Edital: "www.camaragaspar.sc.gov.br, no link "Publicações □ Licitações □ Credenciamento". Prazo de Entrega da Documentação: até 31 de dezembro de 2017, no horário das 13h às 19h. Local de Recebimento da Documentação: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). Comissão Julgadora: Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 07/2017. O Edital e anexos podem ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Gaspar ou através do site: www.camaragaspar.sc.gov.br, no link "Publicações □ Licitações □ Credenciamento".

Gaspar/SC, 11 de abril de 2017.
Ciro André Quintino
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 35/2017

RESOLUÇÃO Nº 35/2017

Autoriza a abertura e o processamento de procedimento de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para contratação de empresas de Rádio.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e art. 45, incisos I e IX, do Regimento Interno da Edilidade.

Considerando a necessidade desta Casa Legislativa de contratar serviços de empresas de rádio AM e FM para divulgação dos atos e

ações da Câmara Municipal de Gaspar na imprensa;
Considerando que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", estabelece a inexigibilidade de licitação na forma do seu art. 25;

Considerando o Projeto Básico datado, o orçamento e a Minuta do Processo de Inexigibilidade de Licitação e Edital de Credenciamento, todos originados da Presidência da Edilidade, bem como a indicação de recursos orçamentários e financeiros;

Considerando a existência de dotação orçamentária e financeira programada para o exercício de 2017; e

Considerando que há Comissão Especial de Licitação instituída, conforme Resolução nº 07/2017.

Considerando que a Administração Pública tem por obrigação pautar-se pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de processo de inexigibilidade de licitação, na forma de Credenciamento, para contratação de empresas de Rádio AM e FM a virem prestar serviços contínuos de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, tudo conforme os documentos constantes dos Autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2017, cujas cópias seguem apenas a esta Resolução:

I - Anexo I - Projeto Básico;

II - Anexo II - Minuta do Processo de Inexigibilidade de Licitação e Edital de Credenciamento;

III - Anexo III - Orçamento;

IV - Resolução nº 07/2017.

Art. 2º A Minuta do Processo de Inexigibilidade de Licitação e Edital

de Credenciamento (ANEXO II) poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade em decorrência de parecer da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis.

Art. 3º O preço, condições e requisitos para execução dos serviços contínuos são os constantes do Projeto Básico e Minuta de Edital e seus Anexos apensos a esta Resolução.

Art. 4º O valor máximo para o procedimento decorrente da presente autorização será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para durante o exercício financeiro de 2017.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento do exercício financeiro de 2017, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Gaspar

Unidade: 01 – Câmara Municipal de Gaspar

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Manutenção do Legislativo

Ação: 2012 – Publicidade do Legislativo

Dotação: 3.3.90.39.88 – Serviços de Publicidade e Propaganda

Art. 6º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar, em 11 de abril de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Vereador – Presidente	Vereador – Vice Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
Vereador – Primeiro Secretário	Vereador – Segundo Secretário

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017 - SAMAE GASPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 14/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ÂMBITO LOCAL E REGIONAL, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 7.241/2016. OBJETO: Aquisição de mobília para a sede do SAMAE.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 27/04/2017.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 27/04/2017 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão consultar a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 10 de abril de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

=====

Número do contrato: 08/2017

Data vigência: 05/04/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Número da Licitação: 13/2017 - Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CONSSETRA SEGURANÇA MEDICINA E TREINAMENTO DO TRABALHO LTDA.

Objeto: Contrato a prestação de serviços em segurança e saúde ocupacional para o SAMAE, compreendendo 117 servidores.

Valor R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

=====

Gaspar (SC), em 05 de abril de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

PORTARIA N. 58 DE 11 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA N. 58 DE 11 DE ABRIL DE 2017

COLOCA A DISPOSIÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DA GASPAR O
SERVIDOR EVANDRO SÉRGIO LUZ

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo
Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições
legais, que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição do Fórum da Comarca de Gaspar a
partir do dia 11 de abril de 2017, o servidor EVANDRO SÉRGIO LUZ,
ocupante do cargo efetivo de Encanador/Motorista, Nível EMO, Re-
ferência 28, com 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 11 de abril de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 11.17 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES SCFV.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 14/17, Edital de Pregão Presencial Nº 11/17. Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA CRIANÇAS E IDOSOS DO SCFV; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 27/04/17; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 27/04/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 11 de abril de 2017.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenador do FMAS

Guaramirim

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017 FMS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017 FMS
DE CREDENCIAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, por sua Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos como Organizações Sociais, nomeada através da Portaria nº 176/2017 no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 9.637, de 15 de Maio de 1998, a Lei Estadual nº 12.929 de 04 de fevereiro de 2004 e suas alterações e a Lei Municipal nº 4360, de 16 de dezembro de 2016;

TORNA PÚBLICO o processo de CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à área da Saúde Pública, para a Qualificação como Organizações Sociais no âmbito do Município de Guaramirim/SC, tornando-as aptas a celebrar contratos de gestão com a Administração Pública Municipal – em especial com relação a gestão e administração do HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO, de acordo com a Lei nº Municipal nº 4360, de 16 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis à espécie. Este Edital será disponibilizado aos interessados no site da Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC - www.guaramirim.sc.gov.br no Diário Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br e no setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Henrique Friedmann, 415, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

O período para a apresentação do requerimento e credenciamento contendo os documentos para Credenciamento e Qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Guaramirim/SC, iniciará em 17/04/2017, encerrando-se em 16/05/2017, horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no setor de compras na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Henrique Friedmann, 415, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, aos cuidados de Ivone Ursula Kinas Gonçalves da Luz.

01) CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO

1.1. Poderá participar do processo de CREDENCIAMENTO qualquer pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com ou sem filantropia, legalmente constituída, que tenha obrigatoriamente como objeto social de seu ato constitutivo atividade dirigida à saúde; e preencha os requisitos exigidos pela Lei Municipal nº 4360, de 16 de dezembro de 2016, para fins de sua qualificação.

1.2. Será vedada a qualificação de pessoas jurídicas quando:

1.2.1. Forem declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública (Direta ou Indireta), nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

1.2.2. Sob processo de falência, recuperação de crédito ou insolvência civil;

1.2.3. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública desde Município, ou quaisquer de seus órgãos ou entidades descentralizadas;

1.2.4. Abrigarem em seus quadros, ou nos de outras empresas coligadas e/ou pertencentes ao mesmo grupo empresarial, sócios, diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselhos técnicos, consultivo, deliberativo ou administrativo que ocupem cargo na Prefeitura do Município de Guaramirim/SC.

1.2.5. Empresas em que seus sócios possuem ou possuíram nos últimos seis meses função de prefeito, vice-prefeito, vereador ou servidor municipal;

02) DA QUALIFICAÇÃO

2.1. Para fins de obtenção da Qualificação como Organização Social, as Pessoas Jurídicas deverão apresentar requerimento, nos termos do Anexo I deste Edital, instruído com documentos comprobatórios dos seguintes requisitos:

2.1.1. Comprovação do registro de seu ato constitutivo em cartório, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não econômica, no caso de associações civis, ou não -lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso de associações civis;

d) previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados por força do Contrato de Gestão a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada na mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

e) previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;

f) previsão de autorização de participação, nos órgãos colegiados de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral, nos termos desta Lei;

g) obrigatoriedade de publicação anual, em jornal de grande circulação ou diário oficial, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e do relatório de execução do contrato de gestão; e

h) proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso das associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) Estrutura básica de Assembleia Geral, ou Conselho Curador, ou Conselho Deliberativo ou Superior, ou instância equivalente, como órgão de deliberação superior;

j) Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão;

l) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira.

2.1.2. Ata da última eleição do Conselho de Administração e da atual diretoria com registro em cartório;

2.1.3. Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

2.1.4. Documentos que comprovem a execução direta de projetos, programas ou planos de ação, gerenciamento e administração, relacionados às atividades dirigidas à área da saúde pública, direcionada ao atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde pelos menos nos últimos 5 (cinco) anos;

2.2. A documentação prevista nos itens acima deverá ser entregue em envelope lacrado dirigido a Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos como Organizações Sociais, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

2.2.2. Haver aprovação, de sua Qualificação como Organização Social do responsável ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objetivo social (saúde) e do Prefeito Municipal.

03) DO PRAZO PARA O REQUERIMENTO E FORMA DA ENTREGA

3.1. A apresentação do requerimento (anexo I) devidamente acompanhado da documentação pertinente dar-se-á a partir do 17/04/2017, encerrando-se em 16/05/2017, devendo ser realizado através de protocolo no setor de compras na Secretaria Municipal de Saúde, no seguinte endereço: Rua Henrique Friedmann, 415, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

3.1.1. O prazo descrito no item 3.1. poderá ser prorrogado por interesse da Administração Pública;

3.2. O requerimento e os demais documentos, conforme o item 02, também deverão ser protocolizados no setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde, em envelope lacrado e identificado externamente da seguinte forma:

À COMISSÃO ESPECIAL PARA QUALIFICAÇÃO E CREDENCIAMENTO DE**ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS****SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARAMIRIM**

Referente: Chamamento Público para Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos como Organização Sociais no âmbito do Município de Guaramirim/SC

REQUERENTE: (qualificação da entidade)

ENDEREÇO: xxxxxxxx

04) DO PRAZO PARA ANÁLISE DO REQUERIMENTO

4.1. A Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos como Organizações Sociais terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados do encerramento do prazo de requerimento de Credenciamento e Qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Guaramirim/SC, para análise do pedido de qualificação.

05) DO RESULTADO

5.1. Em havendo DEFERIMENTO do pedido de Qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Guaramirim/SC, o respectivo Certificado de Qualificação será expedido no prazo máximo de 07 (sete) dias após o encerramento do prazo de análise, através de publicação no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br, e do site da Prefeitura Municipal- www.guaramirim.sc.gov.br.

5.2. Em havendo INDEFERIMENTO do pedido de Qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Guaramirim/SC, será publicado as razões nos mesmos órgãos do item 5.1 acima;

5.2.1. O pedido de qualificação será INDEFERIDO quando:

a) A requerente não preencher os requisitos dispostos na legislação em vigor e no presente edital de credenciamento;

b) A documentação apresentada estiver incompleta;

5.2.1.1. Nesta hipótese, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do resultado de INDEFERIMENTO para a complementação e apresentação dos documentos exigidos. Reiterando-se a ocorrência, seu requerimento será indeferido.

06) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A Qualificação como Organização Social, no âmbito do Município de Guaramirim/SC, por ato do Poder Executivo, não vincula a contratação por meio de Contrato de Gestão. As entidades qualificadas como Organizações Sociais poderão participar de processo de seleção, para fins de escolha da melhor técnica e proposta, nos termos definidos posteriormente em Edital, onde serão obedecidos os princípios gerais que regem a Administração Pública para o recebimento, julgamento e classificação das propostas.

6.2. A entidade perderá sua qualificação como Organização Social, a qualquer tempo, quando houver alteração das condições que ensejaram sua qualificação ou por descumprimento do Contrato de Gestão, conforme estabelecido em suas cláusulas, da Lei Municipal nº 4360, de 16 de dezembro de 2016.

6.3. As Organizações Sociais deverão manter seus dados cadastrais sempre atualizados.

6.4. A responsabilidade pelo controle e guarda da documentação pertinente à qualificação como Organização Social será confiada à Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos como Organizações Sociais.

6.5. Constitui total responsabilidade da requerente a autenticidade dos documentos apresentados e a veracidade das declarações prestadas.

6.6. Restam válidas todas as disposições constantes neste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital de chamamento, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Jornal de Circulação Regional, Jornal de Circulação Estadual, Mural Público Municipal, Câmara de Vereadores, do município de Guaramirim/SC.

Guaramirim/SC, 11 de abril de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

Prefeito Municipal

ANEXO I

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL PARA QUALIFICAÇÃO E CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC.

_____ (qualificação completa da entidade), neste ato representada pelo representante legal, Sr.(a) _____

(qualificação completa), vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, requerer sua qualificação como Organização Social na área de saúde no âmbito do Município de Guaramirim, com interesse em firmar contrato de gestão para a gerência e administração do Hospital Santo Antônio, de acordo com Lei Municipal nº Lei Municipal nº 4360, de 16 de dezembro de 2016, juntando para tanto a documentação necessária, conforme exigência do edital de chamamento público n. 01/2017 FMS.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, ____/____/____.

Representante Legal

Dados e Endereço da Empresa

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMAS CD 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 18/2017

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 40.000 km do veículo Fiat palio Fire MLP 9627, utilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULO SÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 1.217,69 (Material R\$ 841,97 / Serviço R\$ 375,72)

Guarujá do Sul, SC, 11 de abril de 2017.

Evelyn L. Kuhn

Gestora FMAS.

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 11/2017 - Pregão Presencial Nº. 10/2017.

Objeto: Aquisição de pneus para serem utilizados pelos veículos da Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 27/04/2017

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 11 de abril de 2017.

Adelise de Oliveira

Secretária do FMS.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREF PL 23/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Conforme Ata nº. 03/2017 - PL nº 23/2017 – PR nº. 17/2017 de Aquisição de tubos pre moldados de concreto para serem utilizados pela Departamento de Urbanismo e Secretaria Municipal de Transportes e Obras do município de Guarujá do Sul. ENCERRAMOS O REFERIDO PROCESSO LICITATORIO POR NÃO HAVER NENHUM EMPRESA HABILITADA OCACIONANDO UMA LICITAÇÃO FRACASSADA.

Guarujá do Sul, 11 de abril 2017.

Claudenice Caramori; Lidiane Isabel Ruhoff ;

Pregoeira Equipe de Apoio.

Júlio Cesar Della Flora; Francisco Junior Garcia de Mattos;

Equipe de Apoio. Equipe de Apoio.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.660/2017

DECRETO Nº 3.660/2017.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI-HO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE(SC), DESIGNA A MESA DIRETORA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

Considerando, a vigência da Lei Complementar nº 179/2005, que criou o IPREVI-HO - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste (SC);

Considerando, o processo eleitoral para a função de conselheiro de administração e fiscal ocorrido no dia 04 de abril de 2017;

Considerando, a Resolução IPREVI-HO nº 020/2017;

Considerando, a Resolução IPREVI-HO nº 024/2017;

Considerando, a eleição interna entre os Conselheiros de Administração ocorrida em reunião extraordinária no dia 10 de abril do corrente;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o IPREVI-HO, os Conselheiros Titulares e Suplentes abaixo relacionados, para comporem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do IPREVI-HO - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste (SC), para um mandato de 03 (três) anos:

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

REPRESENTANTES DOS ATIVOS E INATIVOS - ELEITOS

Titulares:

- a) ADRIANO BARETTA MANDRYK
- b) CARMEN TEREZINHA GHIGGI
- c) LOREDÍ DE DEUS E SILVA
- d) SIRLEI DE FATIMA MIGUELÃO

Suplentes:

- a) IVONE ESQUINA
- b) MARGIANE APARECIDA MARTINS

REPRESENTANTES DOS ATIVOS – INDICADOS PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Titulares:

- a) ANDRÉA PALUDO
- b) ROMANO MARCHIORO
- c) VERA LUCIA BRANDALISE MERLINI

Suplentes:

- a) FABIANA FABRIN POZZA
- b) DIEGO DE BARROS
- c) ANGELA MICHELON

REPRESENTANTES DOS ATIVOS - NATOS

Titulares:

- a) JAQUELINE RAZERA
 - b) MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE
- II - CONSELHO FISCAL:

REPRESENTANTES DOS ATIVOS - ELEITOS

Titulares:

- a) LEILA BOTTEGA DE COL
- b) MARLENE MARIA DE OLIVEIRA
- c) PAULO CESAR DOLEJAL BERTÉ

Suplentes:

- a) DIVO PEDRO PALUDO
- b) PLINIO ROBERTO CORDAZZO

REPRESENTANTES DOS ATIVOS – INDICADOS PELO PODER EXECUTIVO

Titulares:

- a) CLAUDIA MARIA SCHREIDER
- b) ODAIR TREVISOL

Suplentes:

- a) SUSANA RODRIGUES BARBOSA
- b) ADEMIR RAFAEL ZABOTT

Art. 2º. A MESA DIRETORA do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do IPREVI-HO fica assim composta:

- a) PRESIDENTE: CARMEN TEREZINHA GHIGGI
- b) VICE-PRESIDENTE: SIRLEI DE FATIMA MIGUELÃO
- c) 1º SECRETÁRIO: LOREDÍ DE DEUS E SILVA
- d) 2º SECRETÁRIO: JAQUELINE RAZERA

Parágrafo único. O Presidente do Conselho de Administração será Gestor do IPREVI-HO.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 10 de abril de 2014.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 616/2017

PORTARIA Nº 616/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor MAURO SÉRGIO MARTINI (Matr. 4387), o qual responde como Secretário de Educação, Cultura e Esportes, sem ônus para o erário público municipal, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 11 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 617/2017

PORTARIA Nº 617/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor SIDNEY DE LIMA (Matr. 4510), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Programas Educacionais, Nível – DAS-2, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 11 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 618/2017

PORTARIA Nº 618/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 11 de abril de 2017, do servidor MARCOS HITOSHI YAMADA (Matr. 4145), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Biólogo, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 619/2017

PORTARIA Nº 619/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 11 de abril de 2017, da servidora BIANCA ANDRIGO (Matr. 4118), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Monitor Social - ABRIGO, Nível – 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 620/2017

PORTARIA Nº 620/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05 de abril de 2016 e 04 de abril de 2017, para serem gozadas a partir de 11 de abril de 2017 a 10 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 621/2017

PORTARIA Nº 621/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARIANA FOSSATTI (Matr. 4604), para exercer as funções de Médico, Nível/Referência – 14/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, junto ao ESF São Jorge, a partir

de 11 de abril de 2017, aprovada e classificada em 4º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2017/HO de 14 de fevereiro de 2017, homologado em 24 de março de 2017 pelo Decreto nº 3.654/2017, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 622/2017

PORTARIA Nº 622/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor CRISTIANO ABEL PANAZOLO (Matr. 4605), para exercer as funções de Médico, Nível/Referência – 14/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, junto ao ESF Nossa Senhora de Fátima, a partir de 11 de abril de 2017, aprovado e classificado em 7º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2017/HO de 14 de fevereiro de 2017, homologado em 24 de março de 2017 pelo Decreto nº 3.654/2017, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 623/2017

PORTARIA Nº 623/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor CARLOS ROGÉRIO LOPES DE LIMA (Matr. 2743), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de maio de 2015 e 16 de maio de 2016, para serem gozadas a contar de 10 de abril de 2017 a 09 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PP 03 - FMS - MATERIAIS PERMANENTES - INFO

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, Fundo Municipal de Saúde, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28 de abril de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 03/2017, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 28/04/2017 até as 09:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 11 DE ABRIL DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO PP 18 - PMI - CAMERAS DE SEGURANÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 018/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27 de abril de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 018/2017, visando a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva do sistema de vídeo monitoramento urbano, bem como na Rede de Fibra Optica. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 27/04/2017 até as 14:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 11 DE ABRIL DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.081, DE 05 DE ABRIL DE 2017 - PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERA MEMBROS QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO nº 4.081, de 05 de abril de 2017.

“PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERA MEMBROS QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de vigência dos atuais membros do Conselho Municipal de Saúde de Ibirama, até 30 de abril de 2017.

Art. 2º - Ficam alterados os membros das entidades representativas de usuários, entidades representativas de trabalhadores da saúde e representantes do governo e prestadores de serviços privados ou sem fins lucrativos, respectivamente, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.965, de 18 de abril de 2013, para comporem como membros do Conselho Municipal de Saúde de Ibirama, a saber:

I – ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE USUÁRIOS:

[...]

3. Associação de Aposentados de Ibirama – ASAPI:
Suplente: Verônica Stoll

4. Associação de Moradores do Bairro Bela Vista – AMBEVI:
Titular: Vilson Sievers

5. Paróquia Evangélica:
Suplente: Emilio Siegle

[...]

II – ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE TRABALHADORES DA SAÚDE:

[...]

2. Laboratório de Análises Clínicas Ibirama:
Suplente: Cleide Beber

3. Laboratório de Análises Clínicas Cristina:
Titular: Camile Staudinger Schlup

[...]

III – REPRESENTANTES DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS PRIVADOS OU SEM FINS LUCRATIVOS:

1. Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:
Titular: Jonathan Schaefer
Suplente: Maira Jennrich da Costa

2. Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Suplente: Daiane Rodrigues

3. Secretaria Municipal da Saúde:
Titular: Adolfo Guenther Fielder
Suplente: Cátia Day

[...]

Art. 3º - Ficam mantidas as demais determinações constantes no decreto Municipal nº 3.647, de 23 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os itens I, números “3, 4 e 5”, item 2, números “2 e 3” e item III, números “1,2 e 3”, do Decreto nº 3.647, de 23 de setembro de 2013.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 05 de abril de 2017.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.272, DE 11 DE ABRIL DE 2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 3.272, de 11 de abril de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente e ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias no valor de R\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais) a saber

05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
001 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0026.0782.0040.1010 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos.
01830000 – Operações de Crédito
344900 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
0015.0451.0041.1012 – Pavimentação de Vias Urbanas
01830000 – Operações de Crédito
344900 – Aplicações Diretas R\$ 23.000,00
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
001 – DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
0012.0361.0051.1043 – Construção/Ampliação, Reforma/Quadras de Esportes.

01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 0012.0361.0051.1044 – Aquisição de Veículo
 01830000 – Operações de Crédito
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 0012.0365.0050.1024 – Construção, Ampliação e Reforma de Cei's
 01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 TOTAL R\$ 233.000,00

Art. 2º Com a anulação parcial de despesa citada no Art. 1º, serão suplementas as seguintes dotações orçamentárias, a saber:

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 0004.0122.0014.2003 – Manutenção do Programa Pmat/Pnafm
 01830000 – Operações de Crédito
 333900 – Aplicações Diretas R\$ 173.000,00
 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 001 – DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
 0012.0361.0051.1042 – Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
 01010000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 TOTAL R\$ 233.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de abril de 2017.
 ADRIANO POFFO
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
 Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.273, DE 11 DE ABRIL DE 2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 3.273, de 11 de abril de 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) á saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FDO MUNICIPAL DA SAÚDE
 0010.0301.0060.1039 – Aquisição de Veículos, moveis e Equipamentos
 01330000 – Transferências de Convênios – União/Saúde
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 01630000 – Transferência de Convênios – Estado/Saúde
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º Com a anulação parcial de despesa citada no Art. 1º, serão suplementas as seguintes dotações orçamentárias, a saber:

09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
 001 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FDO MUNICIPAL DA SAÚDE
 0010.0301.0060.1038 – Construção e Ampliação de Unidades Sanitárias
 01330000 – Transferências de Convênios – União/Saúde
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 01630000 – Transferências de Convênios Estado/Saúde
 344900 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de abril de 2017.
 ADRIANO POFFO
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
 Secretário de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017 - ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
 TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

O Município de Ibirama, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que referente à publicação realizada no site da Prefeitura Municipal de Ibirama, e Diário do Alto Vale, 31 de março de 2017 pagina 11, sobre a Tomada de Preços Nº 05/2017 cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para conclusão da clinica de fisioterapia, com A=112,31 m2 na área central deste município", vimos esclarecer que por um equívoco de nossa parte, os arquivos em anexos, denominados "ORC" e "CRON" "Planilha Orçamentária, Cronograma e Planilha de Composição do BDI do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 05/2017 foram postados no site, contendo erros na sua composição, os quais foram devidamente corrigidos. A Comissão Permanente de Licitação pede desculpas pelos transtornos e se coloca à inteira disposição para quaisquer informações. CONTATO: Tel. (47) 3357-8523. Fica marcada para o dia 27 de abril de 2017, às 09h00min, entrega dos envelopes, sessão para abertura as 09h15min da mesma data, na Rua Dr. Getulio Vargas, 70 - Ibirama, sala de reuniões de licitações. Ibirama-SC), 12 de abril de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO Nº 43

DECRETO Nº 43, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO e dá outras providências".

O Prefeito de Ilhota/SC, Sr. Erico de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Anderson Kniess, membro da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, deixa a Comissão. Assume o cargo o servidor Carlos Eduardo Schmitt.

Art. 2º Os demais termos do Decreto nº 28/2017 permanecem hígidos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 10 de abril de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 07/2017

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

PORTARIA Nº 07/2017

"CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PROVISÓRIA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

FRANCISCO DOMINGOS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a redução de carga horária no período de 14/04/2017 a 15/06/2017 de 40 horas para 30 horas semanais à servidora Wanessa Schutz sem redução salarial de acordo com a reiteração ao requerimento 01 protocolado no dia 24/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Ilhota, 10 de abril de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº 034

DECRETO Nº. 034, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo aos funcionários e servidores públicos municipais, nas Repartições Públicas do Município de Imaruí, em virtude das comemorações da Paixão de Cristo no período vespertino, a partir das 12:00 hs do dia 13 de abril de 2017.

Parágrafo único - Não será facultativo o ponto nas repartições, cujos serviços são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 10 de abril de 2017.

RUI JOSÉ CANDENIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

ATA 01/2017 - COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

ATA 01/2017 – COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.

Pauta: AVALIAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE. ABERTURA: O presidente da Comissão Eleitoral Joaquim P. Guarache Leonardo deu por iniciada a 1º Reunião da Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do ano de 2017, realizada na Secretaria de Meio Ambiente, em que foram debatidos o ponto de pauta acima descrito. Estiveram presentes Joaquim Paulo Guarache Leonardo, Presidente da Comissão Eleitoral; Paulo Márcio Souza, Vice Presidente da Comissão Eleitoral; Maria Luísa Teodoro Espíndola, Secretária Executiva da Comissão Eleitoral. Avaliação das Inscrições: O Presidente Joaquim Guarache iniciou a reunião e conferiu o número de inscrições, que foram ao total 15 Entidades inscritas. Em seguida, o Presidente abriu os envelopes e iniciou a avaliação das documentações e ajustamento nos Segmentos. Após a avaliação de todas as inscrições, a Comissão Eleitoral entrou em consenso, abaixo discriminado e qualquer discordância das decisões desta Comissão será passível de recurso. Na qualidade de Secretária Executiva desta Comissão Eleitoral lavro, dato e assino a presente.

Entidades Habilitadas:

Entidade representativa dos Empresários:

I – Associação Empresarial de Imbituba – ACIM

II – Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Imbituba – SINDILOJAS

Entidade representativa dos Trabalhadores:

I – Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Imbituba – OAB

II – Associação dos Engenheiros Civis e Arquitetos da Região dos Lagos – ASENGAREL

Organizações não governamentais Ambientalistas:

I – Instituto Australis de Pesquisa e Monitoramento Ambiental – PROJETO BALEIA FRANCA

Entidade representativa das Comunidades:

I – Associação Comunitária Rural de Imbituba – ACORDI

II – Conselho Municipal das Associações de Imbituba – COMAI

III – Associação dos Moradores e Amigos do Village – ASMAVI

IV – Conselho Comunitário de Ibiraquera – CCI

V – Associação de Moradores da Rua de Baixo – AMORUADEBAIXO

VI – Associação Comunitária Paes Leme – ASCOPLE

Instituição de Ensino Superior com atuação em Imbituba:

I – Cenad – Centro de Ensino a Distância LTDA ME – UNICESUMAR

Outras instituições Ambientalistas com atuação em Imbituba:

I – Associação de Surf de Imbituba – ASI

ENTIDADES CLASSIFICADAS, PORÉM NÃO HABILITADAS POR FALTA DE DOCUMENTAÇÃO:

I – Sindicato dos Arrumadores, Trabalhadores Portuários avulso em Capatazia e Serviço de Bloco do Porto de Imbituba – SINDICATO DOS ARRUMADORES DE IMBITUBA.

II – Associação dos Moradores de Vila Esperança – AMVE.

Joaquim Paulo Guarache Leonardo

Presidente Comissão Eleitoral

Paulo Márcio Souza

Vice Presidente Comissão Eleitoral

Maria Luísa Teodoro Espíndola

Secretária Executiva Comissão Eleitoral

DECRETO PMI Nº 057, DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO PMI Nº 057, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 29 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- a) programar, coordenar e executar a política educacional na rede pública municipal de ensino;
- b) instalar e manter estabelecimentos públicos municipais de ensino, controlando e fiscalizando o seu funcionamento;
- c) gerenciar a documentação escolar e estatística, a estrutura e funcionamento do programa federal vinculado à frequência do aluno à escola, bem como o registro escolar;
- d) manter e assegurar a universalização dos níveis e modalidades de ensino;
- e) ampliar gradativamente a jornada de tempo escolar;
- f) prover o atendimento educacional especializado com recursos tecnológicos, equipamentos adaptados, acessibilidade arquitetônica, entre outros, conforme a necessidade do aluno com deficiência;
- g) articular ações com outros órgãos públicos – municipais, estaduais e federais, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos para complementar o atendimento especializado nas áreas de educação;
- h) incentivar a pesquisa didático-pedagógica no intuito de implementar uma prática contínua de divulgação e publicação por meio de eventos na área da educação;
- i) implementar o Sistema Municipal de Ensino;
- j) instituir gradativamente conselhos escolares;
- k) proporcionar acesso qualitativo aos recursos tecnológicos para alunos, professores e funcionários;
- l) implementar programas de alimentação e nutrição nos estabelecimentos públicos municipais de ensino;
- m) participar efetivamente nos conselhos municipais;
- n) prover de transporte escolar, sempre que possível em regime de colaboração com os governos estadual e federal, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos, de forma a garantir o acesso dos alunos à escola;
- o) estabelecer plano de ação orçamentário anual que contemple: a criação de mecanismos de controle e avaliação do sistema de ensino, formação continuada, adequação do espaço físico, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
- m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) formular e executar a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.
- i) promover a representatividade do Município em eventos desportivos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
- j) realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
- k) sediar eventos esportivos;
- l) promover o lazer a toda sociedade;
- m) realizar atividades de lazer e recreação, mediante a utilização dos espaços disponíveis;
- n) proporcionar a integração e o congraçamento, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;
- o) incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
- p) implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela Secretaria;
- q) conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
- r) manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e de lazer e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da Secretaria;

IV – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;

V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

VIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;

- IX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- X – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Ensino:

1. Coordenadoria de Articulação Pedagógica do Ensino Fundamental:
 - 1.1. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva;
 - 1.2. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos;
 - 1.3. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer;
 - 1.4. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa;
 - 1.5. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires;
 - 1.6. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira;
 - 1.7. Escola Municipal Herminia de Souza Marques;
 - 1.8. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza;
 - 1.9. Escola Municipal Ugero Pittigliani;
2. Coordenadoria de Educação Inclusiva do Ensino Fundamental;
3. Coordenadoria de Articulação Pedagógica da Educação Infantil:
 - 3.1. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel;
 - 3.2. Centro Municipal de Educação Infantil Altona;
 - 3.3. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes;
 - 3.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares;
 - 3.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe;
 - 3.6. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson;
 - 3.7. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos;
 - 3.8. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito;
 - 3.9. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes (Dona Pequena);
 - 3.10. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares;
 - 3.11. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini;
 - 3.12. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige;
 - 3.13. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus;
 - 3.14. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere;
 - 3.15. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol;
4. Coordenadoria de Atividades Complementares da Educação Infantil;
5. Coordenadoria de Educação Inclusiva Infantil;
6. Coordenadoria de Acompanhamento e Fiscalização do Plano Municipal de Educação;
7. Coordenadoria de Projetos Socioeducativos;
8. Coordenadoria de Materiais Didáticos e Bibliotecas;
9. Coordenadoria de Educação Física;
10. Coordenadoria de Apoio Multiprofissional;

c) Gerência de Gestão, Orçamento e Finanças;

1. Departamento Gestor de Convênios e Licitações;
2. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
 - 2.1. Supervisão de Contratos Temporários da Educação;
3. Coordenadoria de Controle de Matrículas;
4. Coordenadoria de Estatísticas e Censo Escolar;
5. Coordenadoria do Patrimônio da Educação;
6. Coordenadoria de Manutenção, Reforma e Ampliação da Rede Física de Ensino;
7. Departamento de Gestão Democrática Escolar;
8. Supervisão de Alimentação Escolar;

d) Gerência de Mobilidade Escolar:

1. Supervisão do Passe Escolar;

e) Diretoria de Cultura:

1. Departamento de Patrimônio Cultural;
 - 1.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;

2. Departamento de Articulação e Desenvolvimento Institucional;
 2.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Museus – SMM;
 3. Departamento de Fomento e Incentivo à Cultura;
 3.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;

- f) Diretoria de Esportes:
 1. Unidade Gestora Organizacional Socioesportiva;
 1.1. Coordenadoria de Fomento e Incentivo ao Esporte;

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Educação;
 b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
 c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
 d) Conselho Municipal de Política Cultural;
 e) Conselho Municipal de Esporte
 f) Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	2	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.300,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	2	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	19	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	3	Gratificação	250,00

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

NOMENCLATURA		REMUNERAÇÃO	
		VALOR (R\$)	
Diretor(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	550,00
	Até 300 alunos	Gratificação	450,00
Diretor(a) de CEI		Gratificação	450,00
Secretário(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	420,00
	Até 300 alunos	Gratificação	350,00
Secretário(a) de CEI		Gratificação	350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)		Gratificação	200,00

	Até 300 alunos	Gratificação	150,00
--	----------------	--------------	--------

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI 045, de 31 de março de 2017, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 058, DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO PMI Nº 058, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEASTH e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEASTH, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais da Administração Municipal e em articulação com os demais órgãos municipais;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
 1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
 4. da pessoa idosa e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
- d) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- e) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- f) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- g) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;
- h) realizar o planejamento operacional e o desenvolvimento de ações na área de assistência social;
- i) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- j) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais;
- k) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária;
- l) planejar e organizar serviços de amparo e proteção à infância e adolescência, idosos, à pessoa portadora de necessidades especiais, famílias, grupos e indivíduos em risco de vulnerabilidade social;
- m) prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades do indivíduo, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- n) acompanhar e monitorar o serviço de habilitação e reabilitação na comunidade da pessoa com deficiência;
- o) promover e participar de cursos, seminários, campanhas, pesquisas, fóruns e conferências na área de assistência social;
- p) prestar o atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência

- de abandono, maus tratos físicos, e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substância psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras;
- q) promover atividades destinadas à melhoria da renda familiar;
- r) garantir a oferta de serviços de proteção social especial, nas modalidades de média complexidade, garantindo a proteção e o atendimento das famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, e que tenham os seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos;
- s) oferecer os serviços de alta complexidade, garantindo a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para as famílias e indivíduos sem referência, e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário;
- t) desenvolver e executar programas e políticas públicas de atendimento ao idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
- u) desenvolver diretamente e/ou estabelecer parceria com o governo federal, os programas de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, visando erradicar o trabalho infantil;
- v) cadastrar as famílias e pessoas carentes;
- x) desenvolver e executar programas de atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, nos regimes de orientação e apoio sóciofamiliar, apoio sócioeducativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida e semiassistida, em consonância com a legislação vigente;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:
- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
- b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;
- c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;
- d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;
- e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador;
- f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação de interesse social, especialmente:
- a) planejamento operacional, articulação, coordenação, integração, execução e avaliação das políticas públicas municipais relativas à habitação de interesse social e regularização fundiária;
- b) atualização do Plano Habitacional do Município, em consonância com as políticas de uso e ocupação do solo;
- c) proposição e coordenação de projetos de construção, de ampliação e de melhorias habitacionais para famílias de baixa renda do Município;
- d) realização de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica e habitacional do Município;
- e) estímulo à constituição de cooperativas habitacionais e similares;
- f) monitoramento, junto com a Defesa Civil, de áreas de risco para reassentamento de famílias;
- g) coordenação e execução do processo de regularização fundiária no Município;
- h) fiscalização de obras e serviços públicos contratados pelo Município, na área da habitação e regularização fundiária;
- i) planejamento, coordenação, execução e fiscalização de programas, serviços e obras de saneamento básico específico das unidades habitacionais de interesse social, em conjunto com o órgão municipal responsável pelo saneamento;
- IV – promover em conjunto com os conselhos as Conferências Municipais;
- V – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- VI – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- VIII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- IX – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria;
- X – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência Técnico-Administrativa

1. Departamento de Orçamento e Finanças

1.1. Coordenação do Controle Orçamentário e Financeiro

1.1.1. Supervisão de Transferência e Complementação de Renda

1.2. Coordenação de Suprimentos

b) Gerência das Proteções Sociais (Média e Alta Complexidade)

1. Departamento de Inclusão da Pessoa Idosa

1.1. Coordenadoria do Centro de Atenção à Pessoa Idosa

2. Coordenadoria do Centro de Referência da Assistência Social

2.1. Coordenadoria de Projetos para a Infância e Adolescência

2.2. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado da Assistência Social

2.3. Coordenadoria do Programa Acalento

2.3.1. Supervisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Infantil

2.3.2. Supervisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Juvenil

c) Superintendência de Direitos Humanos, Cidadania e Inclusão Social

1. Diretoria de Inclusão a Minorias Sociais

1.1. Coordenação de Captação para Emprego e Geração de Renda

1.2. Coordenadoria de Carteira de Trabalho e Economia Solidária

1.3. Coordenação de Transparência e Participação Democrática

d) Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária

1. Gerência de Habitação		
--------------------------	--	--

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Assistência Social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;

d) Conselho Municipal do Idoso;

e) Conselho Municipal Antidrogas;

f) Conselho Municipal da Juventude;

g) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

h) Conselho Municipal de Habitação;

i) Conselho Municipal do Trabalho e Emprego;

j) Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil;

k) Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência Infanto Juvenil.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)

Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gerente	3	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	10	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	3	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI 047, de 31 de março de 2017, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de abril de 2017.
Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

EDITAL SEAGP Nº 036/2017

EDITAL SEAGP Nº 036/2017
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2015, divulgado através do Edital nº 01/2015, de 30 de novembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015, de 08 de Março de 2016, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 01/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Abril a 11 de Maio de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 11 de abril 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
EDITAL SEAGP Nº 036/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Controlador Interno
Israel Pedroso Rocha

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 03 2017 PREGÃO 03 2017 DMUTRAN

PREFEITURA M. DE IMBITUBA

DMUTRAN

PROCESSO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

O Município de Imbituba, por meio de sua Pregoeira Oficial e através do Fundo Municipal de Trânsito, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 28 de abril de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial (Registro de Preço), do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DA POLICIA MILITAR DE IMBITUBA, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de abril de 2017

Jean carlos de Brida Silva

Tenente Coronel PM – Comandante da Guarnição

Especial de Imbituba

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 05/2017 PREGÃO 05/2017 SEASTH

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASTH

PROCESSO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

A Prefeitura de Imbituba, por meio de sua Pregoeira Oficial e através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, comunica, que realizará às 17:00 horas, do dia 28 de abril de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de abril de 2017

Edna de Souza Santos Demétrio

Secretário da SEASTH

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 380/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 380, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Inclusão a Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de abril de 2017, o Sr. CELESTINO NESI FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 250.677.290-15, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Inclusão a Pessoa Idosa, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de abril de 2017.

Imbituba, 10 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 381/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 381, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Superintendente de Infraestrutura e Serviços Públicos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de abril de 2017, o Sr. JOÃO BATISTA FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 398.358.719-49, para exercer o cargo de Superintendente de Infraestrutura e Serviços Públicos, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de abril de 2017.

Imbituba, 10 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 382/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 382, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira, em função gratificada de Gerente e Supervisora, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores de carreira abaixo descritos, nas funções gratificadas de Gerente e Supervisora, para a atuação junto ao órgão superior correspondente.

GERENTE – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Mobilidade Escolar	SEDUCE	Edemir Ferraz da Silva	952.728.520-87	10/04/2017

SUPERVISORA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Supervisora do Passe Escolar	SEDUCE	Eliane de Abreu Ceciliano	578.630.759-04	10/04/2017

Art. 2º Os servidores de carreira, nomeados para a função gratificada de Gerente e Supervisora, perceberão gratificação correspondente, nos termos do art. 31, II, b e Anexo IV da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de abril de 2017.

Imbituba, 10 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 383/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 383, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores, em cargos de provimento em comissão, para atuação nos respectivos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação nos respectivos órgãos superiores.

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Assessora Técnica	SEMUSA	Michele Dias Anastácio	094.664.779-86	10/04/2017
Assistente de Diretor(a)	SEMUSA	João Calos de Oliveira	432.822.029-20	10/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de abril de 2017.

Imbituba, 10 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 054/2017

PORTARIA CMI Nº 054/2017

“Concede Férias à Servidora Rafaela da Rosa Oliveira”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Rafaela da Rosa Oliveira, Técnica Legislativa nomeada pela Portaria CMI nº 030/2015, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 06/03/2016 a 05/03/2017, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10 (dez) dias no período entre 17/04/2017 e 26/04/2017, com retorno ao trabalho no dia 27/04/2017.

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Parágrafo único. Os outros 10 (dez) dias de férias a que tem direito serão usufruídos em período posteriormente decidido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de abril de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 11/04/2017.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 408/17

. DECRETO Nº 408/17
. De 10 de abril de 2017

DELEGA ATRIBUIÇÕES/
OZINIL MARTINS DE SOUZA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegado ao Secretário Municipal de Educação, OZINIL MARTINS DE SOUZA, poderes para firmar os Contratos Administrativos dos Professores contratados em caráter temporário, selecionados pelo Processo Seletivo 001/2016.

Parágrafo Único – Ficam ratificados os contratos assinados desde janeiro 2017 pelo senhor Ozinil Martins de Souza.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 410/17

. DECRETO Nº 410/17
. De 10 de abril de 2017

NOMEIA CHEFE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA / EDUARDO HENRIQUE DALLABONA KRUCZINSKI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 10 de abril de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Assistência Técnica, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-3), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, EDUARDO HENRIQUE DALLABONA KRUCZINSKI, inscrito no CPF sob o nº 083.091.729-23.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

LEI Nº 5396/2017

. LEI Nº 5396
. de 06 de abril de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL / OBSERVATÓRIO SOCIAL DE INDAIAL - OSIND.

(Autoria: vereadores Osvaldo Metzner, Jonas Luiz de Lima, Antônio Carlos Fink e Diego Pandini).

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, com base na Lei Municipal 3.855/09, alterada pela Lei Municipal 4.003/09, o OBSERVATÓRIO SOCIAL DE INDAIAL - OSIND, inscrito no CNPJ sob o nº 21.880.618/0001-63, com sede na Rua Vereador Alwin Rauh Júnior, nº 100, 2º piso, sala 5, no bairro das Nações, município de Indaial.

Art. 2º - AO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE INDAIAL - OSIND, fica assegurado todas as vantagens, prerrogativas e isenções constantes da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de Abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Procurador - Geral do Município Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - ALTERAÇÃO PRORROGAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 030/2017

Edital de Pregão Presencial nº 012/2017-10430

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que altera a data de entrega e abertura dos envelopes. Alteração do Objeto.

Objeto: Locação de serviços de caminhões e tratores, com operadores por hora.

Entrega dos envelopes: 27/04/2017 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 27/04/2017 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2017
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 036/2017

Edital de Pregão Presencial nº 017/2017-10430

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de leite para escolas e unidades da rede municipal de ensino.

Entrega dos envelopes: 27/04/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 27/04/2017 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO 012/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 005/2017 - REGISTRO DE PREÇOS**

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL-SC.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 12/2017 – Modalidade: Pregão Presencial nº 05/2017 – Tipo: Menor Preço por Lote - Objeto: aquisição de material de expediente, dentre outros, para a Câmara Municipal de Indaial. – Entrega dos envelopes da documentação/proposta: 27/04/2017 até às 09h00min. Abertura da sessão: 27/04/2017 às 09h15min. Demais informações no endereço: Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro - Indaial.- Local para obtenção do Edital: o mesmo ou pelo site www.camaraindaial.sc.gov.br, ou através telefone/e-mail:(47)3380-6900 secretaria@camaraindaial.sc.gov.br. 11/04/2017 – Osvaldo Metzner - Presidente Câmara.

INDAPREV**PORTARIA INDAPREV Nº 10/17**

. PORTARIA/INDAPREV Nº 10/17

. De 03 de abril de 2017

Concede Aposentadoria Especial de

Magistério á VERA CRISTINA MOSER KLOCH

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Especial de Magistério, a partir de 01 de março de 2017, a servidora Vera Cristina Moser Kloch, ocupante do cargo de Professora, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 – Prof. Educação infantil, fundamental e médio, voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Indaial/SC em 03 de abril de 2017

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Rua Castelo Branco, n.º 109 – Sala 02 – Centro – Indaial/SC
Fone/Fax: (47) 3333.8819 CEP 89130-000 – www.fapen.com.br
CNPJ: 07.855.180/0001-32

PORTARIA INDAPREV Nº 11/17

. PORTARIA/INDAPREV Nº 11/17

. De 03 de abril de 2017

Concede Aposentadoria Especial de

Magistério á ANA APARECIDA LOPES POSSAMAI

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Especial de Magistério, a partir de 01 de abril de 2017, a servidora Ana Aparecida Lopes Possamai ocupante do cargo de Professora, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 – Prof. Educação infantil, fundamental e médio, voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Indaial/SC em 03 de abril de 2017

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Rua Castelo Branco, n.º 109 – Sala 02 – Centro – Indaial/SC
Fone/Fax: (47) 3333.8819 CEP 89130-000 – www.fapen.com.br
CNPJ: 07.855.180/0001-32

PORTARIA INDAPREV Nº 12/17

. PORTARIA/INDAPREV Nº 12/17

. De 03 de abril de 2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade
E por Tempo de Contribuição à ROSI BATISTA

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição, a partir de 01 de abril de 2017, a servidora Rosi Batista, ocupante do cargo de Professora, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005 – Fórmula 85/95 – Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 01 de abril de 2017.

Indaial em 03 de abril de 2017

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Rua Castelo Branco, n.º 109 – Sala 02 – Centro – Indaial/SC
Fone/Fax: (47) 3333.8819 CEP 89130-000 – www.fapen.com.br
CNPJ: 07.855.180/0001-32

PORTARIA INDAPREV Nº 13/17

. PORTARIA/INDAPREV Nº 13/17

. De 03 de abril de 2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade
E por Tempo de Contribuição à ELZA DA CRUZ

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição, a partir de 31 de março de 2017, a servidora Elza da Cruz, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 40º § 1º III, "a" da Constituição Federal - Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 31 de março de 2017.

Indaial em 03 de abril de 2017.

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Rua Castelo Branco, n.º 109 – Sala 02 – Centro – Indaial/SC
Fone/Fax: (47) 3333.8819 CEP 89130-000 – www.fapen.com.br
CNPJ: 07.855.180/0001-32

PORTARIA INDAPREV Nº 9/17

. PORTARIA/INDAPREV Nº 9/17

. De 03 de abril de 2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade
E por Tempo de Contribuição à ARLETE
LONGO SCHUTZ

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição, a partir de 01 de abril de 2017, a servidora Arlete Longo Schutz, ocupante do cargo de Professora, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 – Voluntária por Idade e por Tempo de Contribuição.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 01 de abril de 2017.

Indaial, em 03 de abril de 2017

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Rua Castelo Branco, n.º 109 – Sala 02 – Centro – Indaial/SC
Fone/Fax: (47) 3333.8819 CEP 89130-000 – www.fapen.com.br
CNPJ: 07.855.180/0001-32

Ipuauçu

PREFEITURA

DECRETO 097/2017 DE 17 DE MARÇO DE 2017. PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO 097/2017

DE 17 DE MARÇO DE 2017.

PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor; e
Considerando que a servidora encontra-se em licença maternidade até o dia 07/04/2017;

DECRETA:

Art.1º. Fica encerrado o contrato da Servidora abaixo relacionada admitida em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
MARIANA PIRES	Professor II – 10h	10/04/2017

Art. 2º. A Servidora ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor II -10h., entrará a partir desta data em gozo de férias, até o dia 09/05/2017, correspondente ao período aquisitivo de 01/10/2015 à 30/09/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu-SC, em 10 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

PL PREF 26.2017 PP PREF 17.2017

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n 26/2017, Modalidade Pregão Presencial PREF n.17/2017, - Registro de preços.

Entrega de envelopes: Até às 13h30min do dia 28/04/2017;

Abertura de envelopes: Dia 28/04/2017 a partir das 14h00min

Objeto: Seleção de propostas para aquisição de gêneros alimentícios e outros para uso na secretaria municipal de saúde quando em desenvolvimento de reuniões em grupos de saúde, e secretaria municipal de assistência social em programas federais: idosos; bolsa família; peti; paif, e programas estaduais, quando de realização de atividades relacionadas a programas que tenham recursos oriundos do tesouro federal, tesouro estadual e tesouro municipal. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua

Zanella n. 818, na cidade de Ipuauçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuauçu - SC, em 11 de abril de 2017

CLORI PEROZA- Prefeita Municipal

PL PREF 27.2017 PP PREF 18.2017

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n 27/2017, Modalidade Pregão Presencial PREF n.18/2017, - Registro de preços.

Entrega de envelopes: Até às 08h30min do dia 03/05/2017;

Abertura de envelopes: Dia 03/05/2017 a partir das 09h00min

Objeto: Seleção de propostas para para a Contratação de Empresa para a Manutenção e Instalação da Iluminação Pública no Perímetro Urbano e Rural do Município de Ipuauçu-SC, através de Mão de Obra especializada e Fornecimento de Materiais Elétricos de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações constantes no Anexo I – Termo de referência deste edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuauçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuauçu - SC, em 11 de abril de 2017

CLORI PEROZA- Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 071/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017. DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR COMO OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA.

PORTARIA Nº 071/2017

DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR COMO OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA.

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal, DAUTO MEZZALIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40h, para atuar temporariamente como OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, a fim de atender necessidade urgente da municipalidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu- SC, em 10 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 072/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017.
DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA
ATUAR COMO OPERADOR DE MÁQUINAS.**

PORTARIA Nº 072/2017
DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR COMO
OPERADOR DE MÁQUINAS.

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no
uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação
vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal, ZOZICLEI MELLO,
ocupante do cargo de Mecânico - 40h, para atuar temporariamente
como OPERADOR DE MÁQUINAS, vinculado a Secretaria Municipal
de Obras, a fim de atender necessidade urgente da municipalidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 10 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 073/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017.
DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA
ATUAR COMO MOTORISTA.**

PORTARIA Nº 073/2017
DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR COMO
MOTORISTA.

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no
uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação
vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal, RENAN TOALDO,
ocupante do cargo de Mecânico - 40h, para atuar temporariamente
como MOTORISTA, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, a
fim de atender necessidade urgente da municipalidade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 10 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PRORROGAÇÃO PL PREF 18.2017**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA
QUE DEVIDO A ALTERAÇÃO DE EDITAL, faz adendo ao edital pror-
rogando data de protocolo de documentação assim estará rece-
bendo proposta referente ao Processo Licitatório n 18/2017, Edital
de Pregão Presencial PREF n. 11/2017, do tipo Menor Preço por
item até às 08:40 horas do dia 28 de abril de 2017, e fará abertura
das mesmas às 09:00 horas do mesmo dia, sendo que constitui-se
o objeto do presente edital a seleção de propostas para a sele-
ção de propostas para a aquisição de 01 (uma) mini escavadeira
hidráulica, zero km em atendimento ao Contrato de Repasse n.º
832882/2016/MAPA/CAIXA, processo n.º 2623.1033171-64/2016,
conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências
deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei
8.666/1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital
e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do muni-
cípio com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella
n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu
- SC, em 11 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Iratí**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017 - ERRATA**

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretario de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços profissionais nas áreas de Assessoria e Consultoria em Saúde Pública, gerenciamento da gestão da Atenção Básica, média e alta complexidade, treinamentos, palestrar na Conferência Municipal para elaborar o P.M.S. – Plano Municipal de Saúde, acompanhamentos em todos os programas da Atenção Básica, cadastrar e acompanhar convênios, emendas parlamentares, orientação na aplicação dos recursos vinculados para o Município de Irati, por meio da entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS de Irati.

Contratado : M.A. CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI - ME, CNPJ/MF 10.576.687/0001-61., com endereço na Rua A, nº 79, Novo Bairro, Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Fundamento Legal...: Art. 24, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI – SC, EM 11 de abril de 2017

SERGIO PACHECO

Comissão de Licitação

Presidente

Certifico que este extrato foi afixado no Mural Publico conforme Portaria 102/2010 nesta data.

____/____/2017, conforme Publicação N º ____/2017

MAURICIO EDUARDO ZANELLA

Responsável p/ publicação

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 121/2017

PORTARIA Nº 121/2017.

CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea "b" da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR GERSON FERREIRA MENEGUEL, nascido em 20/11/1972, portador do CPF nº 804.893.819-91, RG nº 2.813.201 SSP/SC, para no período de 03/04/2017 a 02/07/2017 exercer as atividades de Motorista (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 01/2016/SMS, homologado em 31/05/2016 e Contrato de Trabalho Temporário nº 06/2017, vinculada na Secretaria de Saúde, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Saúde, atuando em substituição ao servidor efetivo Marcelo Renato Popia, em Licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 126/2017

PORTARIA Nº 126/2017.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva KEILA ALVES NEPPEL, no período de 29/03/2017 a 26/07/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/03/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 127/2017

PORTARIA Nº 127/2017.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, ZELIA EDITE SAVICKI, nascida em 28/05/1995, portadora do CPF nº 088.605.439-75, RG nº 5.794.080 SSP/SC, para no período de 05/04/2017 a 22/12/2017 exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 03/2016/SME, homologado em 02/01/2017 e Contrato de Trabalho Temporário nº 05/2017/SME, vinculada a Secretaria de Educação visando o atendimento temporário e excepcional na área de Educação Infantil, em virtude de insuficiência de aprovados em Concurso Público Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 128/2017

PORTARIA Nº 128/2017.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido, a servidora SIMONE DE FÁTIMA LEVANDOSKI do cargo de Monitora de Creche (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 378/2014 de 07/08/2014.

Art. 2.º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 131/2017

PORTARIA Nº 131/2017.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR, NARLI JANKOSKI, nascida em 06/06/1990, portadora do CPF nº 083.150.309-22, RG nº 5.807.842 SESP/SC, para no período de 06/04/2017 a 15/12/2017 exercer as atividades de Professora de Português (40h/sem), conforme classificação em Edital de Chamada nº 03/2017/SME, vinculada a Secretaria de Educação, visando o atendimento temporário e excepcional, em virtude da insuficiência de aprovados em Concurso Público Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 136/2017

PORTARIA Nº 136/2017.

CONSTITUI COMISSÃO DE TESTE SELETIVO, DESIGNA MEMBROS PARA A SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001 e amparado nas disposições da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para acompanhar e coordenar todas as etapas relativas ao Teste Seletivo Edital nº 001/2017/PMI, para a seleção de servidores a serem admitidos em estrita observância a Lei Complementar nº 064/2013, para desenvolverem atividades em caráter temporário, nos seguintes cargos:

1. Auxiliar de Serviços Gerais II;
2. Agente Comunitário de Saúde para a área de São Pascoal;
3. Médico ESF.

Art. 2º - Designar os (as) servidores (as) Ana Paula Martins Reichardt, Claudia Heloisa Kuchla, Giozani Regina Crestani, Scheila Patrícia Kielb e Vinicius Marques Kingerski para comporem a referida comissão.

Art. 3º - Os membros ora designados são responsáveis pela elaboração, acompanhamento, coordenação e supervisão de todos os atos relativos ao Teste Seletivo para Contratação Temporária, inclusive pela seleção e classificação dos candidatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 10 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 137/2017

PORTARIA Nº 137/2017.

Designa membros para compor a Comissão de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão de Educação Permanente em Saúde, com a finalidade da transformação das práticas profissionais e organização do trabalho, baseado em um processo pedagógico, que contempla aquisição/atualização de conhecimentos e habilidades:

- I. Ariadne Barbosa Rodrigues;
- II. Cristiane Kruger;
- III. Daniela Aparecida Fritzen Randing;
- IV. Claudia Heloisa Kuchla;
- V. Angelita Nigrin;
- VI. Giliandra de Cássia Brand.

Art. 2º. Os membros ora designados são responsáveis pela elaboração de programa de ações em saúde e seu gerenciamento, zelando pelo bom cumprimento das atividades desenvolvidas pelos servidores da Saúde na Atenção Básica, SAMU e Hospitalar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 10 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

EXTRATOS DE ADITIVOS DE CONTRATOS

Aditivo Nº : 1AD 5/2017 - Contrato Nº: 5/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: SÉRGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA EPP

Valor : 4.065,32 (quatro mil e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 26/05/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2016

Recursos : Dotação: 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (161) Saldo: 16.702,88

Objeto : Aditivo de valor em razão de alterações e adequações na obra.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 6AD 31/2014 - Contrato Nº: 31/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CETRIC CENTRAL DE TRAT. RES. SÓL. DE CHAPECO LTDA.

Valor : 3.680,34 (três mil seiscentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos)

Vigência : Início: 20/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Objeto : Reajuste anual de valor conforme previsto no contrato inicial, pelo índice do INPC.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 57/2015 - Contrato Nº: 57/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: ETC LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA

Valor : 3.475,98 (três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aditivo de reajuste anual de valor conforme índice do INPC.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Itapema

PREFEITURA

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 041/2011 PROCESSO 071/2011

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

OITAVO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO 041/2011 PROCESSO 071/2011

BASE LEGAL: Art.57, II Lei 8.666/93 e alterações.

DO OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento da Unidade do SAMU vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social. O imóvel está localizado à Rua 600, nº. 10, no Bairro, Tabuleiro dos Oliveiras, possuindo área edificada de 135m².

DO PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017.

DO REAJUSTE: reajustado em 5,3866%, referente ao IGPM (Índice Geral de Preço ao Consumidor) do período.

LOCADOR:
AIRTON COTA
Itapema, 07 de abril de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2016 PROCESSO 024/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO 022/2016 PROCESSO 024/2016

BASE LEGAL: Art.57, II Lei 8.666/93 e alterações.

DO OBJETO Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos hospitalares, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital.

DO PRAZO: Prorrogado o prazo contratual por 12 (doze) meses.

Empresa: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

Itapema, 20 de março de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES OCUPACIONAIS: DEMISSÓRIOS, PERIÓDICOS, RETORNO AO TRABALHO, MUDANÇA DE FUNÇÃO, AUDIOMETRIA, LABORATORIAIS E RAIOS-X, PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 13:30 do dia 27/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 11 de Abril de 2017.

Lauro Schlickmann
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E ADITIVOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE. Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 8:15 do dia 27/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 12 de Abril de 2017.

Paulo Jose Theobald
Secretário de Transportes e Obras

DECRETO Nº 68 DE 10 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 68 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Altera membros da Comissão Coordenadora de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

D e c r e t a :

Art. 1º O Decreto nº 130, de 15 de agosto de 2016, que nomeia os membros da Comissão Coordenadora de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º ”

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TITULAR: Marlise Soehn
SUPLENTE: Luciana Mainardi”

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 10 de abril de 2017.
Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 69 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 69, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 71, de 10/04/2017 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

D e c r e t a :

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os servidores THIAGO ROHDEN, DIENIFER STRACK e REGIS KUERMER BITTENCOURT para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes “documentação”; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes “proposta” referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 71/2017, do Município de Itapiranga, às 08h30min do dia 26/04/2017, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no “caput” do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser

considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 11 de abril de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 074/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 074/2017

Dispensa de Licitação nº 074/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Aquisição de materiais diversos para a 9ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Itapiranga - EFRAIT

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso V, da Lei 8.666/93.

Contratado: Cooperativa A1

Valor Global: R\$ 3.528,00

Itapiranga - SC, 11 de Abril de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 075/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 075/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 075/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para apresentação do espetáculo teatral "Herta a vizinha", no dia 29 de abril de 2017, durante a realização da 9ª EFRAIT.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Contratado: Carlos Alberto Klein Curto Artes - ME

Valor: R\$ 3.000,00

Itapiranga - SC, 11 de abril de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 073/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 073/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 073/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Aquisição de peças para manutenção da escavadeira hidráulica PC-160 da Komatsu, lotada na Secretaria Municipal de Transportes.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratado: Mantomac Comércio de Peças e Serviços Ltda.

Valor: R\$ 3.831,89

Itapiranga - SC, 10 de abril de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 002/2017

CONTRATO Nº 002/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA E A EMPRESA JORNALÍSTICA FORÇA DO OESTE LTDA, OBJETIVANDO A DIVULGAÇÃO EM IMPRENSA ESCRITA DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Jacó, 311, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 78.484.995/0001-09, neste ato representado pelo Presidente, Exmo. Sr. AFONSO UTZIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Soledade, nesta cidade e Município de Itapiranga, SC, portador do CPF nº 347.621.409-53, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa EMPRESA JORNALÍSTICA FORÇA DO OESTE LTDA - ME, CNPJ nº 01.890.041/0001-63, estabelecida na Rua São Bonifácio nº 78, Bairro Centro, CEP 89.896-000, Município de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Sócio Administrador Sr. RAFAEL M. STUELP, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Itapiranga SC, portador do CPF nº 006.930.079-82 e Identidade nº 1.657.954, SSP/SC, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, PARA O ANO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 001/2017 e na Inexigibilidade de Licitação nº 003/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, PARA O ANO DE 2017, a saber:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	5.500,0	UND	CENTÍMETRO COLUMNA DE ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO MÍNIMO SEMANAL, PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, COMPREENDENDO LEIS, DECRETOS, RELATÓRIOS RELATIVOS A LEIS, INDICAÇÕES E DEMAIS ATOS DO PODER LEGISLATIVO, DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS, CONTRATOS, BEM COMO, ATOS RELATIVOS AOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, EM FORMATO DE MÍDIA.		1,75	9.625,00
Total						9.625,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados sempre que a Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga tenha necessidade de veiculação de publicidade de utilidade pública, de publicidade legal e ou publicidade institucional. As publicações deverão ser feitas de acordo com as necessidades da casa legislativa. Caberá somente ao Câmara de Vereadores a produção das matérias a serem publicadas, o qual as enviará a contratada através de arquivo magnético, e-mail ou documental. As publicações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pela Câmara de Vereadores. A contratada deverá fornecer também a Câmara de Vereadores, sem custo adicional, dois exemplares de cada jornal no qual constam as publicações de interesse da Câmara de Vereadores.

O credenciado obriga-se a circular dentro do Município de Município nas quantidades estabelecidas no objeto do Edital – Item I, quando contiver publicidade institucional ou legal contratada sob a forma deste edital. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do Credenciamento. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor total do contrato será de R\$ 9.625,00 (Nove mil seiscentos e vinte e cinco reais)

A periodicidade para faturamento será mensal, devendo a empresa credenciada encaminhar a Câmara de Vereadores, sempre até o penúltimo dia útil do mês, o relatório com a quantidade de cm/col. utilizados e publicações efetivadas, juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações.

A Câmara de Vereadores efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações.

Quanto ao reajuste: No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do IGPM- Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DA CAMARA DE VEREADORES - Na eventualidade da Câmara de Vereadores não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores da Câmara de Vereadores em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
01.01.2001.33903000000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES

- acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- efetuar o pagamento ajustado;
- dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.

f) A Câmara de Vereadores reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pela Câmara de Vereadores e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá a Câmara de Vereadores, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Câmara de Vereadores;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Câmara de Vereadores.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos a Câmara de Vereadores.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Câmara de Vereadores pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga - SC., 05 de abril de 2017

Afonso Utzig Rafael M. Stuelp
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Jornal Força do Oeste
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Anelise Eich
CPF: 304.805.669-68

Nome: Isabela Castilhos Motta
CPF: 059.551.539-85

Assessoria Jurídica

CONTRATO Nº 003/2017

CONTRATO Nº 003/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA E A EMPRESA JORNALÍSTICA JORNAL EXPRESSÃO LTDA, OBJETIVANDO A DIVULGAÇÃO EM IMPRENSA ESCRITA DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Jacó, 311, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 78.484.995/0001-09, neste ato representado pelo Presidente, Exmo. Sr. AFONSO UTZIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Soledade, interior do Município de Itapiranga, SC, portador do CPF nº 347.621.409-53, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa EMPRESA JORNALISTICA JORNAL EXPRESSAO LTDA – ME, CNPJ nº 08.657.922/0001-88, estabelecida na Rua

São Jacó, nº 11, Centro, CEP 89896-000, no município de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Sr. JAIR HENRIQUE DETERS, brasileiro, do comércio, portador da cédula de identidade nº 001.738.477 e do CPF nº 894.647.459-91, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, PARA O ANO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 001/2017 e na Inexigibilidade de Licitação nº 004/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, PARA O ANO DE 2017, a saber:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	5.500,0	UND	CENTÍMETRO COLUMNA DE ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO MÍNIMO SEMANAL, PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, COMPREENDENDO LEIS, DECRETOS, RELATÓRIOS RELATIVOS A LEIS, INDICAÇÕES E DEMAIS ATOS DO PODER LEGISLATIVO, DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS, CONTRATOS, BEM COMO, ATOS RELATIVOS AOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, EM FORMATO DE MÍDIA.		1,75	9.625,00
Total						9.625,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados sempre que a Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga tenha necessidade de veiculação de publicidade de utilidade pública, de publicidade legal e ou publicidade institucional. As publicações deverão ser feitas de acordo com as necessidades da casa legislativa. Caberá somente ao Câmara de Vereadores a produção das matérias a serem publicadas, o qual as enviará a contratada através de arquivo magnético, e-mail ou documental. As publicações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pela Câmara de Vereadores. A contratada deverá fornecer também a Câmara de Vereadores, sem custo adicional, dois exemplares de cada jornal no qual constam as publicações de interesse da Câmara de Vereadores.

O credenciado obriga-se a circular dentro do Município de Município nas quantidades estabelecidas no objeto do Edital – Item I, quando contiver publicidade institucional ou legal contratada sob a forma deste edital. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do Credenciamento. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor total do contrato será de R\$ 9.625,00 (Nove mil seiscentos e vinte e cinco reais)

A periodicidade para faturamento será mensal, devendo a empresa credenciada encaminhar a Câmara de Vereadores, sempre até o penúltimo dia útil do mês, o relatório com a quantidade de cm/col. utilizados e publicações efetivadas, juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações.

A Câmara de Vereadores efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações.

Quanto ao reajuste: No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do IGPM- Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DA CAMARA DE VEREADORES - Na eventualidade da Câmara de Vereadores não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores da Câmara de Vereadores em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
01.01.2001.33903000000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) A Câmara de Vereadores reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pela Câmara de Vereadores e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá a Câmara de Vereadores, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Câmara de Vereadores;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Câmara de Vereadores.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos a Câmara de Vereadores.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Câmara de Vereadores pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga - SC., 05 de abril de 2017

Afonso Utzig
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Jair Henrique Deters
Jornal Expressão
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Anelise Eich
CPF: 304.805.669-68

Nome: Isabela Castilhos Motta
CPF: 059.551.539-85

Assessoria Jurídica

CONTRATO Nº 004/2017

CONTRATO Nº 004/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA E A RADIO ITAPIRANGA LTDA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, a CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Jacó, 211, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 78.484.995/0001-09, neste ato representado pelo Presidente, Exmo. Sr. AFONSO UTZIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Soledade, interior do Município de Itapiranga, SC, portador do CPF nº 347.621.409-53, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa RÁDIO ITAPIRANGA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 84.375.872/0001-24 sita na Rua São Bonifácio, 280, na cidade e município de Itapiranga - SC, devidamente representada por seu sócio administrador, Sr. ADILSON JOAO BALDISSERA, brasileiro, casado, jornalista, portador do CPF nº 563.475.299-04, cédula de identidade nº 1.942.190 SSP/SC, residente na Rua Marques do Herval, 977/01, nesta cidade e município de São Miguel do Oeste e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES, PARA O ANO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 002/2017 e na Inexigibilidade de Licitação nº 005/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES, PARA O ANO DE 2017, a saber:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	9,00	MÊS	1.200,00	SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, ATRAVÉS DE 01 PROGRAMA SEMANAL A SER VEICULADO TODOS OS SABADOS DAS 11:18 ÀS 11:23, TOTALIZANDO 20 MINUTOS POR MÊS, BEM COMO, A DISPONIBILIDADE DE UM REPÓRTER/PROFISSIONAL PARA PRODUÇÃO DE PAUTA DOS PROGRAMAS A SEREM DIVULGADOS E TAMBÉM A LOCUÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Câmara de Vereadores de Itapiranga será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações, inserções e avisos a serem veiculadas serão encaminhados, pela Câmara de Vereadores, devidamente formatados e gravados em "CD", enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora. O programa semanal deverá ser veiculado aos sábados, das 11:18 horas às 11:23 horas, sendo que as matérias/entrevistas serão encaminhadas à emissora, gravadas em CD ou pen drive, ou devendo ser gravadas no estúdio da emissora ou com transmissão ao vivo, para divulgação dos serviços, atos oficiais, programas e campanhas do Poder Legislativo Municipal, cabendo a emissora a edição dos programas. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do Credenciamento. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor total do contrato será de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais)

A periodicidade para faturamento será mensal, devendo a empresa credenciada encaminhar a Câmara de Vereadores, sempre até o penúltimo dia útil do mês.

A Câmara de Vereadores efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal.

Quanto ao reajuste: No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do IGPM- Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DA CAMARA DE VEREADORES - Na eventualidade da Câmara de Vereadores não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores da Câmara de Vereadores em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
01.01.2001.33903000000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade

com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo

por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) A Câmara de Vereadores reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pela Câmara de Vereadores e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá a Câmara de Vereadores, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Câmara de Vereadores;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Câmara de Vereadores.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de

reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos a Câmara de Vereadores.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Câmara de Vereadores pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor no mês de abril de 2017 e vigorará até dia 31/12/2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga - SC., 06 de abril de 2017.

Afonso Utzig
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante Contratada

Adilson Joao Baldissera
Radio Itapiranga Ltda

TESTEMUNHAS:

Nome: Anelise Eich
CPF: 304.805.669-68

Nome: Isabela Castilhos Motta
CPF: 059.551.539-85

Assessoria Jurídica

CONTRATO Nº 005/2017

CONTRATO Nº 005/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA E A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITARIA ITAPIRANGA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o CAMARA DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Jacó, 211, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 78.484.995/0001-09, neste ato representado pelo Presidente, Exmo. Sr. AFONSO UTZIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Soledade, interior do Município de Itapiranga, SC, portador do CPF nº 347.621.409-53, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITARIA DE ITAPIRANGA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 08.861.078/0001-02 sita na Rua Dourado s/nº, na cidade e município de Itapiranga - SC, devidamente representada por seu representante legal, Sr. ONERI PIVATTO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 621.385.109-72, residente à Rua do Comercio, nesta cidade e município de Itapiranga e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES, PARA O ANO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 002/2017 e na Inexigibilidade de Licitação nº 006/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES, PARA O ANO DE 2017, a saber:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	9,00	MÊS	1.200,00	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, ATRAVÉS DE 01 PROGRAMA SEMANAL A SER VEICULADO TODOS OS SABADOS DAS 11:18 ÀS 11:23, TOTALIZANDO 20 MINUTOS POR MÊS, BEM COMO, A DISPONIBILIDADE DE UM REPÓRTER/PROFISSIONAL PARA PRODUÇÃO DE PAUTA DOS PROGRAMAS A SEREM DIVULGADOS E TAMBÉM A LOCUÇÃO.

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Câmara de Vereadores de Itapiranga será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações, inserções e avisos a serem veiculadas serão encaminhados, pela Câmara de Vereadores, devidamente formatados e gravados em "CD", enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora. O programa semanal deverá ser veiculado aos sábados, das 11:18 ÀS 11:23 horas, sendo que as matérias/entrevistas serão encaminhadas à emissora, gravadas em CD ou pen drive, ou devendo ser gravadas no estúdio da emissora ou com transmissão ao vivo, para divulgação dos serviços, atos oficiais, programas e campanhas do Poder Legislativo Municipal, cabendo a emissora a edição dos programas. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do Credenciamento. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor total do contrato será de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais)

A periodicidade para faturamento será mensal, devendo a empresa credenciada encaminhar a Câmara de Vereadores, sempre até o penúltimo dia útil do mês.

A Câmara de Vereadores efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal.

Quanto ao reajuste: No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do IGPM- Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DA CAMARA DE VEREADORES - Na eventualidade da Câmara de Vereadores não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores da Câmara de Vereadores em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
01.01.2001.33903000000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) A Câmara de Vereadores reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pela Câmara de Vereadores e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá a Câmara de Vereadores, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Câmara de Vereadores;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Câmara de Vereadores.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou

parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos a Câmara de Vereadores.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Câmara de Vereadores pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor no mês de abril de 2017 e vigorará até dia 31/12/2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Itapiranga - SC., 07 de abril de 2017

Afonso Utzig Oneri Pivatto

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Assoc. Radio Comunitária Itapiranga
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Anelise Eich
CPF: 304.805.669-68

Assessoria Jurídica

Nome: Isabela Castilhos Motta
CPF: 059.551.539-85

Itapoá

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO PREGÃO Nº 09/2017

NOTIFICAÇÃO

À EMPRESA:

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, CNPJ/MF: 84.697.051/0001-04;

O Município de Itapoá, através do Setor de Licitações e Contratos, vem se manifestar ao cumprimento das normas e condições constantes no edital de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - PROCESSO Nº 11/2017, para a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de estudantes universitários, em ônibus rodoviários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/Itapoá-SC e Itapoá-SC/Guaratuba-PR/Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, tendo em vista o indeferimento do requerimento manifesto pela empresa MONTANA TURISMO LTDA, CNPJ/MF: 78.172.756/0001-05, sob protocolo nº 2696/2017, conforme razões já expostas em Decisão de Manifestação de Recurso, publicado em 11/04/2017.

Deste feito, em cumprimento a cláusula 13.2 do edital e inciso XVI do art. 4º da Lei 10.520/2002, fica a empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, enquanto segunda classificada, convocada a apresentar-se em Sessão Pública para negociação do preço ofertado e posterior abertura de envelope de habilitação, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Itapoá, dia 12/04/2017 às 09:30h.

Atenciosamente,
Itapoá, 11 de abril de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 57_2013

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE Nº 57/2013

PROCESSO: 24/2013

CONTRATANTE: Município de Jaborá/SC.

CONTRATADA: Vandionor Gentil Sarturi - Me.

CNPJ: 11.114.985/0001-00.

OBJETO: Rescisão unilateral do contrato de prestação dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Jaborá, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, em especial os art. 78, inciso III, art. 79, inciso I e art. 80, no que couber, Lei nº 17.928/12, bem assim da Cláusula Nona do Contrato Originário.

DATA DE RESCISÃO: 11/04/2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Fundamento Legal: Amparo da Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Contrato Administrativo nº: 98/2017.

Objeto: a CEDENTE/PROPRIETÁRIO, acima identificado é proprietário de um imóvel, sito na localidade de Linha Jaborazinho, interior, neste Município, no qual consta uma área propícia para a extração de cascalho, utilizado pelo MUNICÍPIO, na conservação e melhoria das estradas públicas municipais; pelo presente o CEDENTE/PROPRIETÁRIO, autoriza o MUNICÍPIO, à extração do cascalho, dentro da área do plano de lavra que esta em anexo ao contrato, para as finalidades específicas.

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: NIBEL GREZELLE, inscrita no CPF sob o nº 479.872.869-15.

Jaborá, SC, 11 de abril de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2017/CMDCA

EDITAL Nº 01/2017/CMDCA

ABRE INSCRIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS QUE PODERÃO SER FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA/FIA, À ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MODALIDADE DE FINANCIAMENTO DIRETO E CHANCELA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/JS), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016, com base na deliberação da Plenária Ordinária do CMDCA, ocorrida aos 31 de março de 2017, resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art.1º. Tornar público os procedimentos e critérios para inscrição de projetos que poderão ser financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA/FIA), por entidades não governamentais e programas governamentais, na modalidade de financiamento direto e chancela, a fim de qualificar e potencializar os serviços da rede de atendimento à criança e adolescente de Jaraguá do Sul.

CAPÍTULO II – DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Art.2º. Poderão inscrever projetos para pleitear recursos do FMDCA/FIA, as entidades não governamentais e programas governamentais que tenham registro e/ou inscrição de programas, em vigência no CMDCA, na data da apresentação do projeto.

Art.3º. Os projetos apresentados, deverão atender crianças e/ou adolescentes do município de Jaraguá do Sul e estarem em conformidade com a legislação pertinente a este edital, em especial a Lei nº 8.096/1990 (ECA), Lei Municipal nº 7.301/2016 ou a que a suceder e Resolução nº137/2010/CONANDA, prevendo aplicação dos recursos do FIA, de acordo com os seguintes requisitos:

I. desenvolvimento de serviços e programas complementares ou inovadores, por tempo determinado, voltados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, não excedendo a três anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

II. Projetos voltados ao serviço de acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 34 da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, observada as vedações do art.16 da Resolução nº 137/2010/Conanda.

III. programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV. programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V. desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI. ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

VII. desenvolvimento de ações em conformidade com o Plano de Aplicação Financeira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Parágrafo único: O desenvolvimento de ações ocorrerá em conformidade com o Plano de Aplicação Financeira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.4º. Os projetos aprovados poderão ser financiados por no máximo 3(três) anos consecutivos ou alternados, mediante reencaminhamento anual da documentação, em conformidade com o edital vigente.

Art.5º. Para este edital, poderá ser financiado até 3(três) projetos por entidade não governamental ou programa governamental.

CAPÍTULO III– DO FINANCIAMENTO DIRETO

Art.6º. O financiamento direto deve ser entendido como o repasse direto dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após a celebração de contrato com o proponente do mesmo, conforme anexo VIII.

Art.7º. O CMDCA destinará valor de acordo com o plano de aplicação financeira, conforme orçamento previsto para o exercício de 2017, no valor estimado de R\$320.000,00, podendo este valor ser alterado de acordo com a disponibilidade financeira e arrecadações do (FMDCA/JS).

§1º Os recursos na modalidade direta, poderão ser liberados totalmente ou parcialmente, na ordem de até 100% do solicitado, considerando a disponibilidade financeira no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (FMDCA/JS) e as normas gerais deste edital.

§2º Os recursos financeiros deste edital correrão por conta das dotações nº 13 e 14 no exercício de 2017.

CAPÍTULO IV – DA CHANCELA

Art.8º A chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos através da renúncia fiscal, pelo proponente do projeto já aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo os procedimentos e critérios deste edital.

§1º Os recursos captados na modalidade chancela, para execução do projeto, constituirão receita do FMDCA/FIA.

Art.9º O proponente do projeto aprovado na modalidade chancela estará apto a captar recursos munido dos seguintes documentos:

§1º- Parecer emitido pela Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que lhe suceder.

§2º- Resolução do CMDCA/JS que disporá sobre a aprovação do projeto;

Art.10º. Os projetos contemplados terão 12 (doze) meses para captar recursos junto as pessoas físicas e/ou jurídicas, através das renúncias fiscais e o início da execução do mesmo deverá ser dentro do prazo deste edital.

Art.11. Os recursos captados em cada chancela terão um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) retido no FMDCA/FIA.

Art.12. Quando o valor arrecadado via chancela for insuficiente para o financiamento total do projeto, poderá o proponente complementar com recursos próprios ou ainda, poderá adaptar o plano de trabalho ao valor arrecadado, observando-se as prioridades neles consignadas e a manutenção do objeto.

Art.13. O repasse de recursos da receita captada será feito por meio de contrato, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – Semash ou outra que lhe suceder e reger-se-á pela legislação municipal e federal pertinentes.

CAPÍTULO V- DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art.14. Para habilitação dos projetos, a entidade não governamental deverá protocolar os seguintes documentos:

- Ofício endereçado ao CMDCA solicitando a liberação de recursos e o motivo.
- Cópia do Estatuto da entidade e suas alterações ou Contrato Social.
- Cópia da Ata da eleição da atual diretoria e período de mandato.
- Cópia da cédula de identidade e CPF do atual presidente da entidade.
- Original da Certidão do registro do arquivamento dos atos constitutivos no cartório de registro civil.
- Original da Certidão Negativa de Tributos Municipais (certidão de regularidade fiscal)
- Escrituração Fiscal Digital do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (EFD-IRPJ) antiga DIPJ. O valor da subvenção do ano anterior deve estar registrada na EFD-IRPJ do ano seguinte.
- Retirar via internet a Certidão de Regularidade do FGTS.
- Retirar via internet a Certidão Negativa de Tributos Federais.
- Retirar via internet a Certidão Negativa de Tributos Estaduais.
- Retirar via internet a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- Retirar via internet a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do foro ou Cartório da sede da proponente, com data não anterior a 30 (trinta) dias antes da data de apresentação dos documentos de habilitação.
- Declaração firmada pela proponente, em cumprimento ao disposto no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666/93, nos termos do Decreto nº4.358, de 05/09/2002, conforme anexo VI deste edital;
- Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da proponente, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanco e demonstrações a ser apresentado deverá ser cópia extraída do Livro Diário, com apresentação do Termo de Abertura e Encerramento deste, devidamente autenticado pela Junta Comercial do Estado.

p.1) As Empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, que é regulamentado pela INRFB nº 787/2007, e se optantes pela entrega de sua Escrituração Contábil Digital (ECD) estarão dispensadas da apresentação dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário em meio físico, das informações patrimoniais e contábeis a partir do exercício de 2009, uma vez que o fazem na forma digital/eletrônica, devendo, entretanto, comprovar o registro e autenticação das folhas do Balanco e Demonstrativo do Resultado pela Junta Comercial do Estado. É indispensável que o licitante faça a necessária prova de ser utilizador do SPED, bem como, de que escritura informações contábeis pela ECD. A prova desta circunstância afastaria o descumprimento do inciso I do artigo 31 da Lei Federal N.º 8.666/93.

o. Declaração - Decreto Municipal 7.306/2010, conforme anexo VII deste edital.

Paragrafo único: Os documentos deverão ser protocolados em cópia física, numerada e assinada pelo responsável legal, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, setor financeiro, sito a Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha, em envelope fechado, identificado com as seguintes informações:

EDITAL 001/2017/CMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA/FIA - Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência social e Habitação ou outra que lhe suceder.

• Proponente: _____

• CNPJ: _____

• Nome do Projeto: _____

CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art.15. Após emissão de parecer pela Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que lhe suceder:

§1º Os documentos serão analisados pela Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que lhe suceder, que poderá, durante a análise da documentação convocar as partes interessadas para quaisquer esclarecimentos, por ventura necessários.

§2º Após a análise, Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra que lhe suceder, emitirá parecer de habilitação ou inabilitação.

I - As entidades inabilitadas serão notificadas e terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação para apresentarem recursos.

II - As entidades habilitadas terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do parecer no Diário Oficial do Município da Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que lhe suceder, para apresentar os documentos relativos a inscrição da proposta de projeto, conforme art.16 deste edital.

CAPÍTULO VII – DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Art.16. A inscrição de projetos, será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

1. Requerimento (anexo I).
2. Formulário Padrão para Inscrição de Projeto (anexo II).
3. Planilha de custos (anexo III).
4. 3(três) cotações, no mínimo, contendo a descrição de cada material/serviço, com prazo de validade em conformidade com o protocolo do projeto. A especificação técnica do material/serviço, deverá ser a mesma em todos os orçamentos e com detalhes suficientes para sua correta identificação, em especial para equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros.
5. Justificativa da falta de três cotações, quando não houverem, no mínimo três fornecedores ou fabricantes, assim como, justificativa para as vantagens apresentadas por uma das cotações, em razão do custo benefício.
6. Parecer da Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§1º. Os documentos deverão ser entregues em cópia física, numerada e assinada pelo responsável legal, a serem protocolados na secretaria-executiva do CMDCA, sito a Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha, em envelope fechado, identificados conforme modelo abaixo:

EDITAL 001/2017/CMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA/FIA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Comissão de Análise de Projetos

- Proponente: _____
- CNPJ: _____
- Nome do Projeto: _____

§2º. Os documentos descritos nas alíneas (a, b, c, d, e) deste artigo, deverão ser entregues também em mídia eletrônica (CD, DVD ou pen drive - em extensão “.doc” / “.odt” / “.pdf”), e protocolados em envelope separado da cópia física, contendo a mesma identificação descrita no §1º.

§3º. Os projetos que não apresentarem rigorosamente os documentos e a mídia eletrônica, elencados neste artigo, serão inabilitados.

I – Após a análise pela Comissão de Análise de projetos do CMDCA, esta poderá solicitar ao proponente para que efetue a emenda ao requerimento, no prazo máximo de 15(quinze) dias, para sanar os documentos faltantes, sob pena de indeferimento definitivo do projeto apresentado.

§4º. Os projetos apresentados e seus anexos não serão devolvidos, independentemente de qual seja o resultado.

Art.17. Caso o projeto apresentado pelo proponente exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, este(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo respectivo responsável (Engenheiro, Arquiteto, Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de ART – Registro de responsabilidade técnica, quando for o caso.

Art.18. Em caso de projetos de capacitação e formação continuada, os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Requerimento (anexo I)
- b) Formulário da capacitação/formação (anexo IV);
- c) Planilha de custos (anexo III);
- d) Programação do evento.

§1º - As entidades não governamentais antes de apresentar os documentos do caput deverão apresentar os documentos do art.14 referente a habilitação.

§2º - Os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, a exemplo do Conselho Tutelar também poderão apresentar propostas de capacitação e formação continuada, ficando isentos de inscrição junto ao CMDCA, em conformidade com o art.2º deste edital, bem como, dos documentos referentes a habilitação.

§3º - O proponente terá prazo de 30 dias úteis, a contar da data de encerramento, para o envio de Cópia do Certificado ou Diploma de Conclusão da Capacitação e (ou) Formação Continuada ao CMDCA.

CAPÍTULO VIII – DOS CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS INSCRITOS

Art.19. Após emissão de parecer pela Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou outra que lhe suceder, os projetos serão analisados pela Comissão de Análise de Projetos do CMDCA/JS, a qual terá 15 (quinze) dias úteis do expediente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, para emissão do seu parecer.

Art.20. As propostas serão avaliadas pela Comissão de Análise de Projetos, em 3 (três) fases distintas:

I. Habilitação do projeto: consiste no estrito cumprimento da entrega dos documentos referidos nos arts.16 e 18 do presente edital.

II. Análise e Emissão de Parecer: os projetos serão analisados pela Comissão que, se necessário, convocará representante do proponente do projeto para prestar esclarecimentos, realizará visitas “in loco”, assim como, poderá recorrer a quaisquer instâncias internas e externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos e/ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão. Nesta etapa serão considerados os seguintes critérios:

1. Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes, relacionadas à criança e ao adolescente;
2. Mérito (intencionalidade do projeto);
3. Relevância do projeto em relação a ações que promovam a garantia do acesso aos direitos fundamentais;
4. Impacto social (transformações a que se propõe realizar);
5. Comprovação de que a entidade ou programa governamental dispõe de condições técnicas, administrativas, legais e físicas para execução do objeto do projeto;
6. Comprovação de que o projeto não apresenta vício de origem (Projetos apresentados por órgãos governamentais em nome de entidades não governamentais);

III. Deliberação da Plenária: encaminhamento do parecer da comissão para apreciação e deliberação pela plenária do CMDCA/JS.

Art.21. O conselheiro titular ou suplente do CMDCA, representante de entidade não governamental ou programa governamental que inscrever projeto, se membro da comissão de análise de projetos, não poderá participar da análise do mesmo.

Parágrafo único: Os representantes de entidades não governamentais ou programas governamentais, presentes na plenária, na ocasião da votação do projeto, não poderão manifestar-se, com exceção de solicitação da plenária.

CAPÍTULO IX- DAS DESPESAS VEDADAS

Art.22. É vedado às entidades ou programas custearem despesas com:

- I. custos referentes à administração (taxa de administração, aluguel de imóvel, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone e IPTU);
- II. gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes da diretoria da instituição e seus familiares em até segundo grau, ou a servidores públicos federal, estadual ou municipal integrantes da administração direta ou indireta (ativos, inativos ou licenciados);
- III. pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;
- IV. utilização dos recursos em finalidade diversa daquela estabelecida no projeto;
- V. realização de despesas com publicidades, informativos das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de dirigentes e técnicos da entidade, de autoridades e/ou servidores públicos;
- VI. pagamento de salário, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;
- VII. financiamento de ações relacionadas as políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de recurso específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;
- VIII. investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência;
- IX. Demais vedações previstas no art. 39 e subsequentes da Lei 13.019/2014;
- X. Demais vedações previstas no art.16 da Resolução nº 137/2010/Conanda.

Parágrafo único – Não será considerado como reforma, o projeto em que a condição para sua execução implicar em adequações físicas, desde que não ultrapassem a 10% do valor total do mesmo e que sejam parte de uma estrutura física já existente.

1.

2. CAPÍTULO X – DO REPASSE DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS

3.

Art.23. A data inicial para aplicação dos recursos recebidos pelas entidades, deverá ser posterior a data do repasse do recurso para sua conta corrente.

Art.24. Será anulado ou interrompido o repasse do recurso referente ao projeto aprovado, caso o (a) proponente tiver indeferida a renovação, cassado ou suspenso o seu registro ou inscrição do programa junto ao CMDCA/JS.

Art.25. As entidades não governamentais e os programas governamentais comprovarão a utilização dos recursos recebidos e aplicados, nos termos do contrato, observadas as exigências da legislação e normas editadas pelo CMDCA/JS com base no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO XI – DO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.26. O acompanhamento, fiscalização e a avaliação da prestação de contas dos contratos, celebrados com recursos do FMDCA/FIA, são de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/JS.

Art.27. A entidade não governamental ou programa governamental deverá apresentar prestação de contas do contrato em conformidade com as normas desse edital.

Art.28. A entidade não governamental ou programa governamental que não apresentar prestação de contas ou investir o recurso em desconformidade com o projeto aprovado pelo CMDCA/JS, estará sujeita a devolução do valor investido indevidamente.

Parágrafo Único. Os valores que trata o Art. 28, deverão ser corrigidos pelo indexador IGP-M, da data do depósito efetuado pelo FMDCA/FIA até a data de devolução do recurso indevido.

Art.29. A entidade não governamental ou programa governamental, ao término do repasse da última parcela, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá encaminhar e apresentar ao CMDCA/JS, relatório em conformidade com o anexo V deste edital.

CAPÍTULO XII – DA DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Art.30.A entidade não governamental ou programa governamental contemplados com recursos do FMDCA/FIA/JS, deverá participar de ações de socialização dos resultados dos projetos financiados, em conformidade com deliberação do CMDCA (audiências públicas, plenárias extraordinárias, plenárias ampliadas entre outros eventos), sempre que este solicitar, como forma de prestação de contas à comunidade.

Art.31.As entidades não governamentais ou programas governamentais que obtiveram projetos aprovados pelo CMDCA/JS, devem obrigatoriamente mencionar em suas divulgações, através da imprensa falada, escrita, mídias virtuais, placas, impressos, folderes, reuniões, apresentações em eventos, entre outros, que o projeto é financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul – FMDCA/JS.

Parágrafo único - A divulgação deverá ser realizada contendo a logomarca do Fundo e do CMDCA como parceiro/financiador, conforme modelos constantes no contrato, em todo o material.

Art.32.Ao inscrever projetos a entidade não governamental ou programa governamental, automaticamente concorda com a utilização gratuita, pelo CMDCA/JS, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação, independente de qual seja sua forma.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.33. A entidade não governamental ou programa governamental que não iniciar seu projeto no cronograma previsto, perderá o financiamento, exceto se houver justificativa aprovada pelo CMDCA.

Art.34. O ato de inscrição de projetos implica (na) plena concordância dos termos deste edital.

Art.35. A(o) proponente, cujo projeto visa a aquisição de bens materiais permanentes (equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros), que durante e após a implantação do projeto não venha garantir e manter a sua continuidade, deverão esses materiais/equipamentos, serem alocados em programas/projetos/serviços não governamentais ou governamentais, que atendam crianças e/ou adolescentes, por deliberação em plenária do CMDCA/JS.

§1º. Os bens materiais permanentes serão transferidos automaticamente para o patrimônio do FIA/FMDCA, sendo necessário a colocação etiqueta adesiva de patrimônio do FIA/FMDCA pelo setor de responsável da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

§2º. O CMDCA/JS também poderá sugerir a alocação dos bens materiais permanentes em outros programas/projetos/serviços não governamentais ou governamentais, em conformidade com o caput deste edital.

Art.36. Integram o presente edital os anexos I, II, III, IV, V, VI e VII.

Art.38. Toda a legislação vigente pertinente a este edital e demais informações poderão ser obtidas no portal da Prefeitura de Jaraguá do Sul www.jaraguadosul.sc.gov.br ou através do endereço eletrônico cmdca@jaraguadosul.sc.gov.br.

Art.37. Este edital entra em vigor na data da sua publicação, tendo sua validade por 12(doze) meses, podendo ser revogado em partes ou em sua totalidade, a qualquer tempo.

Jaraguá do Sul, 31 de março de 2017.

LUIZA HELENA ROSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul – CMDCA

LOGO DA ENTIDADE Caso Tenha	CABEÇALHO
--------------------------------	-----------

ANEXO I – REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO DE PROJETO

Jaraguá do Sul, de de 2017.

Ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Prezados,

Atendendo ao Edital 01/2017/CMDCA/JS, encaminhamos o projeto " " para apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul – CMDCA, objetivando captar recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA).
Esclarecimentos acerca do projeto supracitado, poderão ser prestados pelo(a) Sr(a)...
pelo(s) telefone(s) e endereço eletrônico

Atenciosamente;

FULANO(S) DE TAL

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade ou Programa/Secretário Municipal (poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)

4. ANEXO II - FORMULÁRIO PADRÃO PARA INSCRIÇÃO DE PROJETO CMDCA/FMDCA - 2017

I - Dados do Proponente:			
1-Proponente do Projeto:			
CNPJ nº:			
Registro no CMDCA nº:		Validade do Registro:	
Endereço:		Nº:	Comp.:
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:		E-mail:	
Site:			
Nome do responsável legal da entidade:			
Telefones:		E-mail:	
Nome do responsável técnico do projeto:			
Telefone:		E-mail:	
Nº da conta corrente: _____ Banco: _____ Agência: _____			

2-Resumo das Informações - Cerca de 10 linhas – contemplar os seguintes itens: o que é o projeto; onde será desenvolvido, área de atuação; a quem atenderá (público-alvo); o que será oferecido; custo total do projeto, parceiros do projeto, resultados esperados)

3-Valor total do projeto:

4-Valor a ser captado:

5-Duração do projeto (nº de meses):

Descrição Técnica do Projeto:

1. Nome do Projeto -Escrever o nome para o projeto.

2. Justificativa - Este item deverá apresentar dados que justifiquem a necessidade da implantação do projeto, explicando a sua importância e resultados que trará para as crianças e adolescentes, suas famílias e comunidade.

3. Objetivo Geral - Descrever com base na justificativa, qual a finalidade geral do projeto, levando em consideração os resultados que pretende alcançar junto ao público-alvo. Deve-se iniciar a frase utilizando verbos no infinitivo, por exemplo: "capacitar", "promover", "investir", "realizar", "oferecer", etc)

4 Objetivos Específicos - Descrever objetivos intermediários, necessários para que se alcance o objetivo geral.

5. Público beneficiado - Este item refere-se a quais e quantas pessoas serão beneficiadas, descrevendo as características deste público (faixa etária, realidade social, etc.).

6. Metodologia - Descrever como o Projeto será realizado do começo ao fim, após o recebimento do recurso financeiro, detalhando as atividades (passo a passo, dias de funcionamento, conteúdos a serem trabalhados, etc).

7. Recursos Humanos - Descrever quem serão as pessoas responsáveis pela execução do projeto, conforme a tabela abaixo:

Nome	(cargo/função na entidade)	Função no projeto	Vínculo (CLT, prestador serviços, voluntário, efetivo)

8. Cronograma de Execução do projeto: Especificar quais ações/atividades serão desenvolvidas mês a mês.

ANO DE EXECUÇÃO - 2017

Ação/Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

9. Monitoramento e Avaliação do Projeto: Descrever como serão avaliados os resultados do projeto. Importante destacar o que será feito, caso os resultados não sejam os esperados.

ANEXO III

Planilha de Custos

Nº Ord.	Item	Unidade	Quantidade	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Menor Orçamento	Fornecedor
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								

5. ANEXO IV - FORMULÁRIO PADRÃO PARA INSCRIÇÃO DE PROJETO CMDCA/FMDCA – DE CAPACITAÇÕES E FORMAÇÃO CONTINUADA-2017

I - Dados do Proponente:

1-Proponente do Projeto:

CNPJ nº:

Registro no CMDCA nº:

Validade do Registro:

Endereço:

Nº:

Comp.:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Site:

Nome do responsável legal da entidade:

Telefones:

E-mail:

Nome do responsável técnico do projeto:

Telefone:

E-mail:

Nº da conta corrente: _____ Banco: _____ Agência: _____

II - Dados Específicos da Capacitação/Formação Continuada

1-Objetivo da capacitação:



2- Local de realização:

3-Promotor do evento:

4-Carga horária da capacitação/dias:

6-Valor a ser captado:

7- O valor a ser captado será gasto em:

() Alimentação R\$ _____ () pernoite R\$ _____ () inscrição R\$ _____ () transporte R\$ _____

Observações: _____

8- O conhecimento adquirido será multiplicado?

() Sim () Não Para quem: _____

9- Nome dos participantes:

10-Observações: _____

O folder/programação do evento com todas as informações deverá ser anexado a este formulário, juntamente com os demais documentos previstos no art.18 do Edital nº01/2017/CMDCA/JS.

6. Anexo V

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO: _____

01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE:	02- PERÍODO DE EXECUÇÃO:
03- CONTRATO Nº (ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL):	04. TOTAL DE PARCELAS:

05. SINTESE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	
5.1.1 VALOR TOTAL RECEBIDO:	5.1.2. VALOR TOTAL GASTO:
OBS:	

06. TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	
6.1 PARCIAL:	6.2 FINAL – EXECUÇÃO DO CONTRATO:
DE ____/____/____ A ____/____/____.	DE ____/____/____ A ____/____/____.

07.Ações e Resultados			
Ações previstas no projeto	Realização	Resultados alcançados	Resultados não alcançados
7.	() Sim () Não		
8.	() Sim () Não		
9.	() Sim () Não		
10.	() Sim () Não		
11.	() Sim () Não		

8. JUSTIFICAR CASO O PROJETO NÃO TENHA SIDO EXECUTADO CONFORME PROGRAMADO E RELATAR PROBLEMAS, QUANDO HOUVER, NO PROCESSO DE EXECUÇÃO:

09. ATENDIMENTOS	
Nº DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES BENEFICIADOS	
Nº DE FAMILIAS BENEFICADAS	

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES (descrever de que forma ocorreu o monitoramento e avaliação das atividades/ações previstas no projeto e a participação das crianças e adolescentes nesse processo).

10. AUTENTICAÇÃO

_____/_____/_____
DATA NOME DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI- DECLARAÇÃO

..... inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade Nº CPF nº
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art.27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

.....
Data.....
Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO

..... inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade Nº CPF nº
DECLARA, para fins do disposto no Decreto Municipal nº 7306/2010, que tenho pleno conhecimento do seu teor, bem como, dos seus efeitos e me comprometo ao seu total cumprimento, respeitando as vedações previstas nos art. 27 e 28, a saber:
É vedado celebrar convênio, acordo, ajuste, efetuar transferência ou conceder benefícios, sob qualquer modalidade, para qualquer órgão ou entidade de direito público ou privado que esteja em mora, inadimplente com outros convênios, acordos ou ajustes ou não esteja em situação de regularidade perante os órgãos da União, do Estado de Santa Catarina e Município de Jaraguá do Sul.

Fica vedada a inclusão, tolerância ou admissão nos convênios, acordos ou ajustes, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

II - utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

V - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, admitidas e consideradas como legais as despesas normais com manutenção da conta corrente destinada, exclusivamente, à movimentação dos recursos provenientes do respectivo convênio, acordo ou ajuste;

VI - a assinatura de termo aditivo com alteração do objeto, conforme estabelece o § 1º, do artigo 9º, deste Decreto;

VII - a alteração de metas constantes do Plano de Trabalho sem a anuência do concedente.

Data

.....
Representante Legal

ANEXO VIII- MODELO DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXXXXXXX, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com sede na Rua Walter Marquardt nº 1.111, neste ato representado pela sua Gerenciadora XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente de FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2017/CMDCA, com fundamento no art. 25 "caput", da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, CREDENCIA, através deste termo, a Entidade XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na no Município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX neste ato representada pelo Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX, Presidente, portador da cédula de identidade XXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, celebram o presente Contrato, de acordo com o Processo nº e a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1.O presente, tem por objetivo o credenciamento da entidade XXXXXXXXXXXXXXXX em conformidade com as especificações e detalhamentos

dos Anexos II, III e V, atendendo a Lei nº 8.666/93 e alterações.

PROJETO	Valor TOTAL

*Anexar cópias dos orçamentos ao final deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO

2.1. A credenciada perante o FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE deverá atender as seguintes exigências:

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA E DIVULGAÇÃO.

Além do atendimento disposto na cláusula segunda, são obrigações da CREDENCIADA:

3.1 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O FUNDO se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

3.2 – XX

3.3 – XX

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO

4.1. O credenciamento será feito rigorosamente dentro das especificações do Fundo, contida no Edital nº 01/2017.

4.2. O Fundo credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

4.3. Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste Contrato correrão por conta da CREDENCIADA.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos projetos que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos seguintes valores abaixo:

			Planilha de custos	

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente instrumento terá vigência por 12 (DOZE) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite do inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme critério do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão do contrato, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

I - advertência;

II - multa na forma prevista no item 8.3;

III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2. As multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou por meio de Documento de Arrecadação Municipal e quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.3. poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Projeto Aprovado, ao mês da ocorrência, quando por etapas, quando a CREDENCIADA:

a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização por escrito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) desatender as determinações da fiscalização;

e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

f) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e/ou a terceiros, independente da obrigação da CREDENCIADA em reparar os danos causados.

8.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

CLÁUSULA NONA – TRANSFERÊNCIA

9. A CREDENCIADA não poderá, transferir total ou parcialmente, o presente instrumento a terceiros, sem a prévia autorização por escrito do FUNDO e responderá quanto aos encargos e indenizações devidos face à Legislação Trabalhista e Previdenciária, assegurando-se ao FUNDO o direito de regresso no caso de condenação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA RESCISÃO

10. O não cumprimento das cláusulas deste Instrumento, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

10.1 Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 à 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento ocorrerão por conta do FUNDO conforme segue: 12.1 Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento ocorrerão por conta do FMDCA .

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 Em caso de atraso na entrega das faturas pela CREDENCIADA, o pagamento feito pelo FUNDO será retardado proporcionalmente, sem que a CREDENCIADA tenha direito a juros ou qualquer adicional pelo atraso;

11.2 A CREDENCIADA poderá descredenciar-se desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias a secretaria executiva do CMDCA/JS.

É vedada à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste termo;

11.3 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo FUNDO, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a prestação de serviço da melhor qualidade.

12. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, o Edital nº 01/2017/CMDCA e seus Anexos, e no que couber a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

13. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Jaraguá do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Contrato, em duas vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

Jaraguá do Sul (SC), _____ de _____ de 2017.

--	--

TESTEMUNHAS:

--	--

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 março 2017.

_____. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 15 de março de 2017.

_____. Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 15 março 2017

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CONANDA - Resolução nº 137, de 21 de Janeiro de 2010, dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/midiateca/publicacoes/resolucao-no-137-fundos-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 15 de março de 2017.

Jaraguá do Sul. Decreto Municipal nº 7306, de 14 de julho de 2010. Disciplina a celebração de convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira, que tenham por objeto a execução de projetos, atividades ou realização de eventos. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/jaragua-do-sul/decreto/2010/731/7306/decreto-n-7306-2010-disciplina-a-celebracao-de-convenios-acordos-ou-ajustes-de-natureza-financeira-que-tenham-por-objeto-a-execucao-de-projetos-atividades-ou-realizacao-de-eventos>. Acesso em: 15 de março de 2017.

_____. Lei nº 7.301, de 09 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/conselho-municipal-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-cmdca>. Acesso em: 15 de março de 2017.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 15 março 2017.

BRASIL. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 15 de março de 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CONANDA - Resolução nº 137, de 21 de Janeiro de 2010, dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/midiateca/publicacoes/resolucao-no-137-fundos-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 15 de março de 2017.

Jaraguá do Sul. Lei nº 7.301, de 09 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/conselho-municipal-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-cmdca>. Acesso em :15 de março de 2017.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: Menor Preço por Item

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que em função da ausência da publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União – D.O.U., está reabrindo os prazos legais para a entrega, credenciamento e abertura dos Envelopes, conforme segue:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 26 de abril de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos

As demais informações permanecerão inalteradas. O Edital Versão II será disponibilizado no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, a partir do dia 13/04/2017.

Jaraguá do Sul (SC), 11 de abril de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para aquisição de MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
02	650	Pacote	COPOS DESCARTÁVEIS 50ml C/ 100 un Copo branco em poliestireno com capacidade mínima para 50ml. Atóxico, 100% resina virgem, composição homogênea. Isento de odor, bolhas, deformações, furos, rebarbas, bordas afiadas, sujidade interna ou externamente. Deve conter gravado de forma visível e indelével em relevo, identificação do fabricante, capacidade e símbolo de identificação do material para reciclagem de acordo com NBR 13230. Selo INMETRO de acordo com NBR 14.865, Portaria nº 453 de 01 de dezembro de 2010 e Portaria nº 125 de 15 de março de 2011. Para uso em dispenser manual ou automático. Embalados em pacote plástico lacrado, com identificação pré-impressa, contendo 100 unidades. Garantia de troca em caso de copos danificados e compactados que impossibilitem seu uso e/ou uso em dispenser automático. Data de fabricação inferior a 6 meses da data de entrega pelo fornecedor. Fabricante com desenvolvimento sustentável. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão com 50 pacotes.	1,04
21	1.410	Pacote	DESODORANTE SANITÁRIO ADESIVO Pastilha sanitária adesiva. Prática, higiênica, anti-manchas. Fragrâncias diversas e duradouras. Duração mínima de 120 descargas por pastilha. Com papel removível em ambos lados para proteção e aplicação. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	2,15
33	100	Unid.	HIPOCLORITO DE SÓDIO GL C/ 5 LITROS Para remoção de limo, eliminação de fungos, bactericida e alvejante. Indicado para limpeza de calçadas e pisos em geral, banheiros, vasos sanitários, ralos, pias, vidros, louças, porcelanas, mármore, plásticos, cerâmicas entre outros. Concentração mínima de 10% de cloro ativo. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem com alça, em plástico virgem, retangular, prática, rígida e segura. Conteúdo líquido mínimo de 5 litros. Rótulo resistente a umidade e ao atrito. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	9,90
43	296	Galão	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL GL C/ 5 LITROS Limpador multiuso desodorizante. Indicado para superfícies e pinturas laváveis, pias de cozinha, eletrodomésticos, mármore, granitos, pias de banheiro, pisos, azulejos e vidros. Diluível em água até 1:50. Biodegradável. Fragrâncias variadas. Exceto Pinho e Eucalipto. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem com alça, em plástico virgem, retangular, prática, rígida e segura. Conteúdo líquido mínimo de 5 litros. Rótulo resistente a umidade e ao atrito. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	9,70
54	20	Unid.	REFIL P/ EMBALADOR DE GUARDA CHUVA Refil plástico em polietileno biodegradável de alta densidade, liso, para todos os modelos de embalador de guarda-chuva molhado. Perfurado para fixação. Adesivo autocolante. Guia para colocação no dispositivo. Medida aproximada 73x15cm. Embalados em caixa de papelão com no mínimo 1.000 unidades.	185,00
56	70	Unid.	REFIL P/ MOP PÓ Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por laços. Medida de 40x10cm, para uso em armação em polipropileno e aço galvanizado.	17,50
57	20	Unid.	RODO COMBINADO 35cm LIMPA VIDROS + LAVADOR C/CABO Rodo com estrutura em polipropileno resistente. Indicado para limpeza de vidros e demais superfícies planas. Cabo com 70cm em alumínio polido e anodizado, com manopla, guia em material resistente com borracha natural. Luva refil em tecido acrílico de alta absorção inclusa.	36,90

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

PRAZO PARA AS ENTREGAS: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer em sua totalidade e com prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS: No recebimento de cada pedido, o produto será avaliado de acordo com a especificação detalhada constante no Edital. Não estando em conformidade, o mesmo será reprovado e o pedido será devolvido em sua totalidade, mesmo os demais produtos que estiverem constantes na nota fiscal e que foram aprovados.

LOCAIS PARA AS ENTREGAS: A cada pedido realizado pela Secretaria de Administração, Educação e Urbanismo, as entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado Central, localizado na Rua Walter Marquardt, 1111, no Bairro Barra do Rio Molha com o Sr. Marcelo ou Wagner, no horário das 7:30 às 12:00 hs; a cada pedido realizado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, as entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 7:30 às 12:00 hs.

DATA DA ASSINATURA: 06/03/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Gilnei rodrigo Dzirukowski

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2016

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016-FMS

FUNDAMENTO: art. 79, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: POLLIMED COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta:

DA RESCISÃO AMIGÁVEL: Considerando o Ofício encaminhado pela empresa contratada anexo e Ofício nº 180/2017/Semsa, contendo as justificativas que motivam o presente ato, fica a partir de 14 de março de 2017 rescindido amigavelmente o contrato administrativo firmado entre as partes, tendo em vista o interesse público e conveniência da administração da CONTRATANTE, e a plena e integral aceitação da FORNECEDORA, por sua total conveniência, haja vista não haver prejuízo para as partes e, conseqüentemente, extinguindo por completo a relação jurídica criada entre as partes.

DA QUITAÇÃO: As partes dão-se reciprocamente plena, geral e irrevogável quitação com relação ao contrato ora extinto.

DATA DA ASSINATURA: 14/03/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Nicolás Eufrázio Konkewicz.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 020/2017 AO CONTRATO Nº 303/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 020/2017 AO CONTRATO Nº 303/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2016 e Processos: 046/2016-FC, 022/2016-FME, 002/2016-FUJAMA, 010/2016-ISSEM PREVIDÊNCIA/ ASSISTÊNCIA, 030/2016-FMS, 133/2016-SAMAE

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, FUJAMA – FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE, ISSEM - INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: O presente contrato consiste na prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, para licença de uso de softwares para a Gestão Pública Integrada, compreendendo os Sistemas de: Planejamento (PPA, LDO E LOA), Gestão Contábil, Controle Financeiro, Tesouraria, Compras e Licitações, Patrimônio, Controle de Frotas, Estoque, Gestão Pessoal (Recursos Humanos, Folha, Saúde Ocupacional), Gestão Tributária (IPTU, I TBI, Gestão de Obras, Gestão de Fiscalização, Gestão de ISS e Econômicos, Gestão de Dívida Ativa, Gestão de Receitas e Taxas Diversas, Contribuições e Melhorias), Gestão Escritura Fiscal do ISS – Web, Atendimento ao Cidadão – Web, Nota Fiscal Eletrônica – Web, Protocolo – Web, Procuradoria Jurídica e Portal da Transparência – Web, bem como serviços de implantação e treinamento, tudo em conformidade com o Anexo X – Projeto Básico, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DA ALTERAÇÃO DO PRAZO DE IMPLANTAÇÃO: Fica alterado o cronograma jurídico para a implantação previsto no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, passando de 150 (cento e cinquenta) para 180 (cento e oitenta) dias, assim sendo, o período de implementação passa a ser de 23/11/2016 a 21/05/2017.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, a partir de 01/02/2017 até 07/11/2017, fica acrescido ao submódulo "Protocolo Básico" integrante do módulo "Protocolo WEB", para a entidade da Prefeitura de Jaraguá do Sul, a quantidade 150 (cento e cinquenta) usuários, no valor unitário de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais), perfazendo o valor mensal de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), bem como o serviço de instalação, conversão, testes, implantação e liberação do sistema para os usuários no valor único de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Em consequência, o valor total do presente termo aditivo é de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos

reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 2.037.500,00 (dois milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.126.0300.2.061.3.3.90	Manutenção dos serviços de tecnologia de informação	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	Próprios

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt, Ademir Izidoro, Ademar Possamai e Ernesto Muniz de Souza Júnior.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 027/2017 AO CONTRATO Nº 242/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 027/2017 AO CONTRATO Nº 242/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2016.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 390 – Waldemar Rau (entre a Rua Exp. Ervino Rassch e Rua São Miguel) no Bairro Rau, com extensão total de 501,63 m (quinhentos e um vírgula sessenta e três metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 22/01/2017 com término em 21/04/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 20 de junho de 2017, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.844/2016, servidor público Engenheiro Uwe Roberto Burh, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 089/2017 AO CONTRATO Nº 001/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 089/2017 AO CONTRATO Nº 001/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal nº 10.192/2001 e Prejulgados nºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADO: SIGNUS TRANSPORTES LTDA

DO OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Parque Malwee até a EMEF Antônio Estanislau Ayroso, localizada na Rua Bertha Weege, nº 3.046, no Bairro Jaraguá 99, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado até o último dia letivo de 2017, iniciando a partir de 06/02/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2018.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 211,00 (duzentos e onze reais) para o valor de

R\$ 216,28 (duzentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 43.256,00 (quarenta e três mil e duzentos e cinquenta e seis reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurílio Barbosa Canovas

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 114/2017 AO CONTRATO Nº 331/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 114/2017 AO CONTRATO Nº 331/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 100/2016

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SUPERAR EIRELI EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para atender as necessidades do Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU, localizado na Rua Adão Noroschny sn, no Bairro Vila Lenzi em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 04/04/2017 com término em 02/06/2017.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 02 de junho de 2017, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo aos fiscais do contrato designados pelo Decreto Municipal nº 11.099/2016, servidores públicos Engenheiros Marcelo Elias da Silveira e Ariano José Toassi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Josiane Bagatoli.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 189/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 153/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 189/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 153/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 12/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 70/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: H & E INSTITUTO DE PATOLOGIA LTDA

OBJETO: O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços técnicos laboratoriais para a realização de exames anátomo-citopatológicos visando a realização de todo o rol da Tabela de Valores e Procedimentos do SUS, parte integrante deste Termo de Credenciamento, de caráter urgente e inadiável, aos 4 pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93, no Ofício nº 209/2017/SEMSA, o valor estimado no item 6.1 da cláusula sexta do termo de credenciamento original, fica acrescido o valor de R\$ 31.184,10 (trinta e um mil e cento e oitenta e quatro reais e dez centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo ao valor do termo original. Em consequência, o valor total

estimativo do termo de credenciamento fica em R\$ 155.920,57 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade - ambulatoriais	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	93

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/03/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Marcos Fernando Ferreira Subtil.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 090/2017 AO CONTRATO Nº 020/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 090/2017 AO CONTRATO Nº 020/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2012

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADO: SIGNUS TRANSPORTES LTDA

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio da Luz I até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Helmuth G. Duwe, localizada na Rua Gerhard Muller, nº 289, no bairro Rio da Luz I.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 047/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 050/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 093/2016, fica prorrogado até o último dia letivo de 2017, iniciando a partir de 06/02/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2018.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 047/2014, reajustado 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 050/2015, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 093/2016, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 219,91 (duzentos e dezenove reais e noventa e um centavos) para o valor de R\$ 225,41 (duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 45.082,00 (quarenta e cinco mil e oitenta e dois reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, e Maurílio Barbosa Canovas

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 091/2017 AO CONTRATO Nº 021/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 091/2017 AO CONTRATO Nº 021/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2012

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º c/c artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADO: SIGNUS TRANSPORTES LTDA

DO OBJETO: Objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio da Luz I até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Helmuth G. Duwe, localizada na Rua Gerhard Muller, nº 289, no bairro Rio da Luz I.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 049/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 051/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 094/2016, fica prorrogado até o último dia letivo de 2017, iniciando a partir de 06/02/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2018.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 075/2015, acrescido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 199/2015, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 086/2016, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 184,24 (cento e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) para o valor R\$ 188,85 (cento e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) por dia de transporte escolar realizado.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, o quantitativo de quilometragem a que se refere o trajeto descrito no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, fica acrescido a quantidade 11 (onze) quilômetros e 200 (duzentos) metros, correspondentes a 18,36% (dezoito inteiros e trinta e seis centésimos por cento) da quantidade licitada, totalizando 72 (setenta e dois) quilômetros e 200 (duzentos) metros, perfazendo um aumento de R\$ 34,67 (trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos), assim o valor por dia passa a ser R\$ 223,52 (duzentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), contatos a partir de 06/02/2017. Consoante ao reajuste efetuado no item 3.1 da cláusula terceira e ao acréscimo efetuado no item 4.1 desta cláusula neste termo, totaliza o presente Termo Aditivo em R\$ 44.704,00 (quarenta e quatro mil e setecentos e quatro reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurílio Barbosa Canovas

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 101/2017 AO CONTRATO Nº 035/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 101/2017 AO CONTRATO Nº 035/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 167/2014.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Ribeirão Grande do Norte, até a Escola de Educação Básica Euclides da Cunha, localizada na Rua Henrique Demathe, nº 15, no Bairro Nereu Ramos, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 100/2016, fica prorrogado até o último dia letivo de 2017, iniciando a partir de 06/02/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2018.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 100/2016 fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 368,88 (trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos) para o valor de R\$ 378,10 (trezentos e setenta e oito reais e dez centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 75.620,00 (setenta e cinco mil seiscentos e vinte reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	116	119

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 104/2017 AO CONTRATO Nº 293/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 104/2017 AO CONTRATO Nº 293/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2015.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Ribeirão Grande do Norte, até a Escola de Educação Básica Euclides da Cunha, localizada na Rua Henrique Demathe, nº 15, no Bairro Nereu Ramos, neste município.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 108/2016, fica prorrogado até o último dia letivo de 2017, iniciando a partir de 06/02/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2018.

DO VALOR: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 108/2016, fica reajustado, fica reajustado, conforme Registro de Reunião em anexo, em 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), passando o valor de R\$ 279,60 (duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) para R\$ 286,59 (duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo em R\$ 57.318,00 (cinquenta e sete mil trezentos e dezoito reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	118	326

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdir Lux.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2017/COGEM

PORTARIANº 024/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 033/2017/4ª CPAD, de 04/04/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 1º/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2016, instaurado pela Portaria Nº 0026/2016, de 04/02/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI

Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 025/2017/COGEM

PORTARIANº 025/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 034/2017/4ª CPAD, de 04/04/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 31/03/2017, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 027/2015, instaurado pela Portaria Nº 1096/2015, de 02/09/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 026/2017/COGEM

PORTARIANº 026/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 035/2017/4ª CPAD, de 04/04/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 31/03/2017, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 026/2015, instaurado pela Portaria Nº 1095/2015, de 02/09/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 028/2017/COGEM

PORTARIANº 028/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 013/2017/1ª CPAD, de 29/03/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 19/03/2017, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 013/2016, instaurado pela Portaria Nº 714/2016, de 17/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 029/2017/COGEM

PORTARIANº 029/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 017/2017/1ª CPAD, de 05/04/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 13/02/2017, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2016, instaurado pela Portaria Nº 1137/2016, de 13/12/2016.

Art.2º A Comissão, a partir desta, deve adotar o procedimento Ordinário, ficando cancelado o rito sumário.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/02/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 030/2017/COGEM

PORTARIANº 030/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Mem. 008/2017/2ª CPPAD, de 05/04/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 16/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 24/2016, instaurado pela Portaria Nº 1136/2016, de 16/04/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 031/2017/COGEM

PORTARIANº 031/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Mem. 009/2017/2ª CPPAD, de 05/04/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/04/2017, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 23/2014, instaurado pela Portaria

Nº 1621/2014, de 22/10/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017 – FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 006/2017 – FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: PROFARMA SPECIALTY S.A.

Endereço: Rua João Bettega, 6011 CM C/D, Cidade Industrial, Curitiba - PR

CNPJ: 81.887.838/0006-55

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) caixa do medicamento Zytiga (Acetato de Abiraterona) 250mg, destinado ao paciente Sr. Alfredo Ribeiro da Silva, decorrente do deferimento do pedido de antecipação de tutela concedida pelo Exmo. Senhor Juíz de Direito da Vara da Fazenda da Comarca de Jaraguá do Sul Sr. Marlon Negri nos autos nº 0307960-21.2016.8.24.0036/SC, Infância e Juventude de Jaraguá do Sul Sr. Eduardo Bonnassis Burg nos autos nº 0311943-28.2016.8.24.0036/SC.

PRAZO DE ENTREGA: Até 05(cinco) dias corridos após recebimento da Autorização de Fornecimento.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em única parcela, sendo o valor unitário de R\$ 8.475,60 (oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos) por caixa com 120 comprimidos do medicamento Zytiga (Acetato de Abiraterona) 250mg. O CONTRATANTE se compromete pagar em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do medicamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/ Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais - Assfar Basica	3.3.90 – aplicações diretas	46	Receitas Imp. e Transf. de Impos- tos - Saúde

Jaraguá do Sul (SC), 07 de abril de 2017.

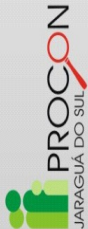
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Douglas Antonio Conceição
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - CESTA BÁSICA - ABRIL 2017

**PREFEITURA DE
JARAGUÁ DO SUL**



PROCON
JARAGUÁ DO SUL

CESTA BÁSICA - ABRIL de 2017 - Pesquisa realizada nos dias 03 e 04 de Abril de 2017

CESTA BÁSICA - ABRIL de 2017 - Pesquisa realizada nos dias 03 e 04 de Abril de 2017													
Estabelecimento >>>>>>>>>>>>			Quant.	Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Gumz	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort	
PRODUTOS	Açúcar Refinado	1	Kg	R\$ 2,15 R\$ 2,79	R\$ 2,39 R\$ 2,58	R\$ 2,65 R\$ 2,49	R\$ 2,98 R\$ 2,99	R\$ 3,20 R\$ 2,39	R\$ 2,95 R\$ 2,75	R\$ 2,39 R\$ 2,39	R\$ 2,55 R\$ 2,89		
	Arroz	1	Kg	R\$ 3,75	R\$ 4,48	R\$ 3,99	R\$ 4,64	R\$ 2,40	R\$ 3,69	R\$ 3,19	R\$ 3,98		
	Banana Branca	1	Kg										
	Batata (suja) ***	1	Kg	-	R\$ 1,68	-	R\$ 0,96	R\$ 0,80	R\$ 1,59	R\$ 1,49	R\$ 1,49		
	Café (pó)	500	Gr	R\$ 9,19	R\$ 7,39	R\$ 8,29	R\$ 7,89	R\$ 6,38	R\$ 7,49	R\$ 6,99	R\$ 6,59		
	Carne (coxão mole)	1	Kg	R\$ 22,19	R\$ 18,95	R\$ 19,95	R\$ 17,98	R\$ 18,90	R\$ 20,90	R\$ 19,95	R\$ 18,75		
	Farinha de trigo	1	Kg	R\$ 1,49	R\$ 1,79	R\$ 2,09	R\$ 2,36	R\$ 1,69	R\$ 2,39	R\$ 2,39	R\$ 1,69		
	Feijão preto	1	Kg	R\$ 3,69	R\$ 4,99	R\$ 3,29	R\$ 3,68	R\$ 3,45	R\$ 4,99	R\$ 4,49	R\$ 3,69		
	Feijão tipo C ****	1	Lt	-	R\$ 2,85	R\$ 2,59	R\$ 3,15	R\$ 2,70	R\$ 2,29	R\$ 2,69	R\$ 2,49		
Manteiga	200	Gr	R\$ 4,49	R\$ 5,99	R\$ 5,99	R\$ 6,48	R\$ 6,30	R\$ 6,49	R\$ 6,60	R\$ 5,79			
Óleo de Soja	900	ml	R\$ 3,49	R\$ 3,59	R\$ 3,48	R\$ 3,66	R\$ 3,69	R\$ 3,69	R\$ 3,99	R\$ 3,15			
Pão francês	1	Kg	R\$ 6,89	R\$ 6,98	R\$ 5,99	R\$ 4,99	R\$ 6,99	R\$ 6,99	R\$ 8,29	-			
Tomate	1	Kg	R\$ 5,19	R\$ 4,78	R\$ 4,98	R\$ 3,89	R\$ 3,30	R\$ 3,99	R\$ 4,49	R\$ 4,98			
TOTAL					R\$ 65,31	R\$ 68,44	R\$ 65,78	R\$ 65,65	R\$ 62,19	R\$ 67,20	R\$ 69,34	R\$ 58,04	R\$ 0,00

Março/2017 X Abril/2017			
Mar/2017	Abr/2017	%	
+barato	+barato	+barato	Aumento/ Redução
	R\$ 2,39	R\$ 2,15	-10,04%
	R\$ 2,42	R\$ 2,39	-1,24%
	R\$ 1,99	R\$ 2,40	20,60%
	R\$ 0,89	R\$ 0,80	-10,11%
	R\$ 3,69	R\$ 6,38	72,90%
	R\$ 14,89	R\$ 17,98	20,75%
	R\$ 1,69	R\$ 1,49	-11,83%
	R\$ 3,29	R\$ 3,29	0,00%
	R\$ 1,98	R\$ 2,29	15,66%
+caro	R\$ 4,99	R\$ 4,49	-10,02%
	R\$ 3,59	R\$ 3,15	-12,26%
	R\$ 4,99	R\$ 3,99	-20,04%
	R\$ 1,59	R\$ 3,30	107,55%
	R\$ 48,39	R\$ 54,10	11,80%

Mais barato X Mais caro			
Abr/2017	Abr/2017	%	
+barato	+caro	Aumento	
R\$ 2,15	R\$ 3,20	48,84%	
R\$ 2,39	R\$ 2,99	25,10%	
R\$ 2,40	R\$ 4,64	93,33%	
R\$ 0,80	R\$ 1,68	110,00%	
R\$ 6,38	R\$ 9,19	44,04%	
R\$ 17,98	R\$ 22,19	23,41%	
R\$ 1,49	R\$ 2,39	60,40%	
R\$ 3,29	R\$ 4,99	51,67%	
R\$ 2,29	R\$ 3,15	37,55%	
R\$ 4,49	R\$ 6,60	46,99%	
R\$ 3,15	R\$ 3,99	26,67%	
R\$ 3,99	R\$ 8,29	107,77%	
R\$ 3,30	R\$ 5,19	57,27%	
R\$ 54,10	R\$ 78,49	45,08%	

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

As redes Breithaupt e Brásão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

*** Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

*** O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

*** O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

U Salta Luzia comercializa apenas o leite longa vida



PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - COMBUSTÍVEIS - ABRIL 2017**PESQUISA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS – ABRIL 2017**

Nome	Bandeira	Bairro	Gasolina comum	Gasolina aditivada	Álcool comum	Diesel S10	GNV	Gás GLP 13kg
Fênix	Acanza	Centenário	3,398	3,398	3,198	2,898	-	-
Zandoná	Ipiranga	Centenário	3,397	3,489	2,997	3,067	1,899	-
Pezzini	Ipiranga	Vila Baependi	3,398	3,598	3,198	2,898	-	-
Delta	Branca	Vila Baependi	3,379	3,379	-	2,849	-	-
Emmendorfer	shell	Centro	3,414	3,619	-	3,129	-	-
Maiochi	Ipiranga	Centro	3,399	3,769	3,399	3,229	-	-
Marechal	Ipiranga	Centro	3,445	3,595	3,045	3,045	-	-
Amizade	Branca	Jaraguá Esquerdo	3,499	3,699	2,999	2,899	-	-
Rudnick	Dibrape	Amizade	3,399	3,399	2,999	3,019	-	-
Marcolla	Shell	Chico de Paulo	3,399	3,549	2,999	2,899	-	49,99
Salomon	Branca	Chico de Paulo	3,379	3,459	2,999	2,899	-	-
Cezario	Dibrape	Santa Luzia	3,459	3,459	-	2,959	-	-
Vicenzi	Branca	Santo Antônio	3,369	3,499	3,199	2,949	-	52,90
Flex (416)	Branca	Rio Cerro I	3,379	3,399	-	2,699	-	-
Rio da Luz	Branca	Rio da Luz	3,389	3,679	3,299	2,899	-	-
Km 7	Branca	Barra do Rio Cerro	3,459	3,699	-	3,099	-	-
Rio Cerro	Shell	Rio Cerro II	3,379	3,499	-	-	-	49,99
GRID	Branca	Centro	3,399	3,659	2,949	2,919	-	-
Garibaldi	Branca	Garibaldi	X	X	X	X	X	X
Pérola	Branca	Ilha da Figueira	3,399	3,549	2,999	2,869	-	-
Pérola	Shell	Centro	3,399	3,549	2,998	2,979	-	-
Cidade	Br	Barra do Rio Molha	3,398	3,598	2,998	2,898	-	49,90
Cidade	Br	Barra do Rio Cerro	3,398	3,598	2,998	2,898	-	49,90
Cidade	Br	Rau	3,398	3,598	2,998	2,898	-	49,90
Cidade	Br	Centro	3,398	3,598	2,998	2,898	-	49,90
Cidade	Br	Vila Lenzi	3,398	3,598	2,998	2,898	-	49,90
Cidade	Br	Czerniewicz	3,398	3,598	2,998	2,898	-	49,90
Behling	shell	Centro	3,399	3,549	-	-	-	-
Mime	shell	Vila Nova	3,399	3,549	2,999	2,899	1,899	49,99
Zuza	shell	Centro (Reinoldo)	3,399	3,549	-	3,199	-	-
Mime	shell	Centro (Epitácio)	3,399	3,549	-	2,899	-	-
Mime	shell	Vila Lalau	3,399	3,549	2,999	2,899	-	-
Mime	Br	Vila Baependi	3,399	3,599	-	2,899	1,899	49,99
Mime	shell	Tifa Martins	3,399	3,549	-	2,899	-	49,99
Mime	shell	Nereu Ramos	3,399	3,549	-	2,899	-	-
Mime	shell	Barra do Rio Cerro	3,399	3,549	-	2,899	-	-
Mime	shell	Vieira	3,399	3,549	-	2,899	-	49,99
Mime	shell	Ilha da Figueira	3,399	3,559	-	3,099	-	-
Valor Médio			3,403	3,558	2,489	2,9452	1,899	50,17
Menor preço			3,369	3,379	2,949	2,699	1,899	49,90

Obs:

1) Os preços acima refletem os praticados para vendas à vista, nos dias 03 e 04 de ABRIL de 2017, nos 38 postos de Jaraguá do Sul.

2) Nos postos de bandeira branca, consultar a distribuidora de origem junto aos postos, que são obrigados a identificar nas bombas qual a distribuidora de origem do combustível, conforme a Portaria 116/00 da ANP.



Combustível	Média MARÇO/17	Média ABRIL/17	Variação mês anterior
Gasolina Com.	R\$ 3,442	R\$ 3,405	-1,07%
Gasolina Adit.	R\$ 3,605	R\$ 3,562	-1,19%
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	0,00%
Diesel comum	R\$ 2,9771	R\$ 2,9452	-1,07%
GNV	R\$ 1,899	R\$ 1,899	0,00%
Gás GLP 13kg	R\$ 49,94	R\$ 50,17	0,46%

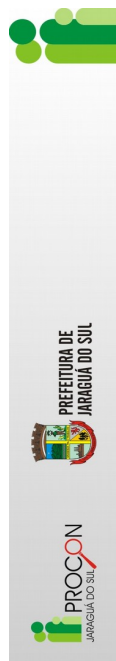
Combustível	Média ABRIL/16	Média ABRIL/17	Variação anual
Gasolina Com.	R\$ 3,569	R\$ 3,405	-4,60%
Gasolina Adit.	R\$ 3,675	R\$ 3,562	-3,07%
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	0,00%
Diesel comum	R\$ 3,0008	R\$ 2,9452	-1,85%
GNV	R\$ 2,199	R\$ 1,899	-13,64%
Gás GLP 13kg	R\$ 49,50	R\$ 50,17	1,35%

E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br

Rua Angelo Schiochet, nº 100, sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-170 – Tel: (47) 3275-1425 / 3275-3237

Horário de Atendimento: 07:30hs às 11:00hs / 13:00hs às 16:00 - Agora com horário agendado.

PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - HIGIENE E LIMPEZA - ABRIL 2017



LIMPEZA – ABRIL DE 2017

Pesquisa de preços realizada nos dias 03 e 04 de ABRIL de 2017

Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Guinz *	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort	Mercado 9	Mercado 10	Mercado 11
PRODUTOS												
Detergente	500ml	1,29	R\$ 1,65	R\$ 1,39	3371-9229	3276-0143	R\$ 1,59	R\$ 1,49	1,09			
Espuma de aço	pede 60g	1,76	R\$ 1,39	R\$ 2,99			R\$ 1,39	R\$ 1,59	0,49			
Sabão em pedra	unid.	2,15	R\$ 1,45	R\$ 1,49			R\$ 1,25	R\$ 1,39	1,69			
Sabão em pó	1kg	5,25	R\$ 5,35	R\$ 5,99			R\$ 4,95	R\$ 5,39	3,99			
Desinfetante	500ml	1,99	R\$ 1,99	R\$ 2,39			R\$ 2,25	R\$ 1,89	2,5			
Água sanitária	1 lt	1,89	R\$ 1,95	R\$ 2,89			R\$ 1,94	R\$ 2,69	1,9			
Amaciante	2 lt	3,57	R\$ 3,75	R\$ 4,78			R\$ 3,92	R\$ 3,99	3,75			
Alcool líquido	1 lt	5,99	R\$ 4,99	R\$ 5,99			R\$ 5,50	R\$ 5,19	4,99			
Limpa vidros	500ml	5,75	R\$ 2,98	R\$ 3,59			R\$ 4,25	R\$ 3,49	2,4			
Lustra móveis	200ml	5,15	R\$ 3,98	R\$ 4,99			R\$ 3,79	R\$ 4,99	4,19			
Espuma p/louça	unid.	1,19	R\$ 0,95	R\$ 1,50			R\$ 0,69	R\$ 2,99	0,49			

HIGIENE PESSOAL – ABRIL DE 2017

Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Guinz *	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort	Mercado 9	Mercado 10	Mercado 11
PRODUTOS												
Alcool Gel	500g	4,39	R\$ 4,99	R\$ 5,99	3371-9229	3276-0143	R\$ 5,32	R\$ 4,49	5,4			
Sabonete	90g	1,19	R\$ 1,07	R\$ 1,59			R\$ 1,10	R\$ 0,95	1,09			
Creme dental	90g	1,79	R\$ 2,15	R\$ 1,99			R\$ 2,75	R\$ 2,39	1,99			
Shampoo	350ml	7,99	R\$ 3,98	R\$ 5,99			R\$ 5,49	R\$ 4,39	4,79			
Condicionador	350ml	8,29	R\$ 4,99	R\$ 7,99			R\$ 5,49	R\$ 5,99	4,35			
Cotonetes	Cx 75 unid.	1,27	R\$ 1,55	R\$ 1,99			R\$ 0,99	R\$ 1,99	1,49			
Papel Higiênico	4x30m	4,95	R\$ 3,95	R\$ 2,69			R\$ 1,75	R\$ 2,75	1,89			
Escova de dente	Adulto,média	4,19	R\$ 1,95	R\$ 2,59			R\$ 1,99	R\$ 2,39	2,15			
Desodorante	rollon 50ml	9,87	R\$ 4,99	R\$ 7,39			R\$ 6,80	R\$ 5,39	4,79			
Fio dental	25-50m	8,25	R\$ 5,65	R\$ 5,99			R\$ 2,55	R\$ 3,95	5,1			
Apar. barbeador	2 unid.	8,99	R\$ 2,25	R\$ 2,69			R\$ 4,20	R\$ 2,99	1,99			
Absorvente	pede.8-10 un.	3,25	R\$ 2,19	R\$ 3,69			R\$ 2,35	R\$ 1,98	1,89			

Os mais Baratos				Os mais Baratos				O mais barato e o mais caro			
Mar/17	Abr/17	%	Diferença	Mar/17	Abr/17	%	Diferença	Abr/17 +barato	Abr/17 +caro	%	Diferença
R\$ 1,05	R\$ 1,05	0,00%		R\$ 4,39	R\$ 4,39	0,00%		R\$ 4,39	R\$ 7,94	80,87%	
R\$ 0,49	R\$ 0,49	0,00%		R\$ 0,89	R\$ 0,95	6,74%		R\$ 0,95	R\$ 1,59	67,37%	
R\$ 1,25	R\$ 1,25	0,00%		R\$ 1,45	R\$ 1,79	23,45%		R\$ 1,79	R\$ 2,75	53,63%	
R\$ 3,49	R\$ 3,79	8,60%		R\$ 3,65	R\$ 4,39	20,27%		R\$ 4,39	R\$ 6,19	41,00%	
R\$ 1,95	R\$ 1,99	2,05%		R\$ 4,49	R\$ 4,88	8,69%		R\$ 4,88	R\$ 8,29	69,88%	
R\$ 1,89	R\$ 1,95	3,17%		R\$ 0,99	R\$ 0,99	0,00%		R\$ 0,99	R\$ 1,99	101,01%	
R\$ 3,28	R\$ 3,79	15,55%		R\$ 1,75	R\$ 1,75	0,00%		R\$ 1,75	R\$ 5,28	201,71%	
R\$ 4,55	R\$ 3,79	-16,70%		R\$ 1,99	R\$ 1,98	-0,50%		R\$ 1,98	R\$ 3,54	78,79%	
R\$ 2,75	R\$ 2,40	-12,73%		R\$ 4,79	R\$ 4,79	0,00%		R\$ 4,79	R\$ 10,77	124,84%	
R\$ 3,49	R\$ 3,88	11,17%		R\$ 2,89	R\$ 2,55	-11,76%		R\$ 2,55	R\$ 11,39	346,67%	
R\$ 0,49	R\$ 0,49	0,00%		R\$ 1,79	R\$ 1,79	0,00%		R\$ 1,79	R\$ 8,99	402,23%	
				R\$ 2,35	R\$ 1,69	-28,09%		R\$ 1,69	R\$ 3,69	118,34%	

Obs: Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

* As redes Angeloni, Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

E-mail: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Donald Gehring, 175 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-470 – Fone: 47-3275-3237 ou 3275-1425 – Horário de atendimento: Agendado.

PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - PEIXES - ABRIL 2017



PEIXES- PÁSCOA – 2017 PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA EM 1929 de MARÇO 2017

Estabelecimento		Angeloni *	Brasão *	Casa do Peixe	Cooper *	Fort	Rancho Bom	Sereias
PRODUTOS (unidade)	Peso							
Filé de Pescada	1 kg	-	R\$ 15,99	R\$ 15,90	R\$ 8,29	R\$ 12,99	R\$ 19,99	R\$ 17,90
Filé de Tilápia	1 kg	R\$ 38,62	R\$ 16,99	R\$ 27,90	R\$ 24,98	-	R\$ 35,98	R\$ 27,90
Filé de Salmão	1 kg	R\$ 68,25	R\$ 29,99	R\$ 59,95	R\$ 44,98	R\$ 46,90	R\$ 59,90	R\$ 54,90
Filé de Merluza	1 kg	R\$ 17,90	R\$ 29,98	R\$ 24,90	R\$ 34,58	R\$ 19,48	-	-
Sardinha	1 kg	-	R\$ 12,99	R\$ 9,90	R\$ 8,29	R\$ 10,98	R\$ 16,99	R\$ 7,90
Posta de Cação	1 kg	R\$ 15,29	R\$ 12,49	R\$ 22,90	R\$ 12,69	-	R\$ 25,80	R\$ 19,90
Posta de Garoupa	1 kg	-	-	-	-	-	-	R\$ 59,90
Filé de Cação	1 kg	-	-	-	R\$ 18,49	-	-	-
Filé de Linguado	1 kg	-	R\$ 16,98	R\$ 36,90	R\$ 13,98	R\$ 32,98	-	R\$ 23,90
Cascudo	1 kg	-	R\$ 17,99	-	R\$ 16,98	-	R\$ 18,99	-
Filé de Bacalhau	1 kg	R\$ 121,99	-	R\$ 39,90	-	R\$ 18,48	-	-
Camarão	1 kg	R\$ 54,72	R\$ 21,99	R\$ 33,90	R\$ 25,99	R\$ 21,98	R\$ 43,60	R\$ 37,80
Filé de Panga	1kg	R\$ 24,31	R\$ 16,99	-	R\$ 19,98	R\$ 14,98	-	-
Filé de Congrio	1kg	R\$ 106,00	-	-	R\$ 14,29	-	-	R\$ 33,95
Caldo de peixe	1 kg	R\$ 10,21	R\$ 9,98	R\$ 12,90	R\$ 15,99	-	R\$ 14,99	R\$ 12,90

TELEFONES: 3275-7900 3371-9229 3371-5842 3274-7500 3501-3200 3371-0700 3275-2912

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

* As redes Angeloni, Brasão e Cooper praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, nº 100 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-170. Tels: (47) 3275-1425 ou 3275-3237
Horário de Atendimento: Segunda: 12:00hs às 17:00hs; Terça a Sexta: 08:00hs às 13:00hs.

PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - PÁSCOA - OVOS DE CHOCOLATE - ABRIL 2017



**PREFEITURA MUNICIPAL
PROCON DE JARAGUÁ DO SUL**



**PASCOA 2017
OVOS DE CHOCOLATE E BOMBONS
PESQUISA REALIZADA DIAS 03 e 04 / ABRIL**

PRODUTOS (NESTLÉ)	Peso	ESTABELECIMENTOS							
		AMERICANA	ANGELONI	BRASÃO	COOPER	FORT	HAVAN	RANCHO BOM	
Caixa de bombons	355g	8,99	R\$ 7,59	R\$ 6,75	R\$ 6,98	R\$ 6,85	R\$ 9,99	R\$ 6,95	
Ovo Alpino nº 20	350g	54,99	R\$ 39,99	R\$ 39,90	R\$ 39,85	R\$ 38,90	R\$ 49,99	R\$ 39,90	
Ovo Especialidades nº 20	350g	-	-	-	-	-	-	-	
Ovo Prestígio nº 20	240g	34,99	R\$ 33,79	R\$ 31,90	R\$ 29,85	R\$ 28,90	R\$ 34,99	R\$ 26,90	
Ovo Chokito nº 15	240g	-	-	-	-	-	-	-	
Ovo Crunch nº 15	240g	-	-	-	-	-	-	-	
Ovo Classic nº 21	200g	34,99	R\$ 26,39	-	R\$ 25,90	R\$ 23,50	R\$ 29,99	-	
Ovo Especialidades nº 23	350g	-	-	-	-	-	-	-	
Ovo Galak nº 09	210g	34,99	R\$ 29,29	R\$ 27,90	R\$ 25,90	R\$ 23,50	R\$ 29,99	R\$ 24,90	
PRODUTOS (GAROTO)	Peso	AMERICANAS	ANGELONI	BRASÃO	COOPER	FORT	HAVAN	RANCHO BOM	
Caixa de bombons	400g	8,99	-	R\$ 7,48	R\$ 6,99	R\$ 6,39	R\$ 7,99	R\$ 6,95	
Ovo Serenata de Amor nº 15	220g	29,99	R\$ 28,87	-	R\$ 25,75	R\$ 23,50	R\$ 29,99	R\$ 22,90	
Ovo Serenata de Amor nº 20	330g	-	-	-	-	-	-	-	
Ovo Talento nº 20 (exceto o Fino)	375g	52,99	R\$ 45,79	-	R\$ 42,80	R\$ 37,90	R\$ 49,99	R\$ 39,90	
Ovo Batom nº 12	166g	-	-	--	R\$ 25,80	-	R\$ 29,99	R\$ 25,59	
Ovo Mundy nº 22	600g	-	-	-	-	-	-	-	
Coelho	50g	-	-	-	R\$ 7,98	R\$ 7,90	R\$ 8,99	-	

Obs: Os preços informados referem-se ao praticado à vista no dia da pesquisa. Os valores estão sujeitos a alterações sem aviso prévio.

procon@jaraguadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, nº 100, sala 01 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 3275-1425 - Atendimento: Sem fechar para o almoço



PREFEITURA MUNICIPAL PROCON DE JARAGUÁ DO SUL



PRODUTOS (LACTA)	Peso	ESTABELECIMENTOS						
		AMERICANAS	ANGELONI	BRASÃO	COOPER	FORT	HAVAN	RANCHO BOM
Caixa de bombons	332g	10,99	R\$ 7,59	R\$ 8,79	R\$ 7,98	R\$ 7,98	R\$ 8,99	R\$ 8,99
Ovo Bis nº 15	230g	-	-	-	-	-	R\$ 34,99	-
Bis formato Bis nº21	455g	-	-	-	-	-	R\$ 34,99	-
Ovo Diamante Negro nº 15	215g	36,99	R\$ 33,35	-	R\$ 27,75	R\$ 27,50	R\$ 34,99	R\$ 25,49
Ovo Ao leite nº 15	196g	29,99	R\$ 27,15	R\$ 39,90	R\$ 22,58	-	R\$ 24,99	R\$ 21,90
Ovo Amandita nº 20	231g	-	-	-	-	-	-	-
Ovo Ouro Branco nº 20	270g	-	-	-	-	-	-	-
Ouro Branco formato Bombom nº 20	420g	-	-	-	-	-	-	-
Sonho de Valsa formato bombom nº 20	400g	-	-	-	-	-	-	-
Ovo Sonho de Valsa nº 20	270g	37,99	R\$ 33,35	R\$ 39,90	R\$ 29,75	R\$ 29,50	R\$ 34,99	R\$ 25,49
Ovo Diamante Negro nº 21	320g	47,99	R\$ 44,15	-	R\$ 36,90	R\$ 36,80	R\$ 44,99	R\$ 37,90
Ovo Grandes Sucessos nº 23	743g	75,99	R\$ 69,89	-	R\$ 57,98	-	R\$ 69,99	R\$ 52,90
PRODUTOS (FERRERO ROCHER)	Peso	AMERICANAS	ANGELONI	BRASÃO	COOPER	FORT	HAVAN	RANCHO BOM
Ovo F.R.	250g	-	-	R\$ 49,99	R\$ 49,90	R\$ 51,90	R\$ 59,22	-
Ovo F.R. Collection	390g	-	-	R\$ 49,99	R\$ 63,90	-	R\$ 74,99	R\$ 60,90
Caixa de bombons	226g	-	-	R\$ 39,99	R\$ 49,98	-	R\$ 27,99	-
Kinder Ovo Maxi	150g	-	-	-	R\$ 42,80	R\$ 39,90	R\$ 49,99	R\$ 39,90
Kinder Ovo Magic	125g	-	-	-	R\$ 39,98	-	R\$ 39,99	-
PRODUTOS (ARCOR)	Peso	AMERICANAS	ANGELONI	BRASÃO	COOPER	FORT	HAVAN	RANCHO BOM
Ovo ao Leite nº 20	220g	32,99	-	-	-	-	-	-
Ovo Tortugueta ao leite nº 14	150g	32,99	R\$ 28,79	-	R\$ 41,90	-	-	-

Obs: Os preços informados referem-se ao praticado à vista no dia da pesquisa. Os valores estão sujeitos à alterações sem aviso prévio.

procon@jaraguadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, nº 100, sala 01 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 3275-1425 - Atendimento: Sem fechar para o almoço

PROCON - PESQUISA DE PREÇOS - TAXAS BANCÁRIAS - ABRIL 2017



PREFEITURA DE
JARAGUÁ DO SUL



PROCON
JARAGUÁ DO SUL

TAXAS DE JUROS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – ABRIL DE 2017

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	BANCO DO BRASIL		BANRISUL		BRADESCO		C.E.F.		ITAÚ		SANTANDER	
	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)
Serviço												
Cartão de Crédito	1,92	14,28%	4,90%	17,00%	4,70%	18,99%	9,48%	12,99%	1,99%	15,89%	6,99%	16,99%
Cheque Especial	4,36%	12,89%	8,85%	12,50%	10,64%	13,49%	4,78%	13,55%	8,12%	12,29%	5,99%	15,49%
CDC	-%	-%	2,50%	5,20%	4,07%	5,84%	4,60%	5,70%	1,93%	3,99%	1,25%	2,54%
Empréstimo Consignado	2,21%	5,19%	1,60%	3,20%	1,99%	5,80%	1,55%	4,89%	1,40%	2,34%	1,77%	3,49%
Empréstimo Pessoal	3,27%	7,36%	5,25%	15,31%	6,39%	7,66%	1,50%	4,70%	2,19%	8,78%	1,69%	9,99%
Financiamento de Veículos	1,28%	3,10%	2,04%	3,68%	1,90%	2,99%	1,24%	2,11%	1,40%	2,90%	1,25%	2,54%
LEASING	-%	-%	2,20%	4,00%	3,95%	5,67%	-%	-%	-%	-%	1,18%	2,35%

Serviço	Menor Taxa	Maior Taxa
Cartão de Crédito	1,92%	18,99%
Cheque Especial	4,36%	15,49%
CDC	1,25%	5,84%
Empréstimo Consignado	1,40%	5,80%
Empréstimo Pessoal	1,50%	15,31%
Financiamento de Veículos	1,24%	3,68%
LEASING	1,18%	5,67%

Pesquisa realizada nos dias 03 e 04 de ABRIL de 2017.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.108 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.108 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

"DISCIPLINA PROCEDIMENTOS ORÇAMENTÁRIOS RELATIVOS AO REPASSE DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS AO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 151, DE 05 DE AGOSTO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de estabelecimento de regras e procedimentos, inclusive orçamentários, para a aplicação da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e da Resolução GP nº 48/2015 do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, DECRETA:

Art. 1º Os depósitos judiciais e administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Município de Joaçaba e suas autarquias por ele instituídas, sejam parte, serão efetuados em instituição financeira.

Art. 2º Os recursos transferidos ao Município, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 05 de Agosto de 2015 serão registrados como Outras Receitas Correntes, em subalínea específica, sob o título "Transferência de Depósitos Judiciais e Administrativos/LC 151/2015", bem como Código de Aplicação contábil próprio.

Art. 3º Os créditos orçamentários relativos às despesas vinculadas, se necessário, serão reforçados por meio de abertura de crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação.

Art. 4º As despesas suportadas com recursos transferidos ao Município nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 05 de Agosto de 2015, serão identificadas pelo mesmo Código de Aplicação utilizado no ingresso da receita, de modo a evidenciar contabilmente sua vinculação.

Art. 5º Os recursos transferidos ao Município, bem como aqueles mantidos na instituição financeira a título de Fundo de Reserva, serão movimentados em contas bancárias específicas.

Art. 6º Quando da decisão final e levantamento dos depósitos, atendidas as disposições contidas nos artigos 8º, 9º e 10 da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, os recursos terão o seguinte tratamento orçamentário:

I - na hipótese de ganho de causa a favor do depositante, nos termos previstos no artigo 8º da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, a recomposição do fundo de reserva será tratada como anulação da receita, até o limite de tal receita, ou como despesa orçamentária, no caso em que o montante desta receita não suportar o valor do pagamento; e,

II - na hipótese de ganho de causa a favor do Município, nos termos previstos no artigo 10 da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, será registrada a receita de acordo com a natureza do depósito, pelo seu valor integral, com a respectiva dedução, no âmbito orçamentário, do valor contabilizado na ocasião da transferência registrada nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015.

Art. 7º Para consecução dos depósitos judiciais e administrativos oriundos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o Município de Joaçaba procederá ao atendimento do estabelecido na

Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e da Resolução GP nº 48/2015 do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º As despesas resultantes da aplicação deste Decreto correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento do Município, suplementadas se necessário.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 06 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 5.110 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.110 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

"ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º Fica substituído o membro ANGELO JUNIOR RADAVELLI por MARCIA MARCONDES DINIZ DE FREITAS na suplência da representatividade da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense – ACIOC junto ao Conselho de Defesa do Consumidor – CONDECON de que trata o Decreto nº 5.107/2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 10 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO PL 19/2017/PMJ - PP 14/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017/PMJ

Objeto: O Registro de Preços para contratação eventual e futura, de serviços de conserto de pneus destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 03/05/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 03/05/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 11 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

JORGE LUIZ DRESCH - Secretário

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PP 004/2017 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ELEVADOR**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL NR. 004/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO nos termos Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 2.879/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, emergencial e corretiva, incluindo os serviços de reposição e/ou substituição de peças (exceto o fornecimento de peças) para o elevador da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 27 de abril de 2017, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba – SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba – SC.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 27 de abril de 2017, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores (endereço acima descrito).

O Edital na íntegra se encontra disponível no site <http://camarajoacaba.sc.gov.br/> e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 11 de abril de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DESERTA PR 0013/2017 - SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2017 - PR Processo Administrativo: 18/2017 Processo de Licitação: 18/2017 Data do Processo: 16/03/2017
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PNES PARA MOTOS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SIMAE.

Às nove horas e dez minutos (9h10min) do dia onze de abril de dois mil e dezessete (11/04/2017), na sala de reuniões da sede administrativa do Simae, na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba - SC, reuniram-se em sessão pública, a Pregoeira, Sra. Graciela Pratto Bordin da Rosa, designada pela Portaria nº 0090/2017 de 23/02/2017, e equipe de apoio: Alessandra Marcon Zanchetta e Carina Daiana Recalcatti para realização dos atos referentes ao PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM de nº 0013/2017, que tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MOTOS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PESADOS DA FROTA DO SIMAE. O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição online nº 2221, página nº 543, do dia 29 de março de 2017, no mural público da Prefeitura de Joaçaba e disponibilizado no site www.simae.sc.gov.br. Às 9h e 10min foi aberta a sessão pública, o qual se encerrou às 9h e 20 min, pois nenhuma das licitantes interessadas compareceram à sessão, motivo pelo qual esta licitação foi declarada deserta. Em seguida, a Pregoeira Sra. Graciela Pratto Bordin da Rosa optou por telefonar aos fornecedores, que enviaram os orçamentos presentes no processo licitatório, para saber o motivo do não comparecimento na presente licitação. As empresas expressaram não ter interesse em participar da licitação. Nada mais havendo, a Senhora Pregoeira encerrou a sessão, foi lavrada a ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Joaçaba, 11 de Abril de 2017

COMISSÃO:

Graciela Pratto Bordin da Rosa	- - Pregoeiro(a)
Alessandra Marcon Zanchetta	- - Equipe de Apoio
Carina Daiana Recalcatti	- - Equipe de Apoio

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 19/2017 PNEUS NOVOS

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 26/04/2017, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERE-SE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 11 de Abril de 2017.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 03/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/5
 Processo Nº.: 4/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2017

No dia 11 do mês de Abril do ano de 2017, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2017 Processo Licitatório nº 4/2017. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
8340	DANIEL CARLOS GRIS ME	1, 4, 5, 14, 15, 18, 19, 25, 26, 45
9260	F. VACHILESKI & CIA LTDA	2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 29, 31, 32, 33, 35, 36
6100	RECAUCHUTADORA RODA LTDA.	3, 9, 16, 17, 24, 27, 28, 30, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DANIEL CARLOS GRIS ME	07.742.583/0001-75	DANIEL CARLOS GRIS	03699087913
F. VACHILESKI & CIA LTDA	93.388.031/0001-42	GLADIR ANTONIO DARIVA	63643685068
RECAUCHUTADORA RODA LTDA.	83.512.624/0001-15	ROBERTO NEUHAUSER	57338841934

Fornecedor: 6100 - RECAUCHUTADORA RODA LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	VULGANIZAÇÃO PNEU 1000X20	UN	VIPAL	4,000	139,0000	556,00
9	VULGANIZAÇÃO 14.9.28	UN	VIPAL	4,000	289,0000	1.156,00
16	RECAPAGEM DE PNEU 205/70 R15	UN	VIPAL	4,000	249,0000	996,00
17	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17.5	UN	VIPAL	8,000	323,0000	2.584,00
24	RECAPAGEM PNEU 750X16 BORRACHUDO	UN	VIPAL	12,000	268,0000	3.216,00
27	RECAPAGEM PNEU 1000X16 FRIZADO	UN	VIPAL	2,000	485,0000	970,00
28	RECAPAGEM PNEU 1000X20 BORRACHUDO A FRIO	UN	VIPAL	50,000	522,0000	26.100,00
30	RECAPAGEM PNEU 14-9-28	UN	VIPAL	6,000	1.148,0000	6.888,00
34	RECAPAGEM PNEU 275/80X22.5	UN	VIPAL	6,000	530,0000	3.180,00
37	CONCERTOS PNEU Nº 01	UN	VIPAL	6,000	9,0000	54,00
38	CONCERTOS PNEU Nº 02	UN	VIPAL	6,000	11,0000	66,00
39	CONCERTOS PNEU Nº 03	UN	VIPAL	8,000	13,0000	104,00
40	CONCERTOS PNEU Nº 04	UN	VIPAL	10,000	14,0000	140,00
41	CONCERTOS PNEU Nº 05	UN	VIPAL	12,000	17,0000	204,00
42	CONCERTOS PNEU Nº 06	UN	VIPAL	10,000	24,0000	240,00
43	CONCERTOS PNEU Nº 07	UN	VIPAL	10,000	29,0000	290,00
44	CONCERTOS PNEU Nº 08	UN	VIPAL	8,000	44,0000	352,00
46	CONCERTOS PNEU Nº 10	UN	VIPAL	8,000	139,0000	1.112,00
Total						48.208,00

Fornecedor: 8340 - DANIEL CARLOS GRIS ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	VULGANIZAÇÃO PNEU	UN	RUZI	3,000	128,0000	384,00

4	900X16 VULGANIZAÇÃO PNEU 1400X24	UN	RUZI	2,000	439,0000	878,00
5	VULGANIZAÇÃO PNEU 17-5-25	UN	RUZI	2,000	539,0000	1.078,00
14	RECAPAGEM PNEU 185 R14	UN	RUZI	4,000	174,0000	696,00
15	RECAPAGEM PNEU 185X65X14	UN	RUZI	4,000	175,0000	700,00
18	RECAPAGEM PNEU 1400X24	UN	RUZI	8,000	1.410,0000	11.280,00
19	RECAPAGEM PNEU 17-5-25	UN	RUZI	6,000	1.670,0000	10.020,00
25	RECAPAGEM PNEU 900X16 FRIZADO	UN	RUZI	8,000	429,0000	3.432,00
26	RECAPAGEM PNEU 900X20 FRIZADO	UN	RUZI	4,000	429,0000	1.716,00
45	CONCERTOS PNEU Nº 09	UN	RUZI	10,000	70,0000	700,00
Total						30.884,00

Fornecedor: 9260 - F. VACHILESKI & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	VULGANIZAÇÃO DE PNEU 19.5X24	UN	RUZI	2,000	285,0000	570,00
6	VULGANIZAÇÃO PNEU 12-4-24	UN	RUZI	3,000	298,0000	894,00
7	VULGANIZAÇÃO PNEU 18-4-30	UN	RUZI	2,000	340,0000	680,00
8	VULGANIZAÇÃO PNEU 18-4-34	UN	RUZI	2,000	358,0000	716,00
10	VULGANIZAÇÃO 23-1-30	UN	RUZI	2,000	478,0000	956,00
11	VULGANIZAÇÃO PNEU 14X17.5	UN	RUZI	2,000	218,0000	436,00
12	VULGANIZAÇÃO PNEU 12,5/80X18	U	RUZI	2,000	198,0000	396,00
13	VULGANIZAÇÃO PNEU 18.4X26	UN	RUZI	2,000	308,0000	616,00
20	RECAPAGEM PNEU 12-4-24	UN	RUZI	6,000	800,0000	4.800,00
21	RECAPAGEM PNEU 18-4-26	UN	RUZI	2,000	1.715,0000	3.430,00
22	RECAPAGEM PNEU 18-4-30	UN	RUZI	2,000	1.690,0000	3.380,00
23	RECAPAGEM PNEU 18-4-34	UN	RUZI	2,000	1.770,0000	3.540,00
29	RECAPAGEM PNEU 14.9.24	UN	RUZI	4,000	1.080,0000	4.320,00
31	RECAPAGEM PNEU 23-1-30	UN	RUZI	4,000	2.810,0000	11.240,00
32	RECAPAGEM PNEU 12.5/80X18	UN	RUZI	4,000	635,0000	2.540,00
33	RECAPAGEM PNEU 19.5.24	UN	RUZI	4,000	1.750,0000	7.000,00
35	RECAPAGEM DE PNEU 14X17,5	UN	RUZI	4,000	630,0000	2.520,00
36	RECAPAGEM DE PNEU 23.1.26	UN	RUZI	4,000	2.660,0000	10.640,00
Total						58.674,00

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS reserva o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 4/2017, Processo Licitatório nº 4/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, com endereço na RUA 31 DE MARCO 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 4/2017, Processo Licitatório nº 4/2017 será exercida pelo MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 4/2017 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 4/2017;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 4/2017; o Edital do Pregão nº 4/2017 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 11 de Abril de 2017.

Município de Lacerdópolis

SERGIO LUIZ CALEGARI

PREFEITO

Lages

PREFEITURA

ATO DISPENSA 06/2017 SMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2017 - SMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017 - SMS
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 06/2017 - SMS através do MUNICÍPIO DE LAGES/SMS com o empresa:

- MENFIS AGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA. - EPP inscrita no CNPJ nº 83.162.057/0001-14.

Valor total a ser pago é de R\$ 16.309,02 (dezesesseis mil trezentos e nove reais e dois centavos);
Sendo: "Locação, em caráter emergencial, de imóvel, situado a Rua Aristiliano Ramos, 542 - centro Lages/SC CEP 88.502-053. Para o uso do CAPS i"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de abril de 2017.

Odila Maria Waldrich
Secretaria da Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.^a Odila Maria Waldrich, Secretaria da Saúde, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 06 de abril de 2017.
Antônio Ceron
Prefeito do Município

ATO DISPENSA 07/2017 SMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2017 - SMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017 - SMS
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 07/2017 - SMS através do MUNICÍPIO DE LAGES/SMS com o empresa:

- MENFIS AGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA. - EPP inscrita no CNPJ nº 83.162.057/0001-14.

Valor total a ser pago é de R\$ 19.061,40 (dezenove mil e sessenta e um reais e quarenta centavos);
Sendo: "Locação, em caráter emergencial, de imóvel, situado a rua prof. Walter dachas, 69 - centro - Lages/SC CEP. 88.500-045, para o uso das instalações da Vigilância Sanitária"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 07 de abril de 2017.

Odila Maria Waldrich
Secretaria da Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.^a Odila Maria Waldrich, Secretaria da Saúde, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 07 de abril de 2017.
Antônio Ceron
Prefeito do Município

ATO DISPENSA 17/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2017 - PML
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 - PML
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 17/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com o Sr.:

- ANTONIO ROGÉRIO RIBEIRO. Inscrito no CPF 225.602.700-72.

Valor total a ser pago é de R\$ 39.022,44 (trinta e nove mil e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos);
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a Rua Vidal Ramos Junior, 53 Centro Lages/SC – Para o uso da Fiscalização"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de abril de 2017.

Antonio Cesar Alves de Arruda
Secretaria de administração e Fazenda

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exmo. Sr. Antonio Cesar Alves de Arruda, Secretaria de administração e Fazenda, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 06 de abril de 2017.
Antônio Ceron
Prefeito do Município

ATO DISPENSA 18/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2017 - PML
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2017 - PML
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 18/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com o Sr.:

- MILTON MORAIS SANTANA portador do CPF nº 017.685.199-27.

Valor total a ser pago é de R\$ 13.961,10 (treze mil novecentos e sessenta e seis reais e dez centavos);
Sendo: "Locação de imóveis, em caráter emergencial, situado à Rua Melvin Jones, 30 bairro Vila Nova Lages-SC CEP 88.503-280. Para o uso do CEIM Assistência Nossa Senhora dos Prazeres"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de abril de 2017.

Valdirene da Silva Vieira
Secretaria da Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.^a Valdirene da Silva Vieira, Secretaria da Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 06 de abril de 2017.
Antônio Ceron
Prefeito do Município

ATO DISPENSA 19/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2017 - PML
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2017 - PML
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 19/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com a:

- MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50.

Valor total a ser pago é de R\$ 7.236,06 (sete mil duzentos e trinta e seis reais e seis centavos);
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a Rua Bom Jesus, nº 336, Bairro Ipiranga, Lages/SC CEP 88.504-720. Para uso do CEIM Adotai"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de abril de 2017.

Valdirene da Silva Vieira
Secretaria da Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.^a Valdirene da Silva Vieira, Secretaria da Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 10 de abril de 2017.
Antônio Ceron
Prefeito do Município

ATO DISPENSA 21/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2017 - PML
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2017 - PML
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 21/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com:

- VIVIAN VALENTE RAMOS BRANDÃO - inscrita no CPF nº 596.316.789-20. KARIN VALENTE RAMOS ROCHA inscrita no CPF nº 784.358.549-49, PAULO VALENTE RAMOS inscrito no CPF nº 596.316.609-82.

Valor total a ser pago é de R\$ 7.236,06 (sete mil duzentos e trinta e seis reais e seis centavos);
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado à av. presidente Vargas, bairro São Cristóvão, Nº 958 construção (casa) com área de 476,28m². Para uso Secretaria de Planejamento e Obras."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 11 de abril de 2017.

Claiton Bortoluzzi
Secretaria de Planejamento e Obras

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Claiton Bortoluzzi, Secretário de Planejamento e Obras, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 11 de abril de 2017.
Antônio Ceron
Prefeito do Município

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 50/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 50/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob nº 15.459.791/0001-90, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, 219 Parque Maderil São Joaquim CEP 88.600-000

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao contrato nº 50/2016, Contrato, Conforme Parecer Jurídico nº 337/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 82/2016, correlato à Tomada de Preços nº 09/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 06/06/2016 e homologada em 27/06/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Construção de Capela Mortuária no Bairro Popular, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

Retomada dos prazos de execução e vigência da Obra de objeto acima citado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 04/04/2017 até 30/09/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 04/04/2017 até 30/09/2017, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 11 de abril de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12 2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

PROCESSO Nº 49/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Tubos de Concreto para Manutenção de Bueiros e Passagens de Água em diversos Locais do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2 Os quantitativos do objeto desta licitação estão classificadas consoante ao disposto na LC 123/06, com os itens destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s) e local(is): em até 01 (uma) hora, a contar da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria, no(s) local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 145/2017.

O valor registrado é de R\$ 150.224,00 (cento e cinquenta mil duzentos e vinte e quatro reais).

LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ 07.302.396/0001-70, Rua Valdomiro Koeche, nº 320, Bairro Gethal, CEP 88520-450, Lages/SC;

Lages, 10 de janeiro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13 2017

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

PROCESSO Nº 41/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) – Faixa C, para uso em Ruas do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Retirada(s) e local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) subscrita(s) pela Secretaria de Infraestrutura, sendo que os produtos serão retirados diretamente da usina da empresa fornecedora, a qual deve estar instalada em até 15 quilômetros do centro do Município de Lages;

2.4 Da Ata de Registro; a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 09/2017.

O preço registrado é de R\$ 921.750,00 (novecentos e vinte e um mil setecentos e cinquenta reais).

BRITAGEM GASPAR LTDA, CNPJ 01.924.996/0002-75, RUA DIEGO FEIJÓ, S/N, BAIRRO BOM JESUS, CEP 88503-620, LAGES/SC.

Lages, 11 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 14 2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2017

PROCESSO Nº 50/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Colchões de espuma para utilização nas dependências do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s) e local(is): em até 30 (trinta) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Corpo de Bombeiros Militar de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, no horário compreendido entre 13 e 19 horas;

2.4 Da Ata de Registro; a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 10/2017.

O preço do registro é de R\$ 8.850,00 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais).

ABM DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ 27.185.870/0001-39, AV. BRASIL, Nº 786-B, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO – CEP 88509-310, LAGES/SC.

Lages, 11 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 26/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 26/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: VIVIAN VALENTE RAMOS BRANDÃO - inscrita no CPF n.º 596.316.789-20. KARIN VALENTE RAMOS ROCHA inscrita no CPF n.º 784.358.549-49, PAULO VALENTE RAMOS inscrito no CPF n.º 596.316.609-82 residente a Rua Vidal Ramos Júnior, 50 apt. 110 – Centro – Lages/SC. CEP 88.502-120.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 302/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 21/2017, correlato ao processo administrativo nº 22/2017, datada de homologação 11/04/2016, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado à av. presidente Vargas, bairro São Cristóvão, Nº 958 construção (casa) com área de 476,28m². Para uso Secretaria de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização ao LOCADOR;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização ao LOCADOR;

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais).

Lages, 11 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

PP 22/2017 PML, PP 05/2017 SMS, PP 23/2017 PML, PP 24/2017 PML, PP06/2017 SMS, PP 25/2017 PML, PP 19/2017 PML, PP 26/2017 PML, PP 27/2017 PML, PP 20/2017 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial 22/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Frutas, Verduras, Ovos, Carnes e Frangos para consumo nas Unidades Escolares Municipais.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Item

Abertura: 08/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 4.804.805,00 (Quatro milhões, oitocentos e quatro mil e oitocentos e cinco reais).

Modalidade: Pregão Presencial 05/2017 SMS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria de Saúde.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Item

Abertura: 09/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 7.017.435,08 (Sete milhões, dezessete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oito centavos).

Modalidade: Pregão Presencial 23/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Peças para Parte Rodante e Esteira da Acabadora de Asfalto Cifali Modelo 400B, com número de frota 241, pertencente a Frota do Município.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Item

Abertura: 10/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 18.971,83 (Dezoito mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos).

Modalidade: Pregão Presencial 24/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Tubos de Concreto para uso da Secretaria de Planejamento e Obras em diversos locais do Município.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Item

Abertura: 15/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 272.125,00 (Duzentos e setenta e dois mil, cento e vinte e cinco reais).

Modalidade: Pregão Presencial 06/2017 SMS

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Leites Especiais para Demandas Judiciais da secretaria da saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Abertura: 16/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 445.806,00 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e seis reais).

Modalidade: Pregão Presencial 25/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa/Autônomo para Prestação de Serviços de Transporte para Entidade de Educação Especial.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Km Rodado

Abertura: 17/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 3,25, perfazendo o total de R\$ 115.700,00 (Cento e quinze mil e setecentos reais).

Modalidade: Pregão Presencial 19/2017 PML

Objeto: Locação de Imóvel destinado à Instalação do Complexo de Execução Fiscal do Município.

Tipo: Pelo Menor Preço Mensal

Abertura: 22/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 5.610,50 (Cinco mil, seiscentos e dez reais e cinquenta centavos).

Modalidade: Pregão Presencial 26/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Emulsão Asfáltica e Asfalto Diluído para uso da Secretaria de Planejamento e Obras em Diversos Locais do Município.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Item

Abertura: 15/05/2017 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 310.875,50 (Trezentos e dez mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Modalidade: Pregão Presencial 27/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Execução de Medição de Atrito e Macrotextura na pista de pouso e decolagem do Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, Lages, SC.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 18/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 22.504,50 (vinte e dois mil quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos).

Modalidade: Pregão Presencial 20/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo, na modalidade Proteção da Aviação Civil, para o Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, Lages, SC.

Tipo: Pelo Menor Preço Mensal

Abertura: 23/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 490.800,00 (quatrocentos e noventa mil e oitocentos reais).

O Edital será disponibilizado no site www.lages.sc.gov.br, sem ônus ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 12 de abril de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO PP 16/2017 PML
RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO PRESENCIAL 16/2017 – PML

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no edital em comento:

Inclui-se os itens:

- 16.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.5.1 Prova de registro e regularidade da Empresa e do responsável técnico junto ao CREA, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, em vigor na data estabelecida para entrega dos envelopes, pertinentes ao Certame;

- Plantas de detalhamento das tampas de concreto, (que será disponibilizada no site da prefeitura) www.lages.sc.gov.br, ou retirado diretamente no setor de Licitações.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para as 13h30min horas do dia 19/04/2017, para as 16h30min do dia 27/04/2017.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Lages, 12 de abril de 2017.

Antônio César Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.852/2017

DECRETO Nº 4.852/2017, de 11 de abril de 2017.

Regula o expediente nas repartições do Poder Executivo Municipal na Quinta-feira Santa, dia 13 de abril de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e Considerando o advento da Páscoa e a celebração da Quinta-feira Santa, DECRETA:

Art. 1º O expediente no dia 13 de abril de 2017, quinta-feira Santa, terá início às 7 horas e término às 13 horas.

Art. 2º A regulação de expediente de que trata o artigo 1º não se aplica aos serviços considerados essenciais, especialmente, a Coleta de Lixo e Limpeza Urbana, o Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU e Ambulâncias, o Serviço de Acolhimento Institucional Ana Antonina Antônio – Casa Lar, a Guarda Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 070/2017

DECRETO Nº 070/2017.

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO DOS VALORES MÍNIMOS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL COLOCADOS A VENDA POR LICITAÇÃO

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída, sem ônus para o município, conforme especificação abaixo e sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal Permanente para Avaliação dos Valores Mínimos do Patrimônio Municipal que forem colocados à venda por licitação:

- ACIONE IZIDORO ANDRADE
- GUIOMAR DE ARAÚJO
- GENIVALDO DA SILVA
- JAIR FERNANDES MADEIRA
- CAMILA PIAVA PIZZOLATTI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

DECRETO Nº 071/2017

DECRETO Nº 071/2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.477/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, os membros representantes, conforme discriminação abaixo:

» Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Cíntia Justi

Suplente: Josiane Girardi

» Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Renata dos Santos

Suplente: Jaqueline Cristiane Pandini

» Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Karla Adriana Dandolini Masiero

Suplente: Débora Cristina Bittencourt

» Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

Titular: Kelen Tanise Picuo Antunes

Suplente: Maria Cleusa Sérgio

» Representantes dos estudantes das escolas públicas

Titular: Liandra Vargas Nunes

Suplente: Letícia Luciano Acordi

» Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas

Titular: Joana da Silva Benedet

Suplente: Monica Bez Batti

» Representantes da Secretaria Municipal da Educação

Titular: Simone Citadin Benedet

Suplente: Juliana Zanin Piuco

» Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Tegmar de Moraes

Suplente: Larissa Tancredo de Aguiar

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 072/2017

DECRETO Nº 072/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JUCIMARA FELISBINO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Setor junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE ABRIL DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 073/2017

DECRETO Nº 073/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, HELOÍSA RAMOS GAZOLA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Setor junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Código/Nível DAS 3.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE ABRIL DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 074/2017

DECRETO Nº 074/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, SILVIA REGINA FIDEL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Setor junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DAS 3.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE ABRIL DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER/SC, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, e especialmente fundamentado nos preceitos da Lei Federal 9.503, de 23 de setembro de 1997, e Resolução nº 296, de 28 de outubro de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica criada na estrutura administrativa do município de Lauro Muller/SC, vinculado a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, o Departamento Municipal de Trânsito.

Art. 2º Compete ao Departamento Municipal de Trânsito:

I - Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas

V - estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamento e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;

IX - fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 95, da Lei Federal nº 9.503, de 23-9-1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;

X - implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII - credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra unidade da federação;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecida pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XX - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503 de 23-9-97, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;

XI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação;

XXII - coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;

XXIII - executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semafórica;

XXIV - realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego.

Art. 3º. O Departamento Municipal de Trânsito passa a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, disposta na Lei nº 1.553/2009 e terá como titular um Diretor de Departamento lotado no referido órgão.

Art. 4º. Fica criado 01 (uma) vaga de cargo em comissão com denominação de "Diretor do Departamento Municipal de Trânsito" com remuneração DASI 2, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 5º Ao Diretor do Departamento Municipal de Trânsito sem prejuízo do disposto no art. 2º desta Lei Complementar compete às atividades relacionadas em conformidade com as subdivisões elencadas:

I - Atividades de Engenharia e Sinalização:

- a) implementar planos e projetos referentes a atividade de engenharia e sinalização do trânsito;
- b) o planejamento, projeto, regulamentação, educação e operação

do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município.

c) planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viário;

d) planejar o sistema de circulação viária do município;

e) proceder a estudos de viabilidade técnica para a implantação de projetos de trânsito;

f) integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;

g) elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;

h) acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados;

II - Atividades de Fiscalização, Tráfego e Administração

a) - administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;

b) - administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;

c) - controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio e veículos;

d) - controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;

e) - operar em segurança das escolas;

f) - operar em rotas alternativas;

g) - operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;

h) - operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).

III - Atividades de Educação de Trânsito

a) promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;

b) promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

IV - Atividades de Controle e Análise de Estatística de Trânsito.

a) coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

b) controlar os dados estatísticos da frota circulante do município;

c) controlar os veículos registrados e licenciados no município;

V - elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação dos usuários do sistema viário;

Parágrafo Único - O Diretor de Departamento Municipal de Trânsito é a autoridade constituída para aplicar as penalidades previstas na legislação de trânsito no âmbito de sua competência.

Art. 6º. O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei Federal nº 9.503, de 23-9-1997.

Art. 7º. Fica criada no Município de Lauro Muller a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pelo Departamento Municipal de Trânsito criado nos termos desta lei, e na esfera de sua competência.

Art. 8º. A JARI será composta pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante do órgão que impõe a penalidade;

II - 1 (um) representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada a área de trânsito.

III - 1 (um) representante com conhecimento comprovado na área

de trânsito com no mínimo nível médio;

§ 1º. A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito Municipal, através de Decreto.

§ 2º O mandato dos membros da JARI terá duração de um ano permitida a recondução.

§ 3º O presidente da JARI nomeará um secretário para suporte administrativo, a quem cabe especialmente:

I - secretariar as reuniões;

II - preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo presidente;

III - manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;

IV - lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;

V - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando, de forma devida, o que for necessário;

VI - verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;

VII - prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

Art. 9º. A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 233, de 30 de março de 2007, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 10. Aos membros titulares da JARI, bem como os seus suplentes no exercício da titularidade e o secretário, será devida a retribuição pecuniária no valor de meio salário mínimo nacional vigente por sessão.

Parágrafo Único - O número de sessões fica limitado a duas por mês, sendo que as mesmas deverão ser devidamente justificadas.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 12. Ficam convalidados os termos da Lei Municipal nº 1.752/2013, declarando-se a expressa recepção da referida lei por esta.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 14. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, mediante, se necessárias, alterações pertinentes a serem introduzidas na Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, para adequação do orçamento da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LAURO MÜLLER, 05 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1.639/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER/SC, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica alterado do inciso V do artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 1.639/2010, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º [...]

V – A requerimento do interessado, o valor da compra do potencial construtivo poderá ser parcelado até o final da obra.”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1956/2017

LEI Nº 1.956/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR E PAGAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAURO MÜLLER, DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar, liquidar e pagar Despesas não empenhadas no exercício do ano de 2016 do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller, por falta de dotação orçamentária, referente encargos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, conforme segue demonstrado:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 07

3.1.90.00.00.0003- Aplicação Direta R\$ 144.631,14

TOTAL R\$ 144.631,14

Art. 2º – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a parcelar junto à Caixa Econômica Federal o pagamento em até 60 (sessenta) meses.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1957/2017

LEI Nº 1.957/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR E PAGAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar, liquidar e pagar Despesas não empenhadas no exercício do ano de 2016 da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, por falta de dotação orçamentária, referente encargos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, conforme segue demonstrado:

02. - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

DOTAÇÃO 01

3.1.90.00.00.0166 - Aplicação Direta R\$ 270,94

03. - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 06

3.1.90.00.00.0166 - Aplicação Direta R\$ 25.627,05

04. - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental

DOTAÇÃO 37

3.1.90.00.00.0134 - Aplicação Direta R\$ 225.304,10

05. - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.039 - Abertura E conservação de Estradas do Interior

DOTAÇÃO 86

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 62.181,39

06. - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01 - Departamento de Desenvolvimento Economico

2.035 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Economico

DOTAÇÃO 93

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 2.363,66

08. - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.033 - Apoio ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 109

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 12.761,43

09. - SECRETARIA DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.01 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência

2.011 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

DOTAÇÃO 135

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 57.284,38

TOTAL R\$ 385.792,95

Art. 2º – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a parcelar junto à Caixa Econômica Federal o pagamento em até 60 (sessenta) meses.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1958/2017

LEI Nº 1.958/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – CMDR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, de caráter deliberativo e de funcionamento permanente, de composição paritária entre governo, entidades representativas dos agricultores, profissionais da área agropecuária e representantes dos agricultores em nível de comunidade rural existentes no município.

Art. 2º - Ao CMDR compete:

I – Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo executivo municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do município;

II – Colaborar na definição das prioridades da política municipal de desenvolvimento do meio rural;

III – Colaborar no estabelecimento das diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR;

IV – Enviar ao prefeito e câmara de vereadores as decisões do conselho, a fim de servir de subsídio para elaboração do orçamento e programa de aplicação de fundos existentes, atestando sua viabilidade e legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores e recomendando a sua execução;

V - Aprovar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR;

VI – Congregar esforços no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento rural do município;

VII – Apontar os pontos negativos que eventualmente ocorrem na execução do PMDR, sugerindo soluções;

VIII – Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município;

IX – Promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural;

Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), será composto por representantes do governo, entidades representativas dos agricultores, profissionais da área agropecuária e

representantes dos agricultores, sendo um titular e um suplente;

Parágrafo único – A representação dos agricultores será no mínimo paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos

Art. 4º - O mandato dos membros do CMDR será de 2 anos, podendo ser prorrogado por igual período, e seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Art. 5º - Integram o CMDR:

I – Um representante da administração municipal, indicado pelo prefeito;

II – Um representante da câmara de vereadores;

III - Um representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EPAGRI;

IV - Um representante da Companhia Integrada De Desenvolvimento Agrícola De Santa Catarina – CIDASC;

V - Um representante da Cooperativa de Eletrificação Lauro Müller – COOPERMILA;

VI - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller;

VII - Um representante da CooperAgroserra;

VIII - Um representante das comunidades de Rio Apertado, Rio da Vaca e Cabo Aéreo;

IX - Um representante das comunidades de Vargem Grande, Rio do Rastro e Rio Capivaras do Meio;

X - Um representante das comunidades de Rio Amaral Radio, Rio Amaral 1º, Rio Amaral Gruta e Rio Capivaras Baixo;

XI - Um representante das comunidades de Barro Branco, Palermo, Farroupilha e Rio Queimado;

XII - Um representante das comunidades de Novo Horizonte, Rocinha Alta, Rocinha do Meio e Rocinha da Gruta;

XIII - Um representante das comunidades de Rio Borela, Morro da Palha e Km 107;

XIV - Um representante das comunidades de Mina Nova, Morro da Figueira, Santa Rosa, Portão e Itanema;

XV - Um representante das comunidades de Guatá, Guatá de Baixo e Lageado;

XVI - Um representante das comunidades de Rio Capivaras Alto e Morro Preto;

Parágrafo Primeiro: Os representantes dos agricultores, em cada comunidade, deverão ser escolhidos através de votação secreta, após toda a comunidade estar devidamente convocada para tal fim, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e informada sobre a função e as responsabilidades do representante.

Parágrafo segundo: Os representantes dos demais órgãos e/ou entidades participantes no conselho, terão autonomia para indicar seus representantes.

Parágrafo terceiro: O presidente, o vice-presidente e o secretário do CMDR serão escolhidos através do voto secreto, pelos componentes do CMDR, e em caso de empate, prevalecerá como forma de desempate, a idade dos candidatos, sendo vencedor o mais velho;

Parágrafo quarto: Os membros do CMDR serão nomeados pelo prefeito municipal, mediante indicação dos titulares dos órgãos, entidades representadas e comunidades.

Art. 6º - O executivo municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDR cumprir com suas atribuições.

Art. 7º - O CMDR elaborará o seu regimento interno, para regular o seu funcionamento.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1959/2017

LEI Nº 1.959/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA REPRODUÇÃO DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC, faço saber a todos os habitantes do Município deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Executivo autorizado a incentivar a viabilização e o desenvolvimento de programas que visem o controle reprodutivo de cães e gatos e a promoção de medidas protetivas através de contratação de empresa ou entidade especializada, convênio com municípios e termo de parceria ou termo de fomento previstos da Lei Federal nº 13.019/2014 com entidades de proteção animal com reconhecimento público por seus serviços prestados.

§1º - O desenvolvimento de programa que visam o controle reprodutivo se dá por meio de identificação, registro, esterilização cirúrgica, adoção e de campanhas educacionais para a conscientização pública da relevância de tais atividades nos termos desta Lei.

§2º - Considera-se entidade de proteção animal com reconhecimento público aquelas que se tenham destacado pela prestação de serviço em prol da comunidade animal e que estejam em atividade no Município há pelo menos 02 (dois) anos.

Art. 2º - Fica estabelecido a obrigatoriedade para quem executar o contido do §1º do artigo anterior à criação de um Cadastro de animais que foram esterilizados e identificados com dispositivo eletrônico, “microchip”.

Parágrafo Único – Poderá o Poder Público Municipal criar um cadastro geral e único de animais que foram esterilizados, através da Fundação Municipal de Meio Ambiente, que será regulamentado por Decreto.

Art. 3º - Todo animal destinado à companhia deverá ser esterilizado e receber identificação.

§1º – A identificação deverá ser mediante dispositivo eletrônico subcutâneo (“Microchip”) capaz de identifica-los, relacioná-los com seu responsável e armazenar dados relevantes sobre a saúde do animal.

I - o artefato eletrônico denominado microchip, deverá:

a - ser confeccionado em material esterilizado;

b - conter prazo de validade indicado;

c - ser encapsulado e com dimensões que garantam a biocompatibilidade; e

II - ser decodificado por dispositivo de leitura que permita a visualização dos códigos de informação.

III - A inserção do microchip será feita sob supervisão de profissional

credenciado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária ou órgão que o suceda, definindo a melhor localização subcutânea.

§2º Compete ao responsável pelo animal proceder à identificação a que se refere o paragrafo anterior deste artigo por meio de um veterinário devidamente cadastrado no CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária).

§3º No dispositivo eletrônico, "microchip" subcutâneo, deve, obrigatoriamente, conter as seguintes informações:

I - número do R.G.A.;

II - data do registro;

III - nome do animal, espécie, porte, sexo, raça e cor, bem como sinais ou peculiares, se existirem, de cada animal;

IV - idade real ou presumida;

V - Nome do Veterinário Responsável pela microchipagem; e

VI - Data e tipo de procedimento realizado na esterilização do animal.

Art. 4º - Fica vedada a eliminação da vida de cães e gatos pelos órgãos de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, salvo eutanásia permitida na forma do artigo posterior.

Art. 5º - Os procedimentos de eutanásia em animais apreendidos que não sejam suspeitos de zoonoses serão realizados por médico veterinário devidamente autorizado pelo Município e só ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - doença incurável comprovada e que cause sofrimento;

II - perigo comprovado à integridade física de pessoas ou de outros animais;

III - estado terminal.

Parágrafo Único. Os procedimentos para a eutanásia não poderão causar sofrimento aos animais.

Art. 6º - Fica obrigado todo o criador, independente do total de animais existentes, a registrar seu canil e/ou gatil junto a Fundação Meio Ambiente e/ou junto a entidade protetora parceira da administração municipal e solicitar a respectiva licença, além de submeter seu comércio a todas as outras exigências impostas por normas municipal, estadual e federal.

Parágrafo Único. A Fundação Meio Ambiente juntamente com entidades protetoras informará ao proprietário de canil e/ou gatil todas as exigências que deverão ser cumpridas, visando à obtenção da licença de que trata o caput deste artigo, que deverá ser renovada anualmente.

Art. 7º - No ato da venda, o animal deverá estar previamente vacinado, desvermifugado, castrado e microchipado, bem como apresentar todos os dados de que trata o § 3º do art. 3º, tratando-se de cães e gatos. Todos os animais provenientes de criação devem ser registrados junto Fundação Meio Ambiente ou em entidades de proteção animal credenciada pelo Município.

Art. 8º - Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para a adoção, desde que previamente esterilizados, microchipados, vacinados e vermifugados, tratados clinicamente e com o respectivo registro na Fundação Meio Ambiente ou em entidade de proteção animal credenciada pelo Município.

Art. 9º - Os proprietários de estabelecimentos comerciais que pratiquem a venda de cão e/ou gatos, localizados no município de Lauro Muller, ficam obrigados a identificar eletronicamente e castrar todos os animais comercializados, além de manter registro atualizado junto Fundação Meio Ambiente ou em entidade de proteção animal credenciada pelo Município.

Art. 10 - No momento da venda do animal deve ser incluído no registro eletrônico os dados do comprador, onde fará constar o nome completo, número do R.G. e C.P.F., endereço completo e telefone

de contato.

Art. 11 - O animal com histórico de mordedura injustificada e comprovada por laudo médico será inserido em programa especial de adoção de critérios diferenciados, prevendo assinatura de termo de compromisso pelo qual o adotante se obrigara a cumprir o estabelecimento em legislação específica para cães bravios e manter o animal em, local seguro e em condições favoráveis ao seu processo de ressocialização.

Art. 12 - O recolhimento de animais observará procedimentos protetivos de manejo, de transporte e de averiguação da existência de tutor responsável ou cuidador em sua comunidade.

§ 1º - O animal reconhecido como comunitário poderá ser recolhido pelo poder público ou entidade de proteção para fins de esterilização, registro, e devolução a comunidade de origem após identificação.

§ 2º - Para efeitos desta Lei considera-se "Cão Comunitário" todos aqueles animais domesticados sem domicílio definido ou responsável identificado, que encontram o seu bem estar em uma determinada comunidade de uma determinada região/local;

§ 3º - O "Cão Comunitário" residente em determinada região/local deverá ser esterilizado e identificado eletronicamente por meio de "microchip", o qual conterá informações sobre o local onde o cão encontra-se inserido.

Art. 13 - Para efetivação deste Programa, o Poder Público, havendo disponibilidade orçamentária e financeira, poderá viabilizar as seguintes medidas:

I - Campanhas que conscientizem a população da necessidade de esterilização, identificação, vacinação periódica e de que o abandono pelo padecimento infligido ao animal configura em prática de crime ambiente sujeito as penas cabíveis previstas em Lei específica.

II - Orientação técnica aos adotantes e a população em geral para os princípios da tutela responsável de animais visando atender as suas necessidades físicas, psicológicas, e ambientais.

Art. 14 - É proibida a prática de ato de abuso e/ou crueldade a animais de qualquer espécie.

Art. 15 - O Poder Público poderá, como forma de incentivo à Adoção, incentivar o Lar Temporário dos animais, em situação de risco, criar, por lei específica, incentivos fiscais aos municípios.

Art. 16 - Em busca do incentivo a adoção de cães e/ou gatos abandonados, bem como o Lar Temporário, fica estabelecido por lei o desconto ao pagamento do IPTU (imposto territorial urbano).

§ 1º - Para o contribuinte obter o desconto no pagamento do IPTU é necessário que o animal esteja esterilizado, microchipado, vacinado e vermifugado. Como prova é necessário apresentar laudo de um Veterinário devidamente cadastrado no CRMV, bem como o número R.G.A do microchip do animal.

§ 2º - O desconto será gozado no exercício seguinte a adoção e verificada a integridade do animal.

§ 3º - O contribuinte deverá atender os seguintes requisitos:

I - Estar em dia com o IPTU;

II - Ter casa murada, cercada e portões fechados;

III - Ter condições financeiras de custear a alimentação, assistência veterinária e higiene dos animais que estejam sob sua tutela;

IV - Informar qualquer alteração que houver na relação com o tutelado, seja por mudança de residência, óbito, doença, desaparecimento ou outros eventos não previsíveis.

§ 4º - O contribuinte que deixar de informar qualquer evento relacionado ao animal tutelado perderá o desconto no IPTU, será responsabilizado na forma da lei e quando apurado má fé e dolo deverá restituir aos cofres públicos todo o desconto gozado até então.

§ 5º - O contribuinte que fraudar laudo veterinário para obter desconto no IPTU será punido com multa que varia de 25% (vinte cinco por cento) de 01 (um) salário mínimo vigente a 03 (três) salários mínimos, independente das sanções civis e/ou penais.

§ 6º - Os descontos do IPTU serão progressivos e nesta ordem:
I – de até 10% para adoção de um animal abandonado, o qual deverá ser adotado por meio de entidade de proteção animal e estar em plenas condições de saúde, higiene e domiciliado;
II – de até 20% para adoção de dois ou mais animais abandonados, os quais deverão ser adotados por meio de entidades de proteção animal e estarem em perfeitas condições de saúde, higiene e domiciliado.
III - de até 50% para adoção de 5 (cinco) ou mais animais abandonados, os quais deverão ser adotados por meio de entidades de proteção animal e estarem em perfeitas condições de saúde, higiene e domiciliado.

§ 7º - Todo contribuinte que inscrever-se por meio de entidade protetora como Lar Temporário terá desconto no valor do IPTU nos moldes dos incisos anteriores.

§ 8º - O desconto é válido somente por 1 (um ano), devendo para obter novos descontos adotar cão e/ou gato abandonado ou auxiliar como Lar Temporário a cada ano.

§ 9º - Somente gozaram dos descontos previstos nesse artigo os contribuintes que estiverem com animais encaminhados por entidade de proteção animal devidamente cadastrada junto ao governo municipal.

Art. 17 - Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os infratores à presente Lei sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão dos animais, instrumentos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados no momento da infração;

IV – pagar totalmente o valor despendido para o cuidado e tratamento do animal; e

Parágrafo Único. As penalidades serão aumentadas de um sexto a um terço, se ocorrer morte do animal.

Art. 18 - A pena de multa será aplicada nos casos de não observância desta lei, bem como quando forem constatados maus tratos a animais, tais como abandono, privar o animal de alimento, água e abrigo, deixar de prestar atendimento veterinário, usar-se do animal para obter criação sem o devido cuidado veterinário e a devida licença, nesse sentido o valor da infração pode variar de 25% (vinte cinco por cento) de 01 (um) salário mínimo vigente a 03 (três) salários mínimos dependendo do grau de gravidade da conduta, bem como do estado de saúde física, psíquica, emocional e ambiental do animal.

Art. 19 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis municipais nº1.678/2011 de 22 de março de 2011 e nº 1.658/2010 de 29 de outubro de 2010.

Art. 20 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

LAURO MÜLLER, 05 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

LEI Nº 1960/2017

LEI Nº 1.960/2017 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC, faço saber a todos os habitantes do Município deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL, com sede no município de Lauro Müller, registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 75.566/0001-62, de 10/04/1985.

Art. 2º - Em decorrência dos efeitos produzidos por esta Lei, a entidade aludida no artigo anterior gozará de todos os benefícios e prerrogativas previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 26/04/2017 às 08h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de construção para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com.

Lauro Muller, 11 de abril de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 27/04/2017 às 08h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterilly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de tintas, solventes e correlatos para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com.

Lauro Muller, 11 de abril de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

Lebon Regis

PREFEITURA

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA NO. 0678/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA No. 0678/2017 de 10 de Abril de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, JANICE APARECIDA GUEDES, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de AUXILIO MATERNIDADE, a partir da data de 10/04/2017

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 10 de Abril de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA Nº. 0677/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0677/2017 de 10 de Abril de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO O SR. AMAURI ANTONIO GRAZZIOTIN, do cargo de ASSESOR ADMINISTRATIVO Nivel CC-6 constante do Cargo de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal, a partir da data de 10/04/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 10 de Abril de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 028/2017

DECRETO N° 026, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

“Decreta Ponto Facultativo de Trabalho nas Repartições Públicas Municipais e dá outras Providências”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal/ SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 13 (treze) de abril, quinta-feira, no período da tarde, sem prejuízo da prestação de serviços considerados essenciais devido à semana santa.

Parágrafo Único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º Os servidores das Secretarias que cumprem jornada reduzida de trabalho, conforme Decreto nº 022 de 31 de março de 2017, na quinta-feira, dia 13 de abril, cumprirão jornada de trabalho no período matutino, das 7h30min até as 11h30min.

Art. 2º No Centro de Saúde Santa Paulina, durante o Ponto Facultativo, os atendimentos funcionarão sob regime de plantão, com equipe de trabalho designada pela chefia imediata.

Art. 3º Permanece o feriado nacional dia 14 (quatorze) de abril (sexta-feira santa).

Art. 4º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 01/2017 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017 PMLS

GENIR LOLI – Prefeito de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, sistema de Registro de Preços na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 2817/2016, para a possível aquisição de materiais de higiene, limpeza copa e cozinha, cama, mesa, banho e alimentos, com recebimento das propostas até as 08:15 horas do dia 03 de maio de 2017, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Lindóia do Sul - SC, 10 de abril de 2017.

Genir Loli

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.927/2.017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.927/2.017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com a Lei Complementar nº 173/2011 de 17 de junho de 2011, que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas a comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar:

I. Representante do Poder Executivo Municipal:

- Fernanda Ramos, como titular
- Antônio Carlos Vicente, como suplente

II. Representante da Secretaria de Saúde e Ação Social:

- Joice Mari Dall Aqua Pagno, como titular
- Silvana Dal Puppo, como suplente

III. Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

- Neura Frare Grandi, como titular
- Joana Caroline Spricigo, como suplente

IV. Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

- Marines Ribeiro Perondi, como titular
- Valdecir Meneghini, como suplente

V. Representante da Agricultura Familiar:

- Erasmo Carlos Cagliari, como titular
- Rogilso Busanelo, como suplente

VI. Representante da Associação de Pais e Professores do Núcleo de Educação Otaviano Nicolau:

- Silvane Venâncio, como titular
- Luciane Ribeiro, como suplente

VII. Representante da Associação de Pais e Professores do Núcleo de Educação XV de Novembro:

- Lucinete Fiorentin Lodi, como titular
- Franciele Hengen Benini, como suplente

VIII. Representante da Associação de Pais e Professores do Centro de educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro:

- Marciane Agustini, como titular
- Marisa Carbori, como suplente

IX. Representante da Associação de Pais e Professores do Núcleo de Educação Sertãozinho:

- Ivete Balbinó Fiorentin, como titular
- Salete Benelli, como suplente

X. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- Osvino Zuanazzi, como titular
- Fabricia Vicenzi, como suplente

XI. Representante do Clube de Idosos:

- Ari Moretto, como titular
- Laurindo Venâncio, como suplente

XII. Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Raios de Luz:

- Nadira Pelizzari, como titular
- Daniela Canzi Giron, como suplente

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto N. 2.927/2014 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 10 de abril de 2.017

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

DECRETO Nº 2.928/2.017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.928/2.017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA GOVERNAMENTAL DE GESTÃO INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com a Lei nº 11.346/2016, com o disposto no Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN, cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas a comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional:

I. Representante do Poder Executivo Municipal:

- Fernanda Ramos, como titular
- Antônio Carlos Vicente, como suplente

II. Representante da Secretaria de Saúde e Ação Social:

- Joice Mari Dall Aqua Pagno, como titular
- Silvana Dal Puppo, como suplente

III. Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

- Neura Frare Grandi, como titular
- Joana Caroline Spricigo, como suplente

IV. Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

- Marínes Ribeiro Perondi, como titular
- Valdecir Meneghini, como suplente

Art. 2º Os membros acima nomeados terão mandato de 02 (dois) anos a contar desta data.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 10 de abril de 2.017

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

DECRETO Nº 2.929/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2.017

DECRETO Nº 2.929/2017, de 10 de Abril de 2.017

REGULAMENTA O TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, pelas disposições do Art. 3º, da Lei nº 825/2009, de Abril de 1999;

DECRETA

Art. 1º O transporte de passageiros será efetuado diretamente, com veículos e motoristas do Município, de forma regular, nos seguintes dias e linhas:

I - nas segundas-feiras com saída da Linha Sertãozinho, passando por Linha Santa Rita, Linha Santa Rosa, Alto Acídio até a Sede do Município;

II - nas quartas-feiras com saída de Lageado Acídio, passando por Costa da Anta, Linha Azul, Linha Mimosa e Barra do Azul até a Sede do Município;

III - nas quintas-feiras com saída de Salto Grande, passando por XV de Novembro, Sanga Castelhana, Sanga Martins e Nossa Senhora da Saúde até a Sede do Município;

IV - nas sexta-feiras com saída da comunidade de Sertãozinho passando por Boa Esperança, Santo Isidoro e Lageado dos Pinheiros até a Sede do Município;

§ 1º. As saídas serão as 13:00 hs (treze horas) e o retorno com

partida as 17:00 hs (dezessete horas) da Sede do Município, efetuando-se o trajeto inverso.

§ 2º. Nos dias de feriado não haverá transporte.

Art. 2º. O valor do preço público do transporte será único, de R\$ 5,00 (cinco reais), para qualquer local ou distância.

Parágrafo único. O transporte não será cobrado:

- I - das pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- II - dos alunos e professores da rede municipal de ensino;
- III - das pessoas que necessitarem se deslocar em função de atividades e/ou programas desenvolvidos pelo Município.

Art. 3º. O transporte de pessoas para a participação em competições representando o Município ou para fins de treinamento, cursos e outros eventos importantes poderá ser efetuado de forma gratuita.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1.829/2009 de 11 de maio de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul – SC.

Genir Loli

Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se
Em, 10 de Abril de 2017.

Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno

Luzerna

PREFEITURA

ANEXO - LEI 1515

	ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E CONVÊNIOS - GEPLA

TERMO DE CONVÊNIO Nº.

	TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARI- NA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA COM A INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP.

QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de
dois mil e dezessete, de um lado o _____

_____ e de outro lado o o MUNICÍ-
PIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, pessoa jurídica de direito público
interno, inscrita na CNPJ sob n. 82.821.174/0001-80, estabelecida
à Rua Marcilio Dias 1199, Município de São Miguel do Oeste – SC,
representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor WILSON
TREVISAN, brasileiro, casado, portador do CPF n. 345.998.869-04,
residente e domiciliado na Rua Guanabara, n. 595, centro, na ci-
dade de São Miguel do Oeste, SC, doravante denominado de MU-
NICÍPIO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a celebração de termo de coo-
peração entre SECRETARIA e o MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO
OESTE, proporcionando oportunidade de trabalho e ressocialização
aos reeducandos do regime semiaberto da (UPA SMO), na roçada
de terrenos baldios, limpeza e conservação das ruas no perímetro
de São Miguel do Oeste e outros serviços correlatos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Além das pessoas jurídicas signatárias do ter-
mo de cooperação, são considerados integrantes do programa de
trabalho: a) os detentos que a critério participem das atividades;
b) os servidores e demais agentes do Estado; c) o pessoal e fun-
cionários da empresa destacados por esta para executar o objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de cooperação tem como fundamentação legal na Lei
nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais, con-
sideradas as suas alterações posteriores, Decreto nº 307 de 04 de
junho de 2003, Lei complementar nº. 381 de 07 de Maio de 2007,
Lei nº. 14.410, de 16 de abril de 2008 e a Lei Orgânica do Município
de Chapecó.

PARAGRAFO ÚNICO: As obrigações assumidas pela SECRETARIA

serão executadas pela PENITENCIARIA/FUNDO ROTATIVO, com
a supervisão direta do DEAP facultando o acompanhamento pelo
Conselho da Comunidade, nos termos do Art. 81 da Lei nº. 7.210
de 11 de julho de 1984, Lei de Execuções Penais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA/DEAP, PENITENCIÁRIA/FUNDO ROTATIVO.

I – Possibilitar o desenvolvimento e a execução das atividades pre-
vistas no objeto do presente termo, nos dias e horários definidos
em parceria com o MUNICÍPIO;

II – Coordenar, fiscalizar e controlar a execução dos serviços;

III – Receber por meio da PENITENCIÁRIA/FUNDO ROTATIVO, for-
necendo recibo correspondente do MUNICÍPIO os valores destina-
dos ao pagamento dos reeducando participantes das atividades,
providenciando o seu imediato repasse aos destinatários, segundo
orientações do DEAP, devendo atender:

- A indenização dos danos causados pelo crime, desde que deter-
minados judicialmente e não reparados por outros meios;
- A assistência à família;
- As pequenas despesas pessoais; e
- Ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a ma-
nutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo
da destinação prevista nos incisos anteriores;
- Providenciar contracheques mensais e recibos que certificarão o
trabalho dos presos, devendo constar:
 - Salário bruto
 - Descontos
 - Salário líquido
 - Quantia depositada em caderneta de poupança
 - Dias trabalhado e
 - Dias remidos.

IV – Indicar os detentos que participarão do programa (entre 20
a 50), no horário estabelecido, substituindo os que demonstrarem
falta de interesse nas atividades, bem como aqueles que, a critério
da Empresa devam ser substituídos;

V – Proceder à inspeção no(s) veículo(s) do MUNICÍPIO, quando
de sua chegada, bem como sua saída da Unidade Prisional, objeti-
vando coibir a entrada e saída de materiais não permitidos, respei-
tando as normas internas de segurança daquela Unidade Prisional;

VI – Observar, rigorosamente, as normas de Segurança e Medicina
no Trabalho;

VII – Responsabilizar-se pela segurança dos integrantes do progra-
ma que prestarão os serviços previstos no objeto deste termo de
cooperação, sob vigilância e acompanhamento permanente;

VIII – Responsabilizar-se pela segurança contra fuga e em favor
da disciplina (art. 36 “cap”, parte final) da Lei nº 7210/84, Lei da
Execução Penal;

IX – Providenciar abertura de uma caderneta de poupança aos
apenados integrantes do programa, para depósito da remuneração
referente ao trabalho executado e arquivar os recibos referentes ao
pagamento da remuneração dos apenados;

X – Deduzir do valor depositado de cada detento, 1/3 (um terço)

para indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios; 1/3 (um terço) para assistência à família; e repassar 1/3 (um terço) ao reeducando, para utilizar com pequenas despesas pessoais, conforme estipula as alíneas "a", "b", "c" e "d" o § 1º do artigo 56 e artigo 110 do Decreto 3.494 de 27 de junho de 1989;

XI – Caso a indenização dos danos causados pelo crime não seja determinado judicialmente, ou tenha sido reparado por outros meios, o valor correspondente deve ser depositado em caderneta de poupança que será entregue ao reeducando quando posto em liberdade; da mesma forma se procederá quando o apenado não possuir familiares;

XII – Remeter impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento dos valores, o respectivo comprovante de depósito ao DEAP, aos cuidados da Gerência de Orientação e Assistência ao Egresso;

XIII – Fornecer o uniforme para os reeducandos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Determinar os locais onde os serviços serão efetuados. Coordenar, fiscalizar e controlar a execução dos trabalhos pactuados neste termo de cooperação;

II – Fornecer todos os equipamentos de proteção individual – EPI, ferramentas necessários a execução do presente termo de cooperação;

III – Fornecer transporte aos sentenciados e agentes penitenciários até os locais de realização dos serviços, bem como seu regresso a Unidade Prisional, dentro dos horários definidos;

IV - Efetuar o pagamento da remuneração dos reeducandos de acordo com os artigos 29 e 138 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais, na ordem de 01 (um) salário mínimo vigente no país;

V – Depositar mensalmente até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, o pagamento referente a 25% (vinte e cinco por cento) da folha de pagamento mensal dos serviços executados pelos detentos, depositando-os de acordo com os procedimentos para depósito identificado, código e repassar os 75% (setenta e cinco por cento) aos reeducandos, que serão divididos conforme os ditames dos incisos X e XI da Cláusula Terceira deste Termo de cooperação;

VI – O Município fornecerá ao detento que trabalhar no mínimo 10 (dez) dias consecutivos durante o mês, verificada as necessidades da sua família, conforme avaliação das assistentes sociais da Penitenciária e do Município, 01 (uma) cesta básica de alimentos, contendo em média os seguintes produtos: 5 Kg de açúcar, 3 Kg de feijão, 1 lata de óleo de soja, 1 Kg de sal, 2 Kg de macarrão, 1 Kg de biscoito e uma barra de sabão.

PARAGRAFO ÚNICO: Os valores arrecadados provenientes dos 25% serão aplicados através do FUNDO, respeitado as normas orçamentárias.

CLÁUSULA QUINTA – DO TRABALHO DOS REEDUCANDOS

I – A quantidade de reeducandos, a forma de orientação dos trabalhos, a distribuição do horário e demais atividades são de exclusiva competência da PENITENCIÁRIA/DEAP, não gerando por isso, quaisquer vinculações e responsabilidades sociais, previdenciárias, ou trabalhistas, do MUNICÍPIO para com os reeducandos, por força de que dispõe a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções penais, em seus Artigos 28, parágrafo 2º e 33;

II – As obrigações assumidas pela SECRETARIA serão executadas pela PENITENCIÁRIA, com a supervisão do DEAP facultando seu acompanhamento pelo Conselho da Comunidade, nos termos do art. 81 da Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execuções Penais.

PARAGRAFO ÚNICO: A duração do trabalho diário normal de cada reeducando não será inferior a 6 (seis) horas e nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo é de 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser alterado ou complementado mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

As partes poderão a qualquer tempo, propor a sua rescisão, mediante a comunicação expressa, prévia, de 90 (noventa) dias a outra parte, podendo ainda ser rescindido por inadimplência de qualquer de suas cláusulas ou pela superveniência de norma ou fato que o torne inexecutável, ou por mútuo acordo, através de notificação escrita, expressando os motivos de sua pretensão.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Os direitos e obrigações decorrentes deste termo de cooperação não poderão ser cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, sem o prévio e expresso consentimento da outra parte;

II - Quaisquer alterações no presente termo de cooperação deverão ser realizadas mediante aditamento, sem o qual não produzirão qualquer efeito;

III – Os casos omissos no presente termo de cooperação, ou dúvidas decorrentes de sua publicação, serão resolvidos do comum acordo entre as partes, ou mediante arbitramento, mas somente se tornarem exigíveis após a assinatura de um termo de aditamento.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis para dirimir as questões da execução do presente termo de cooperação, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente termo de cooperação em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, _____ de _____ de 2017.

Secretária de Estado de Justiça e Cidadania

Diretor de Administração Prisional

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 047.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 047/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 028/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 016/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 – DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Cuba, 103 E, Sala 02, Barro Líder, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.805-225, inscrita no CNPJ sob o nº 19.278.326/0001-03, neste ato representado por seu sócio proprietário JONEI BORTOLANZA, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da cédula de identidade n. 2.164.547-7, e inscrito no CPF: 729.832.729-15 doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 028/2017, Pregão Presencial nº 016/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de serviço de genotipagem animal (bovino), destinado à manutenção do Programa de Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino do Município de Luzerna, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	70,00	UN	SERVIÇO DE GENOTIPAGEM ANIMAL, compreendendo: Teste genômico de DNA bovino leiteiro, coletado através de amostras individuais de bulbo de fios da cauda e catalogado as informações de nascimentos e pedigree; informações geradas na avaliação genética do USDA – CDCB (departamento de Agricultura do EUA - Conselho para gado leiteiro), que incluem características de produção, saúde e tipo, além de índices de compostos. Também características de confiabilidade e resumo de parentesco juntamente aos resultados expressos de Haplótipos e doenças genéticas. Resultado expresso através de software de gerenciamento genético na média da população do Software, com gráficos que expressam as correlações genéticas para as características de conformação, produção e saúde.	239,00	16.730,00

1.2. O FORNECEDOR 1 responsável pelo fornecimento do item acima descrito receberá o valor global total de R\$ 16.730,00 (dezesesseis mil setecentos e trinta reais).

1.3. Os serviços de genotipagem deverão ser prestados de acordo com as necessidades da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, devendo o FORNECEDOR, iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias, contados do momento da autorização de fornecimento, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. O FORNECEDOR, após a execução dos serviços de genotipagem, deve entregar os resultados de cada rebanho e de animais individuais em formato de relatório compilado das informações e gráfico para características de conformação e produção e saúde.

1.4.1. A entrega do relatório deve ser em formato PDF em material impresso e banco de dados em dispositivo móvel de armazenamento (preferencialmente pen-drive).

1.4.2. Os serviços de genotipagem também incluem a avaliação e laudo técnico do panorama genômico das amostras submetidas para avaliação.

1.5. O FORNECEDOR deverá fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços contratados e especificados neste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga, manuseio e guarda, manter máquinas, equipamentos, acessórios e ferramentas de sua propriedade em bom estado de conservação e segurança, visando a boa execução dos serviços;

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da

regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.13. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto desta Ata de Registro de Preços de acordo com o estipulado em sua Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.6. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos

termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

09.001.20.602.0052.2044 – Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

JONEI BORTOLANZA

DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA EPP

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 048.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 048/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 026/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 014/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – NACIONAL ASFALTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Sete de Setembro, n. 747-D, Bairro Presidente Médici, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.801-141, inscrita no CNPJ sob o nº 12.123.953/0001-26, neste ato representada por seu administrador, RAIMUNDO RADAPELLI, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, portador da cédula de identidade sob o n. 547.078-1, e do CPF sob o n. 346.098.909-25, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 026/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 014/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de concreto asfáltico (CAUQ) e de massa asfáltica (CBUQ) destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna (SC), conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	700,00	SACO	Massa asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com agregados pétreos, dosado com CAP 50/70, não emulsinado, aditivado com composto químico exclusivo de retardador de "cura" para aplicação a frio em manutenção de pavimentos, tapa buracos, podendo o produto ter uma estocagem de até 12 meses, capaz de ser aplicada mesmo em buraco com água ou em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalados em sacos de 25kg, granulometria não inferior a 96% na peneira 3/8", densidade aparente da massa entre: 2,00 e 2,50 g/m³; teor de Betume entre: 5 a 6%. Produto homologado pelo INMETRO.	30,00	21.000,00

O FORNECEDOR 1, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, devendo a vencedora, proceder à entrega da mercadoria em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, SEM A EXIGÊNCIA DE VALOR OU QUANTITATIVO MÍNIMO e sem custos adicionais.

1.3. Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Prefeitura Municipal, na Secretaria de Obras e Serviços, em dias de expediente.

1.4. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio (frete) e descarga das mercadorias solicitadas.

1.5. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

1.6. Caberá ao FORNECEDOR obedecer aos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.7. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a terceirização dos mesmos.

1.8. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do objeto licitado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.9. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.10. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.11.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público

controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para

inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

- 11.001.15.451.0061.1053 – Pavimentação e revitalização de ruas e passeios públicos
- 11.001.17.512.0064.1059 – Obras de esgoto no perímetro urbano
- 11.001.26.782.0067.1063 – Pavimentação de estradas vicinais
- 11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
- 11.001.15.452.0061.2057 – Segurança do trânsito urbano
- 11.001.26.782.0067.2060 – Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

- 1.07 e 3.07 Detalhamento: 007 – Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE
- 1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Trânsito – Prefeitura
- 1.39 e 3.39 Detalhamento: 039 – Fundo Especial do Petróleo

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

RAIMUNDO RADAVELLI

NACIONAL ASFALTOS LTDA ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 049.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 049/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 026/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 014/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2- PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303 s/n, Km 47, na cidade de Ibicaré/SC, CEP 89.640-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.081.239/0001-69, neste ato representada por seu sócio-administrador RUDI OHLWEILER JUNIOR, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da CI nº 11/R nº 3.711.039-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.538.139-86, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 97, Centro, em Treze Tílias/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2.

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 026/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 014/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de concreto asfáltico (CAUQ) e de massa

asfáltica (CBUQ) destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna (SC)., conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	80,00	TON	Concreto Asfáltico Usinado a Quente – C.A.U.Q	235,00	18.800,00

O FORNECEDOR 2, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais).

0.2. O FORNECEDOR deverá disponibilizar de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna que fará a retirada do material na usina do FORNECEDOR, mediante aviso prévio.

0.3. A Prefeitura de Luzerna enviará um veículo até o estabelecimento da proponente vencedora para que esta proceda ao carregamento do objeto, na quantidade previamente solicitada, sendo que nas retiradas serão utilizados veículos próprios, tipo caminhão caçamba, com capacidade de carga de aproximadamente 10 (dez) toneladas, quando observada as regras de distancia estabelecidas no Edital

1.4. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

1.5. Caberá ao FORNECEDOR obedecer aos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.7. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a terceirização dos mesmos.

1.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do objeto licitado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.7. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.8. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.9. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a

fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá

ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

11.001.15.451.0061.1053 – Pavimentação e revitalização de ruas e passeios públicos

11.001.17.512.0064.1059 – Obras de esgoto no perímetro urbano

11.001.26.782.0067.1063 – Pavimentação de estradas vicinais

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.15.452.0061.2057 – Segurança do trânsito urbano

11.001.26.782.0067.2060 – Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.07 e 3.07 Detalhamento: 007 – Cont. Intervenção Domínio Econômico – CIDE

1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Trânsito – Prefeitura

1.39 e 3.39 Detalhamento: 039 – Fundo Especial do Petróleo CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

RUDI OHLWEILER JUNIOR
PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA
FORNECEDOR 2
TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass. Ass.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 051.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 051/2017
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 031/2017
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 017/2017
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2017, por ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – AFONSO TOMCZAK ME, pessoa jurídica de direito privado situada a Rua Cento e Vinte e Quatro, nº 360, sala 01, bairro São Cristóvão na cidade de Frederico Westphalen/RS CEP 98.400-000, caixa postal 114, inscrita no CNPJ sob o nº 18.778.775/0001-58, neste ato representada pelo sócio administrador AFONSO TOMCZAK, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2034637385 e regularmente inscrito o CPF sob o nº 093.366.300-59, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 031/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 017/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de abrigo de passageiros (parada de ônibus), conforme especificações contidas no Anexo I, que é parte integrante deste edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	2	un	<p>Aquisição de abrigos de passageiros (parada de ônibus) nas medidas: 3,00 mt.</p> <p>Especificação detalhada do objeto:</p> <p>MEDIDA:</p> <p>-3 metros</p> <p>COLUNA DA SUSTENTAÇÃO:</p> <p>- Coluna principal em tubo 5", conforme as normas SAE 1008/1010, NBR 11888/2 e NBR 7013.</p> <p>- Tubo galvanizado a fogo.</p> <p>COBERTURA:</p> <p>- Cobertura em chapas de aço nº 22 galvanizada: Estrutura que receberá as chapas de fechamento deveram ser em tubos retangulares 30x30, o material da estrutura deverá ser de aço carbono com parede mínima de 1,50mm, conforme as normas SAE 1008/1010, NBR 11888/2 e NBR 7013.</p> <p>- Cobertura deverá ser fixada por meio de parafusos sextavados auto brocantes, acompanhados por arruelas de borracha.</p> <p>- Os parafusos que deverão ser utilizados na montagem deverão ser zincados, de forma a proteger a estrutura contra a ação do tempo.</p> <p>- Testeira frontal em chapa no tamanho de 0,15x3, 00m com a escrita PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA.</p> <p>- Todos os tubos galvanizados a fogo.</p> <p>BANCO:</p> <p>- A estrutura de sustentação deverá ser em cantoneira 1"x1/8, galvanizadas a fogo.</p> <p>- Banco em tábua de madeira de lei com espessura de 4cm medindo 2.750x300mm. As tabuas deverão receber pintura de proteção contra interperes de tempo.</p> <p>FECHAMENTO LATERAL:</p> <p>- O fechamento deverá ser confeccionado em tubo 2"x1,50mm galvanizados a fogo, no tamanho de 1,40x0,40m e vidro temperado incolor 8mm.</p> <p>FECHAMENTO TRASEIRO:</p> <p>- Em tubo redondo com 4" parede 2,00mm no tamanho de 2,75x1,40m com fechamento em chapa de alumínio composto 3mm branco, com brasão do Município de Luzerna. Tubos de apoio 20x40x1,20mm. Tubos galvanizados a fogo.</p> <p>FIXAÇÃO DO ABRIGO AO SOLO:</p> <p>- A fixação é feita através de base fixada a coluna de sustentação de 300x300mm na chapa ¼, a fixação no solo será feita através de chumbador de ferro 10mm. Tubos galvanizados a fogo.</p> <p>PINTURA:</p> <p>- Toda estrutura deverá receber pintura epóxi na cor definida.</p> <p>MONTAGEM E INSTALAÇÃO:</p> <p>- A montagem e a instalação correrá por conta de proponente vencedora, e deverá ser feita nos locais indicados pelo Município.</p>	4.100,00	8.200,00

0.2. O FORNECEDOR 1, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais);

0.2.1. O FORNECEDOR deverá prestar os serviços de que trata o objeto deste Edital deverão ser executados de acordo com as especificações contidas no Anexo I, o qual é parte integrante deste instrumento.

0.2.2. O FORNECEDOR deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e executar completamente o objeto no prazo de até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

0.2.3. Na execução dos serviços o FORNECEDOR deverá ser observar, de modo geral, as especificações das normas técnicas legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA/CAU; as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

0.2.4. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

0.2.5. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada.

0.2.6. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

0.2.7. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

0.2.8. Os empregados do FORNECEDOR, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.

0.2.9. Caberá ao FORNECEDOR fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas, e equipamentos, necessários à execução dos serviços ora contratados.

0.2.10. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

0.2.11. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora, vedada, portanto, a terceirização dos

mesmos.

0.2.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do objeto licitado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.2.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.2.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

0.2.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

0.2.15.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.8. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término do serviço.

4.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

4.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.

4.11. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA/CAU, e as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época

4.12 Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

4.13. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexos causal devido à

ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil,

contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.26.782.0067.1062 - Construção de abrigos para passageiros de ônibus no interior do Município

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.89 e 3.89 Detalhamento: 089 – Alienações

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

AFONSO TOMCZAK
AFONSO TOMCZAK ME
FORNECEDOR 1
TESTEMUNHAS:

Nome legível:
RG:
CPF:

Nome legível:
RG:
CPF:

CONTRATO PML Nº 050.17

CONTRATO PML Nº 050/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERS-MANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e a empresa LUCIANO OSMAR DA SILVA 02718802952, pessoa jurídica de direito privado, situada Rua Raimundo Dotti, n. 67, Bairro Estação Luzerna, no Município de Herval D'Oeste, CEP: 89.610-000 inscrita no CNPJ sob o nº 18.834.476/0001-93, neste ato representado por LUCIANO OSMAR DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3.777.490 e inscrita no CPF/MF sob o nº 027.188.029-52, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

0.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 027/2017, Pregão Presencial nº 015/2017, é a contratação de empresa especializada em locação de mão de obra terceirizada para a prestação de serviços de manutenção em geral contínuos de benfeitorias civis, conforme especificações e condições indicadas em Edital e no seu Termo de Referência, constituindo-se em:

Item	Descrição	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
01	Prestação de serviços mão de obra terceirizada para a prestação de serviços de manutenção em geral contínuos de benfeitorias civis, de acordo com as especificações contidas no Edital, bem como no Anexo I – Termo de Referência:	R\$ 5.162,50	R\$ 61.950,00
	Construção Civil – MESTRE DE OBRAS	R\$ 1.837,50	R\$ 22.050,00
	Construção Civil – AUXILIAR DE PEDREIRO		
	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO		R\$ 84.000,00

0.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar funcionários que deverão cumprir jornada de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 8 (oito) horas diárias de segunda a sexta feira, em virtude do não funcionamento da Prefeitura e seus Fundos aos sábados, salvo situações excepcionais, previamente aprovadas pelo Gestor Municipal. Os horários de entrada e saída poderão ser alterados de acordo com as necessidades do serviço.

0.3. A CONTRATADA deverá saber executar primordialmente calçadas, acabamentos, rebocos, alvenarias, assentamento de pisos, revestimentos internos e externos de granito, mármore e cerâmicas, abertura de portas e janelas e instalação de sanitários e acessórios, e ainda dispor de experiência para trabalhos em altura superior a dois metros utilizando cadeira suspensa, cinto de proteção e/ou andaime. Além de:

- Acompanhar todas as obras e serviços desenvolvidos pelo Município;
- Executar trabalhos de alvenaria, contra pisos, passeios e batentes de madeira com argamassa, concreto, revestimentos argamassa (chapisco, emboço e reboco), revestimentos cerâmicos (azulejos), preparação e concretagem de estruturas e fundações de concreto armado, contra pisos, regularizações de pisos para impermeabilização de lajes, pisos cerâmicos, vinílicos e cimentados, caixas de inspeção em alvenaria, serviços de carpintaria (em madeira), manutenção e execução de coberturas, assentamento de tubos de concreto, serviços hidro sanitários diversos, e outros serviços de construção civil, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, e utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar, ou reparar prédios e obras similares.
- Executar demolição de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e re-aterrar valas, cortar alvenaria e piso, limpar obra;
- Realizar manutenção/reposição de lajotas e meio fio;
- Dosar e executar a mistura de cimento, areia, pedra e água, para obter argamassas;
- Controlar o nível e o prumo das obras em geral;

- Efetuar a remoção de entulho da obra;
- Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução de serviços;
- Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho;
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.

0.4. A CONTRATADA deverá fornecer ao Município listagem de EPI's e EPC's conforme NR-6, da Lei n.º 6.514 e de acordo com o estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho de cada categoria, responsabilizando-se pelo perfeito e ininterrupto funcionamento destes.

0.5. A CONTRATADA deverá orientar seus empregados para utilização dos equipamentos de proteção individual quando da realização de atividades que possam colocar em risco a saúde e a integridade física dos mesmos.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

1.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil), correspondendo o valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil).

1.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

1.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

1.4. A CONTRATADA deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

1.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

1.6. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

1.7. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

PREFEITURA DE LUZERNA

Ação (s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES

4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- Promover, através do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da administração;
- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado;
- Notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato.

4.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- A Contratada deverá nomear um representante legal para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e endereço de e-mail para o envio de correspondências.
- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela contratada, sob pena da rescisão do mesmo.
- Responsabilizar-se integralmente por todos os empregados que prestarão os serviços, selecionando-os e preparando-os rigorosamente, nos termos da legislação vigente, inclusive certificando-se de atestado de boa conduta e demais referências, visando maior segurança e qualidade na execução dos serviços.
- A empresa deverá manter seus empregados orientados com relação ao desempenho dos serviços, responsabilidades e segurança ao que lhe cabe, com relação a todo material manuseado, não devendo afastar-se dos seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por pessoas não autorizadas.
- A empresa contratada deverá apresentar seus empregados diariamente limpos, devidamente, identificados através de crachás e providos de equipamentos de proteção individual - EPI's e EPC's, quando necessário.
- Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios; trabalho em altura, ou seja, praticas do trabalho seguro, nas áreas da Administração.
- A Contratada se obriga a responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e ainda, por danos ou avarias e/ou repará-los, quando causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso.
- Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com os disponibilizados

pela Administração.

- Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.
- Deverá à empresa contratada manter constantemente o número acordado de funcionários para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, substituindo-os imediatamente, independentemente de justificativa e assumindo responsabilidade na falta de pessoal, respondendo por qualquer dano material, pessoal ou descumprimento de horário por parte de seus funcionários.
- Independente de qualquer justificativa, a empresa deverá enviar um empregado em substituição ao que não se apresentar ao seu posto, no prazo máximo de 2 horas, a contar do recebimento da comunicação da contratante.
- Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com condutas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias à disciplina da repartição ou que venha criar embaraços ou dificuldades às exigências dos serviços que lhe forem apresentados.
- Efetuar o pagamento do salário dos empregados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- Manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, independente se de propriedade da empresa ou da Administração.
- Nomear, expressamente, um representante encarregado responsável pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho, em tempo necessário, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços.
- Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao Fiscal do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, esclarecendo o não cumprimento por parte da contratada, devendo:
 - a) Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
 - b) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.
- Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
 - c) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
 - d) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
 - e) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.
- Deverá manter durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de multa e rescisão contratual;
- A contratada não poderá veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Município;
- A contratada não poderá transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante;
- À contratada caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante;
- Deverá à contratada assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em caso de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a prestação do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Município.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002, ressaltado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do Município, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis combinações legais.

4.2. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante o certame, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais.

4.3. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato,

4.4. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar CONTRATADA, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios, as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- Advertência, por escrito;
- Multas, na forma prevista neste Termo de Referência;
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.
- 4.5. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por dia de atraso, por cada funcionário, limitada ao percentual máximo de 5%, pelo descumprimento das seguintes obrigações:
 - Entrega e substituição dos equipamentos e EPI's e EPC's;
 - Comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas que depositados na conta corrente especial em no prazo estipulado.
 - Substituição do funcionário;
 - Os percentuais de multas serão dobrados em caso de reincidência.

- 4.6. Multa de 5% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas no Contrato.
- 4.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total das obrigações contidas no Contrato.
- 4.8. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 4.9. Se a Contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

6.2. O descumprimento, por parte da contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

6.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Fica estabelecido que, com a Contratada que será celebrado contrato e que o mesmo deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

7.3. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o Contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.

7.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observado.

7.6. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da Contratada serão exercidos pela Contratante, através da Assessoria de Planejamento, a qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, para aplicação das penalidades previstas no Edital.

7.7. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela Contratante, constituindo tais registros, documentos legais.

7.8. Fica nomeada como fiscal do contrato a engenheira civil do Município JULIANA CORBANI e o assessor de planejamento do Município ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 07 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

LUCIANO OSMAR DA SILVA
LUCIANO OSMAR DA SILVA 02718802952
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

DECRETO 2353

DECRETO Nº 2353 de 11 de abril de 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E SUPLEMENTA CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1516 de 11 de abril de 2017,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, a dotação atribuída à ação abaixo discriminada até o limite do valor também abaixo discriminado:

Ação: 06.001.28.845.0000.0017 - Pagamento de Sentenças Judiciais

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Ação: 08.001.12.361.0031.1032 - Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 12.000,00

Ação: 08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada até os limites anulados a dotação atribuída à ação abaixo discriminada:

Ação: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 12.000,00

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 08.003.27.812.0040.1041 - Construção e adequação de espaços para práticas esportivas

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Art.3º- Fica suplementado um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, já aberto no valor de até R\$ 63.000,00 (sessenta e três reais), à conta de anulação da dotação especificada no art. 6º, atribuído à ação:

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.93. Outras despesas correntes - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o Ente participe

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 63.000,00

Art.4º- Os recursos para cobertura da abertura de crédito especial descrito no art. 5º decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 63.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 031/2017 - PP 017/2017 - ABRIGO DE PASSAGEIROS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 031/2017 - PML

Pregão nº 017/2017 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 031/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço, para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de abrigo de passageiros (parada de ônibus), conforme especificações contidas no ANEXO I, que é parte integrante deste edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* AFONSO TOMCZAK - ME
- Valor total: R\$8.200,00
Luzerna (SC), 12 de abril de 2017.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

LEI 1514

LEI Nº 1514 de 11 de abril de 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 608 de 15 de setembro de 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o inciso III e revogado o inciso X no art. 1º da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

...

III - transporte de calcário e limpeza de aviários;

...

X - revogado”

Art.2º- Ficam revogados os incisos I e II e o Parágrafo Único do art. 4º da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“art. 4º - ...

I - revogado

II - revogado

III- isenção total de até 10 (dez) horas contando todas as máquinas envolvidas no serviço e não unitariamente por máquina, para os serviços constantes do art. 1º desta Lei.”

Art.3º- Fica alterado o art. 5º da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante aprovação pelo CONSELHO DO MUNICÍPIO autorizado a conceder isenção total de número maior de horas para os serviços constantes dos incisos IV, V, VIII e IX do art. 1º da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005.”

Art.4º- Fica alterado o inciso I e a alínea “c” do inciso II do art. 6º da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - ..

I - as empresas já existentes e as que venham se instalar no Município que preencherem os seguintes requisitos:

II - ...

a) comprovem estar em dia com a Fazenda Pública Municipal;

Art.5º- Insere o Parágrafo Único no art. 10 da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“art. 10 -

Parágrafo Único - É obrigação do servidor que estiver realizando os serviços informar a quantidade de horas trabalhadas sob pena de não o fazendo ser responsabilizado administrativa, civil e criminalmente pelo prejuízo ao erário público.”

Art. 6º - Altera a redação do Anexo I da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005, passando a redação a ser a constante desta Lei.

Art.7º- As demais disposições da Lei nº 608 de 15 de setembro de 2005 permanecem inalteradas.

Art.8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º do mês subsequente à sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI Nº 608 de 15 de setembro de 2005
alterada pela Lei nº 1514 de 11 de abril de 2017.

ANEXO I

TABELA DE VALORES

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS

MÁQUINAS	VALOR/Unidade
Retroescavadeira	R\$ 100,00/hora
Motoniveladora	R\$ 80,00/hora
Carregadeira	R\$ 100,00/hora
Caminhão Diesel	R\$ 80,00/hora
Poclain	R\$ 180,00/hora
p/ enterro de animais	R\$ 50,00

LEI 1515

LEI Nº 1515 de 11 de abril de 2017.

“AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E O ESTADO DE SANTA CATARINA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA COM A INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - DEAP, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO com a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA(SC), por intermédio do DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL - DEAP, visando proporcionar a oportunidade de trabalho e ressocialização aos reeducandos do regime semiaberto do Presídio Regional de Joaçaba(SC) em atividades de limpeza e conservação de vias, praças e jardins públicos, obras e serviços públicos, no Município de Luzerna(SC), em conformidade com Termo de Convênio, parte integrante desta Lei.

Art.2º- O prazo de vigência deste convênio é de 05 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura.

Art.3º- As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão por conta do orçamento vigente sendo que, para os exercícios seguintes o Poder Executivo Municipal fará constar em seus orçamentos anuais as dotações necessárias para a continuidade do Convênio.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Valor: R\$ 109.809,93

Luzerna(SC), 11 de abril de 2017.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Ação: 08.001.12.361.0031.1032 - Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 12.000,00

LEI 1516

LEI Nº 1516 de 11 de abril de 2017.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, A SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITO ESPECIAL E A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), à conta de anulação da dotação especificada no art. 2º, criando Grupo de Natureza da Despesa (G.N.D.), Modalidade de Aplicação, Fonte, Detalhamento e Valor no Orçamento do Município para 2017, atribuído à ação:

Ação: 08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 175.000,00

Ação: 08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Art.2º- Os recursos para cobertura da abertura de crédito especial descrito no art. 1º decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Art.4º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação até os limites anulados na dotação atribuída à ação abaixo discriminada:

Ação: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 109.809,93

Ação: 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 175.000,00

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pré-escolar

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 01 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

Valor: R\$ 12.000,00

Art.3º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, na dotação atribuída à ação abaixo discriminada até o limite do valor também abaixo discriminado:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Ação: 06.001.28.845.0000.0017 - Pagamento de Sentenças Judiciais

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Ação: 08.003.27.812.0040.1041 - Construção e adequação de espaços para práticas esportivas

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Art.5º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, já aberto no valor de até R\$ 63.000,00 (sessenta e três reais), à conta de anulação da dotação especificada no art. 6º, atribuído à ação:

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.93. Outras despesas correntes - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o Ente participe

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 63.000,00

Art.6º- Os recursos para cobertura da abertura de crédito especial descrito no art. 5º decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Ação: 13.001.10.302.0016.2096 - Média e Alta Complexidade

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Detalhamento: 002 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 63.000,00

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 162

LEI COMPLEMENTAR Nº 162 de 11 de abril de 2017.

“INSTITUI O REGIME DE SOBREAVISO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- O regime de sobreaviso instituído para o pronto atendimento das necessidades essenciais do serviço público no âmbito do Município de Luzerna(SC) são disciplinados na forma e

condições previstas nesta Lei.

Art.2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por regime de sobreaviso, aquele em que o servidor fica à disposição do Município, fora da repartição e do seu horário regular de trabalho, em qualquer dia da semana, aguardando, pelos meios de comunicação disponíveis, a sua convocação para o serviço.

Art.3º- O regime de sobreaviso será organizado pela autoridade competente da repartição em escalas mensais, observados o sistema de rodízio, limitado ao período máximo de 15 (quinze) dias mensais ininterruptos ou não por servidor.

Art.4º - As horas cumpridas pelo servidor em regime de sobreaviso serão remuneradas na razão de 1/3 (um terço) do valor da hora normal diária de trabalho.

Parágrafo Único - Quando convocado, as horas efetivamente trabalhadas pelo servidor em regime de sobreaviso serão remuneradas acrescidas do adicional pela prestação de serviço extraordinário, não se aplicando, durante a convocação, a remuneração de 1/3 (um terço).

Art.5º- O servidor em regime de sobreaviso deverá atender prontamente à convocação do Município e durante a espera não praticar atividades que o impeçam de comparecer imediatamente ao serviço.

§1º- Durante o regime de sobreaviso, o servidor não poderá afastar-se longe da sede do Município.

§2º- A inobservância injustificada do disposto no caput configura descumprimento de dever funcional e sujeitará o servidor às penalidades disciplinares previstas em lei.

Art.6º- As horas cumpridas pelo servidor em regime de sobreaviso:

I. Integrarão, pela média dos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias;

II. Poderão ser compensadas, por meio de crédito em banco de horas, nas condições previstas em regulamento.

Art.7º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 163

LEI COMPLEMENTAR Nº 163 de 11 de abril de 2017.

“CRIA TEMPORAMENTE FUNÇÃO GRATIFICADA QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º - Fica criada temporariamente, até a nomeação de aprovado em Concurso Público, a função gratificada de Chefe da Controladoria do Município, FG1 no Anexo IV - TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores que passa a ter a seguinte redação:

ANEXO IV**TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Funções Gratificadas	Quant.	Título	Valor
FG1	01	Chefe do Setor de Tesouraria	R\$ 622,14
FG1	01	Coordenador de Atenção Básica em Saúde	R\$ 622,14
FG1	01	Chefe da Controladoria do Município	R\$ 622,14
FG2	01	Coordenador Executivo do PROCON Municipal	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Licitações	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Tributação	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Tecnologias Educacionais	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Controle de Frotas	R\$ 482,51

Art.2º- Inclui no Parágrafo Único do art. 15 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores as atribuições da Função Gratificada de Chefe da Controladoria do Município, com a seguinte redação:

“art. 15 - ...

Parágrafo Único - ...

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe da Controladoria do Município

ATRIBUIÇÕES: Elaborar e revisar, junto com os respectivos responsáveis pelos setores, o manual de controle interno de cada atividade do Município; estabelecer os itens de fiscalização que cada setor deve exigir no fluxo da realização das tarefas; fiscalizar o cumprimento do manual de controles internos; comunicar aos servidores as irregularidades verificadas para que estes apresentem justificativas; cientificar o Prefeito sobre as irregularidades encontradas periodicamente; informar ao Tribunal de Contas do Estado as irregularidades cujas providências não foram tomadas pelo administrador no sentido de saná-las; guardar a documentação de seu trabalho em ordem e à disposição da Corte de Contas quando em auditoria ou solicitação; determinar, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados que guardem, gerenciem ou administrem recursos ou bens municipais; regulamentar as atividades de controle através de Instruções Normativas, inclusive quanto às denúncias encaminhadas pelos cidadãos, partidos políticos, organização, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na Administração Municipal; concentrar as consultas a serem formuladas pelos diversos subsistemas de controle do Município; verificar e assinar o Relatório de Gestão Fiscal do Chefe do Poder Executivo; acompanhar o cumprimento de prazos de elaboração e entrega de relatórios e prestações de contas; emitir parecer sobre as contas prestadas ou tomadas por órgãos e entidades relativos a recursos públicos repassados pelo Município; opinar em prestações ou tomada de contas exigidas por força da legislação; verificar os atos administrativos quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; auxiliar tecnicamente os demais servidores da administração; emitir comunicados; fiscalizar o limite de despesa total e com pessoal dos Poderes; realizar o acompanhamento da realização do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual; acompanhar e fiscalizar a execução da programação financeira e do cronograma de desembolso, inclusive quanto à realização das metas fiscais; acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas financeiras e físicas dos programas de governo, elaborando relatório sobre o seu cumprimento e sobre os custos de execução; realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar; fiscalizar a aplicação e cômputo das despesas relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde; fiscalizar a realização de operações de créditos e os limites de endividamento e tarefas afins atinentes à manutenção do sistema de controle interno; atender o público interno e externo; realizar outras tarefas afins.

Art.3º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, permanecem inalteradas.

Art.4º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2017.

Luzerna(SC), 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2017**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/17 DE 04 DE ABRIL DE 2017

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC”.

MAURÍ JOSÉ SCHLINDWEIN, Presidente da Câmara municipal de Luzerna/SC, dentro de suas atribuições descritas no Artigo 17, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os Artigos 283 e ss., e 159, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, faz saber que esta Casa aprovou e a Mesa da Câmara promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas e Balanço Geral da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, relativos ao Exercício de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Luzerna/SC, 04 de abril de 2017.

Maurí José Schlindwein

Presidente da Câmara de Vereadores

Rodrigo Sousa

Vice-Presidente

Alexander Rover

Primeiro Secretário

Luiz Carlos Gonçalves

Segundo Secretário

BALANCETE FINANCEIRO 003/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Março
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	77.645,82
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	77.645,82
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.729,06
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.916,76
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	135.104,69	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	97.697,11
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.832,29	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.840,95
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	89.799,74	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	54.626,58
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	42.472,66	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	40.229,58
SALDOS ANTERIORES	23.605,44	SALDOS ATUAIS	34.200,51
BANCO C/ MOVIMENTO	23.605,44	BANCO C/ MOVIMENTO	34.200,51
TOTAL	209.543,44	TOTAL	209.543,44

Luzerna, 06/04/2017

MAURI JOSE SCHLINDWEIN
PRESIDENTE MESA DIRETORA

RUBIANA SUELEN BALESTRIN
CONTADORA/TESOUREIRA

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 80.861.446/0001-40

SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA

Nota Fiscal nº. 16.407 R\$ 134,83

Nota Fiscal nº. 16.402 R\$ 793,25

Nota Fiscal nº. 16.743 R\$ 66,63

Nota Fiscal nº. 17.024 R\$ 47.500,00

Nota Fiscal nº. 17.509 R\$ 159,69

Nota Fiscal nº. 15.989 R\$ 116,49

Nota Fiscal nº. 17.532 R\$ 13,90

VALOR TOTAL: R\$ 48.784,79

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, utensílios e gás de cozinha, destinados as Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 12 de abril de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de lâminas, baterias, mangueiras de aço e conexões destinadas as Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano e meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse,

nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 11 de Abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de kits de Portas e Batentes destinados a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 11/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 11 de Abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material impresso destinado a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 10/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco

Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 11 de Abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2016.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, o

RESULTADO do Processo Licitatório nº 455/2016 – Concorrência Pública nº 007/2016, referente à contratação de empresa especializada para realizar a construção de 02 (duas) Unidades de Educação Infantil, sendo uma delas no bairro Vila Nova e a outra no bairro Vila Ivete, ambas relativas ao Pró-Infância de acordo com as especificações dos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Compromisso PAC23637/2012 através da Secretaria Municipal de Educação.

Empresa vencedora do Lote 01: CONSTRUTORA SAN REMO LTDA - ME

Valor: R\$ 1.884.000,00 (um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil reais).

Empresa vencedora do Lote 02: J.LOPES CONSTRUÇÕES LTDA

Valor: R\$ 1.855.271,09 (um milhão oitocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e um reais e nove centavos).

Mafra (SC), 11 de abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2017, de 11 de abril de 2017.
DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Ver. Eder Gielgen, no uso de suas atribuições, principalmente em face ao disposto no art. 32, II, IV e XIII da Lei Orgânica Municipal de Mafra;

Considerando o feriado de Paixão de Cristo (dia 14/04/2017),

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Mafra no dia 13 de abril de 2017 (quinta-feira).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 11 de abril de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 36/2017

PORTARIA Nº 36/17, de 10 de abril de 2017.

CONCEDE PROMOÇÃO POR CURSO DE ATUALIZAÇÃO E/OU APERFEIÇOAMENTO

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder promoção por curso de atualização e/ou aperfeiçoamento à Servidora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAICOWSKI KAMIENSKI, ocupante do cargo de Técnica em Contabilidade, lotada no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, do nível J-8 para o nível A-9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de abril de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 27/2017

DECRETO Nº 27 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA E CONSOLIDA A DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Municipal nº 02 de 05 de janeiro de 2017 que designou o Pregoeiro e a Equipe de Apoio;

CONSIDERANDO, o interesse da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Altera e consolida a composição de Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 02 de 05 de janeiro de 2017, conforme segue: EXCLUIR o servidor Sr. Vladimir Borges de Bitencourt das funções de PREGOEIRO, EXCLUIR a servidora Sra. Grasiela Becker da EQUIPE DE APOIO, INCLUIR a servidora Sra. RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA para compor a EQUIPE DE APOIO.

Art. 2º Fica Designada a servidora Sra. GRASIELA BECKER para exercer as funções de PREGOEIRA, em conformidade com o Decreto Municipal nº 02 de 05 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 10 de Abril de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

DECRETO 28/2017

DECRETO Nº 28 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA E CONSOLIDA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, em específico, seu artigo 51, § 4º, que normatiza a investidura dos membros da Comissão de Licitação e do tempo mínimo de permanência;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Municipal nº 03 de 05 de janeiro de 2017 que designou a Comissão Permanente de Licitação;

CONSIDERANDO, o interesse da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Altera e consolida a composição da Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços, Obras e Serviços de Engenharia da Prefeitura Municipal de Maracajá, designados pelo Decreto Municipal nº 03 de 05 de janeiro de 2017, conforme segue: EXCLUIR a servidora Sra. Grasiela Becker das funções de PRESIDENTE, EXCLUIR o servidor Sr. Vladimir Borges Bitencourt das funções de SECRETÁRIO.

Art. 2º Fica Designado para compor a Comissão permanente de Licitação o servidor Sr. SANDRO ROBERTO FARACO para exercer as funções de PRESIDENTE, e a servidora Sra. GRASIELA BECKER para exercer as funções de SECRETÁRIA, em conformidade com o Decreto Municipal nº 03 de 05 de janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 10 de Abril de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

DECRETO 29/2017

DECRETO Nº 29 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER COMO CONTROLADOR INTERNO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que o Controle Interno é um sistema de fiscalização do Poder Executivo Municipal que exerce, na forma da lei, o controle dos atos e procedimentos da Administração direta e indireta, visando resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública: a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos;

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é regulamentado pela Constituição Federal de 1988, no Art. 31 e Art. 70;

CONSIDERANDO, o interesse da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica Designado o Sr. ADENAUER ESPÍNDULA SERAFIM, portador do CPF sob o nº 767.416.059-91, funcionário público municipal do quadro efetivo do Poder Executivo, Matrícula nº 0266 para responder como CONTROLADOR INTERNO do município, ficando os efeitos deste ato retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Parágrafo único - Enquanto este Decreto estiver em vigor, somase as atribuições e funções do servidor no cargo no qual é efetivo e desempenha suas funções, as atribuições e obrigações de

Controlador Interno.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 10 de Abril de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

PORTARIA 142/2017

Portaria nº 142 de 11 de ABRIL de 2017.

NOMEIA MARLUCI FREITAS BITENCOURT, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 de 7 de outubro de 1997 e nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, MARLUCI FREITAS BITENCOURT, brasileira, maior, casada, nascida em 4 de maio de 1988, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 009.788.959-83, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração, do Quadro de Comissionados de Pessoal do Poder Executivo, com subsídio mensal de R\$ 5.377,44 (cinco mil trezentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), valor estabelecido pela Lei Municipal nº 1060, de 5 de julho de 2016, "Que Fixa o Subsídio dos Secretários Municipais do Município de Maracajá, para o Mandato 2017/2020".

Art. 2º Fica designada a servidora MARLUCI FREITAS BITENCOURT para além dos serviços atribuídos ao Secretário de Administração, executar as atividades relacionadas a movimentação financeira do Município como assinaturas de cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – contas correntes; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes e consultar obrigações do débito direto autorizado, todos os atos supracitados sempre em conjunto com o Prefeito Municipal, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, Gestor do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente FIA/Maracajá e Gestor do Fundo de Assistência Saúde do Servidor Público de Maracajá - FAS-SEMA.

Parágrafo único: A emissão dos documentos elencados no caput deste Artigo deverá conter, obrigatoriamente, no mínimo duas assinaturas por Entidade e/ou Unidade Orçamentária.

Art. 3º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de abril de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 143/2017

Portaria nº 143 de 11 de abril de 2017.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear KATIA NAZARENA DO NASCIMENTO, brasileira, maior, nascida em 22 de abril de 1972, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 822.931.399-72, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, em substituição a Professora efetiva Ediane Pavei Fontana que se encontra em auxílio doença, na E.E.B.M. Nivaldo José Rosa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de abril de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de abril de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA N. 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Chamada Pública n. 008/2017

Objeto: seleção e posterior formalização de Parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil – OSC, para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, no exercício de 2017 do Município de Maravilha - SC.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que está aberta a Chamada Pública n. 008/2017, para seleção e possível formalização de Parceria com Organizações da Sociedade Civil – OSC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a documentação, devendo estes ser entregues até 15 de maio de 2017, até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 11 de abril de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Decreto nº 341/2017

DECRETO Nº 341, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 11 de abril de 2017 a 10 de abril de 2018, da servidora AMANDA MICHELLE GRANDO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 093.006.899-83, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 11 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Administrativa nº 06/2017

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017

RATIFICA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO, FORMADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10/04/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, Vereador ITAMAR ADLER, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI, em especial o inciso I, alínea “d”, inciso III alínea “k” do artigo 46, do Regimento Interno, promulga a Resolução Administrativa abaixo descrita.

Art. 1º Fica por esta Resolução composta a Comissão de Inquérito da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha para levantar os fatos determinados no Requerimento nº 016/2017, de autoria do Vereador Jandir Primon, que tratam de suposto desvio de conduta funcional de Servidores Públicos Municipais e outros possíveis envolvidos vinculados ao Departamento de Esportes do Município de Maravilha, Acema – Associação Cultural e Esportiva de Maravilha, AMF - Associação Municipal de Futsal e outras instituições:

1º Membro – Vereador Luiz Hermes Brescovici (DEM);

2º Membro – Vereador Natalino Prante (PP);

3º Membro – Vereador Eder Moraes (PMBD).

Art. 2º A Comissão de Inquérito mencionada no artigo primeiro, reunir-se-á, individualmente, sob a Presidência do membro mais idoso, entre os presentes, para elegerem o Presidente e o Relator da Comissão.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização desta Resolução Administrativa serão consignadas no orçamento do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

Itamar Adler
Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20.2017 - PORTAS COMPLETAS E DEMAIS ACESSÓRIOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao décimo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, bem como o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, e o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.743.462/0001-61, neste ato representados pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE PORTAS COMPLETAS E ACESSÓRIOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME, neste ato representado por ALTAIR SCHEER	18.138.763/0001-69
VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP, neste ato representado por VALDELI CECILIO DOS SANTOS	20.883.143/0001-04

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PORTAS COMPLETAS E ACESSÓRIOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 188530 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
8	PORTA DE ABRIR EM ALUMÍNIO TIPO VENEZIANA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, COM BATENTE, DOBRADIÇA E VISTA	M2	DEMENECK	50,4	579,50	29.206,80
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 29.206,80						
FORNECEDOR: 263621 - VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA (NBR 15930) DE 60X210CM, E=35MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO (INCLUI MARCOS/BATENTES, ALIZARES/VISTAS E DOBRADIÇAS)	UNID	FERNAN	20	286,00	5.720,00
2	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA (NBR 15930) DE 70X210CM, E=35MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO (INCLUI MARCOS/BATENTES, ALIZARES/VISTAS E DOBRADIÇAS)	UNID	FERNAN	10	295,00	2.950,00
3	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA (NBR 15930) DE 80X210CM, E=35MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO (INCLUI MARCOS/BATENTES, ALIZARES/VISTAS E DOBRADIÇAS)	UNID	FERNAN	40	297,00	11.880,00
4	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA (NBR 15930) DE 90X210CM, E=35MM, NÚCLEO SARRAFEADO, ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO (INCLUI MARCOS/BATENTES, ALIZARES/VISTAS E DOBRADIÇAS)	UNID	FERNAN	20	314,00	6.280,00

5	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MÉDIA (NBR 15930) DE 100X210CM, E=35MM, NÚCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UNID	FERNAN	20	140,00	2.800,00
6	BATENTE/PORTAL/ADUELA/MARCO MACIÇO, E=3CM, L=15CM, 60 A 120CM X 210 CM, EM CEDRINHO/ANGELIM COMERCIAL/EUCALIPTO/CURUPIXA,PEROBA,CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	UNID	SANTOS	20	99,40	1.988,00
7	GUARNIÇÃO/ALIZAR/VISTA MACIÇA, E=1CM, L=4,5CM, EM CEDRINHO/ANGELIM COMERCIAL/EUCALIPTO/CURUPIXA/PEROBA/CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	METRO	SANTOS	104	2,74	284,96
9	PORTA DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR E=10MM	M2	INCOVISA	70	206,00	14.420,00
10	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, UMA FOLHA COMPOSTA: DOBRADIÇA SUPERIOR E INFERIOR, TRINCO, FECHADURA, CONTRA-FECHADURA, COM CAPUCHINHO	UNID	PACRE	20	343,50	6.870,00
11	MOLA HIDRÁULICA DE PISO PARA VIDRO TEMPERADO E=10MM	UNID	SOPRANO	10	1.025,00	10.250,00
12	PORTA DE ABRIR DE FERRO TIPO CHAPA COM GUARNIÇÃO - TAMANHO 70X210CM (COMPLETA)	UNID	MEKAL	25	350,00	8.750,00
13	PORTA DE ABRIR DE FERRO TIPO CHAPA COM GUARNIÇÃO - TAMANHO 87X210CM (COMPLETA)	UNID	MEKAL	25	380,00	9.500,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 81.692,96						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 110.899,76						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 110.899,76 (CENTO E DEZ MIL OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições deste edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO

5.1. Os itens desta ata deverão ser entregues nos locais a serem previamente determinados pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Massaranduba (SC) em no máximo 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a comprovação do aumento e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a prestar os serviços de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Efetuar a entrega/execução do objeto da licitação nos locais a serem previamente determinados em 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. O objeto desta licitação deverá ser entregue acondicionado adequadamente e a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE ser entregue juntamente com o produto.

8.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela licitante especialmente designados e documentar as ocorrências, se houver.

9.6.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no momento da execução desta ata, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.1.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	10	de	abril	de	2017
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME
ALTAIR SCHEER
CONTRATADA

VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP
VALDELI CECILIO DOS SANTOS
CONTRATADA

CO 08.2017 (FMS) CINTIA LUZIANE SANTOS SENA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: CINTIA LUZIANE SANTOS SENA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 102,07 (cento e dois reais e sete centavos) por hora plantão.

VIGÊNCIA: 11 DE ABRIL DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2017

MASSARANDUBA, 11 DE ABRIL DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

doravante denominada simplesmente CREDENCIANTE, e do outro lado, a pessoa física, Sr. RUAN DE AMORIM, inscrito no CPF sob o nº 078.526.109-51, residente na Rua Joinville, número 2170, bairro Acaraí, município de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017 – INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 07/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Refere-se ao objeto deste instrumento contratual: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESPECIALIDADE DE INSTRUTOR DE DANÇAS URBANAS NAS MODALIDADES INFANTIL E JUVENIL.

1.2. Os serviços prestados serão oferecidos aos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Bruno, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA

2.1. Organizar, juntamente com o setor de Educação da Prefeitura de Massaranduba (SC), o processo de estruturação das aulas, adequação do espaço físico, materiais, horários e turmas a fim de garantir o atendimento adequado às modalidades propostas.

2.2. Planejar, organizar, coordenar e orientar o ensino da dança.

CONTRATO 22.2017 (PMM) - RUAN DE AMORIM

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 22/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A PESSOA FÍSICA RUAN DE AMORIM.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes,

2.3. Ensinar técnicas de dança, improvisação, criação, composição e análise do movimento, executando a dança através de movimentos pré-estabelecidos ou não.

2.4. Coordenar atividades com a equipe tais como: figurino, som, iluminação, maquiagem, efeitos especiais, entre outros, demonstrando capacidade de trabalhar em equipe.

2.5. Organizar roteiros e/ou estruturas coreográficas, criando movimentos com as várias linguagens da dança, utilizando-se de recursos humanos, técnicos e artísticos valendo-se para tanto de música, texto ou qualquer estímulo específico, optando por quais técnicas corporais serão utilizadas e transmitindo aos artistas a forma, a movimentação, o ritmo, a dinâmica, a postura e a interpretação necessária para a execução da dança.

2.6. Desenvolver consciência cinesiológica, demonstrando conhecimento dos componentes do espetáculo (cenário, luzes, som, etc), configurando esteticamente os elementos da dança, demonstrando sensibilidade artística e habilidade para trabalhar com maquiagem e adereços.

2.7. Transportar as ideias, imagens e sensações para a linguagem coreográfica, imprimindo intenções, sensações e emoções, dando qualidade dramática ao movimento e expressando imagens através do corpo.

2.8. Manter o corpo tecnicamente preparado, experimentando ações, passos, gestos e movimentos, interagindo fisicamente com os parceiros da dança, ensaiando e dançando.

2.9. Ensinar, controlar, corrigir e acompanhar a evolução dos alunos.

2.10. Controlar diariamente as atividades desenvolvidas mantendo um esquema de trabalho viável para atingir os resultados propostos no projeto.

2.11. Comunicar de imediato a Direção da Escola ou responsável pela Cultura quaisquer fatos que envolvam membro da equipe ou aluno em situação não convencional, procurando, inclusive, encaminhar todos os casos omissos com imparcialidade e cortesia.

2.12. Realizar apresentações conseguindo do grupo uma atuação intensa emocionante.

2.13. Executar outras atribuições congêneres inerentes ao cargo respectivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
3.1. Pela prestação dos serviços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) pagará:

ESTIMATIVA DE HORAS	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL
800 HORAS	R\$ 20,00	R\$ 16.000,00

3.2. Pela prestação dos serviços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) pagará à credenciada, mediante apresentação de documentação fiscal de serviço que deverá ser emitida no 1º (primeiro) dia útil do mês e pago no 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária informada.

3.3. Para efetivação do pagamento, a credenciada deverá estar em situação regular no cumprimento dos encargos sociais e tributários instituídos por Lei.

3.4. A entrega tardia da documentação de cobrança e/ou de sua correção por parte da credenciada não gera direito a atualização

monetária do valor dos serviços prestados.

3.5. Nenhum pagamento será realizado à credenciada sem o atestado da prestação do serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1. Este instrumento contratual terá validade a partir da data de sua assinatura, expirando-se em 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta prestação de serviços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
05.005 – GERÊNCIA DE CULTURA
2061 – INCENTIVO A CULTURA
33909236 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
10000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nos seguintes casos:

6.1.1. Pelo inadimplemento de quaisquer das partes.

6.1.2. Transferir o contrato a terceiros ou subempreitar sem concordância escrita da Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.3. Interromper o fornecimento da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.4. Por aviso escrito e assinado, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ou de comum acordo, reduzindo o prazo acima, sem que isso venha a trazer prejuízo ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este contrato, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017, bem como seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado válido.

7.2. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guarimir, estado Santa Catarina, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que se originarem da execução do presente contrato.

E por estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba, 10 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

RUAN DE AMORIM	
CPF: 078.526.109-51	
CONTRATADO	

TESTEMUNHAS:

CIBELI PAWLAK DERETTI	CRISTIANO RODOLFO TIRONI
CPF: 051.161.519-13	CPF: 037.067.119-82

LEI COMPLEMENTAR Nº 87/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 87/2017

Altera o anexo I da Lei Complementar nº 22 de 01 de julho de 2009

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O cargo de Gerente de Saúde integrante do Anexo I da Lei Complementar nº 22/2009 passa a vigorar com o vencimento mensal de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Art. 2º. Os demais cargos descritos no referido anexo permanecerão inalterados.

Artigo 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se O Anexo I da Lei Complementar 55/2013 e a Lei Complementar nº 79/2016.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 11 DE ABRIL DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ANEXO I

VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

GABINETE DO PREFEITO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA
-------	-------	--------------	--------------------

Prefeito Municipal Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.

Procurador Municipal Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.

Gerente de Gabinete	01	R\$ 3.125,79	-
---------------------	----	--------------	---

Agente de Controle Interno	01	-	R\$ 1.485,87
----------------------------	----	---	--------------

Auxiliar de Controle Interno	02	-	R\$ 713,45
------------------------------	----	---	------------

GABINETE DO VICE-PREFEITO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA
-------	-------	--------------	--------------------

Vice-Prefeito Municipal Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.

Gerente de Gabinete	01	R\$ 3.125,69	-
---------------------	----	--------------	---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA
-------	-------	--------------	--------------------

Secretário de Administração e Finanças Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.

Gerente de Pessoal	01	R\$ 4.427,25	-
--------------------	----	--------------	---

Sub-Gerente de Informática	01	-	R\$ 640,27		
Gerente de Tributação	01	R\$ 3.110,03	-		
Sub-Gerente de Fiscalização	01	-	R\$ 547,78		
Sub-Gerente de Dívida Ativa	01	-	R\$ 547,78		
Gerente de Contabilidade	01	R\$ 5.167,42	-		
Sub-Gerente de Licitações e Contratos	02	-	R\$ 640,27		
Sub-Gerente de Tesouraria	02	-	R\$ 640,27		
Gerente de Compras e Almoxarifado	02	R\$ 2.746,84	-		
Gerente do PROCON	01	R\$ 3.521,00	-		
Fiscal do PROCON	01	-	R\$ 391,22		

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA						
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.								
Gerente de Obras e Serviços Urbanos	01	R\$ 3.110,03	-						
Gerente de Coordenação Urbana	02	R\$ 1.829,42	-						
Sub-Gerente de Coordenação Urbana	01	-	R\$ 365,87						
Gerente de Estradas e Rodagem	02	R\$ 2.945,37	-						

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

CARGO	VAGAS	COMISSIO- NADO	FUNÇÃO GRATIFICADA						
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.								
Gerente de Educação	02	R\$ 3.189,89	-						
Sub-Gerente de Educação	02	-	R\$ 548,83						
Sub-Gerente de Transporte Escolar	02	-	R\$ 548,83						
Sub-Gerente de Direção Escolar	02	-	R\$ 475,63						
Gerente Administrativo da Educação	01	R\$ 1.829,42	-						
Sub-Gerente de Secretaria Escolar	06	-	R\$ 548,83						
Gerente de Coordenação Escolar	04	R\$ 3.430,17	-						
Gerente de Cultura	01	R\$ 2.762,45	-						
Gerente de Esportes	01	R\$ 3.541,57	-						
Gerente de Turismo	01	R\$ 2.762,45	-						

SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO	VAGAS	COMISSIONA- DO	FUNÇÃO GRATIFICADA						
Secretário de Saúde	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.								

Gerente de Saúde	01	R\$ 3.200,00	-
Sub-Gerente de Vigilância Sanitária	01	-	R\$ 365,88
Sub-Gerente de Enfermagem	02	-	R\$ 548,83
Gerente de Assistência Médica	01	R\$ 2.945,37	-
Sub-Gerente de Assistência Médica	02	-	R\$ 548,83
Médico Responsável pelo PSF	05	-	R\$ 630,17
Coordenador(a) da Atenção Básica	01	-	R\$ 1.100,00
Enfermeira Responsável pelo PSF	05	-	R\$ 478,93
Diretor do Hospital	01	R\$ 6.497,59	-
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA
Secretário de Assistência Social	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.		
Gerente de Assistência Social	01	R\$ 3.658,86	-
Sub-Gerente de Assistência à Criança e ao Adolescente	01	-	R\$ 365,88
Sub-Gerente de Desenvolvimento Social	01	-	R\$ 365,88

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA
Secretário de Planejamento e Meio Ambiente	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.		
Gerente de Planejamento	01	R\$ 4.024,75	-
Sub-Gerente de Planejamento	01	-	R\$ 512,22
Gerente de Meio Ambiente	01	R\$ 3.201,51	-
SECRETARIA DE AGRICULTURA			
CARGO	VAGAS	COMISSIONADO	FUNÇÃO GRATIFICADA
Secretário de Agricultura	Subsídio fixado por lei específica na forma do art. 39, §4º da CF.		
Gerente de Agricultura	01	R\$ 3.201,51	-
Sub-Gerente de Fomento na Agricultura	02	-	R\$ 365,88

LEI Nº 1801/2017

LEI Nº 1801/2017

Dispõe sobre concessão de diárias no âmbito da administração pública municipal para prefeito e vice-prefeito e dá outras providências.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O Prefeito e o Vice Prefeito do Município de Massaranduba/SC, quando se deslocar da sede, em caráter eventual ou transitório, atendendo o interesse do município, fazem jus à percepção de diária de viagem para custear às despesas com hospedagem, alimentação, deslocamento urbano, pedágio e estacionamento.

§ 1º As diárias serão concedidas antecipadamente e por dia de afastamento, obedecendo aos valores constantes no Anexo-I.

§ 2º A solicitação de diárias deve ser feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data da realização da viagem, em formulário próprio constante no Anexo II desta lei, salvo em caso de emergências.

§ 3º Não se incluem no valor da diária os gastos com transporte entre o município e a localidade de destino, que serão pagos à parte pelo Município.

Art. 2º A concessão de diária fica condicionada, sempre, à existência de disponibilidade orçamentária e financeira na respectiva unidade administrativa.

Art. 3º As despesas com transporte e combustíveis para veículo oficial serão custeadas pelas dotações próprias previamente fixadas. Parágrafo único As despesas com combustíveis, peças, pneus e serviços, realizadas fora do Município, durante viagens, em caráter excepcional, serão ressarcidas mediante apresentação de cupom ou nota fiscal, o qual será anexado ao Relatório de Viagem.

Art. 4º Não será concedida diária quando o agente político estiver em falta com a apresentação da prestação de contas de diária anterior.

Art. 5º O Prefeito e Vice-Prefeito que receber diárias é obrigado a apresentar Relatório de Viagem e a respectiva prestação de contas, no prazo de três dias úteis subsequentes ao seu retorno à sede, devendo, para isso, apresentar comprovantes e restituir os valores relativos às diárias recebidas em excesso.

§ 1º A restituição de diárias de que trata o caput deste artigo corresponde exclusivamente a valores recebidos por diária não utilizada em razão de antecipação do retorno previsto e deverá ser feita por meio de depósito bancário em conta específica informada pelo Setor Contábil/Financeiro.

§ 2º Quando houver pagamento de diária com pernoite, deverá o favorecido apresentar também, junto ao Relatório de Viagem, o comprovante de pagamento da hospedagem, e nos demais casos deverá apresentar qualquer documento que comprove sua presença no local de destino informado, comprovantes de gastos com alimentação ou outros documentos idôneos conforme anexo III (conforme IN 14/15/17 do TCE).

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o agente político ao desconto integral e imediato em folha de pagamento dos valores recebidos, sem prejuízo de outras sanções legais.

§ 4º A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é, respectivamente, do agente político, sem prejuízo da fiscalização a ser exercida pelo Controle Interno.

Art. 6º Ficam instituídos os seguintes anexos a fim de possibilitar o cumprimento das disposições desta lei:

- I- Anexo I: Tabela de Valores de Diárias;
- II- Anexo II: Formulário de Solicitação de Diárias de Viagem;
- III- Anexo III: Prestação de Contas.

Artigo 7º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 1326 de 23 de agosto de 2011.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 11 de ABRIL DE 2017.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO I – TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS

- 1 – R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) para diárias com pernoite e duração além de 24 horas;
- 2 – R\$ 300,00 (Trezentos Reais) para diárias sem pernoite e duração além de 10 horas;
- 3 – R\$ 200,00 (Duzentos Reais) para diárias sem pernoite e duração até 10 horas;

ANEXO II - REQUERIMENTO DE DIÁRIAS

Nome		Matrícula	
Cargo/Função			
Origem:		Destino:	
Saída prevista para		Retorno previsto para	
Dtde Diárias			
Dia	Hora	Dia	Hora

MEIO de Transporte

	Rodoviário			Veículo Próprio	
					Veículo Placa
	Aéreo			Veículo Oficial	

OBJETIVO DA VIAGEM:

Data	Assinatura
------	------------

ANEXO III - DOCUMENTOS PARA COMPROVAR A VIAGEM ART. 5º §2º:

COMPROVANTE DE ESTADA NO LOCAL DE DESTINO:

a) Nota fiscal de hospedagem e/ou Nota fiscal de alimentação;

COMPROVANTE DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DA VIAGEM:

a) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem;

PROCESSO LICITATÓRIO 64.2017 PP 48.2017 (PMM) - TELAS CORRUGADAS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE TELAS CORRUGADAS MALHA 4,00 CM FIO 10 S/V PARA LIXEIRAS DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 02/05/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 02/05/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.
Massaranduba, 11 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DISTRATO 8/2017 JDV**

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 008/2017

A CAMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.539.668/0001-39, com endereço na Rua Paulo Cardoso, 166, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Presidente do Legislativo, o Vereador VANDERLEI SASSE, CPF nº. 848.301.909-49, Cédula de Identidade nº. 2.981.542, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa EDITORA DO VALE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.555.612/0001-00 e Inscrição Estadual nº. 255.777.868, estabelecida na Rua 25 de Julho, 1936, Bairro Vila Nova, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora PATRÍCIA ANDRÉIA BRUGNAGO, inscrita no CPF sob o nº. 006.307.279-37, Portadora da Carteira de Identidade nº. 4.456.527-5, resolvem entre si firmar o presente Termo de Rescisão Contratual, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do contrato de prestação de serviços nº 008/2017, celebrado em 10 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a cláusula primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente as obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Massaranduba/SC, em 03 de Abril de 2017.

CAMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

VANDERLEI SASSE – Presidente do Poder Legislativo

EDITORA DO VALE LTDA ME

PATRÍCIA BRUGNAGO

Testemunhas:

Nome: Almir Trevisani
CPF: 382.262.199-49

Nome: Dionísio Kemczynski
CPF: 683.469.309-25

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº150-2017

PORTARIA n.º 150/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora GESSICA MOTTA ZANATTA BENEDET, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/04/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 088/2017

DECRETO Nº 088/2017 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR O COMITÊ DIRETOR MUNICIPAL PARA ATUAR NO PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIGAMERIOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal n. 2299/2017 de 07/04/2017, o Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS, o Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, em especial as Cláusulas 12, 13, XI e 14,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Comitê Diretor Municipal para atuar no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, os servidores abaixo relacionados:

Servidora: Andréia Kath – Agente/Fiscaliz. Vigilância Sanitária

Servidora: Janice Martini Muller - Contadora

Servidor: Adilson Cesar Braun – Diretor Administrativo

Servidor: Jorge Luis Varnier – Engenheiro Agrônomo

Servidor: Rudinei Bach – Coordenador Obras e serv. Urbanos e DMER

Art. 2º As funções dos membros deste comitê não serão remuneradas, sendo considerado serviços de relevante interesse social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC,
aos 07 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Francieli Pavalicini

Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 4.948 NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.948, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

	Nomeia os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e dá outras providências.
--	---

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que estão conferidas no artigo 56, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990,

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos contidos na Lei Municipal nº. 3.606, de 22 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o mandato de 02 (dois) anos, sendo:

I – Representantes do Governo Municipal:

a) Secretaria de Promoção Social e Habitação:

Titular: SUSANE INES SPEZZATTO

Suplente: JULIANO RIGO

b) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: REJANE ALBERTO MARKOSKI

Suplente: VANIA SACKMANN MIOTTO

c) Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: CAREN RODRIGUES

Suplente: RAFAELA SLAVIERO

d) Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular: CATIANE DOS SANTOS

Suplente: GILBERTO DAMANN

e) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular: MILITÃO KNAPP

Suplente: IVALINO DE OLIVEIRA

II— Representantes da Sociedade Civil:

a) Organizações e usuários da Assistência Social:

Titular: LORI LAURA KREIN

Suplente: DARCILA LAZZARI DISEGNA

b) Entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS:

Titular: VANESSA SELKE TOEBE - APAE

Suplente: JANES PAULA ODY - APAE

Titular: MICHELE FANK - TERRA NOVA

Suplente: NEI FABIO DAL PIAS - TERRA NOVA

c) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor:

Titular: ELOIR FARIA MIGOSKI - CRAS

Suplente: ANGELICA EIKHOFF - CRAS

Titular: ROGERIO COSTA - TERRA NOVA

Suplente: LUCIANE FRANCIELI GOERGEN – APAE

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal nº. 4.863, de 10 de agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 04 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO PREGÃO Nº 018/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 018/2017. TIPO: Menor Preço. EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de pneus novos, recauchutagem, vulcanização, câmaras de ar, protetor de aro e protetor de câmara, destinados para manutenção dos veículos e máquinas de propriedade do Município de Mondaí - SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 27 de Abril de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 27 de Abril de 2017. INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou, ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

Mondaí, SC, 11 de Abril de 2017 - VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 40.2017 PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 040/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO DIA 13/04/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo dia 13 DE ABRIL DE 2017 no âmbito do Poder Executivo Municipal, da Administração Pública Direta e Indireta, em virtude do feriado do dia 14 DE ABRIL DE 2017 (SEXTA FEIRA SANTA).

Art. 2º. Não se enquadram no disposto no artigo anterior os servidores designados para laborarem em atividades de serviços contínuos da área de serviços de água e esgoto, e Secretaria de Educação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de abril de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 046/2017/PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017/PM

REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para fornecimento de ROUPAS DE CAMA e UTENSÍLIOS PARA CRECHES. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 12/abril/2017 até as 15:45 horas do dia 26/abril/2017.

Abertura da sessão no dia 26/abril/2017 às 16:00 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 004/2017 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 11 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 510/2017/FMS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 510/2017/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 507/2017/FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 504/2017/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. VALCEMIR ANTÔNIO CORDEIRO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras e parceladas de MEDICAMENTOS constantes na tabela ABC-Farma.

TIPO: MENOR PREÇO – JULGAMENTO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 12:00 horas do dia 12/abril/2017 até às 12:30 horas do dia 26/abril/2017

ABERTURA DA SESSÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 12:30 horas do dia 26/abril/2017.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 11 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 801/2017/FB

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 801/2017/FB

PREGÃO PRESENCIAL Nº 801/2017/FB

O FUNREBOM por meio de seu órgão gerenciador, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de: EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs E FARDAMENTO. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 12/abril/2017 até as 16:00 horas do dia 27/abril/2017.

Abertura da sessão no dia 27/abril/2017 às 16:00 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço, julgamento por lote e valor máximo fixado, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/ Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 004/2017 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 11 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Monte Castelo

PREFEITURA

CONVITE 001/2017

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Carta Convite nº 001/17

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para fornecimento de diversos materiais elétricos para manutenção preventiva e corretiva das instalações do Parque Municipal de Eventos Ivo Moreira, situado no prolongamento da Ra 7 de Setembro – Bairro Centro, conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 12/04/2017 às 16h00min do dia 19/04/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16h15min do dia 19/04/2017.

TIPO: Menor Preço por item NO LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 12 de Abril de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 020/2017

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO –

Modalidade Pregão Presencial nº 020/17

OBJETOCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, CAMARINS, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, GRADES DE PROTEÇÃO, TENDAS, BANHEIROS QUIMICOS, ESTANDES, PRATICÁVEIS, SEGURANÇA, LIMPEZA E GERADORES PARA A REALIZAÇÃO DA EDIÇÃO DA 7ª FESTA DO TROPEIRO NOS DIAS 12, 13, 14 e 15 DE MAIO DE 2017, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I, e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 12/04/2017 às 08h30min do dia 27/04/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 27/04/2017.

TIPO: Menor Preço por item NO LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 12 de Abril de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 013/2017

DECRETO Nº 013/2017, em 04 de Janeiro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.748/2016, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 14.541,71 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01.15.452.0009.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 14.541,71		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados o Convênio:

- TR 387 (189)
Valor de R\$ 14.541,71

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 04 de Janeiro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 039/2017

DECRETO Nº 039/2017, em 10 de Fevereiro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2017.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei

Municipal nº. 1.748/2016, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.822,15 (vinte mil, oitocentos e vinte e dois reais e quinze centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e do Desenvolvimento Social		
07.02 – Secretaria do Sistema de Saúde e do Desenvolvimento Social		
07.02.08.244.0012.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 20.822,15		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados o Convênio:

- Recurso 188
Valor de R\$ 20.822,15

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 10 de Fevereiro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 048/2017

DECRETO Nº 048/2017, em 21 de Fevereiro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.748/2016, de 12 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 212.127,51 (Duzentos e doze mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01.15.452.0009.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 212.127,51		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro:

- Recurso 194 Valor de R\$ 212.127,51

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 1.742/2016 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 1.748/2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 21 de Fevereiro de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 067/2017

DECRETO Nº 067 de 11 de Abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE A DOSIMETRIA DA PENA DE MULTA A SER APLICADA NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA CIDADANIA – PROCON.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Código de Defesa do Consumidor e Decreto Federal nº 2.181/97,

DECRETA:

Art. 1.º As penas de multa aplicadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON de Morro da Fumaça – serão calculadas de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, obedecendo ao sistema de cálculos estabelecidos por este Decreto.

Art. 2.º Para os efeitos desta norma, as infrações classificam-se de acordo com sua gravidade em três grupos:

§ 1.º Serão consideradas infrações de natureza leve de acordo com a Lei 8.078/90 e o Decreto 2.181/97:

- Promover publicidade de produto ou serviço de forma que o consumidor não a identifique como tal de forma fácil e imediata (art. 36);
- Condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos (Art. 12, Decreto Federal 2.181/97);
- Recusar atendimento às demandas dos consumidores na exata

medida de sua disponibilidade de estoque e, ainda, de conformidade com os usos e costumes (Art. 12, Decreto Federal 2.181/97);

- Recusar, sem motivo justificado, atendimento à demanda dos consumidores de serviços (Art. 12, Decreto Federal 2.181/97);
- Enviar ou entregar ao consumidor qualquer produto ou fornecer qualquer serviço, sem solicitação prévia (Art. 12, Decreto Federal 2.181/97);

- Prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços (Art. 12, Decreto Federal 2.181/97);

- Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (Art. 12, Decreto Federal 2.181/97);

- Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes, (Art. 12, Decreto Federal 2.181/97);

- Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos (Art. 12 Decreto Federal 2.181/97);

- Deixar de entregar, quando concedida garantia contratual, termo de garantia ou equivalente em forma padronizada, esclarecendo, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor (Art. 50, parágrafo único);

- Deixar de fornecer manual de instrução, de instalação e uso de produto em linguagem didática e com ilustrações (art. 50, parágrafo único);

- Deixar de redigir contrato de adesão em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar a sua compreensão pelo consumidor (Art. 54, § 30);

- Deixar de redigir com destaque cláusulas contratuais que impliquem na limitação de direito do consumidor, impedindo sua imediata e fácil compreensão (Art. 54, § 40);

- Deixar de entregar orçamento prévio discriminando o valor da mão de obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços (art. 40);

- Outras infrações equivalentes não definidas neste decreto.

§ 2.º Serão consideradas infrações de natureza grave de acordo com a Lei 8.078/90 e o Decreto Federal 2.181/97:

- Deixar de reparar os danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos ou serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos (art. 12);

- Deixar de cumprir a oferta, publicitária ou não, suficientemente precisa, ou obrigação estipulada em contrato (art. 30 e 48);

- Omitir, nas ofertas ou vendas eletrônicas, por telefone ou reembolso postal, o nome e endereço do fabricante ou do importador na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial (art. 33);

- Redigir instrumento de contrato que regulam relações de consumo de modo a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance (art. 46);

- Impedir, dificultar ou negar a desistência contratual e devolução dos valores recebidos, no prazo legal de arrependimento, quando a contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial (art. 49);

- Ofertar produtos ou serviços sem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, condições de pagamento, juros, encargos, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados relevantes (art. 31);

- Deixar de fornecer prévia e adequadamente ao consumidor, nas vendas a prazo, informações obrigatórias sobre as condições do crédito ou financiamento (art. 52);

- Colocar no mercado de consumo produtos ou serviços em

desacordo com as normas de regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO (art. 18, § 6º, II, e 39, VIII);

i) Colocar no mercado de consumo de produtos ou serviços inadequados ao fim que se destinam ou lhes diminuem o valor (art. 18, § 6º, III, e 20);

j) Deixar de sanar os vícios do produto ou serviço, de qualidade ou quantidade, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuem o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária (art. 18, 19 e 20);

k) Colocar no mercado de consumo produtos ou serviços em desacordo com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, da rotulagem ou mensagem publicitária, respeitada as variações decorrentes de sua natureza (art. 19);

l) Deixar de empregar componentes de reposição originais, adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo se existir autorização em contrário do consumidor (art. 21);

m) Deixar de assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto (art. 32);

n) Deixar o fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços; manter em seu poder para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem (art. 36, parágrafo único); ou deixar de prestar essas informações ao órgão de defesa do consumidor quando notificado para tanto (art. 55, § 4º);

o) Promover publicidade enganosa ou abusiva (art. 37);

p) Realizar prática abusiva (art. 39);

q) Deixar de restituir quantia recebida em excesso nos casos de produtos ou serviços sujeitos a regime de controle ou tabelamento de preços (art. 40, § 3º);

r) Deixar de restituir ao consumidor quantia indevidamente cobrada pelo valor igual ao dobro do excesso (art. 42, parágrafo único);

s) Inserir no instrumento de contrato cláusula abusiva (art. 51);

t) Exigir multa de mora superior ao limite legal (art. 52, § 10);

u) Inserir no instrumento de contrato cláusula que estabeleça a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado (art. 53);

v) Deixar de prestar informações sobre questões de interesse do consumidor descumprindo notificação do órgão de defesa do consumidor (art. 55, § 4º);

w) A recusa à prestação das informações ou o desrespeito às determinações e convocações dos órgãos do SNDC caracterizam desobediência, na forma do art. 330 do Código Penal, ficando a autoridade administrativa com poderes para determinar a imediata cessação da prática, além da imposição das sanções administrativas e civis cabíveis (art. §2º do Decreto Federal 2.181/97);

x) Outras infrações equivalentes não definidas neste anexo.

§ 3.º Serão consideradas infrações de natureza gravíssima de acordo com a Lei 8.078/90 e o Decreto Federal 2.181/97:

- a) Exposição à venda de produtos vencidos, deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, ou perigosos (art. 18, § 6º);
- b) Deixar as concessionárias ou permissionárias de fornecer serviços públicos adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos (art. 22);
- c) Impedir ou dificultar o acesso gratuito do consumidor às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes (art. 43);
- d) Manter cadastro de consumidores sem serem objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, ou contendo

informações negativas referentes a período superior a cinco anos (art. 43, § 1º);

- e) Inserir ou manter registros, em desacordo com a legislação, nos cadastros ou banco de dados de consumidores (art. 43 e ss e 39, caput);
- f) Inserir ou causar a inserção de informações negativas não verdadeiras ou imprecisas em cadastro de consumidores (art. 43, § 1º);
- g) Deixar de comunicar por escrito ao consumidor a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais de consumo, quando não solicitada por ele (art. 43, § 2º);
- h) Deixar de retificar, quando exigidos pelo consumidor, os dados e cadastros nos casos de inexatidão ou comunicar a alteração aos eventuais destinatários no prazo legal (art. 43, § 3º);
- i) Fornecer quaisquer informações que possam impedir ou dificultar acesso ao crédito junto aos fornecedores após consumada a prescrição relativa à cobrança dos débitos do consumidor (art. 43, § 5º);
- j) Submeter, na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente a ridículo ou qualquer tipo de constrangimento ou ameaça (art. 42);
- k) Deixar de assegurar ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros (art. 52, § 2º);
- l) Colocar ou ser responsável pela colocação no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança (art. 10);
- m) Deixar de informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da nocividade ou periculosidade de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança, ou deixar de adotar outras medidas cabíveis em cada caso concreto (art. 9º);
- n) Deixar de comunicar à autoridade competente a nocividade ou periculosidade do produto ou serviço, quando do lançamento dos mesmos no mercado de consumo, ou quando da verificação posterior da existência de risco (art. 10, § 10);
- o) Deixar de comunicar aos consumidores, por meio de anúncios publicitários veiculados na imprensa, rádio e televisão, a nocividade ou periculosidade do produto ou serviço, quando do lançamento dos mesmos no mercado de consumo, ou quando da verificação posterior da existência de risco (art. 10, § 1º e 2º);
- p) Expor à venda produtos com validade vencida (art. 18, § 6º, I);
- q) Outras infrações equivalentes não definidas neste anexo.

§ 4.º A condição econômica do infrator será aferida mediante sua classificação ao tempo da infração, considerando:

- I - Microempresa (ME) como grupo 2;
- II - Empresa de pequeno porte (EPP) como grupo 4;
- III - Empresa de grande porte como grupo 10.

§ 5.º A definição capitulada neste artigo corresponde a adotada na Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, aplicando-se, indistintamente para as sociedades comerciais ou civis, bem assim aos entes despersonalizados, desde que entendidos como fornecedores nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3.º A apuração da pena de multa obedecerá às seguintes etapas:

I – fixação da pena base conforme a fórmula pena base = Grupo x Fator Receita x Coeficiente.

II – O Grupo corresponde à natureza da infração, considerando os seguintes índices:

- a) Infração Leve = 3;
- b) Infração Grave = 5;
- c) Infração Gravíssima = 15.

III - O Fator Receita corresponde à condição econômica do fornecedor, nos termos do caput deste artigo, obedecendo-se aos seguintes índices:

- a) Micro empresa = 2;
- b) Pequeno Porte = 4;

c) Grande Porte = 10

IV - O Coeficiente corresponde ao valor do produto ou serviço atingido, não sendo possível mensurar o valor do produto ou serviço, será considerado o nível (a).

- a) R\$ 0,01 até R\$ 500,00 coeficiente = 80;
- b) R\$ 500,01 até R\$ 1.000,00 coeficiente = 100
- c) R\$ 1.000,01 até R\$ 2.000,00 coeficiente = 200;
- d) R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00 coeficiente = 300;
- e) R\$ 4.000,01 até R\$ 6.000,00 coeficiente = 400;
- f) R\$ 6.000,01 até R\$ 8.000,00 coeficiente = 500;
- g) R\$ 8.000,01 até R\$ 10.000,00 coeficiente = 600;
- h) R\$ 10.000,01 até R\$ 15.000,00 coeficiente = 700;
- i) R\$ 15.000,01 até R\$ 20.000,00 coeficiente = 800;
- j) R\$ 20.000,01 até R\$ 40.000,00 coeficiente = 900;
- k) R\$ 40.000,01 até R\$ 60.000,00 coeficiente = 1.000;
- l) R\$ 60.000,01 até R\$ 80.000,00 coeficiente = 1.200;
- m) R\$ 80.000,01 até R\$ 100.000,00 coeficiente = 1.300;
- n) R\$ 100.000,01 até R\$ 150.000,00 coeficiente = 1.400;
- o) R\$ 150.000,01 até R\$ 200.000,00 coeficiente = 1.500;
- p) R\$ 200.000,01 acima coeficiente = 2.000.

Art. 4.º Na fixação da pena definitiva considera-se a pena base, conforme descrita no artigo anterior, e em seguida as circunstâncias agravantes e atenuantes estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor e no Decreto Federal nº 2.181/97, implicando no aumento da pena de 1/3 ao dobro ou na diminuição da pena de 1/3 à metade, respectivamente.

I – A pena terá como condição de agravante a falta de cumprimento dos prazos estabelecidos, sendo que uma notificação será acrescida na pena um terço (1/3) do valor e se reincidente a pena será acrescida ao dobro.

II – A pena terá como atenuantes a resolução dos problemas no prazo estabelecido nas notificações, sendo que resolvida no prazo legal a redução será da metade e após o prazo legal será diminuída em um terço (1/3).

§ 1.º No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam da condição econômica do infrator, da personalidade da vítima e da reincidência.

§ 2.º A pena definitiva não poderá, em hipótese nenhuma, ser inferior à mínima nem à máxima descrita no artigo 57, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5.º Os cálculos da pena de multa serão feitos com base no valor atribuído à UFIR quando de sua extinção pela MP nº 2.095-70/2000 (art. 29, § 3º, e art. 37), no importe de R\$ 1,0641.

Art. 6.º No concurso de práticas inflacionais, a pena de multa será calculada com base na infração de maior gravidade, acrescendo-se 1/3 ao cálculo final da sanção aplicada.

Parágrafo único. No caso de concurso de agentes, a cada um deles será aplicada pena graduada em conformidade com sua situação.

Art. 7.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, 11 de Abril de 2017.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 005/2017

Fundo Municipal de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 005/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE AUDITORIA EM SAÚDE PÚBLICA, conforme anexo I. Data: 26/04/2017 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

TOMADA DE PREÇOS 043/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preços 043/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO, conforme anexo I. Data: 27/04/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 083/2017 FMV.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 083/2017.

PROCESSO Nº 03/2017 FMV.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RÁDIOS TRANSCETORES COM MODULAÇÃO ANALÓGICA E DIGITAL), COM MANUTENÇÃO E ACESSO SME (SERVIÇO MÓVEL ESPECIALIZADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 FMV.

Empresa/Fornecedor: DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ | 83.066.118/0001-40

VALOR TOTAL: R\$ 7.680,00

Recursos: 2.075 3.3.90.00.00.00

Vigência: 10/04/2017 – 31/12/2017.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 10 de abril de 2017.

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 018/2017 - EDITAL DE 8ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 018/2017

EDITAL DE 8ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, INSTRUTOR DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a oitava chamada do Processo Seletivo, para o provimento das funções de monitor de educação infantil, Professor(A) De Educação Infantil, Professor(A) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Instrutor de informática.

1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 17 ABRIL de 2017 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 001/2017, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01	20	VESP
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	02	20	VESP
MONITOR	01	30	MAT
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	01	40	INTEGRAL

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

a. 1 foto 3x4

b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO

c. 2 Cópias do CPF

d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)

e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO, PAI OU MÃE, SE DO CONJUGE, ANEXAR A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO.

f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)

g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)

h. Cópia do Título de Eleitor

i. Cópia do comprovante da última votação

a. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município, conforme data agendada neste edital ,no item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188. Apresentar no local o formulário PREENCHIDO do anexo I ou II.

j.

k. 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição

l. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP

- m. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
 n. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
 o. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório,
 p. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
 q. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
 r. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
 s. Certidão de Nascimento dos dependentes
 t. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
 u. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
 v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
 w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
 x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
 y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
 z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
 aa. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público
 bb. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
 a) da Justiça Federal(www.trf4.jus.br) certidão cível, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau
 b) da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade ou pelo site www.tjsc.jus.br)
 c) da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br) certidão de quitação e de crimes eleitorais.

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

2. Dos candidatos a serem chamados

2.1. Cargo: Professor de Educação Infantil – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Visangela Sagas

2.1.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: Professor de Educação Infantil – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Daiane Siqueira Ferreira
2.	Iara Franca Ritter
3.	Maria Cleide Goncalves
4.	Maria Margarida De Souza
5.	Luciana Helena Crispim Da Silva
6.	Marisa Henkel
7.	Vera Lucia De Souza Sinestri
8.	Cibele D'avila Vieira
9.	Cirleia Juliana Inacio
10.	Patricia Fatima De Mattos
11.	Kassia Rejane Milke Lino

2.2. Cargo: Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Cleonice Leal
2.	Francielli De Lima

2.2.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
01.	Izabel Cristina Do Nascimento Martini
02.	Lucile Patricia Fonseca
03.	Eliane de Chaves Dupla
04.	Camila Claudino
05.	Sonia Mara Bianchet
06.	Andreia Rodrigues Dos Santos Batista
07.	Daniela Coelho Ferreira Da Rosa
08.	Marise Lindomar Couto
09.	Daniela Baron Kolher
10.	Sylvana Elizabeth Becker
11.	Geneci Colla
12.	Eliane Hasse Buchholz
13.	Jaqueline Rita Celista
14.	Clenilda Gomes Da Silva
15.	Ana Paula Alves
16.	Graziele Lourenco Ferreira
17.	Geisa Patricia Dos Santos
18.	Andreia Cristina Da Lacerda
19.	Elaine Cristina Da Trindade

2.03. Cargo: MONITOR – (30 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Karoly Pinheiro Reiser

2.02.1 Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: MONITOR – (30 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Baby Bruna Coelho
2.	Adrieli Silva Matias
3.	Ludmila Matos Vieira Da Silva
4.	Janicler Ribeiro
5.	Bianca Rodrigues
6.	Manoelly Cristina Leite Couto
7.	Nandara Camargo De Amorim
8.	Ana Carolina Da Silva
9.	Ketelyn Moraes Vailati
10.	Maria Do Carmo Carvalho Flores
11.	Elisandra Machado De Borba Costa
12.	Carolina Pamplona Maciel
13.	Morgana de Oliveira

2.04. Cargo: INSTRUTOR DE INFORMATICA – (40 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Jeferson Presotto

2.04.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: INSTRUTOR DE INFORMATICA – (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Andre Luiz Ferraz Valadares
2.	Lucas Tratis
3.	Rodrigo Vargas
4.	Suzana Pecharka
5.	Daniel Schneider Da Luz
6.	Gabriel Ellery Ribeiro Couto
7.	Luiz Felipe Apolinario

3. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	12/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITOR	12/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	12/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

4. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/04	8:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	13/04	8:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
MONITOR	13/04	8:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	13/04	8:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

5. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 10 de ABRIL de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal

Regina Célia Correa

Secretária de Educação

Karlile Gugnier

Secretária da Administração e Logística Interino

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____-____ RG
____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____ Nº
END _____

BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA _____
EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSÃO MASCULINO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Tem filhos ? Quantos?

()

07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

- () Sim () Não
09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?
() Sim () Não
10 – Algum problema de visão ?
() Sim () Não
11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?
() Sim () Não
12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?
() Sim () Não
13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?
() Sim () Não
14 – Sente dor no peito , como : palpitação?
() Sim () Não
15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?
() Sim () Não
16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?
() Sim () Não
17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?
() Sim () Não
18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?
() Sim () Não
19 – Como esta sua alimentação ?
Adequada () Não adequada ()
20 – Como esta seu sono ?
De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____ - _____ RG _____
CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____ / ____ / ____ Nº _____
END _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA _____
EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

- 01 – Fumante ?
() Sim () Não () Ex fumante
02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?
() Sim () Não
03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?
() Sim () Não
04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?
() Sim () Não
05- Já teve algum acidente de trabalho importante?
() Sim () Não
06 – Já esteve grávida ?
() Sim () Não
07 – Quantos filhos?
()
08 – Parto Normal ou Cesária ?
Normal () Cesária () Normal e Cesária ()
09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?
() Sim () Não
10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?
() Sim () Não

11- Tem menstruação regular ?

() Sim () Não

12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?

() Sim () Não

13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

14 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

() Sim () Não

17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

18 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

23 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()

24 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 058/2017

CONTRATO Nº 058/2017

Origem: Processo Nº 026/2017 – Tomada de Preços nº 003/2017. Homologação: 06/04/2017. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 033.923.48/0001-60, localizada na Rua Vila São Roque, s/n, Sala 01, Interior, Chapecó/SC. Objeto do Contrato: Prestação de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos produzidos no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição (lixo hospitalar), para atender as necessidades do Município de Nova Trento para o ano de 2017. O valor mensal é de R\$ 980,00 (Novecentos e oitenta reais). Vigência: 12 (doze) meses.

Nova Trento, 06 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

DECRETO nº 084/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 12 de abril de 2017 a 17 de abril de 2017, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há

no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 11 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 085/2017)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
7ª	Maria Cattani Veneri
8ª	Maria Barauna

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
2ª	Roseli Veloso Sauer
3ª	Elisangela de Lima

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

Classificação	Nome completo
4ª	Juliana Oliveira Dal Forno Bianchini

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL - 60H

Classificação	Nome completo
3ª	Felisberto Mora

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL - 20H

Classificação	Nome completo
1ª	Flavia Castro Andrade

CARGO: MOTORISTA II

Classificação	Nome completo
7ª	Algeu Dias de Carvalho

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 085/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini
 Prefeito Municipal.
 Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
 RG nº e CPF nº
 , Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
 - Edital nº , inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../..... .

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 085/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2016

DECRETO nº 085/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 005/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, para comparecerem à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, no dia 17 de abril de 2017, as 09:00h, para realizar a escolha de vagas, e posteriormente comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 17 de abril de 2017 a 20 de abril de 2017 (exceto na terça-feira), munidos da documentação abaixo relacionada (cópia e original):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – Título Eleitoral;

V – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VI – Inscrição no PIS/PASEP;

VII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VI – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

IX – Comprovante de Residência, que esteja no nome do convocado, ou de pessoa a qual conviva, devendo neste último caso comprovar o vínculo;

X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII – Cópia do Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIII – Cópia do Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental Completo);

XIV – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XV – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste

Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 11 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 085/2017)

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE AGUTÍ

Classificação	Nome completo
1ª	Cleiseane Visnheski Til
2ª	Marcia Bahr
3ª	Valdirene Meyer Murceski
4ª	Isabel Cristina Valczak
5ª	Jaqueline Kammer
6ª	Leiga Aparecida Dalpra Battisti

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE BE-SENELLO

Classificação	Nome completo
1ª	Otilia Ester Boso Cadore
2ª	Rosane Licheski Schulz
3ª	Florinda Lucia Tamanini Garbari
4ª	Jaqueline Till Dutra
5ª	Jucileia Cecilia Duchinski Darós
6ª	Vinicius Gambarine Barreto Passos
7ª	Luiz Paulo Gonçalves de Andrade

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE CENTRO I

Classificação	Nome completo
1ª	Evelise Valentina Tirloni Till
2ª	Rosane Teresinha Volkweis
3ª	Ana Marlene Bertotti
4ª	Vanilde Hodecker Marchi
5ª	Luciana Paladino de Faria

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE CENTRO II

Classificação	Nome completo
1ª	Debora Tainara de Oliveira
2ª	Rafael de Sousa Monteiro
3ª	Graziele Cipriani
4ª	Maria Aparecida Vinotti Dallabrida

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE CLARAÍBA

Classificação	Nome completo
1ª	Vanete Carmem Moresco da Silva
2ª	Charlene Aparecida Paes
3ª	Madalena Vargas Moresco
4ª	Isabel Carla Ozorio
5ª	Graciana Murceski

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE TRINTA RÉIS

Classificação	Nome completo
1ª	Mara Jacinta Valle Botameli
2ª	Maria Ivanir Dellantonio
3ª	Beatriz Aparecida Caetano dos Santos
4ª	Alcione Terezinha Silva Poli
5ª	Fernanda Santos de Oliveira
6ª	Rozelita Maria Perotoni

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 085/2017)

Exmo. Senhor
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal.
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº, inscrição nº, para o cargo
de, pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../.....

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

Resolução 01/2017.

“Dispõe sobre APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, instituído pela Lei Municipal nº 1.445/95, consolidado pela Lei nº 2.622/16 de 17/11/2016, previsto pela Lei federal nº 8.742/93 Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS -consolidada pela Lei nº 12.435/11;

Resolve:

Art 1º- Aprovar em reunião Ordinária do CMAS realizada em 05/04/2017, as 08h:45min na Casa da Cidadania, Rua: Salvador

Gessele Nº 120 Nova Trento, a atualização do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento 05 de Abril de 2017.

Luís Antônio de Souza
Presidente do CMAS.

TERMO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017

TERMO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 037/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em Administração Tributária Municipal com ênfase na capacitação de Recursos Humanos para o aumento da receita municipal e a melhoria do atendimento aos contribuintes, conforme especificações constantes no Termo de Referência, constante no anexo I do edital.

O Pregoeiro da Prefeitura de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, informa que foi procedida a RETIFICAÇÃO de data referente ao Edital supra referido, conforme segue:

A Retificação de data foi definida devido a ausência do pregoeiro na data anterior agendada.

Da Alteração: Considerando a presente retificação, altera-se a data de recebimento de documentação, proposta e abertura do certame para dia 26 de abril de 2017 às 09:00 horas. PROTOCOLO DE ENVELOPES ATÉ as 08:30 HORAS DO DIA 26/04/2017.

Nova Trento, 06 de março de 2017.

Aprigio José Botameli
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.321, DE 10 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 2.321, de 10 de abril de 2017.

Abre crédito adicional por excesso de arrecadação e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 605,79 (seiscentos e cinco reais e setenta e nove centavos), relativo a recursos vinculados:

50.00 – SECRETARIA DE AGRICULT. OBRAS, TRANSP. E MEIO AMBIENT.

50.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
Atividade 2.021 – Manutenção Planejamento e Serviços Municipais.
Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0023 aplicações diretas
.....R\$ 605,79

TOTAL
..... R\$ 605,79

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 10 de abril de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal.

Registre-se
Publique-se

RICHARDSON BATISTI

Secretário de Administração e Fazenda

do município. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 11 de abril de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

RICHARDSON BATISTI

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 2.322, DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 2.322, de 11 de abril de 2017.

CONCEDE REAJUSTE DA "BOLSA DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO" PARA O MÉDICO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Art. 5º da Lei Municipal 497/2014.
DECRETA:

Art. 1º – Fica reajustado o valor do "Bolsa Auxílio Alimentação" para o Médico do Programa Mais Médico na quantia de R\$ 1030,90 (mil e trinta reais e noventa centavos).

Art. 2º - O valor constante no art. 1º do presente dispositivo refere-se à quantia concedida pelo Art. 3º da Lei Municipal 497 de 28 de abril de 2014 mais o IGP-M de 4,8624%, acumulado entre abril de 2016 a março de 2017.

Parágrafo único: a concessão do reajuste vigora a partir do mês de abril do corrente ano de 2017, conforme cronograma de pagamento

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO 24/2017 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 24/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE COM FORNECIMENTO E TROCA DE FILTRO PARA A FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA DA SAUDE.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 27/04/2017 às 14h00min.

Abertura: 27/04/2017 às 14h30min.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 11 de Abril de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 433

DECRETO Nº 433, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Anula Edital do Processo Licitatório nº 0021/2017, Tomada de Preços nº 02/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, que são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, quando constatar ilegalidade, nulidade ou até mesmo mera irregularidade, que possam comprometer o processo licitatório;

CONSIDERANDO que em expedientes de sua competência insertos no Processo Licitatório nº 021/2017, Tomada de Preços nº 002/2017, o Presidente da Comissão de Licitações do Município de Ouro e o Departamento Jurídico opinaram pela anulação do Edital Tomada de Preços nº 002/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Edital do Processo Licitatório nº 0021/2016, Tomada de Preços nº 02/2017, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Saúde Mental à Secretaria de Saúde do Município de Ouro.

Art. 2º Proceda-se aos atos necessários a produção dos efeitos jurídicos desejados e lance-se novo edital, com o mesmo objeto do procedimento licitatório, aproveitando-se os atos não expressamente anulados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 11 de abril de 2017.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito

Alex Sandro Silva
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 70/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 70/2017

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços Nº 70/2017, firmado em 04/04/2017, com o INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL – IESES

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Processo Seletivo para o ingresso de Professores, em Caráter Temporário (ACT), conforme preconizam as Leis nº 3.683/2012 e 3.335/2010, para suprir as necessidades do calendário escolar do exercício de 2017.

AMPARO: art. 57 da Lei nº 8.666/93

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 36/2017

VIGÊNCIA: - 01/04/2017 A 31/12/2017

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "104" 3.3.90.39.48.00.00.00

VALOR: R\$ 1,00 (um real). Caráter irrisório, em razão de não haver despesa de verba por parte do Município de Palhoça.

Signatários: pelo Contratante,

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pelo Contratado

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL - IESES.

Marcello Bonelli.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2017 B

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDO MUNICIPAL FUMPRESI PALHOÇA

ATA Nº 1/2017 do PREGÃO Nº 8/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis, destinados a suprir as necessidades do Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros

VALOR: R\$ 84.169,00 (oitenta e quatro mil e cento e sessenta e nove reais).

DATA: 07/03/2017 A 07/03/2018.

Lote 1: ote 01 - Hortifrutigranjeiros						
Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ABACAXI	KG	IN NATURA	30,00000	R\$5,6000	R\$168,0000
2	Abóbora	KG	IN NATURA	30,00000	R\$3,5600	R\$106,8000
3	Alface: Tamanho médio, de conformidade com a Resolução CNNPA de 12/78 e Decreto 986 de 21/10/69. Deve apresentar a cabeça fechada e com as folhas verdes, apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Peso aproximado 400g.	UN	IN NATURA	365,00000	R\$2,3300	R\$850,4500

4	Alho graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causado por pragas de acordo com a resolução 12/78 da cnpa kg	KG	SÃO FRANCISCO	24,00000	R\$22,8900	R\$549,3600
5	Banana Branca: tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação	KG	IN NATURA	450,00000	R\$2,6500	R\$1.192,5000
6	Batata doce: tamanho médio a grande, de conformidade com a portaria M.A. nº 529 de 18/03/97. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	90,00000	R\$3,6800	R\$331,2000
7	Batata Inglesa: suja grupo I ou II, classe 2, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	720,00000	R\$4,1000	R\$2.952,0000
8	Beterraba. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	KG	IN NATURA	90,00000	R\$3,1400	R\$282,6000

Lote 1: ote 01 - Hortifrutigranjeiros

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
9	Brocolis, tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Peso aproximado 400g a 600g.	UN	IN NATURA	60,00000	R\$3,9500	R\$237,0000

10	Cebola de cabeça: classe média, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	144,00000	R\$4,8800	R\$702,7200
11	Couve Flor.	UN	IN NATURA	90,00000	R\$3,2400	R\$291,6000
12	Cebolinha, com folhas interinas, com talo, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas, maço aproximadamente 300g (sem raízes) de acordo com a resolução 12/78 da cnpa. kg	UN	IN NATURA	365,00000	R\$2,5800	R\$941,7000
13	Cenoura: sem folhas, classe: médio tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 412 de 07/10/86. Composição das raízes de 12 a 17 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosa, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, praga e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	180,00000	R\$2,6700	R\$480,6000
14	Maçã Vermelha, Nacional: Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem fermentos, firmes, tenras e com brilho. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.Kg	KG	IN NATURA	465,00000	R\$4,9800	R\$2.315,7000
15	Repolho verde: Tamanho médio, de conformidade com a Resolução CNNPA de 12/78 e Decreto 986 de 21/10/69. Deve apresentar a cabeça fechada e com as folhas verdes, apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Peso aproximado 1,5 kg a 2 kg.	UN	IN NATURA	90,00000	R\$3,0400	R\$273,6000

Lote 1: ote 01 - Hortifrutigranjeiros

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
16	Salsa Fresca: Talos e folhas inteiras, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, talos e folhas inteiras, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas, maço com aproximadamente 300g (sem raízes). de acordo com a resolução 12/78 da cnpa Kg	MLH	IN NATURA	365,00000	R\$2,5800	R\$941,7000

17	Tomate tipo maçã, tamanho, médio, segunda, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Kg	KG	IN NATURA	550,00000	R\$5,1800	R\$2.849,0000
18	Feijão Preto: tipo 1, isento de matérias estranhas, e impurezas, isento de insetos vivos ou mortos, máxima de 15% e 13% de umidade. Portaria 161 de 24/07/77 M.A. - Matérias estranhas 2% .Embalagem: embalagem plástica de 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de validade: de no mínimo 04 (quatro) meses.	KG	REI DA MESA	300,00000	R\$8,8600	R\$2.658,0000
19	Pimentão: verde tipo especial. Deve apresentar as características de cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	60,00000	R\$5,9000	R\$354,0000
20	Limão Taiti. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	KG	IN NATURA	60,00000	R\$4,2800	R\$256,8000
21	Melância. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	KG	IN NATURA	60,00000	R\$3,6800	R\$220,8000
22	Melão Tamanho médio - pesando entre 1400 gramas a 2800 gramas, a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Obs. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG	IN NATURA	30,00000	R\$5,2800	R\$158,4000

Lote 1: ote 01 - Hortifrutigranjeiros

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
23	Mamão formosa. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	30,00000	R\$4,0000	R\$120,0000

24	MANGA - Manga grupo I, tipo especial, de conformidade com a portaria M.A. nº 125 de 15/05/81. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicas, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	30,00000	R\$4,9800	R\$149,4000
25	Tangerina comum: de boa qualidade, tamanho, cor e conformação uniformes, grau de maturação em condições adequadas para conservação, bem desenvolvido, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio, acondicionado em caixa de madeira. As condições deverão estar de acordo com a norma técnica de alimentação, bem como os padrões de embalagem da CEAGESP. Conforme cronograma da Secretaria de Educação	KG	IN NATURA	40,00000	R\$4,4318	R\$177,2720
26	Laranja pêra: grupo I, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A. nº 125 de 15/05/81. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicas, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	365,00000	R\$3,1200	R\$1.138,8000
Total do Fornecedor:						R\$20.700,0020

Lote 2: Lote 02 - Biscoitos , doces e bebidas

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Leite Longa Vida Integral UHT, embalagem tetrapack de 1 litro, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso. Caixa com 12 unidades.	LTS	TERRA VIVA	1.440,00000	R\$2,8100	R\$4.046,4000
2	Leite condensado em lata ou tetrapack, com 395g ingredientes: Leite integral, açúcar e lactose. O produto deverá apresentar na embalagem o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM), data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impureza, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta.	LATA	Italac	90,00000	R\$4,6000	R\$414,0000

Lote 2: Lote 02 - Biscoitos , doces e bebidas

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Pó para preparo de Pudim com diversos sabores 50 gramas.	UN	APTI	900,00000	R\$3,0500	R\$2.745,0000

4	Biscoito salgado, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, açúcar, amido de milho, aspecto, cor, cheiro e sabor próprios embalado em PCT plástico resistente acondicionado em caixa de papelão (embalagem secundária), lacrada e rotulada, a embalagem deve conter a validade, com os registros obrigatórios do ministério competente. pct c/ 200g	PCT	BELA VISTA	80,00000	R\$2,9100	R\$232,8000
5	Biscoito Doce - Biscoito doce, a base de farinha de trigo, açúcar e gordura vegetal, sal, não sortidas. Embalagem: plástica até 500 gramas, com dupla proteção. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de validade: de no mínimo 08 (oito) meses.	PCT	BELA VISTA	80,00000	R\$2,9100	R\$232,8000
6	Doce em pasta, nos sabores: banana, goiaba, abacaxi e figo. Ingredientes: polpa de fruta, açúcar e glicose de milho. Embalagem de 400 gramas plásticas com proteção de alumínio, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção, Validade e tabela com informação nutricional.. Prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses.	UN	AUREA	120,00000	R\$3,1100	R\$373,2000
7	Suco artificial em pó, diversos sabores	UN	APTI	1.100,00000	R\$2,2600	R\$2.486,0000
8	Gelatina diversos sabores embalagem com no mínimo 35gr.	CX	APTI	1.100,00000	R\$2,5600	R\$2.816,0000
9	REFRIGERANTE EMBALAGEM COM 2 LITROS	UN	SCHIN	120,00000	R\$7,9500	R\$954,0000
10	Suco longa vida, 1ª qualidade, embalagem com 1000ml	UN	PURITY	60,00000	R\$5,8300	R\$349,8000
Total do Fornecedor:						R\$14.650,0000

Lote 5: Lote 05 - Aves

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

1	Filé de Frango do Tipo Sassami - Características Técnicas: Corte de Frango in - natura provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Deverá ser realizada a aparagem (eliminação de toda gordura aderida e pele) durante o processamento. Os cortes de frango deverão ser isentos de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponervroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos). Deve apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. E deve conter no máximo 2,0% de soro na embalagem. RDC nº 13 de 02 de janeiro de 2001. Embalagem Primária: Polietileno atóxica, transparente e termossoldada. Pacotes de 1 (um) kg, devidamente identificados com rótulo impresso ou etiqueta adesiva, de acordo com a Legislação vigente. Data de Fabricação de , no máximo, 30 (trinta) dias no ato da entrega.				KG	MACEDO	180,00000	R\$11,4100	R\$2.053,8000
2	Sobrecoxa sem osso O produto nao podera apresentar hematomas, penas, pele e gordura em excesso, manchas (dermatite, riscos e machas esverdeadas,péla bilis), excesso de escaldagem, fraturas, residuo de queratina, sangue coagulado e corte fora da cartilagem da articulação. Deve apresentar odor característico de carne de frango, isento de pele, cheiro e ranço, sabor de frango, isenta de sabores estranhos como ração, azedo, textura firme, não deve desmanchar a pressão manual. não deve ser pegajosa. Coloração da superfície(pele) uniforme e levemente amarelada, tendo a carne um tom róseo. Embalagem: com 01 (um) kg em cada pacote, congelado, devidamente embalados, lacrados com etiqueta lacre, devendo conter o peso, o prazo de validade, descriminado o tipo de carne embalada e a marca, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.				KG	PIONEIRO	1.460,00000	R\$10,4100	R\$15.198,6000
3	AVE CHESTER Ingredientes: Frango, água, sal, glicose, Estabilizante, Aromatizantes: aromas naturais, realçador de sabor.				KG	PERDIGAO	100,00000	R\$26,8100	R\$2.681,0000
4	Galinha inteira.	inteira	-	Galinha caipira	KG	MORGANA	96,00000	R\$11,0063	R\$1.056,6048
Total do Fornecedor:									R\$20.990,0048

Lote 6: Lote 06 - Ovos

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------



1	Ovos de Galinha; Características Técnicas: ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55 g por unidade, conforme Decreto Lei 3748 de 12/07/93, artigo 687. Isento de sujidades, de fungos ou substâncias tóxicas, cor, odor e sabor anormais, acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo a RISPOA/MA, resolução CIPOA 005 de 05/07/91. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Descartável, fechada com capacidade para 01 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 15 dias do seu recebimento.	DZ	AUREA	300,00000	R\$5,6300	R\$1.689,0000
---	--	----	-------	-----------	-----------	---------------

Total do Fornecedor:

R\$1.689,0000

Lote 7: Lote 07 - Embutidos

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Presunto suino cozido, fatiado, 1ª qualidade, embalado	KG	JCW	280,00000	R\$35,3514	R\$9.898,3920
2	Queijo prato - Queijo Prato, o queijo maturado obtido por coagulação do leite por meio do coalho e/ou outras enzimas coagulante apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas. O Queijo Prato é um queijo gordo, de média umidade, de acordo com a classificação estabelecida no Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijos.' leite da espécie bovina. 'Consistência: semi- dura, elástica. -Textura: compacta, lisa, fechada,.Cor: amarelado ou amarelo-palha -Sabor: característico Odor: característico. deverá apresentar os padrões da Legislação vigente da ANVISA, e outras existentes.' O produto não deverá conter substâncias estranhas de qualquer natureza.O produto deverá ser acondicionado com materiais adequados às condições de armazenamento conferindo-lhe proteção apropriada contra contaminação.' Será considerada imprópria a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, a qual não será aceita. deverá ser fornecido em pacotes de 200 gramas.	KG	Ricken	280,00000	R\$30,7200	R\$8.601,6000

Total do Fornecedor:

R\$18.499,9920

Lote 10: Lote 10

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

1	Iogurte - Iogurte: Características Técnicas: Leite integral e/ou reconstituído, açúcar preparado de soro de leite reconstituído, polpa de fruta, espessante, conservante, aromatizante, acidulante, fermentos lácteos. Podendo conter outras substancias alimentícias, desde que declaradas. Não deve conter edulcorantes sintéticos ou artificiais. Deve ser armazenada à temperatura de 0 a 10° C (zero a dez graus centígrados positivos). Sabores variados, no mínimo 2 (sendo que um dos sabores deve ser produzido sem corantes artificiais). Embalagem primária: Garrafas de 900 ml a 1 litro. Prazo de validade: mínimo de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	UN	BEM GUTT	360,00000	R\$5,8400	R\$2.102,4000
2	Requeijão: Características Técnicas: Massa coalhada, creme de leite ou manteiga, proteínas lácteas, leite pasteurizado, fermento lácteo, estabilizante, conservante. Podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Embalagem primária: embalagem de 180 g a 200 gramas. Prazo de validade de no mínimo 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	EMB	ELEGE	90,00000	R\$5,5289	R\$497,6010
Total do Fornecedor:						R\$2.600,0010
Lote 11: Lote 11 - Peixe						
Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	FILÉ DE PEIXE, Filé de pescada, congelada no sistema de congelamento individual, sem espinhas, com 110 a 150 gramas cada filé. A embalagem deverá conter a identificação do produto, tipo de peixe, data de fabricação e validade, peso e registro no Ministério da Agricultura. Embalagem de 1 kg.	KG	PIONEIRA	180,00000	R\$28,0000	R\$5.040,0000
Total do Fornecedor:						R\$5.040,0000
Total Geral dos Itens:						R\$84.168,9998

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2017 B

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDO MUNICIPAL FUMPRESI

ATA Nº 2/2017 do PREGÃO Nº 8/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GIZEL REGINA DA SILVA ME

OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis, destinados a suprir as necessidades do Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros deste município

VALOR: R\$93.040,01 (noventa e três mil, quarenta reais e um centavo).

DATA: 07/03/2017 A 07/03/2018.

Lote 3: Lote 03 - Produtos de Panificação						
Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

1	Pães de 50 gramas de trigo, tipo frances, deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, deverá estar de acordo com a NTA 47 (Decreto 12.342 de 27/07/78) e com a legislação em vigor quanto às normas de higiene. Será rejeitado o pão queimado ou mal assado. Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, água e sal. Aparência: massa cozida, miolo poroso, leve e homogêneo, sem grumos, sabor e odor próprios. Cor: casca amarelada e miolo branco. Embalagem: saco de papel pardo, resistente e atóxico, umidade máxima de 15%(g/100g).	KG	SÃO FRANCISCO	400,00000	R\$12,7000	R\$5.080,0000
2	cuca de farofa	UN	SÃO FRANCISCO	180,00000	R\$10,3600	R\$1.864,8000
3	Pão de sanduiche de pão branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.	PCT	SÃO FRANCISCO	180,00000	R\$7,2000	R\$1.296,0000
4	Pão Doce. Produto a base de farinha de trigo especial, fermento fresco, ovos, (gordura hidrogenada ou banha), contendo reforçador, açúcar, sal, antimorfo e leite em pó integral de origem animal. Embalagem deverá ser acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente; Unidade 50g	KG	SÃO FRANCISCO	400,00000	R\$12,7105	R\$5.084,2000

Lote 4: Lote 04 - Produtos carneos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

1	Bacon, defumado, em peça, embalado a vácuo, em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, contendo aproximadamente 1 kg, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM), especificação de prazo de validade e peso e atender as especificações técnicas da NTA 04 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978.	KG	CALEMBA	90,00000	R\$26,5000	R\$2.385,0000
2	Carne Suína sem osso e sem pele Temperada - LOMBO Lombo suíno sem osso e sem pele, fatiado em bife de 60 gramas, temperado. Embalagem com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso. Embalagem primária: Sacos de nylon- poly, termossoldado, a vácuo devidamente rotulados de acordo com a Legislação vigente. Pacotes de 1 KG.	KG	M	150,00000	R\$12,4800	R\$1.872,0000
3	Linguiça, tipo calabresa: Carne suína pura e limpa, de 1ª qualidade, apresentando-se em gomos uniformes, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporções adequadas ao tipo calabrês submetida ao processo de cura, embalada a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.	KG	CALEMBA	90,00000	R\$15,6000	R\$1.404,0000
4	Carne de Charque 1ª Qualidade, (no máximo 10% de gordura), embalada em saco plástico vácuo transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM).	KG	CALEMBA	80,00000	R\$28,3300	R\$2.266,4000
5	Carne bovina, contra file	KG	M	100,00000	R\$28,6500	R\$2.865,0000

Lote 4: Lote 04 - Produtos carneos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Carne bovina, Coxão mole, congelada, sem osso, limpa, sem nervuras, sem tendões, sem aponervoses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, s) Apresentar certificados de inspeção Estadual ou Federal.	KG	M	730,00000	R\$24,8500	R\$18.140,5000
7	Salsicha tipo hot dog de carne, congelada, à granel. Embalagem: pacotes com até 2,5kg, devidamente embalados, lacrados, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.	KG	COPACOL	114,00000	R\$7,2000	R\$820,8000
8	LINGUIÇA TOSCANA, Linguíça fresca, tipo toscana de carne suína pura. Limpa, de primeira qualidade, em gomos uniformes e padronizados, adicionados de condimentos naturais, embalada á vácuo, em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a qualidade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura, e carimbo de inspeção do CIF.	KG	AURORA	60,00000	R\$16,7000	R\$1.002,0000
9	Carne bovina maminha - Carne maminha bovina, congelada, peça inteira.	KG	M	60,00000	R\$28,1000	R\$1.686,0000
10	COSTELA BOVINA com osso, congelada. Lacrada e identificadas com carimbo do SIF.	KG	M	60,00000	R\$18,0617	R\$1.083,7020
11	Carne Bovina Moida, patinho congelado. Deve apresentar as características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Deve ser sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões sem aponervoses e sem gorduras, çacrados com etiqueta lacre, conforme nº 89 e 90 de 15/07/96 e Portaria 371, de 04/09/97, embalada no prazo maximo de 01 mês da data da entrega. Embalagem; embalada a vacuo. Pacote de 01 (um) kg, devidamente identificado com etiqueta interna de acordo com a legislação vigente, especificação do peso e do prazo de validade, descriminado o tipo de carne embalada e a marca.	KG	M	180,00000	R\$23,0900	R\$4.156,2000

Lote 4: Lote 04 - Produtos carneos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

12	Carne em Bife de Patinho congelada. Deve apresentar as características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Deve ser sem osso, limpa sem nervos, sem tendões, sem aponevrose e sem gorduras, lacrados com etiqueta lacre, conforme portaria nº 89 e 90 de 15/07/96 e Portaria 371, de 04/09/97, embalada a vácuo. Pacote de 2 (dois) quilos, devidamente identificado com etiqueta interna de acordo com a Legislação vigente, especificação do peso e do prazo de validade, discriminado o tipo de carne embalada e a marca. Deve ser apresentado na proposta certificação de inspeção Municipal, Estadual ou Federal, e registro do rotulo do produto.	KG	M	730,00000	R\$25,0800	R\$18.308,4000
----	--	----	---	-----------	------------	----------------

Lote 8: Lote 08 - Diversos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Colorífico. Características técnicas: Aspecto de pó fino, cor vermelho intenso, odor e sabor próprios. Ingredientes: fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. Embalagem primária: Saco de polietileno atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 100 g.	UN	DA FILÓ	80,00000	R\$2,8500	R\$228,0000
2	COMINHO EM PÓ MOIDO - COMINHO EM PÓ Ingredientes: Cominho. Registro do produto no ministério da Agricultura. Embalagem de 100 gramas.	UN	DA FILÓ	50,00000	R\$3,1500	R\$157,5000
3	OREGANO Ingredientes: orégano. Embalagem de 30 gramas. - OREGANO Ingredientes: orégano. Embalagem de 30 gramas.	UN	DA FILÓ	60,00000	R\$3,0500	R\$183,0000
4	Sal refinado. Embalagem: padronizada de até 01 kg. Data de validade de 6 meses	KG	Sósal	70,00000	R\$1,6500	R\$115,5000
5	Vinagre de álcool - Embalagem 900 ml, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade. Validade 6 meses.	FRS	HEINING	110,00000	R\$2,0000	R\$220,0000
6	Caldo de galinha cx com mínimo 57gr, com 06 tabletes.	CX	MAGGI	120,00000	R\$4,1500	R\$498,0000
7	Azeite de Oliva Extra Virgem: Produto da prensagem a frio da azeitona, acidez menor que 1 coloração amarela esverdeado, que possam ser novamente tampadas após aberta. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem 500 mL.	UN	GALO	24,00000	R\$18,0000	R\$432,0000

Lote 8: Lote 08 - Diversos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Extrato de tomate, simples, concentrado. Preparado com frutos maduros, selecionados, são, sem pele e sem sementes e estar isento de fermentação de indicadores de processamento defeituosos. Aparência de massa mole, de cor vermelha, odor e sabor próprio. O produto deve se enquadrar na Resolução n.º 12/78 da C.N.N.P.A/ NTE 12/15 de 24/07/78. Embalagem: lata ou vidro fechado(a), inviolável, com revestimento interno apropriado, com capacidade de no mínimo 340grs.	UN	BONARE	180,00000	R\$2,8000	R\$504,0000
9	Macarrão tipo parafuso. Massa tipo parafuso, com ovos. Ingredientes: Farinha de trigo especial, ovos. Registro do produto no Ministério da Saúde. Embalagem: Padronizada com até 500 gramas. Deve apresentar na embalagem valor nutricional.	PCT	ROSANE	180,00000	R\$2,7000	R\$486,0000
10	Macarrão Espaguete. Tipo espaguete longo, com ovos. Ingredientes: Farinha de trigo especial, ovos. Padronizada com até 500 gramas. Deve apresentar na embalagem valor nutricional. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de validade: de no mínimo 08 (oito) meses	PCT	ROSANE	180,00000	R\$2,7000	R\$486,0000
11	Milho verde em conserva, registro do produto no Ministério da Saúde, embalagem padronizada de até 395 gramas.	LATA	GOIAS VERDE	90,00000	R\$2,6000	R\$234,0000
12	Maionese tradicional, embalagem com 500 gr	UN	SOYA	100,00000	R\$6,4000	R\$640,0000
13	ERVILHA EM CONSERVA Ingredientes: Ervilha, água e sal. Embalagem de 200 gramas	LATA	LAR .	90,00000	R\$2,4500	R\$220,5000
14	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com até 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses.	KG	DA BARRA	365,00000	R\$3,2500	R\$1.186,2500
15	Arroz parboilizado, longo, fino, tipo I, produzido sem agrotóxico. Apresentar selo da Associação Orgânica. Produto com registro no MAPA. Embalagem: plástica com no mínimo 01 kg.	KG	FAZENDA	750,00000	R\$2,9000	R\$2.175,0000

Lote 8: Lote 08 - Diversos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

16	Arroz Integral - Características Técnicas: Arroz integral, classe longo fino, tipo 1. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem: plástica de 01 kg. Data de fabricação de no máximo 30 (trinta) dias anteriores ao ato da entrega.	KG	KIKA	80,00000	R\$4,7500	R\$380,0000
17	Granola sem Açúcar: Características Técnicas: alimento composto da mistura de aveia, coco, flocos de arroz, germe e fibra de trigo, castanha do Pará, uvas passas, flocos de milho, gergelim e extrato de malte (3%). Sem adição de açúcar, edulcorantes, corantes artificiais e aromatizantes naturais e artificiais. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de até 1kg. Observações: Não deve conter glúten nem lactose. data de fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	DA MAGRINA	25,00000	R\$26,0000	R\$650,0000
18	Amido de milho. Apresentar ficha técnica do produto. Embalagem: de 01 kg Data de Fabricação do Produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de Validade: de no mínimo 06 (seis) meses.	KG	NEILAR	110,00000	R\$5,9800	R\$657,8000
19	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO - Formado de substancias químicas que, pela influência do calor e ou da umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio, embalagem Primária primária: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa também em polietileno de alta densidade, com capacidade para 100 gramas. No rótulo devem constar as denominações " Fermento Químico" e Conservar em lugar fresco e seco". Observações: Não deve conter glúten e nem lactose. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	UN	FLESCHMANN	120,00000	R\$3,6000	R\$432,0000
20	Coador para café. Coador de malha, Tamanho extra grande industrial. (Dimensões aproximadas: 150 mm de diâmetro x 25 cm de profundidade) com arame galvanizado (não enferruja) e dois cabos de madeira trabalho, 100% algodão.	UN	NOVO HORIZONTE	48,00000	R\$13,8500	R\$664,8000
21	Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha. Embalagem de 500G, validade de 01 ano.	PCT	JURERE	380,00000	R\$11,3000	R\$4.294,0000
22	ACHOCOLATADO EM PÓ.	LATA	NESCAU	100,00000	R\$9,2000	R\$920,0000

Lote 8: Lote 08 - Diversos



Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
23	Farinha de trigo especial. Embalagem: embalagem primária padronizada de plástico, com 01 Kg. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. Data de fabricação do produto, de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de validade: de no mínimo 04 (quatro) meses.	KG	FIDALGA	180,00000	R\$2,9500	R\$531,0000
24	Creme de leite, embalagem com aprox. 300 gramas	UN	TIROL	10,00000	R\$3,0000	R\$30,0000
25	Farinha de mandioca, extra fina Característica grupo seca, subgrupo extra fina, classe branca, tipo abaixo do padrão embalagem intacta acondicionada em pacotes de polietileno transparente contendo 1 kg data do produto.	KG	ARARUNA	180,00000	R\$4,4500	R\$801,0000
26	Fósforo com 240 palitos	UN	FIAT LUX	48,00000	R\$15,0000	R\$720,0000
27	PALITOS DE DENTES - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 PALITOS	CX	GINA.	150,00000	R\$3,6000	R\$540,0000
28	Margarina vegetal com sal. Embalagem padronizada c/ 500 g	POTE	DORIANA	80,00000	R\$7,6000	R\$608,0000
29	ADOÇANTE, Ingredientes: água, sorbitol, edulcorante ciclamato de sódio, sacarina sódica, conservadores. Valor calórico: 0,13 ml contem aproximadamente 0,02 kcal. Rendimento: 4 gotas do adoçante para 1 colher de chá de açúcar. Embalagem: 100 ml.	UN	LOWÇUCAR	30,00000	R\$3,4800	R\$104,4000
30	OVOS DE CODORNA - OVOS DE CODORNA EM CONSERVA COM ÁGUA, SAL E VINAGRE, EMBALAGEM EM VIDRO, ROTULADA, COM 500 GRAMAS.	UN	RIO CERRO	80,00000	R\$13,2000	R\$1.056,0000
31	Óleo de soja Refinado, 100% natural. Deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridades indesejáveis, conforme Portaria nº. 795, de 15 de dezembro de 1993. Se a embalagem for tipo Pet, esta não deverá ser frágil, conter ferrugem, mistura de outros óleos e cheiro forte. Embalagem: de 900ml.	UN	COCAMAR	365,00000	R\$5,0007	R\$1.825,2555
Lote 9: Lote 09 - Carvão						
Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	carvão - Carvão vegetal em sacos de 5kg para confecção de churrasco.	KG	BOM DE BRASA	100,00000	R\$17,4500	R\$1.745,0000
Total do Fornecedor:						R\$93.040,0075

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 8/2017 do PREGÃO Nº 149/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME.

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis para atender ao cardá escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas para o ano de 2017.

VALOR: R\$ 674.379,70 (seiscentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta centavos).

DATA: 09/03/2017 A 09/03/2018.

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Biscoito Doce Tipo Maisena - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, amido, sal, fermentos químicos e aromatizantes. Embalagem: plástica com dupla proteção, contendo 740 gramas. Data de fabricação: máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	NINFA	14.000	R\$8,23	R\$115.220,00
11	Biscoito Rosquinha de Chocolate - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, amido, cacau, açúcar, sal, fermento químico, aromatizantes. Embalagem primária: polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 340 g. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	PARATI	17.000	R\$4,00	R\$68.000,00
13	Café Preto em Pó - Características Técnicas: Café em pó, torrado e moído, de primeira qualidade (top de linha), tipo tradicional, com selo de pureza e qualidade ABIC. Observações: Não deve conter glúten nem lactose. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado, de 500 gramas. Prazo de validade: de no mínimo 12 (doze) meses. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	JURERE TRADIDIONAL	11.500	R\$11,7000	R\$134.550,00
23	Flocos de Milho Sem Açúcar: Características Técnicas: Obtido a partir de grãos de milho cozidos, secos, laminados, e tostados, enriquecidos com vitaminas e minerais. Ingredientes: Milho, sal, malte ou extrato de malte, estabilizante lecitina de soja ou antiumectante, bicarbonato de sódio, vitaminas e minerais. Embalagem primária: saco de polietileno, atóxico, termossoldado, resistente, rotulado de acordo com a legislação vigente pacotes de 500 gramas. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	GOLD FLAKES	14.000	R\$9,90	R\$138.600,00
38	FARINHA LÁCTEA. Instantânea. Ingredientes: farinha de trigo especial torrada, leite em pó integral e açúcar, com adição de vitaminas e sais minerais, aromatizada. Embalagem: Filme de poliéster metalizado com capacidade para 210 a 230 gramas. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	NUTRIMENTAL	9.000	R\$5,60	R\$50.400,00
39	Feijão preto comum - Características Técnicas: Grupo I Comum - Classe Preto - Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 18%. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Observações não deve conter glúten nem lactose. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	BIEL	16.000	R\$8,56	R\$136.960,00
41	PRODUTO A BASE DE ARROZ E AVEIA-Ingredientes: FARINHA DE ARROZ, AÇÚCAR, FARINHA DE AVEIA, EXTRATO DE MALTE, SAIS MINERAIS, VITAMINAS E AROMATIZANTES. EMBALAGEM DE 200 À 230 gramas. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	NUTRIMENTAL	1.400	R\$5,53	R\$7.742,00

42	PRODUTO A BASE DE FARINHA DE ARROZ, ADICIONADO DE VITAMINA E MINERAIS. Produto a base de farinha de arroz, açúcar, vitaminas , Sais minerais. Embalagem: pacotes de 200 À 230 gramas, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	NUTRIMENTAL	1.400	R\$5,53	R\$7.742,00
44	Adoçante em Gotas - Ingredientes: glicosídeos de Stéviol. Embalagem: 80 ml Validade: de no mínimo 12 meses.	FRS	LOWÇUCAR	15	R\$8,68	R\$130,20
46	Bebida a Base de Soja - Sabor original - Ingredientes: soja, água, açúcar, minerais (cálcio), sal, estabilizante, aromatizante. Não deve contém glúten e traços de leite. Embalagem: tetra pak de 1 litro. Validade: de no mínimo 3 meses.	LTS	ADES	500	R\$6,65	R\$3.325,00
47	Bebida à Base de Soja - Sabor Coco - Ingredientes: grãos de soja, água, açúcar, maltodextrina, minerais cálcio e zinco, sal, vitaminas E, B2, B6, A, ácido fólico, D e B12, estabilizante, aromatizante, emulsificante lecitina de soja. Não deve conter glúten e traços de leite. Embalagem: 1 litro Validade: de no mínimo 3 meses	LTS	ADES	150	R\$8,28	R\$1.242,00
48	Bebida à Base de Soja - Sabor Morango - Ingredientes: soja, água, açúcar, sal, vitaminas (B2, C, E, B6, A, ácido fólico, D, B12), minerais (cálcio e zinco), aromatizante, estabilizante, corante. Não contém glúten e traços de leite. Embalagem: 1 litro Validade: de no mínimo 3 meses	LTS	ADES	150	R\$8,28	R\$1.242,00
49	Bebida de arroz Ingredientes: água, arroz, óleo de girassol, cálcio e sal. Não deve conter glúten, lactose e traços de leite. Embalagem: 1 litro. Validade de no mínimo 3 meses. Marcas Pré-Aprovadas: RisoVita	LTS	RISOVITA	200	R\$12,08	R\$2.416,00
50	Bolacha de arroz integral Ingredientes: arroz integral, sal. Não deve conter glúten, leite, ovos, soja, corantes, açúcar. Embalagem: 95g a 150g Validade: no mínimo 4 meses. Marcas pré-aprovadas: Macrokan, Name, Camil.	PCT	Camil	350	R\$5,65	R\$1.977,50
54	Geléia diet Sabor Morango - Ingredientes: Polpa de morango, pectina, edulcorantes naturais, edulcorantes artificiais, conservante sorbato de potássio e acidulante. Não deve conter glúten. Validade: de no mínimo 6 meses Embalagem: 200 a 260g	POTE	RITTER	60	R\$26,79	R\$1.607,40
Total do Fornecedor: R\$674.379,7000						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 9/2017 do PREGÃO Nº 149/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COPAL ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios Menos Percíveis para atender ao cardá escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas para o ano de 2017.

VALOR: R\$ 183.350,00 (cento e oitenta e três mil e trezentos e cinquenta reais).

DATA: 14/03/2017 A 14/03/2018.

Fornecedor: 3583929 - COPAL ALIMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	AÇÚCAR REFINADO-Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada, amorfo, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deve constar no rotulo: "Açúcar refinado especial" Embalagem primaria: Sacos de polietileno leitoso ou transparente, pacotes de 1 kg. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores a data de entrega.	KG	CARAVELAS	17.500	R\$3,82	R\$66.850,00
14	Colorau sem Sal - Características Técnicas: Aspecto de pó fino, cor alaranjada, odor e sabor próprios. Ingredientes: a base de fubá ou farinha de mandioca ou amido de milho, urucum e óleo comestível. Embalagem primária: saco de polietileno atóxico, resistente, termossoldado, pacotes com capacidade de 500 gr. Observações: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	EDIMAR	4.500	R\$5,00	R\$22.500,00
27	Leite UHT para dietas com restrição de lactose - zero lactose Ingredientes: Leite semi desnatado, enzima lactase e estabilizantes. Validade: de no mínimo 3 meses Embalagem: 1 litro, cartonada, composta por polietileno, papel branco, papel pardo e alumínio. Com tampa. Marca ré-Aprovada: Piracanjuba, Aurora, Piá	LTS	PIRACANJUBA	2.500	R\$5,40	R\$13.500,00
35	ÓLEO DE SOJA REFINADO. Características Técnicas: produto obtido por prensagem mecânica e/ou extração por solvente, dos grãos de soja, isento de misturas de outros óleos, gorduras ou outras matérias estranhas ao produto e de cheiro forte. Óleo de soja refinado, 100 % natural. Embalagem primaria: Garrafa "pet" com capacidade 900 ml. Observações: Não deve conter glúten e nem lactose. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	GF	COAMO	15.500	R\$4,35	R\$67.425,00
36	Sal Refinado de Mesa Iodado-Sal Refinado Iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primaria: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg. Observações: Não deverá conter glúten nem lactose. Embalagem secundaria: Sacos de polipropileno reforçados e lacrados com fitas adesivas plastificadas, identificados com o nome do fabricante, com capacidade para no Maximo 10 kg.data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	ZIZO	6.500	R\$1,25	R\$8.125,00
37	Vinagre: Características Técnicas: Vinagre de álcool. Embalagem primária: Garrafa plástica de até 1 litro. Não deve conter glúten nem lactose, data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	GF	HEINIG	3.000	R\$1,65	R\$4.950,00
Total do Fornecedor:						R\$183.350,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 10/2017 do PREGÃO Nº 147/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA.

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios: Hortifrute, Pães e Pães Sem Glúten para atender ao cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino deste Município.

VALOR: R\$ 3.092.292,05 (três milhões, noventa e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e cinco centavos).

DATA: 14/03/2017 A 14/03/2018.

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário		Valor Total
1	Alface Lisa, fresca	KG	IN NATURA	3.500	R\$6,4000		R\$22.400,0000
2	Ovos de Galinha	DZ	AUREA	27.000	R\$5,8500		R\$157.950,0000
3	Aipim - Características Técnicas: tamanho médio, pesando entre 200 a 300 gramas a unidade	KG	IN NATURA	7.000	R\$3,4000		R\$23.800,0000
4	Abacaxi Pérola	KG	IN NATURA	12.000	R\$4,8500		R\$58.200,0000
5	Tangerina Mexerica, Bergamota ou Vergamota	KG	IN NATURA	12.000	R\$3,8000		R\$45.600,0000
6	Batata Salsa (Mandioquinha)	KG	IN NATURA	2.000	R\$8,0000	R\$16.000,0000	
7	Chuchu	KG	IN NATURA	8.500	R\$3,1000	R\$26.350,0000	
8	Mamão Formosa	KG	IN NATURA	62.000	R\$3,8000	R\$235.600,0000	
9	Tomate	KG	IN NATURA	30.000	R\$5,8000	R\$174.000,0000	
10	Abacate Manteiga	KG	IN NATURA	1.500	R\$6,3400	R\$9.510,0000	
11	Batata Doce	KG	IN NATURA	4.500	R\$3,6000	R\$16.200,0000	
12	Repolho Verde. Tamanho Médio: pesando entre 1.200 a 2.200 gramas a unidade.	KG	IN NATURA	3.500	R\$2,0000	R\$7.000,0000	
13	Banana Branca: Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm)	KG	IN NATURA	90.000	R\$4,5000	R\$405.000,0000	
14	Maçã gala	KG	IN NATURA	98.000	R\$5,2000	R\$509.600,0000	
15	Pepino	KG	IN NATURA	1.500	R\$3,2967	R\$4.945,0500	
16	Feijão de Vagem de formato retilíneo,	KG	IN NATURA	4.500	R\$7,3200	R\$32.940,0000	
17	COUVE MANTEIGA-Fresca, extra	KG	IN NATURA	4.000	R\$6,8000	R\$27.200,0000	
18	Laranja Pêra, Rio ou Coroa: Grupo I - Classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial	KG	IN NATURA	40.000	R\$3,0900	R\$123.600,0000	
19	Laranja Lima: Classe A, firme, sem amolecimento e mofo.	KG	IN NATURA	20.000	R\$3,8500	R\$77.000,0000	
20	Cebola de Cabeça	KG	IN NATURA	36.500	R\$3,9000	R\$142.350,0000	
21	Couve Flor Comum	KG	IN NATURA	5.000	R\$4,0000	R\$20.000,0000	
22	Abóbora Menina. deve conter de 1,5 a 2 kg.	KG	IN NATURA	15.500	R\$3,3000	R\$51.150,0000	
23	Abobrinha Deve apresentar a casca fina e de cor verde, sempre brilhante e firme, haste aparada, peso entre 200 a 500 gramas.	KG	IN NATURA	4.500	R\$3,1000	R\$13.950,0000	
24	Melancia: Tamanho médio- pesando entre 9 a 12 Kg a unidade.	KG	IN NATURA	17.000	R\$2,4000	R\$40.800,0000	
25	Brócolis Chinês - Características Técnicas: Tamanho médio, pesando entre 200 a 300 gramas a unidade, isento de folhas, não florado e com talo de no máximo 3 cm.	KG	IN NATURA	1.500	R\$6,8900	R\$10.335,0000	
26	Batata Inglesa: suja. classe 02, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96.	KG	IN NATURA	18.000	R\$3,5200	R\$63.360,0000	
Total do Fornecedor:							R\$ 2.314.840,0500

Lote 2: Pães

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Pão Integral Sete Grãos: Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, composto de no mínimo sete grãos diferentes e que contenha pelo menos: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha integral de trigo, açúcar, fibra ou germe de trigo, semente de linhaça, semente de girassol, sal, melhoradores de farinha e conservante (propionato de cálcio). Contém glúten. Peso aproximado da fatia 25 gr. Embalagem plástica transparente atóxica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional com 400 gramas.	PCT	Caseiros Kremer	8.000,00000	R\$8,3700	R\$66.960,0000
2	Pão Tipo Bisnaguinha: Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ácido fólico, água, sal refinado, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Contendo glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional. Peso da embalagem de 01 kg. Cada unidade de pão deve apresentar em média 20 gramas.	KG	Caseiros Kremer	8.000,00000	R\$18,9000	R\$151.200,0000
3	Pão de Cachorro Quente - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal refinado, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservantes. Contém glúten. Peso aproximado de 50 gramas. Embalagem de 1 kg, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional.	KG	Caseiros Kremer	6.000,00000	R\$13,9000	R\$83.400,0000
4	Pão de Fatia Integral: Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, que contenha pelo menos: Farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, fermento e propionato de cálcio. Observação: sem adição de açúcar. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional. Pacote de 400 gr	PCT	Caseiros Kremer	400,00000	R\$7,7000	R\$3.080,0000

5	Pão Doguinho: - Ingredientes: farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, água, sal, açúcar óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Peso aproximado de 30 gramas por unidade. Embalagem de 01 kg, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional	KG	Caseiros Kremer	9.500,00000	R\$15,7500	R\$149.625,0000
---	---	----	-----------------	-------------	------------	-----------------

Lote 2: Pães

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Pão de Fátia: Características Técnicas: Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: Farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, açúcar, água, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal, reforçador e/ ou melhorador e conservante propionato de cálcio. Contém Glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional. Pacotes com 500 gramas.	PCT	Caseiros Kremer	45.500,00000	R\$6,9300	R\$315.315,0000

Total do Fornecedor:

R\$769.580,0000

Lote 3: Pães sem glúten

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Pão sem Glúten - Produto obtido pela cocção técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: farinha de arroz, fécula de mandioca, óleo vegetal, fermento biológico e sal. Não deve conter glúten e nem lactose. Pacote fechado de 400 gramas a 500 gramas, com etiqueta constando identificação do fabricante e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela nutricional.	PCT	Bem Nutrir	400,00000	R\$19,6800	R\$7.872,0000

Total Geral do Fornecedor:

R\$3.092.292,0500

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 11/2017 do PREGÃO Nº 149/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas para o ano de 2017.

VALOR: R\$ 1.073.749,50 (um milhão, setenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

DATA: 14/03/2017 A 14/03/2018.

Fornecedor: 989460 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
26	LEITE U.A.T. OU U.H.T. INTEGRAL Características Técnicas: Leite de vaca integral homogeneizado ao processo de Ultrapasteurizado, UAT (ultra alta temperatura) ou UHT (do inglês Ultra High Temperature) e envasado sob condições asépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas. Embalagens:tetra pack de 01 litro, devem conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional.	LTS	TERRA VIVA	308.000	R\$3,47	R\$1.068.760,00
28	Leite Desnatado longa Vida UHT: O produto deve passar pelo processo de ultrapasteurização (UHT) - caracterizado pelo aquecimento do leite a temperaturas entre 130-150°, no período de 2 a 4 segundos, seguido de resfriamento com temperatura inferior a 32º C. Teor de gordura máximo de 0,5%. Embalagem longa vida de 1 litro. Validade de no mínimo 3 meses. Marcas pré-aprovadas: Piracanjuba, Shefa, Aurora, Piá, Tirol, Languiru.	LTS	TERRA VIVA	250	R\$3,60	R\$900,00
34	Macarrão Parafuso de Arroz: Ingredientes: Produto obtido de farinha de arroz, com ovos, com adição de corantes naturais de cúrcuma e/ou urucum. O produto não deve conter glúten. Embalagem: Plástica com capacidade de 500 gramas. Validade do produto: de no mínimo 3 meses. Marca Pré- Aprovada: Urbano.	UI	URBANO	200	R\$3,46	R\$692,00
43	ACHOCOLATADO DIET Ingredientes: Maltodextrina, cacau lecitinado, vitaminas, minerais, aromatizantes, edulcorantes artificiais: ciclamato de sódio, aspartame, sacarina sódica e acesulfame de potássio. Antiumectante. Embalagem: 210 gramas	PCT	LOWÇUCAR	150	R\$17,61	R\$2.641,50
52	Biscoito Salgado Integral - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo ou gordura vegetal, extrato de malte, fibra ou farelo de trigo ou aveia, açúcar, sal, fermentos químicos e melhorador de farinha. Embalagem: 400g. Validade: no mínimo 4 meses	PCT	ORQUIDEA	150,00000	R\$5,0400	R\$756,0000
Total do Fornecedor: R\$1.073.749,5000						

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2017 P

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3279-1734/3279-1889 – FAX: (48) 3279-1752

CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 130-000

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 12/2017 do PREGÃO Nº 149/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas para o ano de 2017.

VALOR: R\$ R\$450.905,00 (quatrocentos e cinquenta mil e novecentos e cinco reais).

DATA: 14/03/2017 A 14/03/2018.

Fornecedor: 3578097 - SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA -						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor	Valor Total
1	Achocolatado em Pó Solúvel - Características Técnicas: Ingredientes: açúcar, cacau em pó e mistura vitamínica. Embalagem de 1 kg. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de fabricação de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores ao ato de entrega. Apresentar composição nutricional.	kilo	CHOCOTEEN	15.500	R\$9,52	R\$147.560,00
3	Alho Triturado sem Sal - Características Técnicas: Alho triturado e acidulante ácido cítrico. Embalagem: potes de polipropileno resistente, com tampa hermeticamente fechada. Peso líquido de 400 gramas. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose e corante artificial. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores a data de entrega.	POTE	SABORINI	16.500	R\$8,90	R\$146.850,00
12	Broa de Polvilho Ingredientes: Amido de milho, polvilho azedo, açúcar, ovos, gordura vegetal, farinha de milho e fermento químico. Não deve conter glúten e traços de leite. Embalagem: plástica lacrada de 270g, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação, validade do produto e tabela com informação nutricional. Validade: de no mínimo 3 meses. Marca Pré-aprovada: Pauli	PCT	PAULI	600	R\$6,10	R\$3.660,00
19	Extrato de Tomate - EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO. Características Técnicas: Produto resultante da concentração da polpa de frutos maduros e são do tomateiro Lycopersicon esculentum, por processo tecnológico adequado. O extrato de tomate simples concentrado deveria ser preparado com frutos maduros, selecionados, são, sem pele e sem sementes, estar isento de fermentação e de indicadores de processamento defeituoso. Ingredientes: Polpa de tomate, sal e ou açúcar. Observações: Não deve conter glúten, lactose, traços de leite e corante artificial. Embalagem de 340 gramas, deve apresentar valor calórico igual ou superior a 20 quilocalorias por 30 gramas do produto. Data de fabricação de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	LATA	KNOR	10.000	R\$5,30	R\$53.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3279-1734/3279-1889 – FAX: (48) 3279-1752

CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 130-000

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

40	Feijão Vermelho - Características Técnicas: Grupo I Comum - Classe Vermelho - Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 18%. Observação não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	BIEL	7.000	R\$10,75	R\$75.250,00
51	Biscoito de polvilho Ingredientes: Polvilho azedo, óleo vegetal, ovos e sal. Não deve conter glúten. Embalagem: plástica lacrada, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação, validade do produto e tabela com informação nutricional. Validade: de no mínimo 3 meses. Embalagem: 80g a 100g Marca pré-aprovada: CrekCrek, Pauli.	PCT	PAULI	400	R\$5,40	R\$2.160,00
53	Cookies Integrais Diet sem Lactose e Açúcar - Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais, castanha, edulcorantes naturais. Sabor: castanha Validade: de no mínimo 3 meses Embalagem: pacotes de 150 gramas	PCT	JASMINE	300	R\$8,75	R\$2.625,00
59	Aveia Fina - Aveia em flocos finos: Características Técnicas: Aveia 100% natural, grãos finos, integral. Umidade máxima de 11,5%. Ingredientes: 100% aveia. Embalagem primária: sacos de polipropileno e polietileno com capacidade para até 200 gr. Observação: Não deve conter lactose. Data de fabricação: Máximo de 60 dias anteriores ao ato da entrega.	Cx/Pc	YOKI	3.000	R\$6,60	R\$19.800,00
Total do Fornecedor:						R\$450.905,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 13/2017 do PREGÃO Nº 149/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME.

OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas para o ano de 2017.

VALOR: R\$ R\$363.025,00 (trezentos e sessenta e três mil e vinte e cinco reais).

DATA: 14/03/2017 A 14/03/2018.

Fornecedor: 3618218 - L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Biscoito Rosca de Coco - Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ferro, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, coco, sal e fermentos químicos, acidulante e aromatizante. Embalagem primária: polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 340 gr. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ZEZÉ	14.000	R\$4,75	R\$66.500,00
7	Biscoito Cream Cracker - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal ou gordura vegetal hidrogenada, açúcar, sal, fermentos químicos. Embalagem plástica, contendo 740 gramas, com dupla proteção. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	NINFA	12.000	R\$8,42	R\$101.040,00
9	Biscoito Levemente Salgado - Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo vegetal ou gordura vegetal, açúcar, sal, extrato de malte, açúcar estabilizante. Embalagem: plástica, com dupla proteção, contendo 250 gramas. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ZEZÉ	14.000	R\$4,29	R\$60.060,00
10	Bolacha Doce Tipo Maria - Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, amido, sal, , fermento químico e aromatizante. Embalagem: plástica, com dupla proteção, contendo 400 gramas. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ZEZÉ	12.000	R\$5,70	R\$68.400,00
20	Farinha de Mandioca: Grupo: farinha seca Subgrupo: extrafina Classe: branca Tipo 1. Não devese apresentar misturas, resíduos, impurezas, odor forte e intenso não característico e coloração anormal. Embalagem : Pacotes com capacidade de 1 kg. Observação: NÃO DEVE CONTER GLÚTEN E NEM LACTOSE. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	ARARUNA	5.000	R\$4,40	R\$22.000,00
21	Farinha de Trigo Especial - Características Técnicas: Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpos, isentos de matéria terrosa. Observação: não deve conter lactose. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Data de fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	FIDALGA	7.500	R\$2,60	R\$19.500,00

22	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO - Formado de substâncias químicas que, pela influência do calor e ou da umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio, embalagem Primária primária: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa também em polietileno de alta densidade, com capacidade para 100 gramas. No rótulo devem constar as denominações " Fermento Químico" e Conservar em lugar fresco e seco". Observações: Não deve conter glúten e nem lactose. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	UN	FLEISHMANN	5.000	R\$2,60	R\$13.000,00
25	Leite em pó Ninho +1 lata 400 gr: ingredientes: leite parcialmente desnatado, maltodextrina, óleo de milho, óleo de canola, lactose, frutooligosacarídeos, oline de palma, inulina, minerais, vitaminas e emulsificante lecitina de soja. Não contém glúten. Observações: o produto deverá apresentar data de validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega do requisitante.	LATA	NINHO+1	450	R\$25,50	R\$11.475,00
45	Arroz Integral - Características Técnicas: Arroz integral, classe longo fino, tipo 1. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem: plástica de 01 kg. Data de fabricação de no máximo 30 (trinta) dias anteriores ao ato da entrega.	KG	KIARROZ	250	R\$4,20	R\$1.050,00
Total Geral dos Itens:						R\$363.025,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 14/2017 do PREGÃO Nº 12/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa AMANDA SAVULSKI RODRIGUES - ME.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de bases de concreto Armado para fixação de academias ao ar livre, em diversos bairros deste município.

VALOR: R\$ R\$125.800,00 (cento e vinte e cinco mil e oitocentos reais).

DATA: 15/03/2017 A 15/03/2018.

Fornecedor: 3946177 - AMANDA SAVULSKI RODRIGUES - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa para construção de bases de concreto para colocação de academias ao ar livre.	SERV		20,00000	R\$6.290,0000	R\$125.800,0000
Total do Fornecedor:						R\$125.800,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 015/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 15/2017 do PREGÃO Nº 11/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GENOIR VAZ - ME

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de vidros e mão de obra para instalação nas Unidades de Ensino e demais segmentos administrativos. VALOR: R\$ R\$ 17.497,92 (dezesete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos).

DATA: 16/03/2017 A 16/03/2018.

Lote 1: Lote 01						
Fornecedor: 4003136 - GENOIR VAZ - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

1	Vidro Mini Boreal	M2		50	R\$24,95	R\$1.247,50
2	Perfil de alumínio (BG 202 e 204)	M		300	R\$2,00	R\$600,00
3	Vidro liso 4 mm	M2		400	R\$34,75	R\$13.900,00
4	Espelho Cristal 4mm ,com moldura	M2		50	R\$35,0084	R\$1.750,42
Total do Fornecedor:						R\$17.497,92

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 16/2017 do PREGÃO Nº 13/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE – EPP.

OBJETO: Aquisição de madeiras para utilização em reformas de bens públicos; reforma ou execução de pontes; reformas de parques e praças. Reformas em geral de bens pertencente ao município, que necessitem desse material.

VALOR: R\$ R\$ 311.150,00 (trezentos e onze mil e cento e cinquenta reais).

DATA: 17/03/2017 A 17/03/2018.

Fornecedor: 3787800 - VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Madeira Cambará Tábua - 2,5x20x3,00	PÇ		1.000	R\$21,80	R\$21.800,00
2	Cambará P Serra - 6x12x3,00	PÇ		460	R\$30,00	R\$13.800,00
3	Amgelim Pedra - 2,5x20x3,00	PÇ		1.000	R\$27,40	R\$27.400,00
4	Angelim Pedra P. serra - 5x10x3,00	PÇ		700	R\$27,30	R\$19.110,00
5	Angelim Pedra P. Serra - 6x12x3,00	PÇ		500	R\$40,00	R\$20.000,00
6	Angelim Vermelho Tábua - 2,5x20x3,00	PÇ		1.000	R\$26,90	R\$26.900,00
7	Angelim Vermelho P.Serra 5x10x3,00	PÇ		800	R\$26,90	R\$21.520,00
8	Angelim Vermelho P. Serra - 6x12x3,00	PÇ		700	R\$40,00	R\$28.000,00
9	Garapeira Tábuas - 2,5x20x3,00	PÇ		1.300	R\$34,40	R\$44.720,00
10	Garapeira P. Serra - 5x10x3,00	PÇ		1.000	R\$34,90	R\$34.900,00
11	Garapeira P. Serra - 6x12x3,00	PÇ		700	R\$35,90	R\$25.130,00
12	Garapeira P. Serra - 8x16x3,00	PÇ		300	R\$92,90	R\$27.870,00
Total do Fornecedor:						R\$311.150,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 17/2017 do PREGÃO Nº 149/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios Menos Perecíveis para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico de nutricionistas para o ano de 2017.

VALOR: R\$ 466.702,50 (quatrocentos e sessenta e seis mil, setecentos e dois reais e cinquenta centavos).

DATA: 17/03/2017 A 17/03/2018.

Fornecedor: 3583988 - ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Arroz Branco - Características Técnicas: Arroz branco polido, classe longo fino, tipo 01. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem plástica de 01 kg, data de fabricação do produto de no máximo 30 (trinta) dias anteriores ao ato da entrega.	KG	KIKA	6.500	R\$3,28	R\$21.320,00
5	Arroz Parboilizado - Características Técnicas: arroz parboilizado beneficiado, longo, fino, tipo I. Umidade máxima de 14%. Observação: Não deve conter glúten nem lactose. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg. Data de fabricação de no máximo 30 (trinta) dias anteriores ao ato da entrega.	KG	KIKA	70.000	R\$3,19	R\$223.300,00

15	Doce de Frutas - (sabor morango) - Ingredientes: produto a base de frutas, e que contenha pelo menos açúcar e conservantes. Embalagem: Potes de polipropileno resistentes, com tampa hermeticamente fechada e lacre de proteção. Potes de 400 gramas. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	POTE	NECTAR	2.500	R\$4,10	R\$10.250,00
16	Doce de Frutas - (sabor uva) - Ingredientes: produto a base de frutas, e que contenha pelo menos açúcar e conservantes. Embalagem: Potes de polipropileno resistentes, com tampa hermeticamente fechada e lacre de proteção. Potes de 400 gramas. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	POTE	NECTAR	2.500	R\$4,10	R\$10.250,00
17	Doce de frutas - (sabor goiaba) - Ingredientes: produto a base de frutas, e que contenha pelo menos açúcar e conservantes. Embalagem: Potes de polipropileno resistentes, com tampa hermeticamente fechada e lacre de proteção. Potes de 400 gramas. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	POTE	NECTAR	2.500	R\$4,10	R\$10.250,00
18	Doce de Frutas - (BANANA - Ingredientes: produto a base de frutas, e que contenha pelo menos açúcar e conservantes. Embalagem: Potes de polipropileno resistentes, com tampa hermeticamente fechada e lacre de proteção. Potes de 400 gramas. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	POTE	DEKASA	2.500	R\$4,10	R\$10.250,00
29	Macarrão Sopa Tipo Cabelo de Anjo Sem Ovos - Ingredientes: massa alimentícia seca sem ovos, contendo ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Umidade máxima de 13%. Embalagem primária: saco de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de até 500 gramas. Data de Fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ORQUIDEA	6.000	R\$3,53	R\$21.180,00
30	Macarrão Tipo Conchinha Sem Ovos - Ingredientes: farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem: plástica com 500 gramas, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação. Data de Fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ORQUIDEA	150	R\$3,23	R\$484,50
31	Massa Espaguete sem Ovos: massa alimentícia seca sem ovos, tipo longo, contendo sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de até 500 gramas. Data de Fabricação: máximo de 60 dias anteriores ao ato de entrega.	PCT	ROSANE	31.500	R\$2,49	R\$78.435,00
32	Macarrão Tipo Letrinhas- Características Técnicas: Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ovos. Embalagem: plástica com 500 gramas, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	RENATA	1.500	R\$3,92	R\$5.880,00

33	Macarrão Tipo Parafuso Sem Ovos: Características Técnicas: Massa alimentícia seca sem ovos, Tipo curto, contendo Sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Não deverá apresentar sujidade, bolor, machas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: Sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de até 500 gramas. data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega..	PCT	ROSANE	29.500	R\$2,49	R\$73.455,00
57	Macarrão parafuso integral Ingredientes: Sêmola de trigo e farelo de trigo Embalagem: plástica de 500 gramas Validade: de no mínimo 6 meses Marcas Pré-Aprovadas: Galo, Renata	PCT	GALO	200	R\$4,12	R\$824,00
58	Macarrão espaguete integral Ingredientes: Sêmola de trigo e farelo de trigo Embalagem: plástica de 500 gramas Validade: de no mínimo 6 meses Marcas Pré-Aprovadas: Galo, Renata	PCT	GALO	200	R\$4,12	R\$824,00
Total do Fornecedor:						R\$466.702,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 18/2017 do PREGÃO Nº 15/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de extintores de incêndio e recargas, teste hidrostático em mangueira de incêndio, placas de sinalização e luminárias para as Instituições de Ensino da Rede Municipal, conforme exigência do Corpo de Bombeiros.

VALOR: R\$ 31.766,00 (trinta e um mil e setecentos e sessenta e seis reais).

DATA: 20/03/2017 A 20/03/2018.

Fornecedor: 3583279 - MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Extintor de incêndio tipo gás carbônico (CO2) de 6 Kg, com carga classe BC, com selo do INMETRO e fabricado segundo as normas da ABNT, com suporte de parede, sinalização indicando "Extintor (CO2)" e "Proibido Colocar Materiais".	UN	METALCASTY	50	R\$360,94	R\$18.047,00
Lote 3: Lote 03						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Extintor de incêndio tipo pó químico PQS, de 4 Kg, com carga classe BC, com selo do INMETRO e fabricado segundo as normas da ABNT, com suporte de parede, sinalização indicando "Extintor " e " Proibido Colocar Materiais".	UN	METALCASTY	50	R\$81,26	R\$4.063,00
Lote 4: Lote 04						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Extintor de incêndio tipo pó químico PQS, 6 Kg, com carga classe BC, com selo do INMETRO e fabricado segundo as normas da ABNT, com suporte de parede, sinalização indicando "Extintor " e " Proibido Colocar Materiais".	UN	METALCASTY	50	R\$99,98	R\$4.999,00
Lote 5: Lote 05						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Extintor de incêndio tipo água pressurizada, capacidade de 10 litros, com selo do INMETRO e certificados segundo as normas da ABNT, com suporte de parede, sinalização indicando "Extintor" e " Proibido Colocar Materiais"	UN	METALCASTY	50	R\$93,14	R\$4.657,00
Total do Fornecedor:						R\$ 31.766,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 20/2017 do PREGÃO Nº 15/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de extintores de incêndio e recargas, teste hidrostático em mangueira de incêndio, placas de sinalização e luminárias para as Instituições de Ensino da Rede Municipal, conforme exigência do Corpo de Bombeiros.

VALOR: R\$ 45.950,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta reais).

DATA: 20/03/2017 A 20/03/2018.

Lote 7: Lote 07						
Fornecedor: 3594009 - PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Mangueira de incêndio de 1.1/2" (40mm); lance de 15m; tipo 1 (pressão de trabalho de 14 KGF/CM²); empataadas; fabricada com reforço têxtil com fios sintéticos; ardume entrelaçado com a trama; tubo interno fabricado de borracha sintética vulcanizada diretamente ao tecido; fibra resistente à umidade e abrasão; com identificação indelével na mangueira. Conforme ABNT NBR 11861.	UN		100	R\$155,00	R\$15.500,00
Lote 9: Lote 09						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Luminária com dois faróis 12 volts 1200 lumens, com faróis em led, bateria selada 12V/7A e fonte chaveada, com autonomia de até 8 horas de luz.	UN	LUXPRIME	100	R\$235,50	R\$23.550,00
2	Luminária de emergência led, montada em caixa plástica retangular e tampa de acrílico, alimentação bivolt, automática, 127v ou 220v, autonomia de no mínimo 10 horas na potência mínima e no mínimo 5 horas na potência máxima, cabo AC para ligação direta na rede elétrica, barra de iluminação de no mínimo 30 leds, dois estágios de iluminação, bateria interna selada de no mínimo 1,3A/ hora, acendimento automático na falta de energia, fabricada de acordo com as normas da ABNT (NBR10898/99), aprovada e certificada pelo INMETRO.	UN	EMPALUX	200	R\$34,50	R\$6.900,00
Total do Fornecedor:						R\$45.950,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 22/2017 do PREGÃO Nº 18/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GRAFICA MADRI LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente (capas de processos e auto de infração de trânsito para suprir as necessidades dos agentes de trânsito de Palhoça.

VALOR: R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais).

DATA: 27/03/2017 A 27/03/2018.

Fornecedor: 894427 - GRAFICA MADRI LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Capa para processo em papel sintético, na cor AMARELA, com fibras desorientadas, resistente ao rasgo, impermeável, gramatura 180 g/ m2 , medindo 35 X 51 cm (aberta), dobrada ao meio, vincada distante 2,8 cm da borda em ambos os lados e furada com furo universal distante 2 cm da borda, sem impressão, pacote com 500 folhas.	UN		10	R\$490,00	R\$4.900,00

2	Capa para processo em papel sintético, na cor AZUL, com fibras desorientadas, resistente ao rasgo, impermeável, gramatura 180 g/m2, medindo 35 X 51 cm (aberta), dobrada ao meio, vincada distante 2,8 cm da borda em ambos os lados e furada com furo universal distante 2 cm da borda, sem impressão, pacote com 500 folhas.	UN		10	R\$490,00	R\$4.900,00
3	Capa para processo em papel sintético, na cor BRANCA, com fibras desorientadas, resistente ao rasgo, impermeável, gramatura 180 g/m2, medindo 35 X 51 cm (aberta), dobrada ao meio, vincada distante 2,8 cm da borda em ambos os lados e furada com furo universal distante 2 cm da borda, sem impressão, pacote com 500 folhas.	UN		10	R\$490,00	R\$4.900,00
4	Capa para processo em papel sintético, na cor CINZA, com fibras desorientadas, resistente ao rasgo, impermeável, gramatura 180 g/m2, medindo 35 X 51 cm (aberta), dobrada ao meio, vincada distante 2,8 cm da borda em ambos os lados e furada com furo universal distante 2 cm da borda, sem impressão, pacote com 500 folhas.	UN		10	R\$490,00	R\$4.900,00
5	Talões de multa em off-set de primeira qualidade em 4x4 e carbonado c/ 50 ait cada talão	UN		1.000	R\$42,00	R\$42.000,00
Total do Fornecedor:						R\$61.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 23/2017 do PREGÃO Nº 17/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MADEVIA EIRELI EPP.

OBJETO: Aquisição de tintas para execução de pinturas novas e manutenções de bens públicos.

VALOR: R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais).

DATA: 28/03/2017 A 28/03/2018.

Fornecedor: 4008294 - MADEVIA EIRELI EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Selador acrílico, lata 18L, rendimento de no mínimo 120 ²	UN	SHOW	100	R\$43,50	R\$4.350,00
3	Tinta fundo preparador branco fosco, lata 3,6L, para aplicação em interior e exterior madeira, rendimento mínimo por demão de 30 ²	UN	MADEQUIMICA	100	R\$30,00	R\$3.000,00
4	Tinta esmalte sintético, cor branca, lata 3,6L, indicada para madeira, rendimento de no mínimo 40 ² /demão, cobertura obtida em no máximo Três (03) demãos	UN	MADEQUIMICA	100	R\$36,50	R\$3.650,00
5	Tinta acrílica para piso, cores cinza e vermelho, lata 18L, indicados para pisos cimentados e concreto, rendimento mínimo por demão de 250 ² , cobertura obtida por no máximo três (03) demãos.	UN	SHOW	200	R\$114,00	R\$22.800,00
6	Tinta verniz natural, indicado na proteção de madeiras internas e externas, com duplo filtro solar e fungicida na sua composição, rendimento mínimo de 205 ² , cobertura obtida em no máximo três (03) demãos	UN	MADEQUIMICA	50	R\$218,00	R\$10.900,00
Total do Fornecedor:						R\$44.700,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 24/2017 do PREGÃO Nº 15/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI EPP.

OBJETO: Aquisição de extintores de incêndio e recargas, teste hidrostático em mangueira de incêndio, placas de sinalização e luminárias para as Instituições de Ensino da Rede Municipal, conforme exigência do Corpo de Bombeiros.

VALOR: R\$ 42.287,50 (quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA: 28/03/2017 A 28/03/2018.

Fornecedor: 3759539 - BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Extintor de incêndio tipo gás carbônico (CO2) de 4 Kg, com carga classe BC, com selo do INMETRO e fabricado segundo as normas da ABNT, com suporte de parede, sinalização indicando "Extintor (CO2)" e " Proibido Colocar Materiais".	UN	PROTEGE	50	R\$337,00	R\$16.850,00
1	Recarga de extintor de incêndio tipo gás carbônico, 6 Kg.	SERV	BRUSFOGO	50	R\$100,50	R\$5.025,00
2	Recarga de extintor de incêndio tipo pó químico, 4 Kg.	SERV	BRUSFOGO	50	R\$48,25	R\$2.412,50
3	Recarga de extintor de incêndio tipo pó químico, 6 Kg.	SERV	BRUSFOGO	50	R\$65,30	R\$3.265,00
4	Recarga de extintor de incêndio tipo água pressurizada, 10 litros	SERV	BRUSFOGO	50	R\$48,25	R\$2.412,50
5	Recarga de extintor de incêndio CO2 4K	SERV	BRUSFOGO	50	R\$88,65	R\$4.432,50
6	Teste hidrostático em mangueira de incêndio tipo 1 por 15m X 1 1/2"	SERV	BRUSFOGO	50	R\$25,30	R\$1.265,00
1	Sinalização Saída Emergência Acrílica Autônoma . Tensão da rede elétrica: Bivolt automático 110/220V 60Hz; Autonomia: 2 hr; Fluxo luminoso: 30,8 lumens ; Bateria: Ni- Cd Recarregável 3,6V 300 mah; Gabinete: Plástico ABS cor branca.; Dimensões: 226x296mm - 350g - Sobrepor Tipo LED: SMD LED - 7 pcs ;Material Produto: Plástico ABS e Acrílica	UN	LUXPRYME	100	R\$58,25	R\$5.825,00
2	Placa de sinalização para saída de emergência, simples, fundo branco com letras vermelhas, dimensão 26x13cm, elemento de fixação dupla face, impressão auto adesivo	UN	JA PLACAS	100	R\$8,00	R\$800,00
Total do Fornecedor:						R\$42.287,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 25/2017 do PREGÃO Nº 19/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa KEVIN BUGS VAZ ME.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de limpeza, desinfecção e desincrustação de reservatórios de água de diversos tamanhos. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.

VALOR: R\$ 39.984,00 (trinta e nove mil e novecentos e oitenta e quatro reais).

DATA: 28/03/2017 A 28/03/2018.

Fornecedor: 3867404 - KEVIN BUGS VAZ ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Limpeza e desinfecção de caixa d'água 250 L. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		10	R\$89,00	R\$890,00

2	Serviço de limpeza e desinfecção de caixa d'água de 500 litros. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		34	R\$37,9412	R\$1.290,0008
3	Limpeza de caixa d'água 1000 litros. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		55	R\$68,5455	R\$3.770,0025
4	Limpeza de caixa'dagua 2000 litros. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		10	R\$242,00	R\$2.420,00
5	Limpeza e desinfecção de caixa d'água 3.000 L. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/ hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		10	R\$277,00	R\$2.770,00
6	Limpeza de caixa'dagua 5000 litros. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		10	R\$139,00	R\$1.390,00
7	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 10.000 litros. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/ hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		7	R\$417,00	R\$2.919,00
8	Limpeza e desinfecção de caixa d'água de 25.000 litros. Tal limpeza deverá ser executada com produto em solução 2 em 1, reagente aos óxidos/ hidróxidos estruturais do biofilme, sendo que este produto deverá ser capaz de dissolver antes do lançamento á rede de consumo.	SERV		4	R\$544,00	R\$2.176,00
9	Análise de Potabilidade, realizado de 4 a 8 dias após a realização da limpeza. Deverá ser efetuada coleta de água em um determinado ponto para realizar a análise bacteriológica com o objetivo de verificar a potabilidade da água.	SERV		65	R\$343,9846	R\$22.358,9990
Total do Fornecedor:						R\$39.984,0023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2017 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 26/2017 do PREGÃO Nº 17/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GEZIANE CUNHA FURLAN.

OBJETO: Aquisição de tintas para execução de pinturas novas e manutenções de bens públicos

VALOR: R\$ 8.490,00 (oito mil quatrocentos e noventa reais).

DATA: 30/03/2017 A 30/03/2018.



Fornecedor: 3935426 - GEZIANE CUNHA FURLAN						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Tinta acrílica fosco branco, lata 18L, rendimento de no mínimo 225 ² , cobertura obtida em no máximo três (3) demãos	UN	ISABELA	100	R\$ 84,90	R\$8.490,00
Total do Fornecedor:						R\$8.490,00

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2017

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2017

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL - IESSES.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Processo Seletivo para o ingresso de Professores, em Caráter Temporário (ACT), conforme preconizam as Leis nº 3.683/2012 e 3.335/2010, para suprir as necessidades do calendário escolar do exercício de 2017.

Vigência do Contrato: 01/04/2017 a 31/12/2017

Processo: Dispensa de Licitação n. 36/2017

Rubrica orçamentária: "104" 3.3.90.39.48.00.00.00

Valor: R\$ 1,00 (um real). Caráter irrisório, em razão de não haver despesa de verba por parte do Município de Palhoça.

Autorização em 04/04/2017.

Ratificada em: 04/04/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

LAUDA DE PUBLICAÇÃO 020-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº020/2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE/ CREDENCIAMENTO Nº020/2017, que consiste no Credenciamento de Leiloeiro (s) Oficial (ais), com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a venda, visando à alienação de bens móveis inservíveis, veículos e sucatas sem quaisquer ônus para o município, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE para o Executivo Municipal de Palhoça - SC, de acordo com as especificações contidas nos anexos. LEILOEIROS OFICIAIS HABILITADOS: Eduardo Abreu Alves Barbosa, Felipe Gonzaga Daux, Cesar Luis Moresco, Giovano Àvila Alvez, Elizabete Ubiali, Lúcio Ubiali, e Ruy Walter Baldissera. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 11 de ABRIL de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 241, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 241, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Altera a Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Dá nova redação ao caput do art. 43 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a disciplinar, mediante Decreto, a estrutura administrativa complementar da Secretaria Municipal de Saúde, com no máximo 64 (sessenta e quatro) setores, cujos titulares serão remunerados em razão da produção e dedicação a ser exercida, mediante a concessão de gratificação de produtividade, limitada a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor, em patamar indicado pelo Secretário Municipal de Saúde e deliberado pelo Comitê Gestor de Governo."

Art. 2º Os profissionais médicos não enquadrados na Estratégia da Saúde da Família - ESF e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas farão jus à gratificação de produtividade limitada a até 80 % (oitenta por cento) do vencimento, observadas as disposições previstas na Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e normas regulamentadoras.

Art. 3º Confere nova remuneração ao Cargo de Provimento em Comissão de Contador Geral, Código CG, prevista no Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CARGO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO
(...)	(...)	(...)
CONTADOR GERAL	CG	R\$ 15.000,00
(...)	(...)	(...)"

Art. 4º Fica criado e acrescido ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva de Confiança, Código FEC III, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste artigo será destinada à Direção Técnica e será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 5º Fica criada e acrescida ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva de Confiança, Código FEC IV, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste

artigo será destinada à Direção Clínica e será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 6º Fica criada e acrescida ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva de Confiança, Código FEC V, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste artigo será destinada à Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP.

Art. 7º Fica criada e acrescida ao Anexo II da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, uma (01) Função Executiva de Confiança, Código FEC VI, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Confiança prevista neste artigo será destinada à Secretaria Municipal de Saúde, e será privativa do cargo de Agente Comunitário de Saúde, para fins de coordenação.

Art. 8º Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, um (01) cargo de Diretor Geral da UPA, código DG, com remuneração de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O cargo de Diretor Geral da UPA acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, um (01) cargo de Diretor de Enfermagem, código DR, com remuneração de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O cargo de Diretor de Enfermagem será privativo de profissional Enfermeiro (a) e ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10 Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, um (01) cargo de Diretor, código DR, com remuneração de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O cargo de Diretor acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 11. Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, três (03) cargos de Gerente, código DAS II, com remuneração de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. Os cargos de Gerentes acrescentados serão vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 12. Fica acrescido ao art. 42 e Anexo I da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, dois (02) cargos de Assessor II, código DAS V, com remuneração de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. Os cargos de Assessores II acrescentados serão vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 13. Fica incluído o art. 115-A à Lei Complementar nº 235,

de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115-A O servidor público de outro ente da Federação à disposição do Município, com ressarcimento ao órgão cedente dos custos de remuneração e encargos sociais por este suportados, fará jus à gratificação de até 40 % (quarenta por cento) do valor da remuneração do cargo que ocupa no Município." (N.R.)

Art. 14. Acrescenta o inciso VIII ao art. 95 da Lei Complementar nº 253, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95 (...)

VIII - Auditor/Fiscal de Defesa do Consumidor, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)."

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições contrárias.
Palhoça, 10 de abril de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 1200/2017.

PORTARIA Nº. 1200/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROBSON INACIO COELHO, matrícula nº. 401481-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/09/2011 a 12/09/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/03/2017 à 14/04/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1201/2017.

PORTARIA Nº. 1201/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA GARCIA, matrícula nº. 800491-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de

Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/03/2017 à 06/04/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1202/2017.

PORTARIA Nº. 1202/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELI CORREA DE MACEDO, matrícula nº. 401084-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/03/2017 à 15/04/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1203/2017

PORTARIA Nº. 1203/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARY SCHWARTZ GALLOTTI PEIXOTO, matrícula nº. 400949-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/07/2010 a 01/07/2015, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 13/03/2017 à 13/05/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1204/2017

PORTARIA Nº. 1204/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELI MACHADO, matrícula nº. 800374-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/08/2009 a 24/08/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/03/2017 à 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1205/2017.

PORTARIA Nº. 1205/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARILIA SILVEIRA RODRIGUES, matrícula nº. 401114-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/03/2017 à 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1206/2017.

PORTARIA Nº. 1206/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA MARA DOMANSKI DA LUZ, matrícula nº. 400267-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2011 a 18/08/2016, por 02 (dois) meses,

com efeitos a contar de 03/04/2017 à 03/06/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1207/2017.

PORTARIA Nº. 1207/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE CAMPOS DE SOUZA, matrícula nº. 400412-3, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 06/03/2017 à 06/05/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1208/2017.

PORTARIA Nº. 1208/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSILENE ROSA HENKEL, matrícula nº. 400908-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/05/2010 a 17/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/03/2017 à 10/04/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1209/2017

PORTARIA Nº. 1209/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR VERA MARIA COSTA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EI Rincão, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Edna Clarice Vieira Fernandes, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1210/2017

PORTARIA Nº. 1210/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA PAULA FAUSTINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1211/2017.

PORTARIA Nº. 1211/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANNE CAROLINE DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Jose Miguel Ferreira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1212/2017.

PORTARIA Nº. 1212/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MICHELLY LUCIA SOARES DE ABREU, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1213/2017.

PORTARIA Nº. 1213/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR IVAN DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Maria Madalena Bechtold, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1214/2017.

PORTARIA Nº. 1214/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR NATASCHA LOPES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Jair Joaquim Pereira, que se encontra em Licença Capacitação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1215/2017.

PORTARIA Nº. 1215/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR BEATRIZ PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), e de 20% (vinte por cento), de hora atividade Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1216/2017

PORTARIA Nº. 1216/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LANA CRISTINA CUNHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1217/2017.

PORTARIA Nº. 1217/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR KARINE SCHAPPO KRETZER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1218/2017.

PORTARIA Nº. 1218/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELITA MARIA HAMES COELHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1219/2017.

PORTARIA Nº. 1219/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA DA ROSA SILVA, matrícula nº. 122348-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/12/2000 a 29/12/2005, por 03 (três) meses, referente ao quinquênio de 29/12/2005 a 29/12/2010, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 29/12/2010 a 29/12/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/03/2017 à 13/10/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1220/2017.

PORTARIA Nº. 1220/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LUIZ NAZARENO BOEMER, matrícula nº. 500244-1, ocupante da categoria funcional de Artífice, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 16 (dezesesseis) dias.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1221/2017.

PORTARIA Nº. 1221/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JOÃO LEHMKUHL, matrícula nº. 500461-2, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 01/02/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) meses.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1222/2017

PORTARIA Nº. 1222/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARLENE HEIDERSCHIEDT, matrícula nº. 801531-2, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 10 (dez) anos, 06 (seis) meses e 08 (oito) dias.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1223/2017.

PORTARIA Nº. 1223/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARGARETH KOERICH PIERRI, matrícula nº. 129284-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 02/09/2016.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 10 (dez) dias.

Averbar tempo que contribuiu com o IPREV, totalizando 03 (três)

meses e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1224/2017.

PORTARIA Nº. 1224/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JOSEANE PAMPLONA WEBER, matrícula nº. 800222-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 01 (um) ano e 21 (vinte e um) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 12 (doze) dias.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1225/2017

PORTARIA Nº. 1225/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ALDALEIA CUNHA PELEGRINI, matrícula nº. 122590-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 13 (treze) dias.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1226/2017

PORTARIA Nº. 1226/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SIMONE JULIA GARCIA DA SILVA, matrícula nº. 124129-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 10 (dez) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1227/2017.

PORTARIA Nº. 1227/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR RODRIGO RODRIGUES RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EI Rincão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Ana Claudia Gomes Gonçalves, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1228/2017.

PORTARIA Nº. 1228/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR INAURA CIPRIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) EI Rincão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1229/2017.

PORTARIA Nº. 1229/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE SILVA PEREIRA SEEMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Mirian R. S. Quadros, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1230/2017

PORTARIA Nº. 1230/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEUNICE DA SILVA BERGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Lea Rosa Peres Silva, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1231/2017.

PORTARIA Nº. 1231/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSEMERI SOARES RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Marisa M. Melo, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1232/2017.

PORTARIA Nº. 1232/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUIZA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2017 a 08/08/2017, face ao impedimento da titular Mirelli Vieira Anacleto, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1233/2017

PORTARIA Nº. 1233/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIANA RODRIGUES COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Franciely Samistraro, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1234/2017.

PORTARIA Nº. 1234/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EMANUELLY BOITA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1235/2017.

PORTARIA Nº. 1235/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir Comissão de Análise e Fiscalização do Processo Licitatório nº. 35/2016.

Artigo 2º. Nomear como membros da referida comissão:

Alexandre de Sá - matrícula 24-1
Gabriel Alvarez - matrícula 100281-1
Julio Germano Marcelino - matrícula 402148-1

Parágrafo Único. A Comissão de Análise e Fiscalização do Processo Licitatório nº. 35/2016, e seu devido cumprimento, tem como objetivo a concessão da execução de serviço público de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito.

Artigo 4º. A presente portaria entra em vigor em 01 de março de 2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1236/2017.

PORTARIA Nº. 1236/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA LISANDRA DUARTE DE QUADRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI São Tome, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1237/2017.

PORTARIA Nº. 1237/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR FERNANDA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI São Tome, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1238/2017

PORTARIA Nº. 1238/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JOICE MARA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Rogeria dos Santos, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1239/2017

PORTARIA Nº. 1239/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR BRUNA CRISTINA JOCHEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Suzana de Souza, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1240/2017.

PORTARIA Nº. 1240/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR IZABEL OLIMPIA RODRIGUES PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2017 a 31/03/2017, face ao impedimento da titular Rosileia da Silva R. da Cruz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1241/2017.

PORTARIA Nº. 1241/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARLI SALETE TASCA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2017 a 01/03/2017, face ao impedimento da titular Ana Claudia Ribeiro, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1242/2017

PORTARIA Nº. 1242/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR TEREZINHA FIRMINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1243/2017

PORTARIA Nº. 1243/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR BERTA PUFAL DEVANTIER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1244/2017.

PORTARIA Nº. 1244/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ZILA ROSAR VENTURA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1245/2017.

PORTARIA Nº. 1245/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LUANA DIAS ALBERTON, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1246/2017

PORTARIA Nº. 1246/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE ASSING BARCELOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1247/2017.

PORTARIA Nº. 1247/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CARMEM LUCIA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1248/2017.

PORTARIA Nº. 1248/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA SCHEIB STEIN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Rogério Dutra Porto Alegre, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1249/2017.

PORTARIA Nº. 1249/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSIMERE MEIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Helena Maria Rosar, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESOLUÇÃO Nº 001/2017/CMI

RESOLUÇÃO Nº 001/2017/CMI

Aprova Edital nº 001/2017 que dispõe sobre o processo de eleição para a escolha dos membros Conselho Municipal do Idoso de Palhoça – CMI para o biênio 2017/ 2019.

EDITAL DE ELEIÇÃO

A Prefeitura Municipal de Palhoça através Secretaria Municipal de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Estão abertas às inscrições para a eleição dos membros da gestão do Conselho Municipal do Idoso-CMI de Palhoça para o biênio 2017/2019 (2 anos), sendo:

Edital nº 01/2017/CMI

A Secretária Municipal de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições legais torna público que com base na Lei Municipal da Criação do CMI Palhoça nº 3.750, de 11 de dezembro de 2012, convoca para a eleição de 06 (seis) representantes titulares e (06) seis representantes suplentes da sociedade civil para biênio 2017/2019 e estabelece as respectivas entidades que poderão participar do pleito, o cronograma das eleições e posse e dá outras providências.

A função de conselheiro municipal do Idoso é atividade considerada de caráter relevante e não remunerada e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento a sessões plenárias do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.

Art.1º O Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC é um órgão colegiado permanente do sistema descentralizado e participativo, de natureza deliberativa, normativa, fiscalizadora e consultiva, de composição paritária entre governo e sociedade civil, observado o dispositivo no art. 6º da Lei nº 8.842 de 1994.

Art.2º Compete ao Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC:

- I- Requerer, dos órgãos competentes, diagnóstico da população idosa, sob os aspectos bio-psico-social, político, econômico e cultural, no âmbito municipal;
- II- Definir prioridades da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua aplicabilidade;
- III- Reformular e encaminhar aos órgãos competentes alterações na Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a partir de estudos e pesquisas que levem em conta a sua inter-relação com o sistema social vigente;
- IV- Avaliar e deliberar sobre serviços, programas e/ou projetos de acordo com a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e propor adequações necessárias;
- V- Inscrever e fiscalizar entidades e programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, no âmbito municipal, de acordo com o art. 48 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003);
- VI- Apreçar propostas orçamentárias do governo municipal, na área do idoso, bem como avaliar e deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados à implantação e/ou implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- VII- Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e incentivar a participação do idoso e de organizações representativas na formulação de políticas, planos, programas e projetos de atendimentos ao idoso;
- VIII- Avaliar e deliberar sobre celebração de convênios e contratos entre o governo municipal e entidades de atendimento ao idoso;
- IX- Articular com os conselhos de direitos e setoriais nas interfaces relacionadas à área do idoso e com organizações governamentais

e não-governamentais, buscando parcerias à implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
 X- Requisitar adequações das entidades e/ou programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003);
 XI- Incentivar, organizar e apoiar a realização de eventos na área do idoso, no âmbito municipal;
 XII- Convocar, a cada dois anos, a sociedade civil para organizar o Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais para compor o Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC;
 XIII- Convocar a Conferência Municipal do Idoso de Palhoça;
 XIV- Promover, anualmente ou quando se fizer necessária, capacitação para os conselheiros; e
 XV- Requisitar informações e ou documentos de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no âmbito de sua competência, com o objetivo de instituir procedimentos e efetuar encaminhamentos necessários.

Art.3º O Conselho Municipal do Idoso de Palhoça/SC é composto por doze(12) membros titulares, e doze(12) membros suplentes respeitando os seguintes critérios:

I- 06 (seis) conselheiros titulares com seus respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos governamentais do Município:

- a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo um representante da área de Gestão e outro da área da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e respectivos suplentes;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e suplente;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes e suplente;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e suplente;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e suplente.

Parágrafo Único: Os representantes governamentais serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de trinta dias (30) dias, a partir da publicação deste edital.

II- 06 (seis) conselheiros titulares, com seus respectivos suplentes, representantes de entidades civis organizadas do Município, eleitas em fórum, nas seguintes categorias:

a)03 (três) representantes de entidades de apoio e prestadoras de serviço de atendimento ao idoso constituídas a mais de um(01) ano no município:

(Parágrafo Único: Serão considerados representantes do item a) deste inciso aqueles que tenham envolvimento direto ou indireto com a questão do Idoso. São eles: Ordem dos Advogados do Brasil(OAB); Sindicatos Patronais da Indústria, comércio, agricultura, transporte e serviços(categorias econômicas); Sindicatos de Trabalhadores na Indústria, Comércio, Agricultura, transporte e Serviços (categorias profissionais); outros sindicatos e entidades representativas de categorias específicas (Associações de Aposentados); Igrejas-pastorais(todos os credos religiosos); Clubes de Serviços (Rotary,Lions, etc.); Entidades que atuam com idosos;Conselhos Comunitários; Rádios ,TV e Jornais (imprensa falada,escrita e televisiva).

b) 03(três) representantes de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas e grupos de idosos.

Art. 4º Para a inscrição no pleito do CMI,a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

I-Estatuto atual ou regimento Interno;

II- Ata da atual diretoria

III-CNPJ

IV- Ofício da entidade designando o titular e o suplente.

Parágrafo Único: Todas as entidades que participarem da eleição deverão encaminhar a Secretaria Executiva do CMI ofício de seus representantes, titular e suplente, com nome completo, endereço, contato telefônico e email.

Art.5º A Secretária de Assistência Social designará 04(quatro) profissionais do SUAS, para compor a Comissão Eleitoral do CMI,na qual desempenhará as seguintes atribuições:

- I- Receber e conferir os documentos para inscrição das entidades;
- II- Realizar e fiscalizar o processo eleitoral;
- III- Apuração dos votos;
- IV- Registro das atas do processo eleitoral;
- V- Promulgação dos votos
- VI- Realizar a posse do CMI

Art. 6º Poderão votar no pleito do CMI:

I- Todas as entidades descritas no presente edital (Art.3º Parágrafo II),estarão aptas a votar,devendo esta,encaminhar através de ofício um representante;

II- O representante designado pela entidade, além de apresentar o ofício nominando-o para a eleição do CMI, deverá apresentar também documento de identificação com foto.

Art. 7º- Cada entidade poderá encaminhar 01 (um) representante para votar e este deverá assinalar na cédula até (03) três entidades.

Parágrafo Único: As cédulas preenchidas com quantidade de votos superior ao indicado no edital, bem como, cédulas rasuradas serão anuladas.

Art. 8º Em caso de empate será utilizado como critério de desempate a entidade que comprovar o maior tempo de atividade através da inscrição do CNPJ ou Estatuto Social respectivamente.

Art.9º Será publicado no diário oficial do município e no jornal local o edital de eleição, bem como, todas as datas previstas para o processo, oportunizando maior divulgação e a participação da sociedade civil.

Parágrafo Único: As datas do pleito estarão descritas no cronograma em anexo.

Art. 10º A posse das entidades eleitas e dos conselheiros indicados ocorrerá 10 dias úteis após a homologação do pleito.

Art.11º Os casos omissos ou que surgirem durante o pleito do CMI, serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Art.12º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de abril de 2017.

Rosângela Campos
Secretária de Assistência Social

CRONOGRAMA

Publicação do Edital	12/04/17 a 12/05/17
Período de Inscrição	12/04/17 a 12/05/17 das 14h as 18h Local:Centro do Idoso Rua Padre Batista Réus s/n Caminho Novo-Palhoça

Homologação dos Inscritos	12/05/17
Publicação no Diário Oficial do Município	16/05/17
Data da Eleição e Apuração	18/05/16 Eleição: das 14h as 16h Apuração: 16:15h Local: Centro do Idoso Rua Padre Batista Réus s/n Caminho Novo-Palhoça

Homologação dos eleitos da sociedade civil	18/05/17
Publicação no Diário Oficial do Município	23/05/17
Posse dos Conselheiros	30/05/17-15h Local: Centro do Idoso Rua Padre Batista Réus s/n Caminho Novo-Palhoça

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

PROCESSO LICITATÓRIO nº 10/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA-ME/EPP LC 147/2014

1- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de Reunião de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, será realizada Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor Preço Global, para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA. A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14;

1.2 - Os documentos para habilitação bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 08h30min do dia 04 de maio de 2017, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para a realização desta licitação.

1.3 - Integram este edital, independentemente de transcrição:

1.3.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.3.2 – ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;

1.3.3 – ANEXO III – CREDENCIAMENTO;

1.3.4 – ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;

1.3.5 – ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO;

1.3.6 – ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EPP;

1.3.7 – ANEXO VII – DECLARAÇÃO ART. 26;

1.3.8 – ANEXO VIII – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;

1.3.9 – ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme descrito no Anexo I – termo de referência deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação, empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Câmara, ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, os termos da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões: "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso e apresentar a declaração no caderno de habilitação de que é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme o modelo anexo.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designado para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame.

No ato da Sessão pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos poderes exigidos para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1 - Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis;

4.1.2 - Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos de seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

4.1.3 - Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

4.2 - Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 4. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

5 - DA PROPOSTA

5.1 - O formulário Padronizado de Proposta, referido do subitem 1.3.1, deverá ser preenchido pela licitante, onde constarão:

a) assinatura do representante legal da empresa;

b) indicação obrigatória do preço do item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;

c) indicação do número da conta-corrente e do nome e número do Banco e da agência bancária, bem como dos números do CNPJ e de inscrição estadual e/ou municipal, os quais serão apostos no campo indicado no formulário padronizado, ou apresentados no Departamento de Finanças da Câmara, em 10 (dez) dias, contados da data de adjudicação, sem prejuízo do curso regular do processo.

5.2 - A empresa que desejar reproduzir as informações constantes do Formulário Padronizado de Proposta poderá fazê-lo, desde que não altere e/ou descaracterize a substância do Formulário padrão, podendo ser digitado por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da empresa. Sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, constando a assinatura do representante legal da empresa.

5.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital.

5.4 - O formulário Padronizado de Proposta constante do Anexo I do Edital será acondicionado em envelope lacrado no qual se identifiquem, externamente, o nome da empresa licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

5.5 - para fins do disposto no subitem 7.4 deste Edital, a empresa licitante deverá indicar o CNPJ do estabelecimento (matriz/filial) que emitirá a Nota Fiscal, no Formulário Padronizado de Proposta, na folha 1 do Anexo I se for o caso.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "DOCUMENTAÇÃO" - "PROPOSTA".

6.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.3 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo. As empresas que decidirem pelo envio do envelope sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço apresentado, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.6 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

6.10 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.5, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o artigo 4º, inciso IX da Lei Federal 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

6.10.1 - Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

6.10.2 - Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o

- número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 6.10.1;
- 6.10.3 - Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de 03 (três), na forma dos subitens 6.10.1e 6.10.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;
- 6.10.4 - Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas devidamente credenciadas, aptas para tal fim.
- 6.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 6.12 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de menor preço do item.
- 6.13 - Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital.
- 6.14 - Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.
- 6.15 - No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitados da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda as condições fixadas neste Edital.
- 6.16 - Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.
- 6.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.
- 6.18 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pelo assistente e por todas as empresas licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação no presente PREGÃO, serão exigidos os documentos descritos a seguir. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, mediante apresentação do documento original, conforme disposto no artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, vedada a apresentação via fax ou E-Mail.

7.2 - O envelope de habilitação das empresas deverá conter:

7.2.1 - Declaração da própria empresa de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo;

7.2.2 - Declaração da própria empresa de que não existem fatos supervenientes que impeçam a participação no processo licitatório, até a data de abertura do envelope de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo.

7.2.3 - Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica;

7.2.4 - Prova de regularidade perante o FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento das suas obrigações;

7.2.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

7.2.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.7 - Certidões negativas expedidas pelos Órgãos Distribuidores de Falências e Concordatas do local da sede de empresa, expedida há menos de 60 dias (sessenta) dias da data designada no subitem 1.2;

7.2.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3 - Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "ONLINE" ao SICAF. Se o Estabelecimento não for cadastrado ou se encontrar irregular perante o SICAF, a empresa deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome desse estabelecimento.

8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9 - DO CONTRATO

9.1 - será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

9.2 - O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

9.3 - Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no Prazo estabelecido no item anterior, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2 - O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.4 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.5 - Em caso de atraso na entrega do material, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada, multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - O pagamento da importância relativa à aquisição do material descrito nos itens anteriores correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça:

Elemento de despesa: 3.3.90.30.07.00 – Gêneros de Alimentação.

12 - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - O fornecimento do gênero alimentício e água sem gás será de acordo com a necessidade da Câmara Municipal, dentro do prazo do contrato a ser firmado entre as partes.

12.2 - O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 30 dias úteis.

13 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.1 - O Setor de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, telefone (48) 3288-2512 ou e-mail: licitação@cmp.sc.gov.br.

14 - DO VALOR

14.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 33.841,20 (trinta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e vinte centavos).

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento devido à contratada será efetuado mensalmente, após a apuração do total consumido, mediante apresentação de nota fiscal e a prévia liquidação da despesa pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária, ou diretamente na sede da contratada, pela tesouraria da Câmara.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A Câmara Municipal de Palhoça poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

16.2 - O pregoeiro dirimirá as dúvidas oriundas da presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para a abertura dos envelopes.

16.3 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC, excluído desde já, qualquer outro.

Palhoça, 11 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme quantitativos e descritivos abaixo:

DESCRIÇÃO E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	<p>CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL - tipo ARÁBICO (100%), não sendo admitida presença de conillon; - embalagem aluminizada, com 500 gramas cada; - produto embalado automaticamente à vácuo puro; - classificação: tipo Mole, não se admitindo as classificações tipo Estritamente Mole, Dura, Riada, Rio ou Rio Zona (poderá ser admitida, em caráter extraordinário, a classificação tipo Apenas Mole); - acondicionado em caixa de papelão contendo 20 pacotes de 500g cada, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.</p> <p>CARACTERÍSTICAS a) Nutricionais - valor calórico e proteínas: livre. b) Físicas - grãos torrados e moídos, com ponto de torra variando entre 45 e 55 pontos, na escala do sistema agron (disco); - aspecto: utilização de grãos de café dos tipos 08 ou melhores, dentro da classificação Oficial Brasileira – COB, em pó homogêneo, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos, não admitindo presença de grãos preto-verdes e fermentados. c) Químicas (em g/100g) - umidade: máximo de 5%; - resíduo mineral fixo: máximo de 5%; - resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v: máximo de 1%; - cafeína: mínimo de 0,7% - extrato aquoso: mínimo de 25% - extrato etéreo: mínimo de 8%. d) Organolépticas - aroma: moderada ou característico; - amargor: fraco a moderado; - acidez: baixo a moderada; - sabor: razoavelmente característico a característico e equilibrado; - adstringência: baixa; - corpo: encorpado ou razoavelmente encorpado. Referência: MELITA/DO PONTO ou similar à descrição e aos valores nutricionais discriminados.</p>	Pacote de 1/2kg (500 GRAMAS)	800	13,32	10.656,00
02	Leite integral Litro UHT em embalagem longa vida	Litro	3200	3,34	10.688,00
03	<p>Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro organismos e Substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados; Adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções Alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "Açúcar refinado".</p> <p>Embalagem: plástica com até 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de Fornecimento expedido pela Câmara. Prazo de validade: de no mínimo 01 (um) ano.</p>	Pacote de 1kg	300	3,10	931,50
04	Filtro de Papel para café, grande, tamanho nº 103, composição 100% celulose com dupla costura, com fechamento prensado (fundo e lateral), na cor branca, produto não perecível, triangular, gramatura 52g/m2, com parâmetro de filtragem de 12 a 18 segundos por 100 ml, caixa de 30 a 40 unidades, acondicionadas em caixas, com validade mínima de 3 anos a contar da data de fabricação. Marcas de referência: Mellita, 3 Corações ou de qualidade equivalente ou superior.	Caixa	350	3,25	1.137,50

05	Fardos de água sem gás 500ml com 12 unidades cada fardo. Constar em seu teor as seguintes análises: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e análise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN – Da água ofertada registro do produto no ministério de saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafa Dora. Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia.	Fardo	500	14,65	7.325,00
06	Mexedor plástico para bebidas – café, chá na cor cristal (material transparente) com 9 cm e próprio para copos padrão de até 150 ml. Produzido em poliestireno convencional (material atóxico próprio para contato com alimentos) e embalados em sacos de polipropileno transparente. Os pacotes contêm em média 500 unidades.	Pacote	100	14,87	1.487,00
07	Adoçante em pó aspartame 0,8g caixa com 1000 unidades (sachês)	CX	10	81,01	810,10
08	Açúcar refinado granulado em Sachês com 5 gramas, caixa com 1000 unidades (sachês).	CX	10	49,77	497,70
09	Água Mineral Natural, acondicionada em galão de 20 litros com vasilhame (galão), com certificado de autorização dos órgãos competentes com validade para 12 (doze) meses.	Bombona	24	12,85	308,40
Valor total (global)			R\$ 33.841,20		

Validade da proposta 60 dias.

Palhoça, 11 de abril de 2017.

Fábio Coelho
Presidente

ANEXO II

(MODELO) DECLARAÇÃO

Fora do envelope
Ref.: Pregão nº ____/20172017

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Em de de 2017.

Representante legal da empresa
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO III



(MODELO)
CREDENCIAMENTO
Fora do envelope

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº me CPF sob o nº,
a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça/SC na modalidade PREGÃO Nº XXX/2017, supra-referenciada, na qualidade de Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO IV

(MODELO)
DECLARAÇÃO
Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ Nº, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO V

(MODELO)
DECLARAÇÃO
Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ Nº , declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº ____/2017.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Fora do envelope

Para fins de participação na licitação na modalidade PREGÃO nº ____/2017 a (o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)
....., CNPJ, sediada na Rua
....., nº , declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº123, de 14.12.2006.

Local e Data

Nome e identificação do declarante

Obs: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE

ANEXO VII

SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL
(MODELO)

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART.26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 306

À Câmara Municipal de Palhoça/SC

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº , DECLARA a Câmara Municipal de Palhoça/SC, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato de Secretaria da Receita Federal;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1.º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

.....
Assinatura do Responsável

ANEXO VIII – FOLHA 01
(Em folha timbrada da empresa)

CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – ESTADO DE SANTA CATARINA
FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº ____/2017

PROPOSTA

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:

a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e,

b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

3. Cotamos como preço unitário para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.

4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, ____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

BANCO (nome e nº):

AGÊNCIA (nome e nº):

CONTA CORRENTE:

ANEXO VIII – FOLHA 02

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – ESTADO DE SANTA CATARINA

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº ____/2017

FORMULÁRIO DE PROPOSTA

ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	<p>CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL - tipo ARÁBICO (100%), não sendo admitida presença de conillon; - embalagem aluminizada, com 500 gramas cada; - produto embalado automaticamente à vácuo puro; - classificação: tipo Mole, não se admitindo as classificações tipo Estritamente Mole, Dura, Riada, Rio ou Rio Zona (poderá ser admitida, em caráter extraordinário, a classificação tipo Apenas Mole); - acondicionado em caixa de papelão contendo 20 pacotes de 500g cada, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.</p> <p>CARACTERÍSTICAS a) Nutricionais - valor calórico e proteínas: livre. b) Físicas - grãos torrados e moídos, com ponto de torra variando entre 45 e 55 pontos, na escala do sistema agtron (disco); - aspecto: utilização de grãos de café dos tipos 08 ou melhores, dentro da classificação Oficial Brasileira – COB, em pó homogêneo, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos, não admitindo presença de grãos preto-verdes e fermentados. c) Químicas (em g/100g) - umidade: máximo de 5%; - resíduo mineral fixo: máximo de 5%; - resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v: máximo de 1%; - cafeína: mínimo de 0,7% - extrato aquoso: mínimo de 25% - extrato etéreo: mínimo de 8%. d) Organolépticas - aroma: moderada ou característico; - amargor: fraco a moderado; - acidez: baixo a moderada; - sabor: razoavelmente característico a característico e equilibrado; - adstringência: baixa; - corpo: encorpado ou razoavelmente encorpado. Referência: MELITA/DO PONTO ou similar à descrição e aos valores nutricionais discriminados.</p>	Pacote de 1/2kg (500 GRAMAS)	800			
02	Leite integral Litro UHT em embalagem longa vida	Litro	3200			
03	<p>Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro organismos e Substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados; Adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções Alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "Açúcar refinado".</p> <p>Embalagem: plástica com até 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de Fornecimento expedido pela Câmara. Prazo de validade: de no mínimo 01 (um) ano.</p>	Pacote de 1kg	300			
04	Filtro de Papel para café, grande, tamanho nº 103, composição 100% celulose com dupla costura, com fechamento prensado (fundo e lateral), na cor branca, produto não perecível, triangular, gramatura 52g/m2, com parâmetro de filtragem de 12 a 18 segundos por 100 ml, caixa de 30 a 40 unidades, acondicionadas em caixas, com validade mínima de 3 anos a contar da data de fabricação. Marcas de referência: Mellita, 3 Corações ou de qualidade equivalente ou superior.	Caixa	350			

05	Fardos de água sem gás 500ml com 12 unidades cada fardo. Constar em seu teor as seguintes análises: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e análise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN – Da água ofertada registro do produto no ministério de saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafa Dora. Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia.	Fardo	500			
06	Mexedor plástico para bebidas – café, chá na cor cristal (material transparente) com 9 cm e próprio para copos padrão de até 150 ml. Produzido em poliestireno convencional (material atóxico próprio para contato com alimentos) e embalados em sacos de polipropileno transparente. Os pacotes contêm em média 500 unidades.	Pacote	100			
07	Adoçante em pó aspartame 0,8g caixa com 1000 unidades (sachês)	CX	10			
08	Açúcar refinado granulado em Sachês com 5 gramas, caixa com 1000 unidades (sachês).	CX	10			
09	Água Mineral Natural, acondicionada em galão de 20 litros com vasilhame (galão), com certificado de autorização dos órgãos competentes com validade para 12 (doze) meses.	Bombona	24			
TOTAL (valor global) (_____)			R\$			

Palhoça, ____ de _____ de 2017.

Empresa
CNPJ
Carimbo

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente Contrato, de um lado a Câmara Municipal de Palhoça, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joci José Martins, 101, Parque Residencial Pagani, passa Vinte, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.813.675/0001-59, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada por seu presidente, VEREADOR Fábio Coelho, doravante denominada CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa XXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, situada à XXXXX, em Palhoça/SC, neste ato representada pelo Proprietário/diretor, Sr. xxxx, portador do CPF: xxxx, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e contratado o seguinte, a que mutuamente se obrigam:

1- DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme licitação realizada na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2017, parte integrante deste contrato, para serem consumidos conforme a necessidade deste órgão.

2 – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – Dá-se a este Contrato o valor de R\$xxxxx (xxxxxxxxxx), referente a estimativa de gastos, de 800 pacotes de 1/2kg de café em pó torrado e moído: R\$xxx (xxxxxxx), 3.200 litros de leite longa vida integral: R\$xxx (xxxxxxx), 300 quilos de açúcar refinado: R\$xxx (xxxxxxx), 350 caixas de filtro de papel para café nº 103: R\$xxx (xxxxxxx), 500 fardos de água sem gás de 500ml com 12 unidades em cada fardo: R\$xxx (xxxxxxx), 100 pacotes com 500 unidades de mexedor plástico para bebidas: R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX); 10 caixas de adoçante em pó aspartame 0,8 g: R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX); 10 caixas de açúcar refinado granulado em sachês: R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX); 24 bombonas de 20 litros de água mineral natural: R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX), a serem consumidos conforme a necessidade da Câmara, até 31 de dezembro de 2017.

2.2 – A Contratada fornecerá os gêneros alimentícios e água sem gás, de acordo com a necessidade da contratante, durante o ano de 2017.

2.3- O pagamento será efetuado de acordo com a quantidade consumida, mediante apresentação de nota fiscal e prévia liquidação da despesa pelo setor competente.

3 – DA VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência deste contrato é até o dia ____ de _____ de 2017, contados a partir de assinatura do mesmo.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Fornecer prontamente os gêneros alimentícios e água sem gás, de acordo com a necessidade da Contratante, e nota fiscal do mesmo, por ocasião do pagamento.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – Efetuar o pagamento à Contratada, dentro do prazo estabelecido no subitem 2.3 deste Contrato.

6 – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido pôr conveniência ou interesse das partes, devendo emitir notificação prévia de 30 (trinta) dias.

6.2 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de rescindir Administrativamente este Contrato, sem que caiba à CONTRATADA, o direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza, independentemente de aviso ou interpelação judicial nos casos previstos em Lei.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes do fornecimento de gêneros alimentícios e água sem gás, objeto deste Contrato, correrão pôr conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça:
Elemento de despesa 3.3.90.30.07.00.

8 – DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, para dirimir as dúvidas não resolvidas entre as partes, no caso de se esgotarem os entendimentos na esfera administrativa, renunciando desde já, a qualquer outro.

8.2 - E, pôr se acharem justas e Contratadas, as partes assinam e rubricam todas as folhas das 02 (duas) vias do presente Contrato, de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

Palhoça/SC, ____ de _____ de 2017.

Câmara Municipal de Palhoça/SC
Fábio Coelho
Contratante

xxxxxxx
Contratada

Testemunhas:

1º _____
Nome:
CPF:

2º _____
Nome:
CPF:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2017

Contrato que entre si celebram INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA - IPPA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Emeline Matildes C.ann Scheidt, 100, Centro - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.816.835/0001-75, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Milton Luiz Espíndola, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA/ME, com sede na Rua Felipe Neves, nº 84, Canto, Florianópolis, registrada no CNPJ sob o nº 81.587.693/0001-62, neste ato representada por seu representante legal Senhora Tatiana da Silva Pinheiro, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2017, homologado em 10/04/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de empresa para prestação de serviços de cotação de preços, reserva, marcação, emissão, remarcação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais, em conformidade com o prescrito no Edital e neste contrato.

1.2. Para efeito de aplicação da Taxa de Serviço, serão considerados os serviços abaixo:

- A emissão de bilhete de ida e de volta por uma mesma Companhia ou por Companhia diferente = 1 taxa
- A emissão de bilhete somente de ida ou somente de volta = 1 taxa
- Reemissão de bilhete decorrente de remarcação ou emissão de novo bilhete = 1 taxa
- Cancelamento de bilhete = 1 taxa

1.2.1 Não haverá pagamento de qualquer outra remuneração (a exemplo da atual DU), ainda que a mesma venha especificada no bilhete da passagem;

1.2.2 Passagem compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação, conforme disposto na requisição da passagem;

1.3 Escalas e conexões não serão consideradas como um novo trecho, independente de serem utilizadas mais de uma Companhia aérea.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes que o integram e completam: Edital de Pregão Presencial nº 001/2017 e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA e os pareceres que formam o processo, as normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Pela prestação dos serviços será pago o valor de R\$ 70,00 (setenta reais), correspondente a uma TAXA DE SERVIÇO, de acordo com o especificado no item 3 do ANEXO I – Termo de Referência e a proposta da contratada.

3.2. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, através de crédito bancário, a contar do dia do recebimento da respectiva nota fiscal, com o respectivo aceite do IPPA, bem como o recolhimento da Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda comprovante de recolhimento do (ISS), sob pena de retenção. As empresas com sede neste Município também deverão apresentar Certidão Negativa de Débito

Municipal (CNDM).

3.3. A fatura/nota fiscal deverá ser emitida somente após emissão das passagens e entregue na sede do IPPA, acompanhada dos documentos solicitados no item 3.1;

3.4. Na fatura/nota fiscal deverá estar destacado o valor da tarifa das passagens emitidas e o valor da respectiva taxa de serviço, bem como a retenção do valor da mão de obra correspondente ao ISS previsto na Legislação Municipal;

3.5. O valor para faturamento será o contido na proposta da proponente vencedora;

3.6. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da PROPONENTE incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.7. No ato da liquidação da despesa oriunda desta licitação, o IPPA informará aos órgãos de arrecadação e fiscalização da União e do Estado às características e os valores pagos para a Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Havendo prorrogação do prazo, o valor sofrerá correção pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sendo que o (s) reajuste (s) somente poderá (ao) ocorrer após cada 12 meses de contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovável por iguais períodos, limitado a 36 (trinta e seis) meses, se houver interesse entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

6. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, do IPPA, com as seguintes funcionais programáticas:

3.3.90.33.01.00.00.00 – Passagens para o País

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. Caberá a CONTRATANTE:

7.1.1. Supervisionar, acompanhar e avaliar os trabalhos aluídos.

7.1.2. Repassar a empresa, mediante apresentação da Nota Fiscal de serviços emitida pela mesma, os recursos previstos no presente instrumento.

7.1.3. Solicitar, com antecedência de 24 horas, as reservas de passagens junto à CONTRATADA via documental (e-mail ou ofício), devendo constar todos os dados necessários para cotação/emissão dos bilhetes, bem como informar antecipadamente a necessidade de remarcação daquelas, caso haja impossibilidade da viagem.

7.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA após a efetiva prestação do serviço, recebimento e validação da nota fiscal eletrônica e fatura, conforme item 7.1 deste Termo.

7.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.1.6. Assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços de igual objeto do instrumento contratual, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos.

7.1.7. Aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias.

7.1.8. Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade verificada no atendimento dos serviços.

7.1.9. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, consultando mensalmente as certidões negativas: Municipal, Estadual, Federal, INSS, FGTS e CNDT.

7.1.10. Suspender o pagamento da nota fiscal eletrônica e fatura

sempre se houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização.

7.1.11. Modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

7.1.12. Rescindir o contrato, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

7.2. Caberá à CONTRATADA:

7.2.1. Prestar o serviço objeto deste Edital nas condições, valor único e prazo estipulados na Proposta apresentada;

7.2.2. Providenciar reserva, marcação, emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas nacionais, mediante solicitação do IPPA;

7.2.3. Entregar as passagens referidas no item anterior na sede do IPPA ou, se aplicável, por meio eletrônico, sempre com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário previsto para a viagem;

7.2.4. Reembolsar os bilhetes aéreos não utilizados pelo IPPA, através do depósito em conta corrente desta autarquia, dentro do prazo máximo de 2 (dois) meses, sob pena de tais valores serem compensados com futuros pagamentos devidos à CONTRATADA. Configurada hipótese onde o reembolso não seja integral, deverá a CONTRATADA justificar o percentual retido pela companhia a título de multa;

7.2.5. Possibilitar a retirada de bilhetes aéreos em lojas de atendimento das companhias aéreas ou agências de turismo, de acordo com a conveniência do IPPA;

7.2.6. Repassar ao IPPA, durante a vigência do contrato, todas as promoções e descontos concedidos pelas companhias aéreas, assegurando-lhe a obtenção de passagens e bilhetes com tarifas mais vantajosas. A constatação de que a CONTRATADA não repassou descontos ou promoções, emitindo passagens e bilhetes em tarifas superiores, implicará na aplicação de sanções previstas contratualmente;

7.2.7. Prestar, sempre que solicitado pelo IPPA, serviço de assessoramento para definição de melhor roteiro, horário, frequência de voos (partida e chegada);

7.2.8. Informar número de telefone (fixo e celular) e e-mail de preposto designado para atuar junto ao IPPA, sendo de sua atribuição receber as requisições e adotar as providências necessárias à emissão e entrega de bilhetes/passagens, bem como, prestar esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam os serviços contratados;

7.2.9. Estar disponível para a prestação dos serviços aqui descritos dentro do horário das 8:00 às 18:00 h., de segunda à sexta-feira;

7.2.10. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do Anexo I - Termo de Referência;

7.2.11. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços, independentemente da fiscalização exercida pelo IPPA;

7.2.12. Estar cadastrada como agência de turismo junto ao Ministério do Turismo (Cadastur);

7.2.13. Anexar sempre a cada passagem aérea o comprovante de disponibilidade de tarifa promocional, a fim de que fique comprovada a emissão do bilhete em tarifa mais vantajosa no momento da emissão. Tal comprovante é emitido pelos sistemas de marcação e emissão de bilhetes das companhias aéreas;

7.2.14. Apresentar Nota Fiscal eletrônica nela especificando o serviço contratado, o número das Faturas relativas à emissão de bilhetes de passagens e o nº do contrato de prestação de serviços;

7.2.14.1. Apresentar a Fatura da emissão dos bilhetes de passagens nela constando a especificação do serviço contratado, usuários, trajetos, trechos, itinerários, nome das companhias, valores discriminados de tarifas, seguros e outras taxas;

7.2.15. Disponibilizar ao IPPA a retirada do documento de confirmação de aquisição da passagem, para posterior validação da nota fiscal eletrônica e fatura emitida pela CONTRATADA;

7.2.16. Cumprir e fazer cumprir por seus prepostos ou conveniados,

leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou conveniados;

7.2.17. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao IPPA ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente;

7.2.18. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens aos seus empregados, pelo recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que aqueles possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao IPPA a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato a ser firmado;

7.2.19. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em especial as relacionadas à regularidade fiscal e trabalhista da empresa, em especial às certidões: Municipal, Estadual, Federal, FGTS, INSS e CNDT.

7.2.20. Comunicar ao representante do IPPA qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos necessários;

7.2.21. Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do contrato a ser firmado;

7.2.22. Fornecer o objeto do contrato no novo endereço, em caso de mudança de sede do IPPA, desde que esta se localize no mesmo Município onde inicialmente contratado.

7.2.23. Informar ao IPPA qualquer modificação societária havida, encaminhando ao IPPA cópia da referida alteração assim que registrada no órgão competente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES A CONTRATADA

8.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

8.1.1. Multa

8.1.1.1. Pelo atraso injustificado, inferior a 30 (trinta) dias, 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado.

8.1.1.2. Pelo atraso injustificado, superior a 30 (trinta) dias, 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do objeto do contrato não realizado, além de ser o atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão.

8.1.2. Advertência escrita

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de firmar contratos com o Município de Palhoça - SC pelo prazo de até dois anos, aplicada pelo Secretário Municipal de Administração deste Município.

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Secretário Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração.

8.2. A multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

8.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da caução prestada quando houver, respondendo a CONTRATADA pela diferença que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

8.4. As sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA no processo de licitação, no prazo de cinco dias úteis.

8.5. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do IPPA no prazo de dez dias úteis.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

9. Neste contrato, são conferidas à CONTRATANTE as prerrogativas de:

9.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.2. Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da declaração de nulidade do Contrato.

9.3. Fiscalizar a sua execução, diretamente, por preposto ou através de entidade conveniada ou CONTRATADA.

9.4. Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

9.5. Ocupar, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao seu objeto, visando acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais, praticadas pela CONTRATADA, bem como na hipótese de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE:

10.1.1. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

10.2. Por acordo das partes:

10.2.1. Quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

10.2.2. Quando necessário à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado.

10.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

10.4. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da CONTRATADA.

10.5. Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11. O presente Contrato poderá ser rescindido:

11.1. De forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja autorização escrita e fundamentada do Diretor Executivo do IPPA e conveniência para o município.

11.2. Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, desde que motivado, assegurado o contraditório e ampla defesa, precedido de autorização escrita e fundamentada do Diretor Executivo do IPPA e com base nos seguintes motivos:

11.2.1. O não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

11.2.2. O cumprimento irregular pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

11.2.3. A lentidão da CONTRATADA no seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto nos prazos estipulados;

11.2.4. O atraso injustificado da CONTRATADA no início dos serviços;

11.2.5. A paralisação pela CONTRATADA do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

11.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto sem prévia autorização da CONTRATANTE.

11.2.7. A associação de CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato;

11.2.8. O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares do servidor designado para acompanhar e fiscalizar a sua

execução, assim como as de seus superiores;

11.2.9. O cometimento reiterado pela CONTRATADA de faltas na sua execução, anotadas pelo servidor designado pela CONTRATANTE;

11.2.10. A decretação de falência da CONTRATADA;

11.2.11. A dissolução da CONTRATADA;

11.2.12. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;

11.2.13. Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância a amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Diretor Executivo do IPPA e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

11.2.14. A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução deste contrato.

11.3. A rescisão com fundamento no item anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos de outras, previstas na Lei Nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada pelas Leis nº. 8883/94 e 9648/98;

11.3.1. Assunção imediata pela CONTRATANTE do objeto deste contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE e execução direta ou indireta;

11.3.2. Ocupação e utilização pela CONTRATANTE do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados, precedida de autorização do Presidente do IPPA, podendo a CONTRATANTE dar continuidades à execução direta ou indiretamente;

11.4. Por ato da CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para a rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a CONTRATANTE:

11.4.1. Não cumprir cláusulas deste contrato;

11.4.2. Cumprir irregularmente cláusulas contratuais;

11.4.3. Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Presidente do IPPA, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou ainda, repetir suspensão que totalizem o mesmo prazo;

11.4.4. Atrasar por mais de 90 (noventa) dias os pagamentos devidos relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, ficando assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação;

11.4.5. Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada e que impeça a execução deste contrato;

11.4.6. Alegar razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas Presidente do IPPA;

11.5. A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, o objeto ou parcela dele, cuja execução tenha sido realizada em desacordo com este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

12.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa a nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

13.1. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 001/2017 e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Palhoça – SC para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a

qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

15.1. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº.10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis nºs. 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordada e ajustada CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 11 de abril de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01 - _____

02 - _____

Palma Sola

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO - CONTRATO N°. 074/2017
CONVOCAÇÃO

Á
PLURITERRA - SERVIÇOS LTDA – EPP
CNPJ: 20.250.115/0001-41
SITO NA AV. CRETANI, 935 – CENTRO
MUNICÍPIO: PALMA SOLA -SC.

Com base no § 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, convocamos Vossa Senhoria para prestar os serviços a seguir relacionado, nas mesmas condições e preços constantes dos autos do Processo Licitatório nº. 13/2017, na modalidade de CONVITE nº. 06/2017, em conformidade com o contrato nº. 074/2017 de 24 de fevereiro de 2017.

Quant.	Und.	MATERIAL	Vlr. Un/Hora	Vlr. Total
35	H	Horas de Serviços com trator de esteiras, lâmina articulada, com escarificador, peso operacional mínimo de 14 ton. Ano mínimo 2012.	230,00	8.050,00
25	H	Horas de Serviços com máquina Escavadeira Hidráulica sobre esteira, potência mínima de 130HP, peso operacional no mínimo de 20ton, capacidade da concha de no mínimo 1,0 m³. Ano mínimo 2012.	230,00	5.750,00
Valor total acrescidos ao Contrato nº. 074/2017 R\$:				13.800,00

Com o acréscimo acima citado, o valor do contrato nº. 074/2017 que era de R\$: 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais), passará a ser de R\$: 71.300,00 (Setenta e um mil e trezentos reais)

Palma Sola, 11 de abril de 2017.

.....
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

.....
Pluriterra – Serviços Ltda – EPP
CNPJ nº. 20.250.115/0001-41
Luiz Carlos de Lara
CPF: 019.677.009-23

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Ana Caroline Pies
CPF: 024.607.219-94

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 31/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 31/2017. Modalidade: Pregão Presencial 22/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA OS SERVIÇOS DAS SECRETARIAS DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: 27/04/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 27/04/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 12 de Abril de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

CT 13/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO - SC

EXTRATO CONTRATO 13/2017 FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2017 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2017 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR OS SEGUINTE VEÍCULOS: FORD TRANSIT PLACA MKN-5269, FIAT UNO PLACA MIU-5582, FIAT DUCATO PLACA MFG-2887, FIAT PALIO PLACA QHC-7618, FIAT PALIO PLACA MMH-3329, FIAT PALIO PLACA QHP-3907.

DO VALOR TOTAL: R\$ 6.516,35 (Seis mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 12 de Abril de 2017 até dia 12 de Abril de 2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 11 de Abril de 2017.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso/SC.

DL 05-2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017 FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR OS SEGUINTE VEÍCULOS: FORD TRANSIT PLACA MKN-5269, FIAT UNO PLACA MIU-5582, FIAT DUCATO PLACA MFG-2887, FIAT PALIO PLACA QHC-7618, FIAT PALIO PLACA MMH-3329, FIAT PALIO PLACA QHP-3907.

DO VALOR TOTAL: R\$ 6.516,35 (Seis mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 12/04/2017 até 12/04/2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 11 de Abril de 2017.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso/SC.

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, torna público a realização de licitação no dia 02/05/2017 às 10h00min, com entrega dos envelopes até às 09h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EXECUTAR A MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÕES NOVAS, ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3548-0035. Passo de Torres – SC, 11 de abril de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

09h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na Modalidade TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS, do tipo TÉCNICA E PREÇO, objetivando a "CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE, DE UMA EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS, QUE SEJAM DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DESCRITAS NO ANEXO I (BRIEFING) DO PRESENTE EDITAL.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3548-0035. Passo de Torres – SC, 11 de abril de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2017

Samanta Bonicenha de Souza, no uso de suas atribuições, convida os conselheiros do Conselho Municipal da Cidade de Passo de Torres para a reunião extraordinária a se realizar no dia 17 de abril as 18h30min nas dependências da Prefeitura Municipal, a tratar da seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Ratificação e/ou retificação das atas 03, 04 e 05/16.
3. Alterações do Regimento Interno;
4. Proposta de área técnicas para Criação dos Comitês Temáticos.
5. Discussão e votação de atividades permissíveis protocoladas junto ao Conselho, incluindo as que foram solicitadas complementações.

EXTRATO DE CONVÊNIO 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 004/2017/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN

Valor R\$ 119.016,00 (cento e dezenove mil, dezesseis reais)

Dotação: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

2059 – Apoio à criança e ao adolescente em situação de risco

3.3.50.00.00.00.00.0100. – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Objeto: Atendimento de crianças em regime de abrigo provisório.

Passo de Torres, 27 de Março de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 16/05/2017 às 10h00min, com entrega dos envelopes até às

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: OPEN COMPUTADORES LTDA - ME
Valor Global: R\$ 29.880,00 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta reais).
Vigência: Início: 25/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 014/2017
Dotação: 2.007.3390.00 - 100 - 12/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇ
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE GARANTIDA DE 10 MB FULL, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CADEIA DE IP'S VÁLIDOS/30, MANUTENÇÃO DO SISTEMA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO, ADMINISTRAÇÃO DE 11 PONTOS DE INTRANET VIA FIBRA ÓPTICA E RÁDIO, COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS EM TODOS OS PONTOS, MANUTENÇÃO DO SISTEMA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA PARA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 25 de Janeiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: ANA PAULA CARDOSO KJILLIM ME
Valor Global: R\$ 490.592,00 (quatrocentos e noventa mil quinhentos e noventa e dois reais).
Vigência: Início: 09/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.011.3390.00 - 695 - 47/2017 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.004.3390.00 - 100 - 168/2017 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2.011.3390.00 - 61 - 45/2017 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.050.3390.00 - 100 - 155/2017 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA OPER. DE SERV. PÚBLIC 2.034.3390.00 - 100 - 90/2017 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA 2.010.3390.00 - 119 - 39/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS 2.017.3390.00 - 695 - 53/2017 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10) PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 9 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: MATERIAIS DE CONSTRUCAO CONSTRUSHOP LTDA - ME
Valor Global: R\$ 37.527,08 (trinta e sete mil quinhentos e vinte e sete reais e oito centavos).
Vigência: Início: 13/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 016/2017
Dotação: 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS 2.049.3390.00 - 100 - 152/2017 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 13 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: OPEN COMPUTADORES LTDA - ME
Valor Global: R\$ 24.235,00 (vinte e quatro mil duzentos e trinta e cinco reais).
Vigência: Início: 13/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 017/2017
Dotação: 1.006.4490.00 - 100 - 9/2017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SEREM UTILIZADOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 13 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: ELIETE DE OLIVEIRA VARGAS - ME
Valor Global: R\$ 38.218,16 (trinta e oito mil duzentos e dezoito reais e dezesseis centavos).
Vigência: Início: 13/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 015/2017
Dotação: 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE ACESSO À PRAIA, NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 13 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: CONSTANTE & NASCIMENTO LTDA - EPP
Valor Global: R\$ 6.148,66 (seis mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos).
Vigência: Início: 13/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 019/2017
Dotação: 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO NAS CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 13 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: LOGOS ASSESSORIA GESTÃO E PROJETOS
Valor Global: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Vigência: Início: 15/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 001/2017
Dotação: 2.003.3390.00 - 100 - 6/2017 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO 2.007.3390.00 - 100 - 12/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇ 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 15 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: ADEMIR BATISTA DA SILVA 02912266980
Valor Global: R\$ 94.282,13 (noventa e quatro mil duzentos e oitenta e dois reais e treze centavos).
Vigência: Início: 15/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 023/2017
Dotação: 1.009.4490.00 - 706 - 176/2017 - AMPL.CONSTR.REFORMA REDE FÍSICA ENSINO BÁSICO 1.009.4490.00 - 58 - 19/2017 - AMPL. CONSTR.REFORMA REDE FÍSICA ENSINO BÁSICO 1.009.4490.00 - 100 - 20/2017 - AMPL.CONSTR.REFORMA REDE FÍSICA ENSINO BÁSICO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TROCA EMERGENCIAL DA COBERTURA DE 400,0m² DE CINCO SALAS DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA, LOCALIZADA NA RUA JOÃO PEDROSO, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 15 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: INOVA SOLUCOES EM TELECOMUNICACAO LTDA - ME
Valor Global: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).
Vigência: Início: 20/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017
Dotação: 2.007.3390.00 - 100 - 12/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇ 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.017.3390.00 - 695 - 53/2017 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP, CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 20 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: ASSOCIACAO DESPORTIVA BONSUCESSO
Valor Global: R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais).
Vigência: Início: 21/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2017
Dotação: 2.020.3390.00 - 100 - 75/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BEACH SOCCER E NO CAMPEONATO DE VÔLEI DE PRAIA, DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 21 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: FILIPE BORGES RODRIGUES
Valor Global: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Vigência: Início: 24/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 029/2017
Dotação: 2.043.3390.00 - 100 - 106/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM (ATENDIMENTO RURAL E SAÚDE PÚBLICA) E PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, NO EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 24 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA - EPP
Valor Global: R\$ 76.587,00 (setenta e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais).
Vigência: Início: 24/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 028/2017
Dotação: 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 24 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: MICHELE MEZZARI LUCIETTI
Valor Global: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Vigência: Início: 24/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 026/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.017.3390.00 - 695 - 53/2017 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APOIO TÉCNICO PARA SERVIÇOS TÉCNICOS E PEDAGÓGICOS, ASSISTÊNCIA, GERENCIAMENTO, ORGANIZAÇÃO E APOIO JUNTO A SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 24 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: FERNANDO SOARES DIAS JUNIOR
Valor Global: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Vigência: Início: 24/02/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 021/2017
Dotação: 2.007.3390.00 - 100 - 12/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇ
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO NAS DEMANDAS EM QUE O MUNICÍPIO ATUAR, NO PÓLO ATIVO OU PASSIVO, NA FASE ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL, COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DEMAIS DEMANDAS DO DEP. DE TRIBUTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 24 de Fevereiro de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: AR PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME(PAD.DAPONTI)
Valor Global: R\$ 103.669,00 (cento e três mil seiscentos e sessenta e nove reais).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: RAMON CONSTANTE LENTZ-ME
Valor Global: R\$ 25.005,50 (vinte e cinco mil e cinco reais e cinquenta centavos).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: FILIPI RODRIGUES OLIVEIRA - EPP
Valor Global: R\$ 41.743,00 (quarenta e um mil setecentos e quarenta e três reais).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: CONSTANTE & NASCIMENTO LTDA - EPP
Valor Global: R\$ 164.132,00 (cento e sessenta e quatro mil cento e trinta e dois reais).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: JOICE DA SILVA FERREIRA - EPP
Valor Global: R\$ 123.190,50 (cento e vinte e três mil cento e noventa reais e cinquenta centavos).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA. - ME
Valor Global: R\$ 34.439,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e trinta e nove reais).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA - EPP
Valor Global: R\$ 35.171,40 (trinta e cinco mil cento e setenta e um reais e quarenta centavos).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: CRISTIANE CAROSI E CIA LTDA - ME
Valor Global: R\$ 125.019,00 (cento e vinte e cinco mil e dezenove reais).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: EDUARDO KRAS FERNANDES - ME
Valor Global: R\$ 70.293,70 (setenta mil duzentos e noventa e três reais e setenta centavos).
Vigência: Início: 03/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
Dotação: 2.010.3390.00 - 58 - 36/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.019.3390.00 - 695 - 59/2017 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.012.3390.00 - 100 - 49/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR 2.010.3390.00 - 695 - 41/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.012.3390.00 - 60 - 48/2017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Passo de Torres – SC, 3 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Contratada: ADEMIR BATISTA DA SILVA 02912266980
Valor Global: R\$ 31.958,80 (trinta e um mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).
Vigência: Início: 09/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 027/2017
Dotação: 2.010.4490.00 - 695 - 44/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 1.009.4490.00 - 58 - 19/2017 - AMPL.CONSTR.REFORMA REDE FÍSICA ENSINO BÁSICO 1.009.4490.00 - 100 - 20/2017 - AMPL.CONSTR. REFORMA REDE FÍSICA ENSINO BÁSICO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA - PARTE 02 (ESQUADRIAS, PAREDES EM GERAL, COBERTURA ESTRUTURA METÁLICA) DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA, LOCALIZADA NA RUA JOÃO PEDROSO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC.

Passo de Torres – SC, 9 de Março de 2017.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA 114/2017

PORTARIA Nº. 114, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JOÃO BATISTA CARDOSO, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS F.G. 5.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, o servidor João Batista Cardoso, para ocupar a função de Encarregado de serviços – FG - 5.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

ATA 0044/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0044/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0036/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0025/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: BOTTA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0025/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 38.990,00 (trinta e oito mil novecentos e noventa reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 11 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 11 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

ATA 0047/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0047/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0036/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0025/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0025/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 6.225,00 (seis mil duzentos e vinte cinco reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 11 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

ATA 0045/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0045/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0036/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0025/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0025/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 2.330,00 (dois mil trezentos e trinta reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 11 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 0026/2017

CONTRATO n. 0026/2017

PROCESSO LICITATORIO n. 00382017

PREGAO PRESENCIAL nº 0026/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: UPEMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS EIRELI ME

Objeto: A presente licitação tem por objeto A aquisição de um rolo compactador usado Caterpillar CS533, conforme detalhamento contido no Anexo I.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade até 31 de dezembro de 2017.

Passos Maia, SC, 11 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

ATA 0046/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0046/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0036/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0025/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: REFRIMIX REFRIGERAÇÃO EM AR CONDICIONADO EIRELI

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0025/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 15.120,00 (quinze mil cento e vinte reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e

Penha

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017-FMS

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2017 – FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017 – FMS

Contrato: 15/2017 - FMS

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: Compra Emergencial de medicamentos para atendimento das Unidades Básicas de Saúde, conforme especificado no anexo I. Valor: R\$ 98.842,40 (noventa e oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

Vigência: 30 dias.

Fundamentação Legal: Artigo 24 Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 3152/2017 que Declara em situação de emergência o sistema de Saúde do Município de Penha e dá outras providências, Parecer Jurídico nº 050/2017-PGM e solicitação da Secretaria Municipal de Saúde através de Memorando AF nº 16/2017, documentos integrantes do Processo de Dispensa. Penha, 11 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação (pães) para alimentação escolar dos alunos do Ensino Fundamental, Pré-escola, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino do Município Penha/SC durante o ano letivo de 2017, conforme solicitação nº 213/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Entrega dos Envelopes: 27/04/2017 até as 14h00 no Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 27/04/2017 às 14h15 no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeira Mercê Teresinha do Nascimento.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento: das 12h00 às 18h00.

Penha/SC, 11 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL - INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017-PMP

Objeto: O presente Processo Administrativo tem por objeto a parceria a ser estabelecida com a Associação Cultural Beneficente e Assistencial dos Pescadores do Gravatá, na cidade de Penha, em razão da realização da 23ª Festa do Pescador do Gravatá, conforme solicitação da referida Associação por meio de Ofício datado de 20 de março de 2017, documento anexo ao Processo.

Do prazo para impugnação de justificativa: 05 (cinco) dias, nos termos do Artigo 32, Parágrafo 2º da Lei 13.204/2015.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento: das 12h00 às 18h00.

Penha/SC, 11 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL PP 12/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017-PMP

ERRATA PARA ALTERAR A DATA DA LEI Nº 2860, DE 10 DE ABRIL DE 2017 EM RAZÃO DE ERRO MATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERRATA PARA ALTERAR A DATA DA LEI Nº 2860, DE 10 DE ABRIL DE 2017 EM RAZÃO DE ERRO MATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso de suas atribuições legais e Lei Orgânica do Município, e demais Legislação pertinente,

Art.1º - Altera a data da Lei nº 2860/2017, onde se lê, Penha, 05 de abril de 2017, leia-se: Penha, 10 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta errata entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 11 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 2860/2017

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ – APEG".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores Evangélicos do Gravatá - APEG, inscrita sob CNPJ nº. 17.062.400/0001-24, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.847, de 20 de dezembro de 2016, Art. 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e Art. 12, §3º, I e Art. 26 da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: Departamento de Cultura
Projeto/Atividade/ProjAtiv: 2.034-Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Em decorrência do prazo legal, fica autorizado o repasse do valor após a realização da festividade.

Art. 4 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 10 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária de Administração

LEI Nº. 2860/2017 "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ – APEG".

LEI Nº. 2860/2017

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ – APEG".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores Evangélicos do Gravatá - APEG, inscrita sob CNPJ nº. 17.062.400/0001-24, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.847, de 20 de dezembro de 2016, Art. 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e Art. 12, §3º, I e Art. 26 da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: Departamento de Cultura
Projeto/Atividade/ProjAtiv: 2.034-Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º - Em decorrência do prazo legal, fica autorizado o repasse do valor após a realização da festividade.

Art. 4 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 10 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

ATA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA 27.03.2017

Ata da 10ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura a Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia vinte e sete do mês de março de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior que, após ressalva por parte da vereadora presidente referente a seu pronunciamento, foi aprovada por unanimidade. Leitura do Balancete financeiro simplificado mês de fevereiro 2017. INDICAÇÕES: Nº 142/2017 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 143/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 144/2017 da COMISSÃO LEGISLATIVA PERMANENTE DE ASSUNTOS GERAIS. Nº 145/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 146/2017 do Vereador MAURÍCIO DA COSTA. Nº 147/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 148, 149 e 150/2017 do Vereador EVERALDO DAL

POSSO. Nº 151/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 152/2017 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 59/2017 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 60/2017 do Vereador MAURÍCIO DA COSTA. Nº 61/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. MOÇÕES: Nº 7/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 8/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Leitura de Projetos e Pareceres: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 004/2017 DO Executivo: "AUTORIZA DOAÇÃO DE VEÍCULO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Projeto de Lei Ordinária nº005/2017 do Executivo: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE GINÁSIOS E PRAÇAS ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Projeto de Lei Ordinária nº 12/2017 de autoria do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA: "DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA NO MUNICÍPIO - RUA ALTINO EGER". Projeto de Lei Ordinária nº 14/2017 de autoria do Vereador EVERALDO DAL POSSO: "DENOMINA RUA NO

MUNICÍPIO - RUA MARINÊS MARKOSKI". Projeto de Lei Ordinária nº 15/2017 de autoria do Vereador JOAQUIM ANTONIO COSTA JUNIOR: "DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA NO MUNICÍPIO - RUA BERNARDO ADALBERTO WEDDERHOFF". Emenda Modificativa e Aditiva nº 3 de autoria da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 003/2017 do Poder Executivo, que: "DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Emenda Modificativa e Aditiva nº 4 de autoria da Comissão Permanente de Assuntos Gerais ao Projeto de Lei nº 003/2017 do Poder Executivo, que: "DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, justiça e redação final ao Projeto de Lei Ordinária nº 02/2017 do Legislativo: "ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI ORDINÁRIA Nº 2214/2008, QUE "PROÍBE A ENTRADA DE BANHISTAS E TERCEIROS NAS EMBARCAÇÕES DOS PESCADORES ARTESANAIS ANCORADAS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA". Leitura do Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, justiça e redação final ao Projeto de Lei Ordinária nº 06/2017 do Legislativo: "DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA NO MUNICÍPIO.". GRANDE EXPEDIENTE: Iniciando os pronunciamentos, o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho falou sobre a incoerência na cobrança nas taxas de lixo pela empresa RECICLE, responsável pelo serviço no município. Transmitindo a condução dos trabalhos ao vice-presidente, o Vereador Isac Hamilton da Costa, fez uso da palavra a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Falou sobre a realização do Fórum da Mulher Parlamentar e os diversos assuntos abordados na reunião. Ato contínuo, leu o relatório apresentado pela Polícia Militar acerca de suas ações em conjunto com o programa "Rede de Vizinhos", bem como falou sobre a luta pela obtenção de mais dez câmeras de segurança ao município, bem como da autorização do uso da tribuna cidadã ao representante da Polícia Militar para tratar dos referidos assuntos, sendo estes de interesse da comunidade. Durante seu pronunciamento, o Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior falou sobre suas proposições solicitando diversas obras em ruas do município que atualmente sofrem com as recentes chuvas, trazendo diversos prejuízos aos moradores; bem como do fornecimento de remédios em uma farmácia anexa ao posto 24h. Em aparte, o Vereador Silas Renato Antonietti alertou também quanto àqueles que necessitam de remédios de uso contínuo. Como próximo orador, o Vereador Luiz Américo Pereira falou também sobre o programa "Rede de Vizinhos" e a vinda do representante da Polícia Militar para fazer uso da tribuna cidadã e obtenção de câmeras de monitoramento para o município. Finalizou falando sobre a RECICLE, abordando assuntos tratados anteriormente pelo Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, propondo a realização de uma Audiência Pública para tratar da taxa de lixo atualmente cobrada no município. Ato contínuo, o Vereador Jesuel Francisco Capela falou sobre o trabalho de prevenção que vem sendo realizado pela Polícia Militar no município e sua moção encaminhada ao policial Carlos Eduardo Beduschi e sua equipe operacional. Falou também sobre a desproporcionalidade na cobrança da taxa de lixo no município, corroborando seus predecessores que também abordaram tal assunto. Sobre a reposição salarial dos servidores públicos, solicitou apoio dos demais vereadores em favor dos servidores do Poder Executivo Municipal. Assumindo a tribuna, a Vereadora Regiane Aparecida Severino falou sobre a implantação do programa "Rede de Vizinhos" no município, uma parceria da Polícia Militar com os municípios. Falou também sobre o Fórum da Mulher Parlamentar e sua representação na Marcha dos Vereadores. Por conseguinte, o Vereador Everaldo Dal Posso, assumindo a tribuna, falou sobre o CONSEG, a rotatividade da presidência do conselho e sua atuação na segurança do município. Falou sobre a doação de um ônibus para a APAE de Penha e o trabalho realizado pela instituição. Em aparte, o Vereador Maurício Olívio Brockveld falou sobre o comprometimento do chefe do Poder Executivo Municipal em realizar um repasse mensal à instituição,

além da doação. O Vereador Maurício Olívio Brockveld pautou seu discurso no programa "Rede de Vizinhos", em especial no bairro de Santa Lúcia, que possui diversos acessos, o que facilita a ação de meliantes no local. Assumindo a tribuna, o Vereador Silas Renato Antonietti falou sobre a necessidade de ser dada a devida atenção às ruas com valas abertas e que vêm trazendo diversos problemas aos moradores. Falou sobre a recente colocação do município em 3º melhor destino do país, segundo o site Trivago. Como penúltimo orador, o Vereador Isac Hamilton da Costa falou sobre as pendências herdadas por esta gestão e que ainda não puderam ser resolvidas. Parabenizou ao CONSEG pelo programa "Rede de Vizinhos", bem como falou sobre a passagem do dia internacional da Síndrome de Down, a interação da APAE com o programa "Câmara Mirim" e a comemoração de 25 da instituição no município. Encerrando os pronunciamentos, fez uso da palavra a Vereadora Luiza Dantas, da cidade de Baía da Traição, Paraíba, que falou sobre a realização do Fórum da Mulher Parlamentar e sua importância na busca pela igualdade no meio político entre homens e mulheres e a doação do Poder Executivo à APAE, instituição com o qual tem grande afinidade. Por questão de ordem, antes do fim dos pronunciamentos, o Vereador Silas Renato Antonietti comunicou o recebimento de seu ofício solicitando o encaminhamento de policiais concursados ao município. ORDEM DO DIA: Em discussão e votação a moção Nº 7/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA: solicita Moção de Aplauso à APAE de Penha, pelo excelente trabalho realizado junto a pais e alunos, nestes mais de vinte e quatro anos de existência em nosso Município. Aprovado por unanimidade. Em discussão e votação a moção Nº 8/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD: "MOÇÃO DE APLAUSO aos responsáveis pela promoção e manutenção do 'PROJETO REDE VIZINHOS' em Penha". Aprovado por unanimidade. Em discussão e votação o Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, justiça e redação final ao Projeto de Lei Ordinária nº 02/2017 do Legislativo, decidindo pela inviabilidade legal do referido projeto de lei. Aprovado por unanimidade. Em discussão e votação o Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, justiça e redação final ao Projeto de Lei Ordinária nº 06/2017 do Legislativo, decidindo pela inviabilidade legal do referido projeto de lei. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia três de abril, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário.

Plenário Exp. Tenente Milton Fonseca, em 27 de março de 2017.
MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA 01.03.2017

Ata da 6ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia primeiro do mês de março de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 84/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 85/2017 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 86, 87 e 88/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 89/2017 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 90 e 91/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 92, 93

e 94/2017 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 95/2017 DO VEREADOR ANTÔNIO JOAQUIM COSTA JÚNIOR. REQUERIMENTOS: Nº 5/2017 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 7/2017 do presidente da COMISSÃO LEGISLATIVA PERMANENTE. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 29/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 35/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 36/2017 do Vereador MAURÍCIO DA COSTA. Nº 38/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 39/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. PROJETOS PARA LEITURA: Projeto de Lei Complementar nº 2/2017 de autoria do Vereador EVERALDO DAL POSSO: "ACRESCENTA O INCISO VI E ALÍNEA A, NO ARTIGO 68, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2007". Projeto de Resolução nº 2/2017 de autoria de todos os vereadores: "INSTITUI HOMENAGEM ANUAL AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER POR REUNIÃO SOLENE". Leitura de Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto De Lei Ordinária Nº01/2017 do Legislativo, de autoria da Vereadora Presidente MARIA JURACI ALEXANDRINO. Leitura de Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto De Lei Ordinária Nº05/2017 do Legislativo, de autoria do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Leitura do Projeto de Emenda Aditiva 02/2017 de autoria do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA ao Projeto de Lei Ordinária nº 03/2017, de autoria do Poder Executivo. Determinou então a suspensão temporária da sessão para reunião das Comissões permanentes para análise do Projeto de Resolução Nº 02/2017, de autoria conjunta de todos os vereadores. Sendo convocados os senhores vereadores, procedeu-se a leitura dos Pareceres das comissões relativos ao Projeto de Resolução Nº 02/2017. GRANDE EXPEDIENTE: Dando início aos pronunciamentos, o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho pautou seu discurso no convite a todos os presentes ao bingo beneficente a ser realizado no próximo domingo (05). Transmitindo a condução dos trabalhos ao Vice-Presidente Isac Hamilton da Costa, fez uso da palavra a Exma. Sra. Presidente Maria Juraci Alexandrino agradeceu aos presentes na 2ª sessão extraordinária e a pauta da reunião. Falou também sobre seu pedido de informação encaminhado no último ano à Secretaria de Educação tratando sobre o senso escolar e questionou quanto aos alunos não cadastrados no mesmo, bem como no déficit ao Município resultante deste equívoco. Em aparte, o Vereador Jesuel Francisco Capela questionou quanto aos responsáveis envolvidos nesse processo. Ato contínuo, o Vereador Silas Renato Antonietti falou sobre sua indicação, pautada na segurança pública e no recente concurso público realizado pela Polícia Militar e o encaminhamento de policiais ao município. Finalizou falando sobre a moção encaminhada à família do sr. Claudio, amigo próximo de sua própria família, que veio a falecer. O Vereador Everaldo Dal Posso, assumindo a tribuna, corroborou o convite feito pelo Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho para o bingo beneficente. Citou também o cadastramento relativo à isenção da taxa de lixo em razão da baixa renda familiar, bem como as atribuições e responsabilidades da RECICLE. Finalizou falando sobre o plantio de árvores de grande porte próximos à rede elétrica em diversos pontos no município. Fazendo uso da palavra, o Vereador Jesuel Francisco Capela ratificou o tópico abordado pelo Vereador Silas Renato Antonietti na questão de segurança pública, e falou também sobre a distribuição dos policiais recém contratados entre os municípios do Estado. Corroborou também o exposto pelo Vereador Everaldo Dal Posso no que se refere à questão do plantio de árvores em locais inadequados. Finalizou falando sobre o furto de um corpo recém sepultado no município, a passagem do carnaval e a realização do Festival Gastronômico. O Vereador Joaquim Antônio Costa Junior, em seguida, falou sobre suas proposições encaminhadas na presente sessão. Ato contínuo, o Vereador Luiz Américo Pereira falou sobre a continuidade da via gastronômica e a moção a sr. Claudio, citada pelo Vereador Silas Renato Antonietti. O Vereador Maurício Olívio Brockveld, assumindo a tribuna, falou sobre seu pedido de informação tratando sobre os boatos da municipalização do colégio Edith Prates Gonçalves. Falou também sobre o assalto ocorrido na localidade de Santa Lídia, seguido de retaliação por parte dos munícipes e, em aparte, o Vereador Jesuel

Francisco Capela atentou quanto à possibilidade de mais uma vez levantar a discussão sobre a colocação de câmeras de segurança nos locais de maior necessidade no município. Assumindo então a palavra, o Vereador Maurício da Costa abordou seu pedido de informação referente ao fornecimento de almoço aos funcionários do Pronto Atendimento, uma vez que este não é o local adequado para o preparo do mesmo. Parabenizou também aos envolvidos na realização do evento Penha, Mais Ação Mais Diversão. Como penúltima oradora a fazer uso da tribuna, a Vereadora Regiane Aparecida Severino falou também sobre a municipalização da escola Edith Prates Gonçalves e a colocação de câmeras de segurança nos principais pontos do município. Encerrando os pronunciamentos, o Vereador Isac Hamilton da Costa pautou seu discurso na irresponsabilidade da última gestão no que se refere ao não cadastramento de crianças na rede pública de ensino para repasse de verbas ao município e o déficit de quase um milhão de reais resultante desta falta. Iniciada a ORDEM DO DIA, de acordo com Artigo 182 R.I., procedeu-se a Discussão e Votação do requerimento Nº 7/2017 da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final. Aprovado por unanimidade. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO do Projeto De Lei Ordinária Nº 01/2017 do Legislativo, de autoria da Vereadora Presidente MARIA JURACI ALEXANDRINO. Aprovado por unanimidade. Em Única DISCUSSÃO E VOTAÇÃO do Projeto De Lei Ordinária Nº05/2017 do Legislativo, de autoria do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Aprovado por unanimidade. Em Única DISCUSSÃO E VOTAÇÃO o Projeto de Resolução Nº 02/2017, de autoria conjunta de todos os vereadores. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia seis de março, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário. Plenário expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 01 de março de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA 06.03.2017

Ata da 7ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura a Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia seis do mês de março de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 96 e 97/2017 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 98/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 99/2017 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 100/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 101/2017 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 102/2017 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 103/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 104/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 105/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 37/2017 do Vereador MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 40/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 41/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 42/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 43/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. MOÇÕES: Nº 4/2017 das Vereadoras MARIA JURACI ALEXANDRINO e REGIANE APARECIDA SEVERINO. Projetos de Lei para Leitura: Projeto de Lei Ordinária nº 10/2017 de autoria do Presidente da Mesa Maria Juraci Alexandrino: INSTITUI O PROGRAMA "JOVEM APRENDIZ" NA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Projeto de Lei Ordinária nº 11/2017 de autoria do Vereador EVERALDO DAL POSSO: DENOMINA RUA NO MUNICÍPIO. GRANDE EXPEDIENTE: Havendo sido feita solicitação prévia, fez uso da Tribuna Cidadã

o presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, o senhor Sérgio Augusto Machado. Iniciou falando sobre as mudanças no regimento interno do órgão e sobre os diversos problemas relativos ao meio ambiente no município, bem como a evolução do papel da organização no município desde sua instituição. Falou sobre a ausência de gestão ambiental específica e as recentes discussões com o prefeito municipal pautadas na criação municipal do meio ambiente, e o modelo mais adequado à realidade em Penha. Utilizou o lixão próximo à Transbeto, às bordas de um riacho, para ilustrar a desatenção do Poder Público Municipal com a questão ambiental. Finalizou falando sobre o trabalho voluntário daqueles que compõem o conselho e pedindo aos vereadores que deem especial atenção às questões ambientais, mesmo aqueles que não sejam membros do conselho. O Vereador Everaldo Dal Posso falou sobre a importância da preservação e da defesa dos recursos naturais, não apenas pelos membros do CONDEMA, mas por todos. Falou também sobre o turismo ecológico e sua potencial implantação no município. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino falou sobre o comprometimento do prefeito municipal sobre a criação da fundação municipal de meio ambiente e a necessidade de avaliação para que o modelo de instituição seja pensado com a sociedade em geral, para que se adeque às reais necessidades do município. Finalizando, falou sobre a inclusão do Projeto Orla no Plano Diretor e o papel do vereador com fiscal, inclusive em questões ambientais. O Vereador Isac Hamilton da Costa, por sua vez, falou sobre a audiência realizada na localidade de São Miguel e o problema de esgoto lá enfrentado. Falou sobre seu requerimento encaminhado ao Poder Executivo solicitando que caso não fosse possível a implantação da fundação municipal de meio ambiente, que fosse ao menos instituído algum departamento em alguma secretaria para realizar parte de suas atribuições. O Vereador Jesuel Francisco Capela falou sobre o depósito de lixo em diversas praias e a recorrência deste fato, mesmo após a limpeza realizada pelo Poder Pública. Falou também da atuação dos membros do CONDEMA mesmo fora do conselho. A Vereadora Regiane Aparecida Severino falou sobre a falta de conscientização popular no que diz respeito à preservação ambiental, eventualmente até mais do que apenas ações do Poder Público. O Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior falou sobre a eventual criação de leis que definem multas para aqueles que venham a realizar ações nocivas ao meio ambiente. O Vereador Luiz Américo Pereira falou da importância do CONDEMA no município, que concilia o crescimento do município com a questão de sustentabilidade. O Vereador Silas Renato Antonietti parabenizou ao presidente por sua atuação durante seu mandato e a necessidade de implantação de políticas de incentivo, a partir das escolas. O Vereador Maurício da Costa falou sobre a colocação de placas nas praias indicando as proibições e questionou quanto as áreas em que o Poder Legislativo pode vir a auxiliar o CONDEMA. O Vereador Maurício Olívio Brockveld falou sobre sua participação no conselho e a importância de ser levado o CONDEMA aos bairros. Encerrando sua participação, o Sr. Sérgio Augusto Machado agradeceu a oportunidade e falou sobre a atuação do CONDEMA como mediador entre a comunidade e os Poderes em questões ambientais. Dando início aos pronunciamentos em tribuna por parte dos vereadores, o Vereador Jesuel Francisco Capela falou sobre a necessidade de ser mantida a iluminação do portal de acesso ao município durante o período noturno e seu requerimento referente ao festival gastronômico, a ser realizado durante a baixa temporada. Em aparte o Vereador Silas Renato Antonietti falou sobre a necessidade de movimentar o comércio e a rede hoteleira mesmo durante a baixa temporada. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior falando sobre sua indicação encaminhada na presente sessão. Em aparte, o Vereador Maurício Olívio Brockveld falou sobre já ter feito uma indicação de caráter semelhante, tratando sobre a limpeza das vias. O Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, em seu pronunciamento, agradeceu a todos os participantes do bingo beneficente realizado no último domingo. Com a palavra, o Vereador Everaldo Dal Posso falou sobre o falecimento da Sra. Ilda Batista, uma vez responsável pela Junta

Militar de Penha. Falou também sobre a importância de fiscalização dos recursos naturais do município e a criação da fundação de meio ambiente, conforme exposto pelo presidente do CONDEMA. Ato contínuo, o Vereador Silas Renato Antonietti pautou seu discurso na importância da implantação do festival gastronômico no município. O Vereador Luiz Américo Pereira, assumindo a tribuna, falou sobre suas proposições encaminhadas na presente sessão, sendo duas indicações e um pedido de informação. Em seu pronunciamento, o Vereador Maurício Olívio Brockveld falou sobre dois pontos de ônibus sem uso em frente ao ginásio de esportes, que poderiam ser realocados para locais de maior necessidade no município. Falou também sobre a necessidade de ser realizada limpeza dos cemitérios. Fazendo uso da palavra, o Vereador Isac Hamilton da Costa parabenizou os membros do CONDEMA e convidou todos a participarem da homenagem a ser realizada na próxima quarta (08). Finalizou falando sobre o remanejamento de funcionários do Poder Executivo com o objetivo de otimizar os serviços. Iniciada a ORDEM DO DIA, de acordo com Artigo 182 R.I., procedeu-se a Única Discussão e Votação da Moção Nº 04/2017 das Vereadoras MARIA JURACI ALEXANDRINO e REGIANE APARECIDA SEVERINO. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia treze de março, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário. Plenário expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 06 de março de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
Presidente 1º Secretário

ATA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA 13.03.2017

Ata da 8ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede no dia 13 do mês de março de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo um quórum legal. A Exma. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 106, 107 e 108/2017 do vereador ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 109 e 110/2017 do vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 111 e 112/2017 da vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 113 e 115/2017 do vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 114/2017 do vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 116, 117 e 118/2017 da vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 119 e 120/2017 do vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 121 e 122/2017 do vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. . Nº 123/2017 do vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 124/2017 do vereador MAURÍCIO DA COSTA. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 44/2017 do vereador JOAQUIM ANTONIO COSTA JÚNIOR. Nº 45/2017 de autoria de TODOS OS VEREADORES. Nº 46/2017 do vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 47/2017 do vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 48/2017 do vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 49/2017 da vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 50/2017 do vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 51/2017 do vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 52/2017 do vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. MOÇÕES: Nº 05/2017 dos vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e EVERALDO DAL POSSO: MOÇÕES: Nº 5/2017 dos Vereadores EVERALDO DAL POSSO e MARIA JURACI ALEXANDRINO: movemos a presente moção de aplausos, enaltecimento e reconhecimento às pessoas e entidades abaixo nominadas, que com alto espírito altruísta, consciência social, dispenderam de seus tempos ou recursos para exercer sua cidadania numa ação indispensável à segurança de todos, viabilizando o alojamento dos policiais militares da operação veraneio em Penha 2016/2017.. Projetos para leitura: PROJETO DE LEI Nº 03/2017 DO LEGISLATIVO DE AUTORIA DO VEREADOR

JOAQUIM ANTONIO COSTA JUNIOR, QUE "ALTERA A LEI MUNICIPAL 2348/2010, VISANDO AMPLIA-LA TAMBEM PARA AS AGENCIAS CORREIOS". Projeto de Lei Complementar 06/2017 do PODER EXECUTIVO, QUE DISPOEM SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DA PROVIDENCIAS CORRELATAS. Projeto de Lei Ordinária 07/2017 de autoria da vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, "DA DENOMINAÇÃO OFICIAL DAS RUAS DO LOTEAMENTO SANTA REJINA 1". A QUESTÃO DA LEGALIDADE DESTE PROJETO FOI ANALISADA PELA COMISSÃO COMPETENTE E ESTA APTO PARA SER DISCUTIDO E VOTADO EM PLENÁRIO. DESSA FORMA EM REUNIAO ORDINARIA COM OS MEMBROS PRESENTES A COMISSAO DECIDIU PELA APROVAÇÃO DO PROJETO 07/2017 POR UNANIMIDADE DO CONSELHO COMPETENTE. GRANDE EXPEDIENTE: Em respeito ao rito regimental, fez uso da palavra o Vereador Joaquim Antônio Costa Junior, comentando a respeito das proposições protocoladas nesta noite e sua insatisfação quanto à situação criada pelo caminho da recicle que quebrou a tubulação e até agora nada foi realizado. Ato contínuo, o vereador Jesuel Francisco Capela fez comentários sobre os pescadores artesanais do município. Pediu também ao pessoal da Aguas de Penha para olhar com mais carinho pelo povo de Penha. Como próxima oradora, fez uso da palavra à vereadora Regiane Aparecida Severino fazendo comentários sobre seus pedidos anteriores. Parabenizou também a Presidente Maria Juraci Alexandrino e os vereadores, pelas homenagens prestadas na Homenagem do dia da mulher. Como próximo orador o vereador Maurício Olívio Brockveld, iniciou agradecendo a secretaria de obras, pelos serviços prestados em respostas a seus pedidos de informação. O vereador Silas Renato Antonietti por sua vez cobrou respostas sobre o acordo feito com o secretario de obras a respeito de receber um cronograma de obras e que até agora não chegou. Como próximo a pronunciar-se fez uso da palavra o vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, falando sobre seus pedidos que ate agora não foram atendidos, falou também a respeito das fiscalizações que vem sendo realizadas pelos vereadores e disse que vai continuar fiscalizando. Parabenizou também pelo belo trabalho feito no dia da mulher os funcionários envolvidos no evento, os vereadores e os presentes no dia da sessão de homenagem a mulher. O vereador Luiz Américo Pereira falou sobre a pesca artesanal que vem sendo desfavorecida e sendo priorizada a pesca industrial, falando da união junto à secretaria da pesca para buscar uma alternativa para que não seja esquecida a pesca artesanal, pois nosso município conta com 1200 famílias que sobrevivem da pesca artesanal. Ato contínuo, falou a vereadora Maria Juraci Alexandrino agradecendo os servidores e servidoras desta casa, os vereadores e a vereadora, pelo evento realizado no dia internacional da mulher. Falou também sobre o compromisso com as mulheres de Penha, tendo como iniciativa a criação da procuradoria especial da mulher, que tem como objetivo receber denuncia e encaminhar aos órgãos públicos, fiscalizar programas sociais voltados para a mulher, para a infância, para o idoso e ao jovem, promover palestras seminários e cursos, para que se possa da vez e voz as mulheres do nosso município. O vereador Maurício da Costa falou sobre as suas proposições protocoladas nesta Casa, agradecendo a secretaria de obras pelos esforços realizados para que fossem atendidos seus pedidos. Como penúltimo orador, fez uso da palavra o vereador Everaldo Dal Posso, iniciou agradecendo a secretaria de planejamento pelas respostas em questão a suas proposições protocoladas, agradeceu a secretaria de obras pelos feitos realizados na Rua Emídio de Souza e demais ruas. Agradeceu também a Polícia Militar pelas blitz realizadas. Parabenizou também a equipe do bombeiro militar pela retirada de uma arvore que estava prestes a cair na residência do Tilo. E por ultimo falou o vereador Isac Hamilton da Costa, falando da vistoria realizada pela secretaria de obras no município para que fosse realizadas benfeitorias nas pequenas causas. E falou sobre a contratação feita pelo prefeito de uma empresa especializada para que fosse realizada a poda das arvores no bairro de Santa Lúcia,

pois causam queda de energia elétrica. ORDEM DO DIA: MOÇÃO DE APLAUSO Nº 05/2017 dos vereadores Maria Juraci Alexandrino e Everaldo Dal Posso, aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a constar a excelentíssima senhora presidente vereadora Maria Juraci Alexandrino, encerrou a presente sessão convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia 20 de março de 2017, as 19 horas e para constar eu Gabriela Guarezi Bento, assessora legislativa, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela excelentíssima senhora presidente e o primeiro secretário. Plenário Expedicionário Milton Fonseca, em 13 de março de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA 20.03.2017

Ata da 9ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura a Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia vinte do mês de março de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 125/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 126/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 127/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 128/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 129/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 130/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 131 e 132/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 133, 134 e 135/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 136 e 137/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 138/2017 do Vereador MAURÍCIO OLIVIO BROCKVELD. Nº 139, 140 e 141/2017 DO VEREADOR SILAS RENATO ANTONIETTI. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 54/2017 do Vereador ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 55/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 56/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 57/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 58/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. MOÇÕES: Nº 6/2017 DA VEREADORA MARIA JURACI ALEXANDRINO e EVERALDO DAL POSSO. Leitura do Projeto de Lei Complementar nº 3/2017 de autoria do Presidente da Mesa: ALTERA INTEGRALMENTE A SEÇÃO III "DAS FEIRAS LIVRES" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2007, PARA "DAS FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS". GRANDE EXPEDIENTE: Iniciando os pronunciamentos, o Vereador Jesuel Francisco Capela falou sobre as deficiências no marketing do parque Beto Carrero World, bem como do município também. Em aparte, o Vereador Silas Renato Antonietti falou sobre a importância de ser dada a devida atenção à divulgação do município, uma vez que este é voltado para o turismo e setor hoteleiro. Ato contínuo o Vereador Luiz Américo Pereira falou sobre a passagem do dia internacional da síndrome de Down e o protocolo de diversos ofícios em sua ida à Brasília nos últimos dias. O Vereador Silas Renato Antonietti, assumindo a tribuna, falou sobre suas proposições encaminhadas na presente sessão, dando especial ênfase aos referentes às recentes chuvas que vieram a causar diversos problemas de alagamento em ruas no município. Dano prosseguimento, o Vereador Everaldo Dal Posso falou sobre os projetos de divulgação do município em conjunto com o Parque Beto Carrero World. Falou também sobre a deficiência na sinalização referente ao município na região. Por conseguinte, a Vereadora Regiane Aparecida Severino fez uso da tribuna falando sobre sua proposição tratando sobre a alteração do horário de funcionamento das creches, bem como fez referência a uma solicitação feita pelo vereador Maurício Olívio Brockveld, tratando sobre o fechamento

da rua Francisco Machado. Ato contínuo, assumindo a tribuna o Vereador Maurício Olívio Brockveld respondeu à vereadora Regiane Aparecida Severino defendendo que a solicitação de fechamento havia sido feita por moradores. Falou também sobre sua ida com outros vereadores à Brasília e seus esforços em favor da localidade de São Cristóvão. O vereador Isac Hamilton da Costa falou sobre os convênios a serem fechados com o município. Falou também sobre a inexistência da empresa "W.A.", responsável pela escola Antônio José Tiago. Finalizou falando sobre a construção de uma rodoviária às margens da Transbeto, bem como da revitalização próxima ao Parque Beto Carrero World. Transmitindo a condução dos trabalhos ao vereador Isac Hamilton da Costa, fez uso da palavra a Exma. Sra. Presidente Maria Juraci Alexandrino, que pautou seu discurso na defesa aos professores que foram demitidos de maneira irregular no último trimestre de 2016. Iniciada a ORDEM DO DIA, de acordo com Artigo 182 R.I., procedeu-se a Discussão e Votação da Moção Nº 6/2017 Dos VEREADORES MARIA JURACI ALEXANDRINO E EVERALDO DAL POSSO: moção de apoio no sentido da recondução do Prof. Adelcio Machado dos Santos ao Conselho Estadual de Educação. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia vinte e sete de março, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 20 de março de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

TERMO DE RE/RATIFICAÇÃO DE ATA

RETIFICA-SE por meio do presente termo, o pronunciamento da Vereadora Maria Juraci Alexandrino constante do Grande Expediente da Ata da 9ª Reunião Ordinária realizada no dia 20 de março do corrente, a pedido Vereadora e devidamente aprovado em plenário durante discussão e votação da ata da referida reunião.

Onde Consta:

"... Transmitindo a condução dos trabalhos ao vereador Isac Hamilton da Costa, fez uso da palavra a Exma. Sra. Presidente Maria Juraci Alexandrino, que pautou seu discurso na defesa aos professores que foram demitidos de maneira irregular no último trimestre de 2016...."

passa a constar:

"... Transmitindo a condução dos trabalhos ao vereador Isac Hamilton da Costa, fez uso da palavra a Exma. Sra. Presidente Maria Juraci Alexandrino, que pautou seu discurso na defesa aos professores que foram demitidos de maneira irregular no último trimestre de 2016. Finalizando, falou sobre o Fórum da Mulher Parlamentar realizado pela União dos Vereadores do Brasil, citando que o município sediará o evento entre os dias 22 e 24 de março, cuja ênfase se dará na mulher parlamentar e em seu espaço e papel na administração pública...."

RATIFICA-SE os demais termos.

E, para constar, eu Matheus Souza de Melo, lavrei o presente termo que segue para leitura e aprovação em sessão plenária.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretario

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO 23/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 23/2017 – Pregão Presencial 14/2017.

Objeto: Aquisição móveis e equipamentos para mobiliar a casa velatória municipal bem como aquisição de um fogão industrial 4 bocas para o ginásio de esportes municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h15min do dia 17/04/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 14h00min do dia 17/04/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 11 de Março de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 043/2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA ABERTURA DA
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 043/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que fez as seguintes alterações no edital de pregão presencial nº 043/2017, cujo objeto visa a contratação de empresa de arbitragem para campeonatos esportivos municipais:

1. Quanto ao objeto, fica alterado o item nº 02 para:

ITEM	MODALIDADE	QUANTIDADE APROX.	PARTICIPANTES
02	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA VOLEI CONTENDO: 02 árbitros e 02 Mesários.	70 PARTIDAS POR ANO	Pessoa Jurídica

2. Fica prorrogado o prazo para dia 27/04/2017, com o recebimento dos documentos e propostas de preços até às 09:00hs, abertura da sessão às 9:15hs,

Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 11 de abril de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO Nº762/2017

DECRETO Nº 762/2017, de 11 de abril de 2017.

Nomeia a Comissão de Reconhecimento de Débitos do Exercício Anterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão para o Reconhecimento de Débitos do Exercício Anterior.

- a) Fernandes Antônio Shaitel – Presidente da Comissão;
- b) Elias Fernando Freitas;
- c) Simara Teixeira Petry - Membro;
- d) Camila Aparecida Pires Belotto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 11 de abril de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 11 de abril de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO PROCESSO SELETIVO 001/2017 FCEP

A FUNDAÇÃO DE CULTURA E EVENTOS DE PIRATUBA, inscrita sob o CNPJ nº 14.985.350/0001-69, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Florianópolis, nº 246 – Balneário, Cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto, no período de 27 de março de 2017 a 24 de abril de 2017, as inscrições para o PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, de Prova Escrita/Objetiva para o provimento de vagas dos cargos de Agente de Serviços Gerais Interno, Monitor Artístico e Técnico Artístico.. A prova escrita/objetiva será aplicada no dia 07 de maio de 2017, com início às 08:30h. Inscrições somente pela internet, no portal www.amauc.org.br. Íntegra do Edital ou outras informações, na Prefeitura Municipal, ou na internet nos portais www.amauc.org.br e www.piratuba.sc.gov.br. Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba – SC, em 25 de março de 2017. Susana Keller Weickmann – Superintendente da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba.

I ADENDO AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 FCEP

I ADENDO AO EDITAL Nº 001 de 08 de Março de 2017

Altera objeto e anexo I, anexo III e anexo IV do Quadro de cargos, vagas, carga horária, vencimentos e habilitação e do conteúdo programático do Processo Seletivo Público nº 001 de 08 de Março de 2017, destinado à prover vagas temporárias para a Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba – SC.

A FUNDAÇÃO DE CULTURA E EVENTOS DE PIRATUBA – FCEP, inscrita sob o CNPJ nº 14.985.350/0001-69, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Florianópolis, nº 246 – Balneário, Piratuba/SC, CEP 89730-000, neste ato representado por sua Superintendente, Sra. SUSANA KELLER WEICKMANN, no uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 001 de 08 de Março de 2017.

1. Fica alterado o Anexo I, Anexo III e Anexo IV do Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 001 de 08 de Março de 2017, destinado a prover vagas temporárias para a Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba-SC.
- 2.

ANEXO I
DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO.

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	VENCIMENTOS	HABILITAÇÃO
Agente de Serviços Gerais Interno	40 horas	01	R\$ 937,00	ALFABETIZADO
Técnico Artístico	20 horas	01	Habilitado: R\$ 1.216,28 Especialização: R\$ 1.427,08	Nível Superior Completo em Artes ou nas áreas afins com conhecimento específico desejado obtido em Conservatório ou Cursos Especializados, conhecimento do musical específico para o instrumento que ensina, conhecimento em interpretação instrumental, história da música, conhecimento em dança, teatro, artesanato e outras atividades artísticas e específicas.
Técnico Artístico	40 horas	01	Habilitado: R\$ 2.432,56 Especialização: R\$ 2.854,16	Nível Superior Completo em Artes ou nas áreas afins com conhecimento específico desejado obtido em Conservatório ou Cursos Especializados, conhecimento do musical específico para o instrumento que ensina, conhecimento em interpretação instrumental, história da música, conhecimento em dança, teatro, artesanato e outras atividades artísticas e específicas.
Monitor Artístico	20 horas	03	R\$ 1.013,51	Ensino Médio Completo com conhecimento específico desejado obtido em Conservatório ou Cursos Especializados, conhecimento do musical específico para o instrumento que ensina, conhecimento em interpretação instrumental, história da música, conhecimento em dança, teatro, artesanato e outras atividades artísticas e específicas.
Monitor Artístico	40 horas	02	R\$ 2.028,93	Ensino Médio Completo com conhecimento específico desejado obtido em Conservatório ou Cursos Especializados, conhecimento do musical específico para o instrumento que ensina, conhecimento em interpretação instrumental, história da música, conhecimento em dança, teatro, artesanato e outras atividades artísticas e específicas.

ANEXO III**DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA OS CARGOS NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR**

Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem; estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Sistema de Equações Lineares; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Piratuba. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Piratuba. Lei Orgânica Municipal; Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Piratuba. Ecologia e meio ambiente.

ANEXO IV**DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO AOS CARGOS****TÉCNICO ARTÍSTICO:**

Propriedades do sons; Elementos fundamentais da música; notas musicas; Notação musical; Articulações; Sinais de repetição; Andamentos; Compassos; Síncope e Contratempo; Quiálteras; Constituição Federal, na parte referente a Educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Plano Municipal de Educação de Piratuba – Lei

nº 1311/15; Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14; Conhecimento do material didático utilizado no município – Orientações metodológicas. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

MONITOR ARTÍSTICO:

Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda.

SUSANA KELLER WEICKMANN

Superintendente da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017 FMS

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de lavagem em veículos da Frota do Fundo Municipal de saúde, conforme especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 27/04/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 27/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 03 de abril de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2017

Objeto: Contratação de empresa para possível prestação de serviços de arbitragem em competições municipais, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 14h15 do dia 27/04/2017.

Abertura: às 14h30 do dia 27/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 03 de abril de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2017

Objeto: Registro de Preço para possível contratação de empresa especializada na prestação de serviços para fornecimento de refeições prontas, tipo "marmitex", conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 03/05/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 03/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 06 de abril de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4704/2017

DECRETO Nº 4704/2017, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

DECRETA LUTO OFICIAL EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE NOS DIAS 24, 25 E 26 DE MARÇO DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º- Estabelece Luto Oficial de Três dias em todo território do Município de Planalto Alegre nos dias 24, 25 e 26 de Março de 2017, considerando o falecimento de Vanderleia Bet, filha do Primeiro Prefeito Municipal e irmã do Ex. Presidente do Legislativo Municipal e atual Vereador deste Município.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 24 de Março de 2017.

JUARES BET
Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4721/2017

DECRETO Nº 4721/2017, DE 10 de abril de 2017.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA ELIZIANI TELES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora Pública Senhora ELIZIANI TELES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cargo que exercia desde 09 de Julho de 2009, por motivos particulares, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 10 de Abril de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4722/2017

DECRETO Nº 4722/2017, DE 10 de abril de 2017.

NOMEIA A SENHORA EDILENE SCHEID APPELT PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 01/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 a Senhora EDILENE SCHEID APPELT, para o cargo de PROFESSORA DE LINGUA INGLESA, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no período de 12/04/2017 a 10/04/2019, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 41 de 18 de abril de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, de 10 de abril de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DECRETO 4723/2017

DECRETO Nº 4723/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 13 DE ABRIL DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo, em todo o território do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no dia 13 de Abril de 2017 (quinta-feira), a partir das 12:00 horas, vésperas do feriado da Paixão de Cristo que ocorre no dia 14 de Abril de 2017 (sexta-feira), retornando as atividades normalmente no dia 17 de Abril de 2017 (segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 10 de Abril de 2017.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: PANIFICADORA E CONFEITARIA IRMÃOS DOEGE LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$49.257,50 (quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) – Item 02.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: MARCOS VOLKMAN ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$70.080,75 (setenta mil, oitenta reais e setenta e cinco centavos) – Itens 01 e 04.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$137.139,00 (cento e trinta e sete mil e cento e trinta e nove reais) – Itens 57, 58, 62, 63, 65, 67, 68, 74, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94 e 96.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$50.607,50 (cinquenta mil, seiscentos e sete reais e cinquenta centavos) – Itens 49, 50, 112, 113 e 122.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$372.151,00 (trezentos e setenta e dois mil e cento cinquenta e um reais) – Itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$194.617,50 (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos) – Itens 05, 06, 51, 52, 53, 54, 55, 66, 69, 71, 72, 73, 78, 79, 95, 99, 110, 111, 116 e 120.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ROSAR ALIMENTOS LTDA. EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$125.280,00 (cento e vinte e cinco mil e duzentos e oitenta reais) – Itens 42, 43, 44 e 45.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$293.467,00 (duzentos e noventa e três mil e quatrocentos e sessenta e sete reais) – Itens 46, 47, 56, 59, 60, 61, 64, 70, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 117, 118, 119, 121 e 123.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032 / 2017

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DE CRECHES - PNAC E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$116.480,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e oitenta reais) – Itens 38, 39, 40 e 41.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/04/2018.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 015 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 027 / 2017.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS, DENTES, PARAFUSOS, PORCAS, LÂMINAS, FILTROS, ESCOVAS, CERDAS E CABO DE AÇO PARA AS MÁQUINAS E TRATORES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 28/04/2017.
Local: Setor de protocolos do Município de Pomerode/SC.
Abertura das propostas: 14h00min.do dia 28/04/2017.
Local: Sala de licitações no prédio do Município de Pomerode/SC.
O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2017

Processo Administrativo n.º 010 / 2017.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA HERMANN WEEGE, N.º 677 - CENTRO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.756,54 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO DO FUNDO CATARINENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE-INVESTSAÚDE - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000018689 / PROGRAMA TRANSFERÊNCIA N.º 2017006489 E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.
Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 28/04/2017.
Local: Setor de protocolos do Município de Pomerode/SC.
Abertura das propostas: 08h00min.do dia 28/04/2017.
Local: Sala de licitações no prédio do Município de Pomerode/SC.
O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 11 de Abril de 2017.
RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO 01-2017****SAMAE POMERODE**

Compras e Contratos

Termo de Homologação

Termo Homologação

Pág 1 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Leilão Para Alienação: 1/2017
Processo Administrativo: 7/2017

Ao Sr(a). RICARDO CAMPESTRINI tendo em vista a decisão proferida pelo leiloeiro Designado Sr ADILSON REITER.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Leilão nº. 1/2017, o(s) participante(s):

264806 - MAURICI MAIER NICOLETTO						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
9	PLÁSTICOS COPINHOS OS/PP	KG		1	R\$0,51	R\$0,51
18	GARRAÃO DE VIDRO	PEÇA		1	R\$1,45	R\$1,45
25	PVC	KG		1	R\$0,68	R\$0,68

302066 - NELCIR OSVALDO ULLER						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	LITROS	KG		1	R\$0,13	R\$0,13

436828 - PLASTICOS SANDRI LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	PLÁSTICO DURO COLORIDO	KG		1	R\$1,10	R\$1,10

436844 - TOTAL PET RECICLAGEM DE PLASTICOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	PET CRISTAL	KG		1	R\$1,90	R\$1,90
12	PET VERDE	KG		1	R\$1,65	R\$1,65
13	PET AZEITE	KG		1	R\$0,55	R\$0,55

436860 - JOÃO LUIS MARQUES DA SILVA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
32	ÓLEO DE COZINHA USADO	LITRO		1	R\$0,45	R\$0,45

436895 - SERGIO ZUQUE						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
17	VIDROS DE CONSERVA NORMAIS	PEÇA		1	R\$0,17	R\$0,17

437166 - ARNOLDO UBER						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27	PLACA CPU	KG		1	R\$14,00	R\$14,00

454559 - MAURICIO MANNY NARDELLI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	CACOS	KG		1	R\$0,04	R\$0,04

454575 - EVANDRO LUIZ DEMARCH						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
29	CELULAR COM BATERIA	KG		1	R\$11,05	R\$11,05

**SAMAE POMERODE**Compras e Contratos
Termo de Homologação
Termo Homologação

Pág 2 / 2

472913 - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES JARAGUAENSES

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30	ELETRÔNICOS COM MOTORES	KG		1	R\$0,70	R\$0,70
33	ISOPOR (RECICLADO)	KG		1	R\$0,33	R\$0,33
36	PAPÉIS, PLÁSTICOS, VIDROS, METAIS E APROXIMADAMENTE TRINTA POR CENTO DE REJEITO (LIXO ORGÂNICO)	KG		1	R\$0,07	R\$0,07

472930 - EDEPEL EMBALAGENS LTDA EPP

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
8	PLÁSTICO MOLE BRANCO	KG		1	R\$1,40	R\$1,40

490806 - YANKA LUMA ULLER

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	FILME (CHAPA RAIOS-X)	KG		1	R\$0,80	R\$0,80

POMERODE, 28 de março de 2017.

RICARDO CAMPESTRINI
Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 038/2017

CONTRATO Nº 38/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME
CNPJ: 08.323.301/0001-68
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE LANCHES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES.
Valor: R\$ 65.232,00 (sessenta e cinco mil e duzentos e trinta e dois reais)
VIGÊNCIA: De 31 de março de 2017 até 31 de março de 2018.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 041/2017

CONTRATO Nº 41/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: SOMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 26.190.200/0001-48
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, INCLUINDO TROCA DE PEÇAS E SERVIÇOS NO TRATOR KOMATSU D41 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.
Valor: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: De 04 de abril até 31 de julho de 2017.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 039/2017

CONTRATO Nº 39/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: PADARIA CRISAEI LTDA ME
CNPJ: 11.383.050/0001-11
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE LANCHES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES.
Valor: R\$ 41.266,45 (quarenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)
VIGÊNCIA: De 31 de março de 2017 até 31 de março de 2018.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 040/2017

CONTRATO Nº 40/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: JUCE MARA CAGLIARI ME
CNPJ: 19.472.660/0001-01
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE LANCHES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES.
Valor: R\$ 53.605,50 (cinquenta e três mil, seiscentos e cinco reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: De 31 de março de 2017 até 31 de março de 2018.
Alceu Alberto Wrubel
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE ABERTURA PRG 008/2017 - FMEDUCA AVISO DE ALTERAÇÃO ABERTURA – PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2017 – FMEDUCA

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste ALTERAR a abertura do Edital já mencionado:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de gêneros alimentícios com fornecimento parcelado para composição da merenda escolar do ensino infantil e fundamental da rede municipal deste município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Em decorrência do Decreto nº 1.547/2017 de 10 de Abril de 2017, que estabelece ponto facultativo nos Órgãos do Poder Executivo Municipal no dia 13 de Abril de 2017, e feriado no dia 14/04/2017, e tendo o Pregão Presencial nº 008/2017 – FMEDUCA com abertura para o dia 13/04/2017 as 13:00 horas, e o Edital no seu item 17.9 que prevê sobre fatos que impeçam a abertura na data marcada, conforme descrito abaixo:

17.9 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

Fica marcado a abertura do certame para o dia 17/04/2017 as 13:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes e credenciamento até as 12:30 (doze horas e trinta minutos) do dia 17/04/2017.

Ficam mantidas as demais cláusulas do Edital de licitação e anexos do PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2017 - FMEDUCA.

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo/SC, 12 de Abril de 2017.

Eliane Tomaz
Secretaria de Administração
Prefeitura Municipal de Porto Belo

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 011/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 011/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de recompositor de pista usinado a quente para atender as necessidades do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das PROPOSTAS DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: Até às 12:30 horas do dia 27/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 27/04/2017, no

Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 012/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial Nº 012/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares e comercial (com características domiciliares), com fornecimento de 02 (DOIS) caminhões compactadores com capacidade mínima de 15m³, 02 motoristas e 06 ajudantes (GARIS), para atender as necessidades do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 28/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 28/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

ATA 043/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 043/2017

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 007/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Supermercado Dukelli Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Supermercado Dukelli Ltda – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 82.128.182/0001-45, sito a Avenida João Pessoa, nº 1377, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.400-000, Telefone (42) 3522-4539, representado neste ato pelo Sr. Solimar Haiduk, inscrito no CPF sob o número 498.418.319-53.

Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
14	200	Unid.	Pano de chão: dimensões: 60 x 80 cm, alvejado, 100% algodão, alta absorção, com costuras laterais, cor branco	R\$ 3,40	R\$ 680,00
Valor Total: R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 007/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Solimar Haiduk, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 044/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 044/2017

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 007/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 04.283.864/0001-19, sito a Rua Ranulfo Costa Pinto, nº 259, centro, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP: 84.600-000, Telefone (42) 3523-3045, representado neste ato pelo Sr. Clemente Jackiw, inscrito no CPF sob o número 551.418.119-72.

Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
27	200	Pacote	Açúcar refinado, pacote com 1 kilo	R\$ 2,69	R\$ 538,00
Valor Total: R\$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 007/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Clemente Jackiw, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP
 Empresa Detentora da Ata
 Testemunhas:

ATA 045/2017

Município de Porto União
 Estado de Santa Catarina
 ATA 045/2017

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 007/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 05.919.156/0001-94, sito a Rua do Comércio, s/nº, Rod. SC 283, centro, município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.882-000, Telefone (49) 3328-3744, representado neste ato pela Sr.(a) Renata Raquel Ahlf dos Santos, inscrita no CPF sob o número 005.351.199-92.

Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
2	500	Frasco	Álcool em gel 70%: composição - álcool etílico hidratado em gel 70% v/v (em volume), correspondente a 62,44º INPM (em peso), frasco com 480g	R\$ 3,84	R\$ 1.920,00
6	960	Frasco	Detergente para louça: composição - tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância, água, componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde	R\$ 1,25	R\$ 1.200,00
16	2.000	Pacote	Papel higiênico: 100% fibras celulósicas, folha dupla, folha branca, neutro, pacote com 4 rolos de 30 m x 10 cm	R\$ 3,16	R\$ 6.320,00
28	250	Caixa	Chá mate tostado sabor limão, caixa c/ 40g - 25 saquinhos	R\$ 2,40	R\$ 600,00
29	250	Caixa	Chá mate tostado sabor natural, caixa c/ 40g - 25 saquinhos	R\$ 2,40	R\$ 600,00
Valor Total: R\$ 10.640,00 (dez mil seiscentos e quarenta reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 007/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do

parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sr.(a) Renata Raquel Ahlf dos Santos, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 046/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 046/2017

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 007/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: VW Comércio Atacadista Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: VW Comércio Atacadista Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 10.573.408/0001-06, sito ao Distrito de Ipomeia, nº 100, sala 02, município de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.555-000, Telefone (49) 9996-2274, representado neste ato pela Sr.(a) Raquel Wolinger da Silva, inscrita no CPF sob o número 777.371.649-87.

Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
4	50	Unid.	Escova sanitária: super resistente, formato anatômico, com suporte para guardar a escova, cabo com 27 cm, cabo semi-flexível	R\$ 3,93	R\$ 196,50
7	400	Pacote	Esponja multiuso: composta por poliuretano e fibra sintética verde e amarela, formato retangular, dimensões: 110mm x 75mm x 20mm, pacote com 3 unidades	R\$ 1,53	R\$ 612,00
8	100	Pacote	Esponja de aço: composição - aço carbono, pacote com 60 g (8 unidades)	R\$ 0,97	R\$ 97,00
19	40	Unid.	Rodo: em plástico, medindo 40 cm, borracha dupla, com cabo de madeira revestido de plástico	R\$ 4,58	R\$ 183,20
22	200	Pacote	Saco de lixo: capacidade para 15 litros, em polietileno de alta densidade, cor preta, reforçado, sem sanfona, espessura de 03 micas, pacote com 10 sacos e identificação do produto, marca e medidas	R\$ 1,30	R\$ 260,00
23	200	Pacote	Saco de lixo: capacidade para 30 litros, em polietileno de alta densidade, cor preta, reforçado, sem sanfona, espessura de 03 micas, pacote com 10 sacos e identificação do produto, marca e medidas	R\$ 1,50	R\$ 300,00

24	200	Pacote	Saco de lixo: capacidade para 50 litros, em polietileno de alta densidade, cor preta, reforçado, sem sanfona, espessura de 03 micas, pacote com 10 sacos e identificação do produto, marca e medidas	R\$ 1,40	R\$ 280,00
26	40	Unid.	Vassoura multiuso: nylon com cabo de madeira revestido por plástico, com cordas sintéticas plumadas de polipropileno, com suporte plástico que protege móveis e paredes contra batidas e arranhões	R\$ 3,77	R\$ 150,80
34	100	Unid.	Pano de prato: 100% algodão, cor branca, embanhado nas laterais, alta absorção, lavável, durável, dimensões: 70 x 44 cm	R\$ 1,99	R\$ 199,00
37	10	Unid.	Lixeira plástica: com pedal, capacidade para 50 litros, cor branca	R\$ 58,00	R\$ 580,00
Valor Total: R\$ 2.858,50 (dois mil oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 007/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sr.(a) Raquel Wolinger da Silva, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

VW Comércio Atacadista Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 047/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 047/2017

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços, Pregão

Presencial 007/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF nº 07.814.016/0001-87, sito a Rua Brasília, nº 220D, município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.802-320, Telefone (49) 3328-4718, representado neste ato pelo Sr. Ivanor de Lima Pinto, inscrito no CPF sob o número 017.776.399-05.

Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
17	500	Pacote	Papel toalha: 100% de fibras naturais, folha dupla, folha branca, pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 19 cm x 22 cm cada	R\$ 2,30	R\$ 1.150,00
20	500	Caixa	Sabão em pó: composição - alquil benzeno sulfonato de sódio, linear, bentonita sódica, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 BIs 2 sulfoesteril bifenil dissódico), pigmento azul 15, enzimas, CMC, perfume e água, contém tensoativo biodegradável, caixa com 1 kg	R\$ 5,30	R\$ 2.650,00
30	2.000	Pacote	Papel interfolha: 100% celulose, alta absorção, cor branco, dimensões: 20 x 21 cm, pacote com 1.000 folhas	R\$ 6,00	R\$ 12.000,00
33	60	Pacote	Sabão em barra: neutro, composição - ácidos graxos, glicerina, conservante, sal inorgânico e água, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde, pacote com 5 unidades de 200g cada	R\$ 4,50	R\$ 270,00
Valor Total: R\$ 16.070,00 (dezesesseis mil e setenta reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 007/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Ivanor de Lima Pinto, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 048/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 048/2017

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 007/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: SIPROLIMP – Simionato Produtos de Limpeza Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: SIPROLIMP – Simionato Produtos de Limpeza Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 05.340.608/0001-89, sito a Rua Alameda Doze com a Rua Onze, nº 14, município de Mariópolis, Estado do Paraná, CEP: 85.525-000, Telefone (46) 3226-1241, representado neste ato pelo Sr. Nestor Luiz Simionato, inscrito no CPF sob o número 518.588.199-20. Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
1	1.000	Frasco	Água Sanitária: composição - hipoclorito de sódio e água, teor de cloro ativo: 2% a 2,5% p/p, princípio ativo: hipoclorito de sódio, produto à base de cloro, aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde, frasco com 1 litro	R\$ 1,65	R\$ 1.650,00
3	20	Unid.	Balde plástico: capacidade para 15 litros, produzido em material de alta resistência, com alça de metal e bico direcionador, cores diversas	R\$ 3,95	R\$ 79,00
31	20	Unid.	Galão plástico: capacidade para 5 litros, com tampa rosqueável, cor branco	R\$ 3,10	R\$ 62,00
32	10	Pacote	Fósforo: pacote com 10 caixas com 40 palitos de fósforos cada, deve conter selo do INMETRO	R\$ 2,17	R\$ 21,70
35	36	Frasco	Amaciante para roupas: composição - cloreto de dialquil dimetil amônio, coadjuvante, acidulante, preservante, corante, perfume e água, diversas fragrâncias, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde	R\$ 3,22	R\$ 115,92
Valor Total: R\$ 1.928,62 (um mil novecentos e vinte oito reais e sessenta e dois centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 007/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO

GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Nestor Luiz Simionato, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

SIPROLIMP – Simionato Produtos de Limpeza Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 049/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 049/2017

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2017, autorizado junto ao Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços, Pregão Presencial 007/2017, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Eliseu Mibach, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Máxima Atacadista EIRELI.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Máxima Atacadista EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº 26.716.048/0001-94, sita a Rua Adolfo Konder, nº 279, sala 03, Bairro São Rafael, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.295-000, Telefone (47) 3644-6300, representado neste ato pelo Sr. José Senilton Kohlbeck, inscrito no CPF sob o número 868.877.189-87.

Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
9	30	Pacote	Prendedor de roupa: plástico, resistente, pacote com 12 unidades	R\$ 1,22	R\$ 36,60
11	400	Par	Luva multi uso: forrada, flexível, alta resistência, látex 100% natural, forro 100% de algodão, bordas ajustadas que aumentam a proteção, palma antiderrapante, tamanho M, embalagem com 1 par	R\$ 1,94	R\$ 776,00
12	250	Par	Luva multi uso: forrada, flexível, alta resistência, látex 100% natural, forro 100% de algodão, bordas ajustadas que aumentam a proteção, palma antiderrapante, tamanho G, embalagem com 1 par	R\$ 1,94	R\$ 485,00
13	50	Pacote	Palha de aço nº 1 (média), pacote c/ 25 g	R\$ 0,48	R\$ 24,00
15	50	Pacote	Pano multiuso: composição: 100% viscose e resina, pacote com 5 unidades, medindo 60 x 33 cm cada unidade	R\$ 1,56	R\$ 78,00

18	100	Caixa	Pedra sanitária: composição: dodecilbenzeno sulfonato de sódio, coadjuvantes, emoliente, fragrância e corantes, caixa com rede plástica, gancho e pedra	R\$ 0,71	R\$ 71,00
21	350	Frasco	Saponáceo cremoso: composição - ensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e veículo, componente ativo: linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, frasco com 300 ml	R\$ 2,60	R\$ 910,00
36	50	Frasco	Odorizador de ambiente: aerosol, diversas fragrâncias, frasco com 400 ml	R\$ 6,73	R\$ 336,50
Valor Total: R\$ 2.717,10 (dois mil setecentos e dezessete reais e dez centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.3. As condições de entrega dos materiais é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 007/2017, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, CONFORME A NECESSIDADE e Autorização da Secretaria Municipal da Saúde nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não da Ata de Registro de Preços, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2017.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 012/2017, Pregão Presencial 007/2017, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. José Senilton Kohlbeck, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Máxima Atacadista EIRELI
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

DECRETO Nº 159/2017

DECRETO Nº 159, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre Aposentadoria Especial de Professor por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e o disposto no Artigo 40 § 5º da Constituição Federal, Artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e no Artigo 32 da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. ILZA TEREZINHA REINBOLD DE ANDRADE, portadora do RG nº 3.692.682-1/SSP/PR e CPF nº 906.658.139-53, no Cargo de Professora Docente 6º ao 9º Anos Finais – Disciplina História – Nível “C” – Referência “011”, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

EXTRATO DE CONTRATO 006/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 006/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de alimentos Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o CRAS do Bela Vista e Vice King.

Valor: R\$ 20.833,06 (vinte mil oitocentos e trinta e três reais e seis centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de março de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Jackiw Atacadista de alimentos Ltda - EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 007/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 007/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o CRAS do Bela Vista e Vice King.

Valor: R\$ 31.207,80 (trinta e um mil duzentos e sete reais e oitenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de março de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Mercado Kosera Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 008/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 008/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o CRAS do Bela Vista e Vice King.

Valor: R\$ 3.162,40 (três mil cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de março de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 009/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 009/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o CRAS do Bela Vista e Vice King.

Valor: R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de março de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 010/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 010/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda – EPP.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o CRAS do Bela Vista e Vice King.

Valor: R\$ 24.155,00 (vinte e quatro mil cento e cinquenta e cinco reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de março de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Supermercado Dukelli Ltda – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 011/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 011/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o CRAS do Bela Vista e Vice King.
Valor: R\$ 5.935,60 (cinco mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 002/2017 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 047/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 047/2017.
Partes: Município de Porto União e Eletro Led Material Elétrico Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de materiais para manutenção da Iluminação Pública.
Valor: R\$ 164.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 018/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 27 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Eletro Led Material Elétrico Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 048/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 048/2017.
Partes: Município de Porto União e Comercial Onix Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de materiais para manutenção da Iluminação Pública.
Valor: R\$ 2.295,00 (dois mil duzentos e noventa e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 018/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 27 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Comercial Onix Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 051/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 051/2017.
Partes: Município de Porto União e Editora Amigos da Natureza Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de material educativo para uso da Vigilância Epidemiológica nas Escolas Municipais de Porto União, contemplando o Projeto Saúde na Escola.
Valor: R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).
Vigência: 06 (seis) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 001/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 29 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Editora Amigos da Natureza Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 052/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 052/2017.
Partes: Município de Porto União e FW Comércio e Serviços Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de peças originais para reposição em equipamentos médicos hospitalares e odontológicos.
Valor: R\$ 25.630,00 (vinte e cinco mil seiscentos e trinta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 020/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 29 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
FW Comércio e Serviços Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 053/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 053/2017.
Partes: Município de Porto União e Assistência Odontomédica Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de peças originais para reposição em equipamentos médicos hospitalares e odontológicos.
Valor: R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 020/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 29 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Assistência Odontomédica Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 054/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 054/2017.
Partes: Município de Porto União e Gertrud Emma Blattmann.
Objeto: Locação de 19,36 há ou 8 alqs, localizado na Colônia Antônio Candido, na Matrícula do INCRA sob o n.º 816 108 004 111-2, registrado no registro de imóveis da Comarca de Porto União sob o nº 409, onde funciona o aterro sanitário do Município, para depósito do lixo urbano.
Valor: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) mensais.
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Dispensa de Licitação 008/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Gertrud Emma Blattmann.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 055/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 055/2017.
Partes: Município de Porto União e Clínica Médica H. J. Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços na área de Medicina e Segurança do Trabalho para elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, do Laudo Técnico das Condições de Ambiente de Trabalho – LTCAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.
Valor: R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais).
Vigência: Até 31 de dezembro de 2017.

Base legal: Dispensa de Licitação 007/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Clínica Médica H. J. Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 049/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 049/2017
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 044/2016
Partes: Município de Porto União e Toque Telecomunicações Ltda - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Exclui-se os pontos Centro de Especialidades Odontológicas e Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica, em virtude da mudança de local destes setores.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

O valor mensal referente a Sede da Prefeitura Municipal é de R\$ 199,90 (cento e noventa e nove reais e noventa centavos).
O valor mensal referente a UBS Bela Vista, CAPS I e UBS São Pedro é de R\$ 312,00 (trezentos e doze reais) por ponto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 28 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 050/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 050/2017
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 189/2016
Partes: Município de Porto União e R Plus Comercial Varejista Ltda - EPP.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 28 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

RESCISÃO DE CONTRATO 003/2017

RESCISÃO DE CONTRATO 003/2017
CONTRATO 119/2015 - SAÚDE

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de Locação de Imóvel nº 119/2015 - SAÚDE, datado de 19 de novembro de

2015 entre o Município de Porto União e Denise Cristiane Senn, inscrita no CPF sob o nº 029.774.619-73 visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 080/2015 - SAÚDE, Modalidade de Dispensa de Licitação nº 009/2015, ficam liberadas as partes.

Porto União SC, 27 de março de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2017 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 002/2017 - FAS
Pregão Presencial 002/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Jackiw Atacadista de alimentos Ltda – EPP, Mercado Kosera Ltda – ME, Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP, AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP, Supermercado Dukelli Ltda – EPP e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Porto União SC, 30 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 012/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 007/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Supermercado Dukelli Ltda – ME, Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP, AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP, VW Comércio Atacadista Ltda – ME, Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME, SIPROLIMP – Simionato Produtos de Limpeza Ltda – EPP e Máxima Atacadista EIRELI.
Porto União SC, 29 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 026/2017
Pregão Presencial 015/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP, Mercado Kosera Ltda – ME, Supermercado Dukelli Ltda – EPP.
Porto União SC, 27 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
018/2017**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 029/2017
Pregão Presencial 018/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Eleto Led Material Elétrico Ltda – EPP e
Comercial Onix Ltda – EPP.
Porto União SC, 27 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
020/2017**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 031/2017
Pregão Presencial 020/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
FW Comércio e Serviços Ltda – ME e
Assistência Odontomédica Ltda – ME.
Porto União SC, 29 de março de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 29/2017

PORTARIA Nº 29/2017

EMENTA: "Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Constitui Comissão Especial com a finalidade específica de efetuar o levantamento e proceder à avaliação de bens patrimoniais da Câmara Municipal de Porto União, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Silvia Regina Grabowski Grinko
Secretária: Camila Lezan
Membro: Júlio Ilsomar Chaicowski

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 11 de abril de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	
Presidente da Câmara Municipal de Porto União	

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

Processo Licitatório nº 20/2017

Pregão Presencial nº 17/2017

Ref: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 20/2017

Impugnante: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Decisão.

1 – Da Admissibilidade do Recurso A doutrina aponta como pressuposto dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifestação tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório. O Decreto Federal nº 3555/00, em seu art. 12, assim disciplinou:

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. § 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. § 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame

Recebida a petição de impugnação no dia 10/04/2017, foi a mesma despachada a este Pregoeiro na mesma data, ver-se, portanto, observado o prazo legal para protocolo da mesma, mostrando-se, assim, tempestiva.

Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é amplamente fundamentada e contém o necessário pedido de reformulação do edital.

2 – Do Mérito do Recurso

Inicialmente a empresa Impugnante pretende ver modificado o objeto do Pregão Presencial nº 17/2017, por considerar que há exigência excessiva e desarrazoada no Edital, que restringe o caráter competitivo do certame e fere a lisura do procedimento licitatório.

Consiste a impugnação no item 5.1.3 “c” – qualificação técnica, que exige a autorização para venda de peças originais do fornecedor fabricante, no caso a empresa Catterpillar.

Assevera que tal exigência é restritiva, pois qualquer empresa do ramo pode adquirir peças originais de substituição, não somente empresa autorizada para tanto.

Daí que é de concluir-se que o Edital de Licitação prevê a exigência de peças de reposição originais, o que deverá ser cumprido pelo proponente, sob pena de arcar com eventuais prejuízos que experimentar a administração em decorrência do descumprimento do exigido no referido Edital.

Por tal ponto, é que conhecemos da Impugnação proposta e damos à esta provimento, a fim de que seja desconsiderada do Edital em evidência a cláusula 5.1.3 “c” que exige como qualificação técnica o seguinte item:

a) “Declaração do fornecedor das peças, autorizando a revenda das peças originais, a mesma deve ser autenticada em cartório”.

Publique-se, registre-se e intime-se nesta data, via e-mail.

Presidente Castello Branco, em 11 de abril de 2017.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 26 (vinte e seis) abril de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como a aquisição de gêneros alimentícios (in natura) para composição de 150 (cento e cinquenta) cestas básicas, a fim de atender benefício aos servidores municipais, do Município de Presidente Castello Branco, contados na data de sua homologação, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 193/2017

PORTARIA N.º 193 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a instrução normativa TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1.º - Designa o servidor ODAIR KOCHANISKI, Gerente Administrativo, como responsável realização de despesas sob o regime de atendimento da Secretaria Municipal de Esporte e Turismo, tendo poderes para isoladamente ABRIR CONTAS DE DEPOSITO ESPECIFICA, RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO, SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS, REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO, CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS, EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO E EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO.

Art. 2.º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 27 de Março de 2017.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 194/2017

PORTARIA N.º 194 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) ENIVALDO TOMIO, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art.2º. Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 27 de Março de 2017.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 195/2017

PORTARIA N.º. 195, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a MARCELI FA-RIAS, Agente Administrativo, pelo período de 29 de Março de 2017 a 12 de Abril de 2017, relativo ao período aquisitivo de 03/01/2016 à 02/01/2017.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 29 de Março de 2017.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 196/2017

PORTARIA N.º 196 DE 29 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde a contar do dia 05/04/2017, ao (a) Servidor (a) VALDECI JOSE COMANDOLI, Gerente de Licitações, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 29 de Março de 2017.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 197/2017

PORTARIA N.º 197 DE 29 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) DINEIDE MEYER COMANDOLI, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art.2º. Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com efeitos retroativos a contar do dia 28/03/2017.

Presidente Nereu, 29 de Março de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 198/2017

PORTARIA Nº.198 DE 31 DE MARÇO DE 2017.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o(a) servidor(a) CLAUDELICE BELEGANTE, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 31 de Março de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 199/2017

PORTARIA Nº. 199 DE 03 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a CARLOS ALEXANDRE MACHADO, Guarda do Patrimônio, pelo período de 03 de Abril de 2017 a 02 de Maio de 2017, relativo ao período aquisitivo de 17/12/2014 à 16/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 03 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 200/2017

PORTARIA Nº. 200 DE 04 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a NILTON SCHMITZ, Operário Braçal, pelo período de 04 de Abril de 2017 a 18 de Abril de 2017, relativo ao período aquisitivo de 19/03/2016 à 18/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 04 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 201/2017

PORTARIA Nº. 201, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do município em conformidade com a Lei Complementar Nº 01/2002 de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 48/2017 de 31 de Março de 2017 e suas alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora ANELI SEZERINO LINHARES, ocupante do cargo efetivo de Motorista, para atuar no Conselho Tutelar.

§ 1º - A secretaria municipal de Administração informará formalmente ao setor de RH, o veículo utilizado e o percurso a ser realizado pelo servidor acima citado, bem como, eventuais mudanças posteriores.

§ 2º - Em conformidade com o parágrafo 2º, Art. 108 da Lei complementar Nº 001/2002, o servidor designado fará jus a Gratificação Especial relativa ao Nível de Vencimentos VI-1 da Tabela Única de Vencimentos da Lei Complementar Nº 11/2011.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 04 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 202/2017

PORTARIA Nº. 202, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do município em conformidade com a Lei Complementar Nº 01/2002 de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 48/2017 de 31 de Março de 2017 e suas alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidor MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, para atuar na Assistência Social.

§ 1º - A secretaria municipal de Assistência Social informará formalmente ao setor de RH, o veículo utilizado e o percurso a ser realizado pelo servidor acima citado, bem como, eventuais mudanças posteriores.

§ 2º - Em conformidade com o parágrafo 2º, Art. 108 da Lei complementar Nº 001/2002, o servidor designado fará jus a Gratificação Especial relativa ao Nível de Vencimentos VI-1 da Tabela Única de Vencimentos da Lei Complementar Nº 11/2011.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 04 de Abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

PORTARIA 203/2017

PORTARIA Nº.203 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o(a) servidor(a) CRISTIANE GRUBER, contratada em caráter temporário, em conformidade com o inciso II, Art. 10º, da Lei Complementar nº 1284/2010.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 204/2017

PORTARIA Nº. 204 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a EDSON LINDNER, Motorista, pelo período de 06 de Abril de 2017 a 15 de fevereiro Abril de 2017, relativo ao período aquisitivo de 13/06/2015 à 12/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 205/2017

PORTARIA Nº. 205 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) JACI AUGUSTINHO JUNGKLAUS, ocupante do cargo de Agente Político de Secretário de Finanças.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 206/2017

PORTARIA Nº. 206 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o(a) servidor(a) MARZIO ROGERIO VIEIRA, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR EXPEDIENTE.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 06 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 207/2017

PORTARIA Nº. 207 DE 07 DE ABRIL DE 2017.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o(a) servidor(a) SIDNEY VIEIRA JUNIOR, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE CONTROLE ESTOQUE E FROTA.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 208/2017

PORTARIA Nº. 208 DE 07 DE JANEIRO DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001 de 01 de Setembro de 2011, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o (a) senhor (a) SIDNEY VIEIRA JUNIOR, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE EXPEDIENTE, Nível de Vencimentos X do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 209/2017

PORTARIA Nº. 209 DE 07 DE ABRIL DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001 de 01 de Setembro de 2011, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o (a) senhor (a) VALDEMAR PETRI, para exercer as funções e ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR DE CONTROLE E FROTA, Nível de Vencimentos X do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 210/2017

PORTARIA N.º 210, DE 07 DE ABRIL DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 11/2011, alterada pela Lei Complementar nº 49/2017 de 06 de Abril de 2017, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1.º - Fica nomeado o Senhor JACI AUGUSTINHO JUNGKLAUS para exercer as funções e ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Financeiro, nível de vencimentos XI do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 211/2017

PORTARIA Nº. 211 DE 07 DE ABRIL DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE AGENTE POLITICO COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei Complementar Nº 49/2017 de 06 de Abril de 2017, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica nomeado (a) partir desta data, o(a) Senhor(a) MARZIO ROGERIO VIEIRA, para exercer as funções e ocupar o cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Administração e Finanças, com subsídios estabelecidos no Art. 1º, inciso III da Lei Municipal Nº. 1343 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 212/2017

PORTARIA Nº.212 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o(a) servidor(a) JOSEANE FARIAS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a pedido da mesma.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 24/2017-PM, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017 PM.

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 24/2017-PM
Tomada de Preços 03/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de Pessoa Jurídica para execução de projeto de obra de construção e adaptação das rampas na Escola Pública Municipal Renascer, do Município de Princesa/SC." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 04 de maio de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 11 de abril de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 73 DE 11.04.2017

PORTARIA Nº. 73, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO AOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal, no uso das Atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Art. 69, da Lei Orgânica do Município; com fundamento na subseção IV, Artigos 88, 90 e 91, todos da Lei Complementar nº. 022, de 30 de dezembro de 2014 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Princesa) e com o Artigo 21 da Lei nº. 228 de 28 de outubro de 2001 e Artigos 64 e 65 da Lei nº. 109 de 28 de Dezembro de 2004; atualizada pela Lei nº 737, de 02 de abril de 2014; Editais nº. 002 e 003 de 13 de fevereiro de 2017, Ata da 7ª reunião da comissão especial para concessão da progressão por mérito, de 11 de abril de 2017;

RESOLVE

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado da Concessão de Progressão por Mérito concedida aos membros do magistério público municipal, pela Ata da 7ª reunião, apresentada pela Comissão especial de avaliação para concessão de progressão por mérito, nomeada pela Portaria nº. 50, de 08 de Fevereiro de 2017.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Portaria correrão à conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de Março de 2017.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 11 de Abril de 2017.
Edilson Miguel Volkweis,
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 014/2017

EXTRATO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 014/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160/045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefone (47) 3531 1426, torna público o presente edital para o CREDENCIAMENTO DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) PROFISSIONAIS MÉDICOS PLANTONISTAS EM REGIME DE ESCALA PARA O PRONTO ATENDIMENTO NA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, para prestação de serviços com observância às condições estabelecidas neste Edital. Os interessados deverão encaminhar seus documentos relacionados no presente Edital, a partir das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h00 do dia 12 de ABRIL de 2017 até o dia 24 de ABRIL de 2017, tendo como local a SECRETARIA Municipal DE SAÚDE, sito a Rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, sala 110, Centro, Rio do Sul, SC. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria. Edital completo com as descrições poderá ser obtido no Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul ou através do site www.riodosul.sc.gov.br ou pelos e-mails sau.caa@riodosul.sc.gov.br / maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br, ou ainda pelo telefone (47) 3531 1449, são partes integrantes deste Edital o anexo: I, este está disponível na íntegra nesta Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), em 11 de abril de 2017.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE RIO DO SUL**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/17**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Ivan Carlos Martins 03969654904	xx.772.863/ 0001-xx	163144
Sperandio Administradora de Bens Ltda	xx.315.458/ 0001-xx	164051
Dulce Aparecida Cavilha Butzke	Xxx.335. 219-xx	164660
Adenir Torquato	Xxx.513. 039-xx	164320
Sebastião Luiz Lois	Xxx.114. 029-xx	164604

Marcenaria São João Ltda	xx.374.736. 0001-xx	164803
--------------------------	------------------------	--------

Rio do Sul, 11 de Abril de 2017

LEONICE WITTE
Gestão DocumentalALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda**PREGÃO PRESENCIAL 013/2017/FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

OBJETO: Contratação de empresa para provimento do sistema de gestão de saúde pública. Secretaria de Saúde.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/04/2017, às 13:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:00h do dia 26/04/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria de Saúde, Rua Tuiuti, 154, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/licitações.Rio do Sul (SC), 11 de abril de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do SulSUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Secretária de Saúde**RESOLUÇÃO Nº 015 DE 11 DE ABRIL DE 2017**

RESOLUÇÃO Nº 015, 11 de Abril de 2017.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. ROSANA LUIZA BERNARDINO."

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Sra. ROSANA LUIZA BERNARDINO, brasileira, convivente em união estável, portadora da C.I. nº 2.334.478 SSP/SC, e inscrita no CPF nº 720.446.839-20, residente e domiciliada na Padre Feijó, 22, Bairro Navegantes, Rio do Sul, SC, baseando-se no disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05

(Fórmula 85/95), no cargo de Professora , nível C-3, com proventos integrais e paridade a partir de 01/04/2017.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/05 (Fórmula 85/95).

Art.3º- A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 15 de Março de 2017 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 11 de Abril de 2017.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 016 DE 11 DE ABRIL DE 2017

RESOLUÇÃO Nº 016, 11 de Abril de 2017.

“HOMOLOGA PENSÃO POR MORTE A SRA. NATALIA STUPP E AO SR. VITOR STUPP.”

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º- Homologar a partir de 03 de Fevereiro de 2017, pensão por morte a NATALIA STUPP, brasileira, solteira, nascida em 05/12/1998, portadora da Cédula de Identidade nº 7.812.941 e CPF nº 069.598.029-70, e VITOR STUPP, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Cédula de Identidade 1.229.927 e CPF 575.991.309-34, ambos domiciliados e residentes na Rua Pedro Moretto, 721, Laranjeiras, em Rio do Sul – SC, na qualidade de filha e esposo, em virtude do falecimento da Sra. DÓRES JANKE STÜPP, servidora pública municipal ativo, ocupante do cargo de Professora, nível 3-F.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003, a pensão corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 03/02/2017.

Art.3º- A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 15 de Março de 2017 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 11 de Abril de 2017.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

RESUMO DO ADITIVO 022/2017

2º TERMO ADITIVO Nº 022/2017 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 079/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DA GALERIA PLUVIAL DA RUA JOINVILLE, BAIRRO CANOAS EM RIO DO SUL, LOTE 02, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA NAJ EMPREITEIRA LTDA - ME.

Aos quinze (15) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa NAJ EMPREITEIRA LTDA - ME., estabelecida na Rua Luiz Manoel Nascimento, 668, Bairro Gravatá, no município de Navegantes/SC, CEP 89.372-540, inscrita no CNPJ sob o nº 10.980.713/0001-12, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante, Sr. Fabrício Vilmar Bambinetti, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 039/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 079, datado de 22 de junho de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º, dos incisos I e VI do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 14 de julho de 2017, conforme memorando nº 009/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

NAJ EMPREITEIRA LTDA - ME

Sr. Fabrício Vilmar Bambinetti

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 48/2017 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS E LAJE EM CONCRETO ARMADO PARA PONTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 48/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS E LAJE EM CONCRETO ARMADO PARA PONTE, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 25/04/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 25/04/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 11 de abril de 2017.

RAFAEL NONES

Secretário de Obras

Rio Fortuna

PREFEITURA

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 083/2016

Estado de Santa Catarina
Município de Rio Fortuna/SC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº083/2016
(04 de abril de 2017)

Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência do Contrato nº 083/2016 de Execução de obra de Engenharia para pavimentação asfáltica da Rua Bernardo Hemkemeier, Centro desta Cidade, conforme discriminado no Edital de Licitação nº 040/2016, Modalidade Tomada de Preços nº 004/2016, que fazem entre si o Município de Rio Fortuna e a empresa BCL Empreendimentos Ltda.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.926.585/0001-30, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Rio Fortuna/SC, 88760-000, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lindomar Ballmann, CPF nº 031.353.049-14. CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.218.083/0001-79, com endereço na Rua Pedro Francisco Cardoso, s/n, Corridas, em Orleans/SC, 88760-000, neste ato, representada por seu procurador, Sr. André Martins Leonardo, portador do CPF nº 004.875.849-37.

CONSIDERANDO-SE a Comunicação Eletrônica nº 286/2016 GI-GOV Criciúma, de 21 de março de 2017, relativamente ao Processo CAIXA 1030425-37/2016, SICONV 828560;

CONSIDERANDO-SE que, até a presente data, não houve crédito de repasse por parte do Ministério, o que inviabiliza a autorização de início de obras por parte da CAIXA;

CONSIDERANDO-SE que há interesse público na realização da obra objeto do Contrato supracitado;

RESOLVEM, as partes acima qualificadas, firmar este Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 083/2016, consoante Cláusulas adiante descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 083/2016

A vigência do Contrato nº 083/2016 fica prorrogada de 31/04/2017 (30/04/2017) para o dia 30/08/2017, alterando-se, assim, a Cláusula Segunda do Contrato nº 083/2016, conforme segue:

“CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é até 30/08/2017, iniciando-se a partir de sua assinatura e podendo ser prorrogado no interesse da Administração.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais Cláusulas e condições fixadas no Contrato nº 083/2016 permanecem inalteradas.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

Município de Rio Fortuna/SC, em 04 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS

ROSANA ROECKER KÉSSIA MEURER
CPF nº 082.158.239-98 CPF nº 081.472.379-95

PRORROGAÇÃO DE PRAZO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 019/2017 PREGÃO 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna
Processo de Licitação 019/2017
Edital de Pregão Presencial 012/2017

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Prorroga-se o presente Processo de Licitação nº 019/2017, Pregão Presencial nº 012/2017, do Município de Rio Fortuna, Santa Catarina, em razão de prazo, de 17 de abril de 2017 para 26 de abril de 2017, mantendo o mesmo horário da Sessão, 8h e todas as demais cláusulas e condições para o dia, atendendo ao disposto no artigo 4º, inciso I, da Lei 10.520/2002.

Rio Fortuna, 11 de abril de 2017.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 659/2017

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 659/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial 16/2017

Na edição nº 2223, página 631, do Diário Oficial dos Municípios na Publicação do Aviso de Licitação – Processo Licitatório nº. 659/2017, Pregão nº. 16/2017.

Onde se lê: 6.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR UNITÁRIO DO ITEM, o VALOR TOTAL DO ITEM, com duas casas após a vírgula, conforme o MODELO ANEXO III, entendendo, estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos, decorrentes de toda a operação para a entrega do objeto licitado, atendendo solicitação do Município de Romelândia, SC, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

Leia-se: 6.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR UNITÁRIO DO ITEM, o VALOR TOTAL DO ITEM, com duas casas após a vírgula, informar a MARCA do produto, conforme o MODELO ANEXO III, entendendo, estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos, decorrentes de toda a operação para a entrega do objeto licitado, atendendo solicitação do Município de Romelândia, SC, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

Onde se lê: 6.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a licitante, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais;

Leia-se: 6.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a licitante, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais;

Romelândia, 07 de Abril de 2017.

MILTON AIMI
Pregoeiro

PORTARIA 8419/2017

PORTARIA Nº 8419/2017

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear a Servidora Pública Municipal Srª. JUCELIA TERESINHA ZANON, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR CC-07, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013. e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 10 de abril de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2017, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição em caráter excepcional, de medicamentos (de referência, genéricos e similares) constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 26/04/2017 até as 09h00min.

Abertura: 26/04/2017, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 10 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 213/2017

PORTARIA Nº 213 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a JOSÉ FERNANDO ESCANDIEL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 23/06/2015 a 22/06/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 214/2017

PORTARIA Nº 214 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a MARILENE SANTOS ZANESCO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 12/03/2016 a 11/03/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 215/2017

PORTARIA Nº 215 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a VIVIAN LOCATELLI LAZZAROTTI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 17/03/2015 a 16/03/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 216/2017

PORTARIA Nº 216 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a SILVANA DE FATIMA VIEIRA ALONCIO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 07/01/2016 a 06/01/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 217/2017

PORTARIA Nº 217 DE 03 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a LUCILEIA LOCATELLI ZANELLA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 07/01/2016 a 06/01/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 218/2017

PORTARIA Nº 218 DE 03 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a SUZIANE MASSENS do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 03/05/2016 a 02/05/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 219/2017

PORTARIA Nº 219 DE 03 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a ROSEMILDA APARECIDA DE SOUZA PÉRICO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 07/01/2016 a 06/01/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 220/2017

PORTARIA Nº 220 DE 03 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a EDIANA CASTANHEIRO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 07/01/2016 a 06/01/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 221/2017

PORTARIA Nº 221 DE 03 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a DAIANE ARIATTI MAFFIOLETTI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 04/05/2015 a 03/05/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 222/2017

PORTARIA Nº 222 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a CLAUDETE TEREZINHA BRUNETTO NESI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/01/2015 a 01/01/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 223/2017

PORTARIA Nº 223 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a ELISA ANA FARENZENA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 17/03/2015 a 16/03/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 224/2017

PORTARIA Nº 224 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a JULIANA CRISTINA SCOLARO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 17/02/2015 a 16/02/2016,

correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 225/2017

PORTARIA Nº 225 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, totalizando 30 dias de férias a JANETE SCHWANTZ do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 24/04/2015 a 23/04/2016, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 226/2017

PORTARIA Nº 226 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“ALTERA CARGA HORÁRIA SERVIDORA MUNICIPAL ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora ACT VIVIANA LAMONATO, nomeada pela portaria n.º 201/2017 de 21 de Fevereiro de 2017, contrato Administrativo nº 0004/2017 acrescida de 10 horas semanais.

Art. 2º - A carga horária da servidora supra passa a ser de 40 horas semanais.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/04/2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 227/2017

PORTARIA Nº. 227 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE LIMPEZA - 40HORAS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ROBERTA THAILIS DE MORAIS PEREIRA, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE LIMPEZA - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos referentes ao código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo II.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 228/2017

PORTARIA Nº. 228, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 04 de abril de 2017 a 25 de abril de 2017, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, a JOVILDE LAZZARI CONTE, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada no cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição.

Art. 2º. A Licença Prêmio corresponde a 22 dias de acordo com a Portaria nº 257/2014 de 09 de setembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 04 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 229/2017

PORTARIA Nº 229 DE 04 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de abril de 2017 a 03 de maio de 2017, totalizando 30 dias de

férias a SALETE GETASSI BORG do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 01/03/2016 a 28/02/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 230/2017

PORTARIA Nº 230 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDORA EM CARATER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10 de outubro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a Sra. ROSÂNGELA WARTHA para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de AUXILIAR DE LIMPEZA, 20 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 05 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 231/2017

PORTARIA Nº. 231 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. DILVANE ANTÔNIO DOS SANTOS, pelo período de 14/04/2017 a 05/07/2017, correspondente a 83 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 10 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 232/2017

PORTARIA Nº 189 DE 07 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 07 de março de 2017 a 21 de março de 2017, totalizando 15 dias de férias a ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 10/01/2016 a 09/01/2017, correspondente a 15 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 07 de março de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA 001/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL/CHAMADA PÚBLICA

EXTRATO DE EDITAL PARA CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados que realizará Chamada Pública nº01/2017, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 04/2015, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 08/05/2017 às 14h00min. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.
br. site:www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 11 de Abril de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 039/2017 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 039/2017- PR 039/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento e instalação de redes de proteção para os campos de futebol sete e vôlei, localizados no Bairro de Parque Rosita. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17h00min do dia 26 de Abril de 2017, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h30min do dia 27 de Abril de 2017. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 11 de Abril de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santiago do Sul

PREFEITURA

PREGÃO 27/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 39/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2017.
Objeto: Prestação de serviços de seguros para veículos da frota Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 26 de abril de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 26 de abril de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 11 de abril de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO FMS 03/2017

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 04/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 03/2017.
Objeto: Aquisição de material hospitalar para utilização nos serviços desenvolvidos pela Unidade Básica de Saúde de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 26 de abril de 2017.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 26 de abril de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 11 de abril de 2017.
NAIANDRA BATISTINI BALDISERA
SECRETARIA MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

OBJETO: Locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses, localizado na Rua Carlos Goertler, s/n, Bairro Serra Alta, neste município, contendo uma casa de alvenaria com área total de 238,00m², edificada em terreno com área de 515m², matrícula nº 06.548, do Cartório de Registro de Imóveis, para abrigar a família de Gírlene Wais de Jesus, em virtude de alagamentos e deslizamentos de terra provocados por obras de infraestrutura no loteamento Jardim Boa Esperança, conforme laudo técnico do engenheiro da EMHAB, laudo da defesa civil e conforme determinação judicial processo nº 058.13.004337-8, anexos.

Contratado: Andreia Martins

Valor: R\$ 7.200,00

São Bento do Sul, 03 de abril de 2017.

Teodósio Kachuba – Diretor Presidente Interino da EMHAB

DECRETO Nº 0308/2017

DECRETO Nº 0308, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DECRETO Nº 1463/2016 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1837, de 22 de maio de 2007,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1463/2016, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

I - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Jonas Fernando Engel - Titular
- b) Alan Ferraz Lemke - Suplente

II - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Marilene Strapassoni – Titular
- b) Celina Cieslinsky Cordeiro - Suplente

III - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo:

- a) Henrique Valdívio Schroeder – Titular
- b) Paulo Roberto Schuhmacher - Suplente

IV - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Maria Luiza Eckstein - Titular
- b) Cleide Adriana Dias - Suplente

V - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

- a) Ivan Cesar Hamilton Formigari - Titular
- b) Jamil Gabardo Gomes - Suplente

VI - Defesa Civil:

- a) Sidnei da Silva - Titular
- b) Maria Eneir Correa Schpak – Suplente

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 058/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 058/2017

DA ESPÉCIE: Décimo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de outubro de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 – Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental – FATMA – Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 24 de março de 2017 e com término em 21 de junho de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2012, Termo Aditivo nº 020/2013 de 11 de janeiro de 2013, Termo Aditivo nº 116/2013 de 12 de abril de 2013, Termo Aditivo nº 221/2013 de 11 de julho de 2013, Termo Aditivo nº 331/2013 de 09 de outubro de 2013 e Termo Aditivo nº 020/2014 de 06 de janeiro de 2014, Termo Aditivo nº 107/2014 de 07 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 226/2014 de 07 de julho de 2014, Termo Aditivo nº 298/2014 de 26 de setembro de 2014, Termo Aditivo nº 369/2014 de 29 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 104/2015 de 30 de março de 2015, Termo Aditivo

nº 199/2015 de 30 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 264/2015 de 28 de setembro de 2015, Termo Aditivo nº 332/2015 de 10 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 057/2016 de 16 de março de 2016, Termo Aditivo nº 129/2016 de 21 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 213/2016 de 14 de setembro de 2016 e Termo Aditivo nº 246/2016 de 16 de novembro de 2016, permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 07 de março de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 073/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 073/2017

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 052/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 11 de março de 2016, conforme Edital de Tomada de Preços nº 4/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 052/2016, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua das Margaridas, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 820027/2015 MCIDADES/CAIXA, Processo nº 2626-1.023.393-46/2015;

Considerando Justificativa Técnica emitida pelo fiscal da obra em anexo ao Termo Aditivo, após a execução da pavimentação verificou-se que não foi utilizada a quantidade total do item "6.4 – Forn. e colocação de tachão reflet. Bidirecional" conforme projeto inicial, visto que não há pavimento para fixar os mesmos, sendo então necessária a supressão de 24 tachões bidirecionais;

Considerando que a execução da obra está finalizada, porém ainda aguardando vistoria do órgão financiador CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para executar os pagamentos finais e também a necessidade da realização da supressão conforme citado acima, faz-se necessário suprimir e prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato com base no Art. 65, parágrafo 1º e Art. 57, parágrafo 1º inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido do contrato o valor total de R\$ 1.202,40 (hum mil, duzentos e dois reais e quarenta centavos) referente à 24 unidades do item "6.4 – Forn. e colocação de tachão reflet. Bidirecional" conforme planilha orçamentária do Edital de Tomada de Preços nº 4/2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 11 de abril de 2017 e com término em 10 de junho de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 11 de março de 2016, Termo Aditivo nº 148/2016 de 08 de julho de 2016, Termo Aditivo nº 224/2016 de 29 de setembro de 2016 e Termo Aditivo nº 287/2016 de 09 de dezembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de março de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 074/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 074/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 130/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 22 de junho de 2016, conforme Edital de Tomada de Preços nº 130/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 130/2016, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das ruas do Conjunto Habitacional Wilfried A. Weihermann, constituído das Ruas C, D, Luiz Carlos Contezini e Wilfried Afonso Weihermann, Bairro Lençol, conforme memorial descritivo, projetos e Convênio nº 2016 TR1000 em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 130/2016; Considerando atraso no repasse dos recursos por parte do governo Estadual, acarretando em atraso no cronograma de execução da obra, sendo que a mesma terá continuidade quando da liberação destes recursos, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 30 de março de 2017 e com término em 29 de agosto de 2017.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 22 de abril de 2017 e com término em 21 de setembro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 22 de junho de 2016 e Termo Aditivo nº 288/2016 de 09 de dezembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de março de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel, que entre si celebram a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, e a Sra. Andréia Martins.

DO OBJETO: Locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses, localizado na Rua Carlos Goertler, s/n, Bairro Serra Alta, neste município, contendo uma casa de alvenaria com área total de 238,00m², edificada em terreno com área de 515m², matrícula nº 06.548, do Cartório de Registro de Imóveis, para abrigar a família de Girlene Wais de Jesus, em virtude de alagamentos e deslizamentos de terra provocados por obras de infraestrutura no loteamento Jardim Boa Esperança, conforme laudo técnico do engenheiro da EMHAB, laudo da defesa civil e conforme determinação judicial processo nº 058.13.004337-8, anexos.

DO VALOR: R\$ 7.200,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de 06 de abril de 2017 e com término em 05 de abril de 2018.

São Bento do Sul, 05 de abril de 2017.

ASS: Teodósio Kachuba – Diretor Presidente interino da EMHAB
ADREIA MARTINS contratada

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 005/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 005/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviços de nº 013/2015 firmado entre a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB e a empresa Líder Capacitação Profissional e Treinamento EIRELI EPP, em 12 de maio de 2015, conforme edital de concorrência nº 004/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 013/2015, que consiste na contratação de empresa para realização de cursos, oficinas, palestras, grupos de convivência entre outros, para execução de atividades do trabalho técnico social no Programa de Regularização Fundiária Serra Alta – FNHIS Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Município de São Bento do Sul, conforme Termo de Compromisso nº 301579-56/2009/Ministério das Cidades/Caixa.

Considerando que dentre as atividades do referido contrato, que obriga a contratada a realizar PESQUISA PÓS-OCUPAÇÃO, atividade descrita no lote 1, letra D, do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Concorrência Pública nº 004/2015 e a realizar ATIVIDADES EDUCATIVAS COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO DA TERCEIRA IDADE, atividade descrita no lote 3, letra A, do anexo supracitado.

Considerando que, conforme informações prestadas pela Assistente Social, Maira Denice Gonçalves de Almeida (CRESS nº 5819/12ª Região), servidora efetiva, lotada na EMHAB, a realização das referidas atividades restaram prejudicadas, uma que, a Pesquisa Pós-ocupação, como o próprio nome diz, dever ser realizada após a ocupação dos imóveis, os quais ainda estão em fase de construção e não serão concluídos até o encerramento da vigência do contrato, que será na data de 12 de maio de 2017, haja visto que o contrato tem vigência de 24 meses.

Considerando que as Atividades Educativas como Meio de Integração da Terceira Idade, deveriam ser realizadas com 20 alunos, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Concorrência Pública nº 004/2015, porém, apenas 5 pessoas manifestaram interesse em participar das atividades, das quais apenas 1 efetivamente reside na Vila Schwarz, o que, de fato, inviabiliza a realização das atividades em decorrência do baixo número de interessados.

Considerando o requerimento de supressão contratual, feito pela Assistente Social, Maira Denice Gonçalves de Almeida e pelo Diretor Presidente Interino da EMHAB, Teodósio Kachuba, na data de 17 de março de 2017, endereçado à contratada, empresa Líder Capacitação Profissional e Treinamento EIRELI EPP, expondo a situação,

Considerando que a Contratada manifestou-se favorável ao requerimento feito pela EMHAB, faz necessário aditar o Contrato nº 013/2015, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato Primitivo o valor de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) que corresponde à 18,9561% do total do contrato, em conformidade com o artigo 65, inciso I, letra b da Lei nº 8666/93, sendo: R\$ 4.300,00 correspondentes às atividades descritas como Pesquisa Pós-ocupação, integrante do Lote 01 - Mobilização e Organização Comunitária, o que equivale à 5.9066% do total do Lote 01; R\$ 9.500,00 correspondentes às atividades Educativas como meio de integração da Terceira Idade, integrante do Lote 03 - Educação Sanitária e Ambiental, o que equivale à 13.0495% do valor total do lote 03.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 12 de maio de 2015, permanecem inalteradas.

Ass: TEODÓSIO KACHUBA, pela Empresa Municipal de Habitação – EMHAB

Líder Capacitação Profissional e Treinamento EIRELI EPP, como contratada

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93, como antecedente necessário à contratação com Dispensa de Licitação.

I – Objeto: locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses, localizado na Rua Carlos Goertler, s/n, Bairro Serra Alta, neste município, contendo uma casa de alvenaria com área total de 238,00m², edificada em terreno com área de 515m², matrícula nº 06.548, para abrigar a família de Girlene Wais de Jesus, em virtude de alagamentos e deslizamentos de terra provocados por obras de infraestrutura no loteamento Jardim Boa Esperança, conforme laudo técnico do engenheiro da EMHAB, laudo da Defesa Civil e conforme determinação judicial Processo nº 058.13.004337-8 anexos.

II – Contratado: Andreia Martins

III - Caracterização da situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa da Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, na Lei Municipal nº 56/2001, na determinação judicial conforme Autos do Processo nº 058.13.004337-8 e se justifica pelos seguintes motivos:

a) A Sra. Girlene Wais de Jesus possui um imóvel ao lado do loteamento Jardim Boa Esperança, no Bairro Serra Alta, nesta cidade.
b) A movimentação de terras nas obras realizadas no citado loteamento fez com que o muro do imóvel da Sra. Girlene represasse a água das fortes precipitações pluviométricas ocorridas nos últimos anos, as quais, mesmo sob drenagem, já causaram danos ao muro, gerando risco de desabamento do talude e soterramento da referida residência.

c) Conforme Laudo Técnico do Engenheiro responsável da EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, o citado imóvel encontra-se em situação de risco, uma vez que os taludes formados por terra movimentada no interior do terreno vizinho, de propriedade da EMHAB, encontram-se instáveis e com pontos de ruptura, gerando risco de deslizamento de grandes volumes de terra e do próprio muro que, caso ocorram, certamente atingirão a residência da Sra. Girlene, causando graves danos à moradora e sua família.

d) O imóvel da Sra. Girlene continua interditado conforme Laudo nº 018/2017 emitido pela Defesa Civil Municipal.

e) Além dos motivos acima existe uma determinação judicial, Autos do Processo nº 058.13.004337-8, a qual obriga a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO fornecer moradia em favor da autora e sua família, semelhante à residência interditada, mediante locação, cessão de uso ou qualquer outra espécie semelhante.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor:

A contratada, Andréia Martins foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço:

O preço contratado para a locação está abaixo do valor praticado no mercado, conforme avaliação mercadológica de imóvel anexa. Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 03 de abril de 2016.

Teodósio Kachuba

Diretor Presidente interino da EMHAB

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 1158, de 5 de abril de 2017. Concede Licença Prêmio, triênio 2013/2016, período de 03/04/2017 a 02/05/2017. João Paulo Volkner, Médico Generalista – ESF. SEMUS.

Portaria nº 1159, de 5 de abril de 2017. Concede Licença Prêmio, triênio 2013/2016, período de 17/04/2017 a 16/05/2017. Sedinei Padilha, Auxiliar de Operações. SECON.

Portaria nº 1163, de 7 de abril de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 6 de abril de 2017, Ruth Piske, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1167, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 31 de março de 2017 a 30 de setembro de 2017, PAULIANE DA SILVEIRA BASTOS DE LIMA, Professor de Educação Infantil, na EBM Pres. Castelo Branco, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1168, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, ADRIANI THUNS, Atendente Educativo Especial, na EBM Rodolfo Berti, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1169, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, LUCIANE FERREIRA BUENO NOVAK, Professor Educação Infantil, no CEIM Pica Pau, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1170, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, JOSEFA MARIA DE ALMEIDA, Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, na EBM Rodolfo Berti, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1171, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, JOSEFA MARIA DE ALMEIDA, Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, na EBM Rodolfo Berti, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1172, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, SIMONE MICKUS, Professor Anos Finais - Artes, na EBM Rodolfo Berti e na PEM Abelhinha Feliz, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1173, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, LUANA KWITSCHAL DUMS, Professor Educação Infantil, no CEIM Pequenos Passos e no CEIM Castelo Encantado, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1174, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, MARCIELA MARINA SIMETTI ZIMERMAN DO CARMO, Atendente Educativo Especial, na EBM Sophia Schwedler, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1175, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, MARIA APARECIDA ALVES PORTELA, Auxiliar de Serviços, no CEIM Nosso Mundo, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1176, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, JUCILIANA PIRES, Professor Anos Finais - Artes, na PEM Criança Feliz e no CEIM Ver. Sílvia Ivens Grossl, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1177, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, CANDIDO GOMES NETO, Professor Anos Finais - Educação Física, na EBM Prof. Maria Ferreira Ziemann e no CEIM Sossego da Mamãe, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1178, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, ANA PAULA STAL, Atendente Educativo, CEIM Cantinho do Céu, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1179, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, NATALIA DE FATIMA DYBAS, Professor Anos Finais - Inglês, na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1180, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, RAFAELA DE CESARE PARMEZAN TOLEDO, Professor Anos Finais - Ciências, na EBM Dalmir Pedro Cubas, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1181, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, KELVIN PEREIRA LOPO, Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, na EBM Dalmir Pedro Cubas, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1182, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, KELVIN PEREIRA LOPO, Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, na EBM Sophia Schwedler, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1183, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, MARLICE TEREZINHA FEIL, Atendente Educativo Especial, na EBM Pres. Castelo Branco, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1184, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, MATILDE APARECIDA BAECHELTOLD, Auxiliar de Serviços, na CEIM Peter Pan, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1185, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, LARISSA MASSANEIRO, Atendente Educativo, na EBM Rodolfo Berti, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1186, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, MICHELE ALEKS, Auxiliar de Serviços, no CEIM Pastor Adolf Prinz, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1187, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, CYNTHIA CORREA, Auxiliar de Serviços, no CEIM Trenzinho Maluco, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1188, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, JOANILSON DOS SANTOS BOESE, Auxiliar de Serviços, no CEIM Pequenos Passos, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1189, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, KELI KUJASKI DA SILVA, Auxiliar de Serviços, na EBM Pres. Castelo Branco, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1190, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017,

ANDRESSA FERREIRA DA SILVA, Atendente Educativo, na EBM Profª Lúcia Tschoeke, com 30 horas semanais.SEMED.

Portaria nº 1191, de 7 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 03 de abril de 2017 a 03 de outubro de 2017, BRUNA CARDOSO DOS SANTOS, Atendente Educativo, no CEIM Berçário Magia do Bebê, com 30 horas semanais.SEMED.

Portaria nº 1192, de 7 de abril de 2017. Prorroga Auxílio Doença, período de 08/03/2017 a 21/05/2017. Glaci Denise Coelho Ruginski, Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 1193, de 7 de abril de 2017. Concede Auxílio Doença, período de 16/02/2017 a 31/03/2017. Maria de Lourdes Mengarda, Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 1194, de 7 de abril de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 24/02/2017 a 23/06/2017. Marcia Cristine Pereira Langanke, Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 1195, de 7 de abril de 2017. Prorroga Licença Maternidade, período de 24/06/2017 a 22/08/2017. Marcia Cristine Pereira Langanke, Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 1196, de 7 de abril de 2017. Concede Licença Maternidade, período de 31/03/2017 a 28/07/2017. Marili Tatiane Theisges da Silva, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 1197, de 7 de abril de 2017. Prorroga Licença Maternidade, período de 29/07/2017 a 26/09/2017. Marili Tatiane Theisges da Silva, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 1198, de 7 de abril de 2017. Revoga Portaria nº 0404/2017, que concedeu licença para tratar de doença em pessoa da família, ao servidor Sergio Wolff, Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 1199, de 7 de abril de 2017. Prorroga Licença de Parte de Jornada de Trabalho, a contar de 10 de outubro de 2016. Terezinha Carvalho, Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 1200, de 7 de abril de 2017. Concede Férias, período aquisitivo 2015/2016, de 20/02/2017 a 21/03/2017. Laurieli Batista, Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 1202, de 10 de abril de 2017. Exonera Chefe de Divisão de Creches, a pedido, a partir de 3 de abril de 2017. Noeli Renner Duvoisin. SEMED.

Portaria nº 1203, de 10 de abril de 2017. Exonera Coordenadora Pedagógica do CEIM Pastor Adolf Prinz, a partir de 1º de abril de 2016, Simone Preisler Machado. SEMED.

Portaria nº 1204, de 10 de abril de 2017. Nomeia Chefe de Divisão de Creches, a partir de 17 de abril de 2017. Otilia Muller Pscheidt. SEMED.

Portaria nº 1206, de 10 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de abril de 2017, Emerson Machado, Médico Clínico Geral, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 1212, de 11 de abril de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de abril de 2017, Elaine Silva Leite, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1213, de 11 de abril de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de abril de 2017, Elisabete da Silveira Xavier, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas

semanais. SEMED.

Portaria nº 1214, de 11 de abril de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de abril de 2017, Chelyn Daiane Gomes Da Silva, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1215, de 11 de abril de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de abril de 2017, Beatriz de Oliveira, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1216, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 1º de abril de 2017, Alana Mercia Engel, Auxiliar de Biblioteca. SEMED.

Portaria nº 1217, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 1º de abril de 2017, Veronica de Fatima Leite Martins Lonien, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 1218, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 1º de abril de 2017, Jessica Nossol, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 1219, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 1º de abril de 2017, Elizandra Souza Martins, Professor Educação Especial. SEMED.

Portaria nº 1220, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 4 de abril de 2017, Kelvin Pereira Lopo, Professor Anos Finais – Língua Portuguesa. SEMED.

Portaria nº 1221, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 10 de abril de 2017, Elaine Silva Leite, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 1222, de 11 de abril de 2017. Exonera Assessora Jurídica, a pedido, a partir de 1º de abril de 2017. Caroline da Costa Silvério Kamaroski. PROCUR.

Portaria nº 1223, de 11 de abril de 2017. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 3 de abril de 2017, Ricardo Gomes Martins, Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 1224, de 11 de abril de 2017. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Operações, ocupado pela servidora Maria Elair Cardoso, a partir de 1º de abril de 2017, conforme art. 47, inciso V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 1225, de 11 de abril de 2017. Declara Vago Cargo de Técnico em Enfermagem, ocupado pela servidora Florinda Ivete Rosá Rohrbacher, a partir de 1º de abril de 2017, conforme art. 47, inciso V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 1226, de 11 de abril de 2017. Declara Vago Cargo de Professor Anos Finais, ocupado pela servidora Carla Luciane Fucikner Kotovivz, a partir de 2 de abril de 2017, conforme art. 47, inciso V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 1227, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 3 de abril de 2017, Nazira Borges, Professor Anos Finais – Intérprete de Libras, por término de contrato. SEMED.

Portaria nº 1228, de 11 de abril de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 3 de abril de 2017, Juliane Muchalsky, Professor Anos Finais – Geografia, por término de contrato. SEMED.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2017.
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 1157/2017

PORTARIA Nº 1157, DE 5 DE ABRIL DE 2017.

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 26 de junho de 2005, Abono de Permanência ao servidor JOSÉ JURANDIR DA SILVA FELICIANO, ocupante do cargo de Pintor, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme consta no Processo nº 8177, de 21 de novembro de 2016.

São Bento do Sul, 5 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1160/2017

PORTARIA Nº 1160, DE 4 DE ABRIL DE 2017.

Revoga Portaria nº 9062/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 27 de outubro de 2015, a Portaria nº 9062/2015 que cedeu a servidora ADRIANA RITA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, para prestar serviços junto ao 23º Batalhão de Polícia Militar de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 4 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1161/2017

PORTARIA Nº 1161, DE 4 DE ABRIL DE 2017.

Revoga Portaria nº 9061/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 27 de outubro de 2015, a Portaria nº 9061/2015 que removeu a servidora ADRIANA RITA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 4 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1162/2017

PORTARIA Nº 1162, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA PINTO DA LUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00175/14-3, de 06 anos, 07 meses e 21 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 2609, de 4 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1164/2017

PORTARIA Nº 1164, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ADRIANO CUBAS e ORLANDO BONA, da Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais, abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placa MBD 3494
- FORD/Courier, placa MCY 8903
- FIAT/Uno, placa MDQ 4214

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1165/2017

PORTARIA Nº 1165, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 004/2017.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

- IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
- DEBORA ELAINE BELLO - Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- LUCINEIA CHAVES FOSCHERA – Representante do Departamento de Recursos Humanos;
- AIRTON NERY ROCHA - Representante do Departamento de Recursos Humanos,
- VERA LUCIA KUZAWSKI – Representante do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1166/2017

PORTARIA Nº 1166, DE 7 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora SUZIELI LAMIN, ocupante do cargo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial VW/Gol, placa MFT 3789.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 0423/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1201/2017

PORTARIA Nº 1201, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2017.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

- IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
- MARLA HUEBL KAISER - Representante da Fundação Cultural;
- LUCINEIA CHAVES FOSCHERA – Representante do Departamento de Recursos Humanos;
- AIRTON NERY ROCHA - Representante do Departamento de Recursos Humanos,
- VERA LUCIA KUZAWSKI – Representante do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1205/2017

PORTARIA Nº 1205, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora ANA PAULA PIONTKIEWICZ, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais VW/Gol, placa MFT 3739 e VW/Gol, placa MBL 6765.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1207/2017

PORTARIA Nº 1207, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 52 da Lei nº 228/2001, e

Considerando o que consta no Memorando Interno nº 107/2017/SECAD,

RESOLVE:

REMOVER, por interesse público, a partir de 30 de março de 2017, a servidora ROSILENE MARA EISELT TAUSCHEK, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1209/2017

PORTARIA Nº 1209, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 52 da Lei nº 228/2001, e

Considerando o que consta no Memorando Interno nº 106/2017/SECAD,

RESOLVE:

REMOVER, por interesse público, a partir de 20 de março de 2017, a servidora IRIS RUDA KOBUS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1211/2017

PORTARIA Nº 1211, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, ETIANE PLOZAI LINZMEYER, ocupante do cargo de

Diretora do Departamento de Atenção de Saúde, para responder pelo expediente da Secretaria Municipal de Saúde, na ausência do titular da pasta.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1229/2017

PORTARIA Nº 1229, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2537/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público A. A. B., matrícula funcional nº 42.660, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o qual, supostamente teria, segundo consta no Processo Administrativo nº 2537/2017 e no Boletim de Ocorrência Policial nº 00427-2017-0000178, desrespeitado pacientes e funcionárias em local de trabalho, atos que, em tese, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131 incisos IV, V e XVII; e artigo 143 incisos V e VII, todos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

II – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

III – Maira D. G. de Almeida, assistente social, matrícula nº 24079

Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 11 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1230/2017

PORTARIA Nº 1230, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 8.919/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, ao servidor público A. A. C., matrícula funcional nº 17.850, ocupante do cargo de auxiliar de operações, o qual, supostamente estaria, segundo consta no Processo Administrativo nº 8919/2016, deixando de exercer suas funções e comparecendo ao local de trabalho apenas no dia de assinar a folha ponto, permanecendo nos outros dias em seu estabelecimento comercial, atos que, em tese, podem configurar as infrações disciplinares descritas no artigo 131 incisos II, III, VI, VII, IX e XII; artigo 132 incisos I, e XV; e artigo III, todos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis das penalidades de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143 da mesma Lei, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I – Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

II – Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

III – Maira D. G. de Almeida, assistente social, matrícula nº 24079
Suplente – Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 11 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº1208/2017

PORTARIA Nº 1208, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Cede Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Ceder, a partir de 30 de março de 2017, a servidora pública RO-SILENE MARA EISELT TAUSCHEK, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços junto à Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº1210/2017

PORTARIA Nº 1210, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Cede Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Ceder, a partir de 20 de março de 2017, a servidora pública IRIS RUDA KOBUS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços junto ao Corpo de Bombeiros de São Bento do Sul .

São Bento do Sul, 10 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Bonifácio

PREFEITURA

DECISÃO PREGOEIRO - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2017 PREGÃO 08/2017

Processo de Licitação nº 14/2017 modalidade Pregão Presencial 08/2017.

DECISÃO DE RECURSO

Versa a espécie de recurso apresentado pela empresa PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA contra a decisão do pregoeiro, que no presente processo licitatório declarou vencedora a empresa COOPER CARD ADMINSTRADORA DE CARTÕES LTDA, em razão da irregularidade de documentos de sua habilitação.

Devidamente intimada, a empresa impugnada apresentou impugnação as razões do recurso.

Encaminhado os autos a assessoria jurídica do município, foi apresentado parecer no sentido de indeferir o recurso apresentado, uma vez que a documentação apresentada pela empresa declarada vencedora, estava de acordo com as exigências do edital do presente certame.

Desta forma, não existindo nenhuma irregularidade na documentação apresentada pela empresa impugnada, e com suporte no parecer jurídico anteriormente mencionado, ratifico a decisão do pregoeiro, julgando improcedente as razões do recurso em análise, declarando vencedora da presente licitação a empresa COOPER CARD ADMINSTRADORA DE CARTÕES LTDA.

São Bonifácio, 11 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 30-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 30/2017.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇO 30/2017

Tipo: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO P/MANUTENÇÃO DO PROGRAMA E OFICINA - SCFV

Entrega dos Envelopes: até as 14h00min h do dia 26 de Abril de 2017.

Abertura dos Envelopes: 14h30min h do dia 26 de Abril de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30hrs e das 13:30 às 17:30hrs, ou INFORMAÇÕES pelo email: cota@saocarlos.sc.gov.br, fone (0**49) 3325.3020.

São Carlos/SC, 11 de Abril de 2017

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 080/2017

PORTARIA Nº 080/2017

NOMEIA SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA ENCAMINHAMENTO, E RETIRADA DE DOCUMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

“RESOLVE”

Art. 1º - Nomear o servidor VOLMIR ZART, portador do CPF: 000.255.389-93, para encaminhar, retirar e demais procedimentos necessários para registro, licenciamento e/ou renovação de documentos dos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de São Carlos CNPJ: 82.945.718/0001-15, e do Fundo Municipal da Saúde de São Carlos CNPJ: 11.553.540/0001-19, junto aos órgãos competentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se.

PORTARIA 081/2017

PORTARIA Nº 081/2017

Dispõe sobre interrupção de licença sem remuneração e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica interrompida licença sem remuneração da Senhora MARIA DOLORES FEIL, servidora de carreira, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento com carga horária de 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Complementar nº. 009/2013, de 23 de setembro de 2013.

Art. 2º - Fica revogada em seu inteiro teor a Portaria 008/2013 de 25 de junho de 2013.

Art. 3º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de março de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 11 de abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

DEC 112 DE 03 04 17 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 112, DE 03 DE ABRIL DE 2017

Constitui Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e:

· Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1762, de 08 de julho de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação;

· Considerando a necessidade de avaliação periódica e monitoramento contínuo da execução do Plano Municipal de Educação, bem como o cumprimento de suas metas;

· Considerando a vacância do cargo da Servidora Iraci Inês Marmentini Walendorff;

· Considerando a nomeação de cargo em comissão da Servidora Iraci Inês Marmentini Walendorff;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação, com a atribuição de avaliar e monitorar a execução e o cumprimento das metas dispostas no Plano Municipal de Educação, que passa a ser composta pelos seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Iraci Inês Marmentini Walendorff

Suplente: Camila Bao

II - Representantes da Comissão Intersetorial de Revisão e Adequação do Plano Municipal de Educação:

Titular: Ivanete Rodrigues Hennerich

Suplente: Rozane Fatima Guidini

III - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Anilela Nicolao Pretto

Suplente: Nair Fatima Babinski Roell

Parágrafo único. As atribuições e as tarefas da comissão têm prioridade sobre quaisquer outros serviços públicos.

Art. 2º Aos membros da comissão não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 2277, de 06 de maio de 2016.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente decreto, correrão por conta de recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de abril de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada a

DEC 113 DE 04 04 17 EXONERA MARLI RIBEIRO DOS SANTOS OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE PROGRAMAS

DECRETO Nº 113, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre exoneração do Cargo Comissionado a Servidora Pública Municipal e da outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 667, na data de 04 de abril de 2017, através do qual a servidora Marli Ribeiro dos Santos, solicitou exoneração do cargo de Coordenador de Programa, deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal Marli Ribeiro dos Santos, do cargo comissionado de Coordenador de Programas, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de abril de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

DEC 114 DE 04 04 17 EXONERA PAULO AFONSO ROANI OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE

DECRETO Nº 114, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre exoneração do Cargo Comissionado ao Servidor Público Municipal e da outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal Paulo Afonso Roani, do cargo comissionado de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 022 de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de abril de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 080 DE 03 04 17 EQUIPE TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 080, DE 03 DE ABRIL DE 2017

Altera membro da Equipe Técnica para subsidiar a Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e:

- Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1762, de 08 de julho de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação;
- Considerando a necessidade de avaliação periódica e monitoramento contínuo da execução do Plano Municipal de Educação, bem como o cumprimento de suas metas;
- Considerando a necessidade de subsidiar a Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação, principalmente quanto ao levantamento das informações pertinentes ao PME;
- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Ivanete Rodrigues Hennerich;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado membro da Equipe Técnica, responsável por subsidiar a Comissão constituída através do Decreto nº 112, de 03 de abril de 2017, que passa a ser composta pelas servidoras públicas municipais Elaine Terezinha de Mello Guadagnin e Elizandra Fátima Bolzan, ocupantes do cargo de professor, lotadas junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º À Equipe Técnica ora constituída compete o acompanhamento e levantamento das informações necessárias à avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação, bem como de demais informações que a Comissão de Avaliação achar relevante.

Art. 3º Aos membros desta equipe técnica, não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de abril de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

POR 082 DE 07 04 17 FERIAS AOS SERVIDORES SELITO GIROTTO E JULIANA DUTRA

PORTARIA Nº 082, DE 06 ABRIL DE 2017.

Concede férias aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDORAS	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Selito Giroto	Assessor de Secretaria	05/03/12 a 04/03/13	15	10/04/17 a 24/04/17
		05/03/13 a 04/03/14	05	25/04/17 a 29/04/17
Juliana Dutra	Agente Tributário	01/06/15 a 31/05/16	11	10/04/17 a 20/04/17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de abril de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

São João Batista

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO

SIMPLIFICADO 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89

C.G.C 82.925.652/0001 – 00

Fone/Fax (48) 3265 0195

rh@sjbatista.sc.gov.br

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2017

A Comissão de Seleção, em conformidade com o artigo 106 da Lei municipal 2.737/2005, torna pública a lista dos classificados no processo seletivo simplificado:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNÇÃO: ENFERMEIRO - PSF	
	Nome:
1º	THAYS ANGELITA DA SILVA DE MELLO
2º	ELIZABETH RIBEIRO WICHROSKI
3º	DANIELA VINOTTI FERREIRA
4º	ANDREZZA MARTINHA NICOLAU
5º	RICIELA KOLV
6º	EUGEANI FUNDCHELLER
7º	LETICIA SILVA TESTA
8º	ROSANGELA DIAS REZENDE
9º	GEISIANE SOUSA BRAGA
10	LUCIANA MENGARDA
11	MARINA GONZAGA CORDEIRO
12	ANA LUIZA DOS SANTOS
13	ALINE CRISTINA DA ROSA
14	INDIAMARA DE SOUSA
15	SUELI LEAL DA SILVEIRA
16	REMY CORREIA DOS SANTOS
FUNÇÃO: ENFERMEIRO - HOSPITAL	
	Nome:
1º	ERICA MARGHETI KESTRING
2º	MARIA APARECIDA ROSELINDO
3º	BRUNA CLAUMANN
4º	DELFINA CHAVES
5º	TATIANA RICARDO
6º	MATHEUS LUIZ KRULL
7º	JUCINEI CAMATINI
8º	ERICH FREIRE DANTAS
9º	LUAN FERNANDO SILVA TIBURCIO
10	NAUANNA OLIVEIRA DA ROCHA
FUNÇÃO: MEDICO – PSF	
	Nome:
1º	MARCOS GONÇALVES JUNIOR
2º	ALEXANDER ROSA RUDOLPH
3º	THIAGO WOLFF DA COSTA
4º	MARCIA ROOS
5º	DANIELLY DOS SANTOS REIS REINERT
FUNÇÃO: MEDICO – ANESTESISTA	
	Nome:
1º	CARLOS EDUARDO GUEDES GONTIJO

SELETIVO

2º	KAREN ADRIANA CAMPOS PASTÓRIO
FUNÇÃO: MEDICO – OFTALMOLOGISTA	
	Nome:
1º	JEOVÁ JÁCOMO DO COUTO
2º	JOSÉ CARLOS LORENZI PEREIRA

São João Batista, 05 de abril 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot	Juciléia dos Santos presidente	Rosane Sartori Rosa
------------------	-----------------------------------	---------------------

Homologação

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO

SIMPLIFICADO 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89

C.G.C 82.925.652/0001 – 00

Fone/Fax (48) 3265 0195

rh@sjbatista.sc.gov.br

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2017

A Comissão de Seleção, em conformidade com o artigo 106 da Lei municipal 2.737/2005, torna pública a lista dos classificados no processo seletivo simplificado:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNÇÃO: PROFESSOR DE DANÇA	
	Nome:
1º	KARLA SIMONE COSTA PEIXOTO
2º	ANDRESSA SOARES PADILHA

São João Batista, 05 de abril 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot	Juciléia dos Santos presidente	Rosane Sartori Rosa
------------------	-----------------------------------	---------------------

Homologação

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO 3113/2017

DECRETO 3113/2017

"Altera o endereço do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal – SISAM e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o endereço do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal - SISAM, autarquia municipal instituída pela lei 2.790, de 12 de setembro de 2005, para a Rua José Antônio Soares, n. 2533, Bairro Ribanceira do Sul, São João Batista-SC.

Art. 2º Fica autorizada a alteração do endereço nos órgãos oficiais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário

São João Batista, 10 de abril de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO 3114/2017

DECRETO 3114/2017

"Altera o endereço da Fundação Batistense de Esportes – FUBE e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o endereço da Fundação Batistense de Esportes – FUBE, autarquia municipal instituída pela Lei Complementar 05, de 15 de dezembro de 2005, para a Rua Marechal Floriano Peixoto, n. 253, Bairro Centro, São João Batista-SC.

Art. 2º Fica autorizada a alteração do endereço nos órgãos oficiais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário

São João Batista, 10 de abril de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89

C.G.C 82.925.652/0001 – 00

Fone/Fax (48) 3265 0195

rh@sjbatista.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2017

A Comissão de Seleção, em conformidade com a Lei municipal 2.737/2005, tendo deliberado em reunião preparatória, definiu os critérios e torna público o processo seletivo para contratação por tempo determinado de ENFERMEIRO – PSF, ENFERMEIRO- HOSPITAL, MÉDICO – PSF, MÉDICO – ANESTESISTA e MÉDICO - OFTALMOLOGISTA, nos seguintes termos:

1. FUNÇÃO

FUNÇÃO	Lotação	Carga horária semanal	Remuneração Mensal
ENFERMEIRO – PSF	PSF	40h	R\$ 2.763,90 + R\$ 281,10 (Ins.)
ENFERMEIRO – HOSPITAL	HOSPITAL	40h	R\$ 2.740,75 + R\$ 281,10 (Ins.)
MEDICO - PSF	PSF	40h	R\$ 7.082,51 + R\$ 281,10 (Ins.)
MÉDICO – ANESTESISTA	SAÚDE	40h	R\$ 8.929,84 + R\$ 281,10 (Ins.)
MÉDICO – OFTALMOLOGISTA	SAÚDE	20h	R\$ 4.464,92 + R\$ 281,10 (Ins.)

2. HORÁRIO E LOCAL DO SERVIÇO

2.1 A carga horária é expressa em horas semanais

2.2 O Local do Serviço: Unidades Municipais de Saúde E Hospital Municipal Monsenhor José Locks

2.3 O Horário do Serviço é de acordo com a necessidade e o excepcional interesse da administração Municipal, podendo ser alterado.

3. PRAZO

3.1 O contrato será de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, salvo substituições por prazo determinado.

4. REMUNERAÇÃO MENSAL

4.1 Conforme quadro no item 1.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 Os direitos e as obrigações dos contratados são os previstos na Lei municipal 2.737, de 28 de março de 2005.

6. REQUISITOS

São requisitos para a contratação:

6.1 Nacionalidade brasileira ou equiparada.

6.2 Regularidade eleitoral.

6.3 Regularidade militar.

6.4 Idade mínima de dezoito anos.

6.5 Aptidão física e mental para a atividade pretendida.

6.6 Escolaridade mínima exigida: Ensino Superior Completo na área e registro Profissional no Conselho Competente.

7. FATORES DE CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os fatores de classificação dos inscritos para as funções são: Nível de Escolaridade considerada a seguinte ordem de classificação: 1º Ensino Superior Completo na área com Doutorado; 2º Ensino Superior Completo na área com Mestrado; 3º Ensino Superior Completo na área com Especialização; 4º Ensino Superior Completo na área;

7.2 Eventual empate entre candidatos com igual classificação no item anterior, será considerado como fator de desempate a soma de pontos dos seguintes fatores: Cursos de aperfeiçoamento na área, reconhecidos pelo sistema de ensino e ou Secretarias da União, Estado e Municípios, valendo dois pontos para cada 10 horas de cursos; e Experiência profissional, considerando-se três pontos para cada 30 dias completos de serviço prestado na área da saúde, pública ou privada.

7.3 Eventual empate entre candidatos com igual classificação nos itens anteriores será considerada maior idade como critério de desempate.

8. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

8.1 Para a inscrição o candidato deverá preencher e assinar a ficha de inscrição e cópia dos seguintes documentos:

- Cédula de identidade, ou outro documento de identificação com foto válido.
- CPF
- Documentos, certificados e ou declarações que venham a comprovar os fatores de classificação.

9. DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

9.1 Para contratação, após a chamada (que será realizada por telefone), o candidato terá 24 horas para apresentar cópia dos seguintes documentos no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal:

- 1 foto 3x4
- declaração de bens
- declaração como a posse não acumula cargos
- declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares
- cpf
- rg
- título de eleitor
- comprovante voto da ultima eleição
- nº inscrição pis/pasep
- nº da carteira de trabalho e data da emissão
- certificado de regularidade militar (para homens)
- comprovante de residência recente
- certidão de casamento ou certidão de nascimento
- certidão de nascimento filhos menores de 14 anos
- comprovante nível de escolaridade
- atestado de saúde admissional
- atestado de antecedentes criminais (fórum)
- conta-corrente ou conta salário na caixa Econômica Federal

10. LOCAL E HORÁRIO DE INSCRIÇÃO

10.1 As inscrições serão realizadas no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São João Batista, do dia 02/03/2017 ao dia 31/03/2017, das 13:30 às 17:30 horas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A lista dos inscritos será publicada no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de São João Batista dia 03/04/2017, ali permanecendo por pelo menos dez dias.

11.2 A lista dos classificados será publicada no Mural da Prefeitura Municipal de São João Batista dia 05/04/2017, ali permanecendo por pelo menos dez dias.

11.3 Em caso de recurso, os candidatos terão 24 horas a contar das 13:30 horas do dia 05/04/2017, devendo este ser apresentado por escrito direcionado a Comissão de Seleção do Processo Seletivo, que após recebimento, terá 24 horas úteis para responder.

11.4 A convocação será feita por telefone obedecendo a classificação, tendo o candidato classificado 24 horas para se apresentar e apresentar os documentos exigidos para a contratação conforme item 9.1 deste Edital, caso contrário será desclassificado.

11.5 O candidato classificado poderá não ser chamado, dependendo do número de vagas podendo a Administração convocá-lo em outro momento, tendo este prazo de 24 horas para assumir sua vaga, caso contrário será desclassificado.

11.6 Este processo Seletivo tem validade de 12 meses.

11.7 Casos omissos serão decididos pela Comissão de Seleção.

São João Batista, 02 de março de 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot

Juciléia dos Santos
presidente

Rosane Sartori Rosa

Homologação

Daniel Netto Candido
Prefeito**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2017

A Comissão de Seleção, em conformidade com a Lei municipal 2.737/2005, tendo deliberado em reunião preparatória, definiu os critérios e torna público o processo seletivo para contratação por tempo determinado de PROFESSOR - DANÇA, nos seguintes termos:

1. FUNÇÃO

FUNÇÃO	Lotação	Carga horária semanal	Vencimento Base Mensal
PROFESSOR DE DANÇA	FUNJUVE	40h	R\$ 2.135,64 (Habilitado) R\$ 1.493,64 (Não Habilitado)

2. HORÁRIO E LOCAL DO SERVIÇO

2.1 A carga horária é expressa em horas semanais

2.2 O Local do Serviço: Funjuve

2.3 O Horário do Serviço é de acordo com a necessidade e o excepcional interesse da administração Municipal, podendo ser alterado.

3. PRAZO

3.1 O contrato será de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, salvo substituições por prazo determinado.

4. REMUNERAÇÃO MENSAL

4.1 Conforme quadro no item 1, ao vencimento base será acrescido 30% a título de regência de classe.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 Os direitos e as obrigações dos contratados são os previstos na Lei municipal 2.737, de 28 de março de 2005.

6. REQUISITOS

São requisitos para a contratação:

6.1 Nacionalidade brasileira ou equiparada.

6.2 Regularidade eleitoral.

6.3 Regularidade militar.

6.4 Idade mínima de dezoito anos.

6.5 Aptidão física e mental para a atividade pretendida.

6.6 Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio Completo com no mínimo 05 anos de experiência devidamente comprovada na área da Dança, e ou Ensino Superior Completo em Artes.

7. FATORES DE CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os fatores de classificação dos inscritos para as funções são: Nível de Escolaridade considerada a seguinte ordem de classificação: 1º Ensino Superior Completo na área com Mestrado; 2º Ensino Superior Completo na área com Especialização; 3º Ensino Superior Completo na área; 4º Ensino Médio Completo com apresentação da comprovação da experiência mínima conforme item 6.6 deste Edital.

7.2 Eventual empate entre candidatos com igual classificação no item anterior, será considerado como fator de desempate a soma de pontos dos seguintes fatores: Cursos de aperfeiçoamento na área, reconhecidos pelo sistema de ensino e ou Secretarias da União, Estado e Municípios, valendo dois pontos para cada 10 horas de cursos; e Experiência profissional, considerando-se três pontos para cada 30 dias completos de serviço prestado na área de dança, pública ou privada.

7.3 Eventual empate entre candidatos com igual classificação nos itens anteriores será considerada maior idade como critério de desempate.

8. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

8.1 Para a inscrição o candidato deverá preencher e assinar a ficha de inscrição e cópia dos seguintes documentos:

- Cédula de identidade, ou outro documento de identificação com foto válido.

- CPF

- Documentos, certificados e ou declarações que venham a comprovar os fatores de classificação.

9. DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

9.1 Para contratação, após a chamada (que será realizada por telefone), o candidato terá 24 horas para apresentar cópia dos seguintes documentos no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal:

- 1 foto 3x4
- declaração de bens
- declaração como a posse não acumula cargos
- declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares
- cpf
- rg
- título de eleitor
- comprovante voto da ultima eleição
- nº inscrição pis/pasep
- nº da carteira de trabalho e data da emissão
- certificado de regularidade militar (para homens)
- comprovante de residência recente
- certidão de casamento ou certidão de nascimento
- certidão de nascimento filhos menores de 14 anos
- comprovante nível de escolaridade
- atestado de saúde admissional
- atestado de antecedentes criminais (fórum)
- conta-corrente ou conta salário na caixa Econômica Federal

10. LOCAL E HORÁRIO DE INSCRIÇÃO

10.1 As inscrições serão realizadas no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São João Batista, do dia 02/03/2017 ao dia 31/03/2017, das 13:30 às 17:30 horas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A lista dos inscritos será publicada no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de São João Batista dia 03/04/2017, ali permanecendo por pelo menos dez dias.

11.2 A lista dos classificados será publicada no Mural da Prefeitura Municipal de São João Batista dia 05/04/2017, ali permanecendo por pelo menos dez dias.

11.3 Em caso de recurso, os candidatos terão 24 horas a contar das 13:30 horas do dia 05/04/2017, devendo este ser apresentado por escrito direcionado a Comissão de Seleção do Processo Seletivo, que após recebimento, terá 24 horas úteis para responder.

11.4 A convocação será feita por telefone obedecendo a classificação, tendo o candidato classificado 24 horas para se apresentar e apresentar os documentos exigidos para a contratação conforme item 9.1 deste Edital, caso contrário será desclassificado.

11.5 O candidato classificado poderá não ser chamado, dependendo do número de vagas podendo a Administração convocá-lo em outro momento, tendo este prazo de 24 horas para assumir sua vaga, caso contrário será desclassificado.

11.6 Este processo Seletivo tem validade de 12 meses.

11.7 Casos omissos serão decididos pela Comissão de Seleção.

São João Batista, 02 de março de 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot	Juciléia dos Santos presidente	Rosane Sartori Rosa
------------------	-----------------------------------	---------------------

Homologação

Daniel Netto Candido
Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2017

A Comissão de Seleção, em conformidade com a Lei municipal 2.737/2005, tendo deliberado em reunião preparatória, definiu os critérios e torna público o processo seletivo para contratação por tempo determinado de AGENTE COMUNITÁRIO- PSF e ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO – PSF, para a Secretaria Municipal de Saúde nos seguintes termos:

1. FUNÇÃO

FUNÇÃO	Lotação	Carga horária semanal	Remuneração Mensal
AGENTE DE SAÚDE – PSF BAIRRO CARDOSO	PSF	40h	R\$ 1.074,84
AGENTE DE SAÚDE – PSF BAIRRO CARMELO	PSF	40h	R\$ 1.074,84
AGENTE DE SAÚDE – PSF JARDIM SÃO PAULO	PSF	40h	R\$ 1.074,84
AGENTE DE SAÚDE – PSF BAIRRO RIBANCEIRA DO SUL	PSF	40h	R\$ 1.074,84
AGENTE DE SAÚDE – PSF BAIRRO CENTRO	PSF	40h	R\$ 1.074,84
ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO – PSF	PSF	40h	R\$ 994,29

2. HORÁRIO E LOCAL DO SERVIÇO

2.1 A carga horária é expressa em horas semanais

2.2 O Local do Serviço: Unidades Municipais de Saúde

2.3 O Horário do Serviço é de acordo com a necessidade e o excepcional interesse da administração Municipal, podendo ser alterado.

3. PRAZO

3.1 O contrato será de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, salvo substituições por prazo determinado.

4. REMUNERAÇÃO MENSAL

4.1 Conforme quadro no item 1.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 Os direitos e as obrigações dos contratados são os previstos na Lei municipal 2.737, de 28 de março de 2005.

6. REQUISITOS

São requisitos para a contratação:

6.1 Nacionalidade brasileira ou equiparada.

6.2 Regularidade eleitoral.

6.3 Regularidade militar.

6.4 Idade mínima de dezoito anos.

6.5 Aptidão física e mental para a atividade pretendida.

6.6 Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio Completo para a função de Atendente de Consultório Odontológico - PSF e Ensino Fundamental completo para a função de Agente de Saúde - PSF .

7. FATORES DE CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os inscritos serão submetidos a uma prova teórica, a ser realizada no dia 07/04/2017, às 14:00h, no auditório do CRAS, situado na Rua Tiburcio Taurino Bozano nº 210, no Centro. A prova teórica terá 25 questões de conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos sobre as atribuições, responsabilidades dos cargos. Para cada questão da prova haverá quatro alternativas para escolha, sendo apenas uma delas correta, valendo 0,4 pontos cada questão.

7.2 Eventual empate entre candidatos com igual classificação no item anterior será considerada maior idade como critério de desempate.

8. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

8.1 Para a inscrição o candidato deverá preencher e assinar a ficha de inscrição e cópia dos seguintes documentos:

- Cédula de identidade, ou outro documento de identificação com foto válido.
- CPF

9. DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

9.1 Para contratação, após a chamada (que será realizada por telefone), o candidato terá 24 horas para apresentar cópia dos seguintes documentos no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal:

- 1 foto 3x4
- declaração de bens
- declaração como a posse não acumula cargos
- declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares
- cpf
- rg
- título de eleitor

- comprovante voto da ultima eleição
- nº inscrição pis/pasep
- nº da carteira de trabalho e data da emissão
- certificado de regularidade militar (para homens)
- comprovante de residência recente
- certidão de casamento ou certidão de nascimento
- certidão de nascimento filhos menores de 14 anos
- comprovante nível de escolaridade mínima conforme item 6.6
- atestado de saúde admissional
- atestado de antecedentes criminais (fórum)
- conta-corrente ou conta salário na caixa Econômica Federal

10. LOCAL E HORÁRIO DE INSCRIÇÃO

10.1 As inscrições serão realizadas no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São João Batista, do dia 06/03/2017 ao dia 04/04/2017, das 13:30 às 17:30 horas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A lista dos inscritos será publicada no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de São João Batista dia 05/04/2017, ali permanecendo por pelo menos dez dias.

11.2 A lista dos classificados será publicada no Mural da Prefeitura Municipal de São João Batista dia 11/04/2017, ali permanecendo por pelo menos dez dias.

11.3 Em caso de recurso, os candidatos terão 24 horas a contar das 13:30 horas do dia 11/04/2017, devendo este ser apresentado por escrito direcionado a Comissão de Seleção do Processo Seletivo, que após recebimento, terá 24 horas úteis para responder.

11.4 A convocação será feita por telefone obedecendo a classificação, tendo o candidato classificado 24 horas para se apresentar e apresentar os documentos exigidos para a contratação conforme item 9.1 deste Edital, caso contrário será desclassificado.

11.5 O candidato classificado poderá não ser chamado, dependendo do número de vagas podendo a Administração convocá-lo em outro momento, tendo este prazo de 24 horas para assumir sua vaga, caso contrário será desclassificado.

11.6 Este processo Seletivo tem validade de 12 meses.

11.7 Casos omissos serão decididos pela Comissão de Seleção.

São João Batista, 06 de março de 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot	Juciléia dos Santos presidente	Rosane Sartori Rosa
------------------	-----------------------------------	---------------------

Homologação

Daniel Netto Candido
Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/PMSJB/2017

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 014/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: José Luis Gonçalves Teda EPP – CNPJ nº 02.550.678/0001-73; Processo Licitatório 003/PMSJB/2017 – Pregão Presencial nº 003/PMSJB/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 014/PMSJB/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais no valor R\$ 17.704,04 (24.617%), que passa a ter a seguinte redação: "4.1 O valor deste contrato é de R\$ 89.622,04 (oitenta e nove mil seiscentos e vinte e dois reais e quatro centavos)"; Data da assinatura: 03/04/2017.

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2017

A Comissão de Seleção, em conformidade com o artigo 106 da Lei municipal 2.737/2005, torna pública a lista dos candidatos inscritos no

processo seletivo simplificado:

CANDIDATOS INSCRITOS:

FUNÇÃO: ENFERMEIRO - PSF	
Nº da Inscrição:	Nome:
01	RICIELA KOLV
06	INDIAMARA DE SOUSA
09	REMY CORREIA DOS SANTOS
10	EUGEANI FUNDCHER
11	ERICA MARGHETI KESTRING
12	ALINE CRISTINA DA ROSA
16	GEISIANE SOUSA BRAGA
21	DANIELA VINOTTI FERREIRA
22	ANDREZZA MARTINHA NICOLAU
26	THAYS ANGELITA DA SILVA DE MELLO
27	LETICIA SILVA TESTA
29	ANA LUIZA DOS SANTOS
30	ELIZABETH RIBEIRO WICHROSKI
31	LUCIANA MENGARDA
32	ROSANGELA DIAS REZENDE
34	MARINA GONZAGA CORDEIRO
35	SUELI LEAL DA SILVEIRA
FUNÇÃO: ENFERMEIRO - HOSPITAL	
Nº da Inscrição:	Nome:
03	JUCINEI CAMATINI
05	MATHEUS LUIZ KRULL
08	LUAN FERNANDO SILVA TIBURCIO
14	MARIA APARECIDA ROSELINDO
15	DELFINA CHAVES
18	TATIANA RICARDO
19	ERICH FREIRE DANTAS
20	NAUANNA OLIVEIRA DA ROCHA
28	BRUNA CLAUMANN
FUNÇÃO: MEDICO – PSF	
Nº da Inscrição:	Nome:
02	DANIELLY DOS SANTOS REIS REINERT
04	MARCIA ROOS
07	THIAGO WOLFF DA COSTA
17	ALEXANDER ROSA RUDOLPH
33	MARCOS GONÇALVES JUNIOR
FUNÇÃO: MEDICO – ANESTESISTA	
Nº da Inscrição:	Nome:
23	CARLOS EDUARDO GUEDES GONTIJO
24	KAREN ADRIANA CAMPOS PASTÓRIO
FUNÇÃO: MEDICO – OFTALMOLOGISTA	
Nº da Inscrição:	Nome:
13	JEVÁ JÁCOMO DO COUTO
25	JOSÉ CARLOS LORENZI PEREIRA

São João Batista, 03 de abril 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot	Juciléia dos Santos presidente	Rosane Sartori Rosa
------------------	--------------------------------	---------------------

Homologação

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

**LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2017**

A Comissão de Seleção, em conformidade com o artigo 106 da Lei municipal 2.737/2005, torna pública a lista dos candidatos inscritos no processo seletivo simplificado:

CANDIDATOS INSCRITOS:

FUNÇÃO: PROFESSOR DE DANÇA	
Nº da Inscrição:	Nome:
01	KARLA SIMONE COSTA PEIXOTO
02	ANDRESSA SOARES PADILHA

São João Batista, 03 de abril 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot	Juciléia dos Santos presidente	Rosane Sartori Rosa
------------------	--------------------------------	---------------------

Homologação

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

**LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2017**

A Comissão de Seleção, em conformidade com o artigo 106 da Lei municipal 2.737/2005, torna pública a lista dos candidatos inscritos no processo seletivo simplificado:

CANDIDATOS INSCRITOS:

FUNÇÃO: AGENTE DE SAÚDE – PSF – BAIRRO CARDOSO	
Nº da Inscrição:	Nome:
08	MARIA APARECIDA BOOZ
12	PRISCILA APARECIDA MACHADO WOLFART
34	LUAN KAIQUE DE ABREU
42	JOCELAINE RODRIGUES CORREA
64	MARIA MARLENE DA SILVA REGIS
FUNÇÃO: AGENTE DE SAÚDE – PSF – BAIRRO CARMELO	
Nº da Inscrição:	Nome:
17	ELIZANGELA PEREIRA
28	ANA CRISTINA NERIS
29	JANAINA PEREIRA
62	ROSANGELA DA SILVA MACEDO
72	ADRIELI DE SOUZA TAMANINI
FUNÇÃO: AGENTE DE SAÚDE – PSF – BAIRRO JARDIM SÃO PAULO	
Nº da Inscrição:	Nome:
01	RENATA REGINA FARIAS DA SILVA

02	PAMELAS MENITEI SILVA
22	NEIVA RENATA CABANAS
33	AGATA INAIA BETINA QUEVEDO GANASSINI
38	VIVIANI CIPRIANI
41	MARAIZE LAURINDO
56	VITORIA EDUARDA RAMOS ALVES
67	TAYNA DE LIMA
68	SARA DEBORA ALVES
77	ISRAEL MORAES
82	MARIA JOSE DE LIMA
83	SOLANGE REGINA ALEXANDRE
84	HIURY LINHARES FERREIRA

FUNÇÃO: AGENTE DE SAÚDE – PSF – BAIRRO RIBANCEIRA DO SUL

Nº da Inscrição:	Nome:
09	SANDRA MARA MARQUATO
23	ROSANGELA CLAUDETE DA SILVA
24	JAREL MORGANA DOS SANTOS DORNELLES
25	DEISE FIRMO
26	ELAINE CRISTINA ORSI IGNACIO
58	NAIARA DE OLIVEIRA BEIJARANA
63	SIDNEI MARCOS CORDEIRO
75	AMANDA CONCEIÇÃO DA ROSA

FUNÇÃO: AGENTE DE SAÚDE – PSF – BAIRRO CENTRO

Nº da Inscrição:	Nome:
04	MARIA MARLI DOS SANTOS
11	DANDARA DE ALMEIDA SANTOS
13	LUCIENE SUZANA DE SOUZA
14	LORENA JOSEFINA DE MELO
15	FERNANDA SERPA
16	TATIANA LEITE HILLESHEIN
20	RAFAEL GELSLEICHTER
31	ELIANE GAMBETA PONCIO
36	MARINA DEGASPARI DE CAMARGO
37	DILNEA FERNANDA MORAES
39	BERNADETE DAUD DE MELLO
40	ARNALDO DA ROCHA CLEMENTE
43	FERNANDA CAROLINA SOTOPIETRA
44	JANETE TAVARES DE CAMARGO
45	CAMILA ALVES PEREIRA FANDARUFF
48	JABSON ROCHA SANTIAGO
51	ALEXSANDRA AZEVEDO OLIVEIRA NOVAES
52	FABIANA DIETSMAN
53	VERONICA VENIER
55	VANESSA FERNANDA DA SILVA
60	RAMON JACINTO QUIRINO
61	JULIANA PAIM GARCIA SANTOS
65	MARCO AURELIO FERNANDES DA SILVA
66	EDINEIA LUCIMARA STRAUSS
69	JUCILEIDE DE ANDRADE REIS
79	CLAUDIA FRAGA FAGUNDES
85	RITA DE CASSIA ANDREGTONE
88	SAMANTA NICOLY DO PRADO HAAG

FUNÇÃO: ATENDENTE DE CONSULTORIO ODONTOLÓGICO – PSF

Nº da Inscrição:	Nome:
03	SHAIANE DAROSSO DE OLIVEIRA
05	MARIA AZENIR ESPERANDIO
06	SIRLEI TEREZINHA GERMANO DIAS
07	SUELEN CRISTINA DE OLIVEIRA
10	SUELI CRISTINA DA SILVA
18	ANDREIA AZEVEDO DE LIMA
19	ADRIANA CARDOSO
21	FERNANDA GABRIELA NEVES DE MOURA
27	SHEILA FRANCINE RODRIGUES
30	MILENE ARIADINE DA SILVA

32	DANIELE BENINCA
35	JANAÍARA DA SILVA FELLER
46	JESSICA DAIANE DA PENHA DE OLIVEIRA
47	JAQUELINE MOSER
49	JULIANA ROCHA SANTIAGO
50	LILIANE PATRICIA DA SILVA
54	GUILHERME WALMIR DA SILVA
57	MARIA JOSE BATISTI AMORIM
59	SABRINA GENRO DA SILVA
70	CARMEN PIASSON
71	NATALIA BRANCO
73	ELEXANDRA BERTOCHI
74	ANDREI DIAS DOS SANTOS
76	LUANA AGOSTINHO FAGUNDES
78	ROSANE DOS SANTOS
80	MARIA EDUARDA JACINTO
81	MORGANA BREHMER
86	CAIO RICARDO MACHADO
87	BRUNA FONTANELLI

São João Batista, 05 de abril 2017.

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Ana Paula Maykot	Juciléia dos Santos presidente	Rosane Sartori Rosa
------------------	--------------------------------	---------------------

Homologação

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 012/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/FMS/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 008/FMS/2017, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS. Entrega dos envelopes: 14h15min do dia 03/05/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 03/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 11 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

PROCESSO LICITATORIO 011/FMS/2017 - PP 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 011/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FMS/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 007/FMS/2017, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 04/05/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 04/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 11 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

PROCESSO LICITATORIO 053/PMSJB/2017 - PP 041/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO Nº 053/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial nº 041/PMSJB/2017, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REFORMA DAS PONTES PENSEIS DE RIBANCEIRA DO SUL, RIBANCEIRA DO NORTE, FERNANDES, COLONIA, DOMINGAS CORREIA, TAJUBA I, CARDOSO E TIJIPIÓ LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 03/05/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 03/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11:30h e das 13:30h as 17:30h, em dias úteis. São João Batista, 11 de abril de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 3112/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3112/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 715.485,06 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.014 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0381 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.708,59

12.361.0002.2.014 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0381 - Aplicacoes Diretas

Valor - 625,52

12.361.0002.2.014 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0308 - Aplicacoes Diretas

Valor - 23.432,04

12.361.0002.2.014 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0304 - Aplicacoes Diretas

Valor - 300,39

12.365.0002.2.015 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0304 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.877,97

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

06.182.0006.2.075 - Manutenção da polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.00.0320 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

15.451.0006.1.072 - Pavimentação e Drenagens de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.00.0381 - Aplicacoes Diretas

Valor - 274,25

15.451.0006.1.072 - Pavimentação e Drenagens de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.00.0330 - Aplicacoes Diretas

Valor - 344.384,56

15.452.0006.2.071 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0303 - Aplicacoes Diretas

Valor - 81.049,03

15.452.0006.2.073 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0304 - Aplicacoes Diretas

Valor - 21.569,04

15.452.0006.2.073 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0381 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.516,82

15.452.0006.2.073 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0381 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.989,95

15.452.0006.2.071 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0381 - Aplicacoes Diretas

Valor - 13.756,90

15.452.0006.1.084 - Recuperação de Praças Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicacoes Diretas

Valor - 110.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

14 - ENCARGOS GERAIS

14.01 - ENCARGOS GERAIS

28.122.0000.0.106 - Pagamento de Precatórios

3.3.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicacoes Diretas

Valor - 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 10 de Abril de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural da Prefeitura Municipal em 10/04/2017

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 031 - NOMEIA GESTORA E ÓRGÃO TÉCNICO PARA PARCERIA FIRMADA COM APAE

DECRETO Nº 031/17, DE 06/04/2017.

NOMEIA GESTOR E ÓRGÃO TÉCNICO PARA PARCERIA FIRMADA COM ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE NO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora Sra. Judite Rasch Bracht Gauer como gestora da parceria com a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 2º Fica nomeada a servidora Sra. Cláudia Wolschick Lenz como responsável do órgão técnico da parceria com a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 06 de abril de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

DECRETO 033 - DESMEMBRAMENTO LOTE 83R - ANTONIO BRACHT

DECRETO Nº 033/17, DE 11/04/2017.

APROVA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 83-R, DA MATRÍCULA Nº 11.301 DE PROPRIEDADE DE BERNADETE ZILLES BRACHT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 539, de 22 de maio de 2000 e em conformidade com os incisos XIX, do Art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento da área de 300,19 m² do lote urbano nº 83-R, com a área total de 1.037 m², da matrícula nº 11.301, conforme mapa e memorial descritivo em Anexo.

Art. 2º. Esta operação é objeto da anotação de Registro de Responsabilidade Técnica nº 6141590-4 firmada pelo Engenheiro Civil Sr. Eduardo Lauschner, CRA-SC 072805-2-SC.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 11 de abril de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Teletrônica Pinhal- LTDA-EPP

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 03/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos eletrônicos para utilização

da câmara de Vereadores".

VALOR: R\$ 7.190,00

PRAZO: 12.04.2017 até 30.04.2017

São João do Oeste – 12 de Abril de 2017

Egídio Simon – Presidente da Câmara

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2017

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

Partes: Município de São João do Oeste e J.J.S Desenvolvimento Humano

ORIGEM: Pregão Presencial nº 05/2017

OBJETO: "Contratação de empresa para ministrar palestras para as famílias integrantes do CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos do IGD/Bolsa Família".

VALOR: R\$ 1.200,00

PRAZO: 12.04.2017 até 30.04.2017

São João do Oeste – 12 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 11.337,97

PRAZO: 11.04.2017 até 31.07.2017

São João do Oeste – 11 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.958,59

PRAZO: 11.04.2017 até 31.07.2017

São João do Oeste – 11 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlaeger- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 11.342,86

PRAZO: 11.04.2017 até 31.07.2017
São João do Oeste – 11 de Abril de 2017
Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO Nº 56/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Carlise Luci Kaufmann-MEI

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".
VALOR: R\$ 2.263,22

PRAZO: 11.04.2017 até 31.07.2017

São João do Oeste – 11 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

LEI 1707 - AUTORIZA BAIXAR BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO

LEI Nº 1.707/17, DE 04/04/2017

AUTORIZA O EXECUTIVO DAR BAIXA DE BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Bens Móveis, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa do patrimônio do Município, os bens móveis constantes no anexo I desta lei, que, por natureza, utilidade e estado de conservação foram considerados inservíveis.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 04 de abril de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.707/2017

ANEXO I

LEI 1708 - ALTERA O ART 1º DA LEI 1668 - DOAÇÃO ÁREA JABOTICABA

LEI Nº 1.708/17, DE 04/04/2017.

RETIFICA METRAGEM DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR CONSTANTE NO ART. 1º DA LEI 1.655/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei.

Art. 1º Fica retificada a metragem de 72,59 m² para 73,20m², da edificação escolar desativada da rede de ensino do município de São João do Oeste, constante na redação da parte final do artigo 1º da Lei 1668/2015, consolidada a Lei 1.655/2015, que autoriza a desafetação e doação com encargos de imóvel público, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar do uso comum do povo o imóvel público, compreendendo terreno com área de 6.100,00 m² (seis mil e cem metros quadrados), destacado do lote rural nº 23, matrícula nº 1.034 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga, uma edificação em alvenaria medindo 100m², uma edificação escolar desativada da rede de ensino do Município de São João do Oeste, medindo 73,20 m², e um campo de futebol sete (society) com gramado natural, infraestrutura de alambrado e sistema de iluminação.

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei 1.655/2015 ficam inalterados.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a consolidar a presente Lei à Lei 1.655/2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 04 de abril de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

PROCESSO 26-2017 - VEICULO E EQUIPAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objeto objetivo selecionar a melhor proposta para aquisição de veículo e equipamentos para agricultura familiar, CONTRATO 837483/2016 – PROCESSO 1035574-39/2016 – PM São João do Sul/SC, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo I).

Tipo de julgamento: menor valor unitário.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30min do dia 27 de abril de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 14h00min do dia 28 de abril de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, 50, Centro de São João do Sul-SC. No Horário das 08h00min as 12h00min e das 13h30min a 17h30min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 10 de abril de 2017.

Moacir Francisco Teixeira
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2017

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Professores e Agente de Serviços Gerais, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 24 de Março de 2017 Segunda-Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

Nº DE VAGAS PARA OS SEGUINTE CARGOS:

VAGAS PARA PROFESSORES 01:

01 VAGA PARA PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20H PERÍODO VESPERTINO;
LOCALIDADE: PERICÓ

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 02:

01- TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO MATTOS 40H (FÉRIAS DA TITULAR)

01- POSTO DE SAÚDE CENTRAL 40H (VAGA EXCEDENTE)

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

- *Graduação na área;
- *Cursando na área;
- *Áreas afins pela vaga pretendida;

PARA AS VAGAS DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo;

Critérios de Desempate:

- Maior Idade;
- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Mauricio Yamashiro
Secretário Municipal da Administração
Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº 138/2017

DECRET O Nº 138/2017

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO Á FUNCIONÁRIA KATIA LUZIA MADRUGA DE SOUZA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido á funcionária: - KATIA LUZIA MADRUGA DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 102/1994, de 15/08/1994, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Tempo de Serviço de Professora e é a contar do dia 03/04/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de Abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2017.

PORTARIA Nº 245/2017

PORTARIANº 245/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por termino de contrato a senhora: - EDNÉIA NAZARE BORGES VELASCO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (merendeira), no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 095/2016, de 26/02/2016. A referida exoneração é a contar do dia 01/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 246/2017

PORTARIANº 246/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Operador de Maquina, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 06/04/2017 à 05/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 247/2017

PORTARIANº 247/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por termino de contrato a senhora: - IARA DENIZE DE FATIMA FARIAS DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Jose Diomar Rodrigues Padi-lha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na área de Educação Infantil, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 127/2017, de 14/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, , ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

CRENCIAMENTO – IN 005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CRENCIAMENTO – IN 005/2017 – Proc. Adm. 3138/2017. Objeto: CRENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE COTAS DE PATROCÍNIO FINANCEIRO PARA “I CONFERÊNCIA MACRORREGIONAL DE SAÚDE DA MULHER DE GRANDE FLORIANÓPOLIS 2017” – EVENTO PARA 350 PESSOAS NO DIA 05 DE MAIO DE 2017. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 24/04/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 24/04/2017 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

DECRETO Nº 7770/2017

DECRETO Nº 7770/2017
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ADRIANA FREITAS COSTA	Professor-M	03/04/2017
ANDREZA VENTURA DA CRUZ	Professor-M	03/04/2017
ANEZAURA VARGAS	Professor-M	03/04/2017
CARMEM SABINO MEURER	Auxiliar de Ensino	03/04/2017
FABIANI DIOGO	Auxiliar de Sala	03/04/2017
JOSE HENRIQUE DE OLIVEIRA GATTIBONI	Professor-H	03/04/2017
MARIA ISABEL TEIXEIRA BRISOLARA	Professor-H	03/04/2017
NAYARA VIEIRA CIPRIANO	Professor-M	03/04/2017
OSCAR ALVES DOS SANTOS JUNIOR	Auxiliar de Ensino	03/04/2017
TEREZINHA CELINA JORGE	Professor-M	03/04/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/04/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7771/2017

DECRETO Nº 7771/2017

EXCLUSÃO DA SERVIDORA DO DECRETO Nº 7336/2016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo administrativo nº 1175/2017 de 09 de fevereiro de 2017, que prorroga sua situação funcional, tendo em vista sua gravidez,

DECRETA:

Art. 1º – Fica excluída do decreto nº 7336/2016, datado de 19 de dezembro de 2016, a servidora KAMYLE MAURA POSSAS, a qual ocupava o cargo de Auxiliar de Ensino, ACT.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/12/2016.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de Abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7772/2017

DECRETO Nº 7772/2017

INCLUSÃO DA SERVIDORA NO DECRETO Nº 7337/2016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo administrativo nº 1175/2017 de 09 de fevereiro de 2017, que prorroga sua situação funcional, tendo em vista sua gravidez,

DECRETA:

Art. 1º – Fica incluída no decreto nº 7337/2016, datado de 19 de dezembro de 2016, a servidora KAMYLA MAURA POSSAS, no cargo de Auxiliar de Ensino, carga horária de 40 horas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/12/2016.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de Abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7773/2017

DECRETO Nº 7773/2017

ALTERA O ANO LETIVO DO DECRETO Nº 7337/2016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e

Considerando que o Decreto nº 7337/2016 de 19 de dezembro de 2016, possui erro formal e vislumbrando sua correção referente ao ano letivo,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam prorrogados os contratos, para o ano letivo de 2016, até cessados os direitos conferidos em Lei para as seguintes servidoras gestantes ou de licença maternidade, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam prorrogados os contratos, para o ano letivo de 2017, até cessados os direitos conferidos em Lei para as seguintes servidoras gestantes ou de licença maternidade:

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/12/2016.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7774/2017

DECRETO Nº 7774/2017

PROMOVE, POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.422/2006 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 4.676/2008 E DO DECRETO Nº 21.820/2006.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica promovida por nova habilitação profissional, nos termos dos artigos 16, III, e 20 da Lei nº 4.422/2006, alterações conforme Lei Municipal nº 4.676/2008 e do Decreto nº 21.820/2006, a servidora CIBELE SCHMIDT, lotada no Centro de Educação Infantil Professora Maria Minervina Soares Cunha, com a carga horária de 40 horas, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, passando para a situação funcional MAG-APG-ASL-10C do anexo XXI da Lei nº 4.422/2006, sendo mantida a mesma lotação, função, período e carga horária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 23 de março de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7775/2017

DECRETO Nº 7775/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANDREIA PINHEIRO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	03/04/2017
CLEUSI MARIA FAGUNDES PEREIRA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	03/04/2017
GIANE SOARES	Professor-M	40 Horas	03/04/2017
JESSICA WEINGARTNER	Professor-M	40 Horas	03/04/2017
KATIA DE LIMA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	03/04/2017
SANDRO CARDOSO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	03/04/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/04/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7776/2017

DECRETO Nº 7776/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA LILA DE CAMPOS	Professor-M	40 Horas	04/04/2017
ELAINE PEREIRA LARANJEIRA	Professor-M	40 Horas	04/04/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/04/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7777/2017

DECRETO Nº 7777/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
AMARILDA ILMA SOUZA	Auxiliar de Ensino	30 Horas	05/04/2017
MARCIA SCHUTZ FLORIANO	Professor-M	40 Horas	05/04/2017
MARIA ANGELICA PRIM HOFFMANN	Auxiliar de Sala	40 Horas	05/04/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/04/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7778/2017

DECRETO Nº 7778/2017

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 003/2016, datado de 30 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2017 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ADRYNARA MATOS DE FREITAS	Professor-M	40 Horas	06/04/2017

ALDORI CAXAMBU	Professor-H	46 Horas Aulas	06/04/2017
ANGELA MARIA DE MELO VIEIRA	Professor-M	30 Horas	06/04/2017
GILVANA LUCIA DE SANTANA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	06/04/2017

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/04/2017.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

LEI N.º 5.615 DE 10 DE ABRIL DE 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O GRUPO ESCOTEIRO NHANDÉ ROVÁI.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Municipal, o Grupo Escoteiro Nhandé Rovái 115/SC, com sede neste Município, à rua João Paulo Gaspar n.º 3067, Bairro Ipiranga, São José, SC, CEP 88.111-671 e CNPJ n.º 21.553.731/0001-34, conforme documentação em anexo.

Art. 2º Ficam asseguradas as vantagens e os direitos da Legislação em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 10 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 010/2017/SMS/SJ

PORTARIA Nº 010/2017/SMS/SJ

DESIGNA SERVIDORA MARILIZ CABRAL BROERING DIENER PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE DIRETORA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/1990, no parágrafo único do art. 66, inciso II, e

Considerando o art. 196 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando o art. 197 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

Considerando o art. 6º, da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que inclui no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a vigilância epidemiológica;

RESOLVE:

Art. 1º - designar a servidora Mariliz Cabral Broering Diener – Matrícula nº 260053-5 Cargo Enfermeira da Família para desempenhar as funções de Diretora da Vigilância Epidemiológica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São José (SC), 04 de abril de 2017.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 011/2017

PORTARIA Nº 011/2017

DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO DE ACESSO E INSERÇÃO NO SISTEMA DE REGULAÇÃO – SISREG PARA EXAMES DE MAMOGRAFIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, VI, Considerando o art. 196 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando o art. 197 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as ações de saúde destinadas a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social e para tanto estabeleceu descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, o qual em última análise legitima este ente Federativo a estabelecer fluxo administrativo para realização dos serviços de saúde;

Considerando que as solicitações para Mamografia são realizadas na requisição de mamografia do programa nacional de controle do câncer de mama e nessa constam os critérios que diferenciam a Mamografia de Rotina do exame para investigação.

Considerando a necessidade de priorizar as paciente sintomáticas ou com outro dado clínico que justifique avaliação mais célere;

RESOLVE:

Art. 1º Nos dados da anamnese realizados pelas unidades solicitantes todas as solicitações que tiverem as indicações abaixo listadas deverão necessariamente ser encaminhadas para agendamento via Sistema de Regulação – SISREG:

I. Nódulo ou caroço na mama direita ou mama esquerda;

II. Paciente ter realizado radioterapia na mama direita, mama esquerda ou no plastrão;

III. Paciente apresenta risco elevado para câncer de mama;

IV. Paciente ter realizado quaisquer cirurgia de Biópsia Cirúrgica Incisional, Biópsia Cirúrgica Excisional, Centralectomia, Segmentectomia, Dutectomia, Mastectomia, Mastectomia poupadora pele, Mastectomia poupadora da pele e complexo aréolo-papilar, Linfadenectomia Axilar, Biópsia de linfodono sentinela;

Art. 2º Em todos os encaminhamentos que tiverem indicação clínica, as solicitações que se referirem a mamografia diagnóstica, os respectivos achados devem estar minuciosamente descritos conforme formulário disponibilizado pelo Ministério da Saúde dentro do Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 11 de abril de 2017.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 917/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 917/2017

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, o servidor JAISON GASPERI, ocupante de cargo de Professor, matrícula 37.099-1, nomeada em 31 de março de 2014, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 918/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 918/2017

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GABRIELA PIRES, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 37.100-9, nomeada em 31 de março de 2014, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA-SA-Nº 299/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 299/2017

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais e,

Considerando o processo nº 27.601/16, de 22.12.2016,

RESOLVE:

I - Autorizar o retorno às atividades, do (a) servidor (a) ADRIANO DE BRITO, matrícula nº 1.840-6, lotado (a) na Fundação de Cultura e Turismo, no cargo de Professor, que estava em Licença para mandato eletivo desde 01.01.2009.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 300/2017

PORTARIA- SA – Nº 300/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 1.075/17 de 07.02.2017.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARA ELLEN MELCHER DOS SANTOS, matrícula nº 13.698-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2017.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 301/2017

PORTARIA- SA – Nº 301/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 369/17 de 13.01.2017.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) SILVIO LUIZ INDRUSIAK WEIS, matrícula nº 1.517-2, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2017.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 302/2017

PORTARIA- SA – Nº 302/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 1.206/17 de 10.02.2017.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) MEIRY ROSE DO AMARAL ROCHA, matrícula nº 13.767-7, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2017.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 303/2017

PORTARIA- SA – Nº 303/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 059/17 de 03.01.2017.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) JANE LUCIA SANTOS DA LUZ, matrícula nº 33.334-4, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2017.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 304/2017

PORTARIA– SA – Nº 304/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 27.640/16 de 22.12.2016.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) CLECI APARECIDA VERONEZI, matrícula nº 10.861-8, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 305/2017

PORTARIA– SA – Nº 305/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 1.030/17 de 06.02.2017.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) JULIANO FERREIRA SANTIAGO, matrícula nº 22.462-6, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2017.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 306/2017

PORTARIA– SA – Nº 306/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 114 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 070/17 de 04.01.2017.

RESOLVE:

I – Conceder prorrogação de licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr.(a) DAVI LUIS LEMOS SCHWAHN, matrícula nº 23.092-8, lotado na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, para tratar de assuntos particulares, a partir de 01.02.2017, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 002/2017 – Processo nº 014/2017 – Proc. Adm. 003/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DESTINADAS A ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS I, CAPS II, E CAPS AD) E SERVIDORES QUE PARTICIPAM DAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E LANCHES PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO JOSÉ/SC.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 27/04/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/04/2017 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 013/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 013/2017 – Processo nº 141/2017 – Proc. Adm. 2493/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 27/04/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/04/2017 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

TERMO ADITIVO/TA Nº 087/2016-01 – PR 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 087/2016-01 – PR 048/2016 - Processo 155/2016 – Processo Adm. 1220/2017 - Contratado: COELFER LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PREPARO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PESSOAL E DEMAIS NECESSIDADES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO: Conforme solicitação e justificativa juntados ao processo, a partir deste Termo Aditivo fica acrescido ao saldo contratual da Secretaria Municipal de Educação, o seguinte quantitativo, de acordo com a tabela abaixo:

Item	Quantidade
Educação infantil almoço	101.660
Educação infantil lanche	35.360
Educação infantil jantar	88.400
Educação integral lanche	6.456
Educação integral almoço	26.900
Educação integral jantar	26.900
Mais Educação desjejum	550
Mais Educação Almoço	3.300
Mais Educação lanche	2.500
Total de refeições	296.016

Com o acréscimo quantitativo, o valor do Contrato original será majorado no percentual de 4,322367188%, que representa o valor de R\$670.687,28 (seiscentos e setenta mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos). O valor do Contrato nº 087/2016 passará de R\$15.516.666,00 (quinze milhões, quinhentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais) para R\$16.187.353,28 (dezesseis milhões, cento e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos).. Data da assinatura: 23 de fevereiro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 098/2017**

PORTARIA Nº 98/2017

CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ROMEU ERCKMANN.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder (30) trinta dias de licença prêmio ao servidor Romeu Erckmann, referente à sua 4ª licença prêmio, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2017.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 099/2017

PORTARIA Nº 99/2017

NOMEIA O SERVIDOR RICARDO TONELLI MUNHOZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR – CCV-2.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia o servidor Ricardo Tonelli Munhoz para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Alexandre Rosa, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 10 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 100/2017

PORTARIA Nº 100/2017

EXONERA A SERVIDORA THUANY RENATA DA CUNHA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR – CCV-3.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora Thuany Renata da Cunha do cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Alexandre Rosa, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 10 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 101/2017

PORTARIA Nº 101/2017

EXONERA O SERVIDOR MÁRCIO ALEXANDRE DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE PARLAMENTAR – CCV-1.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor Márcio Alexandre do cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar – CCV-1, vinculado ao gabinete do vereador Antônio Carlos da Silveira Júnior, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 10 de abril de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO**

DEVEDOR Ente Federativo/UF:	São José/SC	CNPJ:	82.892.274/0001-05
Endereço:	Av. Acioni Souza Filho		
Bairro:	Praia Comprida	CEP:	88103-790
Telefone:	(048) 3381-0000	Fax:	
E-mail:	pmsj@pmsj.sc.gov.br		
Representante legal:	Adeliana Dal Pont		
CPF:	445.313.039-20		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	gabinete@pmsj.sc.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2013

CREDOR Unidade Gestora:	São José Previdência	CNPJ:	05.774.805/0001-06
Endereço:	Rua Tenente Leovegildo Pinheiro, 1100		
Bairro:	Fazenda Santo Antônio	CEP:	88104-732
Telefone:	(048) 3357-4020	Fax:	
E-mail:	sjprev@pmsj.sc.gov.br		
Representante legal:	Constâncio Krummel Maciel Neto		
CPF:	025.654.979-62		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	constancio.neto@pmsj.sc.gov.br	Data início da gestão:	02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei 5.614/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O São José Previdência é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São José da quantia de R\$ 7.148.443,16 (sete milhões e cento e quarenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 10/2016 a 12/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São José confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 7.148.443,16 (sete milhões e cento e quarenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 119.140,72 (cento e dezenove mil e cento e quarenta reais e setenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 119.140,72 (cento e dezenove mil e cento e quarenta reais e setenta e dois centavos), vencerá em 28/05/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº lei complementar 05/2002.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
 - b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
 - c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
 - d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.
- Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação. Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas. São José - SC / 11/04/2017

Prefeitura Municipal de São José
Adeliana Dal Pont

São José Previdência
Constâncio Krummel Maciel Neto

Testemunhas:

luis fabiano de araujo giannini
diretor financeiro
CPF: 219.717.078-30
RG: 6709574

Caroline Marafigo Melo Povoas
Agente administrativo
CPF: 084.516.179-21
RG: 5331482

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL Nº 033/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 033/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, em conformidade com o Decreto Nº 5.985, de 21 de fevereiro de 2017, para comparecerem à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem a vaga temporária para atendimento de excepcional interesse público, a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

JULIANE DALPOZZO DORIGO

UZANA STOCCO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.42/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº42/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº42/2017, Edital de Pregão Nº42/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para LOCAÇÃO DE UM TRATOR DE ESTEIRA COM OPERADOR, PARA USO EM SERVIÇOS NECESSÁRIO NO LOTEAMENTO SANTA RICA II E LOTEAMENTO PARQUE INDUSTRIAL III DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA QUE O EQUIPAMENTO DO MUNICÍPIO É ANTIGO E NÃO TEM CAPACIDADE SUFICIENTE PARA SUPRIR TODA DEMANDA DOS TRABALHOS NECESSÁRIOS. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 27/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.44/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº44/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº44/2017, Edital de Pregão Nº44/2017, Objeto: AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA "LED" PARA SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS EXISTENTES NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 15:00 horas do dia 27/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 245/2017

PORTARIA Nº 245/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública Municipal Carine Kaiser Wolfart, ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico, Grupo DAC, Nível 14, Matrícula 2849, referente ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016, para serem gozadas no período de 17 a 26 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 11 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 246/2017

PORTARIA Nº 246/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal Renato Rosset, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 1610, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 02/02/2016, para serem gozadas no período de 17 de abril de 2017 a 01 de maio de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 11 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 247/2017

PORTARIA Nº 247/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 16 (dezesesseis) dias de GOZO de férias ao Servidor Público Municipal Gilberto Carlos Justen, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamento, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula 1778, no período de 17 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, interrompidas pelo Decreto nº 5.329, de 16 de janeiro de 2014, não restando dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 11 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017 - PR Nº 049/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/04/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, BEM COMO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO SOBRE ESTEIRA MODELO EE140B ANO 2010 CHASSI NºVCEC140B00015153, PATRIMÔNIO Nº6912, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de Abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2017 - PR Nº 050/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/04/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de Abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 014/2017 – Pregão Presencial Nº 012/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE RECEITUÁRIOS PARA SEREM UTILIZADOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE NO EXERCÍCIO DE 2017, AMBOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.
FORNECEDOR: GRAFICA BAROZZI LTDA - CNPJ: 01.101.611/0001-99.

VALOR: R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais).
FORNECEDOR: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA – EPP - CNPJ: 18.486.182/0001-18.
VALOR: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).
TOTAL: R\$ 8.990,00 (oito mil, novecentos e noventa reais).
DATA DE ASSINATURA: 03/04/2017.
VIGÊNCIA: 03/04/2017 à 31/12/2017.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 040/2017 – Chamamento Público Nº 001/2017.
OBJETO: CHAMADA PÚBLICA, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DURANTE O ANO LETIVO DE 2017.
FORNECEDOR: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SLO - CNPJ: 06.032.574/0001-28.
VALOR: R\$ 149.239,30 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta centavos).
TOTAL: R\$ 149.239,30 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 04/04/2017.
VIGÊNCIA: 04/04/2017 à 31/12/2017.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2017
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 048/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 001/2017.
OBJETO: CONTR. DE EMP. ESP., BEM COMO O FORNECIMENTO DE MAT. E M.O. P/ EXEC. DA OBRA DE PAV. EM PEDRAS IRREG., DRENAGEM PLUVIAL E SINAL. VIÁRIA DO ACESSO VALENTINA LAZZAROTTO MURARO, C/ ÁREA TOTAL DE 593,65M² PERTENCENTE AO MUN. DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO - CONTRATO DE REPASSE Nº 0313036-34/2009, CONVÊNIO Nº 729661/2009.
FORNECEDOR: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 03.210.836/0001-09.
VALOR: R\$ 35.513,37 (trinta e cinco mil, quinhentos e treze reais e trinta e sete centavos).
TOTAL: R\$ 35.513,37 (trinta e cinco mil, quinhentos e treze reais e trinta e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 10/04/2017.
VIGÊNCIA: 10/04/2017 à 31/12/2017.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 049/2017 – Pregão Presencial Nº 041/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES PARA EVENTO COMEMORATIVO À "PÁSCOA" A SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2017.

FORNECEDOR: LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73.

VALOR: R\$ 21.938,64 (vinte e um mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

TOTAL: R\$ 21.938,64 (vinte e um mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/04/2017.

VIGÊNCIA: 03/04/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 206, de 17 de abril de 2015, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KW6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7453, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 11 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 214, DE 12 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 214, DE 12 DE JULHO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 214, de 12 de julho de 2016, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564606S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10078, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 11 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

PORTARIA Nº 609, DE 10 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 609, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 50 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e no Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017, e

CONSIDERANDO o equívoco na homologação do resultado do Processo Seletivo nº 001/2017, destinado para admissão de professores (em caráter temporário e excepcional) e formação de Cadastro

de Reserva, na rede municipal de ensino, para o ano letivo de 2017, eis que a candidata Fabiely Fracaro, inscrição nº 502, constou na última posição, na categoria "Habilitados - Arte", quando o correto seria sua classificação na primeira posição da categoria "Não Habilitados - Arte", eis que a mesma possui Licenciatura em Educação Física e Especialização em Artes;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 10 de abril de 2017, a servidora pública municipal FABIELY FRACARO, matrícula 3417/01, do cargo de Professor Habilitado - ACT carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 610, DE 10 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 610, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.642, de 06 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a partir de 11 de abril a 14 de dezembro de 2017, a Senhora FABIELY FRACARO, no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de Artes, carga horária de 30 (trinta) horas semanais matutino/vespertino na EBM São Francisco, com vaga vinculada a Professora Titular EMANOELLE FAVRETTO DE MARCHI, que está atuando com a Diretora de EBM São Francisco.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 611, DE 10 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 611, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto nº 5.597, de 26 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, a partir de 10 de abril a 14 de dezembro de 2017, a Senhora CRISTIANE GOBATTO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar no Reforço Escolar, carga horária de 20 (vinte) horas semanais matutino/vespertino na EBM Santa Maria Goretti – Extensão.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 612, DE 11 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 612, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 4.816, de 13 de março 2014,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora CAROLINE BALDIN, aprovada no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar no cargo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 04 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório Nº 054/2017 – Pregão Presencial Nº 045/2017, com Objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS BEM COMO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO SOBRE ESTEIRA MODELO EE140B ANO 2010 CHASSI NºVCE-C140B00015153, PATRIMÔNIO Nº6912, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, com data de abertura designada para 11/04/2017, às 08h30min, restou DESERTO por não haver nenhum interessado para o certame.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 004 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Resolução CMDCA nº. 004 de 11 de abril de 2017.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao ano de 2016 do Recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, no município de São Lourenço do Oeste – SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações pela Lei nº 2.004, de 23 de maio de 2012; e nos Decretos nº 5.423/2016 e nº 5.622/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Reunião Ordinária do dia 11 de abril de 2017, registrada em Ata nº 004/2017 do CMDCA;

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90;

Considerando a Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações pela Lei nº 2.004, de 23 de maio de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e outros;

Considerando o que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado “Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010”;

Considerando a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Considerando a análise dos empenhos emitidos, relacionados as despesas realizadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente referente ao ano 2016, que se verificou que os recursos utilizados no exercício foram aplicados em conformidade com a legislação vigente e o Plano de Ação e Aplicação;

Art. 2º. Os membros da atual Gestão fazem uma ressalva quanto ao uso do recurso para auxílio financeiro solicitado pelo Ministério Público, considerando que tal despesa não deve ser mais custeada com recurso do FMDCA, visto que há Fundo específico para esta despesa.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 11 de abril de 2017.

Marlete de Fátima Bandeira

Presidente CMDCA/SLO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008, DE 01 DE ABRIL DE 2014.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008, DE 01 DE ABRIL DE 2014.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, nº 008, de 01 de abril de 2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 07/04/2017 - edição 2228 - pag. 705, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008, DE 01 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 008, de 01 de abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KK1M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7437, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.”

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, nº 206, de 01 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 07/04/2017 - edição 2228 - pag. 705, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 206, de 01 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KT4S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7448, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.”

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 208, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 208, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, nº 208, de 01 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 07/04/2017 - edição 2228 - pag. 706, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 208, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 208, de 01 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KH9H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7434, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.”

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 211, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 211, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, nº 211, de 01 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 07/04/2017 - edição 2228 - pag. 706, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 211, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 211, de 01 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KP3B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7442, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de abril de 2013.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.”

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 212, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 212, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, nº 212, de 01 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 07/04/2017 - edição 2228 - pág. 706, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 212, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 212, de 01 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KN8U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7441, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 03 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.”

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 10/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO
CONTRATO 10/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
VALOR: R\$ 8.978,40
CONTRATADO: GISELA GAUSMANN MEI
VIGÊNCIA: 31/12/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: GISELA GAUSMANN
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 11/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO
CONTRATO 11/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
VALOR: R\$ 23.046,48
CONTRATADO: MARCELO ROVEDA MEI
VIGÊNCIA: 31/12/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: MARCELO ROVEDA
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 12/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO
CONTRATO 12/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
VALOR: R\$ 8.618,40
CONTRATADO: MARCIONEI DE ABREU MEI
VIGÊNCIA: 31/12/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: MARCIONEI DE ABREU
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 13/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO
CONTRATO 13/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
VALOR: R\$ 19.752,48
CONTRATADO: MARINEIVA FATIMA SCHUCH GRAZZIOLA MEI
VIGÊNCIA: 31/12/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: MARINEIVA FATIMA SCHUCH GRAZZIOLA
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 14/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO
CONTRATO 14/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
VALOR: R\$ 8.258,40
CONTRATADO: MARINES ANDRES SCHONS MEI
VIGÊNCIA: 31/12/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: MARINES ANDRES SCHONS MEI
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 15/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO
CONTRATO 15/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
VALOR: R\$ 20.995,20
CONTRATADO: PRISCILA LORENZETTI MEI
VIGÊNCIA: 31/12/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES
ASSINA pela CONTRATADA: PRISCILA LORENZETTI MEI
São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 16/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 16/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 14.745,60

CONTRATADO: MAURICIO CAMARA BONAMIGO MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: MAURICIO CAMARA BONAMIGO

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 19/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 19/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 21.585,60

CONTRATADO: ROBERTO SILVA BARBOSA MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO SILVA BARBOSA MEI

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 17/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 17/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 14.745,60

CONTRATADO: PASCALE NUNES DE OLIVEIRA SILVA BARBOSA MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: PASCALE NUNES DE OLIVEIRA SILVA BARBOSA

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 20/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 20/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 7.556,40

CONTRATADO: SALETE APARECIDA CHERUBINI PALUDO MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: SALETE APARECIDA CHERUBINI PALUDO

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 18/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 18/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 14.745,60

CONTRATADO: REINALDO NUNES SIQUEIRA MEI VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: REINALDO NUNES SIQUEIRA MEI

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 21/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 21/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 9.910,08

CONTRATADO: TADEU FERNANDO BORTOLINI MEI VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: TADEU FERNANDO BORTOLINI

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 22/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 22/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 26.426,88

CONTRATADO: SIDNEI DE CARVALHO MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: SIDNEI DE CARVALHO

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 4.2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 4/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 11.286,00

CONTRATADO: ADEMAR MEURER MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMAR MEURER MEI São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 5.2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 5/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 8.964,00

CONTRATADO: ALAN JUNIOR MAYER HENTZ MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ALAN JUNIOR MAYER HENTZ

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 6.2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 6/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 31.631,04

CONTRATADO: ALEXANDRE GASPODINI MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ALEXANDRE GASPODINI

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 7/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 7/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 8.996,40

CONTRATADO: ANGELA SCHREINER MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ANGELA SCHREINER

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 8/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 8/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 5.780,88

CONTRATADO: CECILIA HAMMERSCHMITT MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: CECILIA HAMMERSCHMITT

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

CONTRATO 9/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 9/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NAS OFICINAS DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

VALOR: R\$ 16.516,80

CONTRATADO: EDSON DOS SANTOS LEMES MEI

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: EDSON DOS SANTOS LEMES

São Miguel do Oeste, SC., 07 de abril de 2017

LEI COMPLEMENTAR 055/2017 DISPÕE EXPEDIÇÃO ALVARÁ

LEI COMPLEMENTAR N. 055/2017

DISPÕE SOBRE EXPEDIÇÃO E ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA E CONTÉM OUTRAS DISPOSIÇÕES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei regulamenta a expedição e alteração do Alvará de Licença para Localização e Permanência para os estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços e Profissionais Autônomos de acordo com as condições na presente lei ou das legislações pertinentes.

CAPÍTULO II**Seção I****DO ALVARÁ DEFINITIVO**

Art. 2º Conceder-se-á o alvará definitivo, mediante a apresentação de requerimento, conforme modelo do anexo I, com os seguintes documentos:

I – quando Pessoa Jurídica:

- a) consulta de viabilidade válida e aprovada pelo sistema integrado de cadastro (REGIN);
- b) cópia do ato constitutivo devidamente registrado no órgão competente;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) para o Micro Empreendedor Individual, cópia do certificado de inscrição;
- e) Atestado de funcionamento do Corpo de Bombeiros;
- f) Alvará Sanitário Estadual ou Municipal, quando for o caso;
- g) Habite-se e/ou a matrícula atualizada do imóvel constando a edificação averbada;
- h) Licenciamento Ambiental, Certidão de conformidade Ambiental ou Termo de Dispensa, para atividades elencadas no Anexo III, conforme Resolução do CONSEMA nº 013/2012;
- i) Adequação às normas de acessibilidade.
- j) Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV - quando solicitado na viabilidade;

Parágrafo 1º Os documentos citados neste artigo serão preferencialmente disponibilizados eletronicamente via Sistema Integrado de Cadastro REGIN, podendo opcionalmente serem apresentadas cópias no protocolo municipal.

Parágrafo 2º Quando se tratar de ponto de referência será dispensado os documentos elencados nas alíneas a, e, f, g, h e i.

II – quando Pessoa Física:

- a) cópia do RG;
- b) cópia do CPF;
- c) comprovante de endereço residencial;
- d) cópia do registro no Conselho Profissional, se a profissão assim exigir;
- e) Atestado de funcionamento do Corpo de Bombeiros;
- f) Alvará Sanitário Estadual ou Municipal, quando for o caso;
- g) Habite-se e/ou a matrícula atualizada do imóvel constando a edificação averbada;
- h) Licenciamento Ambiental, Certidão de conformidade Ambiental ou Termo de Dispensa, para atividades elencadas no Anexo III, conforme Resolução do CONSEMA nº 013/2012;
- i) Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV - quando solicitado na viabilidade.

Parágrafo 3º Quando se tratar de ponto de referencia será dispensado os documentos elencados nas alíneas e, f, g, h e i.

CAPÍTULO III

Seção I DO ALVARÁ PROVISÓRIO

Art. 3º Fica criado o Alvará Provisório, que habilitará o funcionamento imediato, a título precário, de Pessoa Física ou Jurídica de que trata esta lei.

Parágrafo 1º Para fins da concessão do alvará provisório, fica criado o TERMO DE AUTODECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, constante do anexo II, instrumento em que o empresário ou responsável legal pela sociedade firma compromisso, sob as penas da lei, observando os requisitos exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeitos de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios.

Parágrafo 2º O Termo referido dispensará a apresentação das certidões e documentos correlatos, ficando obrigatório o acompanhamento dos documentos de que tratam os incisos a seguir:

I – quando Pessoa Jurídica:

- a) consulta de viabilidade válida e aprovada pelo sistema integrado de cadastro (REGIN), salvo quando se tratar de ponto de referência;
- b) cópia do ato constitutivo devidamente registrado no órgão competente;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) para o Micro Empreendedor Individual, cópia do certificado de inscrição;
- e) TERMO DE AUTODECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, com firma reconhecida.

Parágrafo 3º Por opção do contribuinte os documentos poderão ser anexados em forma de arquivo no próprio sistema REGIN.

I - quando Pessoa Física, com local de atendimento ao público ou de execução de serviços em local próprio:

- a) cópia de RG;
- b) cópia do CPF;
- c) comprovante de endereço residencial;
- d) cópia do registro na ordem de classe, se a profissão assim exigir;
- e) TERMO DE AUTODECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, com firma reconhecida.

Art. 4º Após a apresentação da documentação exigida, a concessão do Alvará de Localização e Permanência Provisório deverá ser concedida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após seu requerimento, em despacho proferido pelo Secretário Municipal da Fazenda, e terá validade máxima de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da sua emissão, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, somente nos casos de haver necessidade de retificações justificadas nos procedimentos de licenciamentos específicos.

Parágrafo 1º Os Setores da Municipalidade, terão concomitantemente até 5 (cinco) dias úteis improrrogáveis, para despachar e cumprir todos os atos com vistas a execução da presente lei.

Parágrafo 2º Os Fiscos do Município de Posturas e de Vigilância Sanitária, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão do alvará provisório, procederão à vistoria de ofício, com vistas a confirmar a exatidão das informações prestadas pelo Contribuinte.

Art. 5º No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da expedição do Alvará de Localização e Permanência Provisório, o contribuinte deverá dar entrada no alvará definitivo, apresentando a documentação complementar, a seguir disposta:

- I – Atestado de funcionamento do Corpo de Bombeiros;
- II – Alvará Sanitário Estadual, caso necessário;
- III – Licenciamento Ambiental, Certidão de conformidade Ambiental ou Termo de Dispensa, para atividades elencadas no Anexo III, conforme Resolução do CONSEMA nº 013/2012;
- IV – Habite-se;
- V – EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, quando solicitado na viabilidade.

Art. 6º Não serão concedidos Alvarás de Localização e Permanência Provisório quando se tratar:

- I – de atividades que promovam aglomerações de pessoas de uma só vez;
- II – de atividades consideradas de alto risco, conforme Resolução CGSIM nº 22 de 22/06/2010, Anexo IV;
- III - Poderá ainda o Poder Público Municipal, impor restrições às atividades dos estabelecimentos com alvarás de funcionamento provisório ou definitivo, no resguardo do interesse público.

Parágrafo Único. Constatado algum dos impedimentos nos incisos anteriores, bem como outros que venham a ser observados pela autoridade Fiscal, será imediatamente oficiado o Contribuinte para que complete os documentos necessários para obtenção do alvará definitivo ou provisório, sob pena de indeferimento em despacho do Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 7º No ato da entrega do Alvará Provisório, o Contribuinte será cientificado de quais os documentos que deverá providenciar no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, com vistas a obtenção ao Alvará definitivo.

CAPÍTULO IV

Seção I

Das penalidades

Art. 8º A constatação de falsidade nas informações prestadas para emissão do Alvará Provisório, sujeitará o contribuinte a aplicação, pelo Fisco Municipal, das multas constantes deste artigo, bem como o cancelamento imediato e definitivo do Alvará:

I – 50% (cinquenta) por cento da UFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO, no caso de descumprimento do prazo estabelecido no artigo 5º da presente Lei;

II – 100% (cem) por cento da UFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO, na constatação de falsidade nas informações prestadas pelo Contribuinte, desde que usadas por má fé.

Art. 9º O Alvará para Localização e Permanência, definitivo ou provisório será imediatamente cassado quando:

I – no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela autorizada;

II – forem infringidas disposições específicas da legislação e a atividade causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III – ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

IV – for constatada irregularidade não passível de regularização.

Art. 10. A interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do Alvará para Localização e Permanência, definitivo ou provisório, competem ao titular da Secretaria da Fazenda por meio da Fiscalização de Postura.

Art. 11. Expirado o prazo do Alvará provisório sem que o Contribuinte tenha tomada as providencias com vistas à obtenção do Alvará definitivo, fica de pleno direito extinto a licença de funcionamento.

CAPÍTULO V

Seção I

Das disposições finais

Art. 12. Para efeitos desta lei, ponto de referencia é aquele em que o Contribuinte execute suas atividades em local pertencente ao tomador de serviços, excluindo o Comercio de qualquer natureza, salvo as atividades de vendedores ambulantes e outras situações similares regulamentadas pelo Executivo.

Art. 13. O número da inscrição concedida para o Alvará Provisório será o mesmo que constará do definitivo.

Art. 14. A Licença Sanitária Municipal será expedida de ofício pelo Setor Competente da Municipalidade, após a solicitação de licenciamento do Alvará de Localização e Permanência definitivo ou provisório, quando for o caso.

Art. 15. Os Setores da Municipalidade, terão concomitantemente 5 (cinco) dias úteis improrrogáveis, para despachar e cumprir todos os atos com vistas a execução da presente lei naquilo que se refere o alvará provisório, e para o alvará definitivo é de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 16. Em caso de alterações da Resolução do CONSEMA nº 013/2012 de 21/12/12, e da Resolução do CGSIM nº 22/2010, de 22/06/2010, aplicar-se-á as alterações que se enquadrem ao texto da presente lei.

Art. 17. No ato da concessão da Licença de Localização de Permanência, definitiva ou provisória, o Contribuinte pagará os tributos competentes relativos à sua atividade licenciada.

Parágrafo 1º O lançamento do tributo relativo à Licença de Localização de Permanência, seja definitivo ou provisório, ocorrerá sempre pela atividade de maior valor, seja primaria ou secundária.

Parágrafo 2º Ficam ressalvadas as prerrogativas dos Microempreendedores Individuais, nos termos do artigo 4º, parágrafo 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar Federal 147/2014.

Art. 18. Ficam fazendo parte integrante da presente lei, os Anexos I, II, III e IV.

Art. 19. O Poder Executivo poderá regulamentar essa Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Revogam-se os artigos 1º ao 8º, seus parágrafos e incisos, da Lei Complementar nº 001 de 21 de dezembro de 2009 e a Lei 7.113 de 27 de abril de 2015.

Art. 21. Revoga-se o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Complementar 033/2013, incluído pela Lei Complementar 021/2014.

Art. 22. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 11 de abril de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração
Nédio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

Estado De Santa Catarina
Município de São Miguel do Oeste
Secretaria Municipal da Fazenda

Reservado ao Serviço de Protocolo Geral

REQUERIMENTO — ANEXO I
ALVARÁ DEFINITIVO BAIXA DE ESTABELECIMENTO

ALVARA PROVISÓRIO SUSPENSÃO DE ATIVIDADE

OUTROS ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO 1. REQUERENTE:

Nome		
Endereço		Nº
Bairro	Município	CEP
Tel: Comercial	Celular	Pr Proprietário Representante Legal

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome/Razão Social		
Telefone Com.	Telef. Cel.	E-mail
Ramo de Atividade		
Endereço	Nº	Bairro
Ponto de Referência		
CNPJ	I.E	I.M
Endereço	Nº	Bairro
Nome do Contador	Telefone	Celular
Observações:		
São Miguel do Oeste, ____ de ____ de 20____.	Assinatura do Proprietário ou Representante Legal	

ANEXO II
TERMO AUTODECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

_____, inscrita no CNPJ/CPF sob nº _____
_____, com sede na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____

_____, no Município de _____, neste ato representada pelo (responsável legal expresso no contrato social ou procuração pública) _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, órgão emissor _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na Rua/Av _____, nº _____, Bairro _____, no Município de _____, UF _____, atuando no(s) seguinte(s) ramo(s) de atividade(s) econômica(s):

Código	Especificação da(s) atividade(s)

Declara, sob as penas da lei, que conhece e atende os requisitos legais exigidos pelo Município de São Miguel do Oeste (SC) para emissão do Alvará de Licença para Localização e Permanência, compreendida os aspectos sanitários, de acessibilidade, ambientais, tributários, de segurança pública e de prevenção contra incêndios, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, bem como de outras citadas nas legislações pertinentes. Declara, ainda, estar ciente de que o não cumprimento dos requisitos citados acarretará o cancelamento do Alvará de Funcionamento Provisório.

São Miguel do Oeste (SC), _____ de _____ de 20 ____ .

Representante legal da Empresa ou Procurador

Deverá reconhecer firma ou anexar cópia da carteira de identidade do subscritor deste termo.

ANEXO III

LISTAGEM DAS ATIVIDADES CONSIDERADAS POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 13/2012 DE 21/12/2012

00 - EXTRAÇÃO DE MINERAIS

00.01.00 - Pesquisa mineral de qualquer natureza com uso de guia de utilização.

00.10.00 - Lavra a céu aberto com desmonte por explosivo.

00.11.00 - Lavra a céu aberto com desmonte hidráulico.

00.12.00 - Lavra a céu aberto por escavação.

00.13.00 - Lavra a céu aberto por dragagem

00.20.00 - Lavra a subsolo com desmonte por explosivo.

00.30.00 - Lavra por outros métodos, inclusive de água mineral.

00.40.00 - Captação de água em poços tubulares profundos.

01 - ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS

01.12.01 - Pomares e cultivo de palmáceas e musáceas.

01.35.00 - Florestamento e reflorestamento de essências arbóreas.

01.40.00 - Projeto Agrícola Irrigado por Inundação, com exceção nas áreas consolidadas das pequenas propriedades rurais, assim definidas no Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina

01.51.00 - Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, eqüinos, bubalinos, muare, etc)

01.52.00 - Criação de animais confinados de médio porte (ovinos, caprinos, etc).

01.54.00 - Granja de suínos – terminação.

01.54.01 - Unidades de produção de leitão – UPL.

01.54.02 - Granja de suínos – creche

01.54.03 - Granja de suínos de ciclo completo.

01.70.00 - Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura)

01.70.01 – Projetos de assentamento para reforma agrária.

01.70.02 – Uso Múltiplo da Pequena Propriedade Rural (contendo mais de uma atividade passível de licenciamento ambiental).

01.70.10 - Criação de animais confinados de pequeno porte

01.80.00 - Criação de animais confinados de pequeno porte (ranicultura)

03 - AQUICULTURA

03.31.00 - Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes (SISTEMA I)

03.31.01 - Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em viveiros (SISTEMA II)

03.31.02 - Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Mornas (SISTEMA III)

03.31.03 - Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Frias (SISTEMA IV)

03.32.00 - CARCINICULTURA - Unidade de Produção de Camarões.

03.33.00 - MALACOCULTURA - Unidade de Produção de Moluscos.

03.34.00 – Laboratório de produção de pós-larva.

03.34.01 – Laboratório de produção de alevinos.

03.34.02 – Laboratório de produção de sementes.

03.35.00 – Unidades de beneficiamento de produtos aquícolas, exceto pescados.

10 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS

10.10.00 - Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras.

10.20.00 - Beneficiamento de Minerais com Cominuição.

10.20.10 - Beneficiamento de Minerais com classificação e/ou concentração física.

10.20.20 - Beneficiamento de Minerais com Flotação.

10.30.00 - Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta.

10.40.10 - Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido-exclusive de cerâmica esmaltado.

10.40.20 - Fabricação de material cerâmico esmaltado.

10.50.00 - Fabricação de cimento.

10.50.10 - Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso. (RAP)

10.50.20 - Fabricação de peças, ornatos e estruturas de amianto.

10.60.00 - Fabricação e elaboração de vidro e cristal.

10.70.00 - Beneficiamento e preparação de carvão mineral, não associado à extração.

11 - INDÚSTRIA METALÚRGICA

11.00.01 - Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios - inclusive ferro-gusa.

11.00.02 - Produção de ferro e aço e suas ligas em qualquer forma, sem redução de minério, com fusão.

11.00.03 - Produção de laminados de aço - inclusive ferro-ligas, a quente, sem fusão.

11.00.04 - Produção de laminados de aço - inclusive ferro-ligas, a frio, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.

11.00.05 - Produção de laminados de aço - inclusive ferro-ligas, a frio, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.

- 11.00.06 - Produção de canos e tubos de ferro e aço, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.07 - Produção de canos e tubos de ferro e aço, sem fusão, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.08 - Produção de canos e tubos de ferro e aço, sem fusão e sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.09 - Produção de fundidos de ferro e aço em forno cubilot, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.10 - Produção de fundidos de ferro e aço em forno cubilot, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.11 - Produção de fundidos de ferro e aço, exclusive em forno cubilot, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.12 - Produção de fundidos de ferro e aço, exclusive em forno cubilot, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.13 - Produção de forjados, arames e relaminados de metais ferrosos e não ferrosos, a quente, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.14 - Produção de forjados, arames e relaminados de metais ferrosos e não ferrosos, a frio, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.00.15 - Produção de forjados, arames e relaminados de metais ferrosos e não ferrosos, a frio, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.08.03 - Indústrias de acabamento de superfícies.
- 11.10.00 - Metalurgia dos metais não-ferrosos em formas primárias - inclusive metais preciosos.
- 11.11.01 - Produção de ligas de metais não-ferrosos em formas primárias - inclusive metais preciosos.
- 11.11.02 - Produção de laminados de metais e de ligas de metais não-ferrosos (placas, discos, chapas lisas ou corrugadas, bobinas, tiras e fitas, perfis, barras redondas, chatas ou quadradas, vergalhões), com fusão - exclusive canos, tubos e arames.
- 11.11.03 - Produção de laminados de metais e de ligas de metais não-ferrosos (placas, discos, chapas lisas ou corrugadas, bobinas, tiras e fitas, perfis, barras redondas, chatas ou quadradas, vergalhões), sem fusão - exclusive canos, tubos e arames.
- 11.11.04 - Produção de canos e tubos de metais não-ferrosos - inclusive ligas, com fusão e com tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico.
- 11.11.05 - Produção de canos e tubos de metais não-ferrosos - inclusive ligas, com fusão e sem tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico.
- 11.11.06 - Produção de canos e tubos de metais não-ferrosos - inclusive ligas, sem fusão e com tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico.
- 11.11.07 - Produção de canos e tubos de metais não-ferrosos - inclusive ligas, sem fusão e sem tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico.
- 11.11.08 - Produção de formas, moldes e peças fundidas de metais não-ferrosos - inclusive ligas, em forno cubilot com tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico.
- 11.11.09 - Produção de formas, moldes e peças fundidas de metais não-ferrosos - inclusive ligas, em forno cubilot sem tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico.
- 11.11.10 - Produção exclusive em forno cubilot, de formas, moldes e peças fundidas de metais não-ferrosos - inclusive ligas, com tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico.
- 11.11.11 - Produção exclusive em forno cubilot, de formas, moldes e peças fundidas de metais não-ferrosos - inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico.
- 11.11.12 - Produção de fios e arames de metais e de ligas de metais não-ferrosos - inclusive fios, cabos e condutores elétricos, com fusão.
- 11.11.14 - Relaminação de metais não-ferrosos - inclusive ligas
- 11.11.15 - Produção de soldas e ânodos.
- 11.20.00 - Metalurgia do pó - inclusive peças moldadas.
- 11.30.01 - Fabricação de estruturas metálicas, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.

11.40.01 - Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não-ferrosos - exclusive móveis, com tratamento químico-superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.

11.50.01 - Estamparia, funilaria e latoaria, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação.

11.50.02 - Estamparia, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação.

11.60.01 - Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou esmaltação.

11.60.02 - Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou esmaltação.

11.70.01 - Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais e fabricação de artigos de metal para escritório, usos pessoal e doméstico, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.

11.70.02 - Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais e fabricação de artigos de metal para escritório, usos pessoal e doméstico - exclusive ferramentas para máquinas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão.

11.80.01 - Têmpera e cementação de aço, recozimento de arames e serviços de galvanotécnico.

11.90.01 - Fabricação de outros artigos de metal, não especificados ou não classificados, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação.

12 - INDÚSTRIA MECÂNICA

12.10.00 - Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios com tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição e/ou pintura.

12.20.00 - Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição, e/ou pintura.

12.80.00 - Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos.

12.80.10 - Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos, com pintura.

13 - INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES.

13.10.00 - Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores

13.20.00 - Fabricação de material, equipamentos e aparelhos elétricos.

13.60.00 - Fabricação de máquinas, aparelhos, componentes e equipamentos eletrônicos.

13.70.00 - Fabricação de instrumentos ópticos, peças e acessórios.

13.90.00 - Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais, e elétricos e eletrônicos.

14 - INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE

14.10.00 - Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.

14.30.00- Fabricação e ou montagem de veículos rodoviários, aeroviários e navais, peças e acessórios.

15 - INDÚSTRIA DE MADEIRA

15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira.

15.11.00 - Desdobramento secundário de madeiras - exclusive serrarias.

15.12.00 Unidade de tratamento de madeira

15.13.00 Unidade de cominuição de madeira, inclusive as consideradas como resíduos sólidos.

15.31.00 - Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada, prensada ou compensada, revestida ou não com material plástico.

15.55.00 - Fabricação de molduras, esquadrias e casas pré-fabricadas.

16 - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO

16.10.00 - Fabricação de móveis de madeira, vime e junco.

16.20.00 - Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com laminas plásticas - inclusive estofados.

16.50.00 - Fabricação e acabamento de artigos diversos do mobiliário.

17 - INDÚSTRIA DE PAPEL E PAPELÃO

17.11.00 - Fabricação de celulose.

17.12.00 - Fabricação de pasta mecânica.

17.21.00 - Fabricação de papel.

17.22.00 - Fabricação de papelão, cartolina e cartão.

17.30.00 - Fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel.

17.40.00 - Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não simples ou plastificados, não associadas à produção de papelão, cartolina e cartão.

17.60.00 - Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante - inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos.

18 - INDÚSTRIA DA BORRACHA

18.10.00 - Beneficiamento de borracha natural.

18.20.00 - Fabricação e condicionamento de pneumáticos e câmaras-de-ar e fabricação de material para condicionamento de pneumáticos.

18.50.00 - Fabricação de artefatos de borracha (peças e acessórios para veículos, máquinas, aparelhos, correias, canos, tubos, artigos para uso doméstico, galochas e botas) exclusive artigos de vestuário.

19 - INDÚSTRIA DE COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES.

19.11.00 - Secagem e salga de couros e peles.

19.12.00 - Curtimento e outras preparações de couros e peles.

19.90.00 - Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles

20 - INDÚSTRIA QUÍMICA

20.00.00 - Produção de elementos químicos e produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos - exclusive produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas, do carvão mineral e de madeira.

20.10.00 - Fabricação de produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas oleígenas e do carvão mineral.

20.20.00 - Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos.

20.30.00 - Fabricação de adubos, fertilizantes e corretivos de solo.

20.40.00 - Fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos.

20.50.00 - Fabricação de corantes e pigmentos.

20.60.00 - Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes.

20.70.00 - Produção de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, em bruto, de óleos de essências vegetais e outros produtos de destilação da madeira - exclusive refinação de produtos alimentares.

20.70.10 - Recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais.

20.72.00 - Fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos - inclusive mescla.

20.81.00 - Fabricação de sabão, detergentes, desinfetantes, glicerina, preparados para limpeza e velas.

20.82.00 - Fabricação de inseticidas, germicidas, fungicidas e agrotóxicos.

20.83.00 Fracionamento de produtos químicos

20.85.00 - Fabricação de produtos de perfumaria e cosmético.

21 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS

21.10.00 - Todas as atividades industriais dedicadas à fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários – exclusive de manipulação.

22 - INDÚSTRIA DO REFINO DE PETRÓLEO E DESTILAÇÃO DO ÁLCOOL

22.21.00 - Refino do petróleo e produção de álcool por processamento de cana de açúcar, mandioca, madeira e outros vegetais.

23 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS

23.10.00 - Fabricação de laminados plásticos.

23.21.00 - Fabricação de artigos de material plástico

23.22.00 Fabricação de flocos e grãos (pellets) de material plástico

24 - INDÚSTRIA TÊXTIL

24.11.00 - Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis vegetais.

24.12.00 - Beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis artificiais e sintéticas.

24.13.00 - Beneficiamento, fiação e tecelagem de materiais têxteis de origem animal.

24.70.00 - Fabricação de artefatos têxteis, com estamparia e/ou tintura.

24.80.00 – Serviços industriais de lavagem, tingimento, alvejamento, estamparia e/ou amaciamento.

25 - INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO E ARTEFATOS TÊXTEIS.

25.20.00 - Confecções de roupas e artefatos de têxteis de cama, mesa, copa e banho, com tingimento.

25.20.10 - Confecções de roupas e artefatos de têxteis de cama, mesa, copa e banho, com estamparia.

26 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES

26.00.00 - Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.

26.05.00 - Fabricação de fécula, amido e seus derivados.

26.10.00 - Fabricação e refino de açúcar.

26.43.00 - Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas à alimentação.

26.50.01 - Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola.

26.50.02 - Industrialização de produtos de origem vegetal

26.50.20 Abate de animais de pequeno porte (aves, rãs, coelhos, etc) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal

26.50.30 Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal

26.50.40 Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal

26.60.00 - Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado, exceto entreposto.

26.70.00 - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios.

26.70.10 - Resfriamento e distribuição de leite.

26.91.00 - Fabricação de sorvetes

26.92.00 - Fabricação de fermentos e leveduras.

26.94.00 - Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - inclusive farinhas de carne, sangue, osso, peixe e pena.

27 - INDÚSTRIA DE BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO

27.10.00 - Fabricação e engarrafamento de vinhos.

27.20.00 - Fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas.

27.40.00 - Fabricação de bebidas não alcoólicas – exclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet.

27.40.10 - Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, inclusive maltes.

28 - INDÚSTRIA DE FUMO

28.10.00 - Preparação de fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas e outras atividades de elaboração do tabaco, não especificadas ou não classificadas.

29 - INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA.

29.10.00 - Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.

30 - INDÚSTRIAS DIVERSAS

30.10.00 - Usinas de produção de concreto e/ou argamassa.

30.20.00 - Usinas de produção de concreto asfáltico.

30.30.00 Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool

30.40.00 Fabricação de abrasivos.

30.60.00 - Fabricação de carvão ativado e cardiff.

30.60.10 - Fabricação de carvão vegetal.

30.70.00 - Fabricação de artigos diversos de resinas, fibras, fios artificiais e sintéticos e borracha e látex sintético.

30.80.00 Fabricação de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos

30.90.00 Fabricação de tênis e calçados de qualquer material, exceto em couro

30.90.10 Fabricação de partes de calçado de qualquer material

33 - CONSTRUÇÃO CIVIL

33.10.00 - Implantação de ferrovias

33.11.00 - Implantação pioneira de estradas e rodovias, com ou sem pavimentação

33.12.00 – Implantação e/ou pavimentação de rodovias, exceto em vias urbanas consolidadas

33.12.01 - Canais para navegação

33.12.02 - Retificação e melhorias de rodovias pavimentadas

33.13.00 - Reservatórios artificiais para múltiplos usos

33.13.03 - Barragens de saneamento

33.13.04 - Barragens de perenização

33.13.05 - Canais de irrigação

33.13.06 - Canais para drenagem

33.13.07 - Retificação de cursos d'água

33.13.08 - Canalização de cursos d'água

33.13.09 - Aberturas de barras e embocaduras bem como transposição de bacia

33.13.12 - Molhes e guias de correntes e similares

33.13.13 - Diques

33.13.15 - Estruturas de apoio Náutico I

33.13.16 - Estruturas de apoio Náutico II

33.13.17 - Estruturas de apoio Náutico III

33.13.18 - Estruturas de apoio Náutico IV

33.20.00 – Dragagem e desassoreamento

33.30.00 - Macrodrenagem

34 - SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

34.11.00 - Produção de energia termoelétrica

34.11.01 - Produção de energia hidrelétrica

34.11.02 - Produção de energia eólica

34.11.03 Usina de energia solar termoelétrica

34.11.04 Produção de energia solar fotovoltaica no solo

34.11.10 Planta piloto para produção de energia elétrica por período de até 48 meses

34.12.00 – Linhas e redes de transmissão de energia elétrica

34.15.00 - Subestação de transmissão de energia elétrica

34.16.00 – Antenas de telecomunicações com estrutura em torre ou poste

34.16.10 Compartilhamento de estrutura em torre ou similar para antenas de telecomunicações

34.20.00 - Produção de gás e biogás

34.31.00 Captação, adução de água bruta e/ou tratamento de água para abastecimento público

34.31.10 Sistema de coleta e tratamento de efluentes industriais

34.31.11 Sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários

34.41.09 – Tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos com reaproveitamento energético

34.41.10 – Disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários

34.41.11 – Tratamento térmico de resíduos de serviços de saúde

34.41.12 - Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos da coleta convencional com ou sem compostagem

34.41.13 - Estação de transbordo para resíduos de qualquer natureza

34.41.14 – Unidade de redução microbiana de resíduos de serviço de saúde

34.41.15 - Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos

34.41.16 - Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta seletiva

34.41.17 - Unidade de biodigestão anaeróbica de resíduos

42 - COMÉRCIO VAREJISTA

42.32.00 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos de abastecimento, postos de revenda, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista.

42.32.10- Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos de abastecimento, postos de revenda, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem e/ou lubrificação de veículos.

42.32.20 – Tanques autônomos de consumidor final de combustíveis líquidos e gasosos.

42.32.30 - Substituição de tanques no comércio de combustíveis em postos de abastecimento, postos de revenda, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista

42.40.00 – Depósito de agrotóxicos em casas agropecuárias

43 - COMÉRCIO ATACADISTA E DEPÓSITOS

43.01.00 – Comércio atacadista e/ou depósitos de produtos extrativos de origem mineral em bruto

43.20.00 – Comércio atacadista e depósitos de produtos químicos

43.20.10 – Comércio atacadista e depósitos de agrotóxicos

43.30.00 – Comércio atacadista e depósitos de combustíveis e lubrificantes, de origem vegetal e mineral

43.40.00 – Postos de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos

43.50.10 – Central de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos

47 - TRANSPORTES E TERMINAIS

47.10.10 – Transporte rodoviário de produtos perigosos exclusivamente no território catarinense

47.51.00 – Transporte por oleodutos, gasodutos e minerodutos

47.51.10 – Ramais para transporte de combustíveis

47.81.00 – Portos

47.81.01 - Terminais portuários

47.82.01 – Aeródromos, exceto helipontos e heliportos

47.83.01 - Terminal de minério

47.83.02 - Terminal de petróleo

47.83.03 - Terminal de produtos químicos

47.84.00 - Terminal rodoviário de carga

47.85.00 - Terminal ferroviário de carga

47.86.00 - Terminal retroportuários.

53 - SERVIÇOS DIVERSOS

53.00.00 - Serviços galvanotécnicos

53.10.00 – Serviço de coleta e transporte rodoviário de resíduos e/ou rejeitos industriais classe I.

53.10.01 - Serviço de coleta e transporte rodoviário de resíduos e/ou rejeitos industriais classes IIA e IIB.

53.10.02 Serviço de coleta e transporte rodoviário de resíduos de serviço de saúde.

53.20.10 - Serviços de coleta e transporte de efluentes de tanques sépticos com tratamento

53.20.20 - Serviços de coleta e transporte de efluentes de tanques sépticos sem tratamento

53.40.00 - Serviços de aplicação de agrotóxicos e/ou produtos agrícolas, por aeronaves

54.10.00 - Aplicação de agrotóxicos em plantações, por aeronaves

54.20.00 – Aplicação de agrotóxicos em ferrovias, rodovias, linhas de transmissão, gasodutos, pátios industriais, fora do perímetro urbano

54.30.00 – Aplicação de agrotóxicos em ambientes de armazenagem (expurgo) em contêineres, porões de navios e áreas portuárias

56 - SERVIÇOS MEDICO-HOSPITALAR, LABORATORIAL E VETERINÁRIO

56.11.00 Hospitais, sanatórios e maternidades

56.11.01 - Unidades de análises laboratoriais, exceto locais exclusivos de coleta

56.20.00 - Hospitais para animais e Centros de Zoonoses.

70 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA

70.25.00 - Estabelecimentos Prisionais

71 - ATIVIDADES DIVERSAS

71.10.00 – Parcelamento do solo urbano: desmembramento exclusivo ou predominantemente residencial, localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica.

71.11.00 – Parcelamento do solo urbano: Loteamento e/ou condomínio de terrenos, localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento. Loteamento e/ou condomínio horizontal unifamiliar com área superior a 100ha, dependem obrigatoriamente de licenciamento, independente da localização.

71.11.01 - Condomínios de casas ou edifícios localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

71.11.02 – Atividades de hotelaria, com capacidade de 100 ou mais hóspedes, localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

71.11.03 - Condomínios residenciais horizontais rurais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor e/ou Zoneamento que normatize a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

71.11.04 - Empreendimentos turísticos sustentáveis com área útil da propriedade superior a 02 (dois) hectares, localizados em áreas rurais de municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor e/ou zoneamento Municipal que normatize a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

71.11.05 – Conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda.

71.11.06 - Condomínios comerciais horizontais ou verticais localizados em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade. Prever na resolução que a obrigatoriedade é para novos empreendimentos a partir da inclusão no CONSEMA.

71.21.10 – Loteamento com fins industriais e comerciais

71.30.00 - Unidade de reciclagem de resíduos Classe I

71.30.01 - Unidade de reciclagem de resíduos Classe IIB.

71.30.02 - Unidade de reciclagem de resíduos Classe II A

71.30.03 - Unidade de triagem e separação de componentes eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo

71.40.00 - Unidade de recuperação de resíduos, exceto solventes, óleos minerais, vegetais e animais.

71.50.00 - Depósito e aterro de rejeitos de mineração - exclusive carvão mineral

71.60.00 - Tratamento térmico de resíduos industriais.

71.60.01 - Armazenamento temporário de resíduos industriais de Classe I

71.60.02 - Armazenamento temporário de resíduos de Classe IIA e IIB, exceto eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo

71.60.03 - Disposição final de resíduos e/ou rejeitos Classe I, em aterros

71.60.04 - Disposição final de resíduos e/ou rejeitos industriais Classe II A e Classe IIB, em aterros

71.60.05 - Disposição final de resíduos e/ou rejeitos da construção civil, em aterros

71.60.06 - Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil.

71.60.07 - Unidade de mistura e précondicionamento de resíduos industriais Classe I e Classe IIA para fins de coprocessamento.

71.60.08 - Armazenamento temporário de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo

71.60.09 - Disposição final de rejeitos, considerados classe I e IIA, oriundos de outros estados, em aterros e por incineração sem aproveitamento energético

71.70.10 - Complexos turístico e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.

71.80.00 - Recuperação de áreas degradadas através da conformação de relevo

71.80.01 - Recuperação de áreas contaminadas

71.90.01 – Cemitérios.

71.90.02 – Crematórios.

ATIVIDADES DE ALTO RISCO - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

ANEXO IV

RESOLUÇÃO CGSIM Nº 22 DE 22/06/2010

CNAE DESCRIÇÃO

0161-0/01 Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas

1510-6/00 Curtimento e outras preparações de couro

1721-4/00 Fabricação de papel

1742-7/01 Fabricação de fraldas descartáveis

2052-5/00 Fabricação de desinfetantes domissanitários

2061-4/00 Fabricação de sabões e detergentes sintéticos

2062-2/00 Fabricação de produtos de limpeza e polimento

2063-1/00 Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

2092-4/02 Fabricação de artigos pirotécnicos

3104-7/00 Fabricação de colchões

3812-2/00 Coleta de resíduos perigosos

4771-7/02 Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas

4784-9/00 Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

4789-0/05 Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

4789-0/06 Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos

8122-2/00 Imunização e controle de pragas urbanas

9603-3/04 Serviços de funerária

ATIVIDADES DE ALTO RISCO - EXCETO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

CNAE DESCRIÇÃO

0161-0/01 Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas

1510-6/00 Curtimento e outras preparações de couro

1531-9/02 Acabamento de calçados de couro sob contrato

1532-7/00 Fabricação de tênis de qualquer material

1533-5/00 Fabricação de calçados de material sintético

1539-4/00 Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente

1540-8/00 Fabricação de partes para calçados, de qualquer material

1610-2/01 Serrarias com desdobramento de madeira

1610-2/02 Serrarias sem desdobramento de madeira

1621-8/00 Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada

1622-6/01 Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas

1622-6/02 Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais

1622-6/99 Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
1623-4/00 Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
1629-3/01 Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis
1629-3/02 Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis
1710-9/00 Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
1721-4/00 Fabricação de papel
1722-2/00 Fabricação de cartolina e papel-cartão
1731-1/00 Fabricação de embalagens de papel
1732-0/00 Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão
1733-8/00 Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado
1741-9/01 Fabricação de formulários contínuos
1741-9/02 Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
1742-7/01 Fabricação de fraldas descartáveis
1742-7/02 Fabricação de absorventes higiênicos
1742-7/99 Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente
1749-4/00 Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
1811-3/01 Impressão de jornais
1811-3/02 Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
1812-1/00 Impressão de material de segurança
1813-0/01 Impressão de material para uso publicitário
1813-0/99 Impressão de material para outros usos
1821-1/00 Serviços de pré-impressão
1822-9/00 Serviços de acabamentos gráficos
1830-0/01 Reprodução de som em qualquer suporte
1830-0/02 Reprodução de vídeo em qualquer suporte
1830-0/03 Reprodução de software em qualquer suporte
1910-1/00 Coquerias
1921-7/00 Fabricação de produtos do refino de petróleo
1922-5/01 Formulação de combustíveis
1922-5/02 Rerrefino de óleos lubrificantes
1922-5/99 Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino
1931-4/00 Fabricação de álcool
1932-2/00 Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool
2011-8/00 Fabricação de cloro e álcalis
2012-6/00 Fabricação de intermediários para fertilizantes
2013-4/00 Fabricação de adubos e fertilizantes
2014-2/00 Fabricação de gases industriais
2019-3/01 Elaboração de combustíveis nucleares
2019-3/99 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente
2021-5/00 Fabricação de produtos petroquímicos básicos
2022-3/00 Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras
2029-1/00 Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente
2031-2/00 Fabricação de resinas termoplásticas
2032-1/00 Fabricação de resinas termofixas
2033-9/00 Fabricação de elastômeros
2040-1/00 Fabricação de fibras artificiais e sintéticas
2051-7/00 Fabricação de defensivos agrícolas
2052-5/00 Fabricação de desinfetantes domissanitários
2061-4/00 Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
2062-2/00 Fabricação de produtos de limpeza e polimento
2063-1/00 Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
2071-1/00 Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
2072-0/00 Fabricação de tintas de impressão
2073-8/00 Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins
2091-6/00 Fabricação de adesivos e selantes
2092-4/01 Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes
2092-4/02 Fabricação de artigos pirotécnicos
2092-4/03 Fabricação de fósforos de segurança
2093-2/00 Fabricação de aditivos de uso industrial
2094-1/00 Fabricação de catalisadores
2099-1/01 Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia
2099-1/99 Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente
2110-6/00 Fabricação de produtos farmoquímicos
2121-1/01 Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano
2121-1/02 Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano
2121-1/03 Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano
2122-0/00 Fabricação de medicamentos para uso veterinário
2123-8/00 Fabricação de preparações farmacêuticas
2211-1/00 Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar

2212-9/00 Reforma de pneumáticos usados
2219-6/00 Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente
2221-8/00 Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico
2222-6/00 Fabricação de embalagens de material plástico
2223-4/00 Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
2229-3/01 Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
2229-3/02 Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais
2229-3/03 Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
2229-3/99 Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
2311-7/00 Fabricação de vidro plano e de segurança
2312-5/00 Fabricação de embalagens de vidro
2320-6/00 Fabricação de cimento
2330-3/01 Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
2330-3/02 Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
2330-3/03 Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção
2330-3/04 Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
2330-3/05 Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
2330-3/99 Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
2341-9/00 Fabricação de produtos cerâmicos refratários
2342-7/01 Fabricação de azulejos e pisos
2342-7/02 Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos
2349-4/01 Fabricação de material sanitário de cerâmica
2349-4/99 Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente
2391-5/01 Britamento de pedras, exceto associado à extração
2391-5/02 Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
2391-5/03 Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
2392-3/00 Fabricação de cal e gesso
2399-1/99 Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente
2411-3/00 Produção de ferro-gusa
2412-1/00 Produção de ferroligas
2421-1/00 Produção de semi-acabados de aço
2422-9/01 Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não
2422-9/02 Produção de laminados planos de aços especiais
2423-7/01 Produção de tubos de aço sem costura
2423-7/02 Produção de laminados longos de aço, exceto tubos
2424-5/01 Produção de arames de aço
2424-5/02 Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames
2431-8/00 Produção de tubos de aço com costura
2439-3/00 Produção de outros tubos de ferro e aço
2441-5/02 Produção de laminados de alumínio
2442-3/00 Metalurgia dos metais preciosos
2443-1/00 Metalurgia do cobre
2449-1/02 Produção de laminados de zinco
2449-1/99 Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente
2451-2/00 Fundição de ferro e aço
2452-1/00 Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas
2511-0/00 Fabricação de estruturas metálicas
2512-8/00 Fabricação de esquadrias de metal
2513-6/00 Fabricação de obras de caldeiraria pesada
2521-7/00 Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central
2522-5/00 Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos
2531-4/01 Produção de forjados de aço
2531-4/02 Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas
2532-2/01 Produção de artefatos estampados de metal
2532-2/02 Metalurgia do pó
2539-0/00 Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais
2541-1/00 Fabricação de artigos de cutelaria
2542-0/00 Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
2543-8/00 Fabricação de ferramentas
2550-1/01 Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate
2550-1/02 Fabricação de armas de fogo e munições
2591-8/00 Fabricação de embalagens metálicas
2592-6/01 Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados
2592-6/02 Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados
2593-4/00 Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal
2599-3/01 Serviços de confecção de armações metálicas para a construção
2599-3/99 Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
2610-8/00 Fabricação de componentes eletrônicos
2621-3/00 Fabricação de equipamentos de informática

2622-1/00 Fabricação de periféricos para equipamentos de informática
2631-1/00 Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios
2632-9/00 Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios
2640-0/00 Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
2651-5/00 Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle
2652-3/00 Fabricação de cronômetros e relógios
2660-4/00 Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
2670-1/01 Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios
2670-1/02 Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios
2680-9/00 Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas
2710-4/01 Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios
2710-4/02 Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios
2710-4/03 Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios
2721-0/00 Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores
2722-8/01 Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores
2722-8/02 Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores
2731-7/00 Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica
2732-5/00 Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo
2733-3/00 Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados
2740-6/01 Fabricação de lâmpadas
2740-6/02 Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação
2751-1/00 Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios
2759-7/01 Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios
2759-7/99 Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios
2790-2/01 Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores
2790-2/02 Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme
2790-2/99 Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
2811-9/00 Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários
2812-7/00 Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas
2813-5/00 Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios
2814-3/01 Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios
2814-3/02 Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios
2815-1/01 Fabricação de rolamentos para fins industriais
2815-1/02 Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos
2821-6/01 Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios
2821-6/02 Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios
2822-4/01 Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios
2822-4/02 Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios
2823-2/00 Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios
2824-1/01 Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial
2824-1/02 Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial
2825-9/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios
2829-1/01 Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios
2829-1/99 Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios
2831-3/00 Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios
2832-1/00 Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios
2833-0/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
2840-2/00 Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios
2851-8/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios
2852-6/00 Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo
2853-4/00 Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas
2854-2/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores
2861-5/00 Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta
2862-3/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios
2863-1/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios
2864-0/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios
2865-8/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios
2866-6/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios
2869-1/00 Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios
2910-7/01 Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários
2910-7/02 Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários
2910-7/03 Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários
2920-4/01 Fabricação de caminhões e ônibus
2920-4/02 Fabricação de motores para caminhões e ônibus
2930-1/01 Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões
2930-1/02 Fabricação de carrocerias para ônibus
2930-1/03 Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus
2941-7/00 Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores
2942-5/00 Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores

2943-3/00 Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores
2944-1/00 Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores
2945-0/00 Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias
2949-2/01 Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores
2949-2/99 Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente
3011-3/01 Construção de embarcações de grande porte
3011-3/02 Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte
3012-1/00 Construção de embarcações para esporte e lazer
3031-8/00 Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes
3032-6/00 Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários
3041-5/00 Fabricação de aeronaves
3042-3/00 Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves
3050-4/00 Fabricação de veículos militares de combate
3091-1/00 Fabricação de motocicletas, peças e acessórios
3092-0/00 Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios
3099-7/00 Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
3101-2/00 Fabricação de móveis com predominância de madeira
3102-1/00 Fabricação de móveis com predominância de metal
3103-9/00 Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
3104-7/00 Fabricação de colchões
3211-6/01 Lapidação de gemas
3211-6/02 Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria
3211-6/03 Cunhagem de moedas e medalhas
3212-4/00 Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes
3220-5/00 Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios
3230-2/00 Fabricação de artefatos para pesca e esporte
3240-0/01 Fabricação de jogos eletrônicos
3240-0/02 Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação
3240-0/03 Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação
3240-0/99 Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente
3250-7/01 Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
3250-7/02 Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório
3250-7/03 Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
3250-7/04 Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
3250-7/05 Fabricação de materiais para medicina e odontologia
3250-7/07 Fabricação de artigos ópticos
3250-7/08 Fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar
3291-4/00 Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
3292-2/01 Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo
3292-2/02 Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional
3299-0/01 Fabricação de guarda-chuvas e similares
3299-0/02 Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório
3299-0/03 Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
3299-0/04 Fabricação de painéis e letreiros luminosos
3299-0/05 Fabricação de aviamentos para costura
3299-0/99 Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente
3812-2/00 Coleta de resíduos perigosos
4644-3/01 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
Informativo Tributário 9-2010
4644-3/02 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
4671-1/00 Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
4679-6/01 Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
4679-6/04 Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
4679-6/99 Comércio atacadista de materiais de construção em geral
4681-8/01 Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)
4681-8/02 Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)
4681-8/03 Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante
4681-8/04 Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto
4681-8/05 Comércio atacadista de lubrificantes
4682-6/00 Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4683-4/00 Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
4684-2/01 Comércio atacadista de resinas e elastômeros
4684-2/02 Comércio atacadista de solventes
4684-2/99 Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
4687-7/02 Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão
4711-3/01 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados
4711-3/02 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados
4731-8/00 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

4732-6/00 Comércio varejista de lubrificantes
4771-7/01 Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas
4771-7/02 Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas
4771-7/03 Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
4772-5/00 Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4784-9/00 Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
4789-0/05 Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
4789-0/06 Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos
4789-0/09 Comércio varejista de armas e munições
4911-6/00 Transporte ferroviário de carga
4912-4/01 Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual
4912-4/02 Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana
4912-4/03 Transporte metroviário
4921-3/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
4921-3/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana
4922-1/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
4922-1/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual
4922-1/03 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional
4924-8/00 Transporte escolar
4929-9/01 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4929-9/02 Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/03 Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
4929-9/04 Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/99 Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
4930-2/03 Transporte rodoviário de produtos perigosos
5211-7/01 Armazéns gerais - emissão de warrant
5211-7/99 Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
5222-2/00 Terminais rodoviários e ferroviários
5223-1/00 Estacionamento de veículos
5240-1/01 Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
5510-8/01 Hotéis
5510-8/02 Apart-hotéis
5510-8/03 Motéis
5821-2/00 Edição integrada à impressão de livros
5822-1/00 Edição integrada à impressão de jornais
5823-9/00 Edição integrada à impressão de revistas
5829-8/00 Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
5914-6/00 Atividades de exibição cinematográfica
8122-2/00 Imunização e controle de pragas urbanas
8230-0/02 Casas de festas e eventos
8610-1/01 Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
8610-1/02 Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
8630-5/01 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
8630-5/02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
8630-5/03 Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
8630-5/07 Atividades de reprodução humana assistida
8630-5/99 Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
8640-2/01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica
8640-2/02 Laboratórios clínicos
8640-2/03 Serviços de diálise e nefrologia
8640-2/04 Serviços de tomografia
8640-2/05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
8640-2/06 Serviços de ressonância magnética
8640-2/07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
8640-2/08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos
8640-2/09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos
8640-2/10 Serviços de quimioterapia
8640-2/11 Serviços de radioterapia
9311-5/00 Gestão de instalações de esportes
9312-3/00 Clubes sociais, esportivos e similares
9319-1/99 Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
9321-2/00 Parques de diversão e parques temáticos
9329-8/01 Discotecas, danceterias, salões de dança e similares
9329-8/99 Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
9601-7/01 Lavanderias
9601-7/02 Tinturarias
9601-7/03 Toalheiros
9603-3/01 Gestão e manutenção de cemitérios
9603-3/02 Serviços de cremação

9603-3/03 Serviços de sepultamento
9603-3/04 Serviços de funerárias

PROCESSO LICITATÓRIO N. 53/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Por Global.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de academias conforme projeto aprovado pelo Ministério dos Esportes, Contrato de Repasse nº 795142/2013 com a Caixa como interveniente bem como serviços de fixação, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 12 de maio de 2017.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 11 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 59/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário da Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de Veículo tipo Camionete Pick UP nova destinados para a Secretaria de urbanismo mais especificamente para fiscalização de sistema de iluminação pública do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 28 de abril de 2017.

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 11 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 75/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de tonner e cartuchos novos e serviços de recarga de cartuchos e tonner destinados para uso junto as Secretarias, Gabinete e Assessorias, incluindo Fundo Municipal de Saúde, Assistência Social e Agrícola, Fundação de Cultura do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 09 de maio de 2017.

Abertura: às 14hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017
CONTRATO Nº 09/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados Contratação por Dispensa de Licitação nos moldes do art. 24 II da Lei n.º 8.666/93., do contrato 09/2017, Processo Licitatório 06/2017, dispensa de licitação 04/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE 04 VAGAS, SENDO: 01 DE AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (AJUDANTE GERAL), 01 DE AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (FAXINEIRO), 01 RECEPCIONISTA E 01 AUXILIAR ADMINISTRATIVO QUADRO PERMANENTE DO PODER LEGISLATIVO DE SMOESTE-SC.
EMPRESA: AMEOSC – ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.
São Miguel do Oeste/SC, 11 de ABRIL de 2017.
CLÁUDIO JOSÉ BARP

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:
Contrato 08/2017, Processo Licitatório 05/2017, Pregão 03/2017.

Objeto: contratação de empresa para fornecimento em regime de empreitada global (materiais e mão-de-obra) de divisórias de gesso acartonado (drywall revestido) e portas conforme projeto para adaptação e remodelagem dos setores da nova sede da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, de acordo com projetos em anexo e termo de referencia i.
Valor total: R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais).
VIGÊNCIA: 17/04/2017 – 02/05/2017
EMPRESA: GLADECIR JOSÉ DA SILVA - ME
São Miguel do Oeste/SC, 11 de abril de 2017.
CLÁUDIO JOSÉ BARP

PORTARIA 044/2017

Portaria 044/2017
PRORROGA PORTARIA Nº 082/2016 QUE NOMEIA PREGOEIRO E INTEGRANTES DA EQUIPE DE APOIO PARA ATUAR NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS – MODALIDADE PREGÃO, DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990;

CONSIDERANDO a inobservância inadvertida da validade da Portaria 082/2016;

CONSIDERANDO que após esse período fora levado a efeitos algumas licitações na modalidade Pregão, nas quais figuraram os servidores DIOGO SALAMONI MOSER como Pregoeiro, TIARAJU LUIS GOLDSCHIMIDT, DEISE WOLFART e MARCOS FERREIRA como equipe de apoio;
CONSIDERANDO que no curto período de lacuna Portaria 082/2016 os serviços foram efetivamente prestados pelo Pregoeiro oficial deste Poder em absoluta observância dos preceitos legais e sem qualquer prejuízo à administração pública ou a terceiros e que há possibilidade de nomeação ad hoc para essas funções em casos tais;

CONSIDERANDO que o Pregoeiro DIOGO SALAMONI MOSER preenche os requisitos do parágrafo único do art. 7º do Decreto nº. 3.555/2000 e que, portanto, seus préstimos preenchem os requisitos correspondentes tal qual em períodos anteriores;

CONSIDERANDO não haver prejuízos ao erário, aos princípios da administração pública e que os procedimentos licitatórios realizados ocorreram dentro da mais absoluta licitude e normalidade.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados os efeitos da portaria nº 082/2016, para o exercício do ano de 2017, que nomeia Pregoeiro Oficial da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, o Senhor DIOGO SALAMONI MOSER e a Equipe de Apoio os servidores TIARAJU LUIS GOLDSCHIMIDT, DEISE WOLFART e MARCOS FERREIRA.

Art. 2º Para efeitos das Licitações ocorridas no período de janeiro a abril de 2017, ratifico a nomeação dos servidores DIOGO SALAMONI MOSER, TIARAJU LUIS GOLDSCHIMIDT, DEISE WOLFART e MARCOS FERREIRA desta feita na forma 'ad hoc'.

Art. 3º Os demais comandos constante na Portaria 082/2016 mantem-se inalteráveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da portaria nº 043/2017.

Gabinete do Presidente da Câmara de SMOeste, SC,
Em 11 de abril de 2017.
Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Executivo

TERMO ADITIVO Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

DECIMA SEXTA LEGISLATURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

CONTRATO Nº 06/2016

TERMO ADITIVO Nº 002/2017

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados o presente termo aditivo nos moldes da Lei n.º 8.666/93., de reajuste e valores contratados, com a empresa Softcam Soluções.

OBJETO: Pelo princípio do Interesse Público e das regras do contrato, fica reajustado os valores do contrato n.º 06/2016, a partir de 01/04/2017 pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses, passando a vigorar com o valor total mensal de R\$ 449,61 (quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Executiva da Câmara, sito a Rua 7 de Setembro, nº 2045, fone (0xx49) 36221154.

www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 11 de abril de 2017.

CLAUDIO JOSE BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 08.2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 08/2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A presente licitação tem como objeto aquisição estimada e parcelada de cestas básicas para ser distribuída a população vulnerável cadastrada na Assistência Social do Município. As cestas serão entregues em quantitativos mensais conforme solicitação do Contratante, de acordo com as especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 28/04/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 11/04/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 09.2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 09/2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de alimentos para os grupos organizados para a Prefeitura e para o Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 02/05/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 11/04/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 058/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 058/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a

Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ANDREA LUCIA VECHI, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob nº. 549.343.549-72, residente a Rua Padova, nº. 248, Passa Vinte, Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/04/2017, findando no dia 01/06/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
5.2.2.9- Abandono de emprego;
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias

de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

ANDREA LUCIA VECHI
CONTRATADA
Testemunhas:

DECRETO Nº032/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº032/2017

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 7º da Lei 1.082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.04.2.016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 10.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº033/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº033/2017

FICA CANCELADO O RESTO A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

ERENI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado o Resto a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionado:

07 – SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.2078 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Serviços Públicos

Empenho nº3908/2016 – EVOLUÇÃO REFRIGERAÇÃO E ASSIST. TÉCNICA - no valor de R\$66,00 (sessenta e seis reais).

Motivo: Comunicação interna nº12/2017 (empenho com valor e complemento elemento indevido).

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 177/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 177/2017

Admite em Caráter Temporário ANDREA LUCIA VECHI para o cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANDREA LUCIA VECHI para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 058/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de abril de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

Schroeder

PREFEITURA

1º CONCURSO DE FRASES - SEMANA DO MEIO AMBIENTE - PRESERVAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

1º CONCURSO DE FRASES

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

PRESERVAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Do concurso:

O Município de Schroeder através da Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental vem lançar o concurso de frases para a Semana do Meio Ambiente, com o objetivo de atrair a comunidade escolar e promover a reflexão em crianças e adolescentes a respeito da crise ambiental do século XXI, focando a importância do ambiente saudável.

O Concurso tem caráter recreativo e cultural. A participação é voluntária e gratuita, não estando vinculada à aquisição de qualquer bem, serviço ou direito.

A participação neste CONCURSO não implica em qualquer ônus, de qualquer natureza para os participantes.

Da forma de participação

Criar frases de conscientização ambiental para serem divulgadas em placas e instaladas em pontos estratégicos a serem definidos pela comissão organizadora. Dentro dos limites do Município de Schroeder.

Dos Participantes:

Poderão participar todos os alunos da rede municipal e estadual de ensino de Schroeder, do 1º ao 9º ano.

Do regulamento

- Início do Concurso: 17/04/2017;
- Término do concurso ETAPA ESCOLAR: 12/05/2017;
- Na etapa escolar serão escolhidas 3 (três) melhores frases por escola;
- O primeiro colocado de cada escola irá participar da etapa municipal totalizando 12 (dez) frases;
- Dentre as 12 (dez) frases serão classificadas as 3 (três) melhores;
- Encerramento: Divulgação das 3 (três) frases escolhidas será dia 05/06/2017;
- As frases deverão ter conteúdo educativo de conscientização ambiental,
- As frases deverão estar obrigatoriamente relacionadas ao tema do concurso;
- Cada frase deverá conter no máximo 15 (quinze) palavras;
- Cada aluno poderá concorrer com apenas 1 (uma) frase;
- As frases deverão ser escritas à caneta, não será aceito frases escrita a lápis.
- Deverão ser elaboradas em sala de aula sob o monitoramento de um professor (a).

Do Prazo para entrega

Todas as 12 (dez) frases selecionadas nas escolas deverão ser entregues para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental até o dia 12/05/2017, em envelope lacrado.

Da Comissão julgadora

-Etapa escolar

A comissão será definida por cada escola, tendo no mínimo 3 (três) membros.

-Etapa final

*Membros da Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental

* Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento Gestão e Finanças

* Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

* Um representante da Secretaria Municipal de Saúde

*Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo

*Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Na etapa de julgamento serão analisados os seguintes critérios:

- 1- Criatividade
- 2- Originalidade
- 3- Adequação obrigatória ao tema

Da Premiação

Os 36 (trinta) selecionados na etapa escolar receberão brinde surpresa.

Os três (3) primeiros colocados na etapa final receberão os seguintes prêmios:

- a) Terá a frase publicada em uma placa galvanizada 60 cm x 60 cm.
- b) Uma muda de árvore nativa.
- c) Brinde surpresa.

A premiação ocorrerá no dia 5 (cinco) de junho em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em frente à Prefeitura Municipal de Schroeder às quinze horas.

Dos Direitos

Os vencedores do concurso transferem para a Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental, sem quaisquer ônus para esta, em caráter definitivo, plena e totalmente, todos os direitos autorais sobre o mesmo, para qualquer utilização, publicação, reprodução por qualquer meio ou técnica, sejam estas impressas, como jornais, folhetos, cartazes ou outros; eletrônicos, como vídeo, internet, televisão ou outros; ou ainda, por qualquer outra forma de comunicação, como CD e DVD, pela quantidade de vezes que ela pretender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação neste concurso implica a aceitação deste regulamento e eventuais ajustamentos, caso surjam imprevistos alheios a Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental.

Dúvidas e informações sobre este concurso poderão ser esclarecidas por meio do e-mail: kerling.baesso@schroeder.sc.gov.br

Uma cópia deste Regulamento, assim como a divulgação dos ganhadores do Concurso poderão ser obtidas no site: <http://www.schroeder.sc.gov.br/>

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. THALISSA LEITE, inscrita no CPF sob nº. 085.915.019-42, aprovada em 18º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 17 de abril de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 11 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GISELE SOARES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 082.016.049-03, aprovada em 20º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 17 de abril de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 11 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 4.081/2017 DE 5 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4.081/2017 de 5 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.550,96 (sete mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0167 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.550,96

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 05 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.085/2017 DE 6 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4.085/2017 de 6 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO
GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 25.544,11 (vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais e onze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.1.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Sentenças Judiciais R\$ 25.544,11

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 25.544,11

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 06 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 09/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 09/2017 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2017-FMS - Dispensa de Licitação nº. 06/2017-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CM HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.420.164/0001-57, estabelecida na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito empresarial, na cidade de Ribeira Preto, Estado de São Paulo, CEP: 14.072-055.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato medicamento oncológico para atender a Ação Ordinária autuada sob o nº 0300478-18.8.24.0026, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	MABTHERA 500MG/50ML C/1 F/A - Ação Procedimento Ordinário nº 0300478-18.2017.8.24.0026	02	Franco/Ampola	5.177,14	10.354,28
TOTAL R\$					10.354,28

Valor do Contrato: R\$ 10.354,28 (dez mil trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

Data da Assinatura: 11/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 10/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 10/2017 - FMS

Processo de licitação nº. 07/2017–FMS – Pregão Presencial nº. 05/2017–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº. 1489, Campos Eliseos, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01205-001

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em seguro para o veículo Master Ambulância QID 6568 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em seguro do veículo, Master Ambulância QID 6568; modelo 2017; diesel, nº do chassi 93YMAFELCHJ464821. Seguro contra colisão, incêndio e roubo ou furto; danos materiais, corporais, morte, invalidez permanente, vidros, assistência 24 horas com carro reserva até 15 dias; reboque acima de 300 KM. Coberturas: Danos Materiais 100.000,00; Danos Corporais 200.000,00; Danos Morais 30.000,00; Morte 10.000,00; Invalidez 10.000,00; Tabela FIPE 100%; Franquia Normal; Veículo reserva poderá ser um modelo van, ou até um veículo pequeno, para cinco pessoas.	01	Unid.	2.473,97	2.473,97
TOTAL R\$					2.473,97

Valor do Contrato: R\$ 2.473,97 (dois mil quatrocentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos)

Data da Assinatura: 11/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 39/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 39/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 21/2017-PMS - Processo nº. 48/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.483.154/0001-56, estabelecida na Rua Waldemiro José Borges, nº 88, Bairro Santa Catarina, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.233-048.

Objeto: placa em aço inox, alto e baixo relevo, letras pretas, logo/brasão colorido, acompanha kit instalação (parafusos, buchas e pano de descerramento), tamanho 40x60cm, para a Secretaria de Saúde, Procon e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Placa em aço inox, alto e baixo relevo, letras pretas, logo/brasão colorido. Acompanha kit instalação (parafusos, buchas e pano de descerramento). Tamanho 40x60cm.	03	Unid.	450,00	1.350,00
VALOR R\$ TOTAL					1.350,00

Valor do contrato: R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 11/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 40/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 40/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 20/2017-PMS - Processo nº. 47/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em execução do serviço com rompedor hidráulico, alargamento da Estrada Rio do Julho em pontos bastante rochosos e obstruídos a passagem para caminhões para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Execução do serviço alargamento da Estrada Rio do Julho em pontos bastante rochosos e obstruídos a passagem para caminhões, solicitamos o serviço com rompedor hidráulico. A estrada Rio do Julho, acesso para o Município de Joinville.	17	H	461,18	7.840,06
TOTAL R\$					7.840,06

Valor do contrato: R\$ 7.840,06 (sete mil, oitocentos e quarenta reais e seis centavos).

Data da Assinatura: 11/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 08/2017-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Número do Registro de Preços: 9/2017 **Data do Registro:** 11/04/2017 **Válido até:** 11/04/2018
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Balcão fechado com 02 portas (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 0,90x0,40x0,72 com uma prateleira interna, tampo produzido em MDP de 25mm cor marfim amadeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Base com pé nivelador.	UN	RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	352,8000	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12659)		0	359,1000	2
			DITRELAIF REPRESENTACAO COMERCIAL E COMERCIO DE MOV (13541)		0	390,0000	3
2	Secadora de roupas suspensa; Capacidade mínima de roupa úmida: 8Kg; Câmera de secagem em PVC, abertura com zíper; Com no mínimo 6 cabides removíveis e mínimo 6 varões; Sistema Giro Fácil, permite que a secadora seja "dobrada" até a parede quando não estiver em uso; Escolha entre ar quente ou ar frio; Cor: Branca; Voltagem: 220V.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12659)		0	433,0000	1
3	Poltrona corpo em madeira, estofada e revestida em courovin na cor preta, pés acoplados na base. Medidas aproximadas: (L x A x P): 81 x 70 x 81 cm.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12659)		0	390,0000	1
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)		0	392,0000	2
			DITRELAIF REPRESENTACAO COMERCIAL E COMERCIO DE MOV (13541)		0	400,0000	3
4	Poltrona Reclinável com estrutura em madeira, revestimento em courovin na cor preta. Encosto, assento e apoio para braços estofados com espuma e revestimento em courovin. Comprimento Aberto aproximadamente: 1,53 Metros; Altura aproximada: 1,04 Metros; Largura aproximada: 0,78 Metros; Profundidade aproximada: 0,84 Metros. Pés com sapatas de PVC.	UN	DITRELAIF REPRESENTACAO COMERCIAL E COMERCIO DE MOV (13541)		0	704,0000	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12659)		0	704,5000	2

Página: 2/3

RICHESSE MOVEIS LTDA - EPP (13425)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 9/2017 Data do Registro: 11/04/2017 Válido até: 11/04/2018
 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017

PROCESSO Nº 12/2017

(12658) - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME
 (13425) - RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP
 (13541) - DITRELAF REPRESENTACAO COMERCIAL E COMERCIO DE MOV

Schroeder, 11 de Abril de 2017.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 15/2017-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017

Número do Registro de Preços: 13/2017			Data do Registro: 10/04/2017		Válido até: 10/04/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa para fornecimento de mudas de árvores nativas para arborização urbana e/ou campanhas de distribuição para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Ipê amarelado (Handroanthus sp.)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
2	Ipê Rosa (Tabebuia pentaphylla)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
3	Ipê Roxo (Handroanthus avellanae)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
4	Ipê Branco (Tabebuia roseocalba)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
5	Pitanga (Eugenia uniflora)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
6	Jabuticaba (Myrciaria trunciflora)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
7	Cerejinha Preta (Eugenia condolleana)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
8	Guabiroba (Campomanesia sp.)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
9	Araçá Vermelho (Psidium sp.)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
10	Araçá Amarelado (Psidium sp.)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1
11	Grumixama (Eugenia brasiliensis)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 13/2017		Data do Registro: 10/04/2017		Válido até: 10/04/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa para fornecimento de mudas de árvores nativas para arborização urbana e/ou campanhas de distribuição para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Bacupari (Garcinia brasiliensis)	UN	VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME (13553)		0	1.3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017

Número do Registro de Preços: 13/2017		Data do Registro: 10/04/2017		Válido até: 10/04/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa para fornecimento de mudas de árvores nativas para arborização urbana e/ou campanhas de distribuição para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017
PROCESSO Nº 34/2017

(13553) - VIVEIRO FLORESTAL MUDAS DO VALE LTDA - ME

Schroeder, 10 de Abril de 2017.

ATA TOMADA DE PREÇOS 03/2017-FIA(SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2017 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 3/2017 Data do Processo: 06/03/2017

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 4/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de prestação de serviço com formação em psicologia, a fim de atender grupos do Projeto REAL FEMINIO da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial a profissional KETELYN LUNELLI SCHUH, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento os profissionais ANGELITA MARTINS MAY, DIOGO FRANÇA MACHADO e GISELI FÁTIMA ZOZ, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os profissionais ANGELITA MARTINS MAY, DIOGO FRANÇA MACHADO e GISELI FÁTIMA ZOZ, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A profissional KETELYN LUNELLI SCHUH não apresentou documento de credenciamento e não está presente na sessão. O profissional DIOGO FRANÇA MACHADO não está presente na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação dos profissionais participantes KETELYN LUNELLI SCHUH, ANGELITA MARTINS MAY, DIOGO FRANÇA MACHADO e GISELI FÁTIMA ZOZ, cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que os profissionais ANGELITA MARTINS MAY e GISELI FÁTIMA ZOZ apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Constatou-se que o profissional DIOGO FRANÇA MACHADO não apresentou Comprovante de Inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoa Física (CPF) este documento é exigido no edital no item 8.2.2, não apresentou de acordo com o edital o documento exigido no item 8.2.6 "Comprovação de experiência em trabalhos com grupos no mínimo de um ano através de no mínimo um (01) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado ou formação complementar na área de atuação com grupos através de certificado de conclusão de curso." e não apresentou Prova de Regularidade junto ao Conselho Profissional este documento é exigido no edital no item 8.2.8 sendo assim o profissional DIOGO FRANÇA MACHADO não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitado Constatou-se que a profissional KETELYN LUNELLI SCHUH apresentou cópia da Prova de Regularidade junto ao Conselho Profissional sem autenticação, este documento é exigido no edital no item 8.2.8 e deve obedecer o disposto no item 8.5 sendo assim a profissional KETELYN LUNELLI SCHUH não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 19 de abril de 2017, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 20 de abril de 2017, às 10h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata aos participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**TOMADA DE PREÇO**
Nr.: 3/2017 - TPProcesso Administrativo: 3/2017
Processo de Licitação:
Data do Processo: 06/03/2017

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 4/2017 (Sequência: 1)

Schroeder, 11 de Abril de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Eloir José Went	-	- MEMBRO
Valderi Rocha de Camargo	-	- MEMBRO
Andreia Nass Friedemann	-	- MEMBRO
Daniela Samulescki	-	- SECRETÁRIA
Diego Guilherme Lasta	-	- MEMBRO SUPLENTE
Natália Kersten Brumuller	-	- MEMBRO SUPLENTE

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:ANGELITA MARTINS MAY
- - RepresentanteGISELE FÁTIMA ZOT
- - Representante

DISPENSA 21/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 21/2017 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 48/2017
Data: 11/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: HB COMERCIO DE BRINDES LTDA - ME
Endereço: R WALDEMIRO JOSE BORGES, 88
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 09.483.154/0001-56

Código: 10506

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Placa em aço inox, alto e baixo relevo, letras pretas, logo/brasão colorido, acompanha kit instalação (parafusos, buchas e pano de descerramento), tamanho 40x60cm, para a Secretaria de Saúde, Procon e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Placa em aço inox, alto e baixo relevo, letras pretas, logo/brasão colorido. Acompanha kit instalação (parafusos, buchas e pano de descerramento). Tamanho 40x60cm.	UN	450,00	1.350,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando que foi definido final de março a data para inauguração da Unidade de Saúde localizada no bairro Schroeder III, sendo para 05/05/17, se faz necessário a dispensa para a Placa em aço inox, para realização do ato oficial da inauguração da mesma. Assim como para a nova sede do Procon (e-mail anexo) e outra para Secretaria de Saneamento (e-mail anexo).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 11 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 21/2017 - DL**Processo Nr.:** 48/2017
Data: 11/04/2017

Folha: 2/2

06/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Abril de 2017

Valor da Despesa:

1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 20/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 20/2017 - DL**

Processo Nr.: 47/2017
Data: 11/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**Código:** 9522**Endereço:** RUA ANELIO NICOCELI, Nº 1720**Cidade:** GUARAMIRIM - SC**CNPJ:** 03.620.927/0001-12**Inscrição Estadual:** 253.992.443

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em execução do serviço com rompedor hidráulico, alargamento da Estrada Rio do Julho em pontos bastante rochosos e obstruídos a passagem para caminhões para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	17,00	Execução do serviço alargamento da Estrada Rio do Julho em pontos bastante rochosos e obstruídos a passagem para caminhões, solicitamos o serviço com rompedor hidráulico. A estrada Rio do Julho, acesso para o Município de Joinville.	H	461,18	7.840,06

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade da execução do serviço, alargamento da Estrada Rio do Júlio em pontos bastante rochosos e obstruindo a passagem e colocando em risco os usuários da mesma.

Schroeder, 11 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 20/2017 - DL**Processo Nr.:** 47/2017
Data: 11/04/2017

Folha: 2/2

11/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Abril de 2017

Valor da Despesa:

7.840,06 (sete mil oitocentos e quarenta reais e seis centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

DECRETO 1214/2017

DECRETO Nº 1214, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Abre crédito adicional suplementar por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 600.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos I e II do art. 31 da Lei Municipal nº 1903, de 23 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e combinado com alínea “d”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2018; e, com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO

Unidade: 01 – Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2018 – Gestão das Ações de Parcerias em Creche - SEARA SONHO

Modalidade: 59 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001– Aplicações Diretas..R\$ 600.000,00

TOTAL
R\$ 600.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO

Unidade: 01 – Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2018 – Gestão das Ações de Parcerias em Creche - SEARA SONHO

Modalidade: 58 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001– Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
.....R\$ 600.000,00

TOTAL
R\$ 600.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 11 de abril de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 11 de abril de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

PORTARIA 234/2017

Portaria nº. 235/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 40/2016, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2017, resolve,

Contratar, Rejane Maria Bloss, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Pós Lato Sensu, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, no Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Caraíba, como 2º professor, para atender aluno com necessidades especiais, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professor titular, Silvana Zanco, legalmente afastada, no período de 11 de abril a 05 de maio de 2017, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras Providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 11 de abril de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de abril de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017

Processo licitatório nº 046/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 028/2017

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 27/04/2017, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à aquisição de 1 (um) veículo novo, tipo hatch, destinado as atividades da Secretaria Municipal da Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 11 de abril de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 093/2017

DECRETO Nº 093/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº. 1.069/2016, e Decreto nº 073/2017 de 13 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no programa e verba abaixo discriminada, e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes
Projeto/Atividade: 2.121 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0001 – Superávit – Recursos Ordinários

Despesa: 125
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior, apurado pelo Decreto nº 073/2017, de 13 de março de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 10 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Produtos Alimentícios (período de Maio a Outubro) garantindo uma alimentação suplementar de qualidade as crianças e adolescentes que frequentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, do Município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27 de abril de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 27 de abril de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 12 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 049/2017

PORTARIA Nº 049/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CINARA MICHELS CARNEIRO DO CARGO DE PROFESSORA II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. CINARA MICHELS CARNEIRO, portadora do CPF nº. 007.562.560-11, RG nº. 6.645.390 SSP/SC, do Cargo de Professora II, matriculada sob nº. 1041, lotada junto à Secretaria de Assistência Social, Nível 62, do Grupo 6-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 04 de abril de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

RELAÇÃO DE COMPRAS MARÇO 2017- FMSA

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALAN CARLOS DE OLIVEIRA - MEI ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE M/	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR DE MÉDIA E BAIXA COMPLEXIDADE, COM A UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS, COM ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS; INTERNAMENTOS, APLICAÇÃO MEDICAMENTOSA BÁSICA AMBULATORIAL, ATENDIMENTO HUMANIZADO, TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE EM CASOS GRAVES A OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE, COM ACOMPANHAMENTO DE MÉDICOS E EQUIPE DE ENFERMAGEM; INCLUSÃO DE 50 RAIOS-X MENSAL, ELETROCARDIOGRAMA NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS, BEM COMO NOS FINAIS DE SEMANA, PONTOS FACULTATIVOS E FERIADOS O PACIENTE SERÁ LIBERADO DO PLANTÃO COM A PRESCRIÇÃO DO TRATAMENTO NECESSÁRIO E COM REFERÊNCIA AO PROFISSIONAL MÉDICO DA UNIDADE.	199	9,000	35,0000	315,00
		203	10,000	13.950,0000	139.500,00
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE PINH/	CONTRATAÇÃO DE CIRURGIAS GERAIS (HÉRNIA, VASOECTOMIA, LAQUEADURA, PEQUENAS CIRURGIAS COMO: CISTO SINOVIAL, CURETAGEM, CANONIZAÇÃO, CIRURGIA DE AMIDALECTOMIA, CIRURGIA DE SEPTOPLASTIA, CIRURGIA DE TURBINECTOMIA, CIRURGIA DE ADENOIDE, CIRURGIA DE AMIDALECTOMIA + CORNETO, SENDO ESTAS ENCAMINHADAS VIA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO CLÍNICO GERAL RESPONSÁVEL, FORA DO HORÁRIO DO PLANTÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PODENDO NESTE VALOR SEREM UTILIZADOS RECURSOS (GUIAS) ORIUNDAS DO CIS AMOSC.	204	50,000	800,0000	40.000,00
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE PINH/	CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS SEGUINTES ESPECIALIDADES BÁSICAS, A SABER: CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIÃO GERAL, GINECOLOGIA, OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, ALÉM DE ANESTESIOLOGIA, NEUROCIRURGIÃO, NEFROLOGIA, CIRURGIÃO TORÁCICO, BUCO MACHILLO FACIAL, SENDO ESTAS ENCAMINHADAS VIA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO CLÍNICO GERAL RESPONSÁVEL, FORA DO HORÁRIO DO PLANTÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PODENDO NESTE VALOR SEREM UTILIZADOS RECURSOS (GUIAS) ORIUNDAS DO CIS AMOSC.	204	200,000	235,0000	47.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE PINH/	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR NA ALTA COMPLEXIDADE SENDO: UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS, EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, PLANTONISTA, FUNCIONÁRIOS, EXAMES DE RAO X NA QUANTIDADE DE 50 MENSAIS, EXAMES BÁSICOS DE LABORATÓRIO, MEDICAÇÃO BÁSICA PARA A REALIZAÇÃO DE PLANTÕES EM CARÁTER DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, DURANTE 24 HORAS DO DIA, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS. DEVERÁ TER ESCALA DE SOBREAVISO PARA AS SEGUINTE ESPECIALIDADES: CLÍNICA GERAL, CIRURGIÃO GERAL, GINECOLOGISTA, OBSTETRA, ANESTESIOLOGISTA E PEDIATRA. ESSES PROFISSIONAIS DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS PARA OS ATENDIMENTOS IMEDIATOS A QUALQUER HORA DO DIA. INDEPENDENTE DOS FERIADOS, SÁBADOS, DOMINGOS E PONTOS FACULTATIVOS, DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO PLANTONISTA, AS CIRURGIAS ELETTIVAS (HERNIA, VESÍCULA, HEMORRÓIDA, APÊNDICE E DEMAIS CIRURGIAS DISPONÍVEIS NAS ESPECIALIDADES DA ESCALA DE SOBREAVISO) SERÃO REALIZADAS COM AGENDAMENTO PREVIO PELO SUS, ASSIM COMO AS POSSÍVEIS CIRURGIAS NECESSÁRIAS DURANTE O PLANTÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DEVEM SER PELO SUS.	204	10,000	12.450,0000	124.500,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ESFIGMOMETRO BD (SOLIDOR)	188	4,000	90,0000	360,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ESTETOSCÓPIO BD	188	2,000	55,0000	110,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	MÁSCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL	188	2,000	10,0000	20,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	188	5,000	15,0000	75,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	TERMÔMETRO DIGITAL PARA CAIXA TÉRMICA	188	2,000	65,0000	130,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	183	1,000	40,0000	40,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	184	4,000	40,0000	160,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	RODIZIO DE PNEUS	184	1,000	20,0000	20,00
CLINICA DE FISIOTERAPIA DRA JOSEANA SIGNO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (SESSÃO FISIOTERAPIA)	235	5,000	80,0000	400,00
DENTAL OESTE EIRELI EPP	CREME DENTAL INFANTIL	231	50,000	3,9800	199,00
DENTAL OESTE EIRELI EPP	ESCOVA DENTAL ADULTO	231	100,000	0,8000	80,00
DENTAL OESTE EIRELI EPP	ESCOVA DENTAL INFANTIL	231	100,000	0,7500	75,00
DENTAL OESTE EIRELI EPP	KIT ESCOVAÇÃO ADULTO (FIO DENTAL 25M, CREME DENTAL 50GR E ESTOJO PERSONALIZADO UMA COR)	231	180,000	4,9000	882,00
DENTAL OESTE EIRELI EPP	KIT ESCOVAÇÃO INFANTIL (FIO DENTAL 25M, CREME DENTAL 50GR E ESTOJO PERSONALIZADO UMA COR)	231	150,000	4,9000	735,00
GENTE SEGURADORA S.A	CONTRATAÇÃO DE SEGUROS	201	1,000	299,0000	299,00
ILIZANDRO RICARDO CAMARA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros	187	14,000	10,0000	140,00
JAIR MARTINI - ME	CÓPIAS DE CHAVES	211	13,000	12,0000	156,00
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	PEN DRIVE SANDISK CRUZER BLADE SDCZ50 8GB	212	1,000	29,0800	29,08
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA PRETO	200	1,000	25,0000	25,00
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	ROTEADOR WIRELESS 300MBPS TPLINK 2 ANTENA	212	1,000	48,0000	48,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA A CONFEÇÃO DE SUPORTE DE FERRO PARA INSTALAÇÃO EM VEÍCULO, AUXILIANDO NO TRANSPORTE DE ESCADA.	230	1,000	320,0000	320,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ASSENTO SANITÁRIO		1,000	17,0000	17,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	CAIXA DE DESCARGA		1,000	27,4000	27,40
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESPUMA POLIURETANO 524ML 493GR		4,000	23,9000	95,60
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	SOLVENTE 0,900L		1,000	12,0000	12,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	TOMADA EXTERNA REDONDA		3,0000	3,0000	9,00
REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	217	1,000	70,0000	70,00
REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS		1,000	70,0000	70,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA MÉDIA PRETA PCT C/ 200 UND NYLON 202MM	185	6,000	0,2500	1,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ALINHAMENTO	181	1,000	40,0000	40,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BALANCEAMENTO	181	4,000	12,5000	50,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BALANCEAMENTO	220	2,000	12,5000	25,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CAMBAGEM	181	1,000	30,0000	30,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CARGA DE GÁS AR CONDICIONADO	186	1,000	130,0000	130,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ELEMENTO FILTRO LUBRIFICANTE	195	1,000	28,6000	28,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ESPELHAMENTO	219	1,000	260,0000	260,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LAMPADA 1 POLO 12V 21W	216	1,000	1,9000	1,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MASSA KPO CINZA COM CATALIZADOR	185	1,000	23,0000	23,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30	195	4,300	43,0000	184,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARA-CHOQUE	221	1,000	630,0000	630,00
Total Geral do Mês —>					357.323,98

RELAÇÃO DE COMPRAS MARÇO 2017- PMSA

Página: 1/23

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACADEMIA IMPACTUS EIRELI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE AULAS DE PATINAÇÃO ARTÍSTICA COM CRIAÇÕES DE COREOGRAFIAS RELACIONADAS NA ÁREA COM A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA COM APRESENTAÇÕES EM FESTIVAIS, DESENVOLVENDO A ATIVIDADE DE PATINAÇÃO DE MANEIRA CRIATIVA DE MODO A PROPICIAR A INTERAÇÃO ENTRE O PÚBLICO DE VÁRIAS IDADES DESDE O INFANTIL ATÉ O JUVENIL E ADULTO, COM A CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 05 HORAS.	845	9,000	875,0000	7.875,00
ALAN CARLOS DE OLIVEIRA - MEI	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	591	3,000	35,0000	105,00
ALAN CARLOS DE OLIVEIRA - MEI	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	615	4,000	35,0000	140,00
ALAN CARLOS DE OLIVEIRA - MEI	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	614	2,000	35,0000	70,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PASTEL MASSA COZIDA COM RECHEIO DE CARNE BOVINA	626	17,500	19,9900	349,83
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PASTEL MASSA COZIDA COM RECHEIO DE CARNE DE FRANGO	626	17,500	19,9900	349,83
ANGELA MARIA PANDOLFO & CIA LTDA ME	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADOR EM CAMINHÕES	635	2,000	900,0000	1.800,00
AUTO PEÇAS IPANEMA LTDA	VÁLVULA CONTROLADORA DE GRAXA DE PRESSÃO	602	1,000	270,0000	270,00
BAMPIPUR TRANSPORTES LTDA ME	ROTEIRO 01 DO TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (QUARTAFEIRA): Saída às 07:15 horas Linha São Luiz (Guzatti) passando pela Linha São Sebastião (Andrade/Morgenstern), Linha São Luís - (Silveira), Linha São Jorge (Detoni), Linha Ipiranga (Koch), acesso a Rodovia SC 160, passando na Linha Lageado Grande, na família Comunello, Bléssimo e Claudinei Michelin até a Escola Celso Ramos. TOTALIZANDO 43 Km diários. (Ida) Veículo com no mínimo 17 lugares.	825	1,935,000	4,2000	8.127,00
BAMPIPUR TRANSPORTES LTDA ME	ROTEIRO 02 DO TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (QUINTA-FEIRA): Saída às 07:15 horas Linha São Luiz (Guzatti) passando pela Linha São Sebastião (Andrade/Morgenstern), Linha São Luís - (Silveira), Linha São Jorge (Detoni), Linha Ipiranga (Koch), acesso a Rodovia SC 160, passando na Linha Lageado Grande, na família Comunello e Bléssimo até a Escola Celso Ramos. TOTALIZANDO 38 Km diários. (Ida) Veículo com no mínimo 17 lugares.	825	1,710,000	4,2000	7.182,00
BAMPIPUR TRANSPORTES LTDA ME	SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA O EVENTO DIA DA MULHER, SAINDO ÀS 12:30 HORAS DA LINHA IPIRANGA, PASSANDO PELA LINHA SÃO SEBASTIÃO, LINHA SÃO LUÍZ, LINHA NOVA IBAÇA ATÉ SERRA ALTA/SC.	573	80,000	4,5600	364,80
BÁO DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA ME	BANHEIRA PARA BEBÊ DE PLÁSTICO 20 LITROS	574	20,000	15,7760	315,52
BELLENZIER PNEUS LTDA- PALHOÇA	PNEU NOVO 275 X 80R 22.5 RADIAL MISTO DE 1ª LINHA, DEVERÁ CONTER EM ALTO RELEVO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ÍNDICE DE CARGA NO MÍNIMO (3200/2.900 Kg por Pneu) E ÍNDICE DE VELOCIDADE MÁXIMA COM O MÍNIMO O ÍNDICE "L". SÍMBOLO DO INMETRO, DATA DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2016.	601	4,000	1,490,0000	5.960,00
BUSCHLE & LEPPER S.A.	POLICRETO DE ALUMÍNIO PAC 18%	830	90,000	2,0500	184,50
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA DIANTEIRA	873	4,000	53,0300	212,12
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	BUCHA SUSP. DIANTEIRAS 33MM	873	6,000	135,8000	814,80
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	BUCHA SUSP. DIANTEIRAS 38MM	873	2,000	107,2700	214,54
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	BRIOCHINHO	631	20,000	16,0000	320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 2/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	BRIOCHINHO	748	4,690	16,0000	75,04
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	PÃO DE QUEIJO ASSADO, com amido modificado, água, ovo, queijo mussarela, leite e sal, não contém glúten.	631	34,400	12,5000	430,00
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	PÃO DE QUEIJO ASSADO, com amido modificado, água, ovo, queijo mussarela, leite e sal, não contém glúten.	748	6,000	12,5000	75,00
OTTEL ELETRO MOTORES INDÚSTRIA E COMÉRCIO	AQUIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA COM 03 ESTÁGIOS, ACIONADA POR MOTOR ELÉTRICO COM NO MÍNIMO 25CV, IP-55 60HZ, 2 POLOS, TENSÃO TRIFÁSICA, 380/660, CONSTRUÍDA EM FERRO FUNDIDO COM OS ROTORES FECHADOS, COM BOCAL DE SUÇÃO 3 POLEGADAS E BOCAL DE RECALQUE 2,12". PRESSÃO MÁXIMA SEM VAZÃO (MCA) 156, ALTURA MÁXIMA DE SUÇÃO (MCA) 8, DIÂMETRO ROTOR (MM), 168, BOCAS FLANGEADOS CONFORME NORMA DIN 1092-1, DEVERÁ APRESENTAR VAZÃO NO MÍNIMO 23.000 LITROS/HORA.	735	1,000	14,800,0000	14,800,00
CLAUDINEI LUIZ MICHELON	CENOURA - raiz tuberosa, suculenta, de tamanho médio no estado in natura, genuínas, sãs, de primeira qualidade, escovada, coloração uniforme, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	698	150,000	4,3000	645,00
CLAUDINEI LUIZ MICHELON	MILHO VERDE - in natura, espiga, com características integras e de primeira qualidade, fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isento de sujidades, insetos, larvas, parasitas e corpos estranhos aderidos à superfície. Acondicionados em sacos plásticos transparentes. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	698	1,500,000	1,1000	1,650,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	CONSRTO DE PNEU	567	1,000	20,0000	20,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	CONSRTO DE PNEU	569	1,000	837,0000	837,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	569	1,000	385,0000	385,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	LAVAGEM DE EQUIPAMENTOS RODOVÁRIOS LINHA PESADA	569	2,000	120,0000	240,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	LAVAGEM DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	567	1,000	30,0000	30,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	LAVAGEM DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS	568	4,000	60,0000	240,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	SERVIÇOS DE DESMONTAGENS E MONTAGENS DE PNEU	569	1,000	324,0000	324,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	SERVIÇOS DE LAVAGEM COMPLETO	568	3,000	70,0000	210,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	SERVIÇOS TROCA DE PNEU	568	3,000	12,0000	36,00
CLECI MARTINI & CIA LTDA ME	TROCAR PNEU	568	5,000	10,0000	50,00
CLÍNICA MÉDICA OESTE LTDA	SERVIÇOS DE EMISSÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL	616	5,000	50,0000	250,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	ACÚCAR branco, de primeira qualidade, origem vegetal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose de cana de açúcar, livre de animais e vegetais. Aparência, cor e cheiro próprios do tipo açúcar. Aplicação adoçante. Embalagem: saco de polietileno atóxico, resistente, pacote 5 kg.	583	2,000	11,9800	23,96
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHOCOLATE AO LEITE 1KG	832	6,000	16,9900	101,94
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CÓCO SECO RALADO sem Açúcar, parcialmente desidratado e desengordurado, acondicionado em embalagem plástica resistente em pacote de 100 gramas, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	832	3,000	5,9900	17,97

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	FARINHA	583	2,000	3,7500	7,50
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	FARINHA DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS fubá de milho. Especificidade de doces e salgados. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: deve estar intacta, bem vedada, contendo 1 kg. Embalagem polietileno. Prazo de validade: Mínimo 6 meses. Data de fabricação: Máximo 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	583	1,000	9,4900	9,48
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	GELO EM EMBALAGEM CONTENDO 3KG	572	4,000	6,0000	24,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	LEITE	583	24,000	2,5900	62,16
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	LEITE CONDENSADO embalagem Tetra Pack de 395g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	832	3,000	2,9800	8,94
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	MACARRÃO CASEIRO Não deverá apresentar sujidades, bolor, manchas ou fragilidades à pressão dos dedos. As massas alimentícias ao serem postas na água não devem turvar-la antes da cocção. Não devem estar fermentadas ou rançosas. Pós-cocção a massa não poderá apresentar textura ou consistência de empapamento. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de papel multifoldado, bem vedado, embalagem de 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. Características Técnicas: Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	583	4,000	5,7100	22,84
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	ÓLEO DE SOJA refinado, acondicionado em embalagens PET com 900ml constando data de fabricação e prazo de validade, de boa qualidade, com características próprias, sem ranço.	583	6,000	3,7900	22,74
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	PÃO FRANCES Características técnicas: pão com massa de farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, água, fermento biológico, açúcar entre outros. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (estrelado ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas). Embalagem: acondicionada em pacotes de polietileno transparente resistente, contendo 1 unidade de 50 gramas, com aproximadamente 20 unidades. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	583	1,582	8,3900	13,27
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	PILHA ALCALINA AA C/4 2378	537	2,000	12,4900	24,98
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	PILHA ALCALINA AA L6P5	537	1,000	19,3500	19,35
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	RAÇÃO PARA GANSOS SACA 30KG	871	1,000	30,8500	30,85
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA	BISCOITO CASEIRO - DIVERSOS TIPOS - feito de forma artesanal e que se utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. As embalagens devem ser de plástico transparente, lacrado, com garantia de higiene e consistência adequada, embalagem de 1 kg, contendo rótulo do produto com todas as especificações obrigatórias, data de validade. Contendo etiqueta com peso. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	694	350,000	17,3000	6,055,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 4/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	CUCA RECHHEADA - DIVERSOS RECHEIOS - Cuca de ótima qualidade, sem integridade de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo aproximadamente 2 kg, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	694	350,000	14,5000	5.075,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	MACARRÃO CASEIRO (DIVERSOS) - A embalagem deve estar acondicionada, plástica transparente, íntegra, descartável, atóxica, corretamente fechada. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, a data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, procedência e informação nutricional. Deve constar data de fabricação e data de vencimento com no mínimo 30 dias. Contendo 1 kg. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	694	150,000	13,8000	2.070,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	PAO CASEIRO (BRANCO/ MILHO/ FRANCES/ CENOURA E BETERRABA/ CACHORRO QUENTE) - O pão do tipo caseiro deve ser fresco, fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, respeitando-se as boas práticas de fabricação, deve estar isento de matéria terrosa, parasitas e qualquer outro organismo, micro-organismo e substância que venha a comprometer o armazenamento e a saúde humana. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. O aspecto do pão deverá ser de massa cozida, o miolo deve ser poroso, leve, homogêneo, elástico, não aderente aos dedos ao ser comprimido e não devem apresentar grumos duros, pontos negros, pardos ou avermelhados. A embalagem de cada unidade deve estar acondicionada individualmente em embalagem plástica transparente, íntegra, descartável, atóxica, corretamente fechada. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, contendo peso médio de 1 kg, a data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, procedência e informação nutricional. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	694	350,000	14,0000	4.900,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	SUCO DE UVA - recipientes de 1,5 litros de vidro. Com data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses. Deve ser entregue conforme cronograma enviado pela coordenação da merenda escolar. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	694	300,000	19,5000	5.850,00
DDD ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	BOLA DE FUTSAL	749	4,000	179,9000	719,60
DDD ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	BOLA DE FUTSAL	750	1,000	169,9000	169,90
DDD ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	BOLA DE FUTSAL	750	1,000	69,9000	69,90
DDD ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	BOLA DE FUTSAL MAX 500	750	1,000	149,9000	149,90
DDD ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	BOMBA DE AR	750	1,000	29,9000	29,90
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	ABAFADOR DE RUÍDO 3M	529	8,000	21,5000	172,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	BOTINA	529	19,000	48,0000	912,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	LUVA DE RASPA B 7CM CA	529	10,000	10,0000	100,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	LUVA LISA	529	12,000	9,5000	114,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	LUVA MULTITATO	529	24,000	7,0000	168,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	ÓCULOS DE PROTEÇÃO CINZA CONFORT	529	12,000	7,5000	90,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	ÓCULOS DE PROTEÇÃO CINZA STANDARD	529	12,000	6,0000	72,00
DESTAQUE ATACADISTA DE EQUIPAMENTO DE S	PERNEIRA DE RASPA COM VELCRO	529	4,000	27,5500	110,20

Página: 5/23

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EDEM - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	INSCRIÇÃO	613	1,000	300,0000	300,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	CALHA INDIVIDUAL PARA CLIMATIZADOR	834	1,000	140,0000	140,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	CANO DE COBRE 1/2 PARA CLIMATIZADOR	834	12,000	75,0000	900,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	CAPA 45MFD 380V TML (WEG)	834	1,000	50,5000	50,50
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	GÁS R-22 GARRAFA COM 13.6KG ONU 1018	834	2,600	200,0000	520,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	MANGUEIRA 1/2 X 2MM	834	12,000	3,5000	42,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES	833	5,000	272,0000	1,360,00
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME	SERVIÇOS MÃO DE OBRA COM O FORNECIMENTO DO MATERIAL PARA A HIGIENIZAÇÃO DE CLIMATIZADORES.	833	6,000	150,0000	900,00
EM INFORMÁTICA LTDA	BANCO REFEITÓRIO SOB MEDIDA	610	1,000	245,0000	245,00
EM INFORMÁTICA LTDA	CARTUCHO DE TINTA HP 1410F380 COLORIDO	525	2,000	116,0000	232,00
EM INFORMÁTICA LTDA	MESA EMPILHÁVEL 200X80X68	611	2,000	400,0000	800,00
EM INFORMÁTICA LTDA	MESA PARA ESCRITÓRIO 1.50X68X75 E 1.20X0.68, COM CANTO E GAVETEIRO COM 3 GAVETAS, COM SUPORTE PARA CPU COM RODINHA	523	1,000	750,0000	750,00
EM INFORMÁTICA LTDA	MESA REFEITÓRIO SOB MEDIDA REVESTIDO EM FÓRMICA	610	1,000	330,0000	330,00
EM INFORMÁTICA LTDA	MESA REVESTIDA EM FÓRMICA 100X60	610	1,000	210,0000	210,00
ESQUADRIAS SERRA ALTA LTDA ME	COBERTURA METÁLICA PARA BANCOS DE RESERVA - CAMPO MUNICIPAL	782	1,000	1,550,0000	1,550,00
ESQUADRIAS SERRA ALTA LTDA ME	PARACHOQUE DE FERRO PARA CAMINHÃO	771	1,000	332,0000	332,00
ESQUADRIAS SERRA ALTA LTDA ME	PORTA METÁLICA COM FECHADURA E VIDRO	781	1,000	575,0000	575,00
F.M. PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1.400/24	666	2,000	330,0000	660,00
F.M. PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17.5-25	666	1,000	330,0000	330,00
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	CANTONEIRA 1/8 X 1	527	2,670	30,0000	80,10
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	JANELA DE ALUMÍNIO INTEGRADA	522	1,000	1,980,0000	1,980,00
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	PORTA DE VIDRO TEMPERADO FUME 10MM	627	1,000	890,0000	890,00
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	PORTA DE VIDRO TEMPERADO FUME 10MM	628	1,000	875,0000	875,00
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	ROLDANA EXENTRICA	527	4,000	6,2500	25,00
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	SUPORTE DE LIXEIRA	528	105,000	12,0000	1,260,00
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	TUBOS DE ALUMÍNIO	527	4,000	30,0000	120,00
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	VIDRO INCOLOR 4,0MM	522	7,130	80,0000	570,40
FABRICADOS DE CONCRETO E AÇO UNIÃO EIRE	VIDRO INCOLOR 4,0MM	628	1,000	50,0000	50,00
FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRES	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	757	1,000	204,3100	204,31
GELSON LAZARETTI	LARANJA - fruto de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, de vez (por amadurecer) e coloração uniforme apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa, e de origem orgânica. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	699	300,000	3,8500	1,155,00

Página: 6/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GRÁFICA BAROZZI LTDA	FORMULÁRIO NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL - TAMANHO 24 X 21,6CM, PAPEL COPIATIVO - 4 VIAS.	709	7.000,000	0,6097	4.267,90
GTI - GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	BOBINA DE PAPEL TERMO-SENSÍVEL ESPECIAL COM CAMADA DE PROTEÇÃO OVERCOATING. DURABILIDADE MÍNIMA DE 5 ANOS. 81 CONTAS/BOBINAS.	622	300,000	9,5000	2.850,00
GTI - GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	IMPRESSORA ROBUSTA ZEBRA ZQ-520 COM ALÇA DE OMBRO, BATERIA E CARREGADOR.	621	1,000	3.360,0000	3.360,00
HEXIS CIENTÍFICA S/A	COLOR LÍVRE REAGENTE CHLORINE FREE PP 10ML CAIXA COM 1000 UND.	670	1,000	1.301,9800	1.301,98
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	EIXO	565	1,000	1.820,4000	1.820,40
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA	558	1,000	760,0000	760,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	REPARO BOMBA DE ÓLEO	555	1,000	398,6000	398,60
ILIZANDRO RICARDO CAMARA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros	566	11,000	10,0000	110,00
ILIZANDRO RICARDO CAMARA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML	566	3,000	1,5000	4,50
IMPrensa DO POVO LTDA - ME	ASSINATURA EXEMPLARES DE JORNAIS	669	20,000	15,0000	300,00
IND. E COM. DE TOLDOS MACEDO DIAS LTDA	SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO COM SHOW TEATRAL	584	1,000	2.850,0000	2.850,00
ISOLDI LURDES BOSING BACKES	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS	578	1,000	500,0000	500,00
JAIR MARTINI - ME	CARREGADOR DE CÂMERA DIGITAL USADO	630	1,000	30,0000	30,00
JANDIR SPEROTO ME	ACHOCOLATADO	619	6,000	9,9900	59,94
JANDIR SPEROTO ME	ARROZ PARBOILIZADO 1KG	619	15,000	3,5000	52,50
JANDIR SPEROTO ME	BATATA MONALISA lisa, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de pragas e doenças, deve estar em perfeitas condições de conservação. Acondicionada em embalagens especial para alimento e constar o peso.	619	8,000	1,4900	11,92
JANDIR SPEROTO ME	BISCOITO DE LEITE em pacotes com dupla proteção em embalagem plástica resistente e íntegra. Livre de gordura trans. Na embalagem deverá conter informação nutricional e data de fabricação e validade.	619	10,000	8,2500	82,50
JANDIR SPEROTO ME	CARNE DE FRANGO filé de peito de frango congelado, empacotada em embalagens plásticas transparentes e resistentes em pacotes de 500g, devendo constar o prazo de validade de no mínimo 3 meses e a procedência do produto.	619	10,000	8,9900	89,90
JANDIR SPEROTO ME	CARNE DE GADO MOIDA de primeira qualidade congelada, aspecto próprio, não pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, embalagem adequada. Certificado de Inspeção Sanitária, moída no dia da entrega, embaladas em pacotes de 1kg, com data do empacotamento e prazo de validade. Deve estar etiquetado com o peso	619	10,000	13,9900	139,90
JANDIR SPEROTO ME	CEBOLA bulbo do tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	619	10,000	2,4900	24,90
JANDIR SPEROTO ME	ERVA MATE - tipo pn 1, mínimo de 70% de folhas, máximo de 30% de outras partes do ramo, pacote de 1kg.	619	4,000	9,9900	39,96

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 7/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JANDIR SPEROTO ME	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO Características Técnicas: fermento químico, em pó, para confeitação de bolos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em latas ou pacotes resistentes de 250 g. Prazo de validade: Mínimo de 8 meses. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	619	4,000	5,9900	23,96
JANDIR SPEROTO ME	MARGARINA VEGETAL: em potes contendo 500g. Ingredientes: óleos vegetais líquidos e hidrogenados, com sal, adulsante ácido láctico, antioxidante ácido cítrico, conservante benzoato de sódio, corante natural, estabilizante, lecitina de soja, monoglicérides. Com vitamina A e vitamina D, livre de gordura trans. Deve constar no pote data de fabricação e prazo de validade.	619	4,000	4,9900	19,96
JANDIR SPEROTO ME	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS CASEIRA - TIPO ESPAGUETE: - Pacotes com 1kg, tipo espagete. Embalagem plástica, transparente, resistente com solda reforçada e íntegra. Deve constar registro no Ministério da Saúde. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 8 meses. Com garantia do selo da ABIMA (Associação Brasileira de Massas Alimentícias).	619	6,000	6,4900	38,94
JANDIR SPEROTO ME	PACOTE DE BOMBOM 1KG	629	10,000	30,9900	309,90
JANDIR SPEROTO ME	PIPOCA de 1ª qualidade, tipo 1. Em embalagem de 500g, plástica transparente, sem sinais de insetos, com data de fabricação e prazo de validade	619	6,000	2,7500	16,50
JANDIR SPEROTO ME	PIRULITOS SABORES DIVERSOS	619	10,000	8,9900	89,90
JANDIR SPEROTO ME	REFRESCO DIVERSOS SABORES 35G	619	20,000	3,7500	75,00
JANDIR SPEROTO ME	REFRIGERANTE DIVERSOS SABORES - GUARANA, LIMÃO, LARANJA, UVA, FRASCO COM 2 LITROS.	629	50,000	4,4900	224,50
JANDIR SPEROTO ME	REPOLHO - hortaliça de folhas enoveladas, tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Peso Mínimo 1,5 Kg.	619	3,000	4,9900	14,97
JANDIR SPEROTO ME	SAL iodado refinado, com embalagem saco de polietileno atóxico resistente, contendo peso líquido de 1kg com a data de fabricação e prazo de validade,	619	2,000	1,4900	2,98
JANDIR SPEROTO ME	TOMATE fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras, apresentando-se mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	619	6,000	2,9900	17,94
JANDIR SPEROTO ME	VINAGRE de vinho, boa qualidade, odor e sabor característicos, embalagem plástica de 750mL lacrado com data de fabricação e prazo de validade.	619	2,000	12,9900	25,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 8/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JL ALVES DE JESUS E CIA LTDA ME	CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ARTISTA JOÃO LUIZ CORRÊA & GRUPO CAMPEIRISMO, ATRAVÉS DA EMPRESA J.L. ALVES DE JESUS & CIA LTDA ME, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 27 DE ABRIL DE 2017, NO CENTRO DE ATIVIDADES SOCIO EDUCATIVAS, COM INÍCIO ÀS 23:30 HORAS E COM DURAÇÃO DE 04 HORAS SEM INTERVALOS. INTEGRANDO UMA DAS PROGRAMAÇÕES COMEMORATIVAS AO 28º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA.	747	1,000	14.740,0000	14.740,00
JOSÉ SÉRGIO FARIAS MEI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PROFISSIONAL QUE EXERCE A FUNÇÃO DE INSTRUTOR DE MÚSICA, COM AULAS DE CANTO, VIOLÃO, GAITA E TECLADO. DESEMPENHANDO TAMBÉM A FUNÇÃO DE MAESTRO COM A FORMAÇÃO DE UM CORAL INFANTIL. JUVENIL, ADULTO, DEVERÁ POSSUIR O CERTIFICADO DE REGÊNCIA E REGISTRO NA ORDEM DOS MÚSICOS, ESTIMULANDO A PARTICIPAÇÃO DE UM PÚBLICO DE VÁRIAS IDADES E DESENVOLVENDO ESSA ATIVIDADE DE CANTO DE MANEIRA CRIATIVA, PROMOVENDO A INTERAÇÃO ENTRE AS PESSOAS, CUMPRINDO UMA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 HORAS.	846	9,000	1.400,0000	12.600,00
LEÃO POÇOS ARTESANOS LTDA	CURVA PVC SOLDÁVEL 75MM	756	3,000	75,0000	225,00
LEÃO POÇOS ARTESANOS LTDA	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 85MM	756	1,000	88,0000	88,00
LUDOVICO FLOREK	ABOBORA CABOTIA: Características Gerais: Fresca. De primeira qualidade. Devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos e satisfazer as seguintes condições: serem colhidos ao atingirem o grau de evolução do tamanho e apresentados ao consumo em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie; estarem livres de enfermidades; não estarem danificados por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; não estarem sujos de terra; não conterem corpos estranhos aderentes à superfície externa; estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	695	150,000	7,1000	1.065,00
LUDOVICO FLOREK	Alpim - Características Gerais: de primeira. Devem proceder de espécimes vegetais genuínos e sãos e satisfazer as seguintes condições mínimas: serem suficientemente desenvolvidos, com o tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie; não estarem danificados por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência; estarem livres de enfermidades; estarem livres de casca e congelados; estarem isentos de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos; a polpa deverá estar íntacta e limpa. Acondicionados em embalagens plásticas, transparente, atóxicas, resistente, contendo 1 kg. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	695	200,000	8,2500	1.650,00
LUDOVICO FLOREK	FEIJÃO PRETO: Pacote de 01 kg, feijão classe preto, grupo/tipo I, 100% feijão preto (Phaseolus vulgaris L.), de safra nova. Constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos íntegros e sem a presença de grãos disformes e/ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. A embalagem deverá ser de plástico, transparente e atóxico, resistente. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	695	200,000	8,2500	1.650,00

Página: 9/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUDOVICO FLOREK	MORGOTA/BERGAMOTA/TANGERINA - Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	696	300,000	4,8000	1.440,00
LUDOVICO FLOREK	PÊSSEGO - Características Gerais: De 1ª qualidade, casca sã, firme, sem rachaduras, murcha, sem defeitos físicos ou dano mecânico. A polpa deve estar intacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Deve ser fresco, atingido o grau máximo ao tamanho (médio), aroma, cor e sabor próprio da espécie e variedade. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Livre de resíduos de fertilizantes. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	695	300,000	4,2000	1.260,00
LUDOVICO FLOREK	REPOLHO - Branco, liso, fresco, com peso mínimo de 1,5 kg a unidade, podado, bem desenvolvido, com talo compacto e claro e as folhas deverão estar intactos e firmes. Não deverá apresentar sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	695	150,000	4,6500	697,50
LUDOVICO FLOREK	TEMPERO VERDE (CEBOLINHA VERDE E SALSINHA) - cebolinha verde e salsinha) - fresco, de primeira qualidade; tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Em grau de desenvolvimento que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Isento de sujidades, insetos, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Em maços com peso mínimo de 150 g. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	696	150,000	3,8000	570,00
LUDOVICO FLOREK	TOMATE - paulista, grau médio de amadurecimento (colorido), com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho. De 1ª qualidade, não deverá ter frutos estragados. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, dano, murcho, imaturo, passados e feridos. Os produtos deverão estar frescos, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, resistente com etiquetas constando o fornecedor. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	695	150,000	6,5000	975,00
MAQUIDIMA FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS L	BOMBA ELÉTRICA PARA TRANSFERÊNCIA DE ÓLEO 12 VOLTS	592	1,000	250,3700	250,37
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR CONDICIONADO	710	1,000	225,0000	225,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR EXTERNO	667	1,000	184,5000	184,50
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR EXTERNO	835	1,000	241,0000	241,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR INTERNO	667	1,000	91,8200	91,82
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR INTERNO	835	1,000	130,6900	130,69

Página: 10/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO COMBUSTÍVEL TELA	667	1,000	79,5700	79,57
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	667	1,000	54,7300	54,73
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO LUBRIFICANTE	667	1,000	48,9100	48,91
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA	667	1,000	74,7000	74,70
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	TAMPA TANQUE DE COMBUSTÍVEL	835	1,000	216,5400	216,54
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	CARTUCHO DE TINTA REMANUFATURADO	589	1,000	35,0000	35,00
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	ESTABILIZADOR 500VA 9016 BIV 115	590	5,000	100,0000	500,00
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	RECARGA CARTUCHO DE TINTA COLORIDO	586	1,000	25,0000	25,00
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	RECARGA DE CARTUCHO DE TINTA PRETO	589	2,000	25,0000	50,00
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	ROTEADOR WIRELESS 300MBPS TPLINK 2 ANTENA	541	2,000	130,3900	260,78
MAXSUEL CARLOS LINDEMANN - ME	CONCERTO DE PNEU	541	1,000	50,0000	50,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ALTERNADOR	545	1,000	395,0000	395,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO MÉDIO	563	1,000	7,0000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO MÉDIO	566	1,000	4,0000	4,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO MÉDIO	769	1,000	4,0000	4,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	551	15,000	2,5000	37,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	557	25,000	2,5000	62,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	545	24,000	2,0000	48,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	680	4,000	2,5000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	770	12,000	2,5000	30,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	767	3,000	2,5000	7,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	763	10,000	2,5000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME PARA SOLDA MIG	557	1,000	1,1000	1,10
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 1" POL.	765	4,000	0,2600	1,04
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 1/2	761	4,000	0,8500	3,40
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 3/4	542	6,000	0,1100	0,66
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 7/8	564	4,000	0,2100	0,84
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 7/6	767	2,000	0,2600	0,52
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA VEDAÇÃO 22MM	765	1,000	2,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BARRA ROSCA 3/8	545	0,420	8,6200	3,62
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BATERIA 105 AMPÉRES	548	1,000	480,0000	480,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BATERIA 70 AMPÉRES	545	1,000	377,0000	377,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRAÇADEIRA MANGUEIRA 38/51L	556	1,000	4,3100	4,31
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRAÇADEIRA MANGUEIRA 44/57	556	1,000	4,5500	4,55
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 25CM	545	22,000	0,3000	6,60
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 39CM	563	6,000	0,5000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CABO BATERIA 50MM - MÉDIO	545	4,000	32,3700	129,48
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CABO INSTALAÇÃO 6 X 1	542	1,500	6,5000	9,75
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CANO ESCAPAMENTO RETO 4"	768	0,180	218,9000	39,40

Página: 11/23

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 3/8	557	2,000	5,0100	10,02
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 5/8	680	4,000	6,8700	27,48
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CAPA PARA TERMINAL ENCAIXE	545	2,000	0,3000	0,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CARGA DE BATERIA	765	1,000	20,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CHAVETA GRANDE	763	2,000	3,5000	7,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	COLA PARA BRISA PU 18	679	1,000	34,9000	34,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CORRÊIA	545	3,000	28,9000	86,70
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CORTE OXIGÊNIO	763	1,000	12,7000	12,70
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CORTE OXIGÊNIO	765	1,000	20,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CRUZETA	762	1,000	39,8000	39,80
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	CRUZETA	765	1,000	68,9000	68,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	545	1,000	7,2700	7,27
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4" X 1/2 X 3.2 - PEQUENO	557	2,000	5,5000	11,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	555	5,000	8,5000	42,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	557	1,500	8,5000	12,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ESPAGUETE CORRUGADO PARA INSTALAÇÃO	545	1,500	1,0000	1,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ESTICADOR DE CORRÊIA	545	1,000	43,9000	43,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FEMEA GIR JIC 37º RETA 9/16 X 3/8	557	2,000	14,1200	28,24
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FERRO REFORÇO	557	1,500	12,0000	18,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FERRO REFORÇO	545	7,800	10,0000	78,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FILTRO AR	765	1,000	61,5000	61,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FILTRO AR	765	1,000	43,2200	43,22
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FILTRO COMBUSTÍVEL	765	1,000	22,6500	22,65
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	765	1,000	18,1800	18,18
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FILTRO ÓLEO LUBRIFICANTE- TM4	765	1,000	30,6300	30,63
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FIO INSTALAÇÃO 1,5MM - FINO	545	3,000	1,0000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FITA ISOLANTE 10M	542	1,000	3,0000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	FITA ISOLANTE 10M	545	1,000	4,8000	4,80
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GRAXEIRA CURVA 1/4	556	1,000	1,6600	1,66
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GRAXEIRA RETA 1/4- 5/16	762	1,000	1,3500	1,35
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	GRAXEIRA RETA 3/8	766	1,000	2,4500	2,45
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	INDICADOR LUMINOSO PAINEL	545	1,000	7,5000	7,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA 2 PÓLO 24 V	763	2,000	5,4100	10,82
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LÂMPADA MEIA LUZ 12V 4W	545	1,000	2,0300	2,03
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LENTE SINALEIRA	763	2,000	14,6900	29,38
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	LUVA CARDAN	762	1,000	125,7000	125,70
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MACHO FIXO JIC 37º 9/16 X 3/8	557	2,000	10,8000	21,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MANGUEIRA 2T - 5/8	680	1,100	28,3000	31,13
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	MÃO DE OBRA	764	1,000	374,0000	374,00

Página: 12/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ÓLEO ARBOR MTF 10W/30	769	2,000	305,9500	611,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	ÓLEO MOTOR 15W 40 - DIESEL TOP TURBO	765	11,500	14,5000	166,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 10MM X 30 AÇO	767	2,000	1,2500	2,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 10MM X 50 AÇO	564	2,000	1,5000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 10MM X 50 AÇO	542	1,000	1,5000	1,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 12MM X 120 AÇO	545	1,000	3,6600	3,66
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 12MM X 50 AÇO	765	2,000	1,5000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 3/8 X 2 - 1/2	542	2,000	0,8800	1,76
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 3/8 X 3 AÇO	556	1,000	1,2900	1,29
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 3/8 X 90 AÇO	556	11,000	1,5200	16,72
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 5/16 X 1	545	1,000	0,3700	0,37
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 5/8 X 5 AÇO	763	1,000	6,7000	6,70
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 8MM X .60 AÇO	762	1,000	1,0000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 8MM X .60 AÇO	763	6,000	1,0000	6,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 8MM X 25	564	2,000	0,5000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO 8MM X 50 AÇO	545	1,000	0,6000	0,60
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO ALLEN 8 X 80	761	1,000	1,5200	1,52
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO CONICO 8 X 30 AÇO	557	8,000	0,9000	7,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO LÂMINA 3/4 X 3	761	2,000	6,0000	12,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO LÂMINA 5/8 X 2.1	767	8,000	5,4000	43,20
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PARAFUSO SEXTAVADO 06X20	545	7,000	0,7000	4,90
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 1" POL.	557	1,000	3,5000	3,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 10MM	542	1,000	0,2600	0,26
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 10MM	545	2,000	0,2600	0,52
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 12MM X P.1,5	765	2,000	0,4300	0,86
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 3/4	761	2,000	0,7500	1,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 3/8	542	2,000	0,2100	0,42
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 3/8	556	1,000	0,2100	0,21
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 5/16 RF	545	1,000	0,2500	0,25
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 5/8	767	8,000	0,6800	5,44
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA 8MM	763	6,000	0,1200	0,72
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA BORBOLETA 3/8	545	2,000	1,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 10MM	564	2,000	0,5000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 12MM	545	1,000	0,5600	0,56
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 8MM	564	2,000	0,2500	0,50
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 8MM	556	11,000	0,2500	2,75
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 8MM	761	1,000	0,2500	0,25
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 8MM	762	1,000	0,2500	0,25
MECÂNICA PAGLIOCCI LTDA - ME	RELÉ	546	1,000	19,7000	19,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 13/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	RESPIRO DIFERENCIAL	551	1,000	34,9000	34,90
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	RESPIRO DIFERENCIAL	563	1,000	34,6000	34,60
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	RESPIRO DIFERENCIAL	766	1,000	34,9000	34,90
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	SOLDA ESTANHO	545	1,000	15,0000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	SOLDA METAL	557	1,000	35,0000	35,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	SOLDA METAL	766	1,000	20,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TAMPA RADIADOR	556	1,000	14,7800	14,78
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL BATERIA POSITIVO	545	2,000	7,5000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL BATERIA POSITIVO	765	2,000	7,5000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL CABO NEGATIVO GRANDE	545	2,000	4,5000	9,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL FIO ENCAIXE	545	2,000	0,3500	0,70
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 1/4	545	3,000	0,3700	1,11
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 5/16 - LATA	542	1,000	0,7000	0,70
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TINTA	545	1,000	16,9000	16,90
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	VÁLVULA TERMOSTATO	556	1,000	269,7000	269,70
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	VARETA SOLDA OXIGENIO	768	1,000	40,0000	40,00
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ABACAXI fruto de tamanho médio contendo de 1,500 kg a 2 Kg, limpo, de primeira e acondicionado de forma a evitar danos físicos, íntegros, de vez (por amadurecer), apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca.	524	10,000	4,9900	49,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	AMAGIANTE PARA LAVANDERIA	751	6,000	5,4900	32,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	BALDE DE PLÁSTICO 13L	751	2,000	18,9900	37,98
MERCADO BOLIS LTDA EPP	CERA BRILHO FÁCIL VERMELHA 750 ML	751	6,000	9,9900	59,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	CHÁ DOCE 15GR	526	6,000	2,9900	17,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ERVA MATE - tipo pn 1, mínimo de 70% de folhas, máximo de 30% de outras partes do ramo - pacote de 1kg.	526	4,000	10,4900	41,96
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ERVA MATE TERERE 500GR	526	4,000	4,9900	19,96
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ESCOVA C/CERDAS DE NYLON P/SANITÁRIO CABO DE APROX	751	4,000	9,9900	39,96
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ESCOVA DE LIMPEZA	751	3,000	3,4900	10,47
MERCADO BOLIS LTDA EPP	ESPONJA	751	8,000	3,9900	31,92
MERCADO BOLIS LTDA EPP	FÓSFOROS CAIXA COM 240UNIDADES	751	6,000	3,4900	20,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	GÁS	751	2,000	64,0000	128,00
MERCADO BOLIS LTDA EPP	LEITE INTEGRAL caixinha	526	24,000	2,7900	66,96
MERCADO BOLIS LTDA EPP	LIXEIRO COM TAMPA 30L	751	1,000	33,9000	33,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	LIXEIRO COM TAMPA 65LTS	526	2,000	35,9900	71,98

Página: 14/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO BOLIS LTDA EPP	MAVÃO FORMOSA fruto de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer leões de origem física, mecânica ou biológica.	524	25,000	3,9900	99,75
MERCADO BOLIS LTDA EPP	MELÂNCIA Características gerais: de primeira, quando constituída por fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingidos o grau máximo de maturação e tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isenta de umidade externa anormal, aroma e sabor estranho. A polpa deve estar íntacta e firme. Deve ser madura com peso médio de 10 kg.	524	40,000	1,4900	59,60
MERCADO BOLIS LTDA EPP	MELÃO DOCE - Características gerais: de primeira, quando constituída por fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingidos o grau máximo de maturação e tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isenta de umidade externa anormal, aroma e sabor estranho. A polpa deve estar íntacta e firme.	524	35,000	3,9900	139,65
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PACOTE DE BOMBOM 1KG	526	10,000	33,9900	339,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PALHA DE AÇO	751	6,000	1,9900	11,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PANO DE CHÃO 50X60CM	751	6,000	27,9900	167,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PAPEL ALUMÍNIO 45X400MTS	526	6,000	4,9900	29,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PAPEL FILME PLÁSTICO 28X30MTS	526	6,000	4,9900	29,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	PEDRA SANITÁRIA SANI-SOL FLORAL 20GR	751	20,000	1,9900	39,80
MERCADO BOLIS LTDA EPP	REFRIGERANTE DIVERSOS SABORES - GUARANÁ, LIMÃO, LARANJA, UVA, FRASCO COM 2 LITROS.	524	54,000	4,0000	216,00
MERCADO BOLIS LTDA EPP	RODO 29CM	751	3,000	15,9900	47,97
MERCADO BOLIS LTDA EPP	RODO DE ESPUMA DUPLA FACE, TAMANHO: 40CM X 0,10X16CM COM MANTA ABRASIVA COM CABO DE MADEIRA DE 1,50MTS.	751	2,000	9,9900	19,98
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SABÃO NEUTRO GLICERINA COM 5	751	4,000	7,9900	31,96
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SABONETE 150GR	751	10,000	2,4900	24,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SACO DE LIXO, EM ROLO COM 25UND, NA COR AZUL, SUPER RESISTENTE EM PLÁSTICO NOS TAMANHOS DE 100 LITROS, NA MICREGEM DE 0,10.	526	6,000	8,9900	53,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SACO DE LIXO, EM ROLO COM 25UND, NA COR AZUL, SUPER RESISTENTE EM PLÁSTICO NOS TAMANHOS DE 100 LITROS, NA MICREGEM DE 0,10.	751	6,000	7,9900	47,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SACO DE LIXO, EM ROLO COM 50UND, NA COR AZUL, SUPER-RESISTENTE EM PLÁSTICO, NOS TAMANHOS DE 50LITROS, NA MICRAGEM DE 0,10.	526	6,000	8,9900	53,94
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SAPÓLIO CREMOSO 300ML	751	7,000	6,9900	48,93
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SHAMPOO PARA CABELOS 350ML	751	4,000	7,9900	31,96

Página: 15/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SUCO DE FRUTAS CITRICAS 450ML	524	10,000	3,9900	39,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	SUCOS PARA REFRESCO DIVERSOS SABORES, artificial, em pó, adoçado, Embalagem com 1kg, diversos sabores, Com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade, lote e peso líquido.	526	10,000	3,4900	34,90
MERCADO BOLIS LTDA EPP	VASSOURA DE NYLON - REFORÇADA DE 33CM COM CABO DE 1,20MTS	751	6,000	10,9900	65,94
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	MÃO DE OBRA	534	1,000	2,000,0000	2,000,00
METALÚRGICA SERRA ALTA LTDA ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM SOLDA E CONFEÇÃO DE GRADES E SUPORTES PARA BUEIROS.	752	1,000	690,0000	690,00
MILTON DE MARCO MÓVEIS LTDA - ME	CHAPA DE MDF 90 X 80 METROS	579	2,000	87,5000	175,00
MILTON DE MARCO MÓVEIS LTDA - ME	CHAPA DE MDF DE 1 X 1,17METROS	579	1,000	115,0000	115,00
MILTON DE MARCO MÓVEIS LTDA - ME	MÃO DE OBRA NA CONFEÇÃO DE GRADE DE MADEIRA	577	1,000	460,0000	460,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ABRACADEIRA MANGA 0,9MM 14-22 9/16 X 7/8	867	6,000	1,0000	6,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ABRACADEIRA NYLON 280 X 04,8MM	872	3,000	0,4000	1,20
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ABRACADEIRA TIPO U 4 X 100MM	872	3,000	1,2000	3,60
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ADAPTADOR 3/4 ROSCA EXTERNA	872	2,000	1,0000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ADESIVO INSTANTANEO 020GR	867	2,000	5,7000	11,40
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ADESIVO PLÁSTICO 175GR C/ PINCEL	865	1,000	12,0000	12,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ANEL DE BORRACHA	866	1,000	1,0000	1,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ANEL DE CERA PWC S/ GUIA	868	1,000	7,5000	7,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ANEL DE CERA PWC S/ GUIA	866	1,000	7,5000	7,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ARAME RECOZIDO BWG 18 RL 01KG	870	16,000	8,5000	136,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ARGAMASSA CERÂMICA INTERNA - AC1 - 20KG	865	4,000	11,0000	44,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ARRUELA LISA 3/16	872	4,000	0,1000	0,40
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ARRUELA LISA ZINCADA 3/8	872	47,000	0,1500	7,05
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ASSENTO SANITARIO	867	1,000	17,0000	17,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	BROCA 10MM	872	1,000	25,5000	25,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	BROCA CONCRETO STANDARD 6,00MM	865	1,000	9,0000	9,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	BUCHA 08MM	872	4,000	0,0600	0,24
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	BUCHA 12MM	866	28,000	0,1000	2,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	BUCHA 7MM	867	10,000	0,0600	0,60
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	BUCHA PARA FIXAR FIO 8	872	100,000	0,1000	10,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	BUCHA POLIETILENO 10MM	867	40,000	0,5000	20,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	CADEADO LATÃO 50MM	865	5,000	24,9000	124,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	CAIXA DE DESCARGA	868	1,000	30,7000	30,70
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	CAIXA DE DESCARGA	866	1,000	33,0000	33,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	CAIXA DE DESCARGA	865	1,000	23,0000	23,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	CANTONEIRA PVC BRANCO LUXO	869	24,000	3,5000	84,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	CAPS 20 SOLDÁVEL	865	4,000	0,5000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	CHAVE PHILIPS 3/16 X 5	866	1,000	3,0000	3,00

Página: 16/23

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	CHUMBADOR PARABOLT 5/16 X3,1/4	867	8,000	0,8000	6,40
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	CILINDRO INOX	865	1,000	22,5000	22,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	CORDA 0,3MM 400M MUL TIFLAIMENTO	866	17,000	0,4000	6,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	CORDA TRANÇADA 08MM X 240M	867	17,000	1,2000	20,40
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	CORDA TRANÇADA 10MM 165M	866	33,000	1,3000	42,90
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	DISCO DIAMANTADO TURBO 110 X 20 MM	872	1,000	19,0000	19,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	DISCO SERRA MADEIRA CIRCULAR VÍDEA 110 X 20 X 24	872	1,000	11,5000	11,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ENGATE FLEXÍVEL 50CM	866	1,000	3,5000	3,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ENGATE FLEXÍVEL 50CM	865	3,000	3,5000	10,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESPAÇADOR DE PISO 02MM C/100	865	1,000	3,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESPÁTULA AÇO 4 10CM	865	1,000	8,5000	8,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO 38MM DN 40	868	2,000	3,5000	7,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO 38MM DN 40	867	2,000	1,0000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESPUMA POLIURETANO 524ML 493GR	865	1,000	17,9600	17,96
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESTICADOR CABO AÇO 5/8 GXO	870	4,000	17,0000	68,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	ESTILETE	867	1,000	4,0000	4,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	FECHADURA EXTERNA STILO ROSETA	865	3,000	43,0000	129,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	FECHADURA PERFIL CR ALAV	866	1,000	43,0000	43,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	FITA ASFÁLTICA 0,15 X 10M	866	10,000	6,0000	60,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	FITA ASFÁLTICA 0,15 X 10M	867	113,000	6,0000	678,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	FORRO PVC BRANCO 100 X 8MM X 7,00M	869	52,360	13,5000	706,86
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	JOELHO ESG. 45 100MM	868	1,000	7,0000	7,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	JOELHO ESG. 90 100MM	868	1,000	5,0000	5,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	JOELHO INT 1/2	867	3,000	1,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	JOELHO SOLDÁVEL 45G 40MM	865	1,000	2,5000	2,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	KIT REPARO VÁLVULA 1 1/2	866	2,000	38,5000	77,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	LÂMPADA ELETRÔNICA ESPIRAL 23W	866	4,000	15,5000	62,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	LUVA ESG 100MM	867	1,000	5,5000	5,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	LUVA ESG. 050 645	866	1,000	2,5000	2,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	LUVA SOLDÁVEL 25MM	866	2,000	1,0000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	MANGUEIRA 1 X 2,5MM ROLO 100M	872	14,000	1,5000	21,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	MANGUEIRA 1/2 X 2MM	867	13,220	1,8000	23,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	MANTA ASFÁLTICA ALUMÍNIO	866	1,000	13,7000	13,70
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	NIPEL ROSCÁVEL 1/2	872	2,000	0,6000	1,20
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	OLÉO LUBRIFICANTE SPRAY 300ML 180GR	866	1,000	8,5000	8,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	OLÉO LUBRIFICANTE SPRAY 300ML 180GR	872	1,000	8,5000	8,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	PARAFUSO 3/8 X 6 C/ PORCA	872	18,000	2,5000	45,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	PARAFUSO CHIP CH 4,0 X 35MM	867	2,000	0,1000	0,20
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA²	PARAFUSO CHIP CH PH 4,0X14MM BC C/500	869	99,000	0,0600	5,94

Página: 17/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO CHIP PH 6,0X45MM BC C/200	870	20,000	0,1000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO CHIP PH 6,0X45MM BC C/200	867	27,000	0,1000	2,70
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO DRILL 12 X 1-1/2 AUTO BROCANTE	872	50,000	0,3000	15,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO FR. ZINC UNC DP 3/8 X6 C/ PORCA	868	4,000	2,5000	10,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO LATÃO VASO SANITÁRIO 10MM C/02	865	4,000	5,0000	20,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO MAD CABEÇA CHATA 5,5 X 90	867	8,000	0,5000	4,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO PHILIPS C/ CHATA 4,0 X 22	867	40,000	0,0700	2,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA 3,5 X 22	872	45,000	0,0800	3,60
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16 X 40MM	866	26,000	0,2500	6,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PISO 45 X 45	865	4,100	15,5000	63,55
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PISO CLASSE A 32 X 56	865	4,370	15,5000	67,74
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PORCA SEXTAVADA 3/8	872	20,000	0,1500	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	PORTA PAPEL TOALHA	867	1,000	39,9000	39,90
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	REBITE REP. AL 3,2 X 10,0 440S C/100	865	20,000	0,1000	2,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	REGISTRO ESFERA 25 SOLDÁVEL	866	1,000	6,5000	6,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	REJUNTE PRETO 01 KG	865	4,000	3,5000	14,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	ROLO LÁ 15CM	866	10,000	4,5000	45,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	SILICONE 280G	867	1,000	14,0000	14,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TANQUE PLÁSTICO BRANCO 28L	866	1,000	55,0000	55,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TE MANGUEIRA ROSCÁVEL INT. AZUL C1	867	3,000	2,0000	6,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TORNEIRA JARDIM 1/2	872	1,000	3,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO	867	1,000	159,9000	159,90
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TORQUÊS ARMADOR 12	872	1,000	32,0000	32,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TUBO DE PVC ESG. RIG 100MM - 6MTS	868	18,400	7,0000	128,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TUBO DESCIDA COM CURVA	866	1,000	10,0000	10,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TUBO PVC ESG. 100MM - 6MTS	866	2,500	7,0000	17,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	TUBO PVC ESG. 50MM - 6MTS	866	1,500	4,4200	6,63
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORIA	VALVULA LAVATÓRIO 7/8	867	1,000	4,9000	4,90
NELSO PAULETTO	BANANA DA TERRA - fruto médio, limpo e acondicionado de forma a evitar danos físicos; mecânicos ou biológicos; íntegro, limpo, de vez (por adquirente) apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca.	874	150,000	5,5000	825,00
NELSO PAULETTO	BANANA PRATA - Fruto médio, limpo e acondicionado de forma a evitar danos físicos; mecânicos ou biológicos; íntegro, limpo, de vez (por adquirente) apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	700	1,000,000	5,5000	5.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 18/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ORDALINO DE ANDRADE	BATATA DOCE - Lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho médios e uniformes, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e de colheita recente. Embalagem em kg, conforme pedido. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar.	697	150,000	4,2000	630,00
ORDETE SELIG	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE AULAS DE DANÇAS TÍPICAS ITALIANA QUE ENVOLVE CRIANÇAS DE VÁRIAS IDADES; SENDO INFANTIL, JUVENIL E ADULTO. ORGANIZAR EVENTOS RELACIONADOS A DANÇA, APRESENTAÇÕES CULTURAIS, REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA EM FESTIVAIS, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 10 HORAS.	844	9,000	1,950,0000	17,550,00
PADARIA SÃO JOSÉ LTDA - ME	BOLO DOCE SEM RECHEIO DIVERSOS SABORES DE COBERTURA.	587	46,720	20,0000	934,48
PADARIA SÃO JOSÉ LTDA - ME	BOLO DOCE SEM RECHEIO DIVERSOS SABORES DE COBERTURA.	588	22,770	20,0000	455,32
PADARIA SÃO JOSÉ LTDA - ME	CUCA ALEMÃ com no mínimo 800gr, cuca com recheio de frambuesa ou baunilha ou chocolate ou doce de leite e farofa na cobertura. Acondicionadas em embalagens plásticas especiais para alimentos com o peso do produto especificado.	588	4,000	10,5000	42,00
PADARIA SÃO JOSÉ LTDA - ME	PÃO FATIADO	587	10,000	4,7000	47,00
PADARIA SÃO JOSÉ LTDA - ME	PÃO INTEGRAL	587	6,000	5,2000	31,20
PENHA MAPAS LTDA ME	KIT ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR	864	1,000	1,200,0000	1,200,00
PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	TAMPAS DE CONCRETO DE 60CM	671	15,000	45,0000	675,00
PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	TAMPAS DE CONCRETO DE 80 CM	671	7,000	80,0000	560,00
RÁDIO CENTRO OESTE DE PINHALZINHO LTDA	INSCRIÇÃO TAÇA RCO	612	1,000	1,600,0000	1,600,00
REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	559	1,000	80,0000	80,00
REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	560	1,000	72,0000	72,00
REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	600	1,000	108,0000	108,00
REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	599	1,000	140,0000	140,00
REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	617	1,000	108,0000	108,00
REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	623	1,000	70,0000	70,00
REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	758	1,000	70,0000	70,00
REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA	PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	571	1,000	70,0000	70,00
REFRIMAVI COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS	BEBEDOURO COM 70 LITROS DE ÁGUA, EM INOX COM DUAS TORNEIRAS PARA REGULAGEM DA TEMPERATURA (GELADA/NATURAL), COM FILTRO DE ÁGUA E TERMOSTATO PARA REGULAR A TEMPERATURA, COMPRESSOR 1/8 HP, GÁS R 134. DEVERÁ SER ENTREGUE INSTALADO NO LOCAL INFORMADO.	571	1,000	2,000,0000	2,000,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABAFADOR INTERMEDIÁRIO	605	1,000	69,9000	69,90
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRAÇADEIRA MANGUEIRA COMBUSTÍVEL 9MM - FURO 13MM A 15MM FERRO COM PARAFUSO.	780	2,000	2,0000	4,00
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA	706	1,000	0,7000	0,70
RELJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA MÉDIA PRETA PACOTE COM 200 PCS NYLON 20	780	3,000	0,2500	0,75

Página: 19/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ALTERNADOR	684	1,000	520,0000	520,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	AMORTECEDOR	684	1,000	134,4000	134,40
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ANEL ESCAPE	605	1,000	2,5000	2,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	AQUECIDA OXIGENIO	683	1,000	20,0000	20,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	AQUECIDA OXIGENIO	685	1,000	30,0000	30,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARAME PARA SOLDA MIG	682	10,000	2,5000	25,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARAME PARA SOLDA MIG	683	18,000	2,4000	43,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARAME PARA SOLDA MIG	684	10,000	2,4000	24,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARAME PARA SOLDA MIG	685	27,000	2,5000	67,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARAME PARA SOLDA MIG	686	115,000	2,4000	276,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARAME PARA SOLDA MIG	688	7,000	2,0000	14,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARROELA ENCOSTO	682	1,000	3,5000	3,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARROELA LISA 1/2	683	4,000	0,2600	1,04
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARROELA LISA 1/2	686	4,000	0,2600	1,04
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARROELA LISA 1/2	686	34,000	0,2600	8,84
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARROELA LISA 9/16	681	2,000	0,3100	0,62
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARROELA VEDAÇÃO 14MM	686	2,000	1,0000	2,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BOMBA INJETORA D' AGUA	604	1,000	42,0000	42,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BRAÇADEIRA CABO AÇO 1/2	688	2,000	4,6000	9,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BRAÇADEIRA MANGUEIRA 19/27	686	1,000	4,0700	4,07
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BRAÇADEIRA MANGUEIRA 25/38 L	685	1,000	4,1900	4,19
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BRAÇADEIRA MANGUEIRA 9/13	686	6,000	1,5000	9,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 39CM	682	2,000	0,5000	1,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BRAÇADEIRA PLÁSTICA 39CM	684	8,000	0,5000	4,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CHAVETA	685	1,000	2,2500	2,25
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CHAVETA GRANDE	681	1,000	3,5000	3,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CHICOTE PARA RELE AUXILIAR 5 VIA	684	1,000	17,4100	17,41
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	COLA PARA BRISA PU 18	682	0,300	34,9000	10,47
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	COLA PARA BRISA PU 18	684	0,250	34,9000	8,73
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	COMPRESSOR MODELO 7B10 6PK R13	684	1,000	1,800,0000	1,800,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CORREIA	684	1,000	29,6600	29,66
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CORREIA	687	1,000	42,0000	42,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	682	1,000	7,2700	7,27
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	686	1,000	7,2700	7,27
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	DISCO DE CORTE 4" X 1/2 X 3.2 - PEQUENO	686	1,000	5,2600	5,26
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	DISCO DE FREIO	683	2,000	128,0000	256,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	DISCO DESBASTE 7"X1/4 X7/8	681	1,000	13,1400	13,14
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ELEMENTO FILTRO LUBRIFICANTE	641	1,000	28,6000	28,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	686	1,000	8,5000	8,50

Página: 20/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ESPAGUETE CORRUGADO PARA INSTALAÇÃO	684	1,000	1,000	1,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FAIXA REFLETIVA-PARACHOQUE	685	1,000	81,420	81,42
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO AR	686	1,000	69,880	69,88
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO COMBUSTÍVEL	686	1,000	17,550	17,55
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO COMBUSTÍVEL	686	1,000	195,750	195,75
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO LUBRIFICANTE	576	1,000	98,000	98,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO LUBRIFICANTE	604	1,000	98,000	98,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO LUBRIFICANTE	620	1,000	39,900	39,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO LUBRIFICANTE	638	1,000	98,000	98,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO ÓLEO	535	1,000	16,000	16,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FIO INSTALAÇÃO 1.5MM - FINO	684	2,000	1,000	2,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FIO INSTALAÇÃO 4MM	684	1,000	2,000	2,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FIO PARA INSTALAÇÃO 2.5MM	706	4,000	2,500	10,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FITA ISOLANTE	684	0,500	2,000	1,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUÍDO PARA FREIO 500ML	575	0,500	25,000	12,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUÍDO PARA FREIO 500ML	581	0,700	25,000	17,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUÍDO PARA FREIO 500ML	604	0,700	25,000	17,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FLUÍDO PARA FREIO 500ML	663	1,000	14,000	14,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FUSÍVEL	682	1,000	0,500	0,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FUSÍVEL	684	1,000	0,500	0,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	GRAXEIRA	683	5,000	2,550	12,75
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	GRAXEIRA	686	1,000	2,920	2,92
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	GRAXEIRA CURVA 1/4	686	1,000	1,660	1,66
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	INTERRUPTOR DE VIDRO ELÉTRICO	706	1,000	28,000	28,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA 2 POLOS 12V/5W	624	2,000	2,450	4,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA MEIA LUZ 12V	685	3,000	2,000	6,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LENTE SINALEIRA	685	1,000	14,690	14,69
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MANGUEIRA	686	1,000	15,000	15,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MANGUEIRA COMBUSTÍVEL INJEÇÃO ELETRONICA	686	1,000	13,500	13,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MANGUEIRA COMBUSTÍVEL NYLON 8MM	780	1,000	10,000	10,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	536	1,000	40,000	40,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	689	1,000	20,000	20,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MÃO DE OBRA	690	1,000	40,000	40,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO 15W-40	535	3,500	20,000	70,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO 15W-40	576	7,000	16,000	112,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO 15W-40	620	5,500	17,900	98,45
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W/30	641	4,300	32,000	137,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO MOTOR 15W 40 - DIESEL TOP TURBO	604	7,000	16,000	112,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO MOTOR 15W 40 - DIESEL TOP TURBO	638	7,000	16,000	112,00

Página: 21/23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO SAE 90	681	1,000	13,5000	13,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PALHETA LIMPADOR	682	1,000	56,8500	56,85
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PALHETA PARA BRISA LADO PASSAGEIRO	641	1,000	59,0000	59,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PALHETA PARA BRIZA LADO MOTORISTA	641	1,000	69,0000	69,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 1/2 X 5 AÇO	685	1,000	3,8800	3,88
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 10MM X 30 AÇO	686	15,000	1,2500	18,75
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 10MM X 70 AÇO	685	16,000	2,0000	32,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 12MM X 30/35	683	2,000	1,2500	2,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 12MM X 30/35	686	2,000	1,7500	3,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 12MM X 50 AÇO	686	1,000	1,5000	1,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 8MM X 50 AÇO	684	2,000	0,6000	1,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 8MM X 50 AÇO	686	4,000	0,6000	2,40
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO 9/16 X 2 AÇO	681	1,000	3,8500	3,85
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 16X130	754	1,000	9,0000	9,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 16X130	760	1,000	9,0000	9,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8MA 16X80	754	1,000	2,7000	2,70
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8MA 8X50	637	2,000	2,1000	4,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8MM 16X100	604	1,000	9,0000	9,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRA	575	1,000	269,0000	269,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRA	683	1,000	152,0000	152,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	575	1,000	179,0000	179,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	581	1,000	168,0000	168,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	604	1,000	168,0000	168,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA	683	2,000	0,4300	0,86
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 16MM 8.8	604	1,000	2,5000	2,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 16MM 8.8	754	1,000	2,5000	2,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 16MM 8.8	760	1,000	2,5000	2,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 8MM	684	1,000	0,1200	0,12
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 9/16	681	1,000	0,6100	0,61
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA COM TRAVA 10MM	685	16,000	0,5000	8,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA COM TRAVA 10MM	686	15,000	0,5000	7,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA COM TRAVA 12MM	686	2,000	0,5600	1,12
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA COM TRAVA 12MM	686	2,000	0,5600	1,12
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA COM TRAVA 8MM	686	4,000	0,2500	1,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA 8MM 5.8	637	2,000	0,8000	1,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA XX11008	681	1,000	16,9000	16,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	QUEBRA DEDO TRATOR - CHAVETA	682	1,000	3,5000	3,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	RELÉ	684	1,000	10,0000	10,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	RETENTOR 01366 BG ARCA (5317)	681	2,000	26,4000	52,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 22/23

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2017**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	RETENTOR 50.00X90.00X10.00 ESP	681	1,000	34,2000	34,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ROLAMENTO	575	1,000	286,0000	286,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ROLAMENTO 608 8X22X7	638	1,000	35,0000	35,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVIÇO DE TORNO	609	1,000	160,0000	160,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVIÇO DE TORNO E FRESA CAVALETE DE FREIO TRASEIRO DIREITO	608	1,000	70,0000	70,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVIÇO DE TORNO PINOS TRASEIRO DIREITO	608	1,000	80,0000	80,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SOLDA ESTANHO	684	1,000	12,0000	12,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SOLENOIDE PRESSÃO	686	1,000	202,5000	202,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SOQUETE LAMPADA PAINEL MBB	685	1,000	3,5200	3,52
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SUPORTE DESCARGA	605	1,000	20,0000	20,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TERMINAL DE ENCAIXE COM TRAVA	706	1,000	0,5000	0,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TERMINAL FIO OLHAL 3/16	686	1,000	0,2200	0,22
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TERMINAL FIO OLHAL 5/16 - LATA	684	1,000	0,7000	0,70
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	863	180,0000	13,8900	2.500,20
RONALDO LUIZ LUNEDO MEI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE INSTRUCTOR DE AULAS DE DANÇA GAUCHESCA, COM A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA COM APRESENTAÇÕES EM FESTIVAIS OU SEMANA FARROUPILHA NA REGIÃO, DESENVOLVENDO A ATIVIDADE DE DANÇA DE MANEIRA CRIATIVA DE MODO A PROPICIAR A INTERAÇÃO ENTRE O PÚBLICO DE VÁRIAS IDADES DESDE O INFANTIL ATÉ O JUVENIL E ADULTO, COM A CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 05 HORAS.	847	9,000	1,080,0000	9.720,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	CONFEÇÃO DE CRACHÁS PERSONALIZADOS FRENTE E VERSO	783	3,000	30,0000	90,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	PLACA DE SINALIZAÇÃO (LOMBADA) 60X60CM REFLETIVAS COM POSTE DE 3M, GALVANIZADO.	831	6,000	165,0000	990,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	PLACA INDICATIVA (60METROS) LOMBADA	831	6,000	165,0000	990,00
ROSEMARY CARLESSO HOLLAS - MEI	DMULGAÇÃO DE SOM DE RUA	632	2,000	20,0000	40,00
SCHAEFER IMPRESSOS LTDA	CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA.	753	100,0000	3,6000	360,00
SCHAEFER IMPRESSOS LTDA	CONVITE - FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA.	753	2,500,0000	0,3250	812,50
TEKSUPPLY COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTI	TECIDO LAMINADO 2550 TPL 28 PRETO/PRATA GR 190GMF	640	15,390	4,7999	73,87
UNIFORMES PROFISSIONAIS LIDER LTDA	CALÇA BRIM USO PROFISSIONAL MASCULINO	648	32,0000	40,0000	1.280,00
UNIFORMES PROFISSIONAIS LIDER LTDA	CALÇA USO PROFISSIONAL 100% POLIESTER	648	4,000	35,0000	140,00
UNIFORMES PROFISSIONAIS LIDER LTDA	CAMISETA MALHA PV MASCULINA MANGA CURTA	648	36,0000	25,8000	928,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2017

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 23/23

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VERA LÚCIA STRAPAZZON	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE AULAS DE DANÇA LIVRE COM CRIAÇÕES DE COREOGRAFIAS RELACIONADAS NA ÁREA COM A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA COM APRESENTAÇÕES EM FESTIVAIS, DESENVOLVENDO A ATIVIDADE DE DANÇA DE MANEIRA CRIATIVA DE MODO A PROPICIAR A INTERAÇÃO ENTRE O PÚBLICO DE VÁRIAS IDADES DESDE O INFANTIL ATÉ O JUVENIL E ADULTO, COM A CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 10 HORAS.	843	9,000	1,490,0000	13,410,00
WALDEMIRO STEFEN - ME	BLOCOS LÓGICOS	668	1,000	194,0000	194,00
WALDEMIRO STEFEN - ME	DADOS DE ALFABETO	668	1,000	82,0000	82,00
WALDEMIRO STEFEN - ME	DADOS DE NÚMEROS E SINAIS	668	1,000	82,0000	82,00
WALDEMIRO STEFEN - ME	JOGO DE CONTATOS	668	1,000	299,0000	299,00
WALDEMIRO STEFEN - ME	PALCO PARA FANTOCHES EM BAGUM	668	1,000	139,0000	139,00
WALDEMIRO STEFEN - ME	QUEBRA-CABEÇA DE MÓDULOS	668	1,000	195,0000	195,00
WALDEMIRO STEFEN - ME	TAPETE COM ISOMANTA 200 X 120	668	1,000	223,2000	223,20
WALDEMIRO STEFEN - ME	TAPETE DE ALFABETO	668	1,000	323,0000	323,00
Total Geral do Mês —>					244.964,68

Siderópolis

PREFEITURA

35/2017 TP AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº 35/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PMS Nº03/2017

1. Objeto: Contratação de empresa especializada (agência) para prestação de serviços publicitários.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 12.232/10 e Lei nº 8.666/93.
3. Tipo: Melhor Técnica e Preço
4. Data da sessão pública: 15/05/2017 às 09h00min (horário de Brasília).
5. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
6. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos a esta licitação, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.
7. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 11 de abril de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 067/2017

DECRETO Nº 067 DE 30 MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 001/2013 e 001/2014 e 002/2014 e 001/2015 e 002/2015.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o resultado da avaliação dos servidores em Estágio Probatório, aprovados em Concurso Público Nº 001/2013 e 001/2014 e 002/2014 realizada pela Comissão designada pelo Portaria Municipal nº038, de 06 de fevereiro de 2017, confirmando a permanência dos servidores no serviço público municipal, conforme boletim de avaliação:

2ª Avaliação		
Servidor	Cargo	Pontos
Andressa Vial Provenci	Auxiliar Administrativo	90 %
Daniela Senhor	Psicóloga 20 horas	92 %
3ª Avaliação		
Servidor	Cargo	Pontos
Luciano A. Bodanese	Medico Veterinario	89,6
Edir Vivan	Operador de Maquinas	90 %
Claudiomir Valmorbida	Operador de Maquinas	84 %
Fernando F. da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	88 %
João Luiz Martins	Operador de Maquinas	90 %
Marcos W. Rodrigues	Agente C. de Saúde	85 %
Fabio R Dal Santo	Operador de Maquinas	91 %
Luciano Ferrari	Motrista Veiculos da Saúde	90 %
Adriano Day	Auxiliar de Serviços Gerais	77 %
Terezinha Laueremann	Vigilante Sanitario	91 %
4ª Avaliação		
Servidor	Cargo	Pontos
Vanderlei Antonio Cremonini	Mecânico	89 %
Francieli Hollas	Enfermeiro(a)	94 %
Katia Vanessa Mieres	Agente Comunit. de Saúde	91 %
Lucimar Spegiorim	Operador de Máquinas	83 %
5ª Avaliação		
Servidor	Cargo	Pontos
Tiago Martins	Auxiliar de Serviços Gerais	90 %
Odimar Caprini	Mot. de Veiculos da Saúde	Licença Ativ. Política
Silvana Filipini	Auxiliar de Serviços Gerais	90 %
6ª Avaliação		
Servidor	Cargo	Pontos
Leoni Salete de Mattos Gorchzeski	Auxiliar de Serviços Gerais	91 %
Lenita Terezinha Pigato Bolsoni	Agente Comunitário de Saúde	92 %
Cleini Marisa Roos Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	Licença Maternidade
Maria Cleci de Moura Dal Santo	Auxiliar de Serviços Gerais	Licença Maternidade

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 30 de março de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 071/2017

DECRETO Nº 071 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECLARA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada estável a Servidora Pública Municipal aprovada no Concurso Público LEONI SALETE DE MATTOS GORCZESKI, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de estágio probatório pelo cumprimento do disposto no artigo 20 da Lei Municipal nº 384 de 01 de junho de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de março de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 072/2017

DECRETO Nº 072 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECLARA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada estável a Servidora Pública Municipal aprovada no Concurso Público LENITA SALETE PIGATO BOLSONI, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de estágio probatório pelo cumprimento do disposto no artigo 20 da Lei Municipal nº 384 de 01 de junho de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de março de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 086/2017

DECRETO Nº 086 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE 11 (ONZE DIAS) DE FOLGA, A COMEÇAR EM 11 DE ABRIL DE 2017 ATÉ 21 DE ABRIL DE 2017, PELO BANCO DE HORAS AO SERVIDOR LUCIANO FERRARI, NA FORMA DO ART. 58, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 384/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CONSIDERANDO, que o Servidor constitui o direito de 11 dias (oitenta e oito horas);

CONSIDERANDO, que o município de Sul Brasil, estava com servidor da saúde em férias;

CONSIDERANDO, que o art. 58, parágrafo único da Lei 384/2001, permite a transformação dos dias das horas excedentes em dias de folga;

CONSIDERANDO, que a transformação das horas em crédito permitem 11 dias de folga. Pois, considerando que mês de trabalho corresponde a 200 horas semanais, assiste razão em conceder ao Servidor folga do dia 11 de abril de 2017 até dia 21 de abril de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal, em especial Lei 384/2001, art. 58, parágrafo único.

DECRETA

Art. 1º Fica concedido 11 dias de folga ao servidor LUCIANO FERRARI, em razão das horas excedentes prestadas;

Art. 2º Fica determinado que a folga comece em 11 de abril de 2017 até 21 de abril de 2017;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de abril de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito de Sul Brasil

Registrado e publicado em data supra:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

PREGÃO PRESENCIAL 029/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 034/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2017

Tipo: Pregão Presencial

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE GINECOLOGISTA E OBSTETRA

Entrega dos envelopes: 13:45 horas do dia 28 de abril de 2017

Abertura dos envelopes: 14:00 horas do dia 28 de abril de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 12 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº.30/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 035/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2017

Tipo: Pregão Presencial

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR(A) DE DANÇA E PATINAÇÃO.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 28 de abril de 2017

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 28 de abril de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 12 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO Nº 037

DECRETO Nº. 037/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.
INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, NOMEIA SEUS INTEGRANTES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art.1º Fica instituída Comissão Permanente de Planejamento Municipal destinada a discutir e avaliar metas, programas e ações a serem contemplados nos instrumentos de Planejamento, bem como assim avaliar os resultados obtidos sob o aspecto físico, financeiro e orçamentário.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Planejamento Municipal fica responsável pela elaboração e realização de Audiências Públicas para discussão dos instrumentos de planejamento e avaliação de metas.

Art. 2º A Comissão ora instituída fica vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

Art. 3º Ficam nomeados para integrar a Comissão Permanente de Planejamento Municipal os servidores:

- 1) DANIELA LAPAZZINI
- 2) CLEITON SOETHE
- 3) CLEISE HONAISSER
- 4) SOLANGE MARGARETE TESKE
- 5) MARCIA DE OLIVEIRA
- 6) DEYSE KATIA FERREIRA PASQUALOTTO
- 7) FRANCISCO FERRARI
- 8) SALETE TERESINHA SAUSEN
- 9) ALDERI PAULO SCHAFFER
- 10) LILIAN SANTIN

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/Santa Catarina, 11 de abril de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

DECRETO Nº 038

DECRETO Nº. 038/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.
INSTITUIR E NOMEAR A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS”

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica instituída a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de TIGRINHOS/SC, conforme a Lei n.º 796/2015 de 11/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2.º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) MARIZETE MARAFON GANZER
- b) MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

- a) LUCIANE PISSATTO
- b) CLEITON SOETHE

III – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) MARAISA DE VARGAS
- b) CARLA CRISTIANY DA ROSA

IV – Representantes do Fórum Municipal de Educação:

- a) CLEIDE FELTES DEBASTIANI
- b) LUIZ HENRIQUE MIORANDO

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/Santa Catarina, 11 de abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

DECRETO Nº 039

DECRETO Nº. 039/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

“Nomear a comissão coordenadora de monitoramento e avaliação do plano municipal de educação – PME, do município de Tigrinhos/SC”

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeados os seguintes membros da comissão coordenadora de monitoramento e avaliação do plano municipal de educação – PME, do município de Tigrinhos/SC

I – Representante da Rede Estadual de Ensino:

CLEIDE FELTES DEBASTIANI

II – Representante do Poder Executivo Municipal:

LUCIANE PISSATTO

III – Representante do Poder Legislativo:

DEJALMA SANTOS MIORANDO

IV – Representante dos Professores:

JACINTA ARTEMIZIA GOTARDO

CLAUDIA RODRIGUES

V- Representante da Secretaria Municipal de Educação:

MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA

IARA GOHKLE

Art. 2.º A comissão terá como atribuição monitorar e avaliar o PME do Município de Tigrinhos, durante sua vigência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/Santa Catarina, 11 de abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 028-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE LEILÃO Nº. 001/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 028/2017.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, com objetivo de alienação dos seguintes bens Móveis: UM TRATOR DE PNEU 4X4, COM MOTOR VALTRA DE 04 CILINDROS, TURBO, 88CV, COMANDO DUPLO, ANO 2008, SERIE Nº. BL88219488. Fica determinado o dia 03/05/2017, às 09hs00min no auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos para o recebimento dos envelopes de propostas e habilitação. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou no site WWW.tigrinhos.sc.gov.br

Tigrinhos (SC) 11 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 865/2017

LEI MUNICIPAL Nº 865/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL COM INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 65.126,94 (sessenta e cinco mil cento e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), destinados a INSERIR nova modalidade de aplicação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.363.1005.2.127 – Auxílio Financeiro a Estudantes do Ensino Técnico Profissional

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.364.1005.2.128 – Auxílio Financeiro a Acadêmicos do Município

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 55.126,94

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 65.126,94

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 65.126,94 (sessenta e cinco mil cento e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos) previstos no artigo 1º desta Lei, ficam utilizados parte dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.363.1005.2.127 – Auxílio Financeiro a Estudantes do Ensino Técnico Profissional

Modalidade: 3.3.50.0000 – Transf.Inst.Privadas Sem Fins Luc (51) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.364.1005.2.128 – Auxílio Financeiro a Acadêmicos do Município

Modalidade: 3.3.50.0000 – Transf.Inst.Privadas Sem Fins Luc (52) R\$ 55.126,94

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 65.126,94

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 11 de abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1231/2017

DECRETO Nº 1231, 12 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação

Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2669/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada em R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) a dotação orçamentária que segue:

04 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

04.03 – Divisão de Transporte e Serviços Públicos

2678200842.015 - Manutenção e Funcionamento da S.O.T.S.P

3.3.90.00 (72) Aplicação DiretaR\$ 370.000,00

Art. 2º - As Suplementações referidas no artigo anterior correrá por conta da anulação das dotações conforme segue :

04 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

04.03 – Divisão de Transporte e Serviços Públicos

2678200842.015 - Manutenção e Funcionamento da S.O.T.S.P

3.1.90.00 (70) Aplicação DiretaR\$ 220.000,00

3.1.91.00 (71) Aplicação DiretaR\$ 150.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas(SC), 12 de abril de 2017.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 055/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17 PP Nº 023/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 055/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: E. L WESTPHAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA - ME

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA O MUNICÍPIO - DITRAN, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 7.880,00 (Sete mil oitocentos e oitenta reais).

TIJUCAS/SC, 07 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 056/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17 PP Nº 023/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 056/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: GP SINALIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA O MUNICÍPIO - DITRAN, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 16.873,00 (Dezesseis mil oitocentos e setenta e três reais).

TIJUCAS/SC, 07 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 057/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17 PP Nº 023/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 057/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: MM SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO VIÁRIA EIRELI - ME

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA O MUNICÍPIO - DITRAN, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 28.625,00 (Vinte e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais).

TIJUCAS/SC, 07 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 058/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17 PP Nº 023/PMT/17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 058/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA O MUNICÍPIO - DITRAN, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 2.453,00 (Dois mil quatrocentos e cinquenta e três reais).

TIJUCAS/SC, 07 DE ABRIL DE 2017.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FMDR/2017 -
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/FMDR/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 004/FMDR/2017

Dispensa de Licitação nº 002/FMDR/17

Objeto: Aquisição de Material para Divulgação de Eventos e Capa para Encadernar Notas de Produtores Rurais, pela Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Município de Tijucas - SC. Contratado: POSTIMIX SERVIÇOS EDITORIAIS EIRELI - EPP.

Valor: R\$. 1.610,00 (Um mil, seiscentos e dez reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável Nº 112/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMAS/2017 -
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMAS/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ nº 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 005/FMAS/2017

Dispensa de Licitação nº 001/FMAS/17

Objeto: Aquisição de Um Freezer para o Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Tijucas – SC.

Contratado: COMERCIAL STORINNY LTDA EPP.

Valor: R\$: 1.869,00 (Um mil, oitocentos e sessenta e nove reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Parecer Jurídico Favorável nº 110/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/FMS/2017 -
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/FMS/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ nº 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 020/FMS/2017

Dispensa de Licitação nº 007/FMS/17

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Corretiva nos Consultórios Odontológicos do Fundo Municipal de Saúde de Tijucas - SC.

Contratado: GERLI ADRIANE CORDOVA ME.

Valor: R\$: 7.256,00 (Sete mil, duzentos e cinquenta e seis centavos).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Parecer Jurídico Favorável nº 109/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/FMS/2017 -
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/FMS/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ nº 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 021/FMS/2017

Dispensa de Licitação nº 008/FMS/17

Objeto: Locação de Imóvel para Abrigar as Equipes do Programa Estratégica da Saúde da Família e Saúde Bucal do Fundo Municipal de Saúde do Município de Tijucas - SC.

Contratado: JBG CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Valor: R\$: 49.500,00 (Quarenta e nove mil e quinhentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, X e Art. 62, § 3º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Parecer Jurídico Favorável nº 111/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/PMT/2017 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 035/PMT/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/PMT/2017

Objeto: Contratação de Empresa para Manutenção de Equipamento de Informática do Corpo de Bombeiros convênio 004/2014, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 28 de abril de 2017, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/PMT/2017 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 035/PMT/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/PMT/2017

Objeto: Contratação de Empresa para Manutenção de Equipamento de Informática do Corpo de Bombeiros convênio 004/2014, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 28 de abril de 2017, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/PMT/2017 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 036/PMT/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/PMT/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/PMT/2017

Objeto: Contratação de Empresa para Manutenção de Ar Condicionado do Corpo de Bombeiros convênio 004/2014, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 28 de abril de 2017, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 104/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL FMS

DECRETO Nº 104, DE 11 de abril DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL EXERCÍCIO 2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.829/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01- Fundo Municipal de Saúde

2021- Manutenção das Ações Básicas de Saúde

51-4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

06.01- Fundo Municipal de Saúde

2021- Manutenção das Ações Básicas de Saúde

14-3.3.71.00.00.00.00.0101 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de Abril de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

LEI 1.829/2017; INSERE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL FMS

LEI Nº 1.829, DE 11 de abril DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO À INSERIR DESPESA, FONTE DE RECURSOS E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou o presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado à inserir na Unidade Orçamentária e Projeto Atividade abaixo a Despesa e a Fonte de Recursos que passam à integrar o Orçamento 2017 do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul:

Órgão 06; Fundo Municipal de Saúde

Unidade 01; Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade 2021; Manutenção das Ações Básicas de Saúde

51-4.4.90.00.00.00.00.0101; Aplicações Diretas

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado à abrir crédito adicional

especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01- Fundo Municipal de Saúde

2021- Manutenção das Ações Básicas de Saúde

51-4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo descrita:

06.01- Fundo Municipal de Saúde

2021- Manutenção das Ações Básicas de Saúde

14-3.3.71.00.00.00.00.0101 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de Abril de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.828/2017; INCLUI TRECHO DE ESTRADA NO PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

LEI Nº 1.828, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

INCLUI TRECHO DE ESTRADA NO PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º- Fica incluído no Plano Rodoviário do Município de Timbé do Sul, o trecho de estrada que inicia na rodovia BR 285, na localidade de Rocinha, passando por terras de Reginaldo Borges, Enor Rocha até a sede Social da TSCVL (Timbé do Sul Clube de Voo Livre), com extensão de aproximadamente 300 metros, passando a denominar-se pela sigla TBS – 409.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, em 10 de Abril de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 47/2017; CONCEDE FÉRIAS À CONSELHEIRO TUTELAR

PORTARIA Nº. 47, DE 11 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS À CONSELHEIRO TUTELAR

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das suas atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido a Conselheira Tutelar Oiara Tramontin Felisberto, matrícula nº 3118, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 13/04/2017 à 12/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 10 de Abril de 2017.
ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO N.º 05 2017 PMT - LAJETUBOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 005/2017 – PMT/OBRAS

Às quinze horas, do sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezessete, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ - SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de Janeiro de 2017, para julgamento do Credenciamento do Processo Licitatório nº 005/2017 – PMT/OBRAS.

Analisada a documentação de habilitação da Empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP verificou-se que a referida Empresa não entregou o documento do item 4.2.4 – d) Certidão do Poder Judiciário informando a quantidade de distribuidores existentes no município sede da proponente.

Da análise contábil, realizada pela Contadora Sra. Carla Moser verificou-se que Empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP não atendeu todos os requisitos do edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliada às análises contábil e técnica e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela inabilitação da empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP, interessada no credenciamento para prestação de serviços de pavimentação das vias públicas, por sistema de mutirão, através do tipo de pavimentação paver (tijolo em concreto) por não apresentar o documento do item 4.2.4 – d), e, não atender todos os requisitos do edital na análise contábil.

No entanto, nos termos do item 5.2.2.1 do Edital, poderão os proponentes inabilitados, notificados que, querendo, no prazo de 08 (oito) dias úteis, providenciem os documentos escoimados dos vícios que geraram sua inabilitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 2013.03 - 03 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2013/03 - 03 FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante ADRIANA DA SILVA PORTO, CPF nº. 611.943.529-87, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 20/04/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 23, DE 03 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 23, DE 03 DE ABRIL DE 2017

Revoga a Portaria TIMBOPREV nº 188, de 22 de setembro de 2016, que autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria do Servidor Público Municipal Osni Machado.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e,

Considerando o requerimento de Desaverbação do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, intentada pelo Servidor público Municipal Osni Machado,

RESOLVE:

Art.1º REVOGAR a Portaria TIMBOPREV Nº 188, de 22 de setembro de 2016, que autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria do Servidor público Municipal Osni Machado, conforme Processo TIMBOPREV 60/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 24, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA TIMBOPREV Nº 24, DE 03 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Vilma Reichert da Cunha.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR VILMA REICHERT DA CUNHA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-21, matrícula nº 20699-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00017/14-4, expedida em 26/10/2016, computando-se 3672 (três mil, seiscentos e setenta e dois) dias, ou seja, 10 (dez) anos e 22 (vinte e dois) dias, conforme processo TIMBOPREV 21/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.656 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 4.656 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE LAURA MARIA MORO NISONKA E ANGELO JUNIOR NISONKA, SITUADO NO LOTEAMENTO DONA LEOPOLDINA, TRÊS BARRAS – SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Tendo em vista os erros materiais contidos no Decreto 4.613 de 12 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Laura Maria Moro Nisonka e Ângelo Junior Nisonka, localizado no Loteamento Dona Leopoldina, Lote nº 160, Quadra nº 18, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 13.075 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote Nº 160 – A, com a seguinte descrição: Para quem olha da Rua Osvaldo Segundo de Oliveira; fazendo frente para a Rua Osvaldo Segundo de Oliveira, na extensão de 26,00 metros; pelos fundos com o lote nº 159, na extensão de 26,00 metros; pelo lado direito com o lote nº 160-B, na extensão de 20,00 metros e pelo lado esquerdo com a Rua Amandus Mulmann, na extensão de 20,00 metros lineares, encerrando uma área de 520,00 m² (quinhentos e vinte metros quadrados).

II – Lote Nº 160 - B, com a seguinte descrição: Para quem olha da Rua Osvaldo Segundo de Oliveira; fazendo frente para a Rua Osvaldo Segundo de Oliveira, na extensão de 14,00 metros; pelos fundos com o lote nº 159, na extensão de 14,00 metros; pelo lado direito com o lote nº 146, na extensão de 20,00 metros e pelo lado esquerdo com o lote nº 160 – A, na extensão de 20,00 metros, encerrando uma área de 280,00 m² (duzentos e oitenta metros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 4.613 de 12 de agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de março de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Decreto foi registrado e publicado no diário oficial dos municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
ADVOGADO

EXTRATO DO CONVÊNIO FMS Nº 02/2017

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2017

Vigência: 01/02/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Fundação Hospitalar de Três Barras - SC - CNPJ nº 83.627.596/0001.81.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços médicos, por equipe médica própria da CONVENIADA, em plantão de 24 horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, na unidade de PRONTO SOCORRO do MUNICÍPIO, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS.

Valor Total: R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO DO CONVÊNIO FMS Nº 03/2017

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 03/2017

Vigência: 01/02/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Fundação Hospitalar de Três Barras - SC - CNPJ nº 83.627.596/0001.81.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços médicos, por equipe médica própria da CONVENIADA, em plantão de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MATERNIDADE, com oferta de profissionais habilitados, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS.

Valor Total: R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 11 de abril de 2017.

EXTRATO DO CONVÊNIO FMS Nº 04/2017

EXTRATO DO CONVÊNIO / CONTRATUALIZAÇÃO Nº 04/2017.

Vigência: 01/02/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: Fundação Hospitalar de Três Barras - SC - CNPJ nº 83.627.596/0001.81.

Objeto: O custeio e manutenção da entidade FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS especializados na área de assistência à saúde, para atendimento de urgência e emergência, internações hospitalares e atendimento ambulatorial, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos, procedimentos de alta complexidade, internação hospitalar, leitos hospitalar de retaguarda e cirurgias eletivas e atendimento Obstetrícia/Pediatria (Maternidade) ao preço definido na tabela, para atendimento a população do município de Três Barras – SC.

Valor Total: R\$ 3.012.982,06 (três milhões e doze mil e novecentos e oitenta e dois reais e seis centavos).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 11 de abril de 2017.

PORTARIA Nº. 87 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº. 87 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a carga horária de DIRCE DOS ANJOS, matrícula 8478-12, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 06 de março de 2017.

Art. 2º. A alteração da carga horária terá validade durante o ano de 2017.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de março de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

ADVOGADO

PORTARIA Nº. 88 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº. 88 DE 06 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, MATHEUS LUIS CHAGAS, matrícula 651931-1, para exercer as funções no cargo de ASSESSOR PC08, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

ADVOGADO

PORTARIA Nº. 89 DE 06 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº. 89 DE 06 DE ABRIL DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ESTER ROSANGELA PIRES, matrícula 194646-0, cargo de Enfermeira, 180 (cento e vinte) dias de licença maternidade. A contar o atestado de 08 de março de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

ADVOGADO

PORTARIA Nº. 90 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº. 90 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora MARCILENE JUSSARA PIRES, matrícula 173860.01 cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, 40 hrs, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda; 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 14/03/2017. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Três Barras, 07 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

ADVOGADO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 42/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Leilão nº 42/2017

Objeto: O objeto do presente edital consiste na Alienação de veículos de propriedade do Município de Treze Tílias, conforme especificações e valor mínimo unitário constantes no anexo I do presente edital.

O Leilão será realizado no dia 27 de abril de 2017 e terá início às 09h:00min na Sede da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 43/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 43/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de caminhão distribuidor de dejetos líquidos, com capacidade mínima de 15.000 litros, a vácuo traçado, para atender ao Projeto de Distribuição de Esterco Líquido, realizado pela Secretaria de Agricultura do Município de Treze Tílias, com as especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 26/04/17, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PP 40/2017

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PP 40/2017

Por conveniência da Administração Pública e de acordo com o Parecer Jurídico em anexo, nos termos da lei 8666/93, o Município de Treze Tílias torna público o CANCELAMENTO do Pregão Presencial nº 40/2017, com o seguinte objeto: A presente licitação tem por objeto a Exploração da Comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas ao público em geral, nos dias 21, 22 e 23 de abril, na área denominada arena de shows, durante a realização dos mesmos, nas dependências do Centro de Eventos, localizado na SC 465, durante a realização da V EXPOTÍLIAS..

Treze Tílias 11 de Abril de 2017
MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA Nº 102/2017

PORTARIA Nº 102/17 DE 11 DE ABRIL DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR à pedido, no dia 31 de março de 2017, a Sra. PATRÍCIA PESSOA, CPF nº 094.214.109-12, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme portaria de nomeação nº 130/16 de 05 de setembro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 31 de março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE ABRIL DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças.

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 033/17

DECRETO 033/17 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o superior interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal do Planejamento Urbano, Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo, Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, cumprirão expediente de trabalho compreendido entre 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, cumprirão expediente de trabalho compreendido entre 07h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência a partir de 17 de abril de 2017, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de abril de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 241/17

PORTARIA 241/17 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. DELÍRIO VICENTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, a concessão de 02 (dois) meses de licença prêmio por assiduidade, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/2012 a 01/02/2017, a partir de 08 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2017, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de abril de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 242/17

PORTARIA 242/17 DE 07 DE ABRIL DE 2017.

RETIFICA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO 005/2017 DE 18 DE JANEIRO DE 2017, QUE ESTABELECE NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DE TELEFONES CELULARES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Retifica o anexo único do Decreto 005/2017 de 18 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

NÚMERO DO APARELHO	NOME DO SERVIDOR	LIMITE
991078061	Geovana Gessner	Livre
991124523	Erico Barchfeld	R\$ 150,00
988948757	Zulnei Luchtenberg	R\$ 80,00
988529120	Celso Marcelino	R\$ 80,00
991312171	Geziel Balcker	R\$ 150,00
988724746	Recepção Administração	Livre
988688983	Francisco de Carvalho	R\$ 80,00
991084211	Gilmar Maciel dos Santos	R\$ 150,00
989001320	Vilson Wespthal	R\$ 100,00
988514782	Conselho Tutelar	R\$ 100,00
988808232	Catia Regina Marangoni Geremias	R\$ 150,00
991113012	Secretaria da Educação e do Esporte	Livre
988514962	Elienai da Silva	R\$ 80,00
991117457	Gerson de Souza	R\$ 50,00
991125019	Vagner Luiz Deitos	R\$ 50,00
991161474	Joacir Fernandes	R\$ 50,00
989035771	Tania Bini Azevedo Waltrick	R\$ 200,00
991115562	Fabio Machado	R\$ 50,00
991140523	Patricia Aparecida Cândido	R\$ 80,00
988093247	Plantão Ambulância	Livre
988449384	Flavio Antonio Gonçalves	R\$ 50,00
988727673	Aldo Correa	R\$ 50,00
988283384	Alecio Jung	R\$ 80,00
988093251	ESF 1	R\$ 50,00
991136314	ESF 2	R\$ 50,00
988881997	Bombeiros	Livre
988400215	Bombeiros	Livre
988430390	Bombeiros	Livre

988916975	Bombeiros	Livre
988305447	Bombeiros	Livre

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de abril de 2017.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 10/2017

O Município de Trombudo Central, neste ato representado pela Prefeita Municipal Srª. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 10/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando a Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de desenvolvimento de programa de controle de obesidade tendo como objetivo geral oferecer aos participantes estratégias efetivas para um estilo de vida saudável, e objetivos específicos, manter os participantes motivados na busca de uma alimentação saudável. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 28 de abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 12 de abril de 2017
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº.: 60/2017

Aviso de retificação Processo de Compra Nº.: 60/2017

Concorrência Pública nº. 03/2017

Comunica Errata no EXTRATO publicado no dia 03/04/2017

Onde se lê: Entrega das propostas até às 14h do dia 04 de maio de 2017

Leia –se: Entrega das propostas até às 14h, do dia 15 de maio de 2017.

“Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 14/04/2017

Renato Paulata

Prefeito Municipal

COMO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2017

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017, referente ao Processo administrativo nº 42/2017 que tem por objeto a

Edital de Concorrência Pública para contratação de empresa, mediante regime de concessão, para prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros do Município de Tunápolis. Ressalta-se que a data de abertura do dia 14h, do dia 10 de abril de 2017 não houve nenhum interessado, motivo pelo qual a Comissão de Licitação declara DESERTA.

CONTRATO Nº 19/2017

CONTRATO Nº 19/2017

O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. CLARICE WEIS STAUB, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Pessoa, 134, 1º andar, Centro, em Cidade Criciúma/SC-, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, pactuam o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial n.º 40/2017.

O presente contrato o qual rege-se pelo fundamento legal preconizado pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, e demais documentos que integram o processo, têm entre si como justo e contratado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, bem como, a implantação, o treinamento, e serviços técnicos conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital e integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem.

Parágrafo Segundo. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS E METAS

Os serviços prestados a serem desenvolvidos pela CONTRATADA visam os seguintes objetivos e metas, dentre outros inerentes ao objeto contratado:

- Promover integração de sistemas utilizados pelos diversos departamentos e setores da Administração Pública proporcionando confiabilidade, agilidade e rapidez durante os procedimentos.
- A utilização de sistemas de gestão pública como ferramenta auxiliar no processo de tomada de decisão e no aperfeiçoamento das atividades operacionais do Município, estando diretamente relacionada à eficiência no processo de desenvolvimento do mesmo.
- Voltar o atendimento aos interesses coletivos e grupais, devendo estar organizadas para atingirem os objetivos a que se propõem. Alinhando as realidades internas e externas das Instituições, o que se requer atitudes contínuas de evolução e readaptação.
- Tornar os dados coletados úteis para fins de análises, relacionamentos e interpretações, Tornando o dado trabalhado efetivo na tomada de decisão.
- Neste contexto, temos que os Sistemas de Gestão pública apresentam-se como um método formal de se tornar disponíveis para a Administração pública as informações precisas e necessárias, facilitando o processo de tomada de decisão, criando condições para que as funções

de controle, planejamento e operações da organização sejam executadas eficazmente. Todo esse sistema deve considerar os objetivos da organização como forma de otimizar a função e a qualidade da informação gerada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (10) do Fundo Municipal da Saúde do ano de 2017.

Parágrafo Primeiro. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório n.º 50/2017 realizado na modalidade Pregão Presencial nº 40/2017, o que lhe deu causa, exigindo-se para sua execução, rigorosamente obediência ao instrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da data de publicação do seu extrato.

Parágrafo Primeiro. Nos termos do previsto no inciso IV, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, o prazo de vigência deste Contrato, quanto aos serviços de licenciamento, manutenção corretiva, preventiva e adaptativa, incluindo-se atualização de versões, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos e desde que permaneçam favoráveis ao Município as condições contratuais e os valores pactuados.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA poderá bloquear os sistemas contratados para alterações na base de dados somente após o transcurso do limite de prazo de vigência legal, sendo garantida à CONTRATANTE a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida em formato "txt" ou "csv".

Parágrafo Terceiro. A CONTRATANTE deverá manifestar o desejo de prorrogar este contrato no mínimo 30 (trinta) dias antes de seu vencimento.

Parágrafo Quarto. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento e seus aditivos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Iniciando e vencendo os prazos somente em dia de expediente nesta entidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Município, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas, para melhor adequação das finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. A alteração de quaisquer disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele. Com exceção das alterações provenientes de reajustamento contratual previsto no § 5º da Cláusula 7ª, as quais poderão, sem obstáculos, serem executadas através de simples Apostila nos termos do artigo 65, §8º, da Lei de Regência.

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES

O preço mensal para o presente ajuste será determinado conforme demanda da CONTRATANTE, conforme os valores estabelecidos nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro. O valor total do Contrato é de R\$ 22.260,00 (vinte dois mil duzentos e sessenta reais), conforme proposta da CONTRATADA apresentada no procedimento licitatório e a seguir discriminada.

a) LICENCIAMENTO MENSAL DOS SISTEMAS: Fundo Municipal da Saúde Tunápolis

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	2	405,00	4.860,00
2.	12	Mês	Tesouraria Pública	2	190,00	2.280,00
3.	12	Mês	Compras e Licitações	2	185,00	2.220,00
					TOTAL R\$	9.360,00

b) CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DO FUNDO

ITEM	QTDE	un	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	1	Serv.	Serviços de conversão, implantação e treinamento	17.500,00	17.500,00
2.	xx	KM	Assistência técnica na sede da entidade (hora técnica)	80,00	8.800,00

3.	xxx	Diária	Deslocamento para Assistência técnica na sede da entidade (quilometro rodado)	0,80	640,00
4.	xxx	Diária	Hospedagem e Alimentação para Assistência técnica na sede da entidade (diária)	151,00	755,00
			VALOR TOTAL R\$		27.695,00

Parágrafo Segundo. Nos valores referidos nesta Cláusula estão computadas todas as despesas com obrigações sociais e de proteção aos prestadores de serviço, bem como todas as despesas necessárias para a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro. Os pagamentos do licenciamento dos sistemas serão efetuados mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da fatura ou nota fiscal, acompanhada de boleto bancário. Para o caso de faturas ou notas fiscais incorretas, a entidade terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para pagamento após a entrega da nova fatura ou nota fiscal.

Parágrafo Segundo. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos da conversão, implantação e treinamento serão efetuados em parcela única com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal ou fatura devidamente liquidada pelo setor responsável. Para o caso de faturas ou notas fiscais incorretas, a entidade terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para pagamento após a entrega da nova fatura ou nota fiscal.

Parágrafo Quarto. Os pagamentos dos serviços de Assistência Técnica serão efetuados individualmente, com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal devidamente liquidada pelo setor responsável. Para o caso de faturas ou notas fiscais incorretas, a entidade terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para pagamento após a entrega da nova fatura ou nota fiscal.

Parágrafo Sexto. Em havendo continuidade contratual, fica estipulado que o valor global será automaticamente reajustado pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), independentemente de termo aditivo contratual, apurado nos doze meses contados a partir da data limite para apresentação das Propostas de Preços/Orçamentos conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001. Podendo ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Sétimo. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir do dia do prazo limite de 12 meses estabelecido por Lei.

Parágrafo Oitavo. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação. A devolução de fatura não aprovada pela CONTRATANTE não servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

Parágrafo Nono. Em caso de atraso nos pagamentos, incidirá exclusivamente correção monetária, com base no índice indicado no Parágrafo Quinto supra, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die" em relação ao atraso verificado.

Parágrafo Décimo. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

CLÁUSULA OITAVA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas contratados, que concede a CONTRATANTE o direito de uso das licenças dos sistemas, objeto deste contrato, para uso temporário e não exclusivo nos termos do disposto no presente contrato.

Parágrafo Primeiro. É estritamente vedado a CONTRATANTE realizar o sublicenciamento, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

Parágrafo Segundo. Os sistemas que por exigência ou conveniência administrativa, estiverem ambiente web deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá ao CONTRATANTE efetuar os pagamentos decorrentes do licenciamento dos sistemas objeto deste contrato no prazo avençado.

Parágrafo Primeiro. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

Parágrafo Segundo. Manter, na operacionalização dos sistemas, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

Parágrafo Quarto. Manter elevado padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as diariamente.

Parágrafo Quinto. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer

as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente

contrato.

Parágrafo Sexto. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos sistemas.

Parágrafo Sétimo. Parametrizar o sistema, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo do(s) sistema(s) quando necessário.

Parágrafo Oitavo. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

Parágrafo Nono. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

Parágrafo Décimo. Alocar pessoal qualificado para participação nas reuniões e acompanhamento dos trabalhos.

Parágrafo Décimo Primeiro. Disponibilizar sala, equipamentos, acesso à internet e rede interna que atenda aos requisitos de acesso ao sistema a ser fornecido para execução da Assistência técnica, Treinamentos e eventuais reuniões, palestras, seminários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA configurar, parametrizar e instalar os sistemas objeto deste contrato, além de treinar os servidores indicados na sua utilização, e ainda, prestar Assistência Técnica apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos sistemas.

Parágrafo Primeiro. Entregar os sistemas e serviços, e, ainda, manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Anexo I em conformidade com o Edital, respeitando os prazos fixados.

Parágrafo Segundo. Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

Parágrafo Terceiro. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

Parágrafo Quinto. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de

atendimento in loco.

Parágrafo Sexto. Fornecer toda a mão-de-obra necessária à fiel e perfeita execução deste Contrato.

Parágrafo Sétimo. Cumprir fielmente a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, assistencial e securitária, decorrentes das atividades contratadas.

Parágrafo Oitavo. Dirimir toda e qualquer dúvida e prestar esclarecimento acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência e mesmo após o término, a pedido da entidade.

Parágrafo Nono. Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TREINAMENTO

O treinamento na operacionalização dos sistemas, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet:

Parágrafo Primeiro. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. O treinamento na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

Parágrafo Terceiro. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da contratada.

Parágrafo Quarto. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO DOS SISTEMAS

As melhorias/modificações nos sistemas poderão ser corretivas, legais ou evolutivas. Para fins de execução do objeto do presente contrato, entende-se como:

- a) Modificação Corretiva - é o processo que inclui o diagnóstico e a correção de um ou mais erros. A primeira atividade de manutenção ocorre porque não é razoável presumir que a atividade de testes descobrirá todos os erros latentes na implantação de um grande sistema de software. Durante o uso de qualquer sistema de grande porte, erros ocorrerão e deverão ser relatados à Contratada.
- b) Modificação Legal - é a segunda atividade de manutenção que ocorre quando ocorrem alterações decorrentes de mudanças na legislação.
- c) Modificação Evolutiva - é a terceira atividade de manutenção que ocorre quando o sistema é modificado para melhorar a confiabilidade ou a manutenibilidade futura, ou, ainda, para oferecer de forma geral uma base melhor para futuras ampliações, como também, quando feitas customizações para melhorias de funcionalidades existentes ou criação de novas funcionalidades para atender às demandas específicas de cada cliente.
- d) Atualização de Versão - compreende itens de modificação evolutiva ou adaptativa, lançadas pela CONTRATADA em novas versões dos sistemas.

Parágrafo Primeiro. As modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

Parágrafo Segundo. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos sistemas.

Parágrafo Terceiro. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos sistemas à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica ou não e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, caso possível, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar, após confirmação do cliente.

Parágrafo Quarto. As modificações de caráter legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos sistemas durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos sistemas.

Parágrafo Quinto. As modificações de caráter corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto. As modificações evolutivas ou legais serão introduzidas nos sistemas originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova atualização de versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.

Parágrafo Sétimo. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo. Eventuais conversões de dados decorrentes de atualização de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica deverá ser efetuada por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, sempre que solicitada e compreenderá:

Parágrafo Primeiro. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

Parágrafo Segundo. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

Parágrafo Terceiro. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

Parágrafo Quarto. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

Parágrafo Quinto. Desenvolver relatórios específicos.

Parágrafo Sexto. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

Parágrafo Sétimo. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos sistemas realizada por pessoas não credenciadas.

Parágrafo Oitavo. A Assistência Técnica deverá requisitada pela Licenciante para a Licenciada sempre que houver necessidade através de telefone, fax, e-mail ou portal de atendimento.

Parágrafo Nono. Será aceita Assistência Técnica aos sistemas licitados via acesso remoto, mediante autorização prévia da Licenciante, sendo de inteira responsabilidade da Licenciada o sigilo e a segurança das informações.

Parágrafo Décimo. Os serviços de Assistência técnica que, caso solicitados in loco, deverão ser prestados em horário comercial, cabendo à CONTRATANTE arcar com todos os custos inerentes a sua perfeita execução.

Parágrafo Décimo-Primeiro. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RECISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo mútuo, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

Parágrafo Primeiro. O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao órgão licitante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

Parágrafo Segundo. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Terceiro. Fica reservado ao órgão licitante o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.

Parágrafo Quarto. Em caso de inadimplemento superior a 90 (noventa) dias, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

Parágrafo Primeiro. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
- b) Multa de 0,2% do valor anual do contrato por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital do Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.
- c) Multa de 5% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
- d) Multa de 5% sobre o valor da parcela não cumprida do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
- e) Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública:
 - ☐ Por 06 (seis) meses – quando incidir em atraso na entrega dos produtos/serviços;
 - ☐ Por 01 (um) ano – no fornecimento de produtos/serviços em desacordo com o exigido em contrato;
 - ☐ Pelo o prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas no Edital, contrato e das demais sanções previstas na legislação;
- f) As sanções previstas nos subitens 13.2 deste item poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, o(a) Pregoeiro(a) poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim o licitante poderá rescindir o Contrato, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.

Parágrafo Quarto. A licitante que injustificadamente e infundadamente se insurgir contra a decisão do pregoeiro ou autoridade superior, quer por meio de interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica, desde logo, ciente que, caso o seu pedido seja indeferido, será acionada judicialmente para reparar danos causados ao licitante em razão de sua ação procrastinatória.

Parágrafo Quinto. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aos casos omissos se aplicarão as demais disposições da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Itapiranga/SC, por mais privilegiado que outro seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Tunápolis/SC em 04 de abril de 2017.

CLARICE WEIS SATUB
Gestora do Fundo
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 62/2017

CONTRATO Nº 62/2017

Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Pessoa, 134, 1º andar, Centro, em Cidade Criciúma/SC-, inscritono CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, pactuam o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial n.º 40/2017.

O presente contrato o qual rege-se pelo fundamento legal preconizado pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, e demais documentos que integram o processo, têm entre si como justo e contratado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, bem como, a implantação, o treinamento, e serviços técnicos conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital e integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem.

Parágrafo Segundo. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS E METAS

Os serviços prestados a serem desenvolvidos pela CONTRATADA visam os seguintes objetivos e metas, dentre outros inerentes ao objeto contratado:

- Promover integração de sistemas utilizados pelos diversos departamentos e setores da Administração Pública proporcionando confiabilidade, agilidade e rapidez durante os procedimentos.
- A utilização de sistemas de gestão pública como ferramenta auxiliar no processo de tomada de decisão e no aperfeiçoamento das atividades operacionais do Município, estando diretamente relacionada à eficiência no processo de desenvolvimento do mesmo.
- Voltar o atendimento aos interesses coletivos e grupais, devendo estar organizadas para atingirem os objetivos a que se propõem. Alinhando as realidades internas e externas das Instituições, o que se requer atitudes contínuas de evolução e readaptação.
- Tornar os dados coletados úteis para fins de análises, relacionamentos e interpretações, Tornando o dado trabalhado efetivo na tomada de decisão.

e) Neste contexto, temos que os Sistemas de Gestão pública apresentam-se como um método formal de se tornar disponíveis para a Administração pública as informações precisas e necessárias, facilitando o processo de tomada de decisão, criando condições para que as funções de controle, planejamento e operações da organização sejam executadas eficazmente. Todo esse sistema deve considerar os objetivos da organização como forma de otimizar a função e a qualidade da informação gerada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2017.

Parágrafo Primeiro. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório n.º 50/2017 realizado na modalidade Pregão Presencial nº 40/2017, o que lhe deu causa, exigindo-se para sua execução, rigorosamente obediência ao instrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da data de publicação do seu extrato.

Parágrafo Primeiro. Nos termos do previsto no inciso IV, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, o prazo de vigência deste Contrato, quanto aos serviços de licenciamento, manutenção corretiva, preventiva e adaptativa, incluindo-se atualização de versões, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as parte, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos e desde que permaneçam favoráveis ao Município as condições contratuais e os valores pactuados.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA poderá bloquear os sistemas contratados para alterações na base de dados somente após o transcurso do limite de prazo de vigência legal, sendo garantida à CONTRATADA a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida em formato ☐txt☐ ou ☐csv☐.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATANTE deverá manifestar o desejo de prorrogar este contrato no mínimo 30 (trinta) dias antes de seu vencimento.

Parágrafo Quarto. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento e seus aditivos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Iniciando e vencendo os prazos somente em dia de expediente nesta entidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Município, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas, para melhor adequação das finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. A alteração de quaisquer disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele. Com exceção das alterações provenientes de reajustamento contratual previsto no § 5º da Cláusula 7ª, as quais poderão, sem obstáculos, serem executadas através de simples Apostila nos termos do artigo 65, §8º, da Lei de Regência.

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES

O preço mensal para o presente ajuste será determinado conforme demanda da CONTRATANTE, conforme os valores estabelecidos nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro. O valor total do Contrato é de R\$ 126.335,00 (cento e vinte e seis mil trezentos e trinta e cinco centavos), conforme proposta da CONTRATADA apresentada no procedimento licitatório e a seguir discriminada.

a) LICENCIAMENTO MENSAL DOS SISTEMAS: Prefeitura Municipal Tunápolis

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	12	Mês	Planejamento Público	2	460,00	5.520,00
2.	12	Mês	Contabilidade Pública	4	1.168,00	14.016,00
3.	12	Mês	Tesouraria Pública	3	250,00	3.000,00
4.	12	Mês	Tributação Municipal	3	850,00	10.200,00
5.	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	---	387,00	4.644,00
6.	12	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	---	350,00	4.200,00
7.	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	---	280,00	3.360,00
8.	12	Mês	Compras e Licitações	4	490,00	5.880,00

9.	12	Mês	Almoxarifado Público	2	290,00	3.480,00
10.	12	Mês	Patrimônio Público	2	290,00	3.480,00
11.	12	Mês	Gestão de Frotas Municipal	1	350,00	4.200,00
12.	12	Mês	Recursos Humanos	1	425,00	5.100,00
13.	12	Mês	Folha de Pagamento	2	915,00	10.980,00
14.	12	Mês	Ponto eletrônico	1	485,00	5.820,00
15.	12	Mês	Relógio de ponto via internet	---	220,00	2.640,00
16.	12	Mês	Administração Educacional Pública	2	425,00	5.100,00
17.	12	Mês	Gestão de Faturamento de Água/Esgoto	2	410,00	4.920,00
18.	12	Mês	Portal da Transparência	---	175,00	2.100,00
					TOTAL R\$	98.640,00

b) CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO: Prefeitura Municipal Tunápolis.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	1	Serv.	Serviços de conversão, implantação e treinamento	01	17.500,00	17.500,00
2.	110	Hora	Assistência técnica na sede da entidade (hora técnica)	xx	80,00	8.800,00
3.	800	KM	Deslocamento para Assistência técnica na sede da entidade (quilometro rodado)	xx	0,80	640,00
4.	5	Diária	Hospedagem e Alimentação para Assistência técnica na sede da entidade (diária)	xx	151,00	755,00
					TOTAL R\$	27.695,00

Parágrafo Segundo. Nos valores referidos nesta Cláusula estão computadas todas as despesas com obrigações sociais e de proteção aos prestadores de serviço, bem como todas as despesas necessárias para a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro. Os pagamentos do licenciamento dos sistemas serão efetuados mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da fatura ou nota fiscal, acompanhada de boleto bancário. Para o caso de faturas ou notas fiscais incorretas, a entidade terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para pagamento após a entrega da nova fatura ou nota fiscal.

Parágrafo Segundo. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

Parágrafo Terceiro. Os pagamentos da conversão, implantação e treinamento serão efetuados em parcela única com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal ou fatura devidamente liquidada pelo setor responsável. Para o caso de faturas ou notas fiscais incorretas, a entidade terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para pagamento após a entrega da nova fatura ou nota fiscal.

Parágrafo Quarto. Os pagamentos dos serviços de Assistência Técnica serão efetuados individualmente, com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal devidamente liquidada pelo setor responsável. Para o caso de faturas ou notas fiscais incorretas, a entidade terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para pagamento após a entrega da nova fatura ou nota fiscal.

Parágrafo Sexto. Em havendo continuidade contratual, fica estipulado que o valor global será automaticamente reajustado pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), independentemente de termo aditivo contratual, apurado nos doze meses contados a partir da data limite para apresentação das Propostas de Preços/Orçamentos conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001. Podendo ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Sétimo. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir do dia do prazo limite de 12 meses estabelecido por Lei.

Parágrafo Oitavo. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação. A devolução de fatura não aprovada pela CONTRATANTE não servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

Parágrafo Nono. Em caso de atraso nos pagamentos, incidirá exclusivamente correção monetária, com base no índice indicado no Parágrafo Quinto supra, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados ☐ pro rata die ☐ em relação ao atraso verificado.

Parágrafo Décimo. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

CLÁUSULA OITAVA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos sistemas contratados, que concede a CONTRATANTE o direito de uso das licenças dos sistemas, objeto deste contrato, para uso temporário e não exclusivo nos termos do disposto no presente contrato.

Parágrafo Primeiro. É estritamente vedado a CONTRATANTE realizar o sublicenciamento, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

Parágrafo Segundo. Os sistemas que por exigência ou conveniência administrativa, estiverem ambiente web deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá ao CONTRATANTE efetuar os pagamentos decorrentes do licenciamento dos sistemas objeto deste contrato no prazo avençado.

Parágrafo Primeiro. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

Parágrafo Segundo. Manter, na operacionalização dos sistemas, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

Parágrafo Quarto. Manter elevado padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as diariamente.

Parágrafo Quinto. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

Parágrafo Sexto. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos sistemas.

Parágrafo Sétimo. Parametrizar o sistema, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo do(s) sistema(s) quando necessário.

Parágrafo Oitavo. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

Parágrafo Nono. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

Parágrafo Décimo. Alocar pessoal qualificado para participação nas reuniões e acompanhamento dos trabalhos.

Parágrafo Décimo Primeiro. Disponibilizar sala, equipamentos, acesso à internet e rede interna que atenda aos requisitos de acesso ao sistema a ser fornecido para execução da Assistência técnica, Treinamentos e eventuais reuniões, palestras, seminários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA configurar, parametrizar e instalar os sistemas objeto deste contrato, além de treinar os servidores indicados na sua utilização, e ainda, prestar Assistência Técnica apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos sistemas.

Parágrafo Primeiro. Entregar os sistemas e serviços, e, ainda, manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Anexo I em conformidade com o Edital, respeitando os prazos fixados.

Parágrafo Segundo. Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

Parágrafo Terceiro. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

Parágrafo Quinto. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

Parágrafo Sexto. Fornecer toda a mão-de-obra necessária à fiel e perfeita execução deste Contrato.

Parágrafo Sétimo. Cumprir fielmente a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, assistencial e securitária, decorrentes das atividades contratadas.

Parágrafo Oitavo. Dirimir toda e qualquer dúvida e prestar esclarecimento acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência e mesmo após o término, a pedido da entidade.

Parágrafo Nono. Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TREINAMENTO

O treinamento na operacionalização dos sistemas, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet:

Parágrafo Primeiro. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. O treinamento na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

Parágrafo Terceiro. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da contratada.

Parágrafo Quarto. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO DOS SISTEMAS

As melhorias/modificações nos sistemas poderão ser corretivas, legais ou evolutivas. Para fins de execução do objeto do presente contrato, entende-se como:

- a) Modificação Corretiva - é o processo que inclui o diagnóstico e a correção de um ou mais erros. A primeira atividade de manutenção ocorre porque não é razoável presumir que a atividade de testes descobrirá todos os erros latentes na implantação de um grande sistema de software. Durante o uso de qualquer sistema de grande porte, erros ocorrerão e deverão ser relatados à Contratada.
- b) Modificação Legal - é a segunda atividade de manutenção que ocorre quando ocorrem alterações decorrentes de mudanças na legislação.
- c) Modificação Evolutiva - é a terceira atividade de manutenção que ocorre quando o sistema é modificado para melhorar a confiabilidade ou a manutenibilidade futura, ou, ainda, para oferecer de forma geral uma base melhor para futuras ampliações, como também, quando feitas customizações para melhorias de funcionalidades existentes ou criação de novas funcionalidades para atender às demandas específicas de cada cliente.
- d) Atualização de Versão - compreende itens de modificação evolutiva ou adaptativa, lançadas pela CONTRATADA em novas versões dos sistemas.

Parágrafo Primeiro. As modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

Parágrafo Segundo. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos sistemas.

Parágrafo Terceiro. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos sistemas à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica ou não e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, caso possível, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar, após confirmação do cliente.

Parágrafo Quarto. As modificações de caráter legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos sistemas durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos sistemas.

Parágrafo Quinto. As modificações de caráter corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto. As modificações evolutivas ou legais serão introduzidas nos sistemas originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova atualização de versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.

Parágrafo Sétimo. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo. Eventuais conversões de dados decorrentes de atualização de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica deverá ser efetuada por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, sempre que solicitada e compreenderá:

Parágrafo Primeiro. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

Parágrafo Segundo. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

Parágrafo Terceiro. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

Parágrafo Quarto. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

Parágrafo Quinto. Desenvolver relatórios específicos.

Parágrafo Sexto. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

Parágrafo Sétimo. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos sistemas realizada por pessoas não credenciadas.

Parágrafo Oitavo. A Assistência Técnica deverá requisitada pela Licenciante para a Licenciada sempre que houver necessidade através de telefone, fax, e-mail ou portal de atendimento.

Parágrafo Nono. Será aceita Assistência Técnica aos sistemas licitados via acesso remoto, mediante autorização previa da Licenciante, sendo de inteira responsabilidade da Licenciada o sigilo e a segurança das informações.

Parágrafo Décimo. Os serviços de Assistência técnica que, caso solicitados in loco, deverão ser prestados em horário comercial, cabendo à CONTRATANTE arcar com todos os custos inerentes a sua perfeita execução.

Parágrafo Décimo-Primeiro. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RECISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo mútuo, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

Parágrafo Primeiro. O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao órgão licitante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

Parágrafo Segundo. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Terceiro. Fica reservado ao órgão licitante o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.

Parágrafo Quarto. Em caso de inadimplemento superior a 90 (noventa) dias, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

Parágrafo Primeiro. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
- b) Multa de 0,2% do valor anual do contrato por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital do Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.
- c) Multa de 5% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias

corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

d) Multa de 5% sobre o valor da parcela não cumprida do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

e) Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública:

ü Por 06 (seis) meses - quando incidir em atraso na entrega dos produtos/serviços;

ü Por 01 (um) ano - no fornecimento de produtos/serviços em desacordo com o exigido em contrato;

ü Pelo o prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas no Edital, contrato e das demais sanções previstas na legislação;

f) As sanções previstas nos subitens 13.2 deste item poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, o(a) Pregoeiro(a) poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim o licitante poderá rescindir o Contrato, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.

Parágrafo Quarto. A licitante que injustificadamente e infundadamente se insurgir contra a decisão do pregoeiro ou autoridade superior, quer por meio de interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica, desde logo, ciente que, caso o seu pedido seja indeferido, será acionada judicialmente para reparar danos causados ao licitante em razão de sua ação procrastinatória.

Parágrafo Quinto. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aos casos omissos se aplicarão as demais disposições da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Itapiranga/SC, por mais privilegiado que outro seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Tunápolis/SC em 04 de abril de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PORTARIA Nº 4368/2017

PORTARIA Nº. 4.368/2017
Em 11 de Abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", a Servidora efetiva CLÉRIA KUHLEKAMP SCHEREN, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 12 de Abril de 2.017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 11 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 79/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 55/2017 REGISTRO DE PREÇO Nº:11/2017

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 79/2017

Pregão Presencial nº: 55/2017

Registro de Preço nº:11/2017

Data Emissão: Forma de Julgamento: menor preço por KM rodado.

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo “menor preço por KM rodado para REGISTRO DE PREÇOS, nº 11/2017 sob regime de execução conforme cronograma das secretarias, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto Municipal nº 1.247/2009, Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua João Castilho nº 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h do dia 28/04/2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local, cujo objeto é a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade, atletas e Outros conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Credenciamento e abertura dos envelopes até 8h do dia 28/04/2017

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC., 12/04/2017

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2017

Edital de Pregão Presencial nº 53/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento pelo menor preço por ITEM, visando a aquisição de MAQUINA DE CORTAR PISO E CONCRETO, MÓVEIS SOB MEDIDA, AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, CALIBRADOR ELETRÔNICO E EQUIPAMENTOS DIVERSOS.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 7h30min do dia 27 de abril de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 10/04/2017

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 78/2017

Edital de Pregão Presencial nº 54/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento pelo menor preço por ITEM, visando a aquisição de MATERIAL DIDÁTICO, MATERIAL DE INFORMÁTICA E EXPEDIENTE, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 13h30min do dia 27 de abril de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 10/04/2017

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº18/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº18/2017

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, denominada de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa VANDERLEI JANTSCH-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 7 de Setembro, 1070, no Município de Iporã do Oeste/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 17.135.451/0001-39, doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços Odontológicos para confecção de Próteses Dentárias para a população do Município de Tunápolis - SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 003/2017 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços Odontológicos para confecção de Próteses Dentárias para a população do Município de Tunápolis - SC., a saber:

Itens				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Previsto	Valor Total
01	62	unid	Prótese dentária total superior e inferior com moldagem, em acrílico termopolimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte) alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento, cor da resina em rosa médio.	340,00	21.080,00
02	125	unid	Prótese parcial removível superior e inferior com moldagem em estrutura metálica fundida em cobalto-cromo, grampos retentores, acrilizada em acrílico termopolimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte) alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidades, fluorescência natural, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização e reembasamento. cor da resina em rosa médio. estrutura metálica da prótese com espessura delicada.	425,00	26.350,00
03	10	Unid	Reembasamento de prótese dentária	70,00	350,00
04	10	Unid	Conserto de prótese	50,00	250,00
			Total geral		48.030,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará pelos serviços prestados, os valores constantes da Tabela de Referência . O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Não haverá reajuste dos preços até o final do contrato com as empresas credenciadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (10) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto, material bem como de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE

TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2017 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 31 de Março de 2017.

CLARICE WEIS STAUB
Gestora do Fundo Municipal da Saúde
CREENCIANTE

VANDERLEI JANTSCH-ME
CRENCIADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 110/2017

PORTARIA Nº 110/17, de 05 de Abril de 2017.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora ROSA FARIAS CPF nº. 025.690.499-56, matrícula nº. 0990, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, no período de 05.04.2017 a 04.05.2017, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio a Servidora ELIANE REGINA BRETZ ARCENO CPF nº. 657.066.929-04, matrícula nº. 0208, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 06.04.2017 a 04.06.2017, referente ao período aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de abril de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 3444/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.444, DE 11 de abril de 2017.

“Designa Servidor Público Municipal para ser responsável pelo controle, coordenação e registro em programa específico das informações e despesas relacionadas com o gerenciamento e controle do uso da frota de veículos/máquinas e equipamentos do Poder Executivo Municipal de União do Oeste - SC e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Art.73 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Instrução Normativa N.02/2016 de Órgão Central do Sistema de Controle Interno,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Público Municipal, LEONDIR ANTONIO KLOSINSKI, portador do CPF n.º 853.933.639-15 e do RG n.º 2.237.520 SSP/SC, ocupante do Cargo em Comissão de Coordenador de Atividades Urbanas, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para ser responsável pelo controle, coordenação e registro em programa específico das informações e despesas relacionadas com o gerenciamento e controle do uso da frota de veículos/máquinas e equipamentos do Poder Executivo Municipal de União do Oeste/SC, em cumprimento a Instrução Normativa N. 02/2016 do Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto Municipal N.º3.221/2016 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal n. 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

LEI 2.797/2017

LEI Nº 2.797, de 11 de abril de 2017

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 1º, E 7º, DA LEI Nº 927, DE 13 DE AGOSTO DE 1984 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 927, de 13 de agosto de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O Sistema de Organização para a realização da Festa do Vinho, a ocorrer anualmente e/ou bianualmente, a critério da Administração, a partir do ano de 2017, será administrada por uma Comissão Central.

Art. 2º. O art. 7º da Lei Municipal nº 927, de 13 de agosto de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.7º. Para as comemorações futuras, a serem realizadas anualmente e/ou bianualmente, as despesas decorrentes por conta de dotação própria, serão consignadas na proposta orçamentaria do respectivo exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 11 de abril de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos onze dias do mês de abril de 2017.

REGINA XAVIER

Assistente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 48/2017

Extrato de EDITAL de Pregão Presencial n° 48/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 26 de abril de 2017 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando à aquisição de materiais didáticos, pedagógicos e de ensino destinados à rede municipal de ensino de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão n° 48/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 11 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI N.1102/2017

LEI Nº 1.102/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A RECEBER BENS EM CESSÃO DE USO CONFORME ESPECIFICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado a Chefe do Poder Executivo a receber em cessão de uso bens móveis, com as especificações do inciso I e II deste artigo, conforme termos de cessão de uso anexos, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

I – 01 Trator Agrícola marca Massey Ferguson, Modelo MF4275/4, Série nº 4275432577, Pat/FDR nº 1517.

II – 01 Colhedora de Forragem c/4 rolos alimentadores marca Nogueira – cor vermelha – modelo NEW PECUS SH – 2016, Série nº BCBG 025326, Pat/FDR nº 1580; 01 Distribuidor de adubo orgânico líquido marca Itacol, cor vermelho – 6000L, Série nº IP711151120, Pat/FDR nº 1414.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a investir recursos financeiros do orçamento municipal na manutenção do veículo objeto deste termo de cessão.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 11 de abril de 2017.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 12/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 027/2017 PR 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: eventual aquisição de EQUIPAMENTOS PARA SALA DE INFORMÁTICA (Computadores e Estabilizadores), durante a vigência da ATA, conforme condições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I, parte integrante do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Recursos: Orçamento Municipal e recursos advindos de programas e ações de órgãos da esfera Estadual e Federal.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 28 de abril 2017 às 09:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 07 de Abril de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

EXTRATO 23

CONTRATO Nº. 01/2017

ASSINATURA: 02/01/2017

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: INFO DIGITALE, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva.

OBJETO: Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital; 1.2 - Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE. § 1º - O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente. 1.3 - Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

VALOR DA DESPESA: \$ 4.127,40 (quatro mil cento e vinte e sete reais e quarenta centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 343,95 (trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), sendo R\$ 292,05 pelo item 1.1, R\$ 51,90 pelo item 1.2 da clausula primeira deste contrato.

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 02/2017

ASSINATURA: 02/01/2017

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Vincula-se o presente Contrato ao Pregão Presencial nº 01/2016 realizado pelo Consórcio EMPRESA: PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Mirador, nº 55, Sala 03, bairro Centro, Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 09.209.146/0001-16, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente Sr. NILCÉLIO MARCELINO.

OBJETO: Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulos SIFONFI e SIOPS.

DESPESA: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em parcela mensal no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 03/2017

ASSINATURA: 02/01/2017

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Empresa: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Consul Carlos Renaux, nº. 12, Edifício Centenário, Brusque (SC), CNPJ nº. 95.886.735/0001-70, neste ato representado pelo Sócio Proprietário, Senhor Adalberto da Silva, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 309.649.979-91

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DA COLETA DOMICILIAR DESTE MUNICÍPIO (ATERRO SANITÁRIO). QUANTIDADE APROXIMADA POR ESTIMATIVA DE 200 TONELADAS POR ANO DESPESA: R\$ 37.440,00 (trinta e sete mil quatrocentos e quarenta reais) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA conforme a quantidade de toneladas mês.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 04/2017

ASSINATURA: 02/01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Empresa: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE DESPESA: R\$ 114.135,16 (cento e quatorze mil cento e trinta e cinco reais e dezesseis centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA divididos em parcelas mensais

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 05/2017

ASSINATURA: 16/01/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2017

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: COMUNIDADE KOLPING DE VIDAL RAMOS com sede na Rua Gerônimo Back, cidade de Vidal Ramos, estado de SANTA CATARINA inscrita no CNPJ sob o nº. 83.389.718/0009-04.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA USO DE ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE, REUNIÕES CONSELHO DA COMUNIDADE, PROGRAMAS DA SAÚDE, JOGOS (OLEV) E OUTROS EVENTOS QUE SERÃO PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO

MUNICIPAL NO ANO DE 2017.

VALOR DA DESPESA: Para a execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará à "Contratada", a importância global de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que serão pagos em 11 (onze) parcelas mensais e uma parcela de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Total de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), imediatamente após o término do mês.
VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 06/2017
ASSINATURA: 20/01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier.
OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.
VALOR DA DESPESA:
O valor do Presente Contrato é de R\$ 7.649,90 (sete mil seiscentos e quarenta e nove reais e noventa centavos). Conforme prestação de serviço mensal.
VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 07/2017
ASSINATURA: 20/01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME, CNPJ nº. 11.844.048/0001-00, com sede à Avenida Jorge Lacerda, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS - SC., neste ato representada mediante credenciamento pelo Senhor Carlos Alberto de Souza
OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus
VALOR DA DESPESA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 8.443,50 (oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos). Conforme a prestação de serviço mensal.
VIGÊNCIA: 31/12/2017
Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 08/2017
ASSINATURA: 20/01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: LAVAÇÃO E BORRACHARIA BOING LTDA ME, CNPJ nº. 10.175.080/0001-70, com sede à RODOVIA BR 486, KM 02, 200, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS - SC., neste ato representada mediante credenciamento pelo Senhor JORGE LUIZ DE SOUZA.
OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem.

VALOR DA DESPESA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). Conforme prestação de serviços mensal.
VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 09/2017
ASSINATURA: 20/01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à RUA LEOBERTO LEAL, nº. 84, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.717.047/0001-76, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Cristian L. Frutuoso.
OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem.
VALOR DA DESPESA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 39.960,00 (trinta e nove mil novecentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 10/2017
ASSINATURA: 20/01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07
OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de alinhamento.
VALOR DA DESPESA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais). Conforme prestação de serviço mensal.
VIGÊNCIA: 31/12/2017
Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 01/2017
ASSINATURA: 02/01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2016
ENTIDADE: FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS
FORNECEDOR: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.
OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE
VALOR DA DESPESA: O valor do Contrato será de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) divididos em parcelas mensais.
VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017
LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 02/2017
ASSINATURA: 20/01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017
ENTIDADE: FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS OS
FORNECEDOR: VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o

nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier
OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais.

VALOR DA DESPESA:

O valor do Presente Contrato é de R\$ 1.489,85 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Conforme prestação de serviços mensal.

VIGÊNCIA: 31/01/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 03/2017

ASSINATURA: 20/01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

ENTIDADE: FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à RUA LEOBERTO LEAL, nº. 84, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.717.047/0001-76, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Cristian L. Frutuoso.

OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento

VALOR DA DESPESA:

O valor do Presente Contrato é de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais). Conforme prestação de serviços mensal.

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 01/2017

ASSINATURA: 02/01/2017

CHAMADA PÚBLICA Nº. 56/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí- CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob n.º 09.069.217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "CIS-AMAVI", representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. HUMBERTO PESSATTI

OBJETO: A disponibilização, ao MUNICÍPIO, de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares mediante a aquisição, pelo CIS-AMAVI, de referidos bens e serviços, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DESPESAS CORRENTES:

Para aquisição de Medicamentos: 22,23,24,25 e 26

3.3.93.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 30); R\$ 225.800,00

Para aquisição de procedimentos/consultas especializadas: 23

3.3.93.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 39); R\$ 120.000,00

Para rateio despesas administrativas: 1 e 10

3.1.71.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 5.600,00

3.3.71.00.00.00.00 – {Fonte de Recursos} – Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 1.400,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 02/2017

ASSINATURA: 02/01/2017016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE:

DESPESA: R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais) divididos em parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 03/2017

ASSINATURA: 20/01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier.

OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais:

DESPESA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 4.670,40 (quatro mil seiscentos e setenta e quarenta centavos). Conforme prestação de serviço mensal

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 04/2017

ASSINATURA: 20/01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: CARLOS ALBERTO DE SOUZA BORRACHARIA ME, CNPJ nº. 11.844.048/0001-00, com sede à Avenida Jorge Lacerda, CEP: 88.443-000, VIDAL RAMOS - SC., neste ato representada mediante credenciamento pelo Senhor Carlos Alberto de Souza.

OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais:

DESPESA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 4.546,50 (quatro mil quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos). Conforme prestação de serviço mensal.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 05/2017

ASSINATURA: 20/01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: CRISTIAN L. FRUTUOSO E CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à RUA LEOBERTO LEAL, nº. 84, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita

no CNPJ sob o nº. 23.717.047/0001-76, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Cristian L. Frutuoso.

OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais:

DESPEÇA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 12.740,00 (doze mil setecentos e quarenta reais). Conforme prestação de serviço mensal.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 06/2017

ASSINATURA: 20/01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: EDEMAR MARCELO PETRY & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Gilberto Comandolli, nº. 50, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.915.246/0001-07, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Edegar Marcelo Petry.

OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais:

DESPEÇA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais). Conforme prestação de serviço mensal.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 01/2017

ASSINATURA: 02/01/2017016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2016

ENTIDADE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

FORNECEDOR: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE:

DESPEÇA: R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais) divididos em parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 01/2017

ASSINATURA: 02/01/2017016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2016

ENTIDADE: FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

FORNECEDOR: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE:

DESPEÇA: R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais) divididos em parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 01/2017

ASSINATURA: 02/01/2017016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE:

DESPEÇA: R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais) divididos em parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 01/2017

ASSINATURA: 02/01/2017016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº. 134, 10 andar, centro, cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior.

OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE:

DESPEÇA: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) divididos em parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

CONTRATO Nº. 02/2017

ASSINATURA: 20/01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: VOLNEI XAVIER MEI pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 557, bairro Centro, cidade de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.571.897/0001-80, neste ato representada mediante credenciamento o Senhor Volnei Xavier.

OBJETO: contratação conforme necessidade de serviços de conserto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais Fundos Municipais:

DESPEÇA: O valor do Presente Contrato é de R\$ 1.489,85 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Conforme prestação de serviço mensal

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017 - AQUISIÇÃO
MATERIAIS EDUCAÇÃO INFANTIL**

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 39/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 39/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (Brinquedos, Aparelho de Televisão, Computadores, Notebook, Geladeira, Fogão, Aparelho DVD, Máquina Fotográfica, Carrinho de bebê). Programa Brasil Carinhoso – FNDE, conforme Resolução FNDE nº. 19/2014. A SER ENTREGUE PELO LICITANTE VENCEDOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. Entrega fragmentada, mediante autorização de fornecimento.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA: Dia 27/04/2017, às 09:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 11 de abril de 2017
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2017

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2017

GENTIL GAEDKE, Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100, da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 5º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e no item "c", do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
FERNANDO CARLOS MEZZAROBBA	548.783.579-91	14.613/2016	11/04/2017
SONIA MARIA DALLA COSTA CARLETTO	181.994.029-20	14.080/2016	11/04/2017
ILZE CLEIDE GONCIAR CONTI	347.892.009-49	13.463/2016	11/04/2017
MIGUEL ANTONIO PONTE	182.470.089-04	10.876/2016	11/04/2017
NOELI ESSER BELLEBONI	464.985.919-00	20.272/2016	11/04/2017
LOPES COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA – ME	19.383.871/0001-60	19.354/2016	11/04/2017
ELIZABETE CANONICA RISSARDI	933.518.019-04	15.936/2016	11/04/2017
ECLEMICIR LUIZ MACHADO	776.574.709-68	16.457/2015	11/04/2017
DOROTI ARLETE SOARES	423.295.239-04	15.804/2016	11/04/2017
RAQUEL BRUSCHI	021.413.429-61	22.290/2015	11/04/2017
MASTER COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUIMICOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	00.096.841/0001-44	11.243/2015	11/04/2017
DR. HUDSOM SONORIZAÇÃO LTDA ME	14.794.935/0001-00	19.560/2016	11/04/2017
JOSE AMBROSIO RIBAS – ESPÓLIO	304.852.909-87	15.541/2016	11/04/2017
LUIZ BARBOZA	141.841.419-00	5725/2016	11/04/2017
MARLI DA ROSA DA SILVA	613.189.209-25	20.758/2014	11/04/2017
ARAQUEL CARON	471.918.309-30	11.079/2016	11/04/2017
DR. HUDSOM SONORIZAÇÃO LTDA ME	14.794.935/0001-00	19.558/2016	11/04/2017
REFRIGEL LTDA ME	78.647.088/0001-25	20.080/2016	11/04/2017

Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira/SC, 11 de abril de 2017.

Gentil Gaedke
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 016/2017

DECRETO N.º 016/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – CME DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0807, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Municipal de Esportes – CME:

I - Presidente: OSNILDO VANDERLINDE

II – Vice-Presidente: MARGARETE DE FÁTIMA FLORIANO

III - Secretária: ROBERTA SCHMITT

IV – Diretor de Esportes: WAGNER DE BRITO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 042/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE ABRIL DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº055/11

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 120/2017

DECRETO Nº AM 120/2017

REVOGA DECRETO Nº AM 007/2017, NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE DIRETORA DE SAÚDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora CLECI SCHEIBEL ZANIN, brasileira, casada, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 677.948.159-91, portadora da Cédula de Identidade nº 2.434.073-1, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº AM 007/2017, de 02 de janeiro de 2017.

Xanxerê/SC, 10 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 119/2017

DECRETO Nº AM 119/2017

NOMEIA COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NATHALIA LUCHESE SGUISSARDI, brasileira, solteira, médica veterinária, inscrita no cpf/mf sob nº 051.991.649-29, portadora da Cédula de Identidade 4.615.797 expedida pela SSP/SC, CRMV/SC nº 06609, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Departamento de Inspeção e Vigilância Sanitária Animal e Vegetal, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 121/2017

DECRETO Nº AM 121/2017

REVOGA DECRETO Nº AJG 133/2016, NOMEIA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARISANGELA PAULA BASSO GAVA, brasileira, casada, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 004.965.519-14, portadora da Cédula de Identidade nº 3.451.976, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Administração da Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº AJG 133/2017, de 30 de junho de 2016.

Xanxerê/SC, 10 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 122/2017

DECRETO Nº AM 122/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ARIANA COELHO PINTO, brasileira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 054.825.229-70, portadora da Cédula de Identidade nº 2.723.126 expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora Assistência Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de abril de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 123/2017

DECRETO Nº AM 123/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE REGISTROS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARIVONE MOSCON, brasileira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 593.726.649-87, portadora da Cédula de Identidade nº 1.874.527-0 expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Departamento de Registros Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 10 de abril de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0057/2014

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0057/2014

Locatário: O Município de Xanxerê.

Locadora: Ovilde Brolo Teles.

Objeto: Locação de duas salas comerciais para o uso do programa Arco Íris.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original por mais 12 meses, contados a partir de 1º de abril de 2017.

Xanxerê-SC, 30 de março de 2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2017

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Colaboração nº 005/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC.

Objeto: Tem por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil que para acompanhamento técnico das Associações de Catadores de Xanxerê na área administrativa/gerencial, com o objetivo de implementar controles de gestão econômico-financeira, organizando as associações e transformando-as em um empreendimento profissional, melhorando as condições de trabalho, renda e qualidade de vida dos catadores de acordo com as especificações constantes no Edital, e na Lei n.º 13.019/2014.

Valor: R\$ 40.030,00 (Quarenta mil e trinta reais), que serão

desembolsadas em 11 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 3.335,00 (três mil e trezentos e trinta e cinco reais) e 01 parcela de R\$ 3.345,00 (três mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 11/04/2017.

Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 165/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 165/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77. RESOLVE

CONCEDER 60(sessenta) dias de férias a partir de 01.03.2017 a 29.04.2017 ao Servidor Público Municipal o Sr. Olivir José Bertuzzo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 618.706 e CPF n.º 250.644.609-53, nomeado conforme Decreto n.º JB 204/1995 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, e Transportes e Serviços.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 07.02.2017, as férias referem-se ao período abaixo especificado:

02.08.2014 a 01.08.2015

02.08.2015 a 01.08.2016

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 05 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 027/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 027/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 012/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: Aquisição de VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO, visando à estruturação das atividades desenvolvidas junto a Vigilância Sanitária do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 14h00min do dia 26 de Abril de 2017
Abertura dos Envelopes: 14h30min do dia 26 de Abril de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim/SC, 11 de ABRIL de 2017. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

tempo de contribuição junto ao INSS.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria, a partir de 07 de abril de 2017, o servidor municipal AUGUSTO ROQUE RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portador da matrícula 1637, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 26/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 026/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 011/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: Aquisição de VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO, sendo tipo Sedan e Mini Van, para estruturação da rede de serviços de Proteção Social Especial, conforme Termo de Convênio nº 828014/2016, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 26 de Abril de 2017
Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 26 de Abril de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim/SC, 11 de ABRIL de 2017. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO 001/2017 NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS, DONOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E AUTONOMOS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM

XAXIM SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO 001/2017

NOTIFICAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS, DONOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E AUTONOMOS.

Conforme o que estabelece a Lei Complementar 007/2002 (Código tributário Municipal) e Decreto 405/2002 a Administração Municipal notifica os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis, inscritos no cadastro imobiliário sobre o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e taxas de serviços públicos, relativos ao exercício de 2017, e aos proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e autônomos.

Os dados sobre a inscrição imobiliária e mobiliária estão disponibilizados no Departamento de Tributação, sita a Rua Rui Barbosa 347, a partir de 12 de Abril do exercício corrente.

Os contribuintes deverão efetuar a retirada dos carnês dos Tributos de 2017 no endereço acima citado ou pelo site www.xaxim.sc.gov.br, no banner tributos, na opção emissão de carnês IPTU e ou guia unificada de pagamento.

Após esta data, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para o efeito da Lei, ficando sujeitos aos acréscimos legais previstos.

Os contribuintes poderão efetuar o pagamento de acordo com os vencimentos estabelecidos no Decreto (419/2016 e 167/2017).

Decreto 182

DECRETO Nº. 182/2017.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando aposentadoria por

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU 2017
Vencimentos da cota única e das demais parcelas do IPTU são:
Cota única Vencimento 15/05/2017 desconto de 5% sobre o imposto.
1ª Parc Venc 15/05/2017
2ª Parc Venc 14/06/2017
3ª Parc Venc 17/07/2017

ISS- Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
Profissional Autônomo Nível Superior – Nível Técnico e Sociedade de Profissionais – Valor dividido em 04 parcelas.
1ª Parc Venc 28/04/2017
2ª Parc Venc 31/05/2017
3ª Parc Venc 30/06/2017
4ª Parc Venc 31/07/2017

Outros Profissionais Autônomos – Cota Única
1ª Parc Venc 28/04/2017
2ª Parc Venc 31/05/2017

Pessoas Jurídicas com alíquota Variável e por estimativa
1ª Parc Venc 28/02/2017
2ª Parc Venc 31/03/2017
3ª Parc Venc 29/04/2017

4ª Parc Venc 31/05/2017
5ª Parc Venc 30/06/2017
6ª Parc Venc 31/07/2017
7ª Parc Venc 31/08/2017
8ª Parc Venc 30/09/2017
9ª Parc Venc 31/10/2017
10ª Parc Venc 30/11/2017
11ª Parc Venc 30/12/2017
12ª Parc Venc 31/01/2018

Vencimento do ALVARA – Taxa de Licença para Funcionamento

Vencimento Cota única 28/04/2017

O não recebimento do aviso - recibo não exonera os contribuintes do cumprimento e das obrigações nos prazos estipulados. Comunique-se Se publique e Registre-se.

Xaxim- SC 11 de Abril de 2017.
LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal de Xaxim-SC.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 09/2017

RESOLUÇÃO Nº 9/2017

Concede Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública MARILUCI ORLANDIN GEREMIA e dá outras providências

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores deste Município de Xaxim, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que o Plenário aprovou a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica através da presente Resolução CONCEDIDO LICENÇA para tratamento de saúde a Servidora Pública MARILUCI ORLANDIN GEREMIA, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir desta data, conforme atestado médico pericial em anexo.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2017.

Agenor Junior Maier	Alcir Cassaniga
Presidente	1º Secretário

Associações

GRANFPOLIS

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Fica estabelecido Ponto Facultativo no dia 13 de abril de 2017.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 11 de abril de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos

PRESIDENTE

Consórcios

CIGA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017

Aviso de Licitação n.º 02/2017
Processo Administrativo n.º 08/2017

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO.

CRONOGRAMA

1. Data de início do recebimento das propostas: 13/04/2017.
2. Último dia para o recebimento das propostas: 27/04/2017, às 15horas.
3. Data da sessão pública do Pregão Presencial: 27/04/2017, às 15:30 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.
4. Último dia para oferecimento de impugnação administrativa ao Edital: 25/04/2017.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis; serviços de recepção; serviços de office-boy/girl; serviços de secretariado executivo; e serviços de direção veicular (motorista), conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital, para atender às necessidades do CIGA.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 11 de abril de 2017.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
Técnico em T.I. do CIGA
Pregoeiro do CIGA
Processo Administrativo n.º 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017

1 PREÂMBULO

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, destinada à contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis; serviços de recepção; serviços de office-boy/girl; serviços de secretariado executivo; e serviços de direção veicular (motorista), para atender às necessidades do CIGA, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- 1.2.1 Anexo I – Termo de Referência;
- 1.2.2 Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação;
- 1.2.3 Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 1.2.4 Anexo IV – Carta de Preposição;
- 1.2.5 Anexo V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 1.2.6 Anexo VI – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 1.2.7 Anexo VII – Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 1.2.8 Anexo VIII – Declaração de Vistoria;
- 1.2.9 Anexo IX – Declaração de Não Realização de Vistoria;
- 1.2.10 Anexo X – Declaração de Compromisso de Manter/Instalar Escritório; e
- 1.2.11 Anexo XI – Minuta e Anexos do Contrato.

2 CRONOGRAMA

- 2.1 Data de início do recebimento das propostas: 13/04/2017.
- 2.2 Último dia para o recebimento das propostas: 27/04/2017, às 15horas.
- 2.3 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 27/04/2017, às 15:30 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.
- 2.4 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa ao Edital: 25/04/2017.

3 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico.

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <https://ciga.sc.gov.br/category/licitacoes/> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3.4 A entrega de impugnações, razões e contrarrazões de recursos deverá ser realizada, alternativamente: por meio eletrônico, para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br; por meio postal, endereçada ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio do CIGA, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC; ou protocolada pelo interessado nesse mesmo endereço.

3.5 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4 DO OBJETO

4.1 Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis; serviços de recepção; serviços de office-boy/girl; serviços de secretariado executivo; e serviços de direção veicular (motorista), para atender às necessidades do CIGA, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

4.1.1 Durante a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá fornecer os uniformes e equipamentos de proteção individual aos prestadores dos serviços. Os demais equipamentos e produtos em geral necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATANTE.

5 DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo II – Estimativa de Valor da Contratação.

6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame licitantes que estejam legalmente constituídas e atendam às especificações contidas neste edital.

6.2 Para participar da presente licitação, os interessados deverão apresentar a PROPOSTA DE PREÇO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em envelopes separados, fechados, opacos, contendo externamente os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1: PROPOSTA DE PREÇO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017/CIGA

ENVELOPE N.º 2: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITANTE:

ÓRGÃO LICITANTE: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2017/CIGA

6.3 É vedada a participação de:

6.3.1 pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93);

6.3.2 licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.3.2.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata este subitem será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>

e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link

http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

6.3.3 licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação;

6.3.4 licitantes que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do CIGA;

6.3.5 licitantes em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

6.3.6 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

6.3.7 sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.3.8 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição; e

6.3.9 cooperativa de mão de obra.

7 DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, §2.º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, §2.º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão (art. 45, §3.º, da LC 123/2006).

7.5 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, §2.º, da LC 123/2006).

7.6 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, §1.º, da LC 123/2006).

7.7 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, §1.º, da LC 123/2006).

7.8 A documentação fiscal regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio no endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.8.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.7.

7.9 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste Edital.

7.10 A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – modelo sugerido no Anexo V – deverá ser apresentada ao Pregoeiro no momento determinado no item 12.3 deste edital, sob pena de não poder gozar dos direitos previstos nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

8 DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Equipe de Apoio, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 3321 5300.

9 DO CREDENCIAMENTO

9.1 O Pregoeiro somente credenciará os representantes legais dos licitantes que apresentarem os seguintes documentos:

9.1.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.1.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do representante legal.

9.2 O licitante poderá se fazer representar por procurador ou preposto, cujo credenciamento é condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 Ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado;

9.2.2 Documento de identificação original ou cópia autenticada, com foto, do procurador ou preposto;

9.2.3 Procuração ou carta de preposição – modelo sugerido no Anexo IV –, assinada pelo representante legal do licitante e com firma reconhecida, ou sua cópia autenticada;

9.2.3.1 A apresentação de procuração pública, original ou cópia autenticada, dispensa o reconhecimento de firma do outorgante.

9.3 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

9.4 Somente poderá participar da fase de lances verbais deste pregão o procurador, o preposto ou o representante legal do licitante que estiver devidamente credenciado.

10 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O envelope PROPOSTA DE PREÇO deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada, devidamente identificada e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, além de conter as seguintes informações, sob pena de desclassificação:

10.1.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO – A proposta deverá descrever o objeto ofertado pelo licitante ao CIGA, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) e com base em convenção coletiva de trabalho ou em outra norma coletiva mais benéfica aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada;

10.1.2 PREÇO – Os preços deverão ser cotados em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, inclusas todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como tributos, despesas com vale-transporte, alimentação dos funcionários, entre outras, com cotação única de preços discriminando os valores conforme o Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços, deste edital;

10.1.3 VALIDADE DA PROPOSTA – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002), tendo por termo inicial a data da sessão:

10.1.3.1 A PROPOSTA que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias, contados da sessão pública em que for aberta a PROPOSTA DE PREÇO;

10.1.4 O licitante deverá fazer constar na proposta seus DADOS CADASTRAIS, a descrição do objeto, bem como as demais informações requisitadas no Anexo III deste Edital – Planilha de Custos e Formação de Preços, sobre os postos de serviço envolvidos na contratação.

10.1.5 Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e horário aprazados.

10.1.6 As propostas serão irrevogáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

10.1.7 Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços.

11 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1 O envelope n.º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter os documentos abaixo relacionados:

11.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1.1 Ato constitutivo do licitante:

11.1.1.1.1 Quando se tratar de EMPRESÁRIO deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição do mesmo no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede.

11.1.1.1.2 Quando se tratar de SOCIEDADE SIMPLES deverá ser apresentado Contrato acompanhado das modificações averbadas, tudo devidamente registrado no REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS do local de sua sede.

11.1.1.1.3 Quando se tratar de SOCIEDADE EMPRESÁRIA deverá ser apresentado o Estatuto ou o Contrato Social (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), tudo devidamente registrado no REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS da Junta Comercial do local de sua sede.

11.1.1.2 As SOCIEDADES POR AÇÕES também deverão apresentar cópia da Ata da eleição de seus administradores registrada na Junta Comercial.

11.1.1.3 As sociedades estrangeiras em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.1.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional, a ser realizada mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal;

11.1.2.4 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

11.1.2.4.1 Caso o licitante seja de outra Unidade da Federação deverá apresentar, também, a regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina;

11.1.2.5 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

11.1.2.5.1 Para os municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão sobre Tributos Mobiliários;

11.1.2.5.2 As empresas que não possuem imóveis cadastrados e/ou isentas, caso se enquadrem no item 11.1.2.5.1, deverão apresentar documento, emitido(s) por órgão(s) da Prefeitura que comprovem as respectivas situações;

11.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

11.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

11.1.2.8 Declaração de cumprimento do art. 7.º, inc. XXXIII, da Constituição Federal – modelo sugerido no Anexo VI;

11.1.2.9 Serão aceitas certidões positivas, com efeito de negativas, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social (representado pelas contas de ativo e passivo) que comprove a boa situação financeira da empresa, acompanhadas dos termos de abertura e encerramento devidamente autenticados pela Junta Comercial do Estado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data estabelecida para apresentação dos documentos nesta licitação.

11.1.3.1.1 A boa situação financeira da empresa será aferida mediante a apuração do Índice de Liquidez Geral (ILG) e Grau de Solvência (GS), representados por:

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

GS = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

11.1.3.1.2 A licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar as fórmulas devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

11.1.3.1.3 Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

11.1.3.1.4 Os índices acima deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

11.1.3.2 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade expresse.

11.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1.4.1 Certidão de registro e regularidade no Conselho Regional de Administração – CRA da empresa, relativa ao exercício de 2017.

11.1.4.2 Comprovante de capacidade técnica, consistente na apresentação de, pelo menos, 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a execução de serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, sob pena de exclusão do certame;

11.1.4.2.1 O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no CRA, acompanhado(s) de certidão de registro de comprovação de aptidão – RCA.

11.1.4.2.1.1 A empresa sediada fora do Estado de Santa Catarina deverá apresentar o(s) respectivo(s) atestado(s) vistado(s) pelo CRA de Santa Catarina e acompanhado(s) de Certidão de Registro de Comprovação de Aptidão.

11.1.4.2.2 O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) ser derivado(s) de serviço(s) de natureza contínua.

11.1.4.2.3 O atestado referido neste subitem deverá conter os seguintes elementos:

11.1.4.2.3.1 Nome do órgão ou empresa responsável pela emissão do atestado, com o CNPJ/CGC, inscrição estadual, endereço completo, o período de execução dos serviços e o número do contrato;

11.1.4.2.3.2 Manifestação acerca do conteúdo e da qualidade dos serviços prestados, atestando que os serviços foram cumpridos satisfatoriamente e que não consta dos arquivos da contratante nenhum registro desabonador de aspectos comerciais ou técnicos da contratada; e

11.1.4.2.3.3 Identificação do responsável pela emissão do atestado, com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

11.1.4.3 Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, mediante apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho ou documento equivalente.

11.1.4.4 Declaração de que a licitante possui sede ou escritório na região metropolitana de Florianópolis, informando o endereço ou, em caso de ainda não possuir, declaração de que irá instalar a sede ou escritório na região se vencedora da licitação (Modelo do Anexo X, condição para assinatura do contrato).

11.1.4.5 Comprovação que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços, para desempenho de atividades de supervisão e controle do serviço objeto desta licitação, mediante a apresentação de cópia de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou ficha de registro de empregado.

11.1.5 OUTROS DOCUMENTOS:

11.1.5.1 Deverá ser apresentada Declaração de Vistoria ou Declaração de Não Realização de Vistoria – modelos sugeridos nos Anexos VIII e IX do Edital.

11.1.5.1.1 É facultado e recomendável aos licitantes realizarem visita ao CIGA, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo qualquer alegação posterior por desconhecimento das condições dos locais e da prestação dos serviços;

11.1.5.1.2 A não realização da visita não admitirá ao licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

11.2 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.2.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda cópias simples que poderão ser autenticadas por colaboradores do CIGA, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

11.2.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quando obtidos via Internet, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no site da entidade que os emitiu:

11.2.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

11.2.3 No caso de impossibilidade de acesso à Internet para verificação da autenticidade das certidões, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e do horário do seu prosseguimento.

11.2.4 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

11.2.5 Os documentos de habilitação que porventura não possuírem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data limite para entrega dos envelopes, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

11.2.6 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação referentes à matriz, acrescidos, especificamente em relação à filial, das provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal:

11.2.6.1 Quando a matriz for sediada no estrangeiro, também deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial da filial.

11.2.7 Os documentos apresentados por ocasião do Credenciamento serão dispensáveis do envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação.

11.2.8 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CIGA e a ele endereçadas.

11.2.9 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CIGA, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos.

11.2.10 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

12 DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

12.1 No dia, hora e local designados no CRONOGRAMA, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e realizará o credenciamento dos licitantes:

12.1.1 O licitante que desejar participar da sessão apenas com os envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" deverá enviá-los para o endereço citado no item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, ou apresentá-los até o último momento para recebimento das propostas.

12.1.2 Caso haja interposição de recurso, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação ficarão em posse da Comissão de Licitação até o julgamento do recurso, após o qual estarão disponíveis para retirada no endereço citado no item 3 do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias.

12.2 Até o momento em que for encerrado o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro poderá receber documentos de credenciamento daqueles que, porventura, não se encontravam presentes no horário estipulado no CRONOGRAMA.

12.3 Ato contínuo, o Pregoeiro receberá a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando houver, a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

12.4 O Pregoeiro abrirá os envelopes de proposta de preço, registrará os preços ofertados no respectivo mapa, indicando o de MENOR PREÇO POR LOTE (preço máximo do lote único em 60 meses) e aqueles que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002, e verificará a conformidade dessas propostas com os requisitos dos Anexos I – Termo de Referência e III – Planilha de Custos e Formação de Preços do instrumento convocatório:

12.4.1 O não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação da proposta.

12.4.2 Serão igualmente desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

12.4.2.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

12.4.2.2 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada.

12.4.3 Serão admitidas para a etapa de lances verbais:

12.4.3.1 A proposta comercial com MENOR PREÇO POR LOTE (preço máximo do lote único em 60 meses), desde que atendidos aos requisitos constantes dos Anexos I – Termo de Referência e III – Planilha de Custos e Formação de Preços do instrumento convocatório; e

12.4.3.2 As propostas comerciais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela e que, igualmente, tenham atendido aos requisitos constantes dos Anexos I – Termo de Referência e III – Planilha de Custos e Formação de Preços do instrumento convocatório.

12.4.4 Caso duas ou mais propostas comerciais, admitidas para a etapa de lances, apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da oferta de lances.

12.4.5 Não havendo pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances (que possam oferecer novos lances verbais e sucessivos) nas condições definidas no subitem 12.4.3, serão admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002, até que se complete o número de três licitantes classificados para participar da etapa competitiva (presentes à sessão pública), desde que tenham atendido aos requisitos do Anexo I – Termo de Referência do instrumento convocatório.

12.5 A oferta dos lances será sucessiva, distinta, na ordem decrescente dos preços e deverá ser efetuada pelo preço máximo do lote único em 60 meses no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

12.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

12.7 Durante a etapa de lances para o lote, quando na sua oportunidade de ofertar novo lance não puder cobrir o menor preço apresentado, o licitante poderá oferecer um último lance para melhorar o seu preço, mesmo que este seja superior ao menor preço registrado até aquele momento.

12.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais para o lote único em disputa e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.9 Encerrada a disputa de lances do lote único, o Pregoeiro:

12.9.1 verificará se existe proposta de licitante micro ou pequena empresa em situação de empate ficto com o menor lance, para, em caso afirmativo, facultar-lhe o exercício ao direito de desempate, conforme disposto no item 7 – DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

12.9.2 analisará acerca da aceitabilidade do menor lance, com base nos orçamentos obtidos pela administração e/ou preço máximo estabelecido;

12.9.3 negociará a redução dos preços; e

12.9.4 declarará o vencedor da etapa de lances.

12.10 Embora seja considerado o preço máximo do lote único em 60 meses para efeito de lances e classificação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço total por itens e subitens, conforme descrição apresentada na Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo III), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens e subitens (Estimativa de Valor da Contratação – Anexo II), bem como não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços).

12.11 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, no endereço citado no subitem 3.4 do Edital, em original assinado, ou envie para o e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

12.12 Ato contínuo, o Pregoeiro examinará os documentos contidos no Envelope n.º 2 – Documentação de Habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances.

12.13 Será inabilitado o licitante que não apresentar a documentação em situação regular.

12.14 Frustrada a habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances, será retomada a sessão pública da licitação a partir da etapa final de lances, ocasião em que o Pregoeiro examinará o cumprimento das condições de habilitação do(s) licitante(s) subsequente(s) segundo a ordem de classificação na etapa de lances verbais, até apurar o licitante que atenda aos requisitos de habilitação expressos no Edital, sendo este declarado habilitado e, assim, vencedor do certame para o lote único em disputa.

12.15 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes presentes.

13 DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS

13.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

14 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

14.2 A falta de manifestação imediata e motivada do desejo de recorrer importará na decadência do direito de recurso.

14.3 Sempre que for interposto recurso deverá ser juntado aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

14.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis.

14.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

14.5 As razões e contrarrazões do inconformismo serão dirigidas ao Diretor Executivo do CIGA e deverão ser enviadas ao Pregoeiro, na forma do item 3.4 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

14.5.1 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pelo indeferimento ou provimento do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Diretor Executivo do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

14.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Declarado o vencedor da licitação para o lote único e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro Adjudicará o objeto ao vencedor, e o processo será remetido ao Diretor Executivo do CIGA para homologação.

15.2 No caso de interposição de recurso, o Diretor Executivo do CIGA adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o processo.

16 DA CONTRATAÇÃO

16.1 Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, na Gerência Administrativa do CIGA, a partir da comunicação por escrito para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

16.2 Ocorrendo a decadência de que trata o item anterior, serão convocados os demais licitantes para contratar o objeto desta licitação pelo preço registrado na sessão, observada a ordem de classificação para o lote único e em conformidade com o disposto no subitem 12.14 deste Edital.

17 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 A execução dos serviços processar-se-á conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta e Anexos do Contrato – Anexo XI.

18 DO PAGAMENTO

18.1 Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados conforme previsto na Minuta e Anexos do Contrato – Anexo XI deste Edital.

19 DA REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

19.1 Eventuais repactuação dos preços e reequilíbrio econômico-financeiro serão efetuados conforme previsto na Minuta e Anexos do Contrato – Anexo XI deste Edital.

20 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com a Atividade 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio; Elemento de despesa nº 3.3.90.37.00 (locação de mão de obra), para o exercício de 2017, e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

21.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o CIGA pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

20.0.1 cometer fraude fiscal;

20.0.2 apresentar documento falso;

20.0.3 fazer declaração falsa;

20.0.4 comportar-se de modo inidôneo;

20.0.5 não assinar o contrato no prazo estabelecido;

20.0.6 deixar de entregar a documentação exigida no certame;

20.0.7 não manter a proposta.

21.2 Para os fins da Subcondição 21.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, todos da Lei n.º 8.666/93.

21.3 As demais hipóteses de rescisão e sanções administrativas estão previstas na Minuta e Anexos do Contrato – Anexo XI deste Edital.

22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará aceitação de todas as disposições do presente edital.

22.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

22.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

22.2.2 Anular ou revogar a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa;

22.2.2.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93.

22.2.3 Adiar a data da sessão; e

22.2.4 Acrescer ou suprimir quantitativamente o objeto desta licitação em até 25% (vinte e cinco por cento), por decisão unilateral, conforme dispõe o art. 65, §1.º, da Lei n.º 8.666/93, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

22.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

22.4 O desatendimento a exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

22.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

22.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

22.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

22.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da

Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

22.10 Não será permitido o uso de celulares durante a sessão pública deste Pregão, salvo mediante autorização do Pregoeiro.

22.11 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

22.12 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 11 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

LOTE ÚNICO

Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis; serviços de recepção; serviços de office-boy/girl; serviços de secretariado executivo; e serviços de direção veicular (motorista).

Durante a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá fornecer, apenas, os uniformes e equipamentos de proteção individual aos prestadores dos serviços. Os demais equipamentos e produtos em geral necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATANTE.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços discriminados no presente Edital decorre da necessidade de estruturação e exercício institucional do CIGA, que não dispõe de pessoal, em seus quadros funcionais, para a execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, serviços de recepção, serviços de office-boy/girl, serviços de secretariado executivo e serviços de direção veicular (motorista). Neste último, vale ressaltar que no CIGA existe a necessidade de locomoção de empregados públicos em deslocamentos locais, viagens intermunicipais e interestaduais, bem como eventual transporte de documentos e de pequenas cargas.

Assim, a contratação dos aludidos serviços se justificam por se tratarem de serviços continuados e pela necessidade primordial de apoio administrativo e operacional no CIGA.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Pregão Presencial será regido pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelo presente Edital e por seus Anexos.

A lei nº 8.666/93 e alterações contemplam esses serviços que, por sua natureza, são necessários ao órgão, cuja ausência pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não venha comprometer a ordem e causar prejuízos para a Administração.

Quanto à terceirização de serviços no âmbito público, o Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, dispõe que:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

§ 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

§ 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Nesse passo, o art. 173 da Lei Complementar Estadual n.º 381, de 07/05/07, ressalta que os serviços passíveis de terceirização pela Administração Pública do Estado de Santa Catarina poderão ser terceirizados somente quando "se caracterizarem como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade", ou seja, somente podem ser terceirizadas as atividades-meio.

À conta disso, a prestação de serviços terceirizados não deve criar para a Administração contratante qualquer tipo de vínculo com os empregados da contratada que caracterize, dentre outros, subordinação direta, habitualidade ou pessoalidade.

A seguir estão apresentados alguns Acórdãos do Tribunal de Contas da União sobre terceirização, constantes do Manual 'Licitações e Contratos. Orientações e Jurisprudência do TCU', tendo em vista a pertinência temática e a relevância de sua abordagem:

Abstenha-se de contratar por postos de trabalho, evitando a mera alocação de mão de obra e o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço, dando preferência ao modelo de contratação de execução indireta de serviço baseado na prestação e na remuneração de serviços mensuradas por resultados sempre que a prestação do serviço puder ser avaliada por determinada unidade quantitativa de serviço prestado ou por nível de serviço alcançado, em obediência ao § 1º do art. 3º do Decreto nº 2.271/1997. Proceda a mensuração dos serviços prestados por intermédio de parâmetros claros de aferição de resultados, fazendo constar os critérios e a metodologia de avaliação da qualidade dos serviços no edital e no contrato, conforme disposto no art. 6º, inciso IX, alínea "e", da Lei nº 8.666/93, no § 1º do art. 3º do Decreto nº 2.271/1997. Elabore plano de trabalho que preceda os processos licitatórios relativos a TI, demonstrando aderência da aquisição com o planejamento estratégico da instituição e com o plano diretor de informática e apresentando justificativa detalhada da necessidade da contratação, contendo a relação entre a demanda prevista e a quantidade a ser licitada, bem como o demonstrativo de resultados a

serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, de acordo com o previsto no art. 2º, incisos II e III, do Decreto nº 2.271/1997, e nos arts. 6º, inciso I, e 10º, § 7º, do Decreto-Lei nº 200/1967. (Acórdão 265/2010 Plenário)

Adote as medidas administrativas necessárias para: • impedir que pessoas sem vínculo formal com a Administração Pública desenvolvam qualquer atividade de gestão no âmbito do órgão. • que empregados na condição de terceirizados não atuem em atividades-fim do órgão. (Acórdão 391/2009 Plenário)

Elabore, em atenção ao estabelecido no art. 2º do Decreto nº 2.271/1997, plano de trabalho, previamente aos processos licitatórios, que contenha a justificativa da necessidade dos serviços a serem contratados, a relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada e o demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis. Em atenção ao disposto no art. 3º, § 1º, do Decreto nº 2.271/1997, sempre que a prestação do serviço objeto da contratação puder ser avaliada por determinada unidade de serviço prestado, essa unidade deve estar prevista no edital e no respectivo contrato e deve ser utilizada como um dos parâmetros de medição e aferição de resultados. Exerça, nos contratos de prestação de serviço, em que haja disponibilização de mão-de-obra para o órgão, controle efetivo da frequência e das horas trabalhadas, exija dos fiscais desses contratos exames detalhados prévios ao atesto das informações contidas nos controles de frequência exercidos pelas empresas e somente efetue os pagamentos dos períodos efetivamente trabalhados. (Acórdão 1330/2008 Plenário)

Não aceite elevação do percentual relativo aos encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos prestadores alocados ao contrato, nem a presença de tributos indevidos, sem que haja justificativa plausível para a ocorrência que importe majoração do custo. Adote, no caso de contratação de serviços de limpeza e conservação, a área como unidade para se chegar ao preço dos serviços, podendo utilizar como parâmetro a sistemática de cálculo e valores-máximos fixados pelas Portarias e Instruções Normativas do MPOG/SLTI. (Acórdão 6771/2009 Primeira Câmara)

Embora, o Acórdão 265/2010 Plenário do Tribunal der Contas da União tenha a seguinte decisão: "Abstenha-se de contratar por postos de trabalho, evitando a mera alocação de mão de obra e o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço, dando preferência ao modelo de contratação de execução indireta de serviço baseado na prestação e na remuneração de serviços mensuradas por resultados sempre que a prestação do serviço puder ser avaliada por determinada unidade quantitativa de serviço prestado ou por nível de serviço alcançado, em obediência ao § 1º do art. 3º do Decreto nº 2.271/1997.", para os serviços a serem contratados pelo CIGA, não se tem como definir uma unidade de medida que permita uma mensuração dos resultados, uma vez que se trata de diversas funções, cada uma com suas atribuições específicas, sendo que, dentro de cada especificidade há uma variedade de tarefas a serem executadas, e em sua maioria não há uma rotina de execução.

As atribuições determinadas aos respectivos postos de trabalho, no presente Termo de Referência, não possuem um padrão de procedimento e nem um padrão de rotina de execução para todas as tarefas, sendo que cada atribuição será executada à medida que as demandas vão surgindo. Dessa forma, será adotado o critério de remuneração da contratada por posto de trabalho, por inviabilidade da adoção do critério de aferição por resultados.

O fracionamento de todos os itens objeto dessa licitação é tecnicamente inviável, uma vez que traz prejuízos ao gerenciamento dos serviços, tornando-se dificultoso o acompanhamento de problemas e soluções, bem como das causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do serviço. Como se tratam de cinco itens, ao não agrupá-los num lote único, se estes forem ganhos por empresas distintas, serão cinco contratos a serem geridos. Por tais motivos, a contratação de uma só empresa para prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, dos serviços de recepção, dos serviços de office-boy/girl, dos serviços de secretariado executivo e dos serviços de direção veicular (motorista), para atender às necessidades do CIGA, torna-se mais viável. Portanto, por apresentar vantagens administrativas e econômicas para a Administração, os postos de trabalho serão licitados na forma de um único item (lote único).

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 META FÍSICA

A contratação desses serviços objetiva atender às seguintes demandas do CIGA:

- limpeza, higienização e conservação dos bens móveis e imóveis nas dependências da sede do CIGA;
- execução de serviços de recepção;
- execução de serviços de office-boy/girl;
- execução de serviços de secretariado executivo; e
- execução de serviços de direção veicular.

4.2 DEMANDA DOS SERVIÇOS

4.2.1 Demanda dos Serviços de Limpeza, Higienização e Conservação:

- Horário de prestação do serviço: das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira;
- Quantidade de Serventes: 1 (um) posto de trabalho.

4.2.2 Demanda dos Serviços de Recepção

- Horário de prestação do serviço: 8h e 30 minutos às 12h e das 13h às 17h e 30 minutos, de segunda a sexta-feira;
- Quantidade de Recepcionistas: 1 (um) posto de trabalho.

4.2.3 Demanda dos Serviços de Office-Boy/Girl

- Horário de prestação do serviço: 8h e 30 minutos às 12h e das 13h às 17h e 30 minutos, de segunda a sexta-feira;

– Quantidade de Offices-Boy/Girl: 1 (um) posto de trabalho.

4.2.4 Demanda dos Serviços de Secretariado Executivo

– Horário de prestação do serviço: 8h e 30 minutos às 12h e das 13h às 17h e 30 minutos, de segunda a sexta-feira;
– Quantidade de Secretários Executivos: 1 (um) posto de trabalho.

4.2.5 Demanda dos Serviços de Direção Veicular (Motorista)

Horário de prestação do serviço: 8h e 30 minutos às 12h e das 13h às 17h e 30 minutos, de segunda a sexta-feira. Na necessidade de atividades extras, incluindo sábados, domingos e feriados, os horários poderão, a critério da Administração, ser compensados, antes ou após a programação das atividades, em comum acordo com fiscalização do contrato e a empresa contratada.
Quantidade de Motoristas: 1 (um) posto de trabalho.

4.3 DESCRIÇÃO GENÉRICA DAS ATIVIDADES E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA PARA A MÃO DE OBRA

4.3.1 Serviço de limpeza, conservação e higienização: limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis.

Requisitos Básicos: Ensino Fundamental I Completo (antiga 4ª série), é desejável ter experiência na área de limpeza, conservação e higienização, ser atencioso e treinado, bem como ter bom relacionamento com superiores e colegas e ser prestativo.

4.3.2 Serviço de Recepção: execução de serviços próprios de recepção, como receber e encaminhar visitantes, atender telefone, prestar informações ao público e suporte aos colaboradores do CIGA.

Requisitos Básicos: Ensino Médio Completo, é desejável ser treinado e possuir experiência na área de recepção, atendimento de pessoas, encaminhamento, prestar informações ao público, controlar entrada e saída de pessoas, fornecer informações genéricas de acordo com orientações a serem repassadas pela administração de forma educada, ter noções de informática, bem como ter bom relacionamento com superiores e colegas e ser prestativo.

4.3.3 Serviço de Office-Boy/Girl: realização de serviços internos e externos, circulação de documentos e correspondências internamente e externamente e prestação de outros serviços correlatos, inerentes à função.

Requisitos Básicos: Ensino Médio Completo, possuir requisitos para a execução da circulação de documentação interna e externa, incluindo discriminação com relação às informações/documentos/processos, bem como ter bom relacionamento com superiores e colegas e ser prestativo.

4.3.4 Serviço de Secretariado Executivo: assessoramento dos executivos no desempenho de suas funções, atendimento de pessoas (cliente externo e interno), gerenciamento de informações, elaboração documentos, controle de correspondência física e eletrônica, organização de eventos e viagens, gestão de suprimentos, arquivamento de documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões.

Requisitos Básicos: Curso Superior de Secretariado Executivo concluído, ou que possuam ensino superior completo em outro curso desde que comprove, pelo menos, três anos de exercício das atividades próprias a secretariado executivo; conhecimento dos aplicativos do pacote Office da Microsoft e/ou pacote OpenOffice em software livre; possuir domínio da língua portuguesa. A comprovação de atuação na área, caso o profissional não seja graduado em secretariado executivo se dará por meio de anotações na Carteira de Trabalho, Previdência Social e através de declarações das empresas na qual o profissional tenha desenvolvido suas respectivas atividades, discriminando as atribuições que serão confrontadas com as estipuladas neste Termo de referência.

4.3.5 Serviço de Direção Veicular (Motorista): condução de veículos de propriedade do CIGA ou a ele alugados ou cedidos, destinadas à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas e documentos.

Requisitos Básicos: Ensino Fundamental Completo; possuir Carteira Nacional de Habilitação tipo B; ter disponibilidade para viagens; ter disponibilidade de horário para atendimento nos períodos diurno/noturno e finais de semana; experiência mínima de 03 (três) anos de Carteira Nacional de Habilitação - tipo B; ter equilíbrio emocional e apresentar polidez no atendimento; e ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica.

4.4 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

4.4.1 Servente:

- Diariamente, uma vez, quando não explicitado:

- a) limpar móveis, utensílios, aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc.;
- b) remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- c) varrer todo o piso;
- d) proceder à limpeza e desinfecção dos banheiros e coleta de lixo, substituindo os sacos de cada lixeira;
- e) proceder à limpeza e desinfecção da copa e cozinha;
- f) proceder à limpeza dos pisos utilizando os produtos adequados para o tratamento de cada tipo de piso;
- g) abastecer com papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e refil dos desodorizadores os sanitários, quando necessário;
- j) limpar e higienizar os aparelhos telefônicos;
- k) proceder à coleta seletiva de todo o lixo acondicionando-o em saco plástico e removendo-o para o local indicado;
- l) limpar e higienizar os bebedouros;
- m) suprir os bebedouros com garrações de água mineral adquiridos pela Administração;
- n) movimentar móveis e transportar volumes, quando necessário;
- o) repor os refis de álcool-gel, quando necessário;

p) executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

- Semanalmente, uma vez, quando não explicitado:

- a) lavar pisos dos banheiros, cozinhas e copas;
- b) lavar lixeiras e contêineres de lixo;
- c) executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

- Quinzenalmente, uma vez, quando não explicitado:

- a) limpar cadeiras e poltronas;
- b) limpar os quadros, placas, pinturas e painéis;
- c) limpar todas as esquadrias e seus vidros;
- d) limpar persianas e peitoris;
- e) limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- f) limpar divisórias moduladas, portas de vidro, etc.;
- g) executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.

- Mensalmente, uma vez:

- a) remover manchas nos pisos, nas paredes, nas divisórias, suas portas e vidros;
- b) limpar livros e periódicos dispostos em estantes e armários;
- c) proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- d) executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal; e
- e) abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o horário em que estiver prestando os serviços.

4.4.2 Recepcionista:

- a) recepcionar e encaminhar visitantes;
- b) prestar informações aos visitantes sobre localização de pessoas, locais e dependências da sede CIGA;
- c) atender ao telefone e fornecer informações ao público;
- d) receber, anotar e transmitir mensagens e recados;
- e) fornecer informações genéricas, de acordo com orientações repassadas pela Administração;
- f) receber correspondências e documentos;
- g) manter-se atualizado e bem informado, sempre que se fizer necessária à adoção de novas rotinas ou alterações nos procedimentos;
- h) comunicar qualquer anormalidade ao vigilante e ao Serviço de Administração;
- i) fiscalizar a movimentação de pessoas e volumes quando da entrada e saída das dependências do CIGA;
- j) autorizar entrada/permanência de visitantes e terceiros;
- k) manter o local em ordem e sem aglomeração;
- l) zelar pela higiene, organização e aparência do local de trabalho;
- m) realizar outras atividades de mesma natureza e mesmo nível de responsabilidade;
- n) abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o horário em que estiver prestando os serviços.

4.4.3 Office-Boy/Girl:

- a) executar serviços internos e externos;
- b) entregar documentos e correspondências do CIGA;
- c) entregar e/ou recolher pequenos volumes e encomendas;
- d) receber volumes, correspondências, documentos internos, externos e outros expedientes;
- e) controlar entregas e recebimentos, assinando ou solicitando protocolos para comprovar a execução dos serviços/entregas/coletas, seja internamente ou externamente, em órgãos como: tribunais de contas, prefeitura, entre outros;
- f) coletar assinaturas em documentos;
- g) auxiliar no recebimento, distribuição e despacho de materiais;
- h) anotar e/ou transmitir recados;
- i) efetuar pequenas compras;
- j) efetuar serviços bancários, em cartórios de registros e correios;
- k) auxiliar na organização, controle dos comprovantes e remessa de documentos, abrindo pastas, preparando etiquetas, pacotes e envelopes;
- l) operar máquinas simples de reprodução de documentos, telefones e fac-símile e outros;
- m) cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato;
- n) abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previsto neste Termo de Referência, durante o horário em que estiver prestando serviços;
- o) zelar pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos sob sua responsabilidade; e
- p) exercer atividades correlatas à função.

4.4.4 Secretário Executivo:

- a) Assessorar Chefias: Administrar agenda; Despachar com as chefias; Colher assinatura; Priorizar compromissos e ligações telefônicas; Marcar compromissos; Cancelar compromissos; Administrar pendências; Dar suporte em reuniões; Secretariar reuniões; Tomar ditados;
- b) Gerenciar informações: Ler documentos; Pesquisar informações e dados; Consultar profissionais de outras áreas; Cobrar respostas; Cobrar relatórios; Controlar cronogramas; Controlar prazos; Direcionar informações; Manter atualizado o banco de dados; Acompanhar processos; Reproduzir documentos; Confeccionar clippings; Encaminhar documentos;
- c) Elaborar documentos: Redigir documentos; Elaborar atas; Elaborar relatórios; Elaborar convites e convocações; Formatar documentos; Elaborar planilhas e gráficos; Preparar apresentações; Anotar informações; Digitar documentos; Transcrever textos;
- d) Controlar correspondência física e eletrônica: Preparar cartas, memorandos; Preparar planilhas; Elaborar apresentações; Elaborar gráficos; Elaborar atas e pautas; Elaborar relatórios;
- e) Comunicar-se: Receber correspondência; Protocolar correspondência; Triar correspondência; Enviar correspondência; Registrar correspondência; Transmitir fax;
- f) Organizar eventos e viagens: Providenciar documentação legal do executivo (passaporte, vistos); Fazer check-list; Pesquisar local; Reservar sala/local; Preparar sala/local; Enviar convite ou convocação; Confirmar presença; Auxiliar na emissão de passagens, hospedagem e transporte local; Providenciar equipamentos, materiais e serviços de apoio; Dar suporte durante o evento; Elaborar lista de presença; Encaminhar certificados;
- g) Auxiliar nos pedidos de suprimentos: Da necessidade de material; Na conferência de material;
- h) Arquivar documentos físicos e eletrônicos: Identificar o assunto; Identificar a natureza do documento; Ordenar documentos; Cadastrar documentos; Arquivar correspondência; Administrar arquivos; Atualizar arquivos; e
- i) Demonstrar competências pessoais: Adaptar-se a mudanças; Demonstrar dinamismo; Demonstrar senso de organização; Demonstrar espírito de liderança; Trabalhar sob pressão; Demonstrar pró-atividade; Demonstrar capacidade de retórica; Demonstrar iniciativa; Administrar estresse; Contornar situações adversas; Demonstrar discrição; Demonstrar sensibilidade; Trabalhar em equipe; Demonstrar capacidade de comunicação; Administrar conflitos; Demonstrar paciência.

3.3.5 Motorista:

- a) Condução de veículos próprios, alugados ou cedidos ao CIGA, destinados à condução de pessoas, transporte de materiais, de cargas, documentos e, notadamente: deslocamentos de autoridades, empregados públicos, colaboradores, estagiários ou quaisquer outras pessoas que estejam a serviço do CIGA; entrega e retirada de materiais diversos, cargas, documentos e pequenas encomendas; transporte dos veículos para os postos de abastecimento, oficinas mecânicas e seguradoras;
- b) Dirigir veículos, observando a sinalização, a velocidade e o fluxo de trânsito;
- c) Dirigir com cautela e moderação;
- d) Garantir a segurança das pessoas (pedestres e passageiros);
- e) Executar serviços de entrega e retirada de materiais, documentos, correspondências, volumes, encomendas, assinando ou solicitando o protocolo que comprova a execução dos serviços;
- f) Controlar carga e descarga de materiais e máquinas;
- g) Zelar pela conservação de materiais, de equipamentos, de móveis, de utensílios e de documentos transportados;
- h) Atender a legislação, usando o cinto de segurança e observando as demais normas de segurança inerentes à função;
- i) Zelar pela manutenção e conservação do veículo;
- j) Verificar o estado dos pneus, os níveis de lubrificantes, de combustível e de água;
- k) Verificar e testar os sistemas de freio e o elétrico, para certificar-se das suas condições;
- l) Comunicar as falhas do veículo para a chefia superior e solicitar os devidos reparos;
- m) Vistoriar o veículo, certificando-se das condições de funcionamento;
- n) Providenciar abastecimento de combustível, de água e de lubrificante para o veículo;
- o) Manter o veículo limpo (internamente e externamente);
- p) Manter a documentação legal em seu poder durante a realização dos serviços e zelar pela mesma;
- q) Executar e auxiliar no processo de carga e descarga de bagagens, materiais e demais encomendas contidas nos veículos oficiais;
- r) Manter sigilo das informações que cheguem ao conhecimento desse serviço;
- s) Fazer cumprir as normas disciplinares vigentes na instituição, bem como colaborar em quaisquer tipos de tarefas eventuais relacionadas às áreas de sua atuação;
- t) Na execução dos serviços não será admitida a presença de filhos ou parentes dos trabalhadores no ambiente de trabalho, de forma a que possam prejudicar a execução dos mesmos;
- u) Permanecer nos postos de serviço, durante a jornada de trabalho, à disposição do CIGA e atender as tarefas solicitadas pelo setor administrativo;
- v) Responsabilizar-se pela guarda e uso adequado do cartão de abastecimento, fornecido pela Contratante, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal ao setor administrativo; e
- x) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

4.4.5.1 Dos termos da prestação de serviços de direção veicular (motorista)

- a) Os serviços de direção veicular serão, em sua maioria, prestados na grande Florianópolis-SC, podendo, contudo, estender-se aos limites do Estado de Santa Catarina, e de modo excepcional, abranger o deslocamento para outras Unidades da Federação. Em todos os casos, desde que devidamente autorizados pelo Diretor Executivo e exclusivamente em caráter oficial;
- b) Quando houver necessidade de realização de viagens oficiais para os municípios considerados fora da região metropolitana de Florianópolis ou com distância superior a 50 (cinquenta) quilômetros, a Contratada deverá repassar antecipadamente aos seus empregados o valor relativo a uma diária por cada pernoite, quando o deslocamento assim o exigir, ou efetuar o pagamento do valor definido no item e).
- c) O CIGA ressarcirá à Contratada os valores pagos a título de diária, juntamente com o pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal, mediante a comprovação do repasse dos referidos valores aos condutores e apresentação de Recibo emitido pela Contratada no qual conste o quantitativo de diárias pagas no mês de referência;
- d) O valor de uma diária, no caso de deslocamentos que exijam pernoite, será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para deslocamentos

no Estado de Santa Catarina, R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) para deslocamentos para cidades de outros estados (exceto capitais) e de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para deslocamentos para capitais de outros estados, tais valores correspondem aos valores das diárias pagas aos empregados do CIGA (exceto Membros do Conselho, Diretor e Gerentes);

e) O valor a ser pago ao motorista, no caso de deslocamentos para municípios fora da Região Metropolitana de Florianópolis, com distância superior a 50 (cinquenta) quilômetros e que não exijam pernoite, será de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais);

f) Quando houver necessidade de viagens que exijam pernoite, a Contratada deverá pagar antecipadamente aos seus empregados uma diária por pernoite, quando o deslocamento assim exigir;

g) Quando efetuado o pagamento de diária ao motorista, deverá haver o desconto dos valores de vale alimentação e vale transporte;

h) A jornada de trabalho será de 40 horas semanais de segunda a sexta-feira;

i) Excepcionalmente, poderão ocorrer deslocamentos aos sábados, domingos, e feriados para atendimento de necessidades específicas do CIGA, tais como, participação em eventos, feiras, congressos, entre outros, que serão comunicados à Contratada, com antecipação de, no mínimo 12 horas, a qual deverá atender prontamente;

j) Os serviços eventuais descritos no item anterior serão objeto de compensação, conforme convenção coletiva da categoria e negociação com a chefia imediata;

k) Somente serão consideradas jornadas extraordinárias, para efeito de compensação, aquelas que ultrapassarem a carga horária semanal de 40 (quarenta horas);

l) As horas que eventualmente excederem a jornada diária deverão ser computadas em banco de horas a serem compensadas durante o mês ou conforme previsto na Convenção Coletiva da categoria.

4.5 LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.5.1 Os serviços serão prestados na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, situado na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Centro Executivo Imperatriz – Salas 1304 a 1307, Canto, Florianópolis/SC.

4.5.2 Para os serviços de office-boy/girl haverá deslocamentos externos, limitados à região da Grande Florianópolis/SC.

4.5.3 Para os serviços de direção veicular (motorista), os deslocamentos poderão estender-se aos limites do Estado de Santa Catarina, e de modo excepcional, abranger o deslocamento para outras Unidades da Federação.

4.6 PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.6.1 O prazo de vigência do contrato é até 31 de dezembro de 2017, contado da data da sua assinatura.

4.6.2 O contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, no início de cada exercício, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

a) os serviços foram prestados regularmente;

b) a CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;

c) a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

d) o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

d.1) O valor do contrato será considerado vantajoso para a Administração quando for igual ou inferior ao estimado pela Administração para a realização de nova licitação;

e) a CONTRATADA concorde com a prorrogação.

4.7 DOS SALÁRIOS

4.7.1 Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato da Categoria e o Patronal do respectivo sindicato.

4.7.2 Para os serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis, serviços de recepção, serviços de office-boy/girl e serviços de secretariado executivo, objetos desta licitação, a Contratada deverá observar a Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ nº 78.326.469/0001-02.

4.7.3 Para os serviços de direção veicular (motorista), objetos desta licitação, a Contratada deverá observar a Convenção Coletiva de Trabalho do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE URBANO, RODOVIÁRIO, TURISMO, FRETAMENTO E ESCOLAR DE PASSAGEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS - SINTRATURB, CNPJ nº 01.070.068/0001-00.

4.8 DA VISTORIA

4.8.1 É recomendado que a LICITANTE realize a vistoria do local onde serão prestados os serviços de modo a não correr risco de subestimar sua proposta, no entanto a vistoria prévia é facultativa.

4.8.2 A data e o horário da vistoria poderão ser marcados pelo telefone: (48) 3321-5300 e deverão ocorrer em até 01 (um) dia de antecedência à abertura do certame licitatório.

4.8.3 Caso a empresa opte por realizar a vistoria, deverá apresentar a Declaração de Vistoria, em papel timbrado, conforme modelo do Anexo VIII.

4.8.4 A licitante que não efetuar a vistoria deverá apresentar declaração que não efetuou a vistoria, porém concorda com todas as condições apresentadas no Edital.

4.8.5 Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar Declaração afirmando estar ciente que não poderá alegar desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvida ou esquecimento que possam provocar empecilho ou gerar atrasos nas prestações dos serviços demandados nas instalações. Essa declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa licitante, conforme Anexo IX, deste Edital.

ANEXO II

ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

1 METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DA ESTIMATIVA

A tabela abaixo informa o preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de custos realizada a partir da pesquisa de mercado efetuada, com cotações de empresas/fornecedores distintos, para a obtenção de orçamentos de empresas especializadas na prestação dos serviços em tela.

LOTE ÚNICO:

Item	Descrição	Valor Mensal (em R\$)
1	Posto de Servente	2.528,20
2	Posto de Recepcionista	3.774,61
3	Posto de Office-Boy/Girl	3.603,58
4	Posto de Secretário Executivo	5.769,29
5	Posto de Motorista	5.565,36
	Preço Anual Máximo	254.532,56
	Preço Máximo do Lote Único em 60 meses	1.272.662,80

ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Para cada posto de serviço a ser contratado o licitante deverá apresentar planilha de custos e formação de preços contendo no mínimo as seguintes informações:

Nº Processo	08/2017/CIGA
Pregão Presencial Nº	02/2017/CIGA

Dia ___/___/___ às ___:___ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo	
D	Número de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A	Tipo de serviço	
B	Unidade de medida	
C	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	

ANEXO III – A / MÃO DE OBRA

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional (em R\$)	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
G	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios mensais e diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica, entre outros)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Equipamentos de Proteção Individual	
	Total de Insumos Diversos	

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1: Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições:

4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário

4.2	13º (décimo terceiro) salário	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) salário	
	Subtotal	
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º (décimo terceiro) salário	
	TOTAL	

Submódulo 4.3: Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade	
B	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade	

TOTAL		
-------	--	--

Submódulo 4.4: Provisão para rescisão

4.4	Provisão para rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	
TOTAL		

Submódulo 4.5: Custo de reposição do profissional ausente

4.5	Composição do custo de reposição do profissional ausente	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
Subtotal		
G	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	
TOTAL		

Quadro-Resumo do Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	
4.2	13º (décimo-terceiro) salário	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos indiretos, tributos e lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	B.1. Tributos federais (especificar)		
	B.2 Tributos estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos municipais (especificar)		
TOTAL			

Nota 1: Custos indiretos, tributos e lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

ANEXO III-B – QUADRO RESUMO – CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios mensais e diários	
C	Módulo 3 – Insumos diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas	
Subtotal (A + B + C + D)		
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		

ANEXO III-C – QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde. de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D)=(BxC)	Qtde. de postos (E)	Valor total do serviço (F)=(DxE)
1 Servente	R\$	1	R\$	1	R\$
2 Recepcionista	R\$	1	R\$	1	R\$
3 Office-boy/girl	R\$	1	R\$	1	R\$
4 Secretário Executivo	R\$	1	R\$	1	R\$
5 Motorista	R\$	1	R\$	1	R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (1 + 2+ 3 + 4 + 5)					R\$

Anexo III-D – QUADRO DEMONSTRATIVO – VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

LOTE ÚNICO:

	DESCRIÇÃO	Valor Mensal (R\$)
1	Posto de Servente	
2	Posto de Recepcionista	
3	Posto de Office-Boy/Girl	
4	Posto de Secretário Executivo	
5	Posto de Motorista	
	Preço Anual	
	Preço do Lote Único em 60 meses	

ANEXO IV

CARTA DE PREPOSIÇÃO

O Licitante _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Av./Rua _____, nomeia o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, como seu preposto na licitação instaurada pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 02/2017/ CIGA, para tanto autoriza este a apresentar proposta e formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Nome e assinatura do representante legal do licitante*
(com firma reconhecida)

* Este documento deverá ser assinado pelo representante legal indicado no ato constitutivo da empresa.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob n.º _____, DECLARA que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Optante do SIMPLES/Nacional () SIM () NÃO

_____, de _____ de _____.

(Nome e assinatura do representante legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro após a abertura da sessão, antes da etapa de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, artigo 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

....., de de 2017.

Diretor ou representante legal

CPF nº:

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e para os fins do Pregão Presencial nº 02/2017, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Eu, _____ (Representante Legal) da Empresa _____, declaro, para os devidos fins, que visitei a área onde serão executados os serviços, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro, ciente de que o preço a ser proposto pela minha Empresa está de acordo com o Termo de Referência e demais complementos que integram a presente licitação.

Florianópolis, de de 2017.

Responsável Técnico da Empresa ou
Representante Legal da Empresa
(Assinatura e Carimbo)

Nome e assinatura do Empregado Público do CIGA

Observação: - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante.

- A licitante que não efetuar a vistoria deverá apresentar declaração que não efetuou a vistoria, porém concorda com todas as condições apresentadas no Edital, conforme modelo constante no Anexo IX do presente Edital.

ANEXO IX

MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro estar ciente de que, ao optar por não realizar vistoria do local em que o serviço será prestado, não poderei alegar desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvida ou esquecimento que possam provocar empecilho ou gerar atrasos nas prestações dos serviços demandados nas instalações.

Florianópolis, de de 2017.

Responsável Técnico da Empresa ou
Representante Legal da Empresa
(Assinatura e Carimbo)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE MANTER/INSTALAR ESCRITÓRIO

Declaramos e comprometemo-nos a (manter instalado ou instalar e manter instalado) escritório com estrutura suficiente para o atendimento da CONTRATANTE, caso a Empresa _____, CNPJ _____, venha a ser declarada vencedora do certame licitatório, sob pena de incorrer nas sanções estabelecidas no Edital, no Contrato e na forma da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

..... /SC, de de 2017.

Assinatura

Nome:
Cargo/Função:
RG/Registro:
CPF:

ANEXO XI

MINUTA E ANEXOS DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E _____, VISANDO À PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS; SERVIÇOS DE RECEPÇÃO; SERVIÇOS DE OFFICE-BOY/GIRL; SERVIÇOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO; E SERVIÇOS DE DIREÇÃO VEICULAR (MOTORISTA).

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado _____, com sede à Rua _____, e CNPJ _____, neste ato representado pelo Senhor _____, brasileiro, _____ (estado civil), _____ (cargo), inscrito no CPF sob o n.º _____, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, resolvem celebrar CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

da vinculação e DA legislação aplicável

Cláusula Primeira. O presente Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n.º 08/2017, ao Pregão Presencial n.º 02/2017 e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se a CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e à presente legislação:

- Lei n.º 10.520/02;
- Lei n.º 8.666/93;
- Código de Defesa do Consumidor;
- Código Civil;
- Código Penal;
- Código Processo Civil;
- Código Processo Penal;
- Legislação trabalhista e previdenciária; e
- demaís normas aplicáveis.

Parágrafo Único. Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n.º 8.666/93.

Do regime de execução do contrato

Cláusula Segunda. O Contrato será executado pelo regime de execução indireta, na forma preço global, conforme determina o art. 6º, inciso VIII, alínea "a", e o art. 10, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/93.

do Objeto do Contrato

Cláusula Terceira. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços continuados, relativos aos postos de trabalho de servente, recepcionista, office-boy/girl, secretário executivo e motorista, ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, nos seguintes horários:

- das 8h às 12h, para os serviços de limpeza, higienização e conservação; e
- das 8h e 30 minutos às 12h e das 13h às 17h e 30 minutos, para os serviços de recepção, office-boy/girl, secretário executivo e motorista.

LOTE ÚNICO:

Item	Especificação	Unidade	Qtidade.
1.1	Servente	Posto de 4h	1
1.2	Recepcionista	Posto de 8h	1
1.3	Office-Boy/Girl	Posto de 8h	1
1.4	Secretário Executivo	Posto de 8h	1
1.5	Motorista	Posto de 8h	1

§1.º Os Postos de Serviços terão funcionamento adstritos às instalações da sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

(CIGA), os quais, eventualmente, poderão ser deslocados para atuar noutros locais, dentro ou fora do município, em atendimento a eventos, reuniões ou programações do CIGA. Nos casos do office-boy/girl e do motorista haverá deslocamentos externos recorrentes, nos termos previstos no Anexo I do Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017.

§2.º O presente objeto inclui ainda o fornecimento pela CONTRATADA de uniformes e materiais de segurança e de prevenção.

§3.º A descrição detalhada dos serviços, as condições e obrigações gerais constam do Anexo I do Edital de Pregão Presencial n.º 02/2017.

§4.º Todos os empregados da CONTRATADA deverão utilizar crachá de identificação, uniforme e os equipamentos de proteção individual (EPI) de acordo com cada atividade, nos termos da legislação e normas aplicáveis.

§5.º A CONTRATANTE reserva-se o direito de definir e/ou alterar os horários de trabalho dos postos durante a execução do contrato, para melhor atender às suas necessidades, observando o horário geral das 8h às 17h e 30 minutos, bem como, por aditamento, de alterar a jornada diária do posto de trabalho.

do prazo de execução DO OBJETO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Quarta. O prazo de execução dos serviços será mensal, iniciando a partir da assinatura deste contrato.

Parágrafo Único. Este contrato terá duração até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma da lei, até o limite de 60 meses, e desde que atendidos todos os requisitos abaixo:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantagem econômica do valor do contrato para a Administração; e
- e) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

Do valor

Cláusula Quinta. Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ _____ (valor por extenso), totalizando o contrato em R\$ _____ (valor por extenso).

Parágrafo Único. Os valores ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como tributos, despesas com vale-transporte, alimentação dos funcionários, entre outras.

Da Dotação Orçamentária

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, Atividade 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio; Elemento de Despesa n.º 3.3.90.37.00 (locação de mão de obra), e, para os exercícios seguintes, créditos próprios de igual natureza.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Sétima. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

DOS ENCARGOS DAS PARTES

Cláusula Oitava. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Cláusula Nona. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 02/2017, deve:

- I – nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;
- II – manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação durante toda a execução do Contrato, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- III – responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- IV – respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- V – responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato;
- VI – comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- VII – fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- VIII – arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- IX – refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- X – manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
- XI – recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
- XII – realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
- XIII – manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
- XIV – cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
- XV – coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- XVI – administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- XVII – assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- XVIII – instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

- XIX – registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
- XX – cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- XXI – manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- XXI.I – A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação;
- XXII – responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
- XXIII – efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
- XXIV – pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- XXV – responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- XXVI – responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- XXVII – responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- XXVIII – responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- XXIX – substituir os equipamentos de proteção individual em até 24 (vinte e quatro) horas quando apresentarem defeitos; e
- XXX – fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do CIGA membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho.
- §1.º A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.
- §2.º Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este Contrato, fica a CONTRATANTE autorizado a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.
- a) Os valores a que se refere este item deverão ser depositados judicialmente.
- §3.º A CONTRATADA deverá, se solicitado previamente pela CONTRATANTE, executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista no dissídio da categoria envolvida.
- §4.º São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- a) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) a subcontratação para a execução do objeto deste contrato; e
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
- Cláusula Décima. A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial n.º 02/2017, deve:
- I – expedir a ordem de serviço;
- II – prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- III – promover a alocação inicial dos postos de serviço e devidos ajustes;
- IV – colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- V – efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- VI – exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- VII – comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- VIII – observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários; e
- IX – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos da CONTRATANTE, veiculado no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Décima Primeira. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

Cláusula Décima Segunda. O exercício pela CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

Cláusula Décima Terceira. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Cláusula Décima Quarta. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar ao Serviço de Administração do CIGA, a documentação a seguir relacionada:

I – Mensalmente, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, no setor responsável pela fiscalização do contrato, cópias dos seguintes documentos:

a) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

II – Documentação adicional:

a) No prazo de 15 (quinze) dias, conforme solicitado pelo fiscal do contrato:

- a.1) extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA;
- a.2) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante, cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;
- a.3) os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio-alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- a.4) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei; e
- a.5) outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA.

III – Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

a) No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a.1) até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

a.1.1) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de funcionários não inclusos na relação.

a.1.2) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização.

b) até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, cópias da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinada, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA.

c) até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), ou após a demissão de empregado, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada:

c.1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

c.2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; e

c.3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Cláusula Décima Quinta. Uma vez recebida a documentação mencionada na Cláusula Décima Quarta, o fiscal do contrato deverá apor a data de entrega à CONTRATANTE e assiná-la.

§1.º Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

§2.º O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

DO PAGAMENTO

Cláusula Décima Sexta. O pagamento será realizado por meio do Banco do Brasil SA, Agência 3174-7, Florianópolis, SC.

§1.º. A CONTRATADA que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

§2.º. A conta corrente indicada pela CONTRATADA deverá ser obrigatoriamente referente ao seu CNPJ.

§3.º. A CONTRATADA deverá efetuar o faturamento no mês subsequente ao da prestação dos serviços e entregar a nota fiscal no mínimo com 3 (três) dias úteis de antecedência ao seu vencimento, sob pena de ser prorrogado o prazo de pagamento por igual período, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE;

§4.º. Juntamente com a nota fiscal deverá ser entregue o comprovante do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, referente a seus empregados que atuam na execução dos serviços deste Contrato.

§5.º. A não apresentação dos documentos enumerados na cláusula acima implicará suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não incidindo, neste caso, quaisquer acréscimos de valores referentes a juros, multa ou correção monetária.

§6.º. Fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§7.º. O pagamento poderá ser susinado pela CONTRATANTE quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

Da Atualização Monetária

Cláusula Décima Sétima. Se a CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Décima Sexta deste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula Décima Oitava. A CONTRATADA não pode interromper os serviços sob a alegação de não estar recebendo os pagamentos devidos. Pode ela, contudo, suspender o cumprimento de suas obrigações se os pagamentos devidos pela CONTRATANTE atrasarem por mais de 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n.º 8.666/93).

DA SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO

Cláusula Décima Nona. O pagamento poderá ser susinado pela CONTRATANTE se, após ter sido dado o aceite nos serviços, for constatado que eles não foram realizados na forma estipulada neste contrato, e a CONTRATADA esteja se omitindo ou se recusando a adequá-los.

DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Vigésima. É admitida repactuação deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

§1.º. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

§2.º. Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à CONTRATADA a demonstração da variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

§3.º. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

§4.º. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

§5.º. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

§6.º. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§7.º. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f) a disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

§8.º. A repactuação produzirá efeitos financeiros:

- a) a partir da assinatura do instrumento de formalização da repactuação;
- b) em data posterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações subsequentes; ou
- c) em data anterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, exclusivamente quando esta envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§9.º. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula Vigésima Primeira. Este contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1.º. O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, situada à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br.

§2.º. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

Das Prerrogativas da Contratante

Cláusula Vigésima Segunda. A CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III - fiscalizar a execução; e
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Vigésima Terceira. O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa da CONTRATADA, a sujeitará ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

- I - atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado da proposta;
- II - atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado da proposta, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE;
- III - no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;
- IV - os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do contrato.
- V - na hipótese de a aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às demais implicações legais.

§1.º. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas no contrato, as seguintes sanções:

- I - advertência por escrito, quando a CONTRATADA deixar de atender a determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou fornecimentos;

II - multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o contrato; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§2.º. A multa será descontada, pela CONTRATANTE, dos créditos existentes em nome da CONTRATADA e, não havendo esses, ou sendo ela maior do que o crédito, deverá ser recolhida no setor Administrativo do CIGA, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação. Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

§3.º. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE.

DA RESCISÃO

Cláusula Vigésima Quarta. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

§1.º. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

§2.º. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

Dos Representantes das Partes

Cláusula Vigésima Quinta. As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do contrato, conforme Anexos I e II deste contrato.

Parágrafo Único. O representante da CONTRATANTE terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar os fornecimentos e serviços, e especialmente para:

I - sustar os fornecimentos e serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que, a seu critério, considerar esta medida necessária à sua boa execução ou à salvaguarda dos interesses da CONTRATANTE;

II - recusar os fornecimentos realizados que não atendam às boas normas técnicas;

III - questionar todos os problemas técnicos constatados;

IV - ajustar com o representante da CONTRATADA, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações na ordem de sequência ou no prazo de realização dos fornecimentos e serviços; e

V - solicitar a substituição do representante credenciado pela CONTRATADA, na hipótese de sua atuação vir a prejudicar a qualidade da execução do contrato.

Das Alterações

Cláusula Vigésima Sexta. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Vigésima Sétima. O extrato deste Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos da CONTRATANTE, veiculado no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Vigésima Oitava. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Parágrafo único. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, ____ de _____ de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATANTE	XXXXXXXXX Representante Legal CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI Gerente Administrativa do CIGA	NOME COMPLETO (Cargo) da Contratada
--	--

ANEXO I DO CONTRATO

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui _____ como representante

do CIGA para fiscalizar a execução do Contrato Administrativo n.º ____/2017/CIGA.

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CONTRATANTE

ANEXO II DO CONTRATO

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

(Empresa) constitui o(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), inscrito no CPF sob o n.º _____, como seu representante no Contrato Administrativo n.º ____/2017/CIGA celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de 2017.

(NOME)

(Cargo ou função)

CONTRATADA

Extrato de Contrato n. 175 - Prefeitura Municipal de Rio Branco

EXTRATO DE CONTRATO Nº 175/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rio Branco

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Branco

CNPJ: 04034583000122

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 06/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 19.262,50 (dezenove mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 24 de março de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 176 - Prefeitura Municipal de São José do Cerrito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São José do Cerrito

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José do Cerrito

CNPJ: 82.777.327/0001-39

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 06/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.780,00 (quatro mil e setecentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 177 - Prefeitura Municipal de Barra Velha

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Barra Velha
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Velha
CNPJ: 83.102.830/0001-57
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 14.280,00 (quatorze mil e duzentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/003 - LICITAÇÃO Nº 004/2017 - AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO ISENTO DE FERRO SOLUÇÃO A 50% - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/003
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
FORNECEDOR: Avanex Indústria E Comércio LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Sulfato de Alumínio Líquido Isento De Ferro – Solução a 50% destinado ao tratamento do líquido percolado gerado no Aterro Sanitário do CIMVI, situado na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Município de Timbó - SC, para atender às necessidades do CIMVI, conforme segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
01	70.000	Kg	Sulfato de Alumínio Líquido Isento de Ferro – Solução a 50%	0,49	34.300,00

VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2017.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 10 de Abril de 2017.
PAULO ROBERTO WEISS
Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2016/005

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/005

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Metalurgica e Serralheria Fermar Ltda EPP

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de serviços especializados em alvenaria, hidráulica, elétrica e serralheria/corte e solda a serem prestados no Aterro Sanitário do CIMVI, conforme segue:

Lote nº 02					
Subitem	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
2.1	500	hora	SERRALHEIRO/CORTE E SOLDA	50,00	25.000,00
VALOR TOTAL					25.000,00

VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2016.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 06 de Julho de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2016/005 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/005

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Metalurgica e Serralheria Fermar Ltda EPP

OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços até 05/07/2017.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 22 de Dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

CIS/AMARP**CONTRATO HOSP. STA. CECÍLIA 106/2017**

EXTRATO DE CONTRATO 106/ 2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e HOSPITAL E MATERNIDADE DE SANTA CECÍLIA, CNPJ 85.997.872/0001-29, situada na Rua Maria Olívia da Conceição, 60, Centro, Santa Cecília/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 106/2017.

Prazos: inicia-se em 29 de Março de 2017, encerrando-se em 31 de dezembro de 2017.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 29/03/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Odilaci Goreti Granemann contratado.

RESOLUÇÃO 13/2017

Resolução nº 13/2017

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços a seguir:

HOSPITAL E MATERNIDADE DE SANTA CECÍLIA, CNPJ 85.997.872/0001-29, situada na Rua Maria Olívia da Conceição, 60, Centro, Santa Cecília/SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 106/2017.

Procedimento	Código	Valor
--------------	--------	-------

Interação p trat clínico transtornos mentais e comportamentais (por dia de internação)	00.09.01.664-3	30,65
--	----------------	-------

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 29 de março de 2017.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

RESOLUÇÃO CPL 07/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. http://www.amarp.org.br cis@amarp.org.br CNPJ 11.023.771/0001-10
--

Resolução nº. 07/2017 - CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa LAPROLY PROTESES LTDA – ME, CNPJ 27.137.159/0001-09, situada na Rua Antonio Piccoli, 278, Campo Experimental, Videira/SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de procedimentos em:

Procedimento	Código	Valor
Interação p trat clínico transtornos mentais e comportamentais (por dia de internação)	00.09.01.664-3	30,65

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 29 de março de 2017.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

CIS/AMMVI**DELIBERAÇÃO 09.2017 - TERMOS CIRURGIAS ELETIVAS**

DELIBERAÇÃO Nº 09/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ADESÃO AO PROJETO ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS PARA O TRIMESTRE DE ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2017 DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Ratificar os Termos de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas para o trimestre de Abril, Maio e Junho de 2017, com base nos Termos pactuados para o trimestre anterior (Janeiro a Março de 2017), dos seguintes municípios e respectivos Hospitais:

I. Município de Brusque;

a. Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux;

b. Hospital Dom Joaquim.

II. Município de Blumenau;

a. Hospital Misericórdia de Vila Itoupava;

b. Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio

c. Associação Congregação de Santa Catarina – Hospital Santa Isabel

d. Clínica Médica Oftalmológica Blumenau Ltda.

III. Município Pomerode;

a. Hospital e Maternidade Rio do Texto;

IV. Município Gaspar;

a. Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

V. Município Indaial;

a. Hospital Beatriz Ramos;

VI. Município Timbó;

a. Hospital e Maternidade OASE;

Art. 2º Esta ratificação foi deliberada na reunião de CIR do dia 06/04/2017 na sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí.

Art.3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 10 de Abril de 2017.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

DELIBERAÇÃO 11.2017 - CONSULTA OFTALMOLÓGICA CISAMVI

DELIBERAÇÃO Nº 11/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE O ROL DE PROCEDIMENTOS OFTALMOLÓGICOS PARA PRIMEIRA CONSULTA ADQUIRIDA VIA CISAMVI.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições, e:

Considerando a necessidade eficiência no atendimento oferecido aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Considerando a logística de transporte de pacientes e a necessidade de reduzir os deslocamentos;

Visando a otimização dos recursos empregados em consultas e procedimentos de média e alta complexidade;

Visando a utilização única de recursos do Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade – MAC para o pagamento dos procedimentos em oftalmologia;

RESOLVE:

Art. 1º Pactuar “ad referendum” entre os municípios desta CIR, que o rol de procedimentos da primeira consulta em oftalmologia adquiridas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, é composto, no mínimo, pelos seguintes códigos:

I. Consulta Pediátrica:

a. 3.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA;

b. 02.11.06.012-7 - MAPEAMENTO DE RETINA;

c. 02.11.06.010-0 – FUNDOSCOPIA

d. 02.11.06.023-2 - TESTE ORTÓPTICO

e. 02.11.06.002-0 - BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO

II. Consulta Adulto:

a. 3.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA;

b. 02.11.06.012-7 - MAPEAMENTO DE RETINA;

c. 02.11.06.010-0 – FUNDOSCOPIA

d. 02.11.06.025-9 – TONOMETRIA

e. 02.11.06.002-0 - BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 11 de Abril de 2016.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

RESOLUÇÃO Nº 151-17 - ALTERAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

RESOLUÇÃO nº 151, de 11/04/2017.

Altera o Anexo I – Termo de Referência do Edital de Credenciamento nº 01/2017 e o Anexo I – Termo de Referência do Edital de Credenciamento nº 005/2017.

Cleones Hostins, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 140/2017 e pela alínea “a” do inciso I, do Art. 49 do Estatuto do CISAMVI; e

Considerando a necessidade de atuar buscando eficiência no atendimento oferecido aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Considerando a logística de transporte de pacientes e a necessidade de reduzir os deslocamentos;

Considerando a necessidade de otimizar dos recursos empregados em consultas e procedimentos de média e alta complexidade;

Considerando a viabilidade da utilização única de recursos do Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade – MAC para o pagamento dos procedimentos em oftalmologia;

Considerando a discussão e deliberação na Câmara Técnica de Controle e Avaliação, no dia 04/04/2017, com a presença de técnicos indicados pelos municípios consorciados;

Considerando a discussão feita em reunião da Comissão Intergestores Regional – CIR do Médio Vale do Itajaí, do dia 06/04/2017;

Considerando a inclusão da consulta em especialidade médica de oftalmologia com o valor “tabela SUS” (SIGTAP) possibilita a elaboração

de protocolos combinados com procedimentos, sem onerar exageradamente os municípios.

Considerando que para tanto, se faz necessária à exclusão do item CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – Oftalmologia, com o valor de R\$ 50,00, constante no Edital nº 01/2017, e a inclusão do item: CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – OFTALMOLOGIA, com valor de R\$ 10,00, no Edital nº 005/2017 - "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS".

RESOLVE:

Art. 1º - Excluir o item: CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – Oftalmologia, com o valor de R\$ 50,00, constante no Edital nº 01/2017.

Parágrafo único – Permanecem inalteradas as demais previsões do Edital 001/2017.

Art. 2º - Incluir o item: CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA – OFTALMOLOGIA, com valor de R\$ 10,00, no Edital nº 005/2017 - "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS".

Parágrafo único – Permanecem inalteradas as demais previsões do Edital 005/2017.

Art. 3º - Após as adequações previstas no Art. 1º e Art. 2º desta Resolução, deverá ser publicado os respectivos Editais na forma regulamentar.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau - SC, em 11 de Abril de 2017.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CITMAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05 DE 2017 - PEDALLI COSTA VERDE E MAR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2017

Nº. Processo: IL 05/2017.

Objeto: Contrato para promover a divulgação da região dos municípios integrantes da AMFRI (Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo), notadamente em ações de promoção e merchandising da marca COSTA VERDE E MAR como PARTICIPAÇÃO ESPECIAL no evento PEDALLI COSTA VERDE E MAR 2017, notadamente nas ações a serem realizadas em 2017 nos dias 23 abril (Porto Belo e Bombinhas), 11 de junho (Balneário Piçarras e Penha), 16 de setembro (Balneário Camboriú e Camboriú) e 12 de novembro (Itajaí e Navegantes) de acordo com o Termo de Referência.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na organização do presente evento.

Declaração de Inexigibilidade em 11/04/2017 – Henry Rossdeutscher - OAB/SC nº. 15.289.

Ratificação em 11/04/2017 – Célio José Bernardino – Diretor Executivo do CITMAR.

Homologação: 11/04/2017

Adjudicação: 11/04/2017

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Contratada: PEDALLI BIKE STORE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.450.291/0001-73.

Itajaí/SC, 11 de abril de 2017.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo - CITMAR.